UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ MAURIENE ARAÚJO FELIPE

DOENÇA(S) E MORTALIDADE DE ESCRAVOS EM VICTORIA, PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1849 a 1880)

VITÓRIA
2019

JOSÉ MAURIENE ARAÚJO FELIPE

DOENÇA(S) E MORTALIDADE DE ESCRAVOS EM VICTORIA, PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1849 A 1880)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

VITÓRIA
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Felipe, José Mauriene Araújo, 1951-
F313d Doença(s) e mortalidade de escravos em Victoria, Província do Espírito Santo (1849 a 1880) / José Mauriene Araújo Felipe. - 2019.
363 f.: il.

Orientador: Sebastião Pimentel Franco.
Tese (Doutorado em História) − Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Doença-mortalidade escrava. 2. Vitória (1849-1880). 3. Escravidão no Espírito Santo (Estado). 4. Escravidão no Brasil. 5. História das doenças. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

JOSÉ MAURIENE ARAÚJO FELIPE

DOENÇA(S) E MORTALIDADE DE ESCRAVOS EM VICTORIA, PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1849 A 1880)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em _____ de _____ de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo − UFES
Orientador

_____

Prof. Dr. André Luís Lima Nogueira
Casa de Oswaldo Cruz − FIOCRUZ
Membro Titular Externo

_____

Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré − FVC
Membro Titular Externo

_____

Profa. Dra. Patrícia Maria Silva Merlo
Universidade Federal do Espírito Santo − UFES
Membro Titula Interno

_____

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo − UFES
Membro Titula Interno

_____

Profa. Dra. Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos
Universidade Estadual do Rio de Janeiro − UERJ
Membro Suplente Externo

_____

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo − UFES
Membro Suplente Interno

Ao papai, o ourives idealista e sonhador, Joaquim Felipe Neto (*in memoriam*), e à mamãe, amazona invencível e vestal doméstica, Gerarda Henrique Araújo (*in memoriam*): teu filho dedica toda esta aventura intelectual negra, todas as suas horas de tenção vividas à luz vultuosa de vocês.

AGRADECIMENTOS

A motivação que encarrilharia este empreendimento acadêmico-científico emergiu em fins de julho de 2013, ocasião em que foi promovido o "I Colóquio de História das Doenças" pela Coordenação do PPGHis−UFES. Este pesquisador se afastaria dos estudos em História Econômica para adentrar numa área de investigação histórica ainda em processo embrionário no âmbito da academia espírito-santense. Dava-se início a uma lide para cuja concretização o tempo se imporia e faria suas cobranças. Foram necessárias vivências de uma longa travessia: dias de ânimos e expectativas *versus* noites de incerteza aflitiva. Tinha-se ciência de que nos caminhos da proposição escolhida havia barreiras e adversidades a serem enfrentadas.

A construção deste estudo não teria sido viável sem a contribuição de copioso número de indivíduos professorais, amigos e familiares: refere-se aqui tanto àqueles que em pessoa se propuseram a colaborar e motivar o pesquisador a seguir adiante quanto aos que fizeram suas apostas em vida e partiram certos de que seus sonhos não seriam evanescidos. Neste instante de prestação de contas, é possível sentir o reverberar mental de satisfação e votos de sucesso, como se todos em uníssono viessem dizer ao pé do ouvido: "José, você conseguiu fazer a sua travessia!" Entre essas pessoas, não podem ser esquecidas as tias mães Raimunda Nonata Araújo, Maria José Araújo e Maria do Livramento Araújo; os irmãos João Batista Felipe e Antônio Felipe; os amigos José Osmar Aguiar, Vital Trajano de Lima e Nelson de Menezes.

Em se tratando das contribuições recebidas pessoalmente, em primeiro lugar contou-se com apoio de grande valor dos que compuseram a Banca de Qualificação: o Prof. Dr. André Luís Lima Nogueira e a Profa. Dra. Patrícia Maria Silva Merlo. Ainda é possível ver o reluzir dos olhos da professora carregados de recomendação magisterial acurada. Do professor, fosse em pessoa ou através de telefone, guardou-se o rosto amigo com ares de predisposição, sempre a pontuar: "Felipe, eu estou aqui. Qualquer coisa, não hesite em me contatar".

Ao Sr. Coordenador do PPGHis−UFES, Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, e toda equipe de professores doutores do Programa de Pós-Graduação em História da UFES recebam deste humilde estudante de Ciências Históricas a gratidão pelo apreço dispensado. Em boa ocasião, trazem-se à mente as lembranças de torcida, desde o ano de 2000, das professoras Dra. Maria da Penha Smarzaro Siqueira, Dra. Maria Beatriz Nader, Dra. Sônia Maria da Costa Barreto, Dra. Adriana Pereira Campos e do Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

Ao amigo e professor da FAFIA − morador no topo do Caparaó, Ms. Damião Amiti Fagundes, a gratidão muito mais por sua motivação incansável do que pela grande quantidade de material impresso − artigos e livros − disponibilizada durante cinco anos. À professora

Maria Waldeglace Silveira, musa, amiga mestra de tempos do Ginásio de cinquenta anos atrás, gratidão sem fim. Agradecimentos à Coordenadora do CEDAVES, Giovanna Valfré, que se predispôs a receber o pesquisador em qualquer tempo; e à equipe do APEES, sempre disposta a servir, recomendar sites onde se encontraria material documental. A Maria Cristina Alochio de Paiva, gratidão pela disponibilidade em motivar quando tudo parecia fenecer.

Postas as considerações acima, feitas por quem se sente grato a tantos, eis a ocasião de este pesquisador agradecer a seu orientador − Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco. Foi esse historiador quem sugeriu ao autor abraçasse este desafio acadêmico-científico. Sem temor, ele diria: "Felipe, você consegue!" Noutras palavras: "Você tem aí um problema para enfrentar!" Lembram-se os primeiros passos, dificuldades para se encontrarem artigos, livros, ou pesquisa produzida sobre o assunto. E o professor Sebastião passou a preocupar-se com essa questão e em pouco tempo emprestou aquilo de que dispunha sobre "Historia das Doenças". Esse gesto não parou no início de tudo: continuou e até recentemente livros de apoio específico foram disponibilizados. Em meio a tantos afazeres, o orientador esteve sempre disposto, predisposto com sua paciência beneditina. Seu maior interesse: ensejar a produção de pesquisas sobre a história da saúde, da doença e da morte no Espírito Santo. A melhor forma de agradecer a alguém com esse tipo de perfil − assim tão capixaba − é corresponder às suas expectativas em relação aos resultados do estudo proposto. Fica-se devendo algo, pois só em parte o problema foi solucionado: considera-se este estudo de natureza introdutória.

Não se pode esquecer das pessoas que ficam atrás dos bastidores, ocupadas com as tarefas relacionadas às obrigações burocráticas da Secretaria do PPGHIS. Assim, lembra-se a secretária Ivana Lorenzone, que em muitas ocasiões fez questão de motivar e desejar sucesso "Ao pesquisador Felipe" −, tal como falava. Aos Assistentes em Administração Michely Almeida dos Santos e Filipe Luppi Moreira, agradecimento pela boa atenção dispensada.

Finalmente, ás pessoas anônimas, de quem não se guardaram registros por escrito e as quais, de alguma forma, deram sua contribuição para a consecução desta pesquisa, recebam o apreço fervoroso. A travessia não foi feita apenas pelo pesquisador, individualmente, de todo desamparado, pois crê-se que em nenhuma ocasião ele esteve sozinho por completo: foi uma odisseia com muitos colaboradores, em que tantos e todos estiveram juntos.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior − Brasil (CAPES) − Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior − Brasil (CAPES) − Finance Code 001"

"Toda história é remorso"
Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Investigam-se índices de adoecimento e incidências de mortalidade da população escrava vivendo em Vitória, capital da Província do Espírito Santo, durante o período de 1849 a 1880. Para adentrar-se nesse universo local, até então desconhecido, inicialmente foi necessário desenvolver-se um estudo introdutório sobre as múltiplas faces do cativeiro espírito-santense, começando-se pela narração de alguns vieses do cotidiano, permeando-se as condições de vida envolvendo o trabalho pesado, revoltas, punições, as fugas, prisões, o adoecimento nas cadeias, até o ato extremado do suicídio. Para tanto, fez-se levantamento de dados sobre tais particularidades, visando-se a elaboração de mapas estatísticos que permitissem conhecimento sobre cuidados dispensados para com a saúde escrava, tipologia das relações entre senhor e cativos, bem como permitir ter-se mais noção das causas que obrigavam cativos a cometerem suicídio em forma de ultimato. Com os resultados obtidos a partir desses primeiros elementos fatoriais, orientaram-se os estudos para se conhecer a incidência de doenças e os índices de mortalidade de escravos na Vitória da segunda metade do século XIX. Objetivava-se facilitar o levantamento de dados em torno de especificidades, tais como: a vida urbana escrava, sua mobilidade, tipos de trabalho, moradia, alimentação e higiene. Confrontando-se esses dados, pôde-se ter melhor percepção sobre as condições de vida relacionadas à saúde, aos tipos de enfermidades adquiridas e, quando fosse o caso, à morte. Os resultados finais apontam para índices elevados de morte escrava e para a grande mortalidade de crianças filhas de cativos na Vitória do período acima referido. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizaram-se as seguintes fontes: livro de óbitos, relatórios e falas de presidentes, relatórios de provedores da saúde pública, jornais, memórias e livros produzidos no decurso do século XIX. O aporte teórico teve como embasamento os estudos recentes direcionados para o diálogo interfacial entre história e ciências da saúde. No âmbito da demografia histórica, elegeu-se a metodologia do sistema demográfico de populações escravas. Por meio deste estudo, objetiva-se contribuir para com a produção de pesquisas sobre história da saúde e da doença em geral; ensejar os estudos sobre escravidão e, sobretudo, motivar a pesquisa dirigida para a saúde, a doença e mortalidade de escravos no Espírito Santo dos períodos colonial e provincial.

Palavras-chave: Doença-mortalidade escrava; Victoria − 1849-1880; Escravidão no Espírito Santo (Estado); Escravidão no Brasil; História das doenças.

ABSTRACT

It investigates rates of illness and mortality incidences of slave population living in Vitoria, capital of the province of Espírito Santo, along the period from 1849 to 1880. To enter this local and unknown universe, initially it was necessary to develop an introductory study on the slavery's multiple faces in Espírito Santo, starting by the narration of some everyday biases, permeating life conditions involving heavy lifting, revolts, punishments, leaks, prisons, the illness in prisons, even the extreme act of suicide. To this end, data collection on such particularities, aimed itself to elaboration of statistical maps that allow knowledge of care provided to the slave health, types of relationships between lord and captives, as well as allow to have more idea of the causes which forced captives to commit suicide in the form of ultimatum. With the results obtained from these first elements, studies were guided to know the disease incidence and mortality rates of slaves in the Vitoria of the second half of the 19th century. It was aimed to facilitate data collection around specific topics such as: urban slave life, their mobility, types of work, housing, food and hygiene. Confronting these data, it might have better perception about living conditions, health related to the types of illnesses acquired and, when it was an extreme situation, to death. The final results point out to high levels of slaves death, and also for the high levels of captives' children mortality in the Vitoria of the abovementioned period. For the development of this research, the following sources were taken: book of obits, reports and speeches of provincial presidents, providers of public health reports, newspapers, memoirs and books produced in the course of the 19th century. The theoretical intake had the basement of recent studies directed to the interfacial dialogue between history and health sciences. In the context of historical demography, it was elected the methodology of demographic system of slave populations. With regard to this study, the goal is to contribute for the production of research on the history of health and disease in general; lead studies on slavery and, first of all, encourage the research directed to health, disease and mortality of slaves in Espírito Santo of colonial and provincial periods.

Keywords: Slave disease; Mortality of slaves; Victoria − 1849-1880; Slavery in Espírito Santo State; Slavery in Brazil; History of disease.

RÉSUMÉ

Étudier-si les taux de maladie et l'incidence de la mortalité de slave population vivant à Victoria, capitale de la Province de l'Espírito Santo, au cours de la période de 1849 à 1880. Pour entrer dans cet endroit de l'univers inconnu, initialement, il était nécessaire d'élaborer une étude introductive sur les multiples visages de l'Espírito Santo, commençant par la narration de certains préjugés tous les jours, imprégnant les conditions de vie impliquant des révoltes, punitions, fuites, prisons, soulever des objets lourds, la maladie dans les prisons, même l'acte extrême du suicide. À cette fin, la collecte de données sur ces particularités, lui-même visant à l'élaboration de cartes statistiques qui permettent la connaissance des soins apportés à la santé de l'esclave, types de relations entre le seigneur et captifs, ainsi que permet d'avoir plus d'idée des causes qui a forcé les prisonniers à se suicider sous forme d'ultimatum. Avec les résultats obtenus par ces premières factorielles d'éléments, guidés des études pour connaître la maladie, taux d'incidence et de mortalité des esclaves dans la Victoria de la seconde moitié du XIXe siècle. If visant faciliter la collecte de données autour des spécificités telles que: vie urbaine esclave, votre mobilité, les types de travail, logement, nourriture et hygiène. Face à ces données, il pourrait avoir la meilleure perception par les conditions de vie, la santé associée aux types de maladies acquises et, lorsque c'était le cas, à la mort. Les résultats définitifs point vers des niveaux élevés de décès et d'esclave pour la grande mortalité des enfants de captifs dans la Victoria de la période susmentionnée. Pour le développement de cette recherche, les sources suivantes ont été utilisées: livre des obits, les rapports et les discours des présidents, les fournisseurs de rapports sur la santé publique, journaux, mémoires et livres produites au cours du XIXe siècle. L'apport théorique avait les études récentes de sous-sol réalisés au dialogue interfacial entre sciences de la santé et de l'histoire. Dans le contexte de la démographie historique, a été élu à la méthodologie du système démographique des populations de l'esclave. Grâce à cette étude, l'objectif est de contribuer à la production de la recherche sur l'histoire de la santé et la maladie en général; mener des études sur l'esclavage et, surtout, encourager la recherche réalisée pour la santé, de maladie et de mortalité des esclaves à Espirito Santo de périodes coloniales et provinciales.

Mots clés: Maladie mortalité lac des esclaves; Victoria − 1849-1880; Esclavage à Espírito Santo (Estado); Esclavage au Brésil; Histoire de la maladie.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 − População da Província do Espírito Santo − Censo de Dezembro de 1856..... 184

Tabela 2 − Estatísticas Populacionais Livre, Escrava, Total e Percentual por Escravos na Província do Espírito Santo − de 1824 a 1876..... 186

Tabela 3 − Prisões de Escravos na Província do Espírito Santo, período de 1857 a 1885..... 204

Tabela 4 − Demonstração detalhada da situação carcerária de escravos presos na cadeia de Victoria, com base nos dados fornecidos em data de 13 de maio de 1867..... 215

Tabela 5 − Suicídios e tentativas de suicídios de escravos no Espírito Santo − 1871..... 226

Tabela 6 − População livre e escrava do Município de Victoria − ano de 1872.. 277

Tabela 7 − População escrava de Victoria, "Capital" da Província − ano de 1872..... 286

Tabela 8 − Populações escravas do Município de Victoria, considerando-se o conjunto de suas 5 Freguezias − ano base de 1872..... 287

Tabela 9 − Populações escravas da **Comarca de Victoria** − ano de 1872..... 287

Tabela 10 − Populações escravas divididas por homens e mulheres − C**omarca de Victoria** − Embasamento: Recenseamento do Brazil, ano de 1872..... 288

Tabela 11 − Óbitos de escravos na **Comarca de Victoria**, Período: de 1847 a 1871..... 324

Tabela 12 − Óbitos de escravos adultos e de filhos de escravos nascidos livres, Municípios de Victoria e Espírito Santo (Vila Velha) Período: outubro de 1871 a outubro de 1878..... 326

Tabela 13 − Mortalidade de escravos por faixa etária, Município de Victoria − Período de 1859 a 1886..... 327

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Número de administradores que ocuparam o cargo máximo no Governo da Província do Espírito Santo durante o ano de 1869..... 155

Quadro 2. Divisão das Províncias em classes, tendo-se por base o projeto enviado à Câmara do Brasil Império em 1860..... 158

Quadro 3. Dados sobre Povoações e População do Espírito Santo em 1817/1818..... 169

Quadro 4. População de escravos no Espírito Santo − ano de 1819..... 170

Quadro 5. Número de africanos desembarcados em portos brasileiros entre 1821 e 1830..... 172

Quadro 6. Mapa demonstrativo do número de escravos morando no Convento da Penha e de suas ocupações − ano base 1872..... 235

Quadro 7. Divisão Policial da Comarca de Victoria − Ano de 1859..... 248

Quadro 8. Circunscrição Judiciária da Comarca de Victoria, com base nos dados do Recenseamento do Brazil de 1872..... 252

Quadro 9. Mapa das Doenças Agudas "de" Pretos escravos, segundo estudo do bacharel Luís António de Oliveira Mendes..... 294

Quadro 10. Mapa das Doenças Crônicas "de" Pretos escravos, segundo estudo do bacharel Luís António de Oliveira Mendes..... 295

Quadro 11. Enfermidades "de" negros de Natureza Fisiológica **Diversas**, segundo observações do médico Jean Barthelemy Dazille, ano de 1801..... 298

Quadro 12. Enfermidades "de" negros de Natureza Fisiológica **Venéreas**, segundo observações do médico Jean Barthelemy Dazille, ano de 1801..... 300

Quadro 13. Doenças de pessoas medicadas no Hospital da Santa Casa da Misericórdia − Período: de janeiro a dezembro de 1867..... 317

Quadro 14. Doenças de "pessoas pobres" medicadas no Hospital da Santa Casa de Misericórdia − Período: de janeiro a setembro de 1868..... 319

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 − "Aplicação de castigos" no negro escravo, diante do público..... 212

Figura 2 − Vista a partir do portão de acesso às ruínas de senzalas dos escravos do Convento de Nossa Senhora da Penha..... 232

Figura 3 − 'Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/Anno de 1805'. Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva..... 242

Figura 4 − Vista da barra da Ilha de Vitória na transição do século XIX para o século XX, quando ainda existia o Jardim Municipal (à direita) e trafegavam navios de roda..... 243

Figura 5 − Escravos no ato do despejo de dejetos humanos na Praia de D. Manoel, no Rio de Janeiro de 1861..... 262

Figura 6 − Escravo "tigreiro" com barril de dejetos humanos sendo levado para o despejo nas águas do mar de alguma cidade do Brasil Império..... 282

Figura 7 − Cidade de Victoria: casas velhas sobre morro, onde há uma ladeira calçada..... 284

Figura 8 − Habitações de negros escravos: choupanas ou choças representando uma senzala..... 312

LISTA DE SIGLAS

APEES − Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CEDAVES − Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória

CELADE − Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia

EUA − Estados Unidos da América

FAFIA − Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES

ONU − Organização das Nações Unidas

PPGHIS − Programa de Pós-Graduação em História

UFES − Universidade Federal do Espírito Santo

S U M Á R I O

RESUMO, **9**

ABSTRACT, **10**

RÉSUMÉ, **11**

INTRODUÇÃO, **18**

CAPÍTULO I − HISTÓRIA DA(S) DOENÇA(S): PERCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS, **26**

I.1 História, doença e medicina: saberes médicos no século XIX, **27**

I.2 Advento do hospital moderno e da medicina anatomoclínica, **59**

I.3 Louis Pasteur (1822-1895) e o século XIX: da teoria dos germes ao surgimento da medicina de laboratório, **73**

I. 4 Saberes médicos no Brasil e no Espírito Santo oitocentistas, **82**

CAPÍTULO II − ESTUDO SOBRE A HISTORIOGRAFIA DE DOENÇA(S) E MORTALIDADE DE ESCRAVOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX, **90**

II.1 Proto-historiografia sobre doença(s) e mortalidade de escravos, **91**

II.2 Transição do século XX para o século XXI, **100**

II.3 Comentários sobre os "clássicos" da historiografia moderna, **108**

II.4 Historiografia recente: de coletâneas a livros, **116**

II.5 Capítulos da coletânea "Uma História Brasileira das Doenças", **127**

CAPÍTULO III − ESCRAVISMO NO ESPÍRITO SANTO PROVINCIAL: PECULIARIDADES E CONDIÇÕES DE VIDA DOS "PRETOS ESCRAVOS", **131**

III.1 O Espírito Santo e seu "lugar" geopolítico
no contexto do Brasil Império, **132**

III.2 Demografia e escravidão no Espírito Santo do século XIX, **164**

III.3 Faces da escravidão "Espírito-Santense":
da violência, fugas e prisões ao adoecimento e suicídio, **188**

III.4 Senzalas, mão-de-obra "pesada" e adoecimento de escravos
na construção do Convento de Nossa Senhora da Penha, **228**

CAPÍTULO IV − ADOECIMENTO E MORTALIDADE DE ESCRAVOS
NA COMARCA DE VICTORIA, DE 1849 A 1880, **239**

IV.1 Vila, cidade, capital: mudanças na circunscrição judiciária da
Comarca de Victoria na segunda metade do século XIX, **240**

IV.2 Na "Capital" da Província: meio ambiente,
miasmas e precariedades da salubridade pública, **253**

IV.3 Demografia das populações escravas da "Capital" e da Comarca de Victoria, **285**

IV.4 Categorização das doenças "de" negros a partir das
observações e conclusões do homem branco escravagista, **289**

IV.5 Alimentação, vestuário e moradia escravas, **302**

IV.6 Doenças a que estavam sujeitos os escravos na
Comarca de Victoria e mortalidade escrava, **314**

CONSIDERAÇÕES FINAIS, **330**

REFERÊNCIAS, **334**

I N T R O D U Ç Ã O

Uma das faces menos conhecidas do século XIX está relacionada à propagação de doenças do tipo infectocontagiosas, as quais vêm circulando o mundo antes de o homem ter-se tornado sedentário (UJVARI, 2008). Mais conhecido do que a transmissão de doenças foi o tráfico negreiro de seres humanos das costas da África para o Brasil, iniciado por volta de meados do século XVI e interrompido em meados do século XIX. De acordo com a ideologia escravista, predominante ao longo do referido período, tratava-se do comércio de "peças" cuja mão-de-obra não compensada seria de direito de quem as comprasse. As péssimas condições em que essa "mercadoria" era transportada e a forma como era alimentada a bordo dos navios negreiros contribuíam para o adoecimento e morte de africanos que não resistiam ao rigores da longo travessia atlântica. O que restava para ser desembarcado e vendido no porto do Rio de Janeiro, por exemplo, era uma população composta de negros jovens doentes, acometidos por moléstias diversas adquiridas durante o longo percurso de uma jornada que os estressava e traumatizava (MATTOSO, 1982; CONRAD, 1985; KARASCH, 2000).

Sabe-se que ao longo da História do Brasil Império − 1822-1889 − havia uma grande preocupação por parte do governo em face das "[...] incertezas decorrentes da possibilidade de extinção do regime escravista em um vasto império agrícola" (ODA, 2008, p. 756). Tal preocupação tinha como cerne a diminuição e mesmo o fim da aquisição dessa mão-de-obra escrava. A "falta" não era temida somente pela inevitável interrupção do tráfico negreiro brasileiro, então sob forte pressão da Grã-Bretanha; o temor maior advinha dos altos índices de morte de escravos, pouco resistentes a um corolário de doenças e assombrosos surtos de epidemias as quais lhes acometiam e lhes eram atribuídas (EUGÊNIO, 2009).

Ao longo dos tempos, na vaguidão das vivências humanas de medo da doença e da morte, perpassam categorias transversais de representações do mágico, do mito, do religioso, do profano; os afetos, a dor, os traumas, esperança da cura ou a falta dela por completo nas situações terminais em que o poder da doença decreta o tempo de vida e enseja o abraço final da morte (DELUMEAU, 1996). Deve-se ter em mente que essas transversalidades sempre estiveram imbricadas a questões de ordem socioeconômica, política, cultural e ideológica; que podem tanto contribuir para gerar bem-estar social quanto para motivar conflitos. Entre estes, existem aqueles considerados extremos: as guerras. Estas trazem o que os seres humanos tentam evitar a todo custo: a doença e a morte, sobretudo a morte como consequência de doença adquirida ao longo dos conflitos bélicos. Saúde, doença e morte formam uma trindade

de relações tão intrínsecas quanto dinâmicas. Porém, dessa relação tríplice a saúde é a única que se corteja, deseja-se com ardor; ela é pretendida como se fosse mais natural do que as outras duas partes da trindade e contra as quais de “tudo” se é capaz, pois a cura é o caminho "mágico" cujos poderes resgatam a saúde e o “verdadeiro” significado da vida. Só que doença e morte são fenômenos naturais também intrínsecos à existência humana.

No entanto, não se pode ignorar que entre as fronteiras aparentemente excludentes daquela trindade existencial encontram-se as moléstias. Associado a elas está aquele séquito de categorias transversais, presença incondicional desde o alvorecer dos tempos até os dias atuais, não importando se hoje as doenças são vivenciadas por meio de outras representações, de outras "colorações" – pinturas rejuvenescidas e mescladas de simbolismos novos e antigos. Isso permite afirmar-se que existe considerável diversidade de conceitos sobre doença na contemporaneidade e como tal são reflexos socioculturais. Por si, tal permanece em grande parte no âmbito do imaginário, do "inapreensível", pois “A doença não tem existência em si, é uma entidade abstracta [sic] à qual o homem dá um nome” (SOURNIA, 1985, p. 359).

Nas relações dos povos com suas enfermidades, houve uma “[...] fase mágico-religiosa [em que] a medicina utilizava, às vezes sem o saber, o componente de sugestão para a cura das doenças” (LYONS; PETRUCELLI II, 1997, p. 39). Paralelo ao universo mágico e às religiosidades, as mitologias proliferaram em tempos remotos no ceio de todos os povos e dentre suas muitas funcionalidades destacavam-se aquelas orientadas para explicar e justificar os motivos da doença. “Vingança de uma divindade ofendida, [a doença era], segundo as crenças dos gregos, um dos males que emergiam da caixa de Pandora para punir os homens de suas ambições” (BIRABEN, 1993, p. 245). Dentre as mitologias dos diferentes povos, a greco-romana é a mais conhecida e muito difundida no Ocidente. “Do ponto de vista sociológico, fala-se de mito para designar uma representação coletiva mais ou menos irracional e de forte valor afetivo” (DUROZOI e ROUSSEL, 2005, p. 326).

Para os povos denominados de “primitivos”, detentores de uma tecnologia “médica” elementar, era bastante “[...] difícil estabelecer relações de causa e efeito; [pois requeria] um tipo de raciocínio que depende do grau de desenvolvimento da ciência e tecnologia” (SCLIAR, 2005, p. 14). Era natural que as buscas para “extirparem” de seus corpos e mentes os males que os “possuíam” fossem direcionadas para âmbitos da religiosidade, também da transcendência. Eram recorrentes as práticas envolvendo o mágico, os mitos, religiosidade, entre outras, no afã de se “limpar” o corpo. Cada povo, das mais diferentes épocas, “[...] tem sua dose de racional e irracional. Se existe domínio em que esta é visível, é o da luta contra o mal. Porque o mal não é apenas contrariante, mas absurdo, e porque nem a ‘geometria de

Euclides' o conseguiu explicar nem a lógica conseguiu afastá-lo" (BOTTÉRO, 1985, p. 11). Isso permite afirmar que entre saúde e doença (o bem *versus* o mal) não existe uma linha limítrofe, separando um estado de outro. A convivência entre racional e irracional é, em certo sentido, natural na aparente dicotomia saúde *versus* doença. Não se pode afirmar que as revoluções ocorridas nas Ciências Médicas da segunda metade do século XX tenham "eliminado" o mal e colocado o bem em seu lugar. "Ainda hoje os povos primitivos [sic] se ocupam da limpeza e da higiene pessoal, como o faziam os homens pré-históricos [...]" (ROSEN, 1994, p. 32). Esta afirmação pode ser relida de um modo diferenciado: "Da mais remota Antiguidade [...] até ao bloco operatório mais futurista, as atitudes face às doenças em nada se alteraram" (LE GOFF, 1985, p. 7).

É válido lembrar que as práticas médicas operantes durante o período medieval foram, em grande parte, aquelas baseadas nos princípios de cura de Hipócrates e de Galeno. Não se pode deixar de mencionar o domínio das ideologias católicas, que contribuíram enormemente para instaurar um sistema que atribuía à origem de todos os males o pecado. Assim, "[...] as causas das doenças retornam ao caráter religioso" (BACKES et al., 2009, p. 113). Para corroborar esta afirmação e a ideia segundo a qual todos os homens eram pecadores, e como tal deveriam ser punidos por ordem divina, registra-se que os povos medievais tinham como orientação "[...] uma sociedade baseada na religião cristã e no desprezo ao corpo humano [e que] isso por si só explica a falta de interesse pela saúde e por um suprimento central de água" (JABUR; JABUR; TOZATI, 2005, p. 324). Opondo-se a afirmação dessas autoras, Rosen (1994) faz registros sobre a existência de uma "maquina administrativa" voltada para a prevenção de enfermidades em geral. Quanto aos cuidados corporais, "O homem medieval cuidava de seu corpo muito mais do que se imagina [embora] em geral se considerasse vã a existência terrena [...]" (ROSEN, 1994, p. 69).

Durante a Renascença, as questões relacionadas à saúde e doença das populações na Europa passaram por um período de transição. Foi "[...] uma época em que práticas esotéricas conviviam com o pensamento científico" (SCLIAR, 2005, p. 39). Quanto ao pensamento científico-renascentista, importa lembrar que "[...] os estudos empíricos originam a formação das ciências básicas e com isto surge a necessidade de descobrir a origem das matérias que causavam os contágios (BACKES et al., 2009, p. 113). Aos poucos, eram construídas as bases para o que tempos mais tarde seriam denominadas de saúde pública – as Ciências Médicas em parceria e sob a administração do Estado moderno.

A Modernidade marcaria o nascimento da medicina social, também conhecida como "A medicina de Estado, que se desenvolveu, sobretudo na Alemanha, no começo do século

XVIII" (FOUCAULT, 1996, p. 80). Foi no Século das Luzes que o Estado começou uma série de debates intervencionistas, tendo como suporte discursivo a economia e o cientificismo, o que deu origem a um olhar autoritário (SCLIAR, 2002) e pretensioso em relação às práticas de uma saúde pública capaz de "extirpar" o sofrimento do homem acometido pelas moléstias. A prevenção de contágios com suporte científico-tecnológico não garante um bem-estar social total com a "eliminação" das doenças, pois "[...] a medicina moderna é uma medicina social que tem por *background* uma certa tecnologia do corpo social" (FOUCAULT, 1996, p. 79).

Nessa corrida evolutiva do saber médico-empirista para o estabelecimento normativo das ciências médicas, o século XIX e considerável parcela (primeira metade) do século XX compreenderiam um período crucial a ser transposto. Certa necessidade de fundamentação científica marcaria o século XIX, caracterizando-o como repositório de grande mortandade devido à multiplicação de endemias e aos surtos frequentes de "aterradoras" epidemias. Em meio a esse cenário, os trabalhos do bioquímico Louis Pasteur (1822-1895) contribuiriam para a consolidação da teoria microbiana das doenças. Esse seria um "divisor de águas" na medicina moderna do século XIX.

Na história do Brasil, doenças as mais diversas têm aqui aportado e daqui emigrado para outras localidades do planeta. Endemias, epidemias e pandemias têm se revezado de conformidade com as dinâmicas de práticas de cura clandestinas (FIGUEIREDO, 2002) e com a evolução e crises da saúde pública no país (RIBEIRO, 1993). Nesse cenário, as epidemias são as que mais assustam. Até a lembrança delas traumatiza as populações que sobreviveram para falarem da "devassa" de suas passagens pelo Brasil. Como exemplo, citam-se os estudos sobre o cólera de Beltrão (1999) e de Franco (2013) e as pesquisas de Kodami (2013) sobre a febre amarela.

No cerne do que Braudel (1992) denominou de investigação científica dirigida, ao final da qual se visa obter determinada "produção historiográfica", existe uma grande oferta de caminhos metodológicos. O pesquisador de História sabe que há "[...] ofícios, histórias, uma soma de curiosidades, de pontos de vista, de possibilidades, [pois] Todas as ciências sociais se contaminam umas às outras e a história não escapa a essas epidemias" (BRAUDEL, 1992, p. 92-93). Em outras palavras: diante de tantas possibilidades, é fundamental para o pesquisador ficar atento à escolha dos suportes metodológicos, daqueles que viabilizem, da melhor forma possível, a "construção" de seu produto historiográfico final.

Para a problemática apresentada nesta pesquisa, elege-se a metodologia demografia histórica. Esse documentário não está limitado apenas às fontes primárias. Ele se estende à

consulta de documentos que fornecem pistas sobre a ambiência envolvendo as condições de trabalho, de moradia, higiene e nutrição escrava. As condições vividas por escravos de quaisquer idades e de ambos os sexos apresentam-se como fundamentais para compreensão de estados fisiológicos que compreendem morbidades diversas, resistência e vulnerabilidade a doenças endêmicas e epidêmicas, a causas e incidência de morte no período estudado.

A introdução da demografia histórica no Brasil ocorreu no ano de 1968, ocasião em que foi publicada a obra intitulada de "A cidade de São Paulo: povoamento e população ─ 1750-1850", da autoria de Maria Luiza Marcílio. Assim, era instituída, de forma normativa e definitiva a demografia histórica brasileira. E a partir de então deu-se início à diversificação e à multiplicidade de pesquisas produzidas tendo como suporte o referido método. "Dar conta de todo o avanço da demografia histórica no País [sic] é sempre um desafio e um risco" (MARCÍLIO, 1968, p. 125). No afã dessa autora para orientar os interessados na utilização rigorosa do método, duas inovações, entre outras, são por ela pontuadas. Em um primeiro momento, introduziu-se o "[...] uso sistemático de corpos documentais novos, quantitativos e qualitativos, homogênios, seriais e momentâneos, e, em segundo lugar, a aplicação, em estudos históricos, de conceitos, de métodos e técnicas rigorosos emprestados da Demografia" (MARCÍLIO, 1968, p. 127). Foi a partir do conjunto desses recursos inovadores que a autora, em um capítulo de estudo organizado por ela sobre a evolução das sociedades pré-industriais (MARCÍLIO, 1984), dividiu a demografia no Brasil do século XIX em quatro sistemas a saber: a) Demografia das economias de subsistência; b) Demografia das economias das *platations*; c) Demografia das populações escravas; e d) Demografia das áreas urbanas do século XIX. Excetuando o segundo sistema − economias das *plantations* −, os outros três caracterizaram o Espírito Santo oitocentista. Dentro desse contexto envolvendo os três sistemas, há de se reconhecer que a demografia das populações escravas destaca-se dentre as outras por estar imbricada, de modo incisivo, à proposição oferecida para elaboração desta pesquisa. Os studos de demografia histórica de Marcílio (1968, 1977 e 1984) não excluem as pesquisas sobre a demografia histórica desenvolvidas por outros autores, nem a utilização de métodos auxiliares como a História Comparada e a Epistemologia Indiciária.

Para a periodicidade desta pesquisa, estabeleceu-se o recorte temporal que começa em 1849 e termina em 1880. Adianta-se que os anos que demarcam esse período não são tomados aqui como uma delimitação rígida, cujas fronteiras não podem ser ultrapassadas. Muito pelo contrário: para melhor se adentrar nesse intervalo de tempo e ter-se mais compreensão das condições de vida das populações escravas habitando na Comarca de Victoria, houve a necessidade de se mobilizar tanto para períodos anteriores a 1849 quanto para períodos que se

estendiam para além de 1880. Na verdade, esses dois marcos temporais foram aqui tomados como pontos referenciais, não necessariamente imóveis, e a partir dos quais se pôde adentrar em contextos locais englobando vieses políticos, socioeconômicos e religiosos. Naquele ano de 1849, passou pelo Espírito Santo a epidemia de varíola e, no Brasil, chegava a de febre amarela. A movimentação desta era acompanhada pelas autoridades locais. Um ano depois, a febre amarela aportava em território capixaba. Fator importante: em 1849 foi inaugurado um meio avançado de informações impressas − o Jornal Correio da Victoria. Esse veículo de comunicação inauguraria uma nova época para as populações da Capital e também para toda província. O jornal era uma espécie de guardião dos habitantes locais, os quais passariam a ser informados não apenas sobre a devassa das epidemias, mas sobre cuidados higiênicos, sobre doenças endêmicas, receitas de remédios caseiros, medicina popular e uma série de outras recomendações visando minorar a incidência das enfermidades em geral.

Em relação ao ano de 1880, justifica-se que o mesmo foi escolhido como uma espécie de marco equidistante entre os três anos anteriores e os três anos posteriores a ele. Uma breve análise feita sobre questões voltadas para a salubridade pública, passagem de epidemias e a presença de endemias na Comarca de Victoria, permitiu detectar-se que nos anos de 1877, 1878 e 1879 os velhos problemas relacionados aos cemitérios e à contaminação das águas para se beber caracterizavam a precariedade da saúde pública e favoreciam o adoecimento das populações locais em geral. Em 1881, 1882 e 1883, aos miasmas continuava-se atribuindo as causas das doenças endêmicas e de atração das doenças epidêmicas. A ideia de um Presidente sobre a mudança da Capital para um local central do Espírito Santo tinha como pano de fundo a presença de muitos pântanos (os manguezais eram considerados pântanos fétidos), a sujeira permanente nas mais diversas localidades públicas de Victoria, como nas praças, nas ruas, nos cais e nas praias. Em 1883, as autoridades responsáveis pela salubridade pública alertavam para um problema considerado grave, cuja origem vinha dos tempos coloniais: os mortos ainda eram enterrados no centro da Capital da Província do Espírito Santo.

No que diz respeito às fontes aqui exploradas, importa destacar que elas foram tanto diversificadas quanto em números considerados satisfatórios. Privilegiaram-se, por ordem, um livro de registro de óbitos de escravos por faixa etária na Freguesia de Nossa Senhora da Victoria; um elevado número de Relatórios e Falas de Presidentes englobando o período de 1846 a 1884; leis e regimentos locais; Relatórios de Provedores de saúde pública; três tratados sobre "doenças de negros"; periódicos Jornal Correio da Victoria, um considerável número de livros publicados há mais de um século, entre os quais encontram-se aqueles de abrangência nacional e aqueles de âmbito local. No geral, esse corpo documental funcionou como uma

plataforma a partir da qual levantaram-se, compararam-se e cruzaram-se dados estatístico-demográficos sobre as populações escravas da Província e, de modo especial, da Comarca de Victoria. Foi a partir desse levantamento exaustivo de dados que se partiu para uma acurada investigação sobre as condições de vida, o adoecimento e a mortalidade escrava.

Em relação aos capítulos desta pesquisa, eles somam um total de quatro e estão aqui dispostos na modalidade como segue: a) Capítulo I − É conceitual, de caráter exclusivamente teórico-metodológico, no qual foi elaborada uma narrativa sobre as possibilidades da interface multidisciplinar entre História e Medicina. Estudaram-se as revoluções científicas, a partir das quais a evolução e revolução nas ciências médicas foram possíveis. Desenvolveu-se um breve estudo sobre o surgimento do hospital moderno, da medicina anatomoclínica, sobre o advento da medicina de laboratório pasteuriana e a sua chegada tardia ao Brasil do século XIX. Ao final do aludido capítulo, fez-se uma narrativa sumária sobre o estágio dos saberes médicos no Brasil e no Espírito Santo oitocentistas; b) Capítulo II − Elaborou-se um estudo sobre a historiografia das enfermidades que acometeram as populações escravas no Brasil do século XIX. Tendo-se como aporte metodológico inicial a comparação em História, desenvolveu-se um texto de abertura sobre a saúde e mortalidade de escravos dos Estados Unidos da América − EUA. Em relação a essa questão no Brasil, descobriram possibilidades promissoras, apesar de os estudos, na academia brasileira, em torno de tal assunto encontrarem-se ainda em fase iniciante, mas promissora. O conteúdo desse capítulo contribuiu para evidenciar a inexistência completa de pesquisas pertinentes ao problema no Espírito Santo; c) Capítulo III − Estudou-se o "lugar" da Província do Espírito Santo no contexto do Brasil Império. A despeito de ter sido uma Província pobre dentre as mais pobres, constatou-se que a dinâmica demográfica escrava ocorreu, a partir de fatores diversos, configurando uma economia da escravidão em particular. Detectou-se um sistema de escravidão local pendente entre os rigores do trabalho escravo e a constituição de famílias escravas, entre outros corolários. Tomaram-se esses perfis como base e a partir dos quais fez-se um levantamento demográfico das populações escravas, tendo-se, nalguns casos, confrontado os resultados com os das populações livres. Tomando-se aqueles corolários do sistema escravista local como base, desenvolveu-se um criterioso estudo tópico sobre as múltiplas faces da escravidão no Espírito Santo oitocentista, destacando-se as fugas, formação de quilombos, a violência, as capturas, prisões, adoecimento e suicídio de escravos, obtendo-se resultados interessantes; d) Capítulo IV − Instância em que a tese foi concluída. Aquele estudo gradual que se vinha desenvolvendo em torno das condições de vida das populações escravas, a começar pelo levantamento historiográfico do capítulo II, encontra sua resolução nesse último capítulo. De início, partiu-se para o mapeamento e conhecimento dos

espaços geográfico, político, social, econômico e religioso da Vila de Victoria que se tornou em cidade e Capital, até sua abrangência urbana englobando a denominada "região central", quando se instituiu a Comarca de Victoria. Em meio a esse cenário, estudaram-se condições ambientais e socioambientais locais. Em seguida, fez-se um rigoroso levantamento de dados demográficos voltado especificamente para as populações escravas, a começar por aquelas habitando na Capital, abrangendo, na sequência, as que viviam nos município ou freguesias circunvizinhos. Na continuidade, fez-se um levantamento das categorias de doenças tidas como sendo "de" negros escravos, as quais foram comparadas com um levantamento de dados sobre as enfermidades endêmicas na Comarca de Victoria. A alimentação, o vestuário e a moradia dos cativos foram objeto de criterioso estudo, visando conhecer suas condições de saúde e propensão ao adoecimento. A partir dessa instância, fizeram-se levantamentos sobre a mortalidade de escravos pardos e negros jovens, adultos, de idosos e crianças escravas.

No decorrer desta pesquisa, dispuseram-se nos Capítulos III e IV resultados sobre as condições de vida em geral das populações escravas vivendo na Província do Espírito Santo e, sobremaneira, na Comarca de Victoria. Independente dos estudos recentes sobre a formação de famílias escravas, visando-se a reprodução endógena de braços para suprir as demandas do mercado local, deparou-se com dados estatísticos que contrariam, em certa medida, parte dessas percepções. Os índices elevados para o quesito mortalidade de crianças filhas de escravos apresentam-se como "algo" de importância para a inclusão de novos caminhos que enriquecerão os debates e a produção de trabalhos sobre a escravidão no Espírito Santo.

C A P Í T U L O I

HISTÓRIA DA(S) DOENÇA(S): PERCEPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Desenvolvem-se abordagens orientadas para uma história conceitual da(s) doença(s) enquanto fenômeno sociocultural. Utiliza-se investigação científica como suporte que permite ir-se além de perspectivas exclusivamente biomédicas. A problemática social resultante das enfermidades eventuais é tratada ao mesmo tempo como motivo e resultado de ações ou atitudes, individuais ou coletivas, as quais se inter-relacionam e que durante certo período de tempo passam a manifestar comportamentos anormais ou patológicos, viabilizando, desse modo, o desenvolvimento, no seio desses contextos sociais, de construções simbólicas que foram e são, no decurso de tempos históricos, conferidas e reproduzidas por essas sociedades. Nesse sentido, levam-se em consideração percepções de cientistas, estudiosos, de pensadores vivendo e convivendo com pessoas que apreenderam múltiplos saberes relacionados à saúde ou à doença; saberes de base ou de orientações religiosas seculares, em paralelo a conjunturas políticas e econômicas naturalmente atreladas ao *ethos* de seu tempo.

Levantam-se questões de ordem teórico-metodológica as quais estão relacionadas aos saberes médicos do século XIX que estão imbricados aos do século XVIII. Para promover o entendimento conceitual das enfermidades que caracterizaram o Oitocentos, introduzem-se breves percepções e representações da doença de períodos anteriores ao século XVIII, tendo-se como intento o suporte teórico ao longo do processo de construção histórico-simbólica da enfermidade no Ocidente. Isso permite ter-se compreensão de ambiguidades e do progresso médico científico no século XIX. Nos quatro tópicos seguintes, problematizam-se interfaces que perpassam história, doença e medicina a partir de questionamentos feitos à história das ciências, advento do hospital moderno paralelo ao surgimento da medicina anatomoclínica, ao surgimento da medicina de laboratório em meados do século XIX e um relato dos saberes médicos vigentes e operantes no Brasil e Espírito Santo oitocentistas.

Objetiva-se, por meio do conteúdo conceitual manifesto nas quatro instâncias tópicas seguintes, fornecer um referencial de base sobre saberes médicos no Ocidente e no Brasil, a partir do qual esta pesquisa passa a ser desenvolvida gradativamente. Em sua sequência, define-se a natureza estrita e específica relacionada ao objeto de estudo aqui proposto.

I.1 História, doença e medicina: saberes médicos no século XIX

A doença é presença natural na vida[1] do Homem e faz parte de seu cotidiano desde sempre. Convivendo com moléstias ordinariamente, para defender-se delas o homem dos primeiros tempos − o denominado "homem primitivo" − foi desenvolvendo percepções sobre o que ele atribuía advir de seres sobrenaturais. A compreensão "primitiva" de doença tinha como suporte representações de enfermidades as quais eram aceitas como sendo autônomas e portadoras de poderes extraordinários, permitindo-se assim entrarem livremente nos corpos e nos espíritos humanos. Esse tipo de visão sobre as causas de males diversos conferia à doença o *status* de uma entidade mágica e externa ao mundo natural (SCLIAR, 2005). Por seu turno, na falta de "aparatos" tecnológicos que permitissem maior grau de entendimento das causas desses males, esse homem "primitivo" ainda não estava apto para discernir entre o ser natural e o ser sobrenatural, em se tratando "daquilo" que transmitia a doença. Esta lhe trazia a dor, o sofrimento como forma de punir ações comportamentais ou morais de um homem portador de "culpas" e sobre cujo teor delas ele não tinha compreensão clara. Daí o surgimento de crenças em torno de dimensões sobrenaturais intermediadas pela magia. Esta é em si mesma de natureza ambígua, porque apavora quando infesta os corpos de moléstias e é bem-vinda quando traz a cura para aliviar o sofrimento desse homem doente.

Nesse sentido, deve-se atentar para a dicotomia duma dimensão mágica e de natureza mutante, como seja: o "mal" (doença) *versus* o "bem" (saúde) se complementam, pois eles provêm da mesma fonte sobrenatural: a magia. A doença é causada pela ação mágica do mal. A saúde resulta de ações do bem, ou melhor, da cura que por seu turno também é mágica. Essa suposta controversa, decorrente das apreensões do próprio homem, viabilizava certa convivência com fenômenos opostos e aparentemente excludentes. Note-se que a magia tem faces "oponentes" que se complementam, as quais operam por meio de uma dialética da alternância entre doença e saúde, isto é, entre o "mal" e o "bem". As representações do "mal" são recorrentes ao longo do processo de nomadismo e acompanham-no na sua transição para o sedentarismo e neste, por milênios, continuaria, tornando-se complexo na proporção em que

[1] Ao fazer-se menção à "vida" do homem, estendem-se suas fronteiras para além do homem histórico, nômade ou sedentário. A frase "desde sempre" tem significados e implicações várias, pois se reporta à vida em contextos diversos, desde o biológico até o cotidiano do homem que adoece e traduz suas experiências dolorosas por meio de sua cultura, fazendo uso de representações simbólicas que viabilizam ou facilitam a compreensão histórica da doença e da saúde. Aos interessados, recomendam-se "As Epidemias na História do Homem", de Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie, Edições 70, de 1986; e "Doença", de Jean-Nöel Biraben. In: "Dicionário das Ciências Históricas", organizado por André Burguière. Imago Editora, 1993.

as percepções culturais e tecnológicas surgiam e se refinariam[2]. Demonstrações de medo e pavor humanos ante o pode das moléstias, ao longo da história, foram e ainda são, até certa medida, recorrentes, apesar da disponibilidade dos recursos biotecnológicos, biomédicos e farmacêuticos na atualidade. O postulado de Le Goff (1985) segundo o qual, mesmo em face dos avanços dessas tecnologias e das ciências, ainda hoje não é possível estabelecer limites fronteiriços que impeçam "[...] a crença inveterada na eficácia da magia (orações e ervas) e nos mágicos (bruxas, milagreiros, curandeiros de toda espécie)" (LE GOFF, 1985, p. 7) é fato concreto. No entanto, é mister atentar para as percepções seguintes:

> Pela sua inteligência, que permitiu o desenvolvimento progressivo da cultura e da técnica, o homem pôde escapar pouco a pouco às sujeições da seleção natural. [...] Apenas as doenças impuseram a sua selecção até uma data recente. Foi preciso esperar os últimos séculos (o século XVIII e particularmente o século XIX) para que os países mais avançados conhecessem e aplicassem regras de higiene e de prevenção, particularmente as vacinas (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 12-13/14)

Ao combaterem a doença, seres humanos buscam a saúde, mesmo sem que esta fosse historicamente mencionada nem representada com a mesma frequência das representações de morbidades. O "mal" é a dor universal, é o flagelo que atormenta os seres humanos de quaisquer épocas, etnia, *status* social. A dor do "mal" não tem fronteiras nem restrições geográficas. Até o século XIX, as representações da doença se confundiam com as da morte. Aquele que adoecia agravava seu estado de doente, minorava seu estado de saúde, aumentava as possibilidades de sua morte. “O pavor da doença, potencial e efetiva, as dores das queixas agudas e das moléstias de longo prazo, e ainda o pavor da mortalidade figuram entre nossas experiências mais universais e assustadoras” (PORTER, 2004, p. 13).

No ensejo dessa reflexão sobre doença enquanto presença natural e aterradora na vida do homem, Tamayo (1988) postula que nas teorias primitivas de enfermidade a "magia" e seus atributos diversos são formas de representações do caráter universal da doença e da morte. De acordo com o pensamento desse mesmo autor, entre os principais aspectos das concepções primitivas de enfermidade, destacam-se procedimentos correlatos, na seguinte modalidade: a) Doença como resultado de manipulação de magos, feiticeiros, bruxos; b) Doença como castigo divino devido a violação de regras, ou de um tabu; c) Possessão de

[2] No capítulo "A magia e a medicina reinam na Babilônia", da autoria de Jean Bottéro (em "As doenças têm história" − organização de Jacques le Goff), pode ser encontrado considerável número de referências feitas a cultura do povo da Babilônia, onde os domínios de uma medicina mágica abriam espaços para as forças sobrenaturais. O exorcismo era frequentemente utilizado, pois o poder de moléstias advinda dos infernos era recorrente. "Cada civilização, cada época, tem sua dose de racional e de irracional. Se existe domínio em que esta é visível, é o da luta contra o mal. Porque o mal não é apenas contrariante, mas absurdo, e porque nem a 'geometria de Euclides' o conseguiu explicar nem a lógica conseguiu afastá-lo" (BOTTÉRO, 1985, p. 11).

corpos por espíritos malignos; d) Perda da alma ou do espírito: trabalho de pessoas portadoras de poderes mágicos. Estes aspectos, entre outros, seriam apreensões sensitivas do homem de tempos em que o médico era um feiticeiro[3], um bruxo, ou um mago. Trata-se de personagens agentes que intermediavam os "espaços" entre a doença e suas causas sobrenaturais. Tais representações e práticas eram comuns na denominada "era primitiva", nos tempos em que os seres humanos eram nômades. Com a descoberta da agricultura e domesticação dos animais[4], o homem deixou de ser nômade e passou a ser sedentário. Essa mudança radical permitiria o surgimento das primeiras comunidades: dos povoados às vilas; das pequenas às grandes cidades. Nas aglomerações humanas, os problemas relacionados à saúde se agravariam com a invenção e o desenvolvimento da vida em comunidade (ROSEN, 1994). A sedentariedade teria seus preços e dentre eles a transmissão de doença aumentaria consideravelmente. "A domesticação dos animais, seja para auxílio no plantio, seja como fonte regular de proteínas, foi elemento crucial no aparecimento de novas doenças" (BATISTELLA, 2007, p. 30). O conjunto desses fatores diversos, entre outros, contribuiriam para viabilizar o aumento da presença de moléstias, por motivos que serão explicitados adiante.

Com o homem criador de civilizações, as modalidades de "medicalização" ocorriam conforme seu progresso tecnológico, político, econômico e social. Entretanto, nem sempre era assim. A magia − poderes extranaturais motivadores e justificantes das enfermidades − foram marcantes por longo período de tempo entre os povos. Conforme já expresso acima, magos, feiticeiros, milagreiros e curandeiros permaneceriam, mesmo perdendo espaços e ou parte de sua supremacia para outras formas de percepções sobre doença e, em consequência, para o surgimento de práticas de cura baseadas em fenômenos naturais. Surgiam percepções com base em uma lógica racional. Longe de serem "exterminados" com o surgimento da medicina científica, aqueles personagens milenares mudariam suas imagens, abordagens, linguagens e

[3] Farto material escrito sobre doenças de feitiçaria pode ser encontrado no livro "Entre Cirurgiões, Tambores e Ervas: calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)", da autoria de André Luís Lima Nogueira − Editora Garamond, 2016. Para esse autor, os "feitiços" tinham o caráter de mal onipotente e as "doenças" de feitiço "[...] sugerem a crença de que pessoas através da manipulação de forças sobrenaturais poderiam provocar um sem número de debilidades nos corpos e, no limite, óbitos" (NOGUEIRA, 2016, p. 51).

[4] Historicamente, o ser humano deixou de ser nômade e passou a ser sedentário há aproximadamente 10.000 anos atrás. Esse número não é unanimidade entre os estudiosos do neolítico. "Há cerca de 12.000 anos, grupos humanos que viviam da caça e da recolha de alimentos tinham-se espalhado por quase todas as regiões da Terra [...] Decorridos alguns milênios, porém, uma nova descoberta transformara a face do Mundo: a agricultura" (FLEMING, 1975, p. 29). Essa datação está em acordo com a seguinte: "Oito a dez mil anos antes de nossa era, o homem já sabia lutar contra a fome, cultivando plantas e criando os animais mais úteis. Tratou-se da revolução neolítica, que multiplicou entre dez e cem (ou mais) os recursos disponíveis num mesmo espaço" (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 13). O sedentarismo propiciou ao Homem um estilo de vida novo: surgiam as primeiras aglomerações humanas, o que deu origem às primeiras vilas. Aliada à agricultura, a domesticação de animais foi um recurso que não apenas contribuiria para o sustento da espécie humana, mas propiciaria o surgimento de moléstias. Um longo período de imposição seletiva de doença ocorreria e duraria até fins do século XIX.

estratégias, garantindo sua presença e exercício de práticas mágicas mesmo com a chegada da Modernidade. Orações, esconjurações, milagres, ervas e rituais de curas tendo como base causas sobrenaturais afrontariam os saberes da medicina científica. Ao longo do século XIX, a magia e o curandeirismo milagreiro, por exemplo, atuaram no Ocidente e, de modo especial, largamente no Brasil imperial e escravista, mesmo enfrentando as frequentes denúncias dos médicos de formação acadêmica que lutavam para instituir e oficializar sua profissão tendo por base a ciência e o suporte do Estado imperial, o que será tratado mais adiante.

Com o passar do tempo, surgiriam outras percepções acerca das origens, isto é, das causas naturais das moléstias. No entender de Tamayo (1988), esse discernimento sobre as especificidades acerca das origens reais da doença possibilitou a seres humanos de diferentes épocas e espaços geográficos distinguirem o seguinte: a) A doença como advinda de causas não biológicas e, sim, de causas sobrenaturais b) Da doença tendo como origem causas biológicas e, portanto, naturais. "O que não pode ser explicado por o que se chama de 'ciência' passa à esfera sobrenatural" (NOGUEIRA, 2016, p. 36). Conforme já relatado acima, a noção de enfermidades resultantes de motivos extranaturais permeia a mente humana desde tempos primevos. Como exemplo, cita-se a Era Neolítica[5]. No que concerne às primeiras percepções de doença tendo como causas fenômenos biológicos, isto é, fenômenos naturais, os estudiosos da medicina científica moderna afirmam que, nesse sentido, existe um registro documental que demarca e ou comprova historicamente o "nascimento" da medicina empírico-racional: trata-se do denominado *Papiro de Ebers*[6], aceito como sendo a fonte mais antiga dos saberes médicos em um estágio de percepção envolvendo o pensamento lógico-racional.

> A ideia de doença como resultante de uma causa natural apareceu no Egito, há aproximadamente 4.000 anos (Papiro de Ebers), e sobreviveu paralelamente aos conceitos mágico-religiosos. A transmissão sistemática de conhecimentos médicos era feita na célebre "Casa da Vida", que guardava, além da literatura sobre botânica e

[5] A Era Neolítica é também conhecida como a Nova Idade da Pedra. O sedentarismo foi um longo processo de mudança do nomadismo para a vida em comunidade num mesmo local geográfico. O sedentarismo não ocorreu da noite para o dia: de 10.000 a 2.500 a. C. foi o longo período transcorrido para que o homem se tornasse, de modo definitivo, sedentário. "Com o aparecimento da pastorícia e da agricultura os grupos de caçadores cederam o lugar a comunidades mais numerosas, com chefes e artífices especializados" (FLEMING, 1975, p. 29)

[6] Profissionais da medicina científica moderna e da bioquímica, por exemplo, fazem distinções quanto à antiguidade do surgimento de outras documentos sobre medicina e farmacopeia na Antiguidade. O professor de química da Universidade Federal do Rio de Janeiro Angelo da Cunha Pinto cita um outro documento ainda mais antigo do que o Papiro de Ebers, que é uma "Coleção de receitas empíricas de um 'médico' Sumério. Este é o texto médico mais antigo que se conhece. Data de aproximadamente 2200 a. C." (PINTO, 2011, p. 4). Não obstante, uma "coleção de receitas empíricas" pode resultar de experiências mágicas, o que não é o caso das fórmulas de medicina empírico-racional, baseadas no pensamento lógico-racional constante do Papiro de Ebers. Outrossim, numa passagem do texto da AGEAC sobre o Papiro de Ebers, há uma pista de que esse documento foi provavelmente copiado de originais bem mais antigos, datando de 3400 a. C. É nesse sentido que estudiosos da medicina científica moderna defendem a hipótese segundo a qual o Papiro de Ebers é o documento mais antigo que marca o surgimento das primeiras percepções de doença advinda de causas naturais.

> venenos, técnicas místicas de cura, não havendo aparentemente conflito entre o natural e o sobrenatural (TAMAYO, 1988, p. 67).

Ao levar-se em conta o conteúdo da citação acima, observa-se que ao referido papiro é dado não apenas o *status* de documento fundador da medicina empírico-racional, mas também o *status* de fundador da primeira farmacopeia de que se tem notícia. Se até então, o homem, no decurso de uma longa duração de adoecimentos passados, apegara-se às crenças mágico-religiosas como meio para conferir às causas da doença um caráter extranatural, agora ele tinha a opção de escolher entre a magia e a experiência da cura embasada numa apreensão lógico-racional. A convivência não conflituosa das duas correntes de crenças e pensamento medicinal na "Casa da Vida" − um "hospital" da Antiguidade − sugere que ao enfermo era dada a liberdade de escolha para recuperar sua saúde, o que não deixava de ser também uma liberdade mental para que o paciente vivenciasse aquilo que melhor representava para ele e no qual ele acreditava, independente dos resultados finais.

No intuito de reforçar o conteúdo da citação acima, reproduz-se o seguinte:

> Os egípcios foram os primeiros a afirmar que as doenças têm causas naturais, o que os motivou a produzir remédios para combatê-las. Eles produziram a primeira farmacopeia da História. [...] O Papiro Ebers é um dos tratados médicos mais antigos e importantes que se conhece. Foi escrito no Antigo Egito e é datado de aproximadamente 1550 a. C. Atualmente o papiro está em exibição na biblioteca da Universidade de Leipzig e foi batizado em homenagem ao monge alemão Georg Ebers, que os adquiriu em 1873. O Papiro Ebers foi escrito no nono ano do reinado de Amenophis I (1536 a.C.), mas acredita-se ter sido copiado de textos anteriores, que datavam talvez de 3400 a. C. (AGEAC, 2012, p. 1-2).

Esta discussão sobre a primazia das origens histórico-documentais nas quais constam os primeiros registros sobre o discernimento entre causas naturais e extranaturais da doença reforça a ideia de que para o Homem de todas as épocas a preocupação com a saúde era fator básico. É a partir desse princípio que uma comunidade, por exemplo, funciona do ponto de vista estrutural e institucional. Entretanto, o fator "saúde" não se sustenta por si mesmo: ele é uma conquista e, para tanto, a história da luta do Homem contra a doença é tão básica quanto a luta pela conquista da cura. Essas duas modalidades atitudinais convergem para um mesmo caminho onde as experiências científicas se encontram em diferentes contextos temporais e sociais. Necessidades básicas humanas passaram a ser motivo de preocupação com o advento de descobertas, desde as mais simples até aquelas consideradas complexas. Entre 460 e 370 a. C., na Grécia de Hipócrates, por exemplo, as percepções de mundo eram simples, limitadas; a tecnologia e os saberes medicinais resultavam de necessidades em menor quantidade e menos complexas se comparadas ao que ocorreria nos séculos XVIII e XIX.

Quando deixou de ser nômade, a vida do Homem era simples e suas necessidades também. O homem de início do processo de sedentarismo, por exemplo, desfrutava de contato direto com o ambiente geográfico, meio em que natureza e seres humanos viviam imbricados. Porém, com o surgimento das cidades e de seu crescimento irreversível, o meio ambiente passou a sofrer intervenções agressivas por parte do homem. Este desenvolveria percepções aguçadas sobre as leis que regem a natureza e não tardaria o tempo em que o Homem imporia sua vontade no sentido de "subjugá-la". Seria de esperar haver reações por parte da natureza[7]. O aumento populacional na fase sedentária daria início, com o passar do tempo, à degradação do meio ambiente. Esses fatores contribuiriam para que o equilíbrio saúde-doença fosse abalado. Diante de tal situação, o homem seria obrigado a repensar suas relações com o meio sem o qual a vida era e é impossível. O crescimento urbano desenfreado, a partir da vida nas grandes cidades[8], por exemplo, traria problemas cruciais. Com o aumento de doença, a saída seria acurar percepções na busca de meios para compreender e debelar as moléstias. Assim nasceriam os primeiros saberes de uma medicina empírica. Em face do "mal", um chá de ervas medicinais poderia operar "milagres". Em parte, isso mudaria na Modernidade.

Quanto ao nascimento da uma medicina como resultado de percepções e observações seguidas de experiências científicas, afirma-se que seu processo de descobertas não foi fácil, nem ocorreu de modo rápido, ou seja, da noite para o dia. Se os sábios do Egito Antigo e da Mesopotâmia são referenciados, por alguns estudiosos, como tendo sido os pioneiros no que se refere ao surgimento dos primeiros espaços destinados à arte de uma medicina de caráter empírico-racional, isso pressupõe que não tardaria para ocorrer a transmissão desses saberes às civilizações nascentes circunvizinhas, a exemplo dos gregos e dos romanos.

> O intenso comércio no mar Mediterrâneo [contribuiria para disseminar] a tendência *empírico-racional* entre os gregos [do período Arcaico em diante], que realizaram grandes progressos organizando e difundindo escolas por todo o mundo helênico. Às

[7] Para os interessados em conhecer as matrizes que deram origem ao ambientalismo, recomenda-se o texto "Meio Ambiente: em busca da qualidade de vida", de Wagner Costa Ribeiro. Ora, é fato que "Há cerca de 3.700 anos, as cidades sumérias foram abandonadas quando as terras irrigadas que haviam produzido os primeiros excedentes agrícolas do mundo começaram a tornar-se cada vez mais salinizadas e alagadiças" (RIBEIRO, 2005, p. 400). Essa degradação do meio ambiente na Antiguidade foi notória nos grandes centros urbanos daquele tempo. Segundo esse mesmo autor, em Atenas, Platão já alertava para o desmatamento desregrado nas colinas da Ática; e em Roma, Políbio, o Velho, advertia contra a má administração no uso desregrado das terras e também demonstrava preocupação com a erosão do solo.

[8] Em "O crescimento das cidades" (ainda no decurso da Idade Média) e em "Problemas sanitários da vida urbana", Rosen (1994) faz exposição do aumento populacional, da segurança nas cidades cercadas por muros como forma de "evitar" a violência e a criminalidade. As aglomerações humanas surgiriam ao final do Medievo e seu número se elevaria a partir do século XVIII e seria agravado ao longo do século XIX. "Garantir a pureza da água necessária para beber e cozinhar se revelou um constante problema das autoridades municipais. [...] Outros problemas eram a limpeza das ruas e o destino do lixo. Remover o lixo revelou-se um desafio importante de higiene, de difícil solução técnica [...]" (ROSEN, 1994, p. 55).

> escolas de Cnidos e de Cós (abrilhantadas por Hipócrates), seguem-se as de Esmirna, Laodiceia e Éfeso, que converteram a medicina em um corpo de doutrina e codificaram as regras de suas práticas. O *Corpus* dos escritos atribuídos a Hipócrates, junto com os de Galeno (época romana), consolida a contribuição de vários séculos de experiência grega e permanecerá como a principal teoria de enfermidade como causa natural, durante 14 séculos (MARROU, 1975, apud MARGOTTO, 1998, p. 24).

De conformidade com o conteúdo da citação logo acima, os gregos (seguidos pelos romanos) teriam sido os responsáveis pela organização, instauração e progresso de práticas médicas baseadas naquelas percepções empírico-racionais. Quanto aos cálculos do tempo de duração da medicina hipocrática, deve-se ter cautela, pois essa periodicidade varia segundo pensamento de estudiosos advindos de áreas diversificadas do conhecimento − dentre os quais se destacam historiadores, médicos historiadores, filósofos, sociólogos, antropólogos. Se para alguns, o exercício prático dos saberes médicos atribuídos a Hipócrates durou 1.400 anos; para outros, essa longa duração estendeu-se por um período de 2.000 anos[9]. No entanto, independente das controvérsias em torno desse assunto, a versão sobre 20 séculos de duração pode ser considerada como a "[...] pedra de toque na história da medicina e um ponto de referência durante dois milênios" (REALE e ANTISERI, 1990, p. 121). Embutidas nesse processo milenar da "pedra de toque", outras percepções de saberes médicos ocorreram em parte e em face dessa hegemonia no exercício de práticas do *Corpus Hippocraticum*. Essas percepções novas aperfeiçoariam os saberes da medicina clássica de Hipócrates a Galeno. Assim, faz-se necessário lançar-se um olhar sobre essas contribuições que ao longo do tempo foram direcionadas para a melhoria no processo da arte de curar.

A história da doença e cura no Ocidente esteve quase sempre orientada para reproduzir os saberes da medicina hipocrática, "[...] mesclado[s] às teorias aristotélicas e galênicas [...]" (EDLER, 2011, p. 29). Não obstante, é fato que os saberes de médicos árabes progrediram em grau bastante elevado de conhecimento científico. Em regiões da Europa onde se deu a ocupação por mulçumanos − Sicília, sul da Itália e, sobretudo, Espanha −, o *Cânone* de Ibn Sinâ, mais conhecido no mundo ocidental como Avicena (980-1037 d. C.), foi traduzido pelos francos para o latim. Diante da miséria humana em face dos poderes das moléstias em tempos de saberes médicos precários, a troca de conhecimento médico-científico ocorria sem que as diferenças culturais entre Oriente árabe e Ocidente cristão impedissem acesso a métodos mais

[9] Aos interessados, recomendam-se algumas obras sobre essa problemática, quais sejam: "Das tripas Coração: uma breve história da medicina", da autoria de Roy Porter, Editora Record, 2004; "O Nascimento da Medicina como Saber Científico Autônomo", Capítulo V do livro "História da Filosofia", Vol. I, da autoria de Giovanni Reale e Dario Antiseri, Editora PAULUS, 1990; "As Lições de Hipócrates", da autoria de Claude Mossé, Capítulo dois do livro "As Doenças têm História", organizado por Jacques Le Goff, Editora Terramar, 1985.

avançados de cura. E isso ocorreu por um longo tempo, com destaque para o período que vai do século VIII ao século XI − o tempo da "idade de ouro" da medicina árabe.

> Quando vemos um barão franco recorrer a um médico sarraceno ou − feito de um outro alcance − um Gerardo de Cremona traduzir em latim [considerável] soma de conhecimentos médicos árabes que é o Cânon de Ibn Sinâ (Avicena), uma mesma realidade se nos impõe e suscita a nossa curiosidade: a medicina árabe brilhava então em todo seu esplendor e iluminava todos quantos dela se aproximavam. Durante os séculos qualificados habitualmente como idade de ouro (do VIII ao XI), desenvolveu-se de facto nos países mulçumanos um pensamento vivo, empreendedor, inovador, ajudado por um conjunto de condições materiais favoráveis [como] riquezas agrícolas, qualidade do tecido urbano e das trocas comerciais activas. Apresentando, concretamente face ao Ocidente do início da Idade Média, um avanço espantoso, a ciência e a filosofia árabes deviam levar os seus frutos a uma Europa chamada a conhecer o seu próprio despertar (MICHEAU, 1985, p. 59-60).

Apregoa-se que diferentes olhares, percepções progressivas de uma mesma fonte − a medicina empírico-racional do Egito Antigo − foram sendo difundidas e apreendidas em diferentes contextos socioculturais. Se os saberes médicos hipocrático-cristãos não estavam sendo suficientes para amenizarem o sofrimento de seres humanos em face do poder das moléstias, os francos, por exemplo, reconheceriam a superioridade dos saberes médicos dos árabes e não hesitaram em absorver essa ciência considerada por eles (pelos francos) espantosamente avançada. É fato inquestionável que em situações nas quais a vida corre o risco de ser ceifada pela doença, a cura − aquela face complementar do que é mágico e que tem o poder de operar os denominados "milagres" − espanta.

> Na chamada Idade Média, curar tornou-se apanágio de monges e clérigos, os únicos doutos que restaram no Ocidente. Entrementes, a chama da medicina clássica foi mantida acesa no mundo islâmico, muito mais adiantado, onde uma sucessão de ilustres eruditos médicos, atuando no [...] Iraque, Irã, Egito e Espanha, estudou, sistematizou melhor e ampliou o trabalho de Galeno (PORTER, 2004, p. 51).

Essas breves incursões em torno de percepções diferenciadas da doença e da busca de cura baseada no pensamento lógico-racional da Antiguidade clássica e no longo decurso da Idade Média têm como objetivo expor origens, diferentes modalidades de representações e apropriações da doença; expor também expropriações e, em consequência, a aculturação da saúde pela Igreja, como no processo histórico de cristianização dos saberes médicos de períodos anteriores à queda do Império Romano do Ocidente (em 476 d. C). Essa nova fase de representações do *Corpus Hippocraticum* ingressa num período de hegemonia e milenaridade, prolongando-se até os tempos modernos. A despeito de o impacto da Revolução Científica ocorrida no decurso dos séculos XVI e XVII ter contribuído para repensar a medicina, a cultura médica hipocrática não desapareceu por completo: suas sombras permaneceram e seu

exercício reapareceria na modalidade neo-hipocrática no século XVIII e, sobretudo, ao longo do século XIX. Para se ter melhor compreensão dessa permanência oculta e desse retorno, faz-se necessário lembrar que a incorporação do pensamento cristão, ainda no início da Idade Média, viabilizaria o surgimento de outras formas de percepção em relação aos saberes da medicina de Hipócrates. Entre essas, deu-se a cristianização do *Corpus Hippocraticum*, o que proporcionaria a incorporação de saberes de cura da Igreja. Por um longo período de tempo, monges e clérigos, conforme já referenciado acima, compuseram a "elite" privilegiada e detentora de regalias no que concernia aos conhecimentos da arte de curar hipocrático-galênica. Todavia, e em conformidade com as percepções de Porter (2004), isso mudaria com o surgimento das primeiras universidades e contribuiria definitivamente para mudar, de modo paulatino, esse cenário, sem que houvesse um rompimento total com a Igreja, pois a sombra de seus clérigos permaneceria e eles passariam a se preocupar com a formação de médicos acadêmicos confiáveis porque seriam tementes a Deus. Não visando ao lucro, eles seriam confiáveis, sóbrios e dedicados exclusivamente ao saber médico. Assim, a partir

> Do século XII em diante, porém, com a fundação de universidades e a recuperação e retradução de textos eruditos de medicina, proveniente de fontes islâmicas, a própria medicina profissional recuperou-se, a começar por Salerno, no sul da Itália. O ensino baseou-se em textos convencionais, formalizados pelo novo escolasticismo aristotélico. Depois de sete anos assistindo a aulas e participando de debates e provas orais, o aluno podia formar-se como médico habilitado. A meta do ensino médico escolástico formal era a aquisição de um conhecimento racional (*scientia*) dentro de um arcabouço filosófico: o médico instruído, conhecedor das razões das coisas, não seria confundido com um mero curandeiro "empírico" ou com um charlatão (PORTER, 2004, p. 51).

O rigor da nova pedagogia escolástica aristotélica motivava poucos para o exercício da medicina. Os modelos hipocrático-galênicos que atingiam a "perfeição" na profissão médica eram raros. Na verdade, "[...] a maioria dos que praticavam a medicina [...] obtinha suas qualificações no trabalho de aprendiz e através da experiência" (PORTER, 2004, p. 51). Para que a demanda de médicos experientes, formados em universidades, aumentasse, de modo a corresponder, ao menos em parte, às necessidades dos hospitais, cada vez mais frequentados por enfermos, seria necessária a ocorrência de uma "revolução médico-científica". De fato, a medicina social, na modalidade primeira de "medicina de Estado", só viria aparecer no início do século XVIII na Alemanha (FOUCAULT, 1996a). Já na França, essa medicina social e "revolucionária" apareceria somente em fins do Setecentos e prolongar-se-ia durante o século

XIX, embasada numa estrutura de Estado diferente daquela surgida na Alemanha[10]. Há quem assegure que essa revolução já ocorria no âmbito da Revolução Científica do século XVI e XVII, tendo sido essa medicina exercitada no século XIX e início do século XX.

> A medicina pôde, portanto, efectuar desde há muito tempo a sua "revolução científica", e os Franceses [sic] redescobrem, com "a engenharia biológica", algo que praticavam sem saber: a utilização de fenômenos biológicos para obter novos bens de consumo, médicos ou não. Não há diferença radical entre a fermentação do vinho ou da cerveja e a produção em série de uma vacina purificada pelos meios mais modernos (MOULIN, 1985, p. 96-97).

A engenharia biológica a que Moulin (1985) se refere é provavelmente aquela mesma implícita nas discussões de Porter (2004), quando este coloca em dúvida procedimentos do profissional de medicina e a manipulação de seu *status* em sociedade. Um procedimento e outro eram considerados "arraigados" já no período renascentista. Continuaram inalterados durante os séculos VII e XVIII. Essas percepções permaneceriam praticamente as mesmas no decurso do século XIX em toda Europa e, na sua continuidade, em todo o mundo ocidental.

É necessário lembrar que na transição da Idade Média para a Renascença[11], começou a surgir a noção segundo a qual o médico ideal deveria ser um homem "velho", com bastante experiência e, se fosse filósofo, deveria assemelhar-se a Deus. Nesse intento, a santificação do médico dava-lhe o *status* de um profissional dotado de princípios elevados: sóbrio, digno, responsável, austero. Esse ideal deveria servir como modelo de perfeição daquele que cuidava para afastar a doença e trazer a cura. Isso tinha como base a ética hipocrática, pois aquele que se comportasse de modo contrário era considerado interesseiro, ávido por dinheiro; era um charlatão, um trapaceiro, e, em última instância, um curandeiro, mago, ou feiticeiro.

> O médico superior gabava-se de se destacar pela mente e não pelos músculos, pelo cérebro e não pela força bruta. Em toda a Europa, a imagem de uma consulta sensata, tal como praticada por esse tipo de homem, manteve-se arraigada até o século XIX. Através de um interrogatório minucioso, o médico determinava os sintomas [...], determinava a natureza da doença, estruturava um diagnóstico e formulava um regime

[10] As questões relacionadas ao surgimento da medicina de Estado e social (e de outros assuntos correlatos) vão sendo expressas ou pontuadas na proporção em que as inferências para o desenvolvimento deste tópico, e do capítulo como um todo, vão sendo requisitadas.

[11] A Renascença foi um fenômeno de transição da Idade Média para a Idade Moderna. Muito mais do que um marco cronológico da História, "O Renascimento [...] não se configura como um período, mas como um fenômeno ocorrido em determinado momento histórico. Essa condição de 'fenômeno' permite dizer que sua manifestação no continente europeu verificou-se em épocas diferentes para cada país ou região, nas quais apresentou aspectos específicos" (RICCIOPO e JOVER, 1975, p. 59). Quanto ao tempo de duração do fenômeno renascentista, os séculos XV e XVI comportaram o tempo de duração para profundas mudanças sociais, levadas a termo pela burguesia europeia. "A expressão 'Renascimento' tem tido numerosas definições, algumas visivelmente antagônicas. Na maioria dos casos, entretanto, ela designa a revivescência da cultura greco-romana, às vésperas da Idade Moderna" (RICCIOPO e JOVER, 1975, p. 58). Por oportuno, o século XVI marca o início da Revolução Científica, que se prolongaria até o século XVII.

> de tratamento. [...] Antes da introdução dos exames físicos sistemáticos e dos exames para fins de diagnóstico, o trabalho do médico não era de participação ativa: o que importava eram a aprendizagem livresca, a experiência, a memória, o discernimento e o jeito para lidar com o paciente. O verniz profundamente tradicional da medicina tornava-a reconfortante − ou [...] antiquado e ridículo (PORTER, 2004, p. 53).

Se o "médico superior" buscava destacar-se por meio de exercícios de memória[12] e mesmo assim as práticas de sua profissão continuaram arraigadas, deduz-se que ele tendia mais para uma qualificação de filósofo da medicina, ao acumular tanta erudição, e menos um profissional preparado de fato para atender aos enfermos. Em face de tal impasse, não se pode negar nem afirmar inércia ou dinâmica dessas práticas médico-posturais. Ou então essas duas posturas se revezavam e acomodavam-se. Em outras palavras: dependendo do contexto, essas posturas conviviam juntas sem entraves. Isso suscita algumas reflexões, conforme seguem: a) Existência de lacunas no programa dos cursos de medicina das universidades de então; b) Como resultado, o grau de saberes médicos adquiridos era insuficiente; c) A não existência ainda de um aparato tecnológico de apoio adequado para viabilizar o "pleno" exercício da profissão desse médico, o qual tendia para a aquisição de preceitos filosóficos, contribuía para que ele incorporasse um sujeito passivo em relação ao atendimento dos pacientes enfermos.

Considerando-se os contextos político, econômico e socioculturais do século XII, não se deve pensar em cursos de formação médica acadêmica iguais aos que tempos depois teriam o suporte das descobertas revolucionárias nas ciências dos séculos XVI e XVII. Por outro lado, há de se considerar a cristianização dos saberes médicos sob o comando da Igreja no século XII, com a fundação das primeiras universidades, conforme já referenciado acima. Outrossim, não se pode relegar a segundo plano a instituição de tradições, tais como: a recuperação e "retradução" de textos eruditos de medicina, entre cujas fontes encontravam-se textos islâmicos, considerados como reforço para os textos convencionais que foram reorganizados, reformados e adequados a uma nova modalidade de escolasticismo aristotélico. Eis a "recuperação" da medicina profissional submetida às tradições da época, quais sejam: as tradições da Igreja Católica Apostólica Romana. Elas seriam ao mesmo tempo uma resistência e um "impedimento" nos e durante os séculos vindouros. Essa política religiosa seria exercitada no sentido de manter o denominado "médico superior", temente a Deus, e, assim, dificultaria a aproximação desse profissional do raciocínio lógico-científico durante os séculos XVI e XVII.

[12] Os postulados de Porter (2004) apontam para o fato de que esses exercícios de memória tinham como embasamento a aprendizagem livresca, a experiência passiva junto ao doente, o acúmulo mental de saberes eruditos, discernimento e lisura comportamental ao lidar com o paciente.

Na continuidade dessa discussão prévia em torno do processo histórico, de percepções e aquisição de saberes médicos no curso de formação daquele que viria a ser o "profissional" de medicina no século XIX, antecipa-se o fato de que a ciência médica acadêmica praticada no Brasil e no Espírito Santo oitocentistas era egressa da Europa desde os tempos coloniais[13]. Daí a importância de se conhecerem traços gerais sobre o que ocorria no mundo europeu, em se tratando de políticas médicas voltadas para a saúde. Conforme já mencionado, a medicina social, tendo como objetivo destinatário a coletividade, também conhecida como medicina científica de Estado, começou a surgir na Europa ainda no início do século XVIII. Sem menosprezar as atividades em torno dos saberes médicos pelos profissionais da medicina de Estados como França, Inglaterra, Áustria, entre outros, é relevante enfatizar que

> [...] foi na Alemanha que se formou, no século XVIII, bem antes da França e da Inglaterra, o que se pode chamar de ciência do Estado. [...] tanto na França quanto na Inglaterra, a única preocupação sanitária do Estado foi o estabelecimento [de] tabelas de natalidade e mortalidade, índice de saúde da população e da preocupação em aumentar a população, sem entretanto, nenhuma intervenção efetiva ou organizada para elevar o seu nível de saúde. Na Alemanha, ao contrário, se desenvolverá uma prática médica efetivamente centrada na melhoria do nível de saúde da população (FOUCAULT, 1996a, p. 80-82/83).

Independente do surgimento da formação prático-pioneira da "ciência de Estado" (ou da ciência médica de Estado) ter ocorrido na Alemanha no início do século XVIII, lança-se a hipótese de que no âmago do pensamento dos que, em seu conjunto, viabilizaram a Revolução Científica havia preocupação por parte dos profissionais de medicina com questões relativas à melhoria dos saberes médicos de então orientados para a preservação da saúde. No cerne dessas mudanças paradigmais ocorridas ao longo do processo de formação da "ciência moderna", no decorrer dos século XVI e XVII, a ciência médica, em menor proporção se comparada com a física e astronomia, por exemplo, avançava atrelada a problemas de ordem política e socioeconômica. Confira-se: "Desde o final do século XVI e começo do século XVII todas as nações do mundo europeu se preocuparam com o estado de saúde de sua população em um clima político, econômico e científico característico do período dominado pelo mercantilismo" (FOUCAULT, 1996a, p. 82). Provavelmente, a Revolução Científica deu-se também nesse mesmo clima da época: a hegemonia do sistema mercantilista[14].

[13] Ao final deste Capítulo I, encontra-se um tópico no qual se faz breve exposição em torno dos saberes médicos operantes no Brasil Império e no Espírito Santo provincial.

[14] Michel Foucault (1996) dedica considerável registro textual para explicitar o que foi o mercantilismo. De conformidade com esse autor, o sistema mercantilista não estava embasado apenas numa teoria econômica: para além disso, esse sistema se caracterizava também como prática política, cujo objetivo era "[...] controlar os fluxos monetários entre as nações, os fluxos de mercadorias correlatos e a atividade produtora da população. A política mercantilista consiste essencialmente em majorar a produção da população, a quantidade da população

A partir dessas observações de Foucault (1996a), torna-se compreensível o fato de que a política médica de Estado inaugurada inicialmente na Alemanha, no início do século XVIII, teve como gênese, ao menos em parte, aquilo que levou as nações europeias dos séculos XVI e XVII a se preocuparem com a saúde de suas populações. Para se ter melhor entendimento a respeito da instituição dessa política coletiva de saúde nas nações do mundo europeu à época, recorre-se ao seguinte excerto, objetivando-se a dar suporte e esclarecimento sobre o contexto histórico e o perfil das ideologias recorrentes naqueles dois séculos.

> A formação da ciência moderna no período da Revolução Científica realiza-se num quadro ideológico, social e político de uma fluidez mais geral. No decorrer dos séculos XVI e XVII, os acontecimentos são tão densos e complexos e as suas incidências nos desenvolvimentos posteriores na Europa tão determinantes, que é óbvio que os historiadores que se ocupam sistematicamente da Revolução Científica − como um dos aspectos da história europeia − desenvolveram abordagens e interpretações diversas a respeito de muitos dos problemas de que se ocupam os historiadores das ciências (GAVROGLU, 2007, p. 97).

A ciência moderna, inicialmente forjada nesse bojo de efervescências próprias dos séculos XVI e XVII[15], continua hoje em pleno processo de formação e reformulação. A alusão feita às "incidências" dessa revolução não se restringiriam ao desenvolvimento científico nos âmbitos da velha Europa. "As colônias tornaram-se, para muitos europeus, uma fonte de riqueza − algo que se traduz também por um impressionante desenvolvimento do comércio na Europa" (GAVROGLU, 2007, p. 99). É provável que, em relação às restrições das incidências que o autor cita, refira-se ao "lugar" e suas dimensões contemporâneas onde esses fatos considerados extraordinários − densos e complexos − se manifestaram no decurso

---

ativa, a produção de cada indivíduo ativo [...]" (FOUCAULT, 1996, p. 82). Esse sistema operacionalmente complexo tinha como objeto a ordem política e social das nações e nisso estava incluída a saúde dessas populações e indivíduos ativos. Na obra de Rosen (1994), encontra-se um capítulo sobre o mercantilismo absolutista − ocorrido durante o período de 1500 a 1750 − como fator preponderante, de resistência e de transição. São colocados em discussão a antiga saúde pública e a nova ciência, as políticas nacionais de saúde, a cidade e a saúde pública, a limpeza e drenagem das ruas, etc. A sociedade sofria com a grande quantidade de moléstias recorrentes em todos os âmbitos das cidades europeias e também no meio rural.

[15] Para se ter noção da complexidade dos acontecimentos ocorridos simultaneamente com o surgimento da "ciência moderna", lembra-se que o Renascimento ocorreu nos séculos XV-XVI; as Grandes Navegações e ou as Grandes Descobertas começaram na segunda metade do século XV e prolongaram-se até o século XVI. À ciência e à filosofia eram colocadas questões sobre como lidar com novos contextos socioculturais, tanto europeus quanto não europeus. Para tanto, ciência e filosofia seriam obrigadas a encontrar ferramentas novas para ter compreensão de "novos mundos". Biologia e ciências médicas também seriam obrigadas a desenvolver outras formas de percepções de mundo. A revolução ostensiva da astronomia, da física, química e cosmologia motivariam as ciências médicas e biológicas a transformações inéditas. O século XIX seria simbolicamente aquele em que questões sobre a saúde e a doença se depariariam com impasses gradativos dentro dessas novas perspectivas. Aos interessados, recomendam-se algumas leituras: Kostas Gavroglu − O Passado das Ciências como História, Positioning the History of Science, The Sciences during the Enlightenment in the European Periphery, Trends in the Historiography of Science, Imre Lakatos and Theories of Scientific Change; John Henry − The Scientific Revolution and the Origins of Modern Science; Vera Portocarrero − Filosofia, História e Sociologia das Ciências I e II; Georges Canguilhelm − O Normal e o Patológico, La Connaissance de la Vie, Du Développement à l'Évolution au XIX Siècle.

daqueles dois séculos. Acredita-se que as mudanças radicais ocorridas a partir das descobertas no âmbito da "física" de Galileu Galilei (1564-1642), no âmbito da "astronomia" de Johannes Kepler (1571-1630) e no âmbito da "física" e "matemática" de Isaac Newton (1643-1727) não se restringiriam aos espaços políticos e socioeconômicos da Europa por muito tempo.

As novas visões de mundo que despontavam colocariam em jogo fundamentos seculares (tidos como pilares irremovíveis) da civilização ocidental, como os sacralizados e dogmatizados pela Igreja Católica. Cairiam por terra as teorias geocêntrica e antropocêntrica. Esse deslocamento radical do um *locus* tido como inarredável, onde mundos − o Planeta Terra e o Homem criado à semelhança de Deus − eram até então mantidos como referenciais intocáveis e justificantes das causas e dos fins da existência de um Ser Supremo e de Suas criaturas − o Homem e a Natureza, sua serva. De fato, da Revolução Científica surtiriam efeitos histórico-filosóficos inéditos na forma de como a humanidade viria a perceber o mundo e as múltiplas modalidades de como essa mesma humanidade perceberia a natureza através de si mesma (da coletividade humana). A ciência moderna apresentava-se como sendo utilitária para a sociedade. Essa nova ciência instituía-se baseada em evidências que incitavam a curiosidade e a sede impetuosa do Homem por conhecimento. Métodos resultantes do raciocínio lógico-experimental surgiriam e viabilizariam novas percepções de mundo.

> O afrouxamento do controle asfixiante de diversas interacções sociais por parte da Igreja Católica cria espaços que são reivindicados por novas camadas sociais, e as guerras que não podem desenrolar-se sem alianças internas reforçam o papel dessas novas camadas. A nova cultura científica encontra terreno favorável nas suas reivindicações, e as novas camadas sociais encontram no proclamado utilitarismo da nova ciência um aliado dos seus próprios objectivos e propósitos sociais e políticos (GAVROGLU, 2007, p. 99).

Essas observações sobre as diferentes abordagens epistemológicas utilizadas pelos historiadores da ciência, quando a problemática em discussão é a Revolução Científica, apontam para a inevitável pluralidade de perceptibilidades que resultariam na produção de apreensões interpretativas diversificadas e por vezes conflitantes. Dentre essas, as visões de Shapin (1999) sobre as dificuldades epistemológicas enfrentadas pelos historiadores, filósofos e sociólogos do século XX, quando o problema em discussão é o entendimento das estruturas, da cientificidade, dos métodos e natureza das rupturas ensejadas pela Revolução Científica, podem ser tomadas como exemplo. Esse autor afirma que os pensadores dos séculos XVI e XVII não agiram de fato no sentido de uma rejeição total ou de distanciamento dos saberes teórico-metodológicos de seus predecessores.

> A Revolução Científica foi algo de significativamente Novo − mas só até certo ponto. Apesar disso, a retórica que insistia na rejeição e na substituição ao desbarato chama nossa atenção para o modo como os próprios praticantes se tendiam a posicionar face às tradições e instituições filosóficas existentes. Aquilo que estava absolutamente errado nas tradições existentes era, dizia-se, o facto de actuarem com base na autoridade textual dos homens em vez de procederem apoiados nos testemunhos da realidade natural. Se alguém pretendesse asseverar a verdade sobre a natureza deveria consultar a autoridade da razão individual e o testemunho da realidade natural, não a autoridade dos livros (SHAPIN, 1999, p. 83).

A realidade natural era o meio ambiente em que se vivia. A rejeição aos livros pelos pensadores da época pressupunha a busca de novos métodos para a apreensão da realidade objetiva, então denominada de o "Livro da Natureza". Em seu estudo, Shapin (1999) coloca para si mesmo o problema de releitura dos métodos utilizados pelos filósofos e cientistas dos séculos XVI e XVII, na tentativa de abstrair a maneira como o conhecimento era realmente produzido. A constituição e o controle de experiências, por exemplo, destacavam-se como partes orgânicas de um conjunto de métodos. René Descartes (1596-1650) preocupava-se com os limites do conhecimento natural, levando-se em conta as inferências dos mecanismos causais a partir da observação de seus efeitos. Para o conhecimento da natureza, devia-se ter consciência da inacessibilidade direta aos âmbitos "escondidos" de sua essência. "[...] simplesmente não temos acesso sensório directo à sua estrutura causal, que se encontra escondida. Temos de inferir os mecanismos causais a partir dos efeitos, e não nos podemos pôr a fazer perguntas a Deus, o grande relojoeiro" (SHAPIN, 1999, p. 113).

No que concerne aos saberes médicos, as comparações de suas práticas e ou conexões com as leis da física e da astronomia eram evidentes. A rejeição aos métodos de Hipócrates e Galeno seria um aceno para a mudança de uma filosofia e de uma ciência históricas que se queria pertencesse ao passado e que em seu lugar deveriam surgir novos conhecimentos. Seria o triunfo da razão mecanicista de René Descartes (1596-1650), na qual estavam inclusos o método e a matemática cartesianas. No caso da matemática, essa serviria de base para as teorias triunfantes da física e matemática de Isaac Newton (1643-1727). O triunfo dessa ciência contribuiria para que essas novas visões de mundo mecanicistas inspirasse fortemente os saberes médicos de então.

> A nova astronomia de Copérnico manteve a conjectura de Aristóteles acerca da perfeição do movimento circular, e o mesmo aconteceu quando da descoberta da circulação do sangue por William Harvey (1578-1657). [...] Andreas Vesalius (1514-1664), anatomista flamengo − celebrizado como inventor de métodos rigorosos de observação e crítico das antigas alegações anatômicas − pensava estar a revigorar o puro conhecimento médico do físico grego Galeno (129 − c. 200 d. C.). Se a metodologia cartesiana era aclamada pelo seu distanciamento radical em relação às práticas de elaboração do conhecimento então existentes, alguns contemporâneos viam Descartes no papel tradicional de grande mestre filosófico: "Reparem! Tornou-se

> o Novo Aristóteles". [...] Paracelso (1493-1541), homem de medicina e mágico natural do Renascimento suíço, defendia, com veemência, que quem procurasse a verdade médica deveria pôr de lado os textos antigos para se lançar no estudo directo das ervas dos minerais e das estrelas. [...] o mesmo dizia que não "compilava os seus manuais baseado em excertos de Hipócrates e Galeno, mas que os escrevia de novo, baseando-se na experiência: "Se eu quiser provar alguma coisa, não o farei com citações de autoridades, recorrerei antes às experiências e ao raciocínio" (SHAPIN, 1999, p. 82/84).

No ensejo dessa abordagem sobre as motivações inevitáveis do pensamento científico revolucionário no âmbito dos saberes médicos, Rosen (1994) denomina essa época de "Uma Era de transição", estendendo-a até meados do século XVIII. Por outro lado, o que ocorreu durante os séculos XVI e XVII, esse autor nominou de "Grande explosão científica". O mesmo tece comentários sobre a importância da Revolução Científica como tendo viabilizado não apenas o assentamento das bases da ciência médica, mas por ter contribuído para a melhoria no processo de observação, classificação e detecção da doença.

> A grande explosão científica dos séculos XVI e XVII assentou as bases da ciência médica sobre a Anatomia e a Fisiologia. A observação e a classificação permitiram o reconhecimento mais preciso das doenças. Ao mesmo tempo, ganharam forma ideológica a possibilidade e a importância de se aplicar o conhecimento científico à saúde da comunidade. Desenvolveu-se, segundo as necessidades políticas e econômicas do Estado moderno, uma abordagem quantitativa dos problemas de saúde. E começou a se concretizar a idéia de serem organismos microscópicos como a possível causa das doenças transmissíveis (ROSEN, 1994, p. 108).

Entretanto, todas essas mudanças e percepções no campo da ciência médica, ao longo do período compreendido entre o século XVI e até meados do século XVIII, não teriam, segundo postulado de Rosen (1994), surtido os efeitos esperados na administração pública dos velhos e mesmos problemas pertinentes à saúde das comunidades. Bem pouco ou nada havia mudado no modelo de administração da saúde desde os tempos da Idade Média. Para esse autor, somente no decurso do século XIX o "terreno" para que essas mudanças ocorressem de fato seria preparado. O Oitocentos seria um tempo "seminal" para tanto.

> [...] nenhuma dessas áreas teve algum efeito maior sobre a administração dos problemas de saúde comunitária. A comunidade dos séculos XVI e XVII, e até mesmo do século XVIII, lidava com os problemas de doenças epidêmicas, assistência médica, saneamento ambiental e suprimento de água quase do mesmo modo que a medieval. O padrão administrativo da Idade Média persistiu, e não seria alterado, até o século XIX. Durante esse período seminal, no entanto, o terreno para a mudança estava sendo preparado (ROSEN, 1994, p. 108).

Em Georges Canguilhem (1904-1995), o pensamento científico evoluiria num sentido tal que para a compreensão das ciências médicas seriam necessários estudos em história, em

epistemologia e filosofia. Suas ideias foram desenvolvidas para além de uma filosofia pura da ciência. Sua epistemologia, por exemplo, foi reconhecida como detentora de sensibilidade perceptiva elevada nas áreas das ciências em que atuou. Inicialmente, importa saber que esse pensador teve como formação básica a filosofia. Algum tempo depois, ele cursaria medicina, tendo como objetivo precípuo dar suporte complementar à sua formação como historiador das ciências. O epistemólogo diria, tempos depois, que esses campos de estudos científicos seriam em seu conjunto importantes e mesmo indispensáveis como aporte para o enfrentamento de problemas humanos concretos (COELHO e ALMEIDA FILHO, 1999). A conjuntura dessas áreas do conhecimento possibilitaria a produção científica caracterizada como "Uma herança filosófica[16] [...] confirmada pelos estudos de história conceitual das ciências da vida [...]" (REDONDI, 1993, p.143). Eis um viés da essência epistemológica de Canguilhem.

Entre as obras do epistemólogo francês, Delaporte (1994) considera "O Normal e o Patológico" como sendo a produção de maior destaque, por fatores diversos. A edição original dessa obra data de 1966. Antes dessa publicação, o livro *Le Normal et le Pathologique* foi objeto de reflexões e revisões especiais por parte de Canguilhem, o que resultou no seguinte: a obra está dividida em duas partes: a) I − Ensaio sobre alguns problemas relativos ao Normal e ao Patológico (1943); b) II − Novas reflexões referentes ao Normal e ao Patológico (1963-1966). O primeiro estudo é "[...] a reedição de minha Tese de Doutorado em Medicina [defendida em 1943]" (CANGUILHEM, 2009, p. 6). O segundo estudo resulta de novos exames, apurados, feitos pelo autor durante o período de 1963 a 1966.

> [...] *O Normal e o Patológico* (1943) é, sem dúvida, o livro mais importante de Canguilhem. Só uma leitura distorcida desta obra poderia conduzir à convicção segundo a qual ele ilustraria, diferentemente de seus estudos ulteriores, uma concepção "biologista" da história. Ao contrário, são as implicações filosóficas de sua

[16] Em passagem crítica à "história epistemológica" de Auguste Comte (1798-1857), cita-se o nascimento da filosofia positiva, ou simplesmente positivismo. Sua repercussão sobre as ideias de pensadores renomados foi notável, ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX. Muitos filósofos comtistas, como no caso de Paul Tannery, fracassariam em face da epistemologia de longa tradição, daquela não agregada ao positivismo. "Tannery fracassou (1903) no concurso para a cadeira criada em 1892 no Collège de France por Lafitte, cadeira aliás suprimida, e sem que em torno disso se fizesse ruído, em 1923. [...] E não por acaso que o sucessor de Rey, G. Bachelard, epistemólogo do 'novo espírito científico', o historiador dos 'estados' [...] renovara ainda uma vez [...] o ensino racionalista que fora o de Comte" (REDONDI, 1993, p. 143). Essa herança da filosofia positiva dos epígonos de Comte chegaria até Georges Canguilhem através de Gaston Bachelard (1884-1962). Era uma influenciado da "história epistemológica" de Auguste Comte, sim, mas o próprio Bachelard sairia enriquecido "[...] por suas polêmicas internas e por uma nova contribuição de perspectivas" (REDONDI, 1993, p. 143). Ainda segundo esse autor, isso começaria a mudar na transição do século XIX para o XX. "O fato de que Canguilhem tenha tomado de Bachelard alguns axiomas metodológicos não nos desobriga de examinar o sentido, a extensão e os limites destas apropriações. [Importa conhecer] a maneira pela qual Canguilhem fez valer, não sem modificações, estes princípios metodológicos no campo da história das ciências biológicas [...] Em O Normal e o Patológico, Canguilhem mostra que a concepção positivista da doença é a expressão de uma supervalorizaação do saber. Se o ser humano conhece as relações do mal com o estado normal, então a medicina comporta um poder de dominação" (DELAPORTE, 1994, p. 23-37).

> tese de medicina, acrescidas de Novas Reflexões (1963-1966), que conferem uma secreta unidade e uma sólida coerência a toda a obra histórico-epistemológica (DELAPORTE, 1994, p. 24).

Conforme enunciado acima, o conhecimento de formação básica em Canguilhem foi a filosofia. Seria natural que essa influência "invadisse" os espaços de seus saberes médicos e seria inevitável a "invasão" da filosofia na produção de uma filosofia da medicina. O conjunto dessas percepções ensejaria uma construção epistemológica cujo primado pode ser definido, por exemplo, como História e Filosofia das Ciências Médicas em Georges Canguilhem. Vale ressaltar que em "Vinte anos depois..." − "Novas Reflexões" (1963-1966) −, Canguilhem (2009) faz uso de "ferramentas" epistemológicas agregadoras. Isso resultaria do exercício de suas novas percepções, as quais ensejariam a construção de uma história filosófica dos saberes médicos, ou das ciências médicas, como seja: uma síntese de conhecimento histórico do papel científico-filosófico da medicina.

> Hoje em dia, portanto, assim como há cerca de 20 anos, assumo ainda o risco de procurar basear a significação fundamental do normal por meio de uma análise da vida compreendida como atividade de oposição à inércia e à indiferença. A vida procura ganhar da morte, em todos os sentidos da palavra ganhar e, em primeiro lugar, no sentido em que o ganho é aquilo que é adquirido por meio do jogo. A vida joga contra a entropia crescente (CANGUILHEM, 2009, p. 107).

Ao término de seu "Ensaio", de 1943, Canguilhem (2009) pontuou que se a medicina existe era devido, em um primeiro momento, ao fato de os seres humanos se sentirem doentes e que só em um segundo momento esses mesmos seres humanos estariam aptos para conhecer de "quê" consistiria sua doença, pois, para que isso ocorresse, há de se ter em mente que afinal existe uma medicina. No início do último capítulo[17] de "Novas Reflexões" (1963-1966), Canguilhem (2009) sugere que no "Ensaio" (1943) foi confrontada a concepção ontológica de doença (compreendida como sendo a face oposta qualitativa do estado de saúde) com a concepção positivista de doença (nesse caso, concebida como sendo a derivação quantitativa da saúde). "Hoje em dia, é preciso reconhecer que, mesmo naquela época, nossa argumentação poderia ter sido mais sólida se fosse mais fartamente alimentada de exemplos [...]" (CANGUILHEM, 2009, p. 126). Ora, já se mencionou o fato relacionado às "heranças" da "filosofia positiva", via Gaston Bachelard (1884-1962), como "implicantes" no pensamento de Georges Canguilhem (1904-1995). Este refutaria a concepção quantitativo-positivista.

[17] Confira-se: "III − Um Novo Conceito em Patologia: o Erro" (CANGUILHEM, 2009, p. 126).

Porém, independente das correntes formadas por pensadores que reconhecem os postulados defendidos por Canguilhem, há aqueles que não reconhecem de todo e discordam[18] em parte.

No ensaio denominado de "A Estrutura das Revoluções Científicas", Kuhn (2003) desenvolveu o pensamento da reciprocidade na relação seguinte: Paradigma → Metodologia → Comunidade, que são formas complementares de pensamento no âmbito do coletivo. Para que isso opere de fato, é necessário que ocorra o fenômeno social que Fleck (2010) denomina de o "coletivo de pensamento", pois não se pode deixar de levar em consideração "[...] a comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos [...]" (FLECK, 2010, p. 82). Assim, o fator reciprocidade pode ser imbricado ao todo, cujas relações são compreendidas na proporção em que a primeira palavra-chave − Paradigma − ocupa seu lugar central na estrutura dos estudos epistemológicos de Kuhn (2003). Vale ressaltar que

> [...] paradigma é um trabalho científico exemplar, que cria uma tradição dentro de uma área especializada da atividade científica ou, em outras palavras, são realizações científicas universalmente reconhecidas que, por um período de tempo, fornecem soluções modelares para uma comunidade científica (HOCHMAN, 1994, p. 201).

Discussões e polêmicas em torno dos estudos de Thomas Samuel Kuhn (1922-1996) ocorrem com certa frequência. Depois da publicação de seu ensaio, em 1962, tornou-se, provavelmente, o homem de História das Ciências mais debatido nos círculos de filósofos da ciência na Inglaterra da segunda metade do século XX (MENDONÇA, 2012).

> Kuhn é frequentemente apresentado pelos comentadores como um autor diretamente envolvido, juntamente com Stephen Toulmin, Imre Lakatos e Paul Feyerabend, entre outros, na formulação de uma nova concepção de ciência contraposta àquela defendida pelo positivismo lógico, como se tivesse sido responsável por uma "mudança de paradigma" na epistemologia anglo-saxã. Costuma-se destacar, sobretudo, o fato de Kuhn ter atribuído um papel epistemológico relevante à história, e não meramente ilustrativo, na sua reconstrução da racionalidade científica (MENDONÇA, 2012, p. 02).

Não deixa de ser uma forma de se reconhecer o legado de um físico teórico e, sobretudo, de um historiador das ciências cujos estudos foram direcionados para combater, entre outros fins, o pensamento neo-positivista do século XX. Era necessária uma mudança de paradigma e Thomas Samuel Kuhn contribuiu, de modo relevante, para que isso ocorresse, dentro de seu tempo de "validade" temporal, em compasso com os revezes da ciência em crise

[18] Cita-se um exemplo: "[...] no que diz respeito à crítica da diferença quantitativa entre o normal e o patológico, os argumentos de Canguilhem contra o positivismo não nos parecem satisfatórios. A ideia de que o normal e o patológico se constituem a partir de forças opostas em luta não necessariamente implica que os fenômenos patológicos são variações qualitativas dos fenômenos normais" (COELHO e ALMEIDA FILHO, 1999, P. 27).

(as revoluções científicas) com a "estabilidade" da ciência "normal". Afinal, anomalias e normalidade fazem parte do progresso científico.

A exemplo das percepções de Fleck (2010) e de Kuhn (2003), entre as de outros, Gavroglu (2007) reconhece a importância e os valores da comunidade científica, ou seja, do "coletivo de pensamento". Sempre enfatizando a importância do rigor da cientificidade dos fatos, sua preocupação com questões relacionadas a autenticidade das fontes pode ser considerada basilar, pois é a partir desse suporte que o seu material coletado, na modalidade de arquivos, funciona como alavanca na elaboração de hipóteses e, em decorrência, de suas conclusões (consideradas parciais). Em relação às diferenças de pensamento, Gavroglu (2007) tende a reconhecer o mérito da diversidade como fator integrante das pesquisas dos membros da comunidade científica: isso significa que ele se permite aceitar as diferentes modalidades de percepções de e entre seus colegas, sem deixar-se levar pela gratuidade quando se trata de "consenso", que, segundo pensamento desse físico-historiador, deve ser analisado tanto seu conteúdo quanto os seus fundamentos científicos. No cerne desse contexto, esforços voltados para a produção de pesquisas sobre a História das Ciências e de sua maior difusão possível são envidados por indivíduos em coletividade. Isso faz parte das preocupações de Gavroglu (1994), em conjunto com outros representantes da comunidade científica. Por meio desse tipo de produção científica, a comunidade não apenas reconhece a importância das relações entre história e sociologia da ciência, mas faz alertas para a importância das antigas relações das ciências com a filosofia. Visando comprovar o fato de que não existe uma história da ciência sem o indispensável aporte da filosofia, reproduz-se o seguinte testemunho:

> We have made an effort to include a fair number of papers examining the issues concerning the relation between philosophy and history of science. We feel that the discussion of this symbiotic relationship has always been beneficial in elucidating problems faced by each subdiscipline separately[19] (GAVROGLU; CHRISTIANIDIS; NICOLAIDIS, 1994, p. x).

No ensejo da citação acima, lembra-se que profissionais de ciências médicas envidam seus esforços no sentido para minorar a dor e elevar o grau de bem-estar fisiológico de seres humanos ao longo dos tempos, em diferentes contextos e graus de conhecimento médico. Por conseguinte, enquanto objeto de saberes médicos, ou enquanto pacientes dos "profissionais da medicina", seres humanos não deixaram de ser sujeitos históricos, não deixaram de ser motivo

[19] Tradução: "Temos feito esforços orientados para a inclusão de um número satisfatório de documentos, tendo por base a investigação de produções em torno das relações existentes entre filosofia e história da ciência. Entendemos que a discussão voltada para essa relação simbiótica é sempre bem vinda, sobremaneira no que diz respeito à elucidação de problemas que são enfrentados quando a questão é o estudo de uma dessas subáreas separada do contexto geral" (GAVROGLU, Kostas; CHRISTIANIDIS, J.; NICOLAIDIS, E., 1994, p. x).

central dos estudos filosóficos, não pararam de se mobilizar enquanto entes que formaram e continuam formando coletividades − as sociedades. Isto posto, deduz-se que as revoluções científicas, as mudanças de paradigmas que contribuem para o progresso da ciência impactam diretamente no progresso de novas técnicas orientadas para o progresso dos conhecimentos médicos. Não se poderia contar com o surgimento (nem com a contribuição) de melhorias no pensamento e em práticas no âmbito dos saberes médicos sem o suporte das revoluções científicas e, em decorrência, dos paradigmas sem os quais não seria possível o surgimento de novas percepções de mundo. Ao longo do debate acima, em torno das revoluções científicas, percebeu-se que elas têm estruturas fundamentadas nos rigores da cientificidade dos fatos e que, ainda assim, estão sujeitas à duração de um período de tempo válido para a atualidade de suas teorias e práticas (que são renovadas ou superadas).

Em se tratando de saberes médicos e de suas práticas no século XIX, importa pautar o fato de que o contexto desse século tem sido motivo de alguns debates polêmicos, ensejando o forjar de representações que têm contribuído para nomeá-lo com epítetos diversificados. Entre esses epítetos[20], destaca-se, como exemplo, o de que o século XIX continua, em parte, no esquecimento, legado ao abandono (DIPÂQUIER, 1993). Entretanto, historiadores e cientistas sociais têm percebido o Oitocentos como uma Era prolixa, no que concerne ao progresso, à indústria, ao capital, ao liberalismo, ao proletariado e à burguesia (AGGIO e LAHUERTA, 2003). Em estudos recentes, historiadores vêm demonstrando que o século XIX foi também um século de progressos nos saberes médicos. Considera-se que as percepções no âmbito da medicina oitocentista foram favorecidas por fatos óbvios como os surtos de epidemias[21], a exemplo da varíola, da febre amarela e do *cholera morbus*. Não é exagero afirmar-se que no século XIX deu-se a globalização de germes, vírus e ou bactérias (DIAMOND, 2001). Nesse contexto de morbidades globais, perdas de vidas humanas em números pandêmicos viriam a

[20] Para o entendimento das representações, construções simbólicas e epítetos dadas ao século XIX, orienta-se o leitor para buscar na trilogia de Eric J. Hobsbawm farto conteúdo sobre o que esse historiador denominou de "O Longo Século XIX". Sua obra está composta dos seguintes livros: I − "A Era das Revoluções (1789-1848)"; II − "A Era do Capital (1848-1875)"; e III − "A Era dos Impérios (1875-1914)". Com enfoque voltado para a América Latina, sobejamente para o Brasil, recomenda-se a Apresentação de "Pensar o Século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina", organizado por Alberto Aggio e Milton Lahuerta (2003).

[21] No Brasil, existe uma historiografia recente sobre a globalização da doença no século XIX. Franco (2015), por exemplo, envida esforços no sentido de mapear o itinerário do(a) cólera. Nesse sentido, o conteúdo de seu postulado manifesta o seguinte: "[...] abordaremos o itinerário percorrido pela cólera desde o seu aparecimento na região do Baixo-Bengala, na Índia, sua migração para outras regiões do Oriente, até chegar ao Ocidente, onde percorreu a Europa, as Américas (do Norte, do Sul e Central) e ainda o continente africano" (FRANCO, 2015, p. 31). Em uma outra percepção acerca da propagação por todos os continentes de vírus causadores de doença é afirmado que isso é tão antigo quanto a história dos seres humanos. "O material genético dos microrganismos escondia parte da história da migração de animais, bem como a humana. Agora, começa a mostrar a globalização antiga e contínua dos germes, revela a história geográfica do planeta e a origem de muitas doenças humanas" (UJVARI, 2014, p. 7).

contribuir para que os profissionais de ciências médicas se mobilizassem em busca de cura para males que aterrorizavam povos de extensas áreas continentais no mundo de então. Vale enfatizar que em face desse cenário oitocentista ainda pouco conhecido, há quem coloque em cheque a devida importância que ainda não foi dada pelos estudiosos em geral, sobretudo pelos historiadores (das ciências, da medicina, da doença, etc.) ao século XIX. Quer-se a ampliação da pesquisa orientada para o papel social e representacional da doença no Oitocentos, considerado um século "abandonado" e esquecido.

> Espera-se assim uma ampliação da pesquisa: ampliação geográfica, ampliação cronológica − o século XIX permanece "o século abandonado" −; ampliação heurística − devem agora ser aproveitadas todas as fontes nominais −; e sobretudo ampliação interdisciplinar, pois nunca se alcançará progresso a não ser garantindo o concurso da medicina, da biologia e da genética (DIPÂQUIER, 1993, p. 220).

Na continuidade desta proposição tópica, vale lembrar que os fenômenos políticos e socioeconômicos ocorridos durante o século XVIII seriam determinantes para as percepções dos saberes médicos à época, com repercussão ao longo do Oitocentos. Por oportuno, vale lembrar que o século XVIII foi emblemado como tendo sido o "Século das Luzes", ou "do esclarecimento", e ainda "o século da razão", cujo espírito iluminista culminaria com o radicalismo do racionalismo (GRESPAN, 2003). Duas revoluções cujas consequências se propagariam por todo o mundo ocidental (sendo que a primeira delas atingiria o grau de universalidade e adentraria o século XIX) caracterizaram a segunda metade do século XVIII: a Revolução Industrial (1750-1870) e a Revolução Francesa (1789-1799). Vale dizer que esta última − emblemada como a Grande Revolução − foi o cerne axial da Revolução Burguesa, de maior duração, caracterizada como o "Processo de longa duração (séculos XVIII e XIX) que derrubou as estruturas políticas e sociais do Antigo Regime" (ALONSO, 2000, p. 360).

Ressalta-se ainda que essas revoluções em seu conjunto influenciariam, de modo marcante, todo o Ocidente. Política, economia, religião, cultura, sociedade sofreriam o poder de seus impactos. Entende-se que o pano de fundo desse cenário secular era tecido por novas percepções de mundo e que na esteira dessas apreensões as ciências redefiniam mentalidades e remodelavam os indivíduos em sociedade. Em concomitância com essas novas visões de mundo, os saberes médicos mudavam em consonância e, há de se admitir, em dissonância (no caso de práticas mágico-religiosas ou de curandeirismo que eram rechaçados pela medicina oficial e social de Estado) com as prerrogativas do Estado e de alguns setores da sociedade. Essas mudanças paradigmais advindas do ultra-racionalismo do Setecentos desembocariam no século XIX impactando a sociedade e introduzindo uma nova modalidade de economia de

mercado e transações comerciais, o que ocorreu com a instituição do capitalismo. Fato concreto, o Estado capitalista[22] e liberal era a nova ordem de mundo operante no Ocidente e, como seria em seu curso natural, a medicina não escaparia do impacto da Revolução Inglesa nem tampouco do idealismo da Revolução Francesa.

Demonstrou-se que não existe unanimidade em relação a aspectos fundamentais da Revolução Científica ocorrida nos séculos XVI e XVII; constatou-se que existem diferentes percepções, as quais contribuem para gerar novas discussões que, de uma forma ou de outra, enriquecem as Ciências Históricas. O mesmo se pode afirmar em relação à medicina[23] do século XIX, que para alguns era a mesma do século XVIII e para outros ela teria surgido em meados do século XVIII e prolongado-se por todo o século XIX. Dependendo da situação (tipo de doença, prevenção, saúde, mortalidade, técnica) essa medicina oitocentista é retratada como arraigada, empiricista, científica, política, ineficiente ou insuficiente. Interessa, pois, dar continuidade às inferências feitas sobre essa problemática já sinalizadas neste tópico.

A polêmica levantada por Foucault (1996a) sobre a impossibilidade da existência de uma medicina social no Egito Antigo ou na Grécia Clássica encontra respaldo em súbita mudança de percepção do autor, ocorrida cerca de 1980. Essa guinada teria sido direcionada para focar o método genealógico de inspiração nietzschiana[24] (COELHO e ALMEIDA FILHO, 1999). A medicina social opor-se-ia à medicina individual, sendo esta caracterizada como própria de períodos históricos anteriores ao século XVIII. Por outro lado, não se deve radicalizar a instituição individual como tendo sido exclusividade da medicina desses tempos históricos anteriores ao Setecentos. Em relação às práticas médicas na Idade Média, por exemplo, pode-se afirmar "[...] que se vê claramente que a medicina medieval era do tipo individualista e as dimensões coletivas da atividade médica extraordinariamente discretas e limitadas" (BULLOUGH, 1965, apud FOUCAULT, 1996a, p. 80). Mesmo sendo discretas e limitadas, há de se convir que havia uma proto-medicina social naquele tempo histórico. Isso

[22] Para melhor entendimento dessa nova ordem de mundo, recomenda-se a leitura das seguintes obras: "A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um Debate", da autoria de Rodney Hilton et al. Editora Paz e Terra; "A Era do Capital (1848-1875)", de Eric John Ernest Hobsbawm, Editora Paz e Terra.

[23] Por oportuno, lembra-se que o termo "medicina" é polissêmico e como tal ele incorpora uma gama extraordinária de assuntos, aos quais, por falta de espaço, se dispensam apenas alguns comentários. A medicina contém a biomedicina: o profissional dessa área atua principalmente "[...] na pesquisa e nas análises clínicas" (VILELLA e FERRAZ, 2015, p. 48). Importante saber que para alguns, a medicina é uma ciência (ou ciências médicas) e para outros são técnicas e ou saberes médicos. Medicina é o "[...] conjunto de conhecimentos relativos à manutenção da saúde, bem como à prevenção, tratamento e cura das doenças, traumatismos e afecções, considerada por alguns uma técnica e, por outros, uma ciência" (HOUAISS, 2001, p. 1877).

[24] Essa "inspiração" de Michel Foucault (1926-1984) teria como base a obra de Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900) denominada de "Para a Genealogia da Moral", datada de 1887, acompanhada do seguinte subtítulo: Um Escrito Polêmico em Adendo a "Para Além do Bem e do Mal" como Complemento e Ilustração (NIETZSCHE, 1983, p. 295) − Coleção "Os Pensadores".

dá margem para se colocar em cheque dilemas como as verdades e as não verdades da ciência. O mesmo Foucault (1996a) que demarca o século XVIII como tendo sido o tempo do nascimento da medicina social varia de percepção quanto ao tempo exato em que esse fenômeno teria ocorrido: o século XVIII, primeira metade ou meados do século XVIII; segunda metade e ou fins do Setecentos. Em suas próprias palavras: "Se existe uma geografia da verdade, esta é a dos espaços onde reside, e não simplesmente a dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la" (FOUCAULT, 1996c, p. 113). Esse filósofo, psicólogo e historiador[25] concede a si mesmo possibilidades para rever seus próprios conceitos[26] em se tratando de suas percepções na medicina em geral.

A medicina social de que trata Foucault (1996a) tem como aporte o que ele denomina de "uma certa tecnologia" operante no corpo social. Trata-se de uma medicina moderna e que por ser "moderna" está caracterizada como social. O autor não exclui a relação individualista orientada para valorizar as relações exclusivas envolvendo "médico-doente". No ensejo desta explicitação introdutória, importa saber que estratégias e instituições teriam contribuído para favorecer a construção desse corpo social durante, grosso modo, os séculos XVIII e XIX. Vale lembrar que o "corpo social" está agregado a "certa tecnologia", que pode também ser compreendida como burocracia estatal: técnicas administrativas, organizacionais e políticas.

> Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política [sic]. A medicina é uma estratégia bio-política (FOUCAULT, 1996a, p. 80).

Isto posto, faz-se uma demonstração sinóptica (mais completa em relação às breves abordagens introduzidas acima) das três etapas pelas quais passou a medicina moderna social. De acordo com os postulados de Foucault (1996a), a primeira etapa diz respeito ao

[25] Em geral, Michel Foucault é considerado filósofo contemporâneo. No entanto, sabe-se que esse filósofo graduou-se "[...] em Psicologia Patológica, foi psicólogo em hospitais e em penitenciárias. Também foi professor universitário na Alemanha, Estados Unidos, Suécia, Tunísia, entre outros países" (BIOGRAFIAS, 2000?, p. 1). Em relação à História, seus biógrafos não o consideram historiador, apesar de ter escrito "A História da Loucura", "História da Sexualidade", entre outros. Por oportuno, registra-se que na segunda orelha do livro "A Arqueologia do Saber" − obra de Michel Foucault −, 6ª edição brasileira, pode-se ler o seguinte: "A arqueologia do saber representa um marco fundamental na trajetória filosófica de Michel Foucault, que é também, reconhecidamente, um dos grandes historiadores de nossa época".

[26] Para se ter uma breve noção sobre a trajetória e mudanças teórico-metodológicas nos estudos sobre saúde coletiva em Michel Foucault, recomenda-se leitura da Introdução da pesquisa de Coelho e Almeida Filho (1999), já citada neste capítulo e constante das Referências ao final deste estudo.

surgimento da medicina de Estado, surgida na Alemanha; a segunda, está relacionada ao surgimento da medicina urbana, tomando-se como exemplo o caso da França; já a terceira etapa concerne especificamente à medicina direcionada para a força do trabalho; exemplo: a Inglaterra. Vale ressaltar que as duas primeiras etapas estão contextualizadas no século XVIII e a terceira, no século XIX. Com o intuito de resumir o que esse autor imprimiu como tendo sido o "nascimento" de uma medicina social, reproduz-se o seguinte:

> A medicina de Estado [...] se desenvolveu sobretudo na Alemanha, no início do século XVIII. [Trata-se de] um conhecimento que tem por objeto o Estado; não somente os recursos naturais de uma sociedade, nem o estado de sua população, mas também o funcionamento geral de seu aparelho político. [...] A segunda direção no desenvolvimento da medicina social é representada pelo exemplo da França, onde, em fins do século XVIII, aparece uma medicina social que não parece ter por suporte a estrutura do Estado, como na Alemanha, mas um fenômeno inteiramente diferente: a urbanização. É com o desenvolvimento das estruturas urbanas que se desenvolve, na França, a medicina social. [...] A terceira direção da medicina social pode ser sucintamente analisada através do exemplo inglês. A medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Em primeiro lugar o Estado, em seguida a cidade e finalmente os pobres e trabalhadores foram objetos da medicalização. [...] Foi somente no segundo terço do século XIX, que o pobre apareceu como perigo [...] (FOUCAULT, 1996a, p. 80-85-93/94).

Percebe-se, inicialmente, que o processo de formação da medicina moderna e social demanda um longo período de gestação. Nessas considerações do autor está implícito que se a medicina social não resultou diretamente de revoluções científicas, por outro lado, ela não teria surgido sem os impactos das mudanças paradigmais ocorridas nos séculos XVI e XVII. Os problemas de saúde coletiva do século XVIII, embasados nos três tipos de estruturas sociais (estatal, urbano e trabalhista), estendeu-se até o século XIX, o que permite concluir-se que a medicina social do Oitocentos pouco teria se diferenciado do que ocorreu no Setecentos. "Grande parte da medicina científica do século XIX tem origem na experiência desta medicina urbana que se desenvolveu no final do século XVIII" (FOUCAULT, 1996a, p. 93).

Uma retomada das concepções de Porter (2004) sobre certos aspectos da profissão dos médicos, desde os tempo do empirismo aos da ortodoxia racionalista, permite chegar-se ao século XIX em que a figura do profissional de medicina − aquele que se gabava como sendo "superior" por trabalhar com a mente e não com os músculos − atuava ainda tendo como base práticas secularizadas. Esse autor descreve o trabalho cotidiano desse profissional a começar pelos detalhes de uma espécie de questionário minucioso, durante o qual os sintomas baseados no histórico do paciente eram "detectados". Isso era determinante para descobrir a natureza da enfermidade, a partir do que era dado um diagnóstico e, ao final deste, um regime de tratamento visando a cura era recomendado. Essa recomendação "Provavelmente, [...]

incluiria a prescrição de ervas medicinais, a serem misturadas pelo boticário − juntamente com o cirurgião, outro luminar menor da profissão médica" (PORTER, 2004, p. 53). Enfatiza-se que, segundo observações desse mesmo autor, essa era a medicina tradicional e que se manteve arraigada no decurso de todo e século XIX.

Esta avaliação da medicina e de seus profissionais no século XIX não excluiu novas modalidades de percepção. Porter (2004) reconhece que o Oitocentos também se caracterizou por movimentos e ações que rejeitavam os princípios da medicina ortodoxa. Tais movimentos podiam ser traduzidos em filosofias que eram caracterizadas como sendo alternativas de cura. Havia uma insatisfação por parte de médicos que se espelhavam nas dissidências de seitas religiosas, cuja postura era radicalizar política e socialmente os saberes médicos que não contribuíam a contento para minorar as morbidades de uma sociedade urbana crescente. "[...] os artesãos, desconfiados de príncipes e sacerdotes, não tinham muita disposição de engolir os medicamentos de colégios privilegiados" (PORTER, 2004, p. 66). Na verdade, para aqueles profissionais que reivindicavam saberes médicos alternativos, a medicina ortodoxa deveria ser denunciada porque seus mentores trabalhavam na modalidade de "[...] um sindicato fechado, um cartel obscurantista dedicado ao auto-engrandecimento [...]" (PORTER, 2004, p. 66). Fica claro que havia uma corrente hegemônica de "profissionais da medicina", que se manteve no poder por um longo período de tempo, tendo como embasamento as tradições seculares. Essa era a medicina ortodoxa. Contudo, não se pode excluir possibilidades da existência de práticas médicas outras, cujas percepções contrariavam a corrente dominante.

Antecipando abordagens de Foucault (2013) direcionadas para o hospital moderno e retomando-se percepções de Canguilhem (2009), registra-se o fato de que até o final do século XVIII os saberes médicos estavam orientados mais para os cuidados com a saúde do que para a "normalidade"[27]. Ter saúde significava a "posse" de qualidades em quantidade de vigor ou força, o que remetia a outras qualidades tais como flexibilidade e fluidez. A doença minava essas qualidades e o papel da medicina era restituir ao paciente a sua saúde. Não obstante, há de ter-se em mente que os saberes médicos e suas práticas anteriores à eclosão da Revolução Industrial (1750-1870) priorizavam "[...] o regime, a dietética, enfim, toda uma regra de vida e de alimentação que o indivíduo impunha a si mesmo. Já a medicina do século XIX se apoiava na análise de um funcionamento regular, normal, para detectar onde o indivíduo teria se

[27] É necessário que se justifique o significado de "normal" em Canguilhem (2009), que não diz respeito à "saúde" que no imaginário das pessoas em geral parece ser a mesma coisa: uma pessoa que tem saúde é uma pessoa normal. A doença seria "anormal". Na obra "O Normal e o Patológico", pode ser encontrada a seguinte definição: "O *Dictionnaire de médicine* de Littré e Robin define o normal do seguinte modo: normal (*normalis*, de *norma*, regra), que é conforme a regra, regular" (CANGUILHEM, 2009, p. 48).

desviado" (COELHO e ALMEIDA FILHO, 1999, p. 22). Já se comentou que a medicina do Oitocentos estava imbricada à do Setecentos. Há quem comente que os saberes do século XIX eram, até certa medida, uma continuidade dos saberes médicos do século XVIII. No entanto, há os que têm percepções diferenciadas, em se tratando do caráter da medicina praticada no século XIX (em relação a séculos anteriores), conforme citação a seguir:

> O que distingue a medicina do século XIX − sobretudo antes da era de Pasteur − da medicina dos séculos anteriores é seu caráter decididamente monista. Apesar dos esforços dos iatromecanicistas e dos iatroquimistas, a medicina do século XVIII tinha permanecido, por influência dos animistas e dos vitalistas, uma medicina dualista, um maniqueísmo médico. A Saúde e a Doença disputavam o Homem, assim como o Bem e o Mal disputavam o Mundo (CANGUILHEM, 2009, p. 40).

Na continuidade final dessas discussões, não se pode legar a segundo plano o fato de que nesse cenário de onde brotavam percepções médico-científicas ocorreu a renovação dos saberes da medicina hipocrática − agora denominada de neo-hipocrática, também referenciada ou simplificada como "neo-hipocratismo". Segundo consta, essa corrente de saberes médicos teve início na Europa do século XVIII a partir da instituição de "[...] uma política pública baseada na higiene que mereceu o nome de neo-hipocratismo [...]" (COSTA, 2013, p. 53), a qual teria aparecido em diferentes momentos e regiões geográficas do continente europeu. O "novo" que havia no neo-hipocratismo era o "velho" percebido por outras gerações em contexto histórico de mudanças paradigmáticas alimentadas pelas revoluções inglesa, francesa e burguesa, já mencionadas acima, que tão bem caracterizaram o século XVIII. Leva-se em conta que percepções médicas de estudiosos do século XII, por exemplo, migrariam para os séculos seguintes recebendo novos tratamentos. Assim, percepções de uma determinada instância do pensamento eram renovadas e difundidas na sociedade, permitindo que discursos produzidos por determinada ramificação da ciência fosse absorvido por outras áreas da ciência (COSTA, 2013). Grosso modo, essa corrente médica neo-hipocrática funcionaria como "celeiro" onde diferentes percepções teóricas eram acolhidas. No Brasil Império e, de modo especial, no Espírito Santo provincial os saberes neo-hipocráticos foram recorrentes, ao menos em teoria. Na Comarca de Victoria, por exemplo, as práticas higienistas, tendo como fundamento as noções dos saberes médicos neo-hipocráticos e galênicos, foram apregoadas com notável frequência por Presidentes da Província ao longo de todo o Oitocentos, mesmo tendo sido bastante deficiente o seu exercício prático, conforme constatação mais adiante.

O discurso dos higienistas tinha como fundamentação teórica a obra de Hipócrates[28] (460-370 a. C.) denominada de "[...] *Sobre as águas, os ventos e os lugares*, na qual são evidentes os laços entre doenças e meio ambiente [...]" (REALE e ANTISERI, 1990, p. 114). Ora, ao final do século V a. C., no seu tratado "Água, Ares [os ventos] e Lugares", Hipócrates "[...] já havia relacionado as condições atmosféricas a variação das estações e a localização das cidades com a origem de algumas doenças" (COSTAS, 2013, p. 52). Foi a partir desse tratado hipocrático, especificamente, que no século XVIII retomou-se a tradição desses saberes médicos, enfatizando-se a atividade e repercussão direta de fatores ambientais sobre o organismo humano. Não deixa de ser a antecipação de uma teoria ecológica focando doenças, o que está relacionado à ecologia como se a conhece na atualidade. "[...] os partidários dessa teoria mesológica [ecológica] das doenças foram os primeiros a postular a existência de um vínculo estreito com a tradição inaugurada pelo tratado hipocrático sobre os ares, águas e lugares" (EDLER, 2011, p. 29). Contudo, vale ressaltar que os pressupostos da teoria médica antiga de Hipócrates não seriam por si só o suficientes. Nesse sentido, há de se reconhecer que os paradigmas da Revolução Científica dos séculos XVI e XVII seriam determinantes na formulação das teorias higienistas neo-hipocráticas.

Sem as descobertas ocorridas nas ciências, a exemplo da Física e da Química, o neo-hipocratismo enquanto proposição de higienistas contra as doenças não teria se sustentado no âmbito dos preceitos sanitaristas. O foco eram as populações urbanas, crescentes na segunda metade do século XVIII. Percebe-se que no bojo da doutrina neo-hipocrática alojavam-se teorias que estavam associadas a uma relação estreita entre ambiente e sociedade. Essas duas instâncias de qualquer cidade − as águas, os ares e lugares geográficos e os seres humanos inseridos neles − passariam a ser reconhecidas como dependentes. Daí a elaboração das teorias de higiene, mesologia, miasmas e sanitária orquestrando o corpo social atrelado ao corpo do Estado. Detecta-se o nascimento do "bio-poder" em Foucault (1996a). Fato a ser ressaltado: um corpo social pressupõe o aporte de saberes médicos envolvendo fisiologia e anatomia, importantes para a compreensão de sistemas funcionais do corpo humano.

> As descobertas na Física, na Fisiologia e na Química permitiram à higiene se apoiar em bases científicas. Termos da Anatomia e da Fisiologia humanas foram usados para analisar fenômenos urbanos, estabelecendo analogias entre as funções do corpo humano e as do corpo social. Durante toda a segunda metade do século XVIII, o

[28] A denominação correta da obra original de Hipócrates é, segundo afirmação rigorosa de Reale e Antiseri (1990), *Corpus Hippocraticum*, o qual está constituída de mais de cinquenta tratados, entre os quais destaca-se o *Sobre as águas, os ventos e os lugares*, também referido por estudiosos dos séculos XVIII e XIX com o título simplificado de "Água, ares e lugares". Vale lembrar que Hipócrates é considerado como "herói fundador" da medicina científica antiga, na Grécia clássica − século V a. C.

> mundo das ciências vai assistir à grande síntese das teses médico-sanitaristas com as políticas públicas (COSTAS, 2013, p. 52).

Uma análise de concepções discursivas sobre saberes médicos neo-hipocráticos não é produtiva sem se ter a compreensão necessária sobre a existência de diferentes modalidades de perceber cotidianos envolvendo peculiaridades, temporalidades, contextos espaciais e socioambientais. No que diz respeito à problemática das teorias médicas que imbricam os século XVIII e XIX, quando a medicina de Hipócrates é revisitada e "renovada", afirma-se que não se dispõe de um teorema matemático visando um resultado absoluto exato. No entanto, as apreensões ao longo dos séculos "conversam" entre si e contribuem tanto para que haja mudanças paradigmais quanto para os postulados de uma "ciência normal".

> Traçar esse caminho é percorrer teorias que perpassaram séculos: teorias hipocrática, galênica e neo-hipocrática que compõem o pensamento médico da primeira metade do século XIX [por exemplo]. São concepções em constante construção, marcadas por experimentações, fusões e descobertas teóricas, principalmente, permeadas por conflitos e divergências entre os esculápios e estes com os demais praticantes das artes de curar (OLIVEIRA, 2007, p. 49).

Quando a cidade tornou-se o *locus* de uma medicina social, simultaneamente os espaços urbanos (onde havia concentração de pessoas e o número delas tendia a aumentar) e a questão da circulação passaram a ser objeto de estudos sanitários atrelados a políticas públicas e de higiene. A partir de então, a circulação passou a ser controlada. "[...] Não [a] circulação de indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar" (FOUCAULT, 1992a, p. 90). Já se abordou acima que a descoberta da circulação do sangue por William Harvey (1578-1657), aproximadamente em 1628, foi associada à perfeição dos movimentos circulares dos astros atribuída a Aristóteles e mantida intacta no arcabouço de teorias da nova astronomia de Copérnico (SHAPIN, 1999). Surpreendentemente, essa associação não se restringiria à circularidade dos astros: a descoberta de Harvey serviria de modelo para outros tipos de associações relacionadas a circularidades, num desdobramento do que em Foucault (1992a) é considerado "essencial". A associação ou adaptação da circulação sanguínea aos movimentos das águas e dos ares funcionava como embasamento para que o pensamento teórico miasmático se estendesse a praticamente todos os recônditos da cidade.

> Desse ponto de vista, nada que seja móvel e que não forme massa se corrompe e a circulação é condição básica para a higiene pública. A água, o lixo, os dejetos, a sujeira tinham que circular. A virtude do movimento leva a pensar na canalização e na expulsão das imundícies e, consequentemente, na importância dada à declividade. A drenagem dos alagados pestilentos, das ruas, a limpeza dos calçamentos interrompe a estagnação e preserva o futuro da cidade. É nesse contexto que se impõe a tese do “Aerismo”: a crença neo-hipocrática de que a doença se transmite principalmente pelo

> ar corrompido. O ar parado é associado à frieza e ao silêncio do túmulo. [...] A ventilação restaura a elasticidade e a qualidade antisséptica do ar. Mesmo antes de drenar a imundície é necessário assegurar a circulação do ar, evitando a estagnação que facilita a exalação dos miasmas. Vastas praças foram criadas e as cidades foram rasgadas por largas ruas, avenidas e bulevares. [...] A localização dos diferentes "quartiers", a umidade, a aeração, o sistema de águas e esgotos, a localização dos cemitérios e dos abatedouros, a densidade da população, todos esses fatores passam a ser vistos como decisivos para os índices de mortalidade e de morbidade da população (CORBIN, 1986, apud COSTAS, 2013, p. 52-53).

Essa associação dos elementos "águas", "ares" e "lugares" permitiu a formação de um tripé, ou de um princípio conceitual o qual foi incorporado pelo que seria denominado do neo-hipocratismo. Era a conjunção da medicina com artes de cura. Isso possibilitava uma relação direta do meio ambiente (das coisas elementares) com os organismos (seres vivos complexos), o que permitia o envolvimento da arte de medicar com as ciências naturais, cuja visibilidade passara a ser maior nos centros de aglomerações urbanas. Conforme já citado, no bojo do neo-hipocratismo alojavam-se tanto teorias portadoras de percepções que divergiam entre si quanto teorias cujas percepções se entrecruzavam por serem complementares. Como exemplo, uma dessas teorias, menos conhecida do que a teoria miasmática, dizia respeito ao telurismo[29], ou melhor, à teoria telúrica. Os adeptos dessa teoria neo-hipocrática acreditavam que as emanações maléficas que vinham de solos ou de terrenos insalubres constituíam as causas das doenças. Percebe-se, nesse caso em particular, que a teoria dos miasmas se complementava com a teoria telúrica. Outrossim, aqueles três elementos da natureza, interconectados entre si (representações de um ambiente que circundava e permeava seres humanos), atuavam em conjunto e ou em separado segundo o tipo de morbidade que afetava as pessoas. No caso das "águas" (as correntes e não as águas paradas ou estagnadas), tidas como detentoras de poderes capazes de "[...] extirpar[em] as raizes da doença [...]" (KNEIPP, 1894, p. xviii), eram juntamente com os "ares" consideradas especiais.

Para os defensores do neo-hipocratismo, a água − considerada como sendo o "solvente universal"[30] − detinha propriedades medicinais. Daí a ideia de que as "águas" tinham poderes o suficiente para operar "milagres". Porter (2004) tece uma série de considerações sobre a diversidade de aplicações das "águas" tanto por "profissionais da medicina" quanto por "charlatões" da Europa e da América de fins do século XVIII e ao longo de todo o século XIX. Havia uma "arte" da "hidroterapia" a qual era praticada indiscriminadamente.

[29] No intuito de facilitar a compreensão desse termo, registra-se que "telurismo" diz respeito à "[...] ação magnética da Terra, [à] influência do solo de uma região sobre o caráter, os costumes etc. de seus habitantes. [Em medicina, é a] suposta influência do solo na gênese de certas doenças" (HOUAISS, 2001, p. 2688).

[30] Historicamente, o uso de águas para fins os mais diversos, incluindo os relacionados à recuperação da saúde, data dos tempos "pré-históricos". Assim, "Devido à sua capacidade de dissolver um grande número de substâncias, a água é considerada um 'solvente universal'" (AUCÉLIO e TEIXEIRA, 2010?, p. 2).

> Ao final do século XVIII, os poderes da água se esgotam nos próprios excessos de suas riquezas qualitativas: fria, ela pode esquentar; quente, ela refresca. [...] No pensamento médico, ela forma um tema terapêutico flexível e utilizável à vontade, cujos efeitos podem ser encaixados nas fisiologias e patologias mais diversas. [...] A ducha, até então menos utilizada que os banhos e as bebidas, nesse momento se torna técnica privilegiada. [...] ao final do século XVIII e começo do XIX [havia] a ducha propriamente dita [...] E os banhos de surpresa (FOUCAULT, 2012, p. 317/318).

As características dessa ducha de transição do Setecentos para o Oitocentos consistia do seguinte: "[...] o alienado fixo numa cadeira era colocado embaixo de um reservatório cheio de água fria que era derramada diretamente sobre sua cabeça através de um tubo largo" (POMME, apud FOUCAULT, 2012, p. 317). Às práticas de cura da hidroterapia neo-hipocrática, predominantes no decurso do século XIX, recorriam médicos, religiosos e curandeiros. Eram utilizadas como terapias e remédios "milagreiros" cujas propriedades eram recomendadas tanto para casos de ordem fisiológica quanto patológica. Com o intuito de corroborar parte desta inferência, registra-se o fato de que na Baviera de fins do Oitocentos − em 1886 − foi publicado originalmente um livro sobre métodos de cura utilizando a água, dotada de poderes "milagrosos". Seu autor era um padre da Igreja Católica. De caráter eminentemente neo-hipocrático, essa obra consta de um considerável número de "receitas", tipos de banhos e duchas, farto material ilustrativo-metodológico em relação aos usos corretos da água em seus estados líquido e a vapor. Na Introdução dessa obra são lançadas quatro perguntas, sendo que a de número três diz respeito ao seguinte: "Como é que a agua [sic] cura?" Em resposta, a água recebe o trato de "uma loção" que é indicada para finalidades diversas, visando sempre a hidroterapia e sua utilização como remédio "milagroso" da cura.

> [...] Vê uma mãe a cabeça de seu filhinho coberta de immundicies, de crostas duras, e vai laval-a com agua tepida e, si for preciso, com sabão. *Resolver, eliminar, fortalecer, eis três propriedades da agua que nos bastam, e estabelecemos este principio*: *A agua*, em especial o nosso methodo, *cura todas as doenças geralmente curaveis*; porquanto todas as suas applicações têm por effeito extirpar as raizes da doença e são proprias: 1º *Para resolver os principios morbidos do sangue*. 2º *Para eliminar o que foi resolvido*. 3º *Finalmente para fortalecer e avivar o organismo enfraquecido* (KNEIPP, 1894, p. xviii).

Vale enfatizar que essas ideias em torno das propriedades medicinais das "águas" e dos "ares" (e dos "lugares") passaram a ter um significado "novo" a partir de apropriações dos saberes médicos da Grécia Antiga, sobretudo do *Corpus Hippocraticum*. A esses saberes médicos eram associadas percepções novas em conformidade com as visões de mundo em cada época − Antiguidade Clássica, Idade Média, Renascença, Era da Revolução Científica. Em fins do século XVIII, "águas", "ares" e "lugares" passaram a ter significados relacionados

aos seres vivos e sua imbricação com o meio ambiente. Em se tratando dos seres humanos, sobretudo das aglomerações urbanas, os significados desses três elementos foram associados a noções de higiene e saúde. No imaginário social de meados do Setecentos ao Oitocentos,

> Toda uma série de saberes, práticas e preceitos formulados pela escola de Cós é disposta, revista e sucessivamente reformulada de modo mais adequado por ilustres precursores que estariam, supostamente, fundando a ciência sobre a observação, e interrogando diretamente a natureza, desvelando-lhes, aos poucos, o véu opaco tecido pelas religiões e metafísicas (EDLER, 2011, p. 29).

Qual pano de fundo presente no decurso desse longo processo de reformulação dos saberes médicos da escola de Cós[31], tendo como "pretensão" o desvelamento dos "segredos" da natureza, não se pode legar a segundo plano as mudanças paradigmais de uma ciência que de observadora passou também a duvidar: daí a necessidade de observar com rigor. Foi a partir desse ato que se passou a quantificar, qualificar, mensurar, experimentar. Atrelada às descobertas da ciência, a filosofia passou a questionar-se sobre as finalidades sociais dessas percepções do Homem atravessando séculos em busca de compreensão para as causas reais da doença, visando a diminuição de dores incompreensíveis, inextrincáveis, tendo como objetivo encontrar meios medicinais científicos para debelar as moléstias e obter a cura, a saúde.

Não se pode esquecer que as melhorias nos saberes médicos do século XIX devem muito à Revolução Científica dos séculos XVI e XVII. Na sequência, Física, Química, Bacteriologia e Biologia juntas contribuiriam para a formação de "pilares" − os fundamentos ou as matrizes fundamentais − indispensáveis como aportes para que a medicina passasse do campo de práticas empíricas para ingressar no âmbito da experimentação metodológico-científica, contribuindo, desse modo, para a emancipação da medicina moderna. Deve-se ter em mente que essa emancipação teve início ainda no século XVIII, em consequência de uma série de fenômenos socioeconômicos e políticos no âmbito da revolução tecnológica voltada para a indústria, com surgimento do capitalismo, revoluções sociais, surgimento de novas classes sociais como a dos pobres e do operariado, a luta pelos direitos humanos, aumento populacional, nascimento da burguesia, entre outros fenômenos sociais. Esses eventos históricos contribuiriam para que necessidades humanas outras se manifestassem, tais como as questões de ordem voltadas para a higiene, política sanitária e saúde pública.

[31] Cós foi o maior dentre os centros urbanos da Grécia Clássica onde Hipócrates fundou escolas de medicina. Com seu pensamento contrário aos saberes médicos baseados em causas sobrenaturais, foi responsável pelos preceitos sobre as causas naturais da doença, tendo contribuído para o surgimento da medicina enquanto saber científico autônomo. "[...] Hipócrates e os médicos da escola de Cós inscrevem-se, de facto, nessa corrente racional que caracteriza o pensamento grego [...]" (MOSSÉ, 1985, p. 54).

Independente das diferentes abordagens discursivas, a favor ou contrárias[32], sobre o caráter emancipacionista das ciências médicas, pode-se considerar o século XIX como marco histórico para a ocorrência paulatina dessa mudança. Considera-se que o Oitocentos foi fértil na progressão das ciências. No século XIX, a Europa se industrializa e capitaliza-se de modo definitivo. Isso possibilitaria o surgimento de novas percepções no que concerne a descobertas científicas, sobretudo nas ciências Física, Química e Biologia, que por seu turno contribuiriam para incrementar as ciências médicas nesse período. Ainda que não tenham sido definitivas para justificar as causas reais das moléstias, as teorias miasmática, telúrica e dos odores da corrupção contribuiriam nesse processo de transição emancipacionista dos saberes médicos, pois "[...] químicos e médicos afinam o vocabulário que deve permitir-lhes transcrever as observações do olfato [...] (CORBIN, 1987, p. 23). Sim, essas eram dúvidas médicas.

Por fim, algumas características da emancipação dos saberes médicos no Oitocentos surgem como fatores ilustrativos dessa fertilidade progressiva das ciências médicas. Como exemplo, citam-se: dúvidas sobre o contágio apareceram logo no início dessa centúria; as noções sobre a infecção tornaram-se mais abrangentes do que as de contágio; a investigação médica avançou notavelmente a partir da teoria do germe patógeno; deu-se o nascimento do laboratório, avanços em especialidades clínicas como em bacteriologia; introdução da vacina e a descoberta da imunização; surgimento das práticas de assepsia e antissepsia, entre outros.

I.2 Advento do hospital moderno e da medicina anatomoclínica

O termo "hospital" vem do latim *hospitālis*, com o significado original de "casa de hóspedes"[33]. Grosso modo, no que concerne ao hospital enquanto estabelecimento onde pessoas (acometidas por algum tipo de doença, vítimas de acidentes, entre outras situações) são hospitalizadas, trata-se de um espaço reservado e em cujas dependências essas pessoas são diagnosticadas e submetidas ao tratamento que lhes convém. Ribeiro (1993) afirma que o hospital tem características básicas indispensáveis dentre as quais se destacam cinco: missões,

[32] Por oportuno, em um estudo no qual são criticadas as facilidades biotecnológicas à disposição do "mercado da saúde" no mundo atual, faz-se defesa dos saberes médicos e de suas práticas no século XIX, onde se pode ler a seguinte passagem: "É habitual denegrir a medicina dos primeiros decênios do século XIX, acusada de ser ineficaz e de não ter, em nada, progredido desde Hipócrates. E é verdade que o humorismo grego domina ainda [hoje] a representação médica do organismo [...]" (MOULIN, 1985, p. 92).

[33] O termo "hospital" é polissêmico: originalmente significa "casa de hóspedes"; com o tempo passou a significar também a qualidade dispensada no acolhimento ou na hospedagem que se dispensava (e ainda hoje se dispensa) a uma pessoa ou a uma visita. "O conceito de hospital tem as suas origens no vocábulo hospes (“hóspede” ou “visita”) do qual resulta hospitalitas (“hospitalidade”). Com o passar do tempo, a noção passou a dizer respeito à qualidade de acolher/hospedar alguém bem e com satisfação" (HOSPITAL, 2016, p. 1).

objetivos, os trabalhadores, a prática médica, o doente e a doença. Fator que não se pode legar a segundo plano, os hospitais surgiram, ao longo da história do Homem, em paralelo a diferentes contextos, entre os quais a doença apresentava-se como fenômeno a ser debelado. Assim "Como outras instituições que surgiram simultaneamente em vários continentes e lugares do mundo [...], não se pode identificar uma origem única do hospital [...], de hospedarias e hospícios, palavras que têm a mesma raiz latina" (RIBEIRO, 1993, p. 23).

Quando se faz referência ao hospital enquanto espaço de profissionais da medicina e de saberes médicos instituído na Modernidade, não vem à mente das pessoas em geral o fato de que "O hospital [...] tem uma trajetória secular e universal, cujos elementos comuns são logo identificados nas várias sociedades e culturas. Todavia, em cada uma dessas ele se fez uma instituição diferente, porque diferentes são os tempos e os espaços dessas culturas" (RIBEIRO, 1993, p. 11). Uma breve menção feita aos doentes na Antiguidade e constata-se que na "Grécia clássica não tinha hospitais"[34] (PORTER, 2004, p. 165). Por outro lado, em Roma eram disponibilizadas algumas modalidades de instalações destinadas aos enfermos. Entretanto, segundo afirmação feita por esse autor, essas localidades hospitalares às quais pessoas doentes recorriam eram locais reservados "[...] apenas para escravos e soldados. Foi com a era cristã que se começaram a dedicar instituições ao tratamento dos civis enfermos. Isso não se deu por acaso, pois a santidade e a cura caminhavam de mãos dadas. [...] a caridade era a suprema virtude cristã" (PORTER, 2004, p. 166).

O investimento cristão na construção de hospitais, casas de misericórdia, entre outros locais similares, cujo papel fundamental seria a caridade e a devoção dos fiéis à política religiosa da Santa Igreja, certamente contribuiria para com maior demanda ao atendimento de pessoas doentes. Porter (2004) registra o fato de que entre esses locais onde pessoas enfermas eram acolhidas havia aqueles espaços que eram evitados pela sociedade em geral. Trata-se dos asilos, também conhecidos pelo nome de leprosários, cuja "invisibilidade" deveria ser mantida a todo custo. A lepra era uma doença "aterradora" e mais aterradoras eram as representações construídas em torno de um fenômeno cujo estigma era poderoso o bastante para se confinar no leprosário, à força bruta, os leprosos. Eles eram de fato excluídos em todos os sentidos: desde sua rejeição até seu distanciamento por completo da sociedade. Isso "[...] implicava a desqualificação − talvez não exatamente moral, mas em todo caso jurídica e política − dos indivíduos assim excluídos e expulsos. [Essa] exclusão era regularmente

[34] Antes do surgimento da medicina hipocrática, os doentes buscavam os santuários de cura para fazerem visitas, na expectativa de que os deuses extirpassem suas morbidades. Não obstante, com o evento dos saberes médicos de Hipócrates "[...] essas curas religiosas foram descartadas pelo novo estilo de medicina secular promovido pelos médicos hipocráticos" (PORTER, 2004, p. 165).

acompanhada de uma espécie de cerimônia fúnebre, no curso da qual eram considerados mortos" (FOUCAULT, 2010, p. 37). Em princípio, leprosos eram considerados "impuros" por terem sidos acometidos pela doença, a despeito de serem cristãos. "Em 1225, havia quase 19.000 leprosários na Europa. À medida que a lepra diminuiu, eles foram sendo requisitados para pessoas suspeitas de ser portadoras de doenças infecciosas, para loucos e até para indigentes" (PORTER, 2004, p. 167). Com a chegada da peste bubônica − também conhecida como "peste negra"−, no século XIV, os leprosários passaram a ser utilizados como hospitais para abrigo e isolamento de pessoas acometidas pela doença. Surgiam os lazaretos usados como locais apropriados para a modalidade preventiva denominada de quarentena[35].

Ao levar-se em conta a trajetória histórica do hospital, considerando-se o surgimento das primeiras instituições cristãs voltadas para o tratamento de enfermos − na transição do século III para o século IV d. C. −, constata-se o seguinte: "Como expressões da caridade, da compaixão e da assistência cristãs, os ideais da enfermagem e da cura deram impulso à fundação de hospitais. [...] surgiram hospitais como fundações devotas, em geral ligadas a ordens religiosas que se dedicavam a servir a Deus e aos homens" (PORTER, 2004, p. 166). Até meados do século XVIII, considerável número de hospitais seria construído nas grandes cidades e nas cidades de médio porte por toda Europa. Em face de tais possibilidades, cogita-se sobre a problemática relacionada ao número de médicos, de seu papel ou desempenho dentro desses hospitais de até meados do Setecentos.

Nesse sentido, fazem-se abordagens sobre o caráter do hospital pré-moderno atuante no decurso desse longo período anterior ao surgimento do hospital moderno no século XVIII. O termo "pré-moderno" é usado por Porter (2004) para se referir à fundação dos hospitais no referido período e registrar os tipos de tratamento dispensados aos que acorriam a esses espaços em busca de cura. Com isso, quer-se saber que mudanças ocorreram e contribuíram para a reforma dos hospitais, possibilitando assim sua modernização a partir do século XVIII, com o surgimento dos hospitais clínico-modernos[36]. Rosen (1994) denomina esses novos

[35] A quarentena era uma forma de prevenção para impossibilitar a transmissão de doenças infecciosas. É Porter (2004) quem ilustra bem essa modalidade preventiva e suas finalidades essenciais: "Começaram a criar-se lazaretos de quarentena [...], para salvaguardar o comércio e proteger as populações citadinas. A primeira dessas casas da pestilência foi construída em Ragusa (a moderna Dubrovnik) em 1377, enquanto Veneza impôs a quarentena em lazaretos a partir de 1423" (PORTER, 2004, p. 167).

[36] Em sentido geral, os momentos históricos para o advento do hospital moderno sinalizam também para o surgimento da clínica. A clínica surgiu na transição do século XVIII para o século XIX. Foucault (2013) é flexível e não estabelece uma cronologia absoluta para esse período transitório em que se deu o "Nascimento da Clínica". Não obstante, o início do século XIX é geralmente considerado como marco para uma medicina que olha seu passado e a partir de críticas feitas a ela mesma apresenta-se como medicina científica. O hospital se moderniza porque as práticas médicas tornam-se científicas, ou seja, clínicas. Tanto o hospital moderno quanto a clínica têm um passado histórico. No que concerne ao significado do termo "clínica", informa-se que ele é antigo

espaços, para onde acorriam os enfermos, de "hospitais especiais", que foram instituídos em meados do Setecentos. Entre os fundamentos dos hospitais clínicos, Foucault (1996b) coloca em cheque o momento em que uma tecnologia médica surgiu e permitiu o nascimento do hospital, envolvendo desde a intervenção sobre a doença e o doente até a produção da cura. Este problema será abordado adiante.

Conforme já referenciado, o funcionamento dos hospitais pré-modernos tinha como fundamento as ações de caridade e de compaixão, na modalidade de uma assistência cristã. "Embora fornecessem tratamento, alimento, abrigo e uma oportunidade de convalescença, os hospitais gerais não eram, com raras exceções, centros de medicina avançada. [O fato é que] Os hospitais pré-modernos eram muito diferentes dos de hoje" (PORTER, 2004, p. 172). Não sendo centros de "medicina avançada", as dependências desses locais hospitalares eram utilizadas como espaços restritos a pessoas acidentadas e ou a vítimas de eventos fatais. Esse mesmo autor faz referências às denominadas "queixas rotineiras", em números consideráveis, as quais estavam geralmente relacionadas ao "repouso", a úlceras nos membros inferiores, ou ainda, a um tratamento orientado para a "cura" de bronquites próprias de períodos invernosos. No tocante a pessoas com doença grave, praticamente não tinha solução. "Os casos de infecção eram excluídos, já que não haveria nenhuma utilidade em admitir as febres: elas não tinham cura e certamente se disseminariam como rastilhos de pólvora" (PORTER, 2004, 172). Na referência acima, está subentendido que eram comuns os casos de doenças infecciosas e que para elas não havia cura. Em face dessa situação crítica, coloca-se em dúvida o real papel dessas instituições hospitalares, vez que não tendo "cura" para tais casos a sua função se invertia, isto é, o próprio hospital se tornava em *locus* de "reprodução" e disseminação da doença, quando na verdade deveria contribuir para minimizá-la.

A referência de Porter (2004) feita ao aumento na fundação de hospitais tendo como ideal prático a "caridade", a "compaixão" e a "assistência" cristãs pressupõe a existência de instituições onde esse atendimento assistencial, provavelmente embasado nos saberes médicos hipocráticos, não garantia de todo a cura de moléstias. "Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão" (FOUCAULT, 1996b, p. 101). Esta citação pode ser melhor compreendida se confrontada com o fato de que na Inglaterra setecentista havia pendências

---

e que suas concepções básicas estão relacionadas com saberes, usos e práticas ainda hoje utilizadas nos hospitais. No Dicionário Priberam, a clínica vem do "[...] latim clinice, -es, do grego klinikê, -ês, cuidados médicos junto do leito [...]. 1. Prática da medicina. 2. Estudo prático da medicina no corpo do doente. 3. Conjunto de pessoas que são tratadas por um mesmo médico [clientela]. 4. Estabelecimento particular onde se operam e tratam doentes" (CLÍNICA, 2013, p. 1). Isto justifica a utilização da frase "hospitais clínico-modernos".

em relação à construção, a contento, de hospitais destinados ao atendimento dos pobres: "Para preencher uma lacuna que se alargava, fundaram-se novos hospitais para os pobres dignos na Grã-Bretanha do século XVIII" (PORTER, 2004, p. 168). A função de "essencialidade" do hospital para pobres, antes do século XVIII, continuou "presente" e atuante ao longo do Setecentos, apesar das reformas que ocorreriam a partir de meados dessa mesma centúria. Para se ter melhor compreensão sobre o perfil assistencialista, de separação e de exclusão do hospital no século XVIII, faz-se necessário buscar aportes sobre suas origens. Nesse sentido, entende-se como oportuno registrar que "Em toda a França, o *hôpital général* (semelhante ao asilo de pobres inglês) despontou no século XVII como uma instituição destinada a abrigar e confinar mendigos, órfãos, vagabundos, prostitutas e ladrões ao lado dos doentes e dos loucos pobres. Atendiam-se as necessidades médicas básicas "(PORTER, 2004, p. 168).

Quanto às datas para demarcação do momento em que hospital moderno surgiu, elas variam segundo as interpretações dos estudiosos que se debruçam sobre esse assunto. As percepções de Rosen (1994) se desdobram flexivelmente em conformidade com a ascensão dos hospitais gerais para pobres e operariado da Inglaterra do século XVIII. Paralelo a esse fenômeno social, ocorria o surgimento dos hospícios e dos dispensários.

> O desenvolvimento de hospícios caminhou ao lado da ascensão dos hospitais gerais e dispensários. No início do século XVIII, quase não existiam hospitais na Inglaterra, exceto em Londres, mas com acomodações inadequadas. No entanto, e em especial na metrópole, era necessário cuidar dos doentes pobres. [...] Em meados do século, criaram-se hospitais especiais. [...] Ainda mais específico era o objetivo do Hospital de Middlesex, instituído, em 1746, para receber pacientes com varíola e para estimular a inoculação. [...] De 1760 a 1800 o ritmo de crescimento de hospitais, em Londres, diminuiu, mas depois retomou-se o processo. Durante as primeiras quatro décadas do século XIX, fundaram-se quatorze hospitais em Londres (ROSEN, 1994, p. 124).

O hospício é um hospital psiquiátrico, destinado a internação dos denominados loucos. O que para Rosen (1994) parece ser "natural", para Porter (2004) trata-se de uma "novidade". Esta teria ganhado impulso a partir do século XVIII e com o tempo passaria a receber nomes diferenciados para um mesmo tipo de instituição: manicômio, asilo para os loucos ou apenas hospital psiquiátrico. Se nalguns desses hospícios o recolhimento de pacientes tinha como finalidade o tratamento terapêutico, noutros a solução era o funcionamento de um abrigo adequado para o isolamento de pessoas inconvenientes. Porter (2004) anota que na maioria das nações europeias foram edificados asilos públicos e privados; também houve preocupação com a construção de asilos religiosos e seculares, além daqueles beneficentes e dos com fins lucrativos. Com o tempo, a "novidade" que o hospício representava aumentou em termos de

proporções físicas e numéricas, tanto no que concerne ao número de espaços quanto ao número "alarmante" de pacientes acometidos de doença mental que "abarrotavam" os asilos.

> À medida que os procedimentos legais de internação se desenvolveram no século XIX, esses manicômios tornaram-se cada vez maiores e ficaram abarrotados de casos sem esperança. Antes do movimento de desinstitucionalização [sic] da década de 1960, havia cerca de meio milhão de pessoas trancafiadas nos hospitais psiquiátricos dos Estados Unidos e cerca de 150.000 no Reino Unido. [...] O século XVIII trouxe campanhas por reformas hospitalares, como parte das críticas generalizadas a instituições ultrapassadas, corruptas e prejudiciais (PORTER, 2004, p. 172-173).

Os hospitais psiquiátricos do século XIX abarrotados de casos de doenças mentais sem esperança representavam o ápice de uma história que teve início por volta do século XV. Ela é, segundo Foucault (2012), fruto do imaginário sobre a velha aliança entre água, loucura e o barco, ou os barcos que transportavam seus loucos − sua carga insana − de cidade para cidade. Faz parte das origens dessa história da nau dos loucos o imaginário do homem medieval sobre a navegação, ou melhor, sobre as relações do homem com o mar e as grandes travessias em busca de terras distantes. Navegar pelos mares pressupõe a experiência de uma liberdade que se funde com o medo. "A liberdade, ainda que apavorante, de seus sonhos e os fantasmas de sua loucura têm, para o homem do século XV, mais poderes de atração que a realidade desejável da carne" (FOUCAULT, 2012, p. 20). Fica óbvio que essa atração pela liberdade, ainda que aterradora, teria imbricações inevitáveis com a Era das Grandes Navegações e Descobrimentos Marítimos − empreitada pioneira dos portugueses e de espanhóis iniciada no século XV e prolongada até o século XVI. Todorov (1996), ao tratar da "questão do outro", não hesita em afirmar que no caso de "descoberta" das Américas as metas dos navegadores eram bem claras: "descobrir", "conquistar", "compreender", "conhecer", "tomar e destruir"[37]. No processo de conhecimento, os europeus estranhariam o "outro" − os ameríndios −, tido como "estranhos", de cultura inferior, selvagens, loucos. "[...] conheço ou ignoro a identidade do outro [...]; aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores (TODOROV, 1996, p. 183).

A Era das Grandes Navegações pressupõe o desenvolvimento e ou aquisição de um arsenal tecnológico mínimo para que através dos Descobrimentos Marítimos os europeus atingissem seus objetivos, independente dos perigos enfrentados em troca de uma liberdade "insana". A caravela, a bússola, o astrolábio e a balestilha eram aparatos tecnológicos para

[37] Destruir não apenas por meio das armas tecnológicas, mas também por meio de moléstias transportadas e transmitidas pelos europeus para as Américas e os "selvagens". Para um aprofundamento desse assunto, recomenda-se leitura da obra de Jared Diamond − "Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas". O livro de Tzvetan Todorov − "A Conquista da América: a questão do outro" e o estudo de David Arnold − "The Problem of Nature: environment, culture and european expansion" também são recomendados.

que empreitadas de grande risco fossem concretizadas. Porém, essa tecnologia material e explícita contribuía para dar "invisibilidade" a uma espécie de tecnocracia político-jurídica. Foucault (1996c) faz referência a uma tecnologia à qual procedimentos jurídicos e políticos seriam incorporados. Trata-se daquela tecnologia que tem por função superar a maturidade da verdade feita por meio daqueles aparatos tecnológicos de fácil visibilidade e destinados à constatação e prova da existência das coisas concretas. Essa superação tecnológica objetiva alcançar os instrumentos cuja funcionalidade seja trespassar as distâncias, atingir outras perspectivas, levantar obstáculos que separam as pessoas da verdade. É aquela que

> [...] nos espera em toda a parte e em todos os tempos. Esta grande reviravolta tecnológica data sem dúvida do momento da navegação, das grandes viagens, desta imensa 'inquisição', que não era mais dirigida para os homens e seus bens, mas para a terra e suas riquezas. Ela data mais da conquista do mar do que das conquistas da terra. Do navio, elemento sempre móvel, o navegador deve saber em cada ponto, e a todo instante, o lugar onde se encontra (FOUCAULT, 1996c, p. 117).

Em face de tal constatação, ao questionar-se sobre as "grandes funções" das ciências médicas na sociedade, Foucault (2011) é incisivo ao postular, mesmo de modo simbólico, que os médicos passaram a utilizar a terapia médica como estratégia de repressão. A "máquina" de controle repressivo das pessoas não operava tendo como objeto de cura as moléstias ou a doença fisiológica, a exemplo das infecções, febres, disenterias ou tuberculose. Esses tipos de doença eram "visíveis", detectáveis, denunciantes de uma medicina pré-moderna assistencial e como tal necessitava de reformas. A estratégia seria utilizar a "loucura", ou o imaginário da loucura, para que ocorresse uma mudança de paradigma: a substituição do ideal de assistência prática cristão de "caridade" e "compaixão" pela "novidade" que seria o hospício. Este vinha sendo gestado a partir dos sonhos, do imaginário sobre os fantasmas da loucura que possuía o homem do século XV, ávido pelo poder da liberdade de navegar, singrar os mares, ainda que esses fossem habitados por monstros aterradores (que na realidade só existiam na mente desse homem sonhador). Ora, os "desvios religiosos" em relação às "curas" milagrosas seriam apropriados pelos saberes médicos de então e a partir disso surgiria o hospício, o manicômio − a hospedaria preparada para receber os loucos. Limitado aos espaços da imaginação, o poder dos sonhos fantasmáticos seriam, segundo percepção de Foucault (2011), redobrados em profundidade. Com e a partir do imaginário da loucura nos saberes médicos, o mundo se tornaria, paulatinamente, em um hospício global. Em assim sendo, os elos entre poder e conhecimento ocorreriam inevitavelmente.

> Ora, desde o século XVIII uma das grandes funções da medicina, da medicina psíquica, psiquiátrica, psicopatológica, neurológica, foi precisamente substituir a religião e reconverter o pecado em doença, mostrar que aquilo que era um pecado talvez não fosse punido naquele tempo, mas certamente o será agora. Essa foi uma das grandes funções da medicina do século XVIII (FOUCAULT, 2011, p. 306).

A noção médica de crise, que se dá a partir dos denominados "desvios religiosos" e os quais seriam incorporados e adaptados pelos saberes médicos − instituição da loucura −, seria prolongada até fins do século XVIII. Isso não significa que o hospício fecharia suas portas em fins do Setecentos. Conforme já mencionado, o imaginário da loucura[38] se estenderia até a década de 1960, quando, segundo Porter (2004), a quantidade de hospícios abarrotados de "loucos" atingira o número de meio milhão só na América do Norte. Importa conhecer que se ao final do século XVIII os saberes médicos passavam por "importante" mudança crítica, isso ocorria por motivos que Foucault (1996c) entende como sendo resultado de "tecnologia médica" envolvendo uma ocasião "fatal", que na realidade era efeito de uma estratégia que era imposta como sendo o momento da "verdade" para a medicina terapêutica que nascia.

> A crise, tal como era concebida e exercida, é precisamente o momento em que a natureza profunda da doença sobe à superfície e se deixa ver. É o momento em que o processo doentio, por sua própria energia, se desfaz de seus entraves, se liberta de tudo aquilo que o impedia de completar-se e, de alguma forma, se decide a ser isto e não aquilo, decide o seu futuro − favorável ou desfavorável. Movimento em certo sentido autônomo, mas do qual o médico pode e deve participar (FOUCAULT, 1996c, p. 114).

Os médicos não hesitaram em participar desse movimento crítico de fins do século XVIII e adentrarem no hospital clínico. Em meio a essas mudanças de fim de século, nascia o hospital moderno. Entretanto é preciso compreender que "A tomada dos hospitais pelos médicos veio em etapas [...]. Suas portas abriram-se cada vez mais para estudantes de medicina, e os professores que tinham acesso aos leitos clínicos [...] passaram a usar os casos instrutivos como material didático" (PORTER, 2004, p. 175). É fundamental documentar que o hospital clínico, que surge em fins do Setecentos, tem inicialmente uma função terapêutica. Foi a partir dessa primeira instância prática, naquele momento de crise estratégica nos saberes

[38] Em seus estudos sobre saber médico psiquiátrico, Foucault (2000) demonstra, recuando no tempo, que não havia nenhuma disciplina psiquiátrica instaurada nem antes nem durante os séculos XVII e XVIII. Ao considerar a "psicopatologia" e a "história natural" como pseudociência e ciência em estado pré-histórico, respectivamente, o autor denuncia aqueles que consideram os saberes médicos psiquiátricos do século XVIII como ciência de âmbito disciplinar. Na realidade, saberes sobre psiquiatria já existiam naqueles dois séculos. A tradição dos textos sobre "doenças da cabeça" e "doenças nervosas" constavam dos tratados de medicina do século XVIII. Porém, a psiquiatria enquanto disciplina científica só apareceu no início do século XIX. "[...] o que era dito das manias, delírios, melancolias, doenças nervosas, pelos médicos da época clássica não constituía de modo algum uma disciplina autônoma, mas, no máximo, uma rubrica na análise das febres, das alterações dos humores, ou das afecções do cérebro. Entretanto, apesar da ausência de qualquer disciplina instituída, uma prática discursiva com sua regularidade e consistência era empregada" (FOUCAULT, 2000, p. 203).

médicos, em que a doença emergiu até a superfície e tornou-se visível, que novas práticas em medicina surgiriam baseadas na observação clínica sistemática.

> O hospital como instrumento terapêutico é uma invenção relativamente nova, que data do final do século XVIII. A consciência de que o hospital pode e deve ser um instrumento destinado a curar aparece claramente em torno de 1780 e é assinalado por uma nova prática: a visita e a observação sistemática e comparada dos hospitais (FOUCAULT, 1996b, p. 99).

O abrir das portas dos hospitais para estudantes e novos profissionais de medicina, em fins do século XVIII, demarca o início de reforma e reconstrução da instituição em sentido estrito relativo à sua funcionalidade. Isso pressupõe preocupação com a estrutura geral do próprio edifício hospitalar, que deveria ser adequado de conformidade com o trabalho clínico de médicos, enfermeiros e estudantes. Os doentes deixam de ser meros personagens passíveis de caridade e compaixão assistenciais para se tornarem sujeitos do olhar clínico dentro dos espaços em que a medicina tornou-se hospitalar. Em um primeiro momento, essas mudanças ocorreriam por meio da utilização de estratégias orientadas para "[...] a anulação dos efeitos negativos do hospital. Não se procurou primeiramente medicalizar [sic] o hospital mas purificá-lo dos efeitos nocivos, da desordem que ele acarretava" (FOUCAULT, 1996b, p. 103). A falta de ordem hospitalar que o autor pontua refere-se tanto ao fator socioeconômico quanto aos espaços do velho hospital geral onde doentes eram confinados juntos com "loucos", "prostitutas", "mendigos" e "devassos", o que, em vez da cura, suscitava o surgimento de doença hospitalar. Esses personagens que não eram os doentes, ao saírem para as ruas da cidade, acarretavam perigo de transmissão de moléstias nos espaços públicos.

Fica óbvio que paralelo a essas mudanças reformistas do hospital, nascia a medicina clínica. Aqueles saberes médicos localizados nos livros − a jurisprudência dos grandes tratados clássicos da medicina − mudam de lugar: saem dos livros e vão para o hospital; deixam a erudição teórica para adentrar no exercício prático do cotidiano hospitalar. "É assim que naturalmente se chega, entre 1780/1790, a afirmar que a formação normativa de um médico deve passar pelo hospital. Além de ser um lugar de cura, este é também lugar de formação de médicos. A clínica aparece como dimensão essencial do hospital" (FOUCAULT, 1996b, p. 111). Com o surgimento da clínica, o hospital torna-se um espaço disciplinado, onde ocorre a formação clínica e a transmissão de saberes médicos agora em condições de oferecer a cura aos doentes, de acordo com o grau de conhecimento médico da época. Por meio de saberes clínicos, profissionais da medicina moderna passam a lidar com a doença enquanto objeto de estudo por meio da observação, da experimentação e registros de seus

resultados. "[...] a medicina se dá como objeto de observação um imenso domínio, limitado, de um lado, pelo indivíduo e, de outro, pela população" (FOUCAULT, 1996b, p. 111).

A limitação individual à doença do paciente a ser observada, estudada, diagnosticada, até obtenção da cura, não seria impedimento para o surgimento da medicina social, assunto já explicitado acima. Entretanto, deve ser lembrado que a disciplina hospitalar pressupõe normas que vão surgindo na proporção em que se dá o progresso científico-tecnológico, sem o qual não seria possível o surgimento da medicina clínica. Nesse contexto, seriam disciplinados tanto os espaços clínico-hospitalares quanto os seres humanos que passam a fazer parte deles: o corpo de médicos especializados (os clínicos, os terapeutas, os cirurgiões, etc.), o corpo da enfermagem e, sobretudo, o corpo dos doentes. Essas três instâncias (e outras que surgiriam por volta de meados do século XIX, por exemplo) comporiam o hospital moderno surgido em fins do século XVIII. A inevitabilidade do tratamento individualizado proporcionaria o isolamento de cada doente, que por sua vez seria destinado a um leito específico, dentro de um espaço restrito, com atendimento de um médico especialista que diagnosticaria sua enfermidade e lhe indicaria um regime envolvendo uma série de prescrições. Esta normatização hospitalar, tendo o indivíduo como sujeito e ou objeto dos saberes clínicos e das práticas médico-hospitalares, permitiria a constatação de fenômenos patológicos no âmbito da clínica, entre os quais seriam detectados aqueles comuns a toda uma população. Noutras palavras: o tratamento individual contribuiria inapelavelmente para com o tratamento social. "O indivíduo e a população são dados simultaneamente como objetos de saber e alvos de intervenção da medicina, graças à tecnologia hospitalar. A redistribuição dessas duas medicinas será um fenômeno próprio do século XIX" (FOUCAULT, 1996b, p. 111).

Importa ter-se em mente que essas mudanças paradigmais na medicina do século XIX ocorreriam a partir de novas percepções científicas e graças a novas descobertas médicas. "O século XIX trouxe [...] uma proliferação de hospitais especializados, tipicamente criados por médicos idealistas e ambiciosos − a associação com um hospital tornou-se uma fonte de projeção profissional" (PORTER, 2004, p. 176). Foi na Europa oitocentista, conforme já mencionado, que a medicina deixou de ser saberes médicos localizados para se tornar internacional. Para tanto, seriam indispensáveis fatores, tais como: a instituição do capitalismo, a industrialização e a indústria tecnológica − resultados da Revolução Industrial (1750-1870) − e sistemas de comunicação aprimorados que viabilizassem com menos dificuldade a transmissão desses saberes nos diferentes espaços geográficos do continente europeu. Nesse contexto, a medicina oitocentista avançaria de modo considerável.

> A clínica médica, desprendendo-se das concepções metafísicas anteriores, evolui para um período de investigação positiva, de indagações diagnósticas. Confrontando permanentemente sintomas clínicos e lesões orgânicas, os médicos encontram-se em condições de associar uma determinada alteração tecidular [sic] a um sinal particular e a uma alteração funcional (PANCRÁCIO, 2012, p. 9).

Nesta instância, renova-se parte das percepções de Foucault (1996a) relacionadas ao surgimento da medicina social a partir de três naturezas primárias, cada uma delas centrada em espaços geográficos diferentes a saber: a) A medicina de Estado[39] de começo do século XVIII, desenvolvida sobremaneira na Alemanha; b) A medicina urbana de fins do século XVIII, surgida na França; c) A medicina de gente pobre, da classe de trabalhadores, do povo operário, que apareceu na Inglaterra em meados do século XIX. Esses três tipos de medicina social contribuiriam tanto para a internacionalização do saber médico europeu, ao longo do XIX, quanto para o progresso conjunto de saberes patológicos no velho continente e de suas divisões, dentre as quais Pancrácio (2012) destaca duas principais, como seja: a) A corrente de orientação anatomoclínica; e b) A corrente de orientação fisiopatológica. A primeira versão apresenta-se como dominante na França e na Inglaterra. Para os médicos cujos saberes têm por base a anatomia clínica, a doença equivale a uma modificação espacial de um complexo orgânico. Já a segunda orientação "[...] positiva e científica da especulação fisiológica e patológica, começa a formar-se na Alemanha e, segundo esta, a doença é uma desordem do processo energético e material em que se manifesta a vida" (PANCRÁCIO, 2012, p. 9). Ainda segundo percepção desse autor, surgiu em Viena uma espécie de equilíbrio, de um intermédio entre essas duas ideologias, permitindo dessa forma que a investigação médica positiva e científica formasse uma escola nesse centro urbano.

Importa saber que a clínica do século XIX não era uma outra senão a progressão dos saberes clínicos do século XVIII. Ou seja: a despeito de suas distinções em relação ao século XVIII, a clínica do século XIX não era uma novidade absoluta. Como exemplo, destacam-se as percepções de Foucault (2013) sobre o surgimento da clínica, que para ele tem por base as lições que o hospital deu na proporção em que a modernização deste passou a ocorrer, em fins do século XVIII. Já se fez menção que paralelo ao nascimento do hospital moderno a clínica ia-se instalando. O filósofo pontua o ano de 1793 como marco da instituição disciplinar de um curso voltado para o ensino clínico no Hospital Saint-Eloi para estudantes de medicina que

[39] Entre os motivos que teriam contribuído para oportunizar o surgimento de uma medicina de Estado na Alemanha, no início do século XVIII, Foucault (1996a) evidencia o fator "não-desenvolvimento" econômico, isto é, a estagnação do desenvolvimento econômico da Alemanha, ao longo do século XVII. Essa estagnação resultaria de uma guerra que durou 30 anos e dos grandes tratados, decorrentes da guerra, celebrados entre Alemanha e a França e a Áustria.

reivindicavam uma formação organizada. O apelo popular desses estudantes foi feito no sentido de nomear um antigo professor de medicina da universidade de Montpellier, de nome Baumes, para a criação desse curso. No ano seguinte − em 1794 −, Baumes teria publicado uma obra intitulada de "Método de curar as doenças segundo seu aparecimento durante o ano medicinal". Eram resultados de suas aulas, observações de seu ensino sobre clínica hospitalar. Os procedimentos desse professor, cujo pensamento estava vinculado à tradição de ensino clínico própria do século XVIII, acenavam para um movimento novo e autônomo que enseja o nascimento da clínica − de uma outra clínica − que caracterizaria o século XIX: era a clínica hospitalar moderna, cujas características básicas já foram, em parte, mencionadas acima.

Não se pode pensar o hospital clínico moderno sem o aporte daquelas duas orientações citadas acima: a versão francesa anatomoclínica e a versão alemã fisiopatológica. Entre uma e outra, opta-se por documentar textualmente preceitos da versão francesa, também reconhecida como paradigma ou racionalidade anatomoclínica, característica do século XIX. Não obstante, para se ter melhor compreensão sobre os domínios do corpo clinicamente mapeado pela investigação médica no Oitocentos, registra-se o fato de que ao longo do século XVIII foi instaurada o que o filósofo francês alcunhou de anatomopolítica de corpos de seres humanos, cujo objetivo maior seria a implantação da biopolítica. "Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas algo que eu chamaria de uma 'biopolítica'[40] da espécie humana" (FOUCAULT, 2010, p. 204). Este excerto (juntamente com a citação de nota de rodapé abaixo) comprova que as estruturas do hospital clínico e do paradigma anatomoclínico vinham sendo instaurados desde o século XVIII, instituindo-se de modo definitivo no século XIX, quando o corpo humano torna-se objeto do biopoder[41].

Isto posto, inscreve-se o fato de que o nascimento da clínica deu-se em fins do século XVIII. Em paralelo a esse evento, ocorreu, conforme já citado, o nascimento do hospital moderno. Pode-se também afirmar que o hospital moderno é clínico. Dito de outro modo: "A medicina moderna fixou sua própria data de nascimento em torno dos últimos anos do século

[40] O autor questiona-se sobre do que se trataria nessa nova tecnologia do poder, que também é denominado de biopoder. Em resposta, "[...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica" (FOUCAULT, 2010, p. 204).

[41] No intuito de facilitar a compreensão do raciocínio do autor sobre o biopoder em relação ao paradigma anatomoclínico, transcreve-se o seguinte excerto: "E, mediante um poder que não é simplesmente proeza científica, mas efetivamente exercício desse biopoder político que foi introduzido no século XIX, faz-se tão bem as pessoas viverem que se consegue fazê-las viver no mesmo momento em que elas deveriam, biologicamente, estar mortas há muito tempo" (FOUCAULT, 2010, p. 209).

XVIII" (FOUCAULT, 2013, p. x). Em o nascimento da clínica, o autor suscita discussões na busca de entendimento da racionalidade médica focada no paradigma anatomoclínico. Este, por seu turno, possibilitou a consolidação dos saberes médicos na Modernidade, cujo objeto central de investigação clínica passou a ser o corpo humano. Enquanto evento histórico, o surgimento da clínica só seria possível com o auxílio das contribuições daquele sistema de reorganização efetuadas ao longo do século XVIII. Fato concreto, entre essas contribuições não se pode legar a segundo plano o discurso médico. Como exemplo, o autor cita que no início do século XVIII o diálogo entre médico e paciente começava com a seguinte pergunta: "O que é que você tem?". Na transição do Setecentos para o Oitocentos, essa gramática seria reordenada, em conformidade com a linguagem da ciência positiva, para o seguinte: "Onde lhe dói?" Foi a partir de então que "[...] toda a relação do significante com o significado se redistribuiu [...] em todos os níveis da experiência médica: entre os sintomas que significam e a doença que é significado [...]" (FOUCAULT, 2013, p. xviii). Essa reconfiguração linguística no discurso médico − resultado da produção ordenada e controlada do discurso[42] − seria a causa principal para que ocorressem mudanças e reorganização na clínica no século XIX.

Nos espaços da clínica moderna os espaços do corpo são mapeados, rastreados pelo olhar clínico-discursivo do médico. O corpo humano, onde se constituíram naturalmente os espaços de origem, de direito e de repartição da doença, tornou-se em *locus* de mapeamento do olhar clínico. Aquilo que é sólido, concreto, apresenta-se como terreno fácil de ser tocado e recortado por esse olhar cientificamente positivo. Linhas que são caminhos e superfícies que contêm volumes estão sujeitas à delimitações de uma geografia fixada nos espaços do corpo. Eis a construção do discurso possível ao que corpos devem ser submetidos, sob a vigília do olhar clínico e silencioso, cuidando-se para que suas anatomias não sejam perturbadas. Ou seja: "A *descrição* do discurso clínico (proclamada pelos médicos: recusa da teoria, abandono dos sistemas, não filosofia) remete às condições não verbais a partir de que ele pode falar: a estrutura comum que recorta e articula o que se *vê* e o que se *diz*" (FOUCAULT, 2013, p. xviii). Ainda no que se refere ao que o autor denomina de geografia familiar delineada pelo atlas anatomoclínico, importa registrar o seguinte:

> Essa ordem do corpo sólido e visível é, entretanto, apenas uma das maneiras de a medicina espacializar a doença. Nem a primeira, sem dúvida, nem a mais fundamental. Houve e haverá outras distribuições do mal. [...] A coincidência exata do

[42] A produção ordenada, normatizada e controlada de discursos faz parte do desenvolvimento de toda sociedade. Para ilustrar esta afirmação, cita-se o seguinte: "[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (FOUCAULT, 2007, p.8/9).

> "corpo" da doença com o corpo do homem doente é um dado histórico e transitório. Seu encontro só é evidente para nós, ou melhor, dele começamos apenas a nos separar. O espaço de *configuração* da doença e o espaço de *localização* do mal no corpo só foram superpostos, na experiência médica, durante curto período: o que coincide com a medicina do século XIX e os privilégios concedidos à anatomia patológica (FOUCAULT, 2013, p. 1/2).

No cerne das percepções do filósofo francês, esse "curto período" do século XIX, onde são localizados os espaços da configuração e localização da doença, demarca uma época em que o discurso médico está orientado para a soberania do olhar. Os domínios do olho clínico envolvem e englobam o "[...] mesmo campo perceptivo, seguindo as mesmas continuidades ou as mesmas falhas, [visto que] a experiência lê, de uma só vez, as lesões visíveis do organismo e a coerência das formas patológicas [...]" FOUCAULT, 2013, p. 2). Isso ocorre por meio do que esse autor denomina de "golpe de vista". O olhar clínico, ao fazer varredura sobre os espaços anatômicos do corpo humano, opera utilizando-se de técnicas médicas que "captam" a doença, o mal. Este, em processo de articulação com o corpo, se deixa manifestar logicamente através das massas anatômicas do corpo humano.

Outras modalidades de perceber e descrever os saberes e as práticas da medicina anatomoclínica podem complementar às de Michel Foucault (1926-1984) e vice-versa. Porter (2004), por exemplo, afirma categoricamente que a dissecação de cadáveres humanos é fundamental para a promoção do conhecimento médico. Não obstante, esse importante exercício prático sempre esteve longe de ser universal. Mesmo no Ocidente, as barreiras culturais, jurídicas e religiosas constituíram, durante longo período de tempo, grave impedimento para o progresso dos saberes médicos. Por oportuno, cita-se que a dissecação de cadáveres humano não fez parte do *Corpus Hippocraticum*, em respeito à dignidade do homem grego. Ainda assim, esse autor defende a importância essencial dessa prática para o progresso da medicina, sem a qual seria inviável o nascimento da clínica.

> Foi a jornada para as profundezas da carne humana, iniciada pela dissecação, que tornou ímpar a medicina ocidental. Ela sustentou a convicção fecunda de que é na investigação cada vez mais minuciosa do corpo que se encontra a chave da saúde e da doença, muito embora tenha também estimulado a tendência para um reducionismo míope, que perde a visão do todo ao se concentrar exclusivamente nas partes (PORTER, 2004, p. 75).

Em concordância com as percepções do filósofo e psicólogo Foucault (2013), o médico e historiador das ciências Porter (2004) postula que Marie François Xavier Bichat (1771-1802), anatomista e fisiologista francês, foi responsável pelos fundamentos da medicina clínica do século XIX. Lembrado como sendo o pai da moderna histologia e

patologia dos tecidos do corpo humano, o legado de Bichat apud Porter (2004) contribuiu para que a França se destacasse na Europa no campo médico, especialmente em anatomia patológica e patologia histológica. "Ali estava a medicina do olhar onipotente, aquela que enxergava − através do paciente, até chegar à doença subjacente. O olho anatomizante [sic] fazia uma pressão cada vez maior" (PORTER, 2004, p. 96). Os saberes médicos do século XVIII progrediriam, de modo considerável, no decurso do século XIX − tempo em que ocorreriam descobertas sem precedentes no âmbito da química, biologia, da bioquímica e, consequentemente, da medicina. Não obstante, o conhecimento e as práticas anatomoclínicas, juntamente com o surgimento do hospital moderno, não nasceriam ou não ocorreriam (em conformidade com os pressupostos narrados acima) de modo conjunto nem unificado em todos os espaços do continente europeu, nem no século XVIII nem ao longo do século XIX. Grosso modo, isso justificaria a aparição tardia tanto de práticas das ciências médico-clínicas quanto do hospital moderno no Brasil imperial e, sobremaneira, no Espírito Santo provincial.

I.3 Louis Pasteur (1822-1895) e o século XIX: da teoria dos germes ao surgimento da medicina de laboratório

"Pasteur não era médico, era químico e biólogo" (ROMAIN, 1985, p. 86). Entretanto, suas descobertas em química, biologia e bioquímica chocariam os círculos da classe médica de seu tempo. Os resultados decorrentes do progresso científico pasteuriano sortiriam efeitos tais que impactariam, de modo irreversível, as ciências médicas no século XIX. Seus estudos, a partir das descobertas e da manipulação científica de germes e bactérias[43], contribuiriam para o progresso dos saberes médicos no Oitocentos. Não obstante, registra-se o fato de que diante dessas descobertas e de suas respectivas demonstrações práticas, incontestáveis para químicos e biólogos da época, a classe médica reagiu, em um primeiro momento, colocando-se como adversária da cientificidade dos feitos pasteurianos.

> Foi, paradoxalmente, na medicina que Pasteur encontrou os seus primeiros verdadeiros adversários. Se os médicos queriam aumentar o seu próprio prestígio com a ajuda do prestígio da ciência, não estavam prontos a, para tanto, admitir que o laboratório tornasse caduca uma parte dos seus conhecimentos e se transformasse numa corrente da sua profissão (ROMAIN, 1985, p. 89).

[43] De conformidade com estudiosos das ciências biomédicas na atualidade, a diferença conceitual entre "germe" e "bactéria" está no fato de que o primeiro termo diz respeito aos rudimentos microbianos de um novo ser e o segundo termo refere-se ao seguinte: "São seres unicelulares, procariontes, que vivem isolados ou em colônias. Podem ser classificadas como: cocos, quando são esféricas; bacilos, quando apresentam forma de bastão; espirilos, quando são em forma de espiral; e vibriões, quando possuem forma de vírgula" (VILLELA e FERRAZ, 2015, p. 42).

Ao que sugere, essa reação da classe médica valida os postulados de Porter (2004), já mencionados, sobre trabalho e perfil do profissional de medicina em relação a seus pacientes. Nesse sentido, ressalta-se que a citação logo acima corrobora o fato de que os médicos do século XIX ostentavam aquela postura de "profissional superior" baseada em aprendizado livresco, no empirismo, na capacidade de sua memória, em suas percepções de discernimento e em seu jeito clássico para lidar com pacientes, contribuindo assim para preservar o brilho do verniz tradicional e reconfortante de sua profissão (PORTER, 2004). Avessos às experiências de laboratório, esses profissionais da medicina oitocentista não acatariam de imediato as descobertas que impactavam suas práticas neo-hipocráticas em vigência. "Para admitir o pasteurismo, foi precisa uma geração, o tempo para os 'pasteurianos' se organizarem e proporem à sociedade um conjunto de medidas higiênicas; o tempo de operar uma 'tradução' da linguagem bacteriológica a todos os níveis de compreensão e de decisão" (ROMAIN, 1985, p. 89/90). As sociedades contemporâneas a Pasteur tornaram-se complexas com o aumento populacional nos centros urbanos. Em face desse fenômeno social, a necessidade por maior demanda de médicos era patente. A exemplo do microscópio, as tecnologias surgiam e evoluíam em tempo oportuno para viabilizar o estabelecimento e práticas de uma medicina de laboratório, que se mostraria eficaz no processo relacionado a avanços das ciências médicas.

Segundo percepções de Rosen (1994), uma dentre as múltiplas consequências da Revolução Industrial (1750-1870) foi o aumento inesperado das populações nas cidades. Esse fenômeno dificultaria a organização da vida numa sociedade urbano-industrial que se tornava complexa. Entre esses obstáculos, citam-se as dificuldades no processo de ordenação das comunidades para se protegerem contra moléstias. Essa situação se agravava, pois que os problemas inerentes à saúde pública eram característicos de uma civilização nova e industrial.

> O processo criador de economia de mercado, da fábrica e do ambiente urbano moderno [...] trouxe à luz problemas que tornaram necessários novos meios de prevenção da doença e de proteção da saúde. [...] esses problemas primeiro atraíram a atenção pública. Durante o inverno de 1795, a disseminação do tifo exantemático [...] tinha levado à formação de um Conselho de Saúde, voluntário. [...] enquanto o século XIX avançava, o crescimento das condições insalubres em muito superou as tentativas de melhoria (ROSEN, 1994, p. 163-164).

Pessoas habitando em moradias congestionadas, em bairros de cidades onde não havia um tratamento adequado de águas, sistema de esgotos apropriado, condições adequadas de higiene, estavam sujeitas a situações favoráveis ao florescimento e propagação de doenças. Nesse contexto nosológico, a vulnerabilidade aumentava e os seres humanos adoeciam e morriam de "doença infecciosa". O conjunto desses fatores incitariam a curiosidade científica

de Louis Pasteur, pois foi a partir de suas vivências nesse cenário de mudanças políticas, econômicas e sociais que o químico se engajaria, de modo determinante e efetivo, no estudo das ciências visando contribuir para o entendimento de questões intrigantes relacionadas a germes, vírus, bactérias, vacina, imunologia, entre outras. De maneira paulatina, ocorria o estabelecimento progressivo da química, da biologia e da medicina. "[...] Pasteur era um mestre exigente, amando a ordem e pouco propenso à contestação, quer política, quer científica [...]" (ROMAIN, 1985, p. 86).

O microscópio apresentou-se como um "parceiro" inseparável do químico francês. "Sua primeira descoberta importante se deu no campo da Química, em 1848, ao elucidar a verdadeira natureza do ácido tartárico e estabelecer a existência da assimetria molecular [...]" (ROSEN, 1994, p. 238). Na verdade, essa "primeira descoberta" resultou de uma série de outras, cujo resultado final foi conforme conteúdo da citação sinóptica logo acima. Para se ter noção sobre a tipologia desse fenômeno químico, a partir do que a futura ciência pasteuriana progrediria, é necessário conhecer um mínimo sobre os experimentos de uma década. Seus primeiros estudos abordavam questões pertinentes à natureza do

> [...] ácido tartárico e substâncias correlatas e o modo pelo qual afetavam o plano de polarização da luz. [...] Biot não havia encontrado explicação para esse fenômeno. Em 1848 [...] o cientista [Pasteur] estudava os cristais de tartarato [...] com a ajuda do microscópio e verificou que nem todos os cristais eram iguais. Eram sutilmente assimétricos: alguns cristais eram a imagem em espelho dos outros. [...] Pasteur obtivera os cristais a partir de uma solução que não girava o plano de polarização da luz e imaginou imediatamente que o fato podia ser explicado pela ação diametralmente oposta dos dois tipos de cristais misturados (ASIMOV, 1974, p. 369).

Essas primeiras experiências envolvendo a química marcariam o início de exposição pública do cientista. A fama do "Químico" não ocorreria e o pesquisador não seria visto como tal. Os estudos e as descobertas científicas do mestre exigente "[...] seriam completamente eclipsadas pelas realizações no campo da biologia e [sobretudo] da medicina" (ASIMOV, 1974, p. 370). Esse apotegma não se tornaria um "problema" que interferisse na continuidade das pesquisas de Pasteur. Conforme já mencionado, os frutos de seus primeiros trabalhos forjaram "[...] a chave para toda a obra posterior de Pasteur [...]" (ROSEN, 1994, p. 238). Ocorria que uma descoberta tornava-se trampolim para que outras e ciências aparentemente fronteiriças se encontrassem no campo da microbiologia, por exemplo. Foi assim que ocorreu quando de suas descobertas em cristalografia, ao utilizar-se da química. O mesmo ocorreria no ano de 1845, quando o cientista iniciou seus estudos orientados para a fermentação. Quase uma década depois, os resultados dariam origem à teoria microbiana da fermentação.

O Homem conhece a fermentação desde a Antiguidade. A produção de cerveja, vinho, pão e leite, por exemplo, data de tempos em que as civilizações se concentravam na região oriental do Mediterrâneo. Acredita-se que técnicas simples, baseadas na observação informal, eram utilizadas para a produção e preservação desses produtos, que provavelmente duravam por um curto período de tempo, antes de azedarem e ficarem estragados. Cientificamente, o conhecimento sobre as causas reais da fermentação para a conservação de vinho, cerveja, leite, entre outros produtos, deu-se na segunda metade do século XIX. Em 1856, Pasteur se interessou pelos problemas de azedamento da cerveja e dos vinhos franceses e, com seu inseparável microscópio, passou a estudar o fenômeno bioquímico da fermentação. Era uma ocasião apropriada para comprovar ou descartar os fundamentos dos estudos do químico alemão Justus von Liebig (1803-1873), o qual "[...] insistia em afirmar que a fermentação não passava de um fenômeno puramente químico sem relação com organismos vivos" (ASIMOV, 1974, p. 370). Pasteur foi o primeiro a demonstrar que no processo da fermentação não havia necessidade de uso do oxigênio e que, paradoxalmente, envolvia a presença de seres vivos − os microrganismos −, além de uso do levedo na medida certa. Era mais uma contribuição do bioquímico francês para com a ciência. Dessa vez, Pasteur proporcionaria um considerável avanço no campo da microbiologia, ensejando o avanço de teorias, tais como: a) Teoria dos germes, ou teoria dos micróbios[44] (teoria microbiana); b) Teoria microbiana da fermentação; e c) Teoria microbiana da doença. Em relação ao item b), registra-se que na

> Teoria microbiana da fermentação, Pasteur explicou o porquê acontecia a contaminação por álcool durante o processo de fermentação. Ele descobriu a presença de diversos micróbios, denominados leveduras, que utilizavam o açúcar presente nas frutas e os convertiam em álcool na ausência de oxigênio. Já na presença do oxigênio o azedamento das bebidas se [dava] pela presença de micróbios diferentes, que transformam o álcool em ácido acético, vulgarmente conhecido como vinagre. Como forma de solucionar este problema [...] Pasteur aqueceu essas bebidas o tempo suficiente para matar esses micróbios, que ocasionavam o problema e este processo recebeu o nome de seu criador: Pasteurização. (DIAS, [2015?], p.1).

Após essa demonstração científica da fermentação − efetuada por meio da interface entre química e biologia −, alguns cientistas europeus passaram a informar e também a alertar a sociedade sobre a possibilidade de os micróbios estarem relacionados com as origens de moléstias que acometiam tanto os animais quanto os seres humanos. Essa era a teoria natural

[44] A diferença na definição de germe e micróbio não é rigorosa. Com o intuito de esclarecer essa particularidade em microbiologia, fornecem-se as definições de um e de outro, como seja: "Germe − Diz-se de micróbios, ou dos rudimentos de um novo ser. [...] Micróbio − Denominação dada aos organismos diminutos, sobretudo aos patógenos" (VILLELA e FERRAZ, 2015, p. 180-258). Percebe-se que a diferença é sutil. Daí a origem do uso de duas modalidades de estudiosos fazerem referências à teoria microbiológica pasteuriana: (a) Teoria dos germes (mais usual); e (b) Teoria microbiana (ou teoria dos micróbios).

microbiana da doença, a qual contrariava a teoria sobrenatural das enfermidades, conforme já referenciado mais acima. "A sociedade tinha dificuldade de compreender e entender a teoria microbiana da doença, pois, muitos na época acreditavam que as doenças eram uma forma de Deus os punir contra os seus pecados" (DIAS, [2015?], p. 2).

Estavam abertos caminhos e possibilidades para o que Rosen (1994) denominou de a "Era Bacteriológica". Técnicas voltadas para a esterilização dos meios de cultura de germes, ou micróbios, seriam decisivas no processo de aperfeiçoamento e adequação orientados para o desenvolvimento da bacteriologia, ainda embrionária em meados do século XIX. "Pasteur derrubara assim definitivamente a doutrina da geração espontânea adotada no século XIX" (ASIMOV, 1974, p. 370). Importa anotar que a denominada "Era Bacteriológica" não diz respeito exclusivamente as descobertas científicas de Louis Pasteur. Este contribuiu, com a sua teoria dos germes, entre outras, para, juntamente com descobertas de outros cientistas, viabilizar melhorias teóricas e práticas nos saberes médicos clínicos e de laboratórios. Vale lembrar que a bacteriologia é em si mesma uma ciência cujos especialistas − nominados de bacteriologistas − estudam as bactérias (VILLELA e FERRAZ, 2015). Outrossim, o campo bacteriológico, conforme notação sinóptica feita em nota de rodapé acima, é bastante amplo e de natureza complexa. As bactérias "São seres ubiquistas, estando presentes em todos os ambientes. A maioria é útil à natureza, embora algumas espécies ocasionem doenças para homens, animais e vários vegetais" (VILLELA e FERRAZ, 2015, p. 42).

Importa saber que com o surgimento da "Era Bacteriológica"[45], a vida das pessoas em geral mudaria consideravelmente: a frequência com que as moléstias infecciosas adoeciam seres humanos passou a diminuir. A melhoria no processo de diagnóstico de determinada doença sinalizava para a prevenção de enfermidades e manutenção da saúde.

> Assim, em países como os Estados Unidos, doenças outrora temidas − febre amarela, febre tifóide, difteria e malária − pertencem ao passado. Em consequência, decênios se somaram à extensão da vida. E esse processo levou a uma alteração drástica na estrutura da população, pois muito mais pessoas passaram a sobreviver até a meia-idade e a velhice. Esses efeitos se originaram da demonstração indiscutível, de final de século XIX, de que criaturas microscópicas específicas, e não vagos miasmas químicos, causam as doenças infecciosas (ROSEN, 1994, p. 231).

[45] A denominada "Era Bacteriológica" tem como fundamento a medicina de laboratório, quando o microscópio possibilitou a operação das pesquisas experimentais microbiológicas. "O surgimento da microbiologia data do último quartel do século XIX, num contexto de desenvolvimento da medicina experimental, e de consolidação de uma prática médica higienista cada vez mais voltada para a intervenção no corpo social" (TEIXEIRA, 1995, p. 13). Para que essa Era do nascimento e desenvolvimento da microbiologia acontecesse, importa saber que toda uma comunidade internacional de estudiosos das mais diversas vertentes das ciências médicas, biológicas, químicas, bioquímicas, etc. seria necessária. Louis Pasteur e Heinrich Hermann Robert Koch são tão somente dois nomes de grande projeção que fizeram parte de uma comunidade formada por muitos cientistas, de diferentes nacionalidades. Enumerar todos os nomes desses pesquisadores, visando aprofundar o assunto e explicitar a relevância da "Era Bacteriológica", é aqui reconhecidamente inviável.

Tomando-se como suporte a citação acima, entende-se que os acontecimentos da "Era Bacteriológica", assim como os da Revolução Científica dos séculos XVI e XVII, foram possíveis graças ao "coletivo de pensamento" em Fleck (2010), em Kuhn (2003) e em outros pensadores. "[...] o processo de conhecimento não é o processo individual de uma 'consciência em si' teórica; é o resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo" (FLECK, 2010, p. 81/82). Certamente, Louis Pasteur tinha consciência das inferências do conhecimento de outros pensadores, as quais contribuíam para a elaboração de suas teorias e concretização de suas descobertas. Com o surgimento da medicina social de Estado, urbana e do trabalho, nascia a saúde pública. Isso permitiu que as ciências médicas se internacionalizassem no século XIX (PANCRÁCIO, 2012). Pasteur foi sabidamente um cientista típico do século XIX e suas descobertas deviam contribuir como aporte indispensável para o progresso dos saberes médicos em um estágio de comunidade científica internacional no Oitocentos.

A teoria dos germes, também conhecida como "A Teoria do Germe Patógeno", está quase sempre associada, de modo enfático, ao nome de Pasteur. Entretanto, há os estudiosos que defendem a hipótese segundo a qual a teoria dos germes influenciou e recebeu inferências de outros cientistas, o que está em conformidade com o princípio fleckiano do "coletivo de pensamento". Com base nas notações de Jeppesen (2010), é fato que o médico e cientista alemão Heinrich Hermann Robert Koch (1843-1910) destacou-se como um dos precursores da moderna bacteriologia, sendo mais reconhecido como descobridor do bacilo do carbúnculo e do bacilo da tuberculose. "Suas teses não aumentaram a expectativa de vida e melhoraram a saúde da população apenas na Alemanha, mas continuam, até hoje, sendo consideradas verdadeiros fundamentos da microbiologia moderna" (JEPPESEN, 2010, p. 01). Assim como Pasteur foi um cientista de e atento ao seu tempo, caracterizando a centúria em que viveu − o século XIX −, Koch também o foi, de modo diferenciado:

> [...] viveu em uma era de muitas viagens de descobertas e novas pesquisas. Ele próprio viajou muito, a fim de entender melhor os agentes causadores de doenças e suas vias de transmissão. No Egito e na Índia, Koch pesquisou o causador do cólera; na antiga Rodésia (hoje Zimbábue), dedicou-se ao estudo da peste bovina e da febre aftosa; na Itália, no leste da África e na Indonésia, realizou pesquisas sobre a malária (JEPPESEN, 2010, p. 02).

Em face de tais aportes comparativos, não há necessidade para se fazer uma trajetória "tortuosa" em busca de perceber que o microscópio, os micróbios e as bactérias eram elementos comuns nos processos de pesquisas de Pasteur e de Koch. Contudo, é pertinente

definir-se o "lugar" de cada um no que diz respeito às descobertas e contribuições para tornar viável a elaboração da teoria dos germes, sabendo-se que esses dois cientistas utilizaram direções e modalidades diferenciadas de investigação e metodologias. Em acordo com os postulados de Teixeira (1995), no caso das pesquisas de Koch, é preciso ter em mente que sua preocupação central estava direcionada para e relacionada aos rigores de um processo de desenvolvimento técnico-metodológico no trato de seu objeto principal de pesquisa: o cultivo e estudos das bactérias. Com isso, Koch contribuiu para edificar "[...] normas que davam coerência teórica ao processo de descoberta de um microorganismo e atribuição de seu papel na etiologia de determinada doença" (TEIXEIRA, 1995, p. 15). Já em se tratando das pesquisas de Pasteur e, na sequência, dos trabalhos de seus colaboradores, importa registrar o fato de que desde cedo os estudos pasteurianos

> [...] voltaram-se [...] para os mecanismos de infecção, criando ou possibilitando a criação de técnicas de prevenção das doenças - como a assepsia, a antissepsia - e desenvolvendo profiláticos e terapêuticos biológicos de uso animal e humano. As descobertas empreendidas por Pasteur e seus colaboradores seriam uma alavanca para o desenvolvimento deste novo campo do saber. Para os historiadores, que nos últimos anos se detiveram no estudo da medicina do século passado, seus trabalhos configuram uma *revolução* na forma de constituição dos saberes e práticas médicas, por seu caráter experimental, pela constatação irrefutável do papel dos micróbios na origem de diversas doenças e, principalmente, pela amplitude das conseqüências da aceitação dessa postulação (TEIXEIRA, 1995, p. 15).

A citação acima serve como indicador termométrico quando o problema diz respeito às discussões sobre a "verdadeira" autoria (ou "propriedade") da "Teoria dos Germes". Com o intuito de corroborar, ao estilo kuhniano, a emergência das teorias científicas em face das crises, infere-se que a teoria pasteuriana dos germes foi pensada, desenvolvida e aplicada na prática em ocasiões críticas do século XIX em que moléstias epidêmicas rodeavam o mundo por inteiro, ceifando vidas em números surpreendentes. Há os que consideram a teoria dos germes como tendo sido o maior aporte do século XIX à medicina: "A figura mais representativa no campo da Bacteriologia é Louis Pasteur" (PANCRÁCIO, 2012, p. 17). Hoje, há os pesquisadores que denunciam o esgotamento dessa teoria e discordam dela alegando ter a mesma contribuído para a "má fama"[46] das bactérias enquanto responsáveis

[46] Pesquisadores recentes em ciências médicas contestam a funcionalidade da Teoria dos Germes, atribuída a Pasteur, Koch e Ehrlich. A discussão aqui desenvolvida sobre a ciência de Pasteur tem como objetivo contextualizar tanto o químico e suas descobertas científicas no século XIX quanto a historiografia sobre os resultados dos exercícios práticos de seu trabalho no enfrentamento da doença no Oitocentos. Para informar pessoas interessadas em saber mais sobre essa corrente de pensamento na atualidade, recomenda-se a leitura do Artigo intitulado de "O esgotamento da teoria do germe e a crise cultural da medicina oficial", da autoria de Eduardo Almeida, disponível no site: <http://www.arzt.com.br/artigos/crise-de-paradigma---o-esgotamento-da-teoria-do-germe-na-medicina>

únicas como causadoras de doenças. Ainda assim, vale imprimir aqui o postulado de Porter (2004) segundo o qual não se pode atribuir a Pasteur exclusivamente a invenção da "teoria microbiana", que consiste no seguinte fenômeno biológico:

> [...] a doença é causada pela invasão do corpo por organismos microscópios vivos −, pois ela era veiculada desde longa data. Mas ele [Pasteur] foi o primeiro a mostrar, através de demonstrações experimentais convincentes, que determinados micróbios efetivamente causavam determinadas doenças − no gado, nos suínos, nas aves domésticas e, por fim, nos seres humanos (PORTER, 2004, p. 108).

Já se relatou neste capítulo que as teorias científicas são dinâmicas e como tais estão sujeitas a reinterpretações que lhes permitam renovação e progresso. Por conseguinte, "[...] fenômenos novos e insuspeitados são periodicamente descobertos pela pesquisa científica [...]" (KUHN, 2003, p. 77/78). A teoria dos germes não foi a única contribuição de Pasteur para com as ciências médicas e bioquímicas. Importa saber que seus estudos foram marcados por uma certa frequência de fenômenos biológicos que viabilizavam suas descobertas.

> Estudando a fermentação, Pasteur descobriu também a existência da vida anaeróbica, viu que certos organismos não crescem em presença do ar mas somente em sua ausência; e foi ele o primeiro a usar, em 1863, os termos "aeróbico" e "anaeróbico". Essa observação teve imensa importância, pois levou-o a investigar a putrefação e à hipótese de ser esse processo uma espécie de fermentação devida à atividade microbiana (ROSEN, 1994, p. 239).

A partir da segunda metade do século XIX, paralelo ao progresso científico embasado nas descobertas de Pasteur, desenvolvia-se o laboratório, cujo significado literal é local onde se "trabalha". Cientificamente, laboratório é o "Ambiente com condições físicas controladas e equipado para a realização de diferentes técnicas químicas, físicas ou biológicas" (VILLELA e FERRAZ, 2015, p. 227). Noutras palavras: laboratório é o espaço onde são feitas pesquisas por aqueles que estudam, manipulam, fazem exames e experiências utilizando-se de métodos específicos e para os quais necessitam de ferramentas apropriadas, como o microscópio. Por oportuno, "A Microbiologia como conhecemos nos dias atuais só foi possível quando no ano de 1674 o alemão Antony Van Leeuwenhoek criou o primeiro microscópio" (DIAS, [2015?], p. 1). Com o passar do tempo, essa ferramenta revolucionária seria aperfeiçoada em acordo com as exigências decorrentes de novas descobertas científicas. "O microscópio [...] foi imensamente aperfeiçoado, a partir de aproximadamente 1830, pela correção da distorção, que permitiu rápidos progressos na nova ciência da histologia, ou estudo microscópico dos tecidos" (PORTER, 2004, p. 104). Pode-se afirmar que em torno de meados do século XIX, a principal ferramenta dos que estudavam os vírus, os germes, as bactérias ou os micróbios foi o

microscópio. Em fins do Oitocentos, Alexandre Yersin (1863-1943), bacteriologista suíço, construiu em Hong Kong − no ano de 1894 − uma choupana de palha que era seu próprio laboratório. Dentro desse espaço reservado para suas pesquisas laboratoriais, improvisado no pátio do Alice Memorial Hospital, Yersin descobriu o bacilo da peste, com a ajuda de seu inseparável microscópio. Registre-se este fato curioso: "The most important item in a bacteriologist's arsenal was his microscope; it was virtually his emblem of office: indeed when Yersin got off the boat he was carrying his microscope in [...] his [own hands]"[47] (CUNNINGHAM e WILLIAMS, 1992, p. 230).

Nesse contexto de descobertas científicas, o progresso dos saberes médicos, sobretudo na segunda metade do Oitocentos, não poderia prescindir da medicina de laboratório, ainda que a experimentação na medicina hospitalar caminhasse a passos lentos. Apesar da falta de crença na eficiência da medicina de laboratório em face das dificuldades relacionadas às pesquisas experimentais, mesmo assim

> [...] os praticantes oitocentistas de química orgânica, microscopia, fisiologia e outras disciplinas relacionadas com a medicina tinham razão de acreditar que estavam participando do nascimento de uma nova empreitada: embora o hospital fosse ótimo para fazer observações, admitiam eles, o laboratório era o lugar certo para a experimentação controlada e sistemática (PORTER, 2004, p. 101/102).

Na transição do século XIX para o século XX, aquele espaço reservado para a operação de técnicas bioquímicas se tornaria num divisor de águas para o progresso das ciências médicas. Surgia a medicina clínica de laboratório: a partir de então, seres vivos microscópicos passariam a ser descobertos e identificados como causadores naturais de moléstias diversas. Tratava-se do "paradigma" do laboratório, o qual pode ser resumido no seguinte excerto: "The coming of the laboratory radically transformed the identity of infectious disease. This is one of the least appreciated − and, indeed, least obvious − of the changes of thinking and practice brought about in medicine by the coming of the laboratory[48]" (CUNNINGHAM e WILLIAMS, 1992, p. 209). Independente da "invisibilidade" dada ao laboratório, os médicos reconheceriam a sua importância e, em vez de temerem-no como ameaça aos seus saberes, aceitariam esse novo espaço como *locus* para o progresso das ciências médicas experimentais, controladas sistematicamente.

[47] Tradução: "Um item indispensável no arsenal de um bacteriologista era seu microscópio. Este era literalmente considerado a ferramenta que emblemava seu laboratório. Fato concreto: quando Yersin desceu do barco rumo a seu laboratório, levava o microscópio em suas próprias [mãos]" (CUNNINGHAM e WILLIAMS, 1992, p. 230).

[48] Tradução: "O surgimento do laboratório contribuiu radicalmente para com a transformação no processo de identificação de doenças infecciosas. Contudo, trata-se de uma dentre as menos reconhecidas − e, sem dúvida, dentre as menos óbvias − mudanças de pensamento e de práticas ocorridas no âmbito da medicina quando o assunto está relacionado ao advento do laboratório" (CUNNINGHAM e WILLIAMS, 1992, p. 209).

I.4 Saberes médicos no Brasil e no Espírito Santo oitocentistas

Feitas as narrativas acima sobre alguns conceitos e percepções teórico-metodológicas das ciências médicas na Europa do século XIX, na sequência elabora-se uma história sumária em torno dos saberes e das práticas médicas no Brasil do Oitocentos. Inicialmente, registra-se o fato de que houve duas grandes correntes dominantes e, politicamente, excludentes, as quais foram: a) A que se caracterizou por ter incorporado de modo predominante a medicina oficial e científica do Império; e b) A outra, caracterizada como charlatã por ter incorporado os saberes e práticas baseados no curandeirismo e não reconhecida como científica; portanto, considerada não oficial. Contudo, a despeito das divergências e da supremacia da corrente médico-oficial sobre as práticas não oficiais, ambas lutaram − uma de maneira explícita e outra de forma clandestina − para conquistar seus espaços e imprimir sua hegemonia na sociedade no decurso do Oitocentos brasileiro, com impressionante aceite social das práticas daquela considerada ilegal e charlatã. Para se ter entendimento, ao menos em parte, dessa querela, é necessário explicitar que a corrente científica e médico-oficial advinha de uma tradição formada por dois vieses fundamentados no pensamento médico vigente na Europa desde o século XVIII[49] e os quais emergiram como artes de cura baseadas nas modalidades seguintes: a) No ressurgimento dos saberes de Hipócrates, que ficou conhecida como versão neo-hipocrática; e b) Aquelas artes de cura fundamentadas nas perspectivas empírico-positivistas, em conformidade com o que já foi discutido acima. No forjamento dos saberes médicos no Setecentos, surgiriam "[...] as disciplinas científicas e os modelos institucionais que revolucionariam os fundamentos práticos e teóricos da medicina acadêmica europeia, ao longo do século XIX [...]" (EDLER, 2014, p. 9). Ainda segundo postulados desse mesmo

[49] Em 1982, Alain Corbin publicou uma obra curiosa sobre o imaginário social em torno da arte dos "Saberes e Odores" no continente europeu dos séculos XVIII e XIX. O subtítulo da aludida obra é como segue: ""O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX". As bases contribuintes para que tal imaginário se formasse na mente das pessoas foram as releituras dos princípios em torno dos saberes hipocráticos, o que deu origem aos saberes médicos renomeados de Noe-hipocratismo. Esse pensamento, conforme já pontuado nesta pesquisa, chegaria ao Brasil ainda no Setecentos e dominaria o imaginário social brasileiro ao longo de todo Oitocentos. Corbin (1987) faz uma abordagem sobre o que ele denominou de "revolução perceptiva" dos odores suspeitos. Essa revolução compreendia não apenas os velhos fundamentos dos saberes médicos de Hipócrates, mas viria a contribuir para a construção de um sistema complexo de perceptibilidades sobre o meio ambiente, em que os ares e os lugares tinham papel importante como causas das enfermidades em geral e da mortalidade de pessoas. Foi desse cenário de ares pútridos e miasmáticos que surgiriam as ideias orientadas para a purificação dos espaços públicos e, em consequência, dos espaços domésticos. No Brasil Império, essas ideias foram recorrentes e impulsionariam os responsáveis pelas questões de ordem sanitária para darem início às políticas higienistas. Pudera: "A lama de Paris forma uma mistura complexa de areia infiltrada entre as pedras do calçamento, de lixo nauseabundo, de água estagnada e de excremento. As rodas dos carros sovam essa massa, espalham-na, espirram os fedores na base das paredes e nos passantes" (CORBIN, 1987, p. 38). Eis um cenário muito parecido com os produzidos pelos viajantes que visitavam ou moravam por um tempo na Capital do Império − Rio de Janeiro.

autor, aqueles fundamentos teóricos e práticos da medicina, que aos poucos vinham se impondo desde o século XVIII, "[...] foram sendo apropriados e adaptados pelas elites médicas brasileiras [...]" (EDLER, 2014, p. 9). Havia, por parte do Poder Central, uma preocupação com a expansão e com a legitimação da profissão dos médicos no Império. Para que isso ocorresse, muito tempo seria necessário para o desenvolvimento e também instituição de uma medicina científica, nos moldes do que ocorria na Europa. No Brasil de então, as sangrias, por exemplo, continuavam se sobressaindo como prática cotidiana do saber médico, que, assim como as águas, eram indicadas como solução para todos os males.

> Na medicina do século XIX, no Brasil e alhures, a sangria era terapia essencial contra os males diversos, verdadeira panacéia. [...] a medicina oficial [brasileira oitocentista] era uma arena de conflitos diversos, fragmentada pelas disputas entre diferentes sistemas médicos, dividida quanto às terapêuticas mais eficazes para várias doenças, confusa quanto às formas de prevenir e combater a propagação de doenças epidêmicas. Enfim, longe de gozar do prestígio e influência junto ao poder público [...] a medicina oficial não existia como fenômeno coeso e monolítico capaz de reproduzira tal "medicalização da sociedade" (CHALHOUB, 2001, p. 18).

Quanto às denominadas práticas "médicas" não oficiais, isto é, às ilegais, Sampaio (2001), é taxativa ao dizer que não se pode deixar de incorporar os sujeitos dessas práticas à história, visto que sem eles as medicinas no Brasil do Oitocentos estariam incompletas em face de uma silencialidade perturbadora, forçada politicamente. Assim, as práticas de cura dos que exercitavam a medicina na clandestinidade apresentavam-se tão importantes para a saúde do povo em geral quanto as práticas da medicina oficializada. Em muitas situações cotidianas, a medicina oficial era questionada e mesmo rejeitada pelas populações em geral, conforme se explica adiante. Na sequência, importa saber que

> Apesar das dificuldades em se chegar mais perto do que pensavam e faziam vários praticantes e freqüentadores das atividades ilegais de medicina do Império, conseguimos ter acesso a muitos elementos daquele mundo distante. Sujeitos históricos ocultados e silenciados como os curandeiros e seus pacientes são sempre muito mais difíceis de ser encontrados do que os médicos oficiais, que deixaram diversos relatos e registros de suas ideias e pensamentos. (SAMPAIO, 2001, p. 153).

Antes de fazer o registro conclusivo acima, na forma dessa citação esclarecedora sobre os caminhos tortuosos e clandestinos do curandeirismo no Brasil imperial, a autora informa que esse tipo de prática era perseguido pela elite médica oficializada, com a ajuda da polícia e o respaldo da imprensa. Ela ressalta, de modo enfático, o seguinte:

> No Rio de Janeiro do final do século XIX, assim como em todo o país, as mais variadas práticas de cura conviviam lado a lado com a medicina oficial do Império, aquela que julgava a medicina científica. Embora proibidas por lei e arduamente

> combatidas por grupos de médicos e por setores da imprensa, as práticas ilegais da medicina estavam presentes com bastante força no cotidiano dos mais variados cidadãos do Império. [...] muitos pacientes tinham suas desavenças com os médicos tradicionais e suas prescrições, buscando, sempre que possível, formas diferentes de tratamento para seus males. Encontramos, assim, a forte presença das outras artes de cura no cotidiano de diferentes pacientes, concorrendo em pé de igualdade com os médicos oficiais (SAMPAIO, 2001, p. 21/22-29).

Esse estado de disputa político-administrativa e institucional-científica, sustentado por aqueles que se apresentavam como sendo profissionais autênticos e representantes absolutos dos saberes médicos *versus* curandeirismo e charlatanismo, não seria interrompido no século XIX por motivos já abordados, a exemplo da transposição de descobertas e práticas científicas ocorridas na Europa desde o século XVIII, mas não exercidas como tais no Brasil, pois que elas esbarravam, em grande parte, numa política de resistência e de permanência dos saberes médicos tradicionais vigentes. Em fins do Brasil Império, isto é, em 1888, as visões rígidas daqueles que defendiam uma saúde pública operante de fato ainda se encontravam ancoradas em velhas tradições articuladas para serem mantidas no poder.

> Incapazes de acompanhar com a flexibilidade necessária o movimento de especialização do saber médico que revolucionava a medicina acadêmica na Europa, a elite profissional observava a rápida obsolescência de suas instituições, com graves reflexos na prática médica. O prestígio da corporação deteriorava-se de forma vertiginosa. Crescia o perigo representado pelas outras categorias de curadores, num contexto em que o monopólio de exercício da medicina não passava de letra morta (EDLER, 2014, p. 189).

Retomando-se a discussão inicial sobre aqueles dois vieses da medicina acadêmica, embasados no pensamento europeu desde o século XVIII − as artes de cura neo-hipocrática e as artes de cura fundamentadas nas perspectivas empírico-positivistas −, faz-se questão de ressaltar que eles foram decisivos no processo de formação da corrente médico-científica e oficial no Brasil desde início do século XIX. Noutras palavras: o transporte daquelas duas modalidades de pensar a cura das doenças, amalgamadas nas tradições do pensamento médico europeu, encontrariam no Império brasileiro acolhida indispensável, ensejando a instituição de políticas protecionistas, as quais seriam oficializadas pelo Poder Central e orientadas para aceitação, preservação e práticas dessas duas correntes tradicionalistas. Por oportuno, vale lembrar que do cerne dessas duas correntes teriam sido instituídos os denominados "estudos pioneiros" da medicina brasileira, que predominou no decurso do século XIX. Conforme já exposto, mesmo na segunda metade do Oitocentos, essa medicina tradicionalista-pioneira era imposta em face de novos conhecimentos, de novas correntes de pensamento.

> Os estudos pioneiros da medicina oitocentista foram escritos quase exclusivamente por médicos voltados para o passado de sua profissão com a perspectiva de estabelecer uma certa memória que conduzia inexoravelmente à celebração da medicina vigente. Nestes estudos, fatos, personagens, e instituições do passado encontram-se articulados em narrativas que buscam estabelecer um contraste com crenças e valores corroborados pela prática vigente, traduzindo uma concepção evolucionista das ciências médicas. Tal esquema teleológico apóia-se, geralmente, na armadilha representada pela noção hipostática de precursores − espíritos clarividentes atuando sob um pano de fundo dogmático e tradicionalista (EDLER, 1998, p. 170).

A perceptibilidade desse autor prossegue, na modalidade de esclarecimentos que dão o devido suporte para a corroboração de suas hipóteses lançadas acima. Essa incursão contribui para se penetrar, até certo nível, na complexidade das tessituras de teias políticas da classe médica dominante e defensora de uma memória em cujos labirintos uma medicina de caráter evolucionista deveria ser preservada. Desse modo, deduz-se que a medicina brasileira clássica e pioneira, oriunda do pensamento setecentista e oitocentista europeu, era creditada como sustentável porque estava calcada na periodização de tramas teórico-etiológicas, de práticas curativas associadas a procedimentos terapêuticos consideradas complexas (ou seja: as tramas eram complexas). Por isso, importa saber que as tramas assumiam

> [...] a forma de uma dicotomia entre espíritos presos a especulações metafísicas, retóricos e anti-científicos *versus* espíritos científicos. O saber médico dominante estaria supostamente fundado no antigo paradigma galênico, ou em variantes neo-hipocráticas apresentadas como um conjunto eclético de conhecimentos acumulados sobre fenômenos mórbidos e vitais. Tal saber foi avaliado como um amálgama de preconceitos difusos de cunho irracional e dogmático. Os médicos brasileiros do século XIX teriam, nesta versão, especial aversão à observação metódica e à experimentação científica (EDLER, 1998, p. 171).

Como se pode depreender, os princípios médicos referenciados acima encontravam-se inda à margem da medicina clínica, que se caracterizava por ser experimental, metódica, de laboratório e fundamentada na pesquisa científica. Porém, num sentido contrário à "versão" dos saberes médicos supramencionados, Trindade (2013) apresenta uma outra "versão" da medicina brasileira oitocentista. Esse autor defende a hipótese segundo a qual a pesquisa médica no Brasil teve início em 1850. Essa seria a terceira etapa de uma "evolução natural" conferida à medicina em qualquer parte do mundo. No intuito de conhecer a natureza de cada uma dessas três etapas evolutivas, informa-se o seguinte: a) A primeira delas teria como embasamento as concepções místicas e sobrenaturais; b) A segunda etapa, considerada intermediária, teria como aporte as observações seguidas de interpretações; c) Nesse processo evolutivo, a última etapa tem como fundamento a experimentação metódica associada à pesquisa. "No Brasil, a terceira etapa começou por volta de 1850, quando se iniciaram as

primeiras atividades de pesquisa científica médica, com a denominada Escola Tropicalista Baiana que trazia novas ideias e concepções de ensino e pesquisa para as ciências médicas" (TRINDADE, 2013, p. 113). Ainda em conformidade com os postulados desse mesmo autor, a medicina de laboratório de Louis Pasteur aos poucos chegaria ao Brasil, embora isso viesse a ocorrer nas últimas décadas do Império.

> D. Pedro II mantinha estreitas relações com Pasteur e teve o seu primeiro contato com o cientista em uma das sessões da *Académie des Sciences*, na França. Em 1873 visitou-o em seu laboratório e expôs-lhe o problema do surto de febre amarela em algumas cidades brasileiras. A troca de correspondência entre eles tornou-se rotineira e Pasteur colaborou para o desenvolvimento da ciência brasileira enviando vários trabalhos de pesquisas dos seus laboratórios e recebendo dez médicos brasileiros para participarem de cursos no Instituto Pasteur em Paris (TRINDADE, 2013, p. 64).

Pode-se lançar a hipótese de que a partir de 1850, marco das primeiras atividades de pesquisa médica científica no Brasil, teve início essa medicina de laboratório. Deve-se atentar para a afirmação de Trindade (2013), quando ele pontua que a partir de 1850 "novas" ideias surgiam e eram orientadas para novas concepções de ensino e também de pesquisas médicas. Essas novas ideias pressupõem o início dos primeiros passos em relação ao exercício prático de uma medicina de laboratório, mesmo que rudimentar, a qual, por seu turno, viabilizaria, tempos mais tarde, o início da medicina clínica no Brasil.

O encontro de D. Pedro II com Louis Pasteur, na década de 1870, foi motivado pelo interesse natural que o monarca brasileiro nutria pelas ciências em geral − assim pressupunha-se. Não se pode deixar de registrar que esse monarca governava um Império escravocrata e que, por ocasião de sua visita ao cientista francês, a escravidão e a mão-de-obra cativa eram legais e defendidas de modo ferrenho, sobretudo depois da interrupção do tráfico negreiro em 1850. Na segunda metade do século XIX, o regime escravocrata brasileiro era visto como um problema grave pelos governos de outros países. O Brasil era, pois, considerado "[...] uma anomalia política [e econômica] nas Américas" (SKIDMORE, 1989, p. 19) e, igualmente, no contexto do mundo ocidental. Além do mais, enfermidades e epidemias caracterizavam um Império vulnerável às doenças. Apesar desses problemas, a economia cafeeira dos nominados "barões do café" estava em alta. Nessa época, a sociedade tinha interesse por modernização, a despeito de um sistema escravocrata decadente, mas vigente e operante a todo vapor. D. Pedro II tinha outros interesses que não somente o "amor diletante" pelas ciências.

> Na década de 1870, o imperador brasileiro visitou o laboratório de Pasteur na Escola Normal Superior de Paris e concedeu-lhe a comenda da Ordem da Rosa. [...] A visita do monarca brasileiro não foi motivada apenas pelo amor diletante às ciências. O país que governava dava início à modernização que ia conduzi-lo a outro patamar da

> divisão internacional do trabalho, transigindo com os interesses e mais raramente vencendo a resistência dos grupos ligados ao trabalho escravo (BENCHIMOL, 2018, p. 233).

Os surtos de epidemia de febre amarela apavorando populações de centros urbanos do território brasileiro poderiam ter caracterizado o interesse precípuo de D. Pedro II ao visitar Louis Pasteur em seu próprio laboratório em Paris. Mas, não foi o que ocorreu. Como já se adiantou acima, havia outros interesses, a exemplo do viés político e do transporte de conhecimento técnico no processo de manipulação de germens e a produção de vinhos.

> Um dos motivos da visita de D. Pedro II a Pasteur foi obter a indicação de um químico versado nos processos de fermentação para a Escola de Minas organizada pelo físico e matemático Claude-Henri Gorceix (1842-1919), nos moldes da École de Saint-Étiene. Ela [a escola] seria inaugurada em outubro de 1876, em Ouro Preto capital da Província de Minas Gerais (BENCHIMOL, 2018, p. 234).

Os interesses político-econômicos do imperador brasileiro, ao fazer sua visita a Louis Pasteur, eram óbvios. A medicina, os remédios para a cura de doenças não foram, como se sugere, o motivo essencial de sua ida a Paris em 1873. De acordo com o postulado do autor da citação acima, foi somente em 1881, depois de concluir seus estudos envolvendo descobertas microbiológicas, que Pasteur começou a pesquisar a febre amarela (BENCHIMOL, 2018).

No Espírito Santo provincial, não se tem elementos o suficiente para se desenvolver uma abordagem a contento sobre o exercício de práticas médicas baseadas na corrente médica de pensamento oficial na mesma proporção do que acontecia em outras províncias do Brasil Império. Havia carência de profissionais dos saberes médicos de então. Ao se pesquisar sobre o assunto nas fontes disponíveis, descobriu-se que tal carência era grave por motivos diversos: argumentava-se que a falta de finanças para suprir as deficiências da salubridade pública era o impedimento principal. Eis um indício de que o curandeirismo era recorrente no Espírito Santo provincial. Não obstante, afirma-se que o pensamento médico e oficializado pelas elites do Poder Central era o mesmo dos gestores que demonstravam suas preocupações com a denominada "saúde pública" provincial. Detectou-se nas fontes o fato de que a partir de 1850 a presença de cirurgiões e de sangradores em Victoria era patente, mesmo contando-se tão poucos para darem conta dos problemas relacionados às enfermidades, mortalidade e luta pela preservação da saúde na província. Ao consultarem-se as fontes, comprovou-se, por exemplo, que devido a questões de cunho político-econômico, a corrente médico-científica teve menos representatividade local do que a corrente considerada não científica − aquela formada pelos curandeiros em geral e charlatões. Embora os sujeitos representantes dessas práticas de curas

não oficiais (as quais eram publicamente repudiadas pela elite médica oficial) não sejam mencionados explicitamente na documentação consultada, as pistas de que eles trabalhavam suas práticas no cotidiano de Victoria e da Província são bastante evidentes.

Isto posto, afirma-se que em relação ao grau de domínio dos saberes médicos oficiais operantes no Espírito Santo do século XIX encontravam-se em nível daquela segunda etapa voltada para a "observação e interpretação" preconizada acima por Trindade (2013). Seria duvidoso admitir-se que na Comarca de Victoria da segunda metade do Oitocentos a experimentação metódica e pesquisa médica tenham ocorrido. A despeito de sua proximidade geográfica da Corte, a Província fora classificada como sendo de terceira categoria, conforme narrativa oferecida mais adiante. O Espírito Santo era uma dentre as seis províncias mais pobres do Brasil Império, sendo que as outras cinco estavam geograficamente bem distantes da Capital imperial. Não seria, pois, de se esperar nem o exercício nem uma quantidade elevada de profissionais em práticas médicas iguais aos da Corte, por exemplo.

Para se ter uma ideia sobre o estágio em que os saberes médicos se encontravam na Comarca de Victoria, é necessário compreender que falta de profissionais de medicina, de boticas, de hospitais, de enfermarias e de atendentes hospitalares era alarmante. Contava-se com apenas um único hospital, o qual pertencia à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, cujos recursos financeiros e materiais eram bastante escassos. Só por volta do ano de 1855, o Presidente da Província asseguraria a contratação de um médico profissional para trabalhar e residir na Capital. Não é redundante mencionar que os saberes médicos na Comarca de Victoria tinham como fundamentação a medicina popular baseada nas experiências pessoais de vultos proeminentes locais, ou advinha de alguma pessoa que dera início ao Curso de Medicina e, mesmo tendo interrompido seus estudos, exercia a profissão de médico. Exemplo desse tipo de médico popular foi Basílio Carvalho Daemon (1834-1893), que frequentou as primeiras etapas do Curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo desistido dos estudos e passado a atuar como médico amador. "[...] tinha vocação especial para essa carreira, e muito notadamente na cirurgia; sendo além disso extremamente feliz nesse sacerdócio, como médico amador, a ponto de causar admiração aos médicos, que não raras vezes apelaram para seus conhecimentos [...]" (CORRÉGIO DAEMON, 2010, p. 670). Quando veio morar no Espírito Santo, esse médico amador exerceu suas funções largamente, colocando em prática seu "tino médico" para todos os necessitados. Durante a passagem da epidemia de varíola nos anos de 1868 − em Cachoeiro do Itapemirim − e de 1874 − em Victoria, prestou seus serviços médicos populares às populações vitimadas pelas bexigas.

> Tendo levado consigo uma pequena ambulância [pequena farmácia portátil], a todos, sem distinção de classe ou fortuna, prestava os seus serviços, sem nunca aceitar remuneração. Como é natural, nesses sertões falhos de todos os recursos que tenham por objetivo a saúde e higiene local, tornou-se bem depressa conhecido e quantas e quantas vezes teve de abandonar o leito, a desoras, para atender a chamados, fazendo-o sempre com satisfação; sendo que, como compensação aos seus sentimentos de humanidade, era sempre afortunado nas curas (CORRÉGIO DAEMON, 2010, p. 671).

Vale ainda ressaltar que, na segunda metade do Oitocentos, o pensamento médico dominante no Espírito Santo era a neo-hipocrático e galênico. Nos Relatórios de Presidente, podem ser encontrados muitos registros sobre os ares e lugares, odores, onde os miasmas proliferavam com grande facilidade e eram tidos como sendo os causadores de toda espécie de enfermidade. Esse assunto está abordado nesta pesquisa. Acrescenta-se, de modo enfático, que, além da medicina vigente localmente, eram naturais os muitos recursos "medicinais" de curandeiros e charlatães. Na Comarca de Victoria as práticas médicas baseadas na observação e interpretação não eram diferenciadas das operantes no Rio de Janeiro. Entretanto, se por um lado havia os médicos amadores, abundância de curandeiros e de charlatães; por outro, em se tratando de conhecimentos médicos baseados na pesquisa experimental, a Província era, conforme já mencionado, destituída de tais práticas. Até idos de 1884, constatou-se que a problemática da salubridade pública continuava persistindo: as velhas questões relativas aos enterramento de mortos em cemitérios no centro da Capital, as deficiências no abastecimento de água, a falta de esgotos, de fossas, por exemplo, continuavam.

C A P Í T U L O II

ESTUDO SOBRE A HISTORIOGRAFIA DE DOENÇA(S) E MORTALIDADE DE ESCRAVOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Desenvolve-se um estudo da historiografia sobre doença e mortalidade de escravos no Brasil do Oitocentos. Faz-se um levantamento acurado da produção historiográfica sobre tal temática. Registra-se o fato de que enfermidade e morte de populações escravas não excluem necessariamente fatores tais como saúde, higiene, vestimenta, vida cotidiana, alimentação, moradia e longevidade de escravos vivendo em áreas urbanas ou rurais. Fez-se um inventário de passagens de obras consideradas "clássicas" da historiografia e da sociologia escravista nacional; de parte de obras, de coletâneas, artigos e livros sobre a temática. A ideia segundo a qual a historiografia sobre morbidades e mortalidade de escravos no Brasil teria iniciado a partir do ano 2000 é verossímil apenas em parte. No intuito de validar esta hipótese, buscou-se no passado encontrar material que permitisse comprovar a existência dessa historiografia pré-2000, ainda que esparsa. Completada tal tarefa, denominou-se de proto-historiografia os subsídios históricos encontrados sobre doenças e mortalidade de escravos no Brasil Império.

Após investigarem-se partes de estudos produzidos nas décadas de 1930 a 1940, deu-se continuidade a essa busca orientada para a segunda metade do século XX. Na sequência, fez-se uma incursão sobre a historiografia de transição do Novecentos para o século XXI, incluindo os avanços nas pesquisas produzidas ao longo das duas primeiras décadas a partir do ano 2000. Consideram-se os resultados como satisfatórios.

No que concerne às questões de cunho teórico e metodológico, elegeu-se a construção de narrativa em torno de uma história da historiografia sobre morbidades e mortalidade de escravos no Brasil oitocentista. Inicia-se o texto utilizando-se aporte comparativo em Ciências Históricas. Após essa instância, o próximo passo foi recorrer-se a epistemologia indiciária, a qual se apresentou oportuna para a consecução deste texto por inteiro.

Em relação aos objetivos, demonstra-se que as possibilidades de releituras e revisões da proposição aqui eleita são generosas. Neste sentido, adianta-se que este estudo não é uma produção que se quer completa. Outrossim, apresenta-se este texto como sendo um marco de transição nesta pesquisa, qual seja, a passagem dos estudos de cunho teórico-metodológico e de âmbito ocidental e nacional para os de instâncias locais da Tese, considerados de natureza estrita e específica em relação ao objeto de pesquisa aqui proposto.

II.1 Proto-historiografia sobre doença(s) e mortalidade de escravos

Ao contrário do que tem ocorrido nos Estados Unidos da América − EUA, no que diz respeito à produção historiográfica voltada para a saúde e doença de escravos, considerada como de longa data[50], não se pode afirmar, com igual segurança, que no Brasil os estudos sobre saúde, doença e mortalidade de escravos receberam aqui o mesmo aporte historiográfico recebido lá, sobretudo no que se refere a uma produção continuada, com o respaldo de uma temporalidade que transporte o pesquisador de hoje à primeira metade do século XX. No caso específico dos EUA, a obra *American Negro Slavery* de Ulrich Phillips, publicada em 1918, é concebida, até certa medida, como pioneira por conter um número considerável de passagens sobre a saúde e longevidade da população escrava. Por não se tratar de uma obra inteiramente dedicada a essa questão específica, não obstante ela tem servido de recurso pelos historiadores norte-americanos devido ao fato de essas passagens, além de serem pioneiras, apresentarem-se como sendo de teor estimulante à pesquisa sobre a temática em apreço. No entendimento de Eugênio (2016), foi a partir dessas passagens presentes na obra de Ulrich Phillips que os estudos de William Dosite Postell (iniciados em 1951) sobre saúde e doença de escravos nos EUA inaugurariam uma tradição desse tipo de produção historiográfica. Assim, o ano de 1918 demarcaria o surgimento de uma proto-historiografia norte-americana sobre a temática em referência. Porém, não se deve esquecer que um período de pouco mais de três décadas se passou desde a primeira edição da obra de Phillips (de 1918) até o marco inaugural de uma historiografia continuada a partir dos estudos de Postell (em 1951[51]). Ao não se levar em conta esse intervalo lacunar entre 1918 e 1951, passa-se a ideia de que desde o início − desde o ano de 1918 − a historiografia norte-americana sobre tal assunto caracteriza-se por uma produção contínua. Em Eugênio (2016), ao que parece, o caráter dessa "continuidade" é sugerido como um traço desse tipo de produção historiográfica, tanto lá quanto cá.

Em face do pressuposto acima, faz-se questão de enfatizar que após 1918 passaram-se cerca de 34 anos até a publicação, em 1951, do livro de William Dosite Postell denominado de *The Health of Slaves on Southern Plantations*. Este seria reconhecido como uma acurada

[50] Eugênio (2016) sugere a existência de um "longo período" de produção historiográfica sobre as morbidades de escravos negros na América do Norte e, de modo peculiar, no Brasil. Segundo percepções desse autor, "Há muito tempo os historiadores estudam a história da saúde da população escrava. Nos EUA desde pelo menos o estudo de Ulrich Phillips [1918] e no Brasil desde pelo menos o estudo de Octavio [1935]" (EUGÊNIO, p. 29).

[51] William Dosite Postell "[...] was an authority on Southern medical history and the author of numerous books and articles on the subject, among them *The Health of Slaves on Southern Plantations* published in 1951 by the Louisiana State University Press and reprinted in 1970 by Peter Smith" (TULANE UNIVERSITY LIBRARIES, disponível no site: http://libguides.tulane.edu/famousalumni/WDPostell).

produção historiográfica sobre saúde e doença de escravos se confrontada com as passagens dos estudos de Ulrich Phillips (datadas de 1918) sobre a temática em discussão. No ano de 1968, Philip Curtin publicaria seus estudos sobre *Epidemiology and slave trade*. Em 1978, os estudos de Savitt Todd −*Medicine and salavery* − viriam a público reforçar o que se começou a produzir parcialmente em 1918. Percebe-se, pois, que os anos de 1951, 1968 e 1978 estão próximos uns dos outros, compreendendo o período de quase três décadas. A partir dessas três publicações, pode-se afirmar, com certa reserva, que houve a continuidade de uma corrente historiografia sobre doenças e saúde escravas, cujo embrião data de 1918. Por outro lado, entende-se que não é possível conceber a existência de uma produção ininterrupta desses estudos durante o período de 1918 até 1978, o que de fato não ocorreu. Isso só seria possível com a publicação das pesquisas de William Dosite Postell em 1951 em diante.

A partir dessa exposição sinóptica sobre algumas peculiaridades da historiografia norte-americana, fazem-se ponderações sobre especificidades da produção historiográfica brasileira orientada para doença e mortalidade de escravos, sem excluírem-se as similaridades existentes entre as duas correntes historiográficas, como as pontuações feitas por Eugênio (2016) em seu trabalho recente[52]. Segundo perceptibilidade desse autor, no que concerne ao pioneirismo da historiografia brasileira sobre saúde e morbidades de escravos, o ano de 1935 − ou "[...] desde pelo menos [1935]" − pode ser sugerido, até certo grau, como marco definidor. A produção inaugural dessa historiografia teria ocorrido quando da publicação do livro denominado de "Doenças Africanas no Brasil", de autoria do médico, sanitarista e tisiologista Octavio de Freitas. No entanto, é fato que ao contrário da obra de Ulrich Phillips − de 1918 −, o livro de Octavio de Freitas − publicado em 1935 −, em sentido contrário, tornou-se "emblemático", passou a ser motivo de referências e ou de abordagens polêmicas desde pelo menos 1998, com certa progressão até os dias atuais. Todavia, importa registrar o fato de que mesmo antes de 1998, precisamente no ano de 1934, as hipóteses de Octavio de Freitas

[52] Ao mencionar-se "similaridades" entre a história da escravidão nos EUA e a história da escravidão no Brasil, fazem-se inferências às potencialidades do método comparativo em História. Eugênio (2016) utiliza-se desse suporte no Capítulo I de seu livro "Lágrimas de Sangue", quando desenvolve um texto orientado para a produção historiográfica brasileira sobre a saúde dos escravos. Aos interessados em conhecer mais sobre esse método, faz-se recomendação do texto "O Método Comparado em História das Doenças", da autoria de Nascimento e Santa (2006). Em "As Pestes do Século XX: Tuberculose e AIDS no Brasil, uma História Comparada", Nascimento (2005) afirma que ao escolher essas duas moléstias para estudo, teve entre seus objetivos a utilização do método comparativo em História. Apresenta-se também o texto de Jörn Rüsen − "História Comparativa Intercultural" −, que é um capítulo disponibilizado em MALERBA, Jurandir (Org.). In: "A História Escrita : Teoria e História da Historiografia" (2006). Recomenda-se também o livro "História Comparada", de José D'Assunção Barros (2014). Esse autor coloca em evidência algumas das tendências historiográficas utilizadas na atualidade, tendo como embasamento práticas da História Comparada surgidas na primeira década do século XX.

sobre "Os Males Importados"[53] da África para o Brasil já suscitavam comentários polêmicos em seu próprio tempo. Como exemplo, notificam-se observações pontuadas por Gilberto Freyre (1900-1987), que fez citação a um trabalho de Octavio de Freitas em um congresso ocorrido em 1934; portanto, um ano antes da publicação do livro do aludido autor. O conteúdo dessas observações pode ser conferido em nota de rodapé − ano de 1934[54]. Mais recentemente, Carvalho (2007) publicou trabalho cujo impulso de abertura é o conteúdo do livro de Octavio de Freitas. Essa autora iniciou seu estudo com um parágrafo no qual registra a obviedade preconceituosa do referido autor:

> O médico Octavio de Freitas (1871-1949), sanitarista, tisiologista, fundador da Faculdade de Medicina do Recife, em seu livro *Doenças Africanas no Brasil* (1935), atribui aos escravizados a responsabilidade pela introdução no país de quase todas as grandes endemias e de muitas doenças epidêmicas. Seu preconceito é tão óbvio e sua argumentação tão precária que hoje ninguém o refere para fundamentar análises da situação de saúde dos africanos no Brasil (CARVALHO, 2007, p. 1).

Sem motivos para levantar discussões contrárias ao pensamento dessa autora, registra-se que referências têm sido feitas (desde final do século XX e ao longo das duas primeiras décadas do século XXI) à obra de Freitas (1935), levando-se em conta diferentes aspectos da mesma. Nesse sentido, há aqueles historiadores que pontuam o caráter de ordem técnica, raro e periférico da referida obra em relação às visões institucionalizadas e tradicionalistas da medicina do período imperial brasileiro (EDLER, 1998); há aqueles estudiosos, em números maiores, que têm enfocado questões de ordem racista ou feito críticas de cunho reflexivo (CARVALHO 2007; PÔRTO, 2008; RODRIGUES, 2012); há também os pesquisadores que têm levantado discussões em torno da natureza científica orientada para a profissão do médico (SOUZA e CAVALHO, 2015); e há os estudiosos que pautam o fato inédito de esse livro ter sido uma publicação específica e pioneira sobre doença de africanos, ou de escravos, no Brasil (EUGÊNIO, 2016). A despeito das críticas feitas por Carvalho (2007) aos tons racista e preconceituoso presentes no estudo de Freitas (1935), há que se levar em conta o contexto científico e político da época em que o autor de "Doenças de Africanos no Brasil" viveu. Isto

[53] Este é o título do Capítulo II do livro "Doenças Africanas no Brasil", a partir do qual Octavio de Freitas enumera as doenças africanas e faz descrição delas nos capítulos seguintes − do Capítulo número III ao XV.

[54] Na 51ª edição do livro "Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal", originalmente publicado em 1933, Gilberto Freyre faz alusão, na nota n° 137 − Capítulo V, aos estudos do médico pernambucano, nos seguintes termos: "Segundo o professor Otávio de Freitas, em trabalho lido no 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife (novembro, 1934), foram as seguintes as doenças trazidas ao Brasil pelos 'negros bichados': bicho-da-costa, maculo, bouba, guandu, frialdade, ainhum, bicho-de-pé, filarias. O assunto – a origem dessas e de outras doenças outrora comuns no Brasil – pede estudo mais demorado, como já observou outro médico que se vem inteligentemente dedicando ao estudo de doenças e de medicina no Brasil, o Dr. Eustáquio Duarte" (FREYRE, 2006, p. 572).

justificaria, até certa medida, o caráter polêmico do livro, ao mesmo tempo em que permitiria ensejar o levantamento de discussões em torno de outros vieses dessa obra (não apenas o viés racista e preconceituoso) e despertar interesse de pesquisadores motivados pelo assunto.

Em Edler (1998), encontra-se uma referência feita a esse médico, em uma nota de rodapé − justo a de número 1 −, onde a obra de Octavio de Freitas está referenciada como exceção à normatividade da produção historiográfica pioneira sobre a medicina brasileira, considerada como "puramente" intelectual − de caráter positivista e triunfalista. "[...] raras e periféricas foram as contribuições dos médicos do Império ao manancial técnico e teórico validado pelo saber médico europeu" (EDLER, 1998, p. 170). A obra do referido médico estaria, nesse sentido, no âmbito da contribuição rara e periférica. Em sua abordagem, esse historiador cita o nome de Octavio de Freitas, levando em consideração seu livro publicado em 1935 sobre morbidades envolvendo escravos tanto do período colonial quanto imperial, o qual fora uma exceção, ao ser confrontado com a produção historiográfica pioneira, triunfal, de natureza teórica e metodologicamente simplista. Embora Octavio de Freitas não tenha escapado de todo ao pensamento positivista e triunfalista de sua época, Edler (1998), ao que sugere, reconhece o aspecto técnico-científico e a natureza teórico-metodológica da aludida obra. No intuito de comprovar o teor desse reconhecimento, reproduz-se o conteúdo da nota de rodapé: "Exceção à esta regra é o livro de Freitas (1935), onde são apresentados os estudos originais realizados durante o período colonial e monárquico sobre as doenças africanas importadas para o Brasil juntamente com o tráfico de escravos" (EDLER, 1998, p. 170).

Em dois trabalhos, Pôrto (2006 e 2008) relata que existe uma escassez de estudos de médicos e historiadores sobre as morbidades de escravos. Em 2006, essa autora pontuou que "Algumas análises como as de Rodrigues (2004 e 1935) e Freitas (1935) têm uma visão determinista biológica, e refletem, portanto, a concepção da influência racial das doenças [...]" (PÔRTO, 2006, p. 1023). Em 2008, essa percepção evolui para os seguintes termos: "A atribuição de determinadas doenças provenientes da África é um assunto que está presente no pensamento médico até nossos dias, e cuja argumentação se consolidou com os estudos clássicos de Rodrigues[55] (2004) e Freitas [ano de 1935]" (PÔRTO, 2008, p. 728). As hipóteses lançadas por médicos de que o tráfico de africanos favoreceu também a vinda de doenças que no Brasil colonial e imperial não existiam e que eram, portanto, morbidades desconhecidas, recebem o mesmo tratamento pontuado acima na seguinte sitação: "[...]

[55] Aqui, Pôrto (2008) faz referência à obra "Os Africanos no Brasil", da autoria do médico e antropólogo Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906). Escrita entre 1890 e 1905, essa obra seria publicada após o falecimento do autor, no ano de 1933, com Prefácio de Homero Pires.

Octavio de Freitas [passou a] imagem do Brasil como lugar de uma 'salubridade admirável', tendo os africanos vindo contaminar uma terra 'salubérrima' com suas doenças peculiares" (RODRIGUES, 2012, p. 20). Conforme já mencionado, dependendo do viés escolhido pelo estudioso, o conteúdo dessas abordagens altera-se, sem necessariamente excluírem-se as percepções sobre o teor racista e preconceituoso pontuadas acima. Exemplo disso está no viés escolhido por Edler (1998), o qual foi reverberado na modalidade seguinte: "[...] é como uma tese válida em seu contexto e apreciada por seus pares que pensaremos a obra de Freitas [...] não nos preocuparemos com o problema do preconceito em seu texto, mas buscaremos compreender os elementos que davam sustentação às suas formulações" (SOUZA e CARVALHO, 2015, p. 82-82). Ainda em conformidade com a leitura desses dois autores, o livro "Doenças Africanas no Brasil" começou a aparecer em artigos recentes, e aos poucos foi surgindo uma preocupação com a historiografia sobre morbidades da população escravizada, dando-se maior ou menor relevância segundo os interesses e ou olhares de cada pesquisador.

Para Eugênio (2016), conforme parcialmente relatado acima, o livro de Octavio de Freitas publicado no ano de 1935 demarcaria, de certa maneira, o início de uma produção historiográfica brasileira sobre a saúde e doença de escravos dos períodos colonial e imperial. Para justificar a importância desse marco inicial, o autor cita o período compreendido entre 1930 e 1949 − ou seja: as décadas de 1930 e de 1940 −, no decurso do qual a historiografia brasileira moderna foi inaugurada, "[...] quando a organização do ensino profissional e da pós-graduação em história estava sendo ainda iniciada" (EUGÊNIO, 2016, p. 38). Vale ressaltar que em defesa desse período "inicial" da organização do ensino profissionalizante em história no Brasil, esse autor toma como aporte historiográfico três obras consideradas clássicas dentre os "maiores clássicos" de grande repercussão nacional e as quais assinalariam aquelas duas décadas. Essas obras são: "Casa Grande e Senzala" (1933), de Gilberto Freyre; "Raízes do Brasil" (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e "Formação do Brasil Contemporâneo" (1942), de Caio Prado Júnior. Os autores desses três clássicos "maiores" teriam se esforçado no sentido para dar respostas a questões de ordem básicas e solícitas feitas, por assim dizer, pela classe de intelectuais brasileiros sobre a história nacional. Em relação à problemática direcionada para os estudos sobre saúde e doença de escravos, até fins da década de 1970 pouca "coisa" havia sido historiado. No cerne dessa pouca "coisa" disponível, Eugênio (2016) faz menção ao livro de Freitas (1935) como tendo sido algo de contribuinte, mesmo em face de suas delimitações teóricas, para o entendimento da temática relativa à saúde e doença da população escrava, temática até então pouco discutida.

Importa registrar que Eugênio (2016), a exemplo de Edler (1998), não faz apologia ao livro de Octavio de Freitas[56]. Igualmente, não tece críticas a conteúdo de teor racista presente nos estudos desse médico, para quem, vale enfatizar, os negros teriam sido os responsáveis pela vinda de patologias da África para o Brasil. Essas doenças teriam contribuído para agravar tanto o quadro nosológico quanto para elevar os níveis de insalubridade em âmbito nacional (FREITAS, 1935). Se a postura racista, preconceituosa e degradante dos males que esse médico pontuou em sua obra suscitou percepções críticas por parte de Carvalho (2007), Pôrto (2008) e Rodrigues (2012), por exemplo, no caso de Eugênio (2016) a motivação é especialmente historiográfica, isto é, fazer menção a um livro publicado em 1935 e no qual as doenças de africanos, ou dos "escravizados"[57], são mencionadas e fazem parte daquela "pouca coisa" relacionada à produção historiográfica sobre o tema em pauta.

Isto posto, dá-se sequência a esta abordagem partindo-se de dois pressupostos: a) Não se levam em conta rigorosa as pontuações levantadas acima relativas aos antecedentes proto-historiográficos sobre doença e mortalidade de escravos na primeira metade do século XX por serem descontínuos; b) Enuncia-se a hipótese segundo a qual uma produção historiográfica com tendência a continuidade de estudos direcionados especificamente para essa problemática surgiu, sem dispensar o suporte daquela, na segunda metade do século XX[58], com acentuação

[56] Por oportuno, ressalta-se que José Octavio de Freitas (1871-1949) foi contemporâneo de Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906). O primeiro, nascido no Piauí, ainda criança foi com os pais morar em Recife. Ao completar 16 anos de idade, decidiu estudar na Faculdade de Medicina da Bahia e lá permaneceu durante um ano. Para completar seu Curso, transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Juntamente com os médicos e amigos Martins Costa, Ascânio Peixoto e Soares Avelar, Octavio de Freitas fundou, em 16 de julho de 1920, a Faculdade de Medicina do Recife (VAINSENCHER, 2008). O segundo, nascido no Maranhão, foi estudar em Salvador: matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1882. No ano de 1885, solicitou transferência para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde estudou durante um ano, pedindo transferência de volta para a Bahia, onde se formou no ano de 1888. Nina Rodrigues "[...] em 1889 tornou-se professor adjunto da cadeira de clínica médica na Faculdade de Medicina da Bahia. Por seus trabalhos na faculdade, ganhou prestígio e tornou-se um dos maiores nomes da medicina do Brasil [...] foi fortemente influenciado pelas teorias de antropologia criminal, que tinham como expoente máximo o médico italiano Cesare Lombroso. [Entre muitas publicações em vida, deixou] a obra póstuma *Os africanos no Brasil*" (LOPES, 2008, p. 1-2-3), prefaciado por Homero Pires, no Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1933. Nota-se, pois, que Octavio de Freitas e Nina Rodrigues, além de contemporâneos, estudaram na Faculdade de Medicina da Bahia e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Compartilharam, em diferentes níveis, o pensamento médico da Escola Tropicalista Baiana de fins do século XIX. Segundo Pôrto (2006), Octavio de Freitas e Nina Rodrigues compartilharam, em seu tempo, a mesma visão direcionada para um determinismo biológico, o que lhes permitiam concepções sobre o caráter racista de africanos e suas doenças trazidas para o Brasil.

[57] Em seu texto, Souza e Carvalho (2015) destacam as pontuações da autora Diana Maul de Carvalho (2007) sobre o teor racista e preconceituoso presente na obra de Octavio de Freitas. Não obstante, esses pesquisadores levantam a seguinte reflexão: "Afinal, eram doenças dos africanos ou dos escravizados? Pergunta latente que não será explicitamente o foco de nossa análise, mas que compõe nosso universo de indagação na medida em [que] abordaremos os termos *raça* e *ambiente*" (SOUZA e CARVALHO, 2015, p. 82). O texto de Diana Maul de Carvalho tem o seguinte título: "Doenças do Escravizados, Doenças Africanas?"

[58] Para evitar mal entendimento acerca do ano que encerrou o século XX, informa-se que 2000 foi o último ano daquela centúria. Para esclarecimentos sobre as normas de contagem cronológica de séculos e de milênios, favor consultar "Século: anos de início e fim dos séculos". Acesse o site <http://www.jogral.com.br/seculos/>

produtiva em fins dessa mesma centúria. Pode-se reforçar esse viés hipotético afirmando-se que no decurso de transição do Novecentos para o "Novo Milênio" as pesquisas foram caracterizadas pelo que Aggio e Lahuerta (2003) denominaram de "síntese simbólica". Menos impactante nas duas últimas décadas do século XX, a continuidade da historiografia em discussão receberia sensível visibilidade na primeira década do século XXI, isto é, a partir de 2001[59], e, de modo mais acentuado, a partir de 2004, conforme exposição adiante. Outrossim, não se pode ignorar parcela importante do levantamento indiciário de Eugênio (2016), o qual gira em torno de uma proto-historiografia da saúde escrava e que foi desenvolvida ao longo da segunda metade do século XX, sobressaindo-se para além das polêmicas em torno do livro de Freitas (1935). Trata-se de um levantamento de obras, ou parte de obras, pouco "visíveis", ou pouco referenciadas, na historiografia sobre saúde e doença escrava de hoje, a qual esse historiador considera como estando em processo de maturidade e com sinalização para uma produção historiográfica especializada[60]. Tendo-se como propósito contribuir para minorar a "invisibilidade" desse material, faz-se um resumo sobre ele antes de se adentrar na questão historiográfica de fins do século XX e início do século XXI.

Ao expor seu "esboço historiográfico", Eugênio (2016) reserva considerável parcela de seu estudo para mencionar uma produção (completa ou como parte de outra) de trabalhos e ao mesmo tempo fazer, ao que sugere, uma denúncia implícita à falta de referências sobre o que se denomina de proto-historiografia da saúde e doença de escravos, a qual foi produzida a partir dos anos 1960 e tem recebido pouca divulgação. Exceção é a obra considerada pioneira de Gilberto Freyre (1963), protótipo de relevante número de seguidores hoje, ao que se faz menção adiante. No ensejo, registra-se que o procedimento aqui utilizado não é reproduzir o que já foi efetuado pelo referido autor, mas tecer alguns comentários sobre os estudos desse período, o que não deixa de ser uma releitura apreciativa e um reforço para dar visibilidade a esse material específico pouco mencionado, sobretudo quando se trata de obra que é bastante citada, mas o capítulo ou o tópico sobre enfermidades escravas é pouco ou nada referenciado.

Em 1976, mais de uma década depois da edição do livro de Freyre (1963), registra-se a publicação de um estudo orientado para o grau de saúde da população escrava da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, pertencente a Antônio Dias − Vila Rica/MG. Desenvolvido por Iraci del Nero da Costa apud Eugênio (2016), no artigo registram-se índices elevados de morte da população escrava, com agravamento para a mortalidade infantil. Tal referência

[59] O ano de 2001 demarca o início do século XXI. Consulte-se o site <http://www.jogral.com.br/seculos/>.
[60] Nas palavras do autor, isso é "[...] um atestado do começo do amadurecimento da história especializada nesse tema [...]" (EUGÊNIO, 2016, p. 55) a partir da melhoria de textos parciais de teses, que foram reunidos e publicados em suplemento da Revista "História, Ciências e Saúde-Manguinhos", em 2012.

consta de um número considerável de dados sobre doenças do órgão respiratório, tais como a tuberculose e pneumonia. Porém, em se tratando do meio em que o artigo foi publicado, não há registros completos. Em nota de rodapé, a de nº 10, consta que o estudo foi originalmente publicado em 1976. No site www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/761 encontra-se um resumo sobre esse trabalho de Iraci del Nero da Costa, edição de 2011.

Em 1978, foi publicado o livro "Danação da Norma" (MACHADO et al., 1978). Ao final do "Capítulo 2: Nada que é urbano lhe é estranho" − páginas 247-374, pode-se encontrar um tópico (o último) denominado de "O negro no pensamento médico", com 22 páginas. Não se trata, pois, de um capítulo por inteiro de uma coletânea, como está registrado por Eugênio (2016). Edler (1998) considera essa obra como de forte influência foucaultiana e, até certa medida, contribuinte "[...] para uma crítica do presente a partir de um diagnóstico histórico que auxiliasse na denúncia das formas de poder que se antepunham à emergência da plena cidadania democrática" (EDLER, 1998, p. 174). A referida obra abrange uma longa duração braudeliana − do período colonial ao imperial. É uma produção historiográfica que privilegia uma medicina de caráter estatal e político. Quanto ao tópico reservado para o pensamento médico voltado para a saúde dos escravos, ele teria contribuído no processo de motivação por parte de estudiosos interessados nessa temática, dando início ao debate sobre uma "história intelectual" médica enfocando a saúde da população escrava (EUGÊNIO, 2016).

A insalubridade e a saúde de trabalhadores escravos na mina de Morro Velho foram pesquisadas por Libby (1979) em um trabalho considerado pioneiro e que recebeu visibilidade recente em decorrência de maturação nas pesquisas voltadas para a problemática em apreço. Esse autor dedicou considerável parte de seus estudos a análises sobre as condições de saúde decorrentes do trabalho escravo no cotidiano em uma mina aurífera situada na antiga Nova Lima/MG. Por se tratar de um empreendimento conduzido pela empresa inglesa *Saint John del Rey Mining Company*, nessa pesquisa seu autor sugere que os administradores dessa mineradora dispensavam cuidados em relação à saúde de sua escravaria, visando a redução de sua mortalidade. Para tanto, eram utilizados saberes médicos da época objetivando prevenção da saúde escrava que recebia os cuidados de médicos e enfermeiros.

Dois trabalhos a mais merecem ser registrados, quais sejam: a) O estudo de Mello (1983), que trata de questões relativas ao exame do tempo de vida de escravos na segunda metade do Oitocentos; b) A pesquisa de Somarriba (1984) sobre saberes e práticas médicas características do escravismo colonial. No estudo de 1983, seu autor fez análises de fontes demográficas aliadas a dados sobre causas contribuintes ou não para a longevidade escrava. Utiliza-se de dados constantes do Censo de 1872 como fonte axial, o que contribui para o

levantamento de estimativas em relação a expectativa da vida de cativos. Inevitavelmente, o estudo envolve a saúde e doenças escravas. Já na pesquisa de 1984, a autora aponta para a necessidade de produção de estudos orientados para a saúde e doença de escravos, sobretudo de períodos anteriores ao fim do tráfico negreiro, em 1850. Segundo Somarriba (1984), o objetivo precípuo de seu trabalho foi contribuir para o aprofundamento do discurso em torno da fragilidade dos saberes e práticas médicas direcionadas para a mão-de-obra escrava. Nesse sentido, a autora leva em conta o cenário brasileiro em todo o seu conjunto, considerando o caso de Minas Gerais como exemplo ilustrativo.

Quanto à obra de Freyre (1963), intitulada de "O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX", parte-se do princípio segundo o qual o sociólogo pernambucano utilizou-se de uma estratégia metodológica inovadora, direcionada para uma história social e antropológica da escravidão. Ao coletar anúncios publicados em jornais brasileiros do século XIX (tratando esses anúncios como fontes), Freyre (1963) teve como objetivo coletar dados e dar visibilidade à vida cotidiana dos escravos. Entre cerca de dez mil anúncios coletados por ele, foi encontrado considerável número de informações sobre as condições de saúde da população de escravos fugidos, mostrando elevada incidência de cativos doentes e portadores de deformidades físicas. O sociólogo tinha consciência da importância de sua pesquisa, nomeando seu trabalho como uma espécie de "anunciologia", o que a caracterizava como "ciência nova" no trato de perfis biográficos e antropológicos sobre os escravos (FERREIRA, 2011). Estudiosos em geral consideram Freyre (1963) como tendo sido o primeiro a fazer uso desse tipo de registro. No Prefácio da 1ª edição da obra, um médico tece comentários sobre a presença da medicina orientada para a saúde do escravo na obra de Gilberto Freire de 1963 e, com destaque para o seu clássico de 1933 − "Casa-Grande & Senzala".

Constatou-se que quatro foram as edições de "O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX". 1ª edição em 1963, pela Imprensa Universitária; 2ª edição em 1979, pela Companhia Nacional; 3ª edição em 1983, pela Editora Propeg; e 4ª edição em 2010, pela Editora Global. A influência da referida obra sobre estudiosos brasileiros data da segunda metade do século XX e estende-se até os dias atuais. Em 2007, Amarantino desenvolveu um estudo utilizando-se das edições do ano de 1850 do Jornal do Commercio do Rio de janeiro, tendo como objetivo fazer levantamento de dados baseados em anúncios desse jornal sobre a captura de escravos fugidos. Ao final de sua pesquisa, constatou que entre esses cativos muitos eram portadores de doenças diversas. Além da referência feita a Ferreira (2001), citado no parágrafo logo acima, anota-se que em 2017 foi publicado um artigo sobre epidemias enquanto notícias de jornais. Neste caso, trata-se da passagem da febre amarela e

do cólera pelo Espírito Santo, entre 1849 e 1856, noticiadas no único jornal circulante à época, denominado de Correio da Victoria (NOGUEIRA e FRANCO, 2017). Entre as camadas sociais de então, a mais atingida pelas epidemias foram os pobres. Pressupõe-se que escravos tenham sido os mais atingidos pelo cólera, em consequência de fatores diversos, entre os quais citam-se os seguintes: eles não eram cidadãos; enquanto cativos, estavam abaixo da classe de pessoas pobres livres; o desgaste físico por conta do trabalho considerado árduo; e deficiências de atendimento médico devido à falta de uma medicina voltada para cuidados em relação à saúde de escravos teriam contribuído para torná-los mais vulneráveis às enfermidades em geral e, sobremaneira, aos surtos epidêmicos.

II.2 Transição do século XX para o século XXI

Até esta instância, fez-se uma exposição sumária sobre a produção historiográfica da doença e mortalidade escrava no Brasil oitocentista enfocando antecedentes da primeira e, sobremaneira, da segunda metade do século XX. Denominou-se de proto-historiografia esses antecedentes sobre o tema em apreço. Teve-se como propósito a citação dessa "pouca coisa" a qual se considera como contribuinte no processo de uma história social da saúde, morbidades e longevidade da população escrava. É a partir desse embasamento teórico-metodológico de caráter introdutório que se passa a justificar a denominada produção historiográfica recente sobre a temática pertinente, a qual foi impulsionada no período de transição do século XX para o século XXI. Há historiadores da saúde escrava que pontuam o ano 2000 como tendo sido o marco a partir do qual tiveram início as pesquisas orientadas especificamente para a saúde e morbidades das populações escravas. Foi a partir desse marco que se desenvolveram investigações em torno dessa temática, embora não se possa afirmar ainda o estabelecimento concreto de uma "agenda", de compromissos embasados por interesse comuns entre áreas de pesquisas direcionadas para a historiografia da escravidão e história das ciências da saúde.

> No Brasil, os estudos sobre doenças e saúde da população escravizada começaram a despontar a partir dos anos 2000. Alguns dialogaram diretamente com a historiografia da escravidão, outros se inseriram no debate acerca da história da saúde. Embora não seja possível identificar uma agenda em comum, várias investigações mais recentes têm indicado a importância de mais pesquisas sobre doenças e saúde das populações coloniais e pós-coloniais, especialmente nas sociedades escravistas, sendo fundamental verificar elementos que compuseram o quadro nosológico dos escravos, indicando doenças, curas, condições de vida e morte (PIMENTA e GOMES, 2016, p. 7).

Dispõe-se acima do conteúdo de uma citação suficiente para se abrir um debate sobre o que está defendido como produção historiográfica recente direcionada especialmente para a

saúde, doença e mortalidade de populações escravizadas no Brasil colônia e imperial. Fator inicial "central" é a menção feita aos anos 2000[61], marco que "delimita" o despontar desses estudos. Afirma-se que não há ainda uma "agenda" que possibilite a detecção de uma só via para o trânsito dialogal entre essa duas áreas historiográficas − historiografia da escravidão e história da saúde. No entanto, está implícito que se vem lutando por isso desde o despontar desses estudos sobre enfermidades e saúde de escravos. Outrossim, independente do número (considerado elevado) de investigações recentes efetuadas no âmbito dessas duas áreas historiográficas, vem-se apercebendo da necessidade de mais estudos orientados para as condições de vida e de saúde das populações escravas no Brasil colônia e império. Ao que parece, os autores estão sugerindo melhorias em questões de ordem teórico-epistemológica. Esse viés, que se considera sugestivo, contribuiria para o estreitamento de diálogos entre os dois campos de pesquisas, ensejando a concretude daquela agenda em "comum".

A citação feita aos "anos 2000", emblemáticos para Pimenta e Gomes (2016), tem seus motivos: reforça-se que naquele ano foi traduzido do idioma inglês para língua portuguesa o livro da historiadora e brasilianista norte-americana Mary C. Karasch, cujo título traduzido é como se reproduz: "A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)". Desde então, a essa obra passou a ser considerada como marco histórico a partir do qual "começaram a despontar" pesquisas voltadas para as morbidades e saúde da população escrava urbana e rural do Brasil colônia e "pós-colônia" (referência feita ao período imperial). Em face da "concretude" de tal fato, há de reconhecer-se o "pioneirismo" de Karasch (2000) e também a frequência relevante com que historiadores passaram a referenciar os estudos da brasilianista. No mesmo ano de sua publicação em língua portuguesa, Graieb (2000) noticiou na mídia escrita que uma historiadora norte-americana havia feito nossa lição de casa[62]. No ano seguinte, Soares

[61] Conforme já citado em nota de rodapé, enfatiza-se que o século XX findou em 2000 e o século XXI começou em 2001. A referência feita a "anos 2000", ao que sugere, diz respeito às duas primeiras décadas do século XXI. Porém, 2000 é o último ano do século XX. E essa menção a 2000 tem uma razão ao mesmo tempo justa, incerta ou ambígua, pois o número cronológico é uma referência óbvia ao ano de tradução da obra da historiadora norte-americana Mary C. Karasch − "A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)". A razão é justa quando a menção feita aos "anos 2000" objetiva o registro de início das pesquisas sobre enfermidades, saúde e mortalidade de escravos tendo-se como aporte a obra traduzida para o idioma português, facilitando o acesso de estudiosos desprovidos de domínio do idioma inglês. Porém, esse marco numérico é incerto e ambíguo quando confrontado com a publicação original da aludida obra, no ano de 1987, em língua inglesa, dificultando a leitura para aqueles que se enquadram no perfil mencionado acima. O pioneirismo de Mary C. Karasch, propalado por estudiosos de história da saúde e de doenças da população escrava brasileira, é, pois, muito anterior ao ano de 2000, quando da tradução e publicação de seu livro no Brasil. Sobre tal assunto, faz-se exposição dele no corpo deste texto tópico.

[62] A manchete tem o caráter de um puxão nas orelhas de historiadores e pesquisadores brasileiros em geral. Para reforçar a hipótese, reproduz-se trecho desse escrito: "O intuito de Mary Karasch não é propor uma nova teoria sobre o sistema escravista. Fiel ao estilo 'pé-no-chão' dos melhores historiadores anglo-americanos, ela prefere descrever a realidade a elucubrar. E a realidade que lhe interessa está no cotidiano dos cerca de 80.000 escravos que viviam no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX – a maior população urbana de cativos das Américas" (GRAIEB, 2000, p. 2).

(2001), definiria essa obra como sendo “destruidora” de velhos paradigmas da historiografia escravista brasileira. Até onde se conhece, foram duas as repercussões imediatas e que se reprisa: uma na imprensa midiática e outra na imprensa de pesquisa histórica. É notório um certo tom agressivo por parte da mídia impressa na divulgação da aludida obra em idioma português. Ignorou-se o fato de que antes dela havia antecedentes historiográficos sobre essa problemática dirigida para a doença e mortalidade escravas. Àquela "pouca coisa" de historiografia levantada por Eugênio (2016), pode-se acrescentar mais "coisa". No livro de Julita Scarano, primeira edição no ano de 1994, por exemplo, a questão sobre doença e saúde de escravos mineiros do século XVIII é tratada em mais de três capítulos, conforme exposição adiante. Igualmente, não se pode ignorar o fato de que a primeira edição do livro de Karasch, em língua inglesa, no ano de 1987, estava, de certa forma, disponível para os historiadores brasileiros de escravidão. No livro pioneiro de Kátia M. de Queirós Mattoso[63], publicado em língua portuguesa no ano de 1982, contém considerável número de tópicos referenciando as condições de vida, saúde, alimentação, doença e mortalidade de escravos. Se historiadores brasileiros não despertaram para essa problemática antes do ano de 2000, deve-se reconsiderar a afirmação de que a brasilianista norte-americana veio ao Rio de Janeiro e "fez nossa lição de casa", segundo os argumentos de Graieb (2000). Por oportuno, é mister mencionar que no mesmo ano de 2000 Eugênio (2000) publicou um artigo sobre morbidades de escravos[64] enquanto problema médico local, de fins do século XVIII, na Província de Minas Gerais.

Esse impacto imediato de "A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)", na mídia impressa de 2000 e na pesquisa histórica impressa de 2001, reverberaria na academia brasileira. Não seria de se esperar imediatamente a produção de teses e ou publicações de livros por parte de historiadores nacionais. O estudo, a pesquisa em Ciências Históricas tem naturalmente seu tempo de gestação, desde a consulta, a escrita, as revisões, até sua evolução comunicativa e possível publicação. Em 2004, ocorreu o "I Seminário História das Doenças", fruto dos Programas de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz − FIOCRUZ em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro − UFRJ. Naquele mesmo ano, em tempo recorde, seria publicado o Volume I da coletânea denominada de "Uma História Brasileira das Doenças", na qual foi incluído um capítulo sobre doença de escravos. Em 2006, realizou-se o "II Seminário História das Doenças", seguido de publicação, também

[63] Parte do conteúdo do livro de Mattoso (1982) − "Ser Escravo no Brasil" − será abordado mais adiante.

[64] Em realidade, nesse artigo Eugênio (2000) propõe-se levantar algumas questões em torno do conteúdo de um Tratado Médico de autoria do francês Jean Barthelemy Dazille, traduzido para o idioma português por Antônio José Viera de Carvalho, português que trabalhava nas Minas Gerais de fins do Setecentos. O título do tratado é: "Observações Sobre Enfermidades de Negros: suas causas, seus tratamentos e os meios de prevenir". Mais adiante, faz-se uma abordagem acurada de parte do conteúdo desse tratado.

em tempo recorde, do Volume II da coletânea de mesmo nome[65]. Não obstante, problemas de ordem diversos caracterizariam essas publicações efetuadas logo após a realização dos seminários. O exemplo de publicação do Volume I da mencionada coletânea foi considerado a um só tempo problemático e, paradoxalmente, extraordinário. "A lamentar, de início, a falta de uma revisão editorial cuidadosa, que teria vetado alguns trechos de mau português" (CASTRO-SANTOS, 2006, p. 1). O tempo disponível para a realização do evento e publicação da coletânea apresentava-se exíguo. Esse autor cita outros problemas, mas não é omisso em relação ao que ele considera extraordinário, conforme excerto a seguir:

> Mas esses problemas não são graves se atentarmos para o porte da empreitada. Assinale-se, desde logo, para a dificuldade das organizadoras bem como da presente resenha de realizar um balanço crítico de tantas contribuições de peso, alinhavando o sentido geral, as diferentes perspectivas, os meio-tons de sentido e de observação, os recortes específicos de mais de uma dezena de doenças, endemias e epidemias. Talvez alguma observação cuidadosa sobre metodologias históricas (no plural) ou sobre a viabilidade da utilização de múltiplas propostas histórico-sociológicas, fosse uma forma de encaminhar aquele balanço crítico. Afinal, a pouca familiaridade com o método e com a interpretação é, não raro, a pedra no caminho dos autores que se interessam pela historiografia das doenças. Mas não é o caso da presente obra (CASTRO-SANTOS, 2006, p. 2).

Percebe-se que o tempo decorrido entre 2000 e 2004 (inclui-se também o seminário de 2006) não foi suficiente o bastante para se produzir "algo" em conformidade com pontuações elencadas por Castro-Santos (2006) em sua resenha. O próprio autor toma para si mesmo o problema do tempo recorde para produzir seu estudo crítico-reflexivo sobre a coletânea referida. A publicação do livro de Karasch em 2000 repercutiu sensivelmente nas decisões tomadas sobre a produção do seminário em 2004. As influências da obra da brasilianista são naturalmente notórias. Logo após 2006, data do segundo seminário e publicação do Volume II da coletânea, em 2007 ocorreria um evento pioneiro e inteiramente dedicado a doença, saúde e mortandade de escravos no Brasil dos séculos XVIII e XIX, com prioridade para o século XIX. "Doenças e Escravidão"[66] foi não apenas uma demonstração de historiadores da doença, saúde, longevidade e mortandade de escravos, mobilizados pelo interesse no avanço produtivo dessa problemática e de suas possibilidades, mas foi também uma forma de reconhecimento motivacional do trabalho e influência da historiadora norte-americana.

[65] As publicações resultantes das Comunicações, a partir de elaboração de estudos e apresentação de pesquisas nos "Seminários História das Doenças", que receberiam no ano de 2013 a denominação de "Colóquio de História das Doenças", serão referenciadas neste estudo, na modalidade de um "bloco" narrativo mais adiante.

[66] Nome completo do evento: "Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas". Constituiu o simpósio temático de número 25 do XII Encontro Regional de História − ANPUHN, Rio de Janeiro ano de 2006. Os trabalhos apresentados no referido simpósio foram coletados, organizados por Ângela Porto e publicados na modalidade de CD-ROM pela Casa de Oswaldo Cruz/COC e FIOCRUZ no ano de 2007.

Em 2007, "Doenças e Escravidão" foi publicado na modalidade de um CD-ROM contendo os seguintes elementos: um Prefácio, Apresentação e uma coletânea dos Resumos (distribuídos em quatro Capítulos) com um total de quinze estudos, dez dos quais privilegiam a temática doença, saúde, longevidade e morte de escravos em tempos e contextos sociais diversificados. No que concerne à obra de Karasch (2000), confere-se no Prefácio o seguinte: "Na historiografia brasileira − como assinala Ângela Porto e muitos outros autores desta coletânea − o estudo de Mary Karasch foi pioneiro [...] inaugurou uma vigorosa tendência − que se mantém até os dias atuais − de análises sobre as nações africanas no Brasil" (WISSENBACH, 2007, p. 4-5). Na Apresentação, o pioneirismo da brasilianista é justificado nos seguintes termos: "A Profª. Mary Karasch teve sempre uma palavra de incentivo aos trabalhos e aos pesquisadores por mais iniciantes que fossem" (PORTO, 2007, p. 1). Numa outra ocasião, Porto (2008) falaria da necessidade de se abrirem caminhos em história de enfermidades e saúde de escravos no Brasil, ressaltando a importância de se diversificar a documentação consultada, não se atendo o pesquisador em apenas registros de óbitos. Para justificar sua hipótese, essa historiadora lembra que "Os resultados demonstrados por Karasch (2000), em seu estudo até hoje incomparável [...]" (PORTO, 2008, p. 730) foram embasados numa diversidade de fontes consultadas. Dito isto, reforça-se a hipótese, defendida por muitos historiadores, de que os estudos sobre doença, saúde e mortalidade de escravos no Brasil ainda estão em fase de fundamentação, sobretudo se comparados com as pesquisas em torno da mesma problemática desenvolvidas nos EUA (em fase bastante avançada, conforme já se mencionou acima). Daí as inferências feitas por Pimenta e Gomes (2016) sobre a inexistência de uma agenda comum (e ou concreta) entre a historiografia da escravidão e os debates em torno da história da doença e da saúde.

Apesar de já ter sido abordada em nota de rodapé, retoma-se a questão sobre a data de publicação − o ano de 1987 − do original de "A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)"[67]. Ora, a presença de Mary C. Karasch no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro[68], data de 1968 (SOARES, 2001). Suas pesquisas sobre o cotidiano de escravos vivendo em contexto urbano culminariam com a defesa de sua Tese de Doutorado-Phd em História na Universidade de Wisconsin em 1972. Quando a historiadora norte-americana

[67] Título do livro no original: *Slave life in Rio de Janeiro (1808-1850),* by Princeton University Press, 1987.

[68] Entre os anos de 1968 e 1987, Mary C. Karasch "[...] lecionou como professora visitante da Universidade de Brasília" (SOARES, 2001, p. 422). Segundo Karasch (2000), suas pesquisas não poderiam ter vindo a público sem suas experiências culturais vividas em cidades e no interior do Brasil: "[...] o produto final não poderia ter sido escrito sem as experiências culturais que tive ao morar em Brasília durante dezoito meses, enquanto lecionava na Universidade de Brasília [...]. Viajar pelo interior do Brasil e ver tradições religiosas e culturais do século XIX, sobre as quais eu apenas lera, permitiu-me escrever os capítulos que tratam da religião e da cultura dos escravos" (KARASCH, 2000, p. 11).

desembarcou no Brasil, as pesquisas acadêmicas de então − fins da década de 1960 e década de 1970 − giravam em torno da produção de ensaios sociológicos, com certo "desprezo" por parte dos pesquisadores universitários pelos acervos históricos. "Mary encontrou salas de arquivos vazias de gente, mas repletas de documentos, contradizendo a máxima tão falada à época de que Rui Barbosa tinha queimado todos os registros da escravidão nos primórdios da República" (SOARES, 2001, p. 421). Vinda "[...] de uma tradição historiográfica africanista e ligada aos estudos do tráfico da escola de Winsconsin [...]" (WISSENBACH, 2007, p. 4), a brasilianista norte-americana não enfrentaria dificuldades para encontrar farta documentação disponível nos arquivos do Rio de Janeiro. "Quando iniciei minha pesquisa [...], no final da década de 1960, estudantes de pós-graduação estrangeiros, como eu, e homens grisalhos que pesquisavam a história de suas famílias pareciam ser as únicas pessoas a trabalhar em arquivos" (KARASCH, 2000, p. 12). Mesmo em face dos resultados comprobatórios obtidos em suas pesquisas, a autora não compreendia as razões de os brasileiros desacreditarem em seus estudos sobre a escravidão no Rio de Janeiro. "[...] disseram-me que não encontraria nada, pois todos os documentos haviam sido queimados na época da abolição. [Tendo trabalhado] durante anos nos extensos registros da escravidão [...] e manuseado pessoalmente os documentos, os brasileiros insistiam que meu projeto era impossível" (KARASCH, 2000, p. 12). A experiência da autora, aliada ao passar do tempo, provaria o contrário. Pouco mais de três décadas depois (considerando-se os dias atuais), essa mentalidade mudou e pesquisadores universitários brasileiros de escravidão passaram a frequentar os arquivos.

A exemplo de Phillips (1918), que em sua obra *American Negro Slavery* incluiu um determinado número de passagens sobre a saúde e longevidade da população escrava nos EUA, no livro de Karasch (1987), originalmente intitulado de *Slave life in Rio de Janeiro (1808-1850)*, encontram-se três capítulos cujo conteúdo é dedicado a essa temática. Importa ter em mente que Mary C. Karasch não publicou um livro inteiramente dedicado ás doenças, saúde e mortalidade de escravos brasileiros. Por outro lado, deve-se reconhecer que se trata de uma obra robusta, ambiciosa[69], com 646 páginas, contendo um total de onze capítulos e dois apêndices[70]. O Capítulo 4 − As almas: os que morriam − gira em torno de mortes, taxas de

[69] A utilização dos termos "robusta" e "ambiciosa" tem como aporte a própria definição da autora sobre sua obra: "Ao escrever um livro, mesmo uma obra tão grande quanto *A vida dos escravos*, há sempre algo que fica de fora [...]" (KARASCH, 2000, p. 12). Ressalta-se que a autora pontuou cada capítulo de sua obra com tabelas sobre a demografia escrava do período de 1808-1850, privilegiando assim o método quantitativo sem se descuidar do aporte qualitativo. Os dois apêndices de 22 páginas estão repletos de dados estatísticos.

[70] Tem o Apêndice A e o Apêndice B. O primeiro contém uma farta quantidade de dados demográficos sobre as "Origens Africanas do Tráfico de Escravos para o Rio de Janeiro", compreendendo o período de 1830 a 1852. Quanto ao segundo, ele é de importância para esta pesquisa por se tratar de um levantamento de dados sobre as

mortalidade consideradas elevadas, da longevidade, de nascimentos e batismos dos escravos nascidos de africanos chegados ao Rio de Janeiro. "Moléstias pustulentas, mortes prematuras, medo de canibalismo, bruxaria e feitiçaria: seriam esses os terrores físicos e espirituais que traumatizariam os africanos enquanto se adaptavam à cidade estrangeira [...]" (KARASCH, 2000, p. 142). Percebe-se uma preocupação por parte da autora no que concerne a análises demográficas da população escrava. No Capítulo 5 − Sob o açoite −, as questões se voltam para os maus-tratos físicos, prisões e doenças das prisões, as condições de vida: roupas, moradia, alimentação, o atendimento médico, etc. "Os registros de sepultamento e as taxas de mortalidade começam a estabelecer as dimensões do problema da sobrevivência dos escravos no Rio, mas a questão permanece: por quê? Por que morriam tantos escravos com tão pouca idade?" (KARASCH, 2000, p. 168). A autora não tem uma resposta, uma definição para uma problemática que a incomodou tanto. Ela cita as justificativas dos abolicionistas do passado, segundo os quais era a crueldade do tratamento dado aos escravos e as punições excessivas que contribuíam para tantas mortes. No entanto, os pontos de vista da época sobre essa violência divergiam e para Karasch (2000) ainda hoje essa questão é difícil de ser avaliada: requer mais estudos sobre esse tratamento dispensado aos escravos, cujas consequências eram impactantes e o grau de mortandade era, portanto, elevado.

O Capítulo 6 − "As armas dos feiticeiros: doenças" − é geralmente o único ou o mais citado pelos pesquisadores que vêm se debruçando sobre essa problemática a partir de 2000. Ao que parece, os capítulos 4 e 5 não têm sensibilizado os estudiosos sobre a importância do conteúdo dos mesmos. A brasilianista deixa claro que os capítulos 4, 5 e 6 compõem um "bloco" gradativo de pesquisas sobre tipologia das doenças, das condições de vida, dos índices elevados de mortandade infantil e das altas taxas de morte de escravos adultos jovens. Devido ao fato de o Capítulo 6 conter considerável gama dos tipos de diferentes moléstias que acometiam os escravos, seguido de estudos sobre a variedade e mal definição de enfermidades e de causas desconhecidas que levavam os cativos à morte, é provável que essas questões, entre outras, justifiquem sua citação na maioria dos estudos recentes. Ao afirmar que "Apesar das explicações sobrenaturais de senhores e escravos, a perspectiva do século XX explica que os cativos morriam devido a uma correlação complexa entre descaso físico, maus-tratos, dieta inadequada e doença" (KARASCH, 2000, p. 207), a autora deixa implícita a interconexão gradativa entre os três capítulos de sua obra. Em relação às abordagens feitas por estudiosos

"Causas da Doença e Morte de Escravos na Santa Casa da Misericórdia", cobrindo o período de 1833 a 1849. A autora leva em conta a questão de gênero: doença e mortalidade para homem e para mulheres.

brasileiros sobre a importância dessa parte das pesquisas da historiadora brasilianista, eles não omitem sua familiaridade com a mesma.

> No cap. 6, a autora detém-se nas causas e nas doenças identificadas a partir, mormente, dos registros de óbitos da Santa Casa da Misericórdia, concluindo que o ambiente mórbido da cidade era a causa essencial da mortalidade dos escravos. O resultado da quantificação dos dados, complementado por teses e relatórios médicos da época, é explicado à luz de conhecimentos médicos atuais que ajudam a determinar a causa da morte (PIMENTA, 2001, p. 6).

No ensejo da citação acima, é válida a inclusão de outro olhar:

> O sexto capítulo fecha o que podemos definir como a parte inicial de sua longa obra. "Armas dos feiticeiros" mergulha em um tema ainda inédito para nossa historiografia: as moléstias que atacavam os escravos, e muitas vezes os levavam para a morte. Com apoio de uma ampla pesquisa de epidemiologia e de análise dos sintomas mal descritos pela documentação de época, Karasch percebe como enfermidades já tratáveis no período, como varíola e tuberculose, cobravam pesado tributo da população africana (SOARES, 2001, p.423).

O pioneirismo de Mary C. Karasch ainda hoje faz parte do vocabulário e ideário dos historiadores brasileiros que, desde a publicação brasileira de sua obra, vêm abraçando a problemática relativa à doença, condições de vida e mortandade de escravos. Porém, enfatiza-se que o início das pesquisas da brasilianista em apreço datam de 1968 e não de 2000. Em estudos considerados recentes, produzidos a partir do início da primeira década do século XXI, historiadores vêm demonstrando que novas possibilidades têm surgido desde então e, como é de se prever, estão contribuindo para o alargando de novas fronteiras. A autora teve, neste sentido, percepção sobre o andamento futuro daquilo que ela havia começado: "O fato de sair em português tantos anos depois da primeira edição em inglês (1987) faz com que não espelhe com acuidade os estudos recentes sobre a escravidão no Brasil" (KARASCH, 2000, p. 12). Na sequência dessa afirmação, ela menciona a produção de três pesquisas[71] de fins do século XX sobre a aludida temática − "a escravidão no Brasil" −, sendo uma produzida por três brasileiros e duas produzidas por autores estrangeiros (incluindo um estudo da própria autora) sobre novas tendências. Não obstante, Karasch (2000) não fez menção ao livro da brasileira Julita Sacarano − "Negros nas Terras do Ouro" −, publicado em 1994.

[71] Os autores brasileiros são: Luiz Cláudio Barcelos, Olívia Maria Gomes da Cunha e Tereza Cristina Nascimento, os quais juntos publicaram em 1991 "Escravidão e Relações Raciais no Brasil: Cadastro da Produção Intelectual (1970-1990)". Os autores estrangeiros são: Stuart B. Schwartz, que publicou em 1992 o livro *Slaves, peasants, and rebels: reconsidering Brasilian slavery*. Esta obra foi traduzida para o português em 2001, com o título de "Escravos, Roceiros e Rebeldes"; e Mary C. Karasch, que no ano 2000, data de tradução de sua obra *Slave live in Rio de janeiro (1808-1850)* para o português, mencionou no Prefácio da edição brasileira a sua nova pesquisa, denominada de *Slavery in Brazil: recent trends in scholarship since 1988*.

II.3 Comentários sobre os "clássicos" da historiografia moderna

Depois dessa exposição acerca da contribuição historiográfica da brasilianista Mary C. Karasch relacionada à produção de pesquisas sobre escravidão, doença e mortalidade escrava no Brasil oitocentista, fica a impressão de que antes de sua vinda e durante sua permanência em terras brasileiras pouco ou nada sobre a problemática foi produzido por pesquisadores locais. No ensejo desta reflexão que se inicia, permite-se inserir neste debate alguns nomes e contribuições sobre o assunto. Maria Luiza Marcílio, a principal responsável pela introdução da demografia histórica no Brasil publicou em 1968, na França, seu livro denominado de *La Ville de São Paulo − Peuplemente et Population, 1750-1850, d'après les registres paroissiaux et les recensements anciens*. Cinco anos depois, sua obra seria traduzida para o português e publicada no Brasil em 1973, com o título: "Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850, com Base nos Registros Paroquiais e nos Recenseamentos Antigos".

> Esta nossa tese introduz a Demografia Histórica no Brasil e mesmo na América Latina. É bem verdade que este pioneirismo deve-se menos às nossas virtudes, e mais à oportunidade de que fomos privilegiados ao ter recebido condições de permanecer durante período prolongado em França, junto aos mestres maiores da Demografia Histórica, [...] recebendo então a formação que não nos seria possível na época, no Brasil e, ao mesmo tempo, testando uma documentação brasileira similar em certos aspectos e peculiar em muitos outros à sua correspondente européia, para uma possível adaptação da mesma ao estudo de uma realidade diversa, a nossa (MARCÍLIO, 1973, p. xix-xx).

A diversidade sociocultural e sobretudo as peculiaridades étnicas das "populações brasileiras" aparentemente dificultariam a introdução metodológica e técnicas próprias da demografia histórica, sabido que em sua origem europeia ela fora desenvolvida tendo como objeto de estudo demográfico populações étnicas antigas não diversificadas quando colocadas defronte e ou comparadas com a heterogeneidade das etnias populacionais do Brasil.

> Para a França, as pesquisas aplicavam-se a uma população homogênea, em relação à qual o registro civil estava estabelecido com cuidado e bem conservado desde há muito tempo. [...] No Brasil, ao contrário, tratava-se de uma sociedade heterogênea, resultante de etnias diferentes − autóctones, europeus, africanos − vindos de regiões muito distantes, através de uma imigração constante, sociedade essa dividida, do ponto de vista jurídico, em população livre e população escrava (FLEURY e HENRY, 1973, p. xi).

Contudo, tal particularismo não impediria que a introdução da demografia histórica no Brasil fosse inviabilizada tecnicamente, isto é, no seu exercício prático. Já no caso da Europa − especificamente na França −, a unidade populacional contribuiria para que uma coerência étnico-demográfica viabilizasse o levantamento de dados estatísticos, com muito menos

dificuldade quando confrontada com a realidade étnico-demográfica brasileira, considerada complexa. Entende-se, pois, que o fator "complexidade" dessa população viria a contribuir para com melhorias futuras no aludido método. "Prova disso não seria a aceitação em nosso continente, de nossa sugestão para que a Demografia Histórica integrasse os programas de pesquisa do CELADE, órgão regional da ONU?" (MARCÍLIO, 1973, p. xx). O método, que fora motivo de críticas por parte dos intelectuais brasileiros[72] à época de sua introdução[73] no país, ganhava notoriedade e autonomia na proporção em que sua representante era convidada por estudiosos de outras nações para divulgar a importância e cientificidade da demografia em Ciências Históricas na América Latina e, segundo pontuação da autora, em outros continentes.

Maria Luiza Marcílio tinha consciência da importância e da dinâmica nos estudos demográficos que despontavam como ferramenta indispensável para as pesquisas sobre populações do passado. Nesse sentido, a historiadora possuía, por assim dizer, o dom da inquietude motivacional. No afã de levar adiante os resultados de suas experiências em demografia histórica, ela reuniu historiadores e demógrafos (num total de nove estudiosos colaboradores) de seis países[74], incluindo o idealizador da Demografia Histórica − Louis Henry (1911-1991) −, e organizou a obra denominada de "Demografia Histórica: Orientações e Técnicas Metodológicas", publicada em 1977. Naquele mesmo ano ela afirmaria o seguinte: "Se a Demografia como ciência conta três séculos de existência, a Demografia Histórica, filha mais nova da História e da Demografia, não tem mais que trinta anos" (MARCÍLIO, 1977, p.

[72] A obra inédita, inovadora e pioneira dessa historiadora causaria impacto quando de sua apresentação no Brasil da década de 1970. "[...] todo trabalho pioneiro recebe no primeiro impacto mais resistência do que adesões espontâneas. Porém, passado o primeiro momento de surpresa, carreando críticas céticas de alguns de nossos especialistas, duvidosos do valor e eficácia da História Quantitativa, da adaptação de métodos concebidos para um contexto, a aceitação foi, senão [sic] unânime [...] pelo menos espontânea e brotando de setores variados, geralmente os mais dinâmicos" (MARCÍLIO, 1973, p. xx).

[73] Os especialistas em geral enfatizam que a introdução da Demografia Histórica no Brasil ocorreu com a tradução e publicação do livro de Maria Luiza Marcílio, no ano de 1973. Porém, há estudiosos que polemizam as fronteiras dessa ciência no Brasil. Entre eles, Costa (2001), economista da Universidade de São Paulo, lança a hipótese de que a demografia histórica já era utilizada por Gilberto Freyre, desde a publicação de "Casa-Grande & Senzala", em 1933. Esse autor fala de uma demografia com potencialidades de abrangência muito amplas no âmbito das Ciências Históricas. Como suporte, são mencionados trabalhos de Lucila Herrmann (fins da década de 1940); as pesquisas de Altiva Pilatti Balhana e de Cecília Maria Westhphalen (em fins da década de 1950). Porém, é a Maria Luiza Marcílio que o autor credita a instituição efetiva da demografia histórica no Brasil e em muitos países do Ocidente. Segundo sua avaliação do livro "A Cidade de São Paulo: Povoamento e População (1750-1850)", trata-se de um "[...] texto seminal do qual resultou o reconhecimento, em escala internacional e, sobretudo, em âmbito nacional, da demografia histórica brasileira; dá-se, a contar de sua edição em português, a difusão entre nós dos métodos propostos pelos cientistas franceses criadores deste novo ramo do saber demográfico, situado no amplo campo das ciências sociais. Não é exagero dizer que *La ville de São Paulo* assinalou o surgimento efetivo da demografia histórica no Brasil" (COSTA, 2001, p. 383).

[74] Reproduzem-se os nomes dos nove colaboradores (seguido do nome de seu país) que fazem parte do livro "Demografia Histórica: Orientações e Técnicas Metodológicas", organizado por Maria Luiza Marcílio, em 1977, conforme segue: Thomas H. Hollingsworth (Grã-Bretanha), Jacques Légarè (Canadá), Giuseppe Leti (Itália), Hubert Charbonneau (Canadá), John Duran (Estados Unidos), Etienne Helin (Bélgica), Louis Henry (França), Jéan-Pierre Poussou (França) e Etienne Van de Walle (Bélgica).

1). Certamente, o cômputo de trinta anos tinha como aporte referencial aquele ano de 1977[75], data de publicação da obra, citada acima, organizada pela autora.

No intuito de corroborar a importância das pesquisas orientadas para a Demografia Histórica, tanto de fins do século XX quanto deste século XXI, comunica-se que elas têm sido imprescindíveis tanto para a história da escravidão quanto para a história da saúde, doença e mortalidade de escravos. No ano de 1984, Marcílio organizou e publicou um trabalho sobre a evolução das sociedades pré-industrias, no qual a historiadora postula a existência de quatro eixos fundamentais de sistemas demográficos, conforme explicitação a seguir: 1) Sistema demográfico das economias de subsistência; 2) Sistema demográfico das economias de *plantations*; 3) Sistema demográfico das populações escravas; e 4) Sistema demográfico das áreas urbanas no século XIX. O que dinamiza a mobilização relacional ou não desses quatro eixos são as relações sociais. O denominador comum são, portanto, as relações humanas na política, na economia, religiosidade, na saúde, jurisprudência; em uma só frase: as relações socioculturais. No que diz respeito à mortalidade e à fecundidade das populações escravas, esses dois fatores apresentavam-se mais elevados nos eixos 2, 3 e 4. Em relação ao eixo de número 3 − Sistema demográfico das populações escravas −, a problemática que se apresenta difere sensivelmente daquela comum aos demais eixos. Confira-se:

> [...] as condições de vida, de trabalho, de alimentação, de habitação contribuíram para a elevadíssima mortalidade e morbidade no setor. [...] o sistema demográfico do escravo brasileiro poderia ser definido nos seguintes termos distintos: − Mortalidade extremamente elevada, em todas as épocas e regiões, notadamente na faixa da mortalidade infantil. Frequência de surtos epidêmicos devastadores, particularmente de varíola, e depois dos anos de 1850 de cólera-morbo e febre amarela (MARCÍLIO, 1984, p. 201).

Na obra sobre o povoamento e as populações da cidade de São Paulo, compreendendo o longo período de 1750 a 1850, a historiadora em apreço conclui que "A importação de escravos da África dirigidos às novas plantações de açúcar, contribuiu igualmente para aumentar a população total" (MARCÍLIO, 1973, p. 101). A autora dá sequência ao estudo sobre a continuidade desse aumento populacional de escravos na cidade de São Paulo, em

[75] Especialistas no assunto afirmam que "O termo 'demografia histórica' parece ter sido utilizado, pela primeira vez, em 1933, no VII Congresso Internacional das Ciências Históricas, em que J. Bourdon apresentou uma comunicação intitulada de *Os métodos da demografia histórica*" (DUPÂQUIER, 1993, p. 215). Na sequência, esse autor faz menção ao período de 1954 a 1956, quando foram publicados os três tomos da obra de R. Mols, denominada de *Introdução à demografia histórica das cidades da Europa do século XIV ao século XVIII*. Esse teria sido o momento "exato" da constituição e instituição de uma demografia histórica propriamente dita. "Ela nasceu no Instituto Nacional de Estudos Demográficos em que Louis Henry [...] aperfeiçoou então, com o concurso do historiador Michel Fleury, um 'método de exame de exploração do estado civil antigo [ano de 1956] (DUPÂQUIER, 1993, p. 215).

vilas e campos da Capitania, ao fazer registros sobre o sistema de economias de *plantations*, quando da transição do cultivo da cana-de-açúcar para o cultivo do café. Percebe-se, pois, que os trabalhos pioneiros de Marcílio (1973, 1977 e 1984) têm contribuído como importante ferramenta técnico-metodológica no auxílio da produção historiográfica sobre doença, estilo de vida, longevidade e mortandade de escravos no Brasil oitocentista. Seus estudos foram antecipados às pesquisas de Mary C. Karasch (2000) por mais de uma década. Vale ressaltar que a historiadora brasileira reuniu uma equipe de historiadores e demógrafos de quatro países europeus, incluindo a Grã-Bretanha, e de dois países da América do Norte − o Canadá e os Estados Unidos da América. Isso permite afirmar-se que Maria Luiza Marcílio não estava limitada ao conhecimento de demografia histórica somente de tradição francesa.

Em relação a um segundo nome, menciona-se o da historiadora Kátia de Queirós Mattoso[76]. A exemplo da pesquisadora anterior, os estudos desta são reconhecidos em nível nacional e também extrapolaram fronteiras. Em seu trabalho, ela enfoca a escravidão no Brasil do período colonial e imperial. Entre suas produções, destaca-se o livro denominado de "Ser Escravo no Brasil", considerado pioneiro e inédito pela crítica especializada, tendo sido o mesmo alçado ao nível de divisor de águas, de modelo epistemológico, ou paradigma[77], no cerne do pensamento intelectual historiográfico brasileiro direcionado para os estudos sobre escravidão. Como exemplo de avaliação crítica dessa obra, ao final do Prefácio da primeira edição em português pode-se encontrar o seguinte: "[...] saudamos a publicação entre nós de uma obra magnífica, destinada a abrir uma nova era nos estudos da escravidão brasileira" (CARDOSO, 1982, p. 10). Para se compreender melhor os motivos de valoração dispensada a essa obra, é necessário fazer-se uma breve incursão no conteúdo dela, tendo-se como objetivo conhecer, ao menos em parte, o que a torna pioneira, inovadora o bastante para ter inaugurado "uma nova era" no âmbito da produção historiográfica brasileira relativa aos estudos de escravidão. Dentro desse contexto e a partir desse enfoque específico, busca-se detectar vieses relacionados a estudos sobre doença, longevidade e mortandade escrava.

[76] Importa registrar o fato de que o nome original dessa historiadora é Kyriacoula Katia Demetre Mytilineou, pois aquela que se tornaria a "brasileira" Kátia de Queirós Mattoso nasceu e viveu sua infância em Volos, na Grécia. De acordo com dados fornecidos por Reis e Souza (2013), logo após completar seus estudos na Suíça, em 1956 viajou para o Brasil e reencontrou seu tio e seu pai que já moravam em São Paulo. Nessa cidade viria a conhecer "[...] o engenheiro de minas e geólogo Sylvio de Queirós Mattoso, que se tornaria seu marido [...]. Em 1957, Sylvio Mattoso aceitou um convite para trabalhar [...] em Salvador. Em 1961, ele se tornou professor da recém-fundada Escola de Geologia da Universidade da Bahia. Foi, portanto, nessas circunstâncias que Kátia de Queirós Mattoso chegou à Bahia. Ela narrou com graça e delicadeza esse momento de sua vida na introdução de *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Nada poderíamos acrescentar ao que ali diz sobre seu itinerário e sua imprevisível história de amor pela Bahia" (REIS e SOUZA, 2013, p. 366).

[77] Utiliza-se aqui o termo "paradigma" no sentido kuhniano, em que o mesmo pode também assumir o caráter de metodologia. Ver a obra de Thomas S. Kuhn − "A Estrutura das Revoluções Científicas", edição de 2003.

Inicialmente, importa lembrar que, em conformidade com os registros de Reis e Souza (2013)[78], essa obra foi publicada pela primeira vez na França, no ano de 1979, com o título *Être esclave au Brésil* − Paris: Hachette, 1979. No ano de 1982, foi traduzida para o português e receberia o título de "Ser escravo no Brasil" − São Paulo: Brasiliense, 1982. Na sequência, foi traduzida para o idioma inglês e publicada nos Estados Unidos da América em 1986, tendo recebido o nome de *To Be Slave in Brazil* − New Jersey: Rutgers University Press, 1986. Suas reedições e reimpressões em língua portuguesa conferem ao livro dados termométricos que justificam a valoração feita no Prefácio de sua edição em português.

Na acepção de Cardoso (2003), a historiadora produziu uma pesquisa de síntese sobre "o ser" escravo no Brasil, mesmo englobando parte do século XVI, os séculos XVII e XVIII e quase todo o século XIX[79], compreendendo, assim, o sistema escravocrata do Brasil colonial e imperial. "Audácia de querer abordar tema tão amplo, de um país tão vasto, num período tão extenso. [...] Um país vinte vezes maior do que a França" (MATTOSO, 2003, p. 11), observa a autora. Uma "síntese" paradoxalmente alongada, que cobre cerca de quatro séculos − uma longa duração inspirada nos "Tempos da História" braudelianos[80]. Porem, justifica-se que

> [...] Kátia Mattoso sabe vincular o local, o regional, com uma visão estrutural de conjunto, além de abordar temas antes negligenciados entre nós (em especial o da alforria e do liberto, em suas ligações com o escravismo em geral). É assim que o livro que ora apresentamos, sendo sem dúvida um trabalho de síntese, não é apenas isto: contém muitos aspectos e abordagens que procuraríamos em vão nos outros textos sintéticos ou monográficos disponíveis acerca da escravidão brasileira (CARDOSO, 2003, p. 8).

Entre os temas "negligenciados" antes da edição em língua portuguesa da obra em apreço − ano de 1982 −, traz-se à baila a problemática em torno da saúde, doença e morte de escravos que ocorreram ao longo desses quatro séculos. Cardoso (2003) não faz referência a tal assunto. Não obstante, em quase todos os capítulos do livro "Ser Escravo no Brasil" podem ser encontradas, em números consideráveis, referências explícitas aos seguintes tópicos: a) Saúde dos africanos antes e durante sua chegada ao Brasil; c) Doença e mortalidade de africanos durante a longa travessia atlântica; d) As epidemias que grassavam a bordo dos tumbeiros; e) Elevado número de morte ao longo do complexo processo de comércio e tráfico

[78] Confira-se a nota de rodapé nº 9, na página 369, do estudo de João José Reis e Evergton Sales Souza (2013), disponível nas Referências desta pesquisa.

[79] Quando se faz referência à escravidão no Brasil do século XIX, não se pode deixar de lembrar que a abolição da escravatura deu-se em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea. "Aprovada em última discussão no Senado, a proposta é sancionada pela Princesa Isabel. Extingue-se a escravidão no Brasil" (GUIMARÃES, 1967, p. 63). Cerca de 13 anos (pouco mais de uma década do mesmo século) foram reservados para a República que começava a dar seus primeiros "passos", em um país livre de cerca de 400 anos de escravidão negra.

[80] Aos interessados, confira-se o Capítulo I do livro de Fernand Braudel "Escritos sobre a História" (1992).

de africanos para se tornarem escravos no Brasil; f) Sobre os escravos doentes quando de seu desembarque no Brasil; g) O período de quarentena destinado aos escravos, depois que eles eram desembarcados doentes nos portos brasileiros, cuja finalidade era recuperar a saúde e promover a "boa" aparência dos escravos, de modo a contribuir para facilitar sua venda nos mercados escravistas nacionais, como os do Rio de Janeiro e de Salvador; h) As prováveis causas do número elevado de morte de escravos nos centros urbanos do Brasil colonial e imperial; i) Questões relacionadas à diversidade de alimentação dos escravos, às condições de vida, de trabalho forçado, de higiene e moradia. Gráficos e tabelas sobre doença e morte de africanos que eram escravizados são encontrados ao longo dos capítulos da obra.

No entanto, o livro de Kátia Queirós Mattoso é muito mais lembrado pela introdução de reflexões sobre questões não abordadas no Brasil, até a sua publicação no ano de 1982. São abordagens novas, de cunho teórico-metodológico, feitas, por exemplo, em trono de questões tais como "solidariedade" e "sociabilidades" envolvendo relações de escravos entre si e entre estes e seus senhores e proprietários. O fator desumanização do africano a partir do momento em que é vendido, ocasião em que o "ser" perde sua liberdade e sua individualidade, é um viés relevante que caracteriza a obra da autora em todas as discussões nela pontuadas, sejam locais ou regionais, conferindo ao título do livro um caráter histórico-filosófico, sociológico e antropológico. "[...] devemos tentar conferir ao escravo seu verdadeiro valor na sociedade dos senhores. Quem diz valor não refere preço e, sim, peso, estima, limite. É de um valor subjetivo que se pode falar quando encaramos, como escravo, esta questão" (MATTOSO, 2003, p. 117). Diante de tal afirmação, enfatiza-se que em consonância com as relações de solidariedade e de sociabilidades, construídas em diferentes situações, tempos e contextos, somam-se as questões de ordem teórica e metodológica. "O estudo da demografia dos escravos [...] apenas desponta entre nós em alguns estudos pioneiros, aqui e ali, às vezes obra de historiadores estrangeiros" (CARDOSO, 2003, p. 7). Ao pioneirismo dos estudos sobre demografia histórica de Marcílio (1973, 1977 e 1984), já abordado acima, soma-se o dos estudos de Mattoso (1982), os quais são anteriores, também, ao "pioneirismo" de Karasch (1987 ou 2000), assunto também já tratado acima.

Mattoso (2003), logo na Introdução de seu livro, publicado no idioma português, em 1982, questiona-se sobre sua audácia ao pretender, por meio de sua pesquisa, ir ao "encontro" do africano escravizado no Brasil. A historiadora não se permite deixar essa pergunta no ar, sem uma conclusão, e reserva o primeiro parágrafo de seu trabalho para a resposta.

> Em primeiro lugar, audácia excessiva porque se trata de uma multidão obscura que jamais teve voz própria, cujas sabedorias não são as nossas, requerente de uma aproximação plena de ternura para que comece a ser compreendida e não permaneça reduzida à escravidão se for novamente mergulhada no anonimato coletivo da simples "força de trabalho" ou, ao contrário, se for tratada como soma extravagante de vidas exemplares (MATTOSO, 2003, p. 11).

Em "Ser Escravo no Brasil", a historiadora denuncia a existência de “graves lacunas” nos estudos sobre escravidão desenvolvidos por intelectuais brasileiros, ao longo de um período de 50 anos, que vai de 1930 a 1980. Essas "graves lacunas" referem-se, conforme já pontuado, a questões de ordem teórico-metodológica (CARDOSO, 1982). As pesquisas de Mattoso (2003) contribuiriam para início de operação daquele paradigma caracterizado como "divisor de águas", ao que se passou a denominar de história social da escravidão no Brasil. “A partir dos anos 70, ocorreu uma mudança de paradigma na história social do Brasil, como o de Kátia Mattoso em *Ser escravo no Brasil*” (PÔRTO, 2006, p. 1020).

A questão levantada por Karasch (2000) sobre os reais motivos do elevado número de morte de escravos no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX não é conclusiva, pois a brasilianista suscita algumas dúvidas a cerca tanto do que é justificado pelos abolicionistas da época quanto pelo que é encontrado na documentação pesquisada. Mattoso (2003) levanta hipóteses, numa tentativa de fornecer respostas; mas, também levanta dúvidas − um "talvez" − em relação aos reais motivos desses índices elevados de mortandade escrava: "O excesso de trabalho não explica, portanto, a grande mortalidade entre os escravos. A explicação estará mais facilmente, talvez, nas condições desse trabalho" (MATTOSO, 2003, p. 119). Percebe-se que as questões em torno de dúvidas e especificidades relativas a esse assunto, levantadas por Karasch (1987) já tinham sido estudadas por Mattoso, quando da publicação original de seu livro *Être esclave au Brésil*, na França − ano de 1979. Se a obra de Karasch viria a ser traduzida para o idioma português e publicada somente em 2000, a obra de Mattoso foi traduzida para língua portuguesa em 1982, três anos depois de seu original francês e cerca de seis anos antes da publicação do original de Karasch, 1987, em língua inglesa, nos EUA. Ao se atentar para as edições em língua portuguesa das obras dessas duas historiadoras, tem-se o cômputo de dezoito anos de diferença. Em outras palavras: quase duas décadas separam a edição em português de "Ser Escravo no Brasil" da edição, também em português, de "A Vida dos Escravos no Rio de janeiro (1808-1850)".

Se nos estudos da brasilianista Karasch (2000) encontram-se três capítulos nos quais a historiadora aborda a saúde, doença e os altos índices de mortalidade de escravos no Rio de Janeiro, nos estudos de Mattoso (1982) essas mesmas questões em relação à vida escrava são

tratadas, em níveis local e regional (e, consequentemente, em nível nacional), ao longo de seu livro "Ser Escravo no Brasil". Registra-se que, diferente da estratégia utilizada por Karasch (2000), no livro de Mattoso (1982) as referidas discussões estão, em números proeminentes, pontuadas ao longo de quase todos capítulos da obra, conforme já mencionado acima. Em face dessas observações, suficientemente oportunas, lança-se a hipótese segundo a qual a constatação de números elevados de citações feitas por Kátia Queirós Mattoso à saúde, doença e aos altos índices de mortalidade no ceio de populações escravas vêm sendo subestimados pelos estudiosos de morbidades e mortalidade escravas no Brasil, desde a publicação da referida obra em 1982. Constata-se que em relação às contribuições de Mattoso para com essa problemática são pouco ou nada referenciadas pela geração de historiadores pesquisadores de fins do Novecentos e início do século XXI. Ainda no que diz respeito à hipótese lançada acima, infere-se que essa subestima ocorre também, ao menos em parte, quando a questão concerne aos estudos de demografia histórica direcionados para nascimento, doença e mortandade das populações escravas de São Paulo e do Brasil, desenvolvidos e originalmente publicados por Maria Luiza Marcílio na França em 1968. De acordo com o já mencionado, em 1973 a obra dessa historiadora seria traduzida para o português e publicada no Brasil de então. Mais um passo reflexivo permite que se levante uma segunda hipótese, qual seja: essas três historiadoras, ao abordarem a problemática sobre populações escravas do Brasil, inovaram, do ponto de vista teórico-metodológico, os estudos sobre escravidão e contribuíram juntas para com as pesquisas relacionadas à saúde, doença e mortandade de africanos tornados escravos no Brasil. Outrossim, tanto os estudos de Marcílio (1973) quanto os de Mattoso (1982) influenciariam pesquisadores de fins do século XX, contribuindo para o processo de produção de estudos da geração recente e nascente[81], como seja, de historiadores da saúde, doença e mortalidade de escravos de início deste século XXI.

[81] Na Apresentação de uma coletânea publicada recentemente (ano de 2016) sobre morbidades de escravos e práticas de curas, seus organizadores postularam que os estudos orientados para a saúde e doença das populações escravas no Brasil "[...] começaram a despontar [somente] a partir dos anos 2000" (PIMENTA e GOMES, 2016, p. 7). Ora, o termo "despontar", além de significar "desfazer-se a ponta de", tem outras significações, tais como: "[...] começar a aparecer, a revelar-se; surgir, nascer, brotar [...]" (HOUAISS, 2001, p. 1012). Ao que sugerem os autores, o conjunto de pesquisas organizadas por eles têm como aporte uma produção historiográfica que teve início e ou começou a aparecer, nascer ou brotar, no marco temporal que eles nominaram de "anos 2000". Isso contradiz, até certa medida, a existência de uma historiografia (mesmo que esparsa ou referenciada em parte de obras sobre a escravidão no Brasil), a partir de 1933 quando da publicação de "Casa-Grande & Senzala", de Gilberto Freyre; contradiz o que se denominou de proto-historiografia sobre saúde, doença e mortalidade de escravos, quando se leva em conta as muitas referências feitas às morbidades escravas encontradas nas obras de Marcílio (1973) e, em números elevados, na obra de Mattoso (1982), por exemplo. Ao se fazer referências às percepções de Eugênio (2016) sobre uma historiografia da saúde e doença escravas anterior ao ano 2000, como a citação feita por esse historiador à obra polêmica de Octavio de Freitas sobre "Doenças Africanas no Brasil", de 1935, infere-se que antes do "pioneirismo" de Karasch (2000) existia essa "pouca coisa" historiográfica, ainda

Na exposição feita logo acima, tem-se como finalidade levantar reflexões sobre fatores motivacionais dos estudos pioneiros e inovadores de Marcílio (1973) e de Mattoso (1982) sobre os estudos da brasilianista Mary C. Karasch (2000). O não atentar para a importância do legado contributivo de vieses da demografia histórica e da demografia de populações escravas introduzidas no Brasil por Maria Luiza Marcílio e de vieses da obra "Ser Escravo no Brasil" de Kátia Queirós Mattoso pressupõe que o ano 2000 − data de tradução para o português da obra de Karasch − demarca, de modo inapelável, o início dos estudos sobre saúde e doença de escravos no Brasil, sem antecedentes históricos nem produção historiográfica. Afirma-se, pois, que existe um passado e uma historiografia sobre a temática em pauta, os quais são anteriores a 2000. "Como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi envolto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto sobre ela" (ANKERSMIT, 2006, p. 101).

Feitas estas considerações sobre o que ora se predispõe denominar de os clássicos[82] da "moderna" historiografia brasileira, produzida ao longo das últimas três décadas[83] do século XX, sobre escravidão, demografia de populações escravas, incluindo capítulos ou passagens sobre saúde, doença, longevidade e mortalidade de escravos, reserva-se a seguir espaço para se fazerem algumas considerações em torno de uma historiografia recente, em que coletâneas e livros, sobre a temática em discussão, foram publicados a partir de 1994.

II.4 Historiografia recente: de coletâneas a livros

A primeira edição do livro de Julita Scarano sobre o cotidiano e solidariedade de escravos no Brasil do século XVIII data de 1994. O contexto são as minas de ouro de Minas Gerais, onde, segundo percepção dessa historiadora, "A categoria mais desfavorecida era constituída pelos escravos [...]" (SCARANO, 2002, p. 9). Apesar das dificuldades enfrentadas para encontrar fontes sobre o cotidiano e as relações de solidariedade entre os escravos das minas auríferas do Setecentos, a autora encontrou no estilo de alimentação das populações do

---

que diluída nos estudos de Freyre (1933 e 1963), de Marcílio (1973), Costa (1976), de Machado (1978), Libby (1979), Mattoso (1982), Somarriba (1982), Mello (1983), Porto (1988), Scarano (1994), entre outros.

[82] A ideia de reunir as obras de Marcílio (1973), Mattoso (1882) e Karasch (2000) e fazer referência a elas como tendo juntas composto os três clássicos da "moderna" historiografia das últimas três décadas do século XX tem como aporte a abordagem feita por Eugênio (2016) aos três clássicos "maiores" da "moderna historiografia" brasileira de meados da primeira metade do século XX, como seja: Freyre (1933), com "Casa-Grande e Senzala"; Holanda (1936), com "Raízes do Brasil"; e Prado Jr. (1942), com "Formação do Brasil Contemporâneo".

[83] No caso da tradução do livro de Mary C. Karasch para língua portuguesa, no ano de 2000, deve-se ter em mente que a pesquisa dessa brasilianista foi originalmente publicada em idioma inglês, nos EUA, ano de 1987, o que reforça sua inclusão no que se nominou de os três clássicos das três últimas décadas do século XX.

Brasil colônia uma via para adentrar no que ela denominou de alimento dos homens de cor. "É conhecido o fato de que pessoas de todas as classes sociais comiam mal no Brasil Colônia, seja do ponto de vista do gosto e do requinte, ou dos aspectos higiênico, calórico e de saúde" (SCARANO, 2002, p. 68). A partir desse aporte, a autora levanta a hipótese de que os níveis mais baixos da sociedade à época alimentavam-se mal, sofriam mais do que os "outros" os efeitos das carências próprias da comida. Em se tratando dos escravos, ela menciona "comida de doente". Tendo a alimentação como ponto de partida para produzir seu trabalho, Scarano (2002), além de enxergar no compartilhamento da comida uma forma de se construírem relações de solidariedade e de sociabilidades entre os cativos famintos, adentra no universo da saúde precária e, consequentemente, da doença e mortalidade escrava no período e contexto estudados. No livro dessa historiadora, os capítulos relativos a "Comida de doente" e "Saúde e sobrevivência" sobressaem em alinhamento com a temática aqui proposta. "Os problemas de morbidade e mortalidade relacionam-se com as características trazidas pela escravidão" (SCARANO, 2002, p. 132). A escravidão representava um maquinário complexo, um sistema que envolvia etapas e peculiaridades, dentre as quais destacam-se as seguintes: o africano perdia sua liberdade e identidade ao ser capturado e vendido como mercadoria na sua terra de origem − a África; a longa travessia atlântica, a chegada aos portos brasileiros, a mudança de lugar de origem para outro distante − no caso, o Brasil −, o tornar-se escravo no estrangeiro, a longa jornada e condições de trabalho, a alimentação precária, condições de moradia e de higiene deficientes, todos esses fatores em seu conjunto contribuiriam para fragilizar o corpo escravo que ficava à mercê de morbidades adversas das de seus locais de origem.

O tema pertinente às relações de solidariedades construídas na sociedade oitocentista desponta no decurso de toda obra de Betânia Gonçalves Figueiredo, vinda a público em 2002. O eixo central de pesquisas da historiadora é constituído por um bloco envolvendo o exercício prático de quatro "profissionais" responsáveis pelos cuidados de saúde das populações de Minas Gerais, ao longo do Oitocentos. Os profissionais de saúde à época eram os cirurgiões, médicos, boticários e os curandeiros. Pressupõe-se que no exercício de sua labuta diária esses personagens, no processo de atendimento a sua clientela, contribuíam para com a construção gradual de sociabilidades, visando-se a conquista e garantia de um "posto social" no seio da sociedade em que trabalhavam. Em suas próprias palavras: "Mais do que atuar na saúde, esses personagens [...] ocupavam uma posição social diante da comunidade na qual atuavam: prestígio e confiança em alguns momentos e, em outros, posições menos prestigiadas e valorizadas" (FIGUEIREDO, 2002, p. 23). Entre seus objetivos, a autora destaca questões

relativas às "nuances" das mudanças ocorridas na medicina do século XIX, da mobilização e atuação desses "profissionais" nos diferentes âmbitos das camadas sociais de então.

Os escravos, enquanto mão-de-obra ou mercadoria de posse, não eram considerados, do ponto de vista legal, um cidadão. Não obstante, isso não constituía de todo impedimento para a construção de solidariedades e, em decorrência desta, o surgimento de sociabilidades entre escravos e entre estes e seus senhores. "Por vezes o relacionamento entre o escravo e seu senhor é mais ameno do que entre dois escravos ou entre um escravo e um liberto" (MATTOSO, 2003, p. 123). Isto permite entender-se porque o negro fazia parte do universo de sociabilidades em que aqueles quatro personagens atuavam, embora na bibliografia de Betânia (2002) não conste a obra de Kátia Queirós Mattoso. Entretanto, a historiadora não se omite em deixar implícito a existência de nuances de solidariedade e sociabilidades entre as populações escravas, sobremaneira quando a situação envolve o adoecimento do corpo escravo e, quando inevitável, a sua morte. É, pois, no Capítulo denominado de "O corpo, a dor, a doença, o remédio e a morte" que o escravo doente desponta como vítima de um conjunto de fatores diversificados; entre eles, a associação do excesso de trabalho e as condições de vida escrava, o que dá a entender que se tratava de alimentação inadequada, moradia e condições de higiene precárias. "No caso dos homens e das mulheres negros, a identificação da causa do mal era com frequência associada ao trabalho e ou condição de vida, como consequência do trabalho escravo. [...] O excesso de trabalho comprometia, sem dúvida, a saúde do escravo" (FIGUEIREDO, 2002, p. 23). A identificação da "causa do mal" tem como aporte os relatos feitos por viajantes[84] que estiveram percorrendo a Província de Minas Gerais e, ao longo de suas viagens, fizeram sua anotações com base em suas observações sobre o estado de convalescência dos escravos, anotando as doenças que os acometiam.

Pouco citado, mas de reconhecida importância, é o "Dicionário da Escravidão Negra no Brasil", da autoria de Clóvis Moura, editado pela primeira vez em 2004 com reedição no ano de 2013. Para os iniciantes interessados nos estudos sobre saúde, doença, condições de vida, longevidade e mortalidade de escravos (do período colonial e imperial), essa obra pode ser consultada e nela encontrar-se um "manancial"[85] sobre tais questões. Como exemplo, cita-se o elevado número de abortos provocados pelas próprias escravas grávidas, aquelas que não

[84] Figueiredo (2002) utiliza-se de um levantamento feito por Ilka Boaventura sobre as doenças de escravos que esses viajantes teriam observado e anotado. Na página 96 da obra de Figueiredo (2002) pode ser encontrada uma tabela contendo cerca de vinte males de escravos apontados por um número de quase dez viajantes.

[85] No Prefácio dessa obra pode está registrada a seguinte referência: "O fôlego de historiador, já testado em seus numerosos livros, está presente nas centenas de verbetes (alguns são verdadeiras teses) que não apenas sistematizam e complementam o que se sabe sobre o regime escravista, mas trazem informações que irão permitir ao leitor formar uma opinião mais nuançada a respeito desse sistema de exclusão − humana, social e cultural − que dominou, soberano, durante quase quatro séculos da história brasileira (PEREIRA, 2013, p. 10).

queriam dar à luz filhos cativos, ou escravos de seus senhores. "Entre a fecundação e o aborto calculava-se em 70% a 80% a mortalidade, com uma percentagem enorme de abortos" (MOURA, 2013, p. 16). Verbetes que vão desde a alimentação, passando por cemitérios de escravos, a "engorda" de africanos desembarcados doentes nos portos brasileiros, enterro de escravos, espíritos da morte, mortalidade escrava, navios negreiros e males de bordo, seguro contra a mortalidade escrava, a geofagia e o suicídio, o tempo de vida, banzo, entre outros pertinentes e oportunos, encontram-se na obra em apreço.

No que se refere especificamente ao verbete "doenças" dos escravos, foram dispostas cerca de onze páginas para tratar do assunto. Moura (2013) dá início a esse tema tendo como ponto de partida a captura de africanos no interior da África, o seu embarque nos navios negreiros, a longa travessia atlântica, até chegarem aos portos brasileiros e passarem por um período de quarentena, tempo em que se dava o fenômeno da "engorda", ou seja: os escravos chegavam doentes e magros; eram enclausurados dentro de galpões, recebiam alimentação e tratamento médico adequados para adquirirem massa muscular e uma boa aparência, de modo que seus corpos jovens ficassem robustos e agradassem aos olhos dos consumidores quando na ocasião de compra da "mercadoria" humana. Não obstante o tratamento dispensado, após comprados esses escravos eram submetidos ao rigor do trabalho, fosse nos espaços urbanos ou rural; a alimentação era precária e viviam em situações higiênicas inadequadas, conforme já citado, tornando-se desse modo vulneráveis às moléstias. Em Moura (2013) encontram-se, com detalhes, as ideias de Emílio Goeldi e de Afrânio Peixoto, que juntamente com as de Octavio Freitas, creditavam aos africanos a responsabilidade por moléstias trazidas da África.

> No Brasil, durante muito tempo postulou-se que as doenças dos escravos eram originárias da África e contaminaram o território brasileiro. Confundiu-se de tal forma o problema que o escorbuto, uma avitaminose, passou a ser chamado de "mal-de-luanda", como se fosse uma praga contagiosa trazida pelos negros de Luanda, região da África (MOURA, 2013, p. 129).

Dando continuidade aos estudos sobre o tráfico negreiro, Jaime Rodrigues trouxe a público, em 2005, sua obra nominada "De Costa a Costa", oferecendo novas possibilidades ao abordar um assunto que tem recebido a atenção de historiadores da escravidão no Brasil, qual seja: a travessia atlântica. No início da Apresentação de um outro livro[86], publicado em 2000, esse historiador enunciava o seguinte: "Esta obra não traz como contribuição a descoberta de um tema inédito; seu objeto − o tráfico de africanos para o Brasil − é um assunto amplamente estudado pelos historiadores" (RODRIGUES, 2000, p. 23). Se o tema não era inédito, um

[86] Esse outro livro de Jaime Rodrigues é "O Infame Comércio", publicado pela UNICAMP no ano de 2000.

novo viés sobre a questão era oferecido: trazer o debate à tona, depois de percorrer "novos caminhos", fazer novos questionamentos e utilizar-se de fontes inéditas (LARA, 2000). Cinco anos depois, esse historiador faria sua própria incursão no que Wissenbach (2005) tipificou como tema "complexo" quando se trata da travessia atlântica de africanos escravizados. Endossando as ponderações da autora do Prefácio desse trabalho, o historiador retocaria essa questão do seguinte modo: "[...] poucos temas têm recebido mais atenção do que a escravidão moderna, em seus múltiplos e facetados aspectos" (RODRIGUES, 2005, p. 23).

Em "De Costa a Costa", os caminhos palmilhados por Conrad (1985) em sua obra sobre os tumbeiros na longa travessia do Atlântico e as trilhas percorridas por Florentino (1997) em seu estudo sobre o comércio de escravos da África para o Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX são compartilhados. Entre as novas possibilidades ou entre os aspectos multifacetados da escravidão em que Rodrigues (2005) adentra e desvela no seu estudo, com recorte temporal de 1780 a 1860, destaca-se o Capítulo 8 − Saúde e artes de curar. Importa ressaltar que questões relativas à doença e mortalidade de escravos não estão restritas a esse capítulo apenas. O leitor atento vai encontrar no Capítulo 4 dessa obra várias passagens sobre os níveis elevados de mortalidade de africanos escravizados que adoeciam durante o percurso a bordo dos tumbeiros, na longa travessia atlântica. Porém, é no Capítulo 8 que se encontram quarenta e cinco páginas de texto sobre o que o autor denominou de "[...] um tema clássico[87] dos estudos sobre o tráfico negreiro: a saúde de africanos e tripulantes" (RODRIGUES, 2005, p. 40). Se os estudos sobre saúde, doença e mortalidade de escravos são considerados como historiografia recente por especialistas como Pimenta e Gomes (2016) e mesmo por Eugênio (2016), o tratamento dispensado por Rodrigues (2005) a esses estudos, ao que sugere, sinaliza para outras possibilidades que remetem pesquisadores ao que se denominou mais acima de proto-historiografia sobre o tema em pauta, iniciado por Gilberto Freyre (1933), Octavio de Freitas (1935), Sérgio Buarque de Holanda (1936), entre outros.

O Capítulo 8 da obra de Rodrigues (2005), independente de ser considerado pelo autor como sendo um "tema clássico", trás leituras sobre doença e morte de africanos escravizados nas costas da África e embarcados nos navios negreiros. A inclusão de estudos sobre medicina popular e suas práticas direcionadas para as "artes de curar" a bordo dos tumbeiros possibilita ter-se mais compreensão acerca da engrenagem que envolvia diferentes personagens no complexo sistema de tráfico de seres humanos. É fato que se conhece pouco sobre os

[87] Denominar os estudos recentes sobre doença, saúde e mortalidade de escravos de um "tema clássico", dá a entender que as pesquisas sobre tal problemática vêm sendo desenvolvidas substancialmente desde pelo menos a segunda metade do século XX, o que não se sustenta. Não obstante, Rodrigues (2005) pode estar utilizando essa frase − "tema clássico" − no sentido de pureza ou originalidade pouco explorada, pouco tocada.

cuidados voltados para a saúde dessa "mercadoria" de bordo e de seu transporte através do Atlântico. No Capítulo 8 da referência, seu autor constata que o papel desempenhado pelos curandeiros e por médicos de medicina popular a bordo de navios negreiros foi, consideradas as limitações próprias do tráfico de escravos, relevante. "Havia, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, médicos preocupados em divulgar conhecimentos preventivos e terapêuticos − e interessam-me particularmente aqueles que lidaram com doenças e doentes disseminados pelo tráfico de escravos para a Corte" (RODRIGUES, 2005, p. 253).

Os estudiosos interessados pelas morbidades, doentes e mortalidade a bordo de navios negreiros apontam em geral para os baixos níveis de saúde e altos índices de doença e morte ao longo dessas travessias atlânticas. A despeito da presença desses profissionais dos saberes médicos a bordo, os quais estavam "preocupados" com a saúde dos africanos escravizados e também com a saúde da tripulação, nas pesquisas produzidas sobre tal problemática é comum a constatação do grau elevado de mortalidade de escravos. Em seu estudo, Rodrigues (2005) destacou as seguintes moléstias de bordo: escorbuto, varíola, lepra, cólera, febre amarela, disenteria e distúrbios digestivos em geral, além de outros males não totalmente identificados e para os quais os médicos de bordo dispensaram cuidados. No que se refere aos profissionais de saúde embarcados em navios negreiros, esse historiador dispôs na sua Tabela 10 os nomes (também idade, naturalidade e a soldada) e suas respectivas especialidades, que no total eram as seguintes: cirurgiões, barbeiros e sangradores.

Em 2006, foi publicado o livro "Cidades Negras" (reeditado em 2008). Trata-se de uma obra cujo conteúdo gira em torno de aspectos diversificados da vida urbana e semi-urbana dos escravos no Brasil do século XIX. "Ao contrário dos cenários típicos das *plantations*, grandes plantéis, agroexportação e feitores, parte da história da escravidão atlântica foi vivenciada em paisagens urbanas ou semi-urbanas" (FARIAS et al., 2008, p. 9). Entre os doze capítulos que compõem esse trabalho, encontra-se aquele intitulado de "Vida e Morte nas Cidades Atlânticas". A influência de Karasch (2000) é a mais expressiva, sabido que a brasilianista foi a primeira a estudar o assunto, com abundância de dados, na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Ao se levar em conta a obra completa, são notáveis as motivações advindas de Marcílio (1973, 1977, 1984) e de Mattoso (1982). No capítulo em apreço, fazem-se releituras de temas tais como: as altas taxas de mortalidade durante a travessia atlântica; o período de quarentena dos africanos desembarcados nos portos brasileiros, sobretudo no porto do Rio de Janeiro, antes de sua venda para os consumidores urbanos; as morbidades que consumiam "milhares" de escravos, sobremaneira na primeira metade do século XIX; as epidemias e um número elevado de outras moléstias, elencadas por

Mary C. Karasch (2000); morbidades acometidas por escravos nas prisões, entre outras. "As epidemias que assolavam as cidades negras eram de uma variedade espantosa" (FARIAS et al., 2008, p. 16). O estudo é válido por nele ser relembrada a vida de escravos que adoeciam nos centros urbanos do Brasil imperial e por serem revistas as moléstias novas da cidade do Rio de Janeiro. Dá-se prioridade à cidade do Rio de Janeiro, mencionada várias vezes, apesar de citarem uma vez Porto Alegre, Recife, Salvador e São Luis. Sugere-se que a menção feita pelos historiadores às "cidades negras" é uma forma de representar todos os centros urbanos do Brasil oitocentista. Os autores deixam implícito que o modelo urbano de vida escrava no Rio de Janeiro e as moléstias, velhas ou novas, que grassavam na capital do Império eram as mesmas em todo o território nacional.

No ano de 2007, veio a público o livro "Divisões Perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo" e nele está incluído um capítulo sobre saúde e doença de escravos no Brasil do século XIX, da autoria de Ângela Porto. Trata-se de um estudo em defesa de uma história da saúde e das morbidades no cativeiro oitocentista. Segundo a autora, esse texto temático é uma versão melhorada e ampliada de um trabalho seu publicado em 2006.

> O século XIX marca, no Brasil, a ocorrência da maior importação de escravos [...] A forma como o transporte dos escravos era feito e suas condições de trabalho, moradia e modo de vida são em grande parte responsáveis por seu estado de saúde. No entanto, a questão da saúde do escravo só aparece pelas frestas da história e apresenta muitos pontos controversos a ser esclarecido (PORTO, 2007, p. 207).

Por oportuno, chama-se a atenção para o final da citação logo acima, onde se pode depreender que a problemática relacionada à saúde e às condições de vida dos muitos escravos desembarcados no Brasil do século XIX, com preponderância para o porto do Rio de janeiro, só é pautada quando ela (a problemática) vasa através das "frestas da história" e que, mesmo assim, as narrativas sobre o assunto apresentam um elevado número de pontos controversos e os quais necessitam, pois, de esclarecimentos. Isto corrobora o fato de que não se pode fazer referência a essa questão como se ela fosse um "tema clássico".

Um outro viés sobre saúde, doença e mortalidade de populações escravas é oferecido por Engemann (2008) em seu trabalho intitulado "De Laços e de Nós". O estudo tem como foco a comunidade escrava da Real Fazenda de Santa Cruz, localizada nas proximidades do Rio de Janeiro do período colonial e imperial. Ao prefaciar a obra, Florentino (2008) avalia as pesquisas desse historiador e qualifica-as como sendo fruto de sua instigante perseguição

ginzburguiana[88] por pistas e ou sinais sobre a vida comunitária na localidade. O fato é que, conclui o prefaciador, Engemann (2008) utiliza-se do rigor de sua inventividade. Nesse ponto crucial, o autor faz uso de aporte da teoria de White (2008) sobre meta-história[89]. Assim, a comunidade que ele "desenhou" é considerada frágil porque frágeis também foram as vidas de escravos que moraram em comunidades e lá estiveram e ou existiram tão apenas como mão-de-obra. Tratava-se, pois, de africanos "[...] constrangidos pela violência, presas fáceis de doenças mil, vendidos e revendidos sabe-se lá quantas vezes cada um [...]" (FLORENTINO, 2008, p. 9). Mesmo privados de sua liberdade, nem a doença nem o medo da morte impediu esses escravos de criarem laços de solidariedade e de sociabilidades entre si.

Não há um capítulo por inteiro sobre saúde e morbidades de escravos em "De Laços e de Nós". O que lá se encontra sobre tal assunto é um sub-tópico denominado de "Saúde", que por sua vez é parte do tópico "Vestígios da Comunidade" escrava na Real Fazenda de Santa Cruz. Ora, por se tratar de um texto com apenas quatro páginas e meia, contendo duas tabelas e dois gráficos, o mesmo destaca-se por seu valor qualitativo e quantitativo. No que concerne ao primeiro valor, o bem-estar comunitário apresenta-se como sendo um "Outro indicador sensível da diferenciada vida em comunidade [que] poderia ser o estado de saúde dos cativos" (ENGEMANN, 2008, p. 127). O autor analisa, avalia indicativos que teriam contribuído para haver "cuidados mútuos", ou solidariedades que amenizassem uma existência escrava só de cansaço e, assim, a saúde apresenta-se como um termômetro de mais "laços" e de menos "nós". Isso pressupõe reflexões sobre o seguinte: "As variáveis que podem ter contribuído na alteração do padrão de seu estado de saúde eram diversas, indo desde a qualidade, variedade e quantidade de seus alimentos, até um esforço mais equacionado no trabalho e cuidados mútuos" (ENGEMANN, 2008, p. 127). Em relação ao valor quantitativo, os dados contidos nas duas tabelas, que por sua vez dialogam com os resultados contidos nos dois gráficos, incitam o pesquisador leitor a buscar mais indícios, pistas que possibilitem maior proximidade do aparente paradoxo: "Quanto mais fortes os laços, maiores as dores em seu rompimento, em especial quando era a mão da morte quem o fazia" (ENGEMANN, 2008, p. 129).

[88] Na obra de Engemann (2008) é notável o suporte da epistemologia indiciária. Para os interessados em saber mais sobre tal assunto, recomenda-se o estudo de Carlo Ginzburg − "Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário", que é um capítulo de sua obra "Mitos, Emblemas e Sinais", 2ª edição brasileira − 2002.

[89] Na segunda edição, primeira reimpressão, da obra Meta-História, White (2008) defende a ideia segundo a qual o imaginário fez parte da historiografia do século XIX e contribuiu para com as discussões atuais sobre o conhecimento histórico. No início do primeiro parágrafo da Introdução da referida obra, que tem o subtítulo de "A Poética da História", o historiador norte-americano assim defendeu sua hipótese: "Este livro é uma *história* da consciência histórica na Europa do século XIX, mas também pretende contribuir para a atual discussão do *problema do conhecimento histórico*" (WHITE, 2008, p. 17).

Também nas pegadas para levantar dados sobre o que ocorria no cotidiano de cativos vivendo e trabalhando na Real Fazenda de Santa Cruz, o Pereira (2009) publicaria um estudo sobre escravidão envolvendo práticas de saúde, de doença e de sociabilidades na Imperial Fazenda de Santa Cruz. Para chegar ao melhor termo, o autor fez um levantamento de fontes sobre origens, proprietários e vida escrava; forneceu dados sobre as origens coloniais dessa fazenda escravista até sua ocupação pelos militares, no ano de 1889, quando da Proclamação da República. Pereira[90] (2009) não reproduz exatamente o conteúdo daquele sub-tópico sobre "saúde" de escravos encontrado na obra de Carlos Engemann − vinda a público em 2008. No artigo em questão, contendo dezesseis laudas, os objetivos de seu autor são:

> [...] verificar as principais doenças que acometiam os escravos de uma comunidade rural, distante centenas de quilômetros do centro do Rio de Janeiro: a escravaria da Imperial Fazenda de Santa Cruz, entre 1861 e 1867. [...] O estudo sobre tais escravos nos permitirá responder pelo menos três questões concernentes à sua saúde: em primeiro lugar, saber de que doenças eles morriam; em segundo, verificar se tais doenças encontradas nesses escravos rurais eram as mesmas que acometiam os escravos urbanos; e, finalmente, saber quais eram as ações dos escravos de Santa Cruz face às questões pertinentes à saúde e morte (PEREIRA, 2009, p. 1).

Em seu percurso em busca de respostas para as três questões pontuadas na referência acima, esse historiador faz acurado levantamento de dados quantitativos, utilizando-se de duas tabelas e dois gráficos, para, em seguida, oferecer uma abordagem qualitativa. Ao final, pode-se constatar o seguinte: "As condições sociais, sobretudo dos escravos, estavam amplamente relacionadas à manutenção da saúde. Entretanto, a manutenção desta passa pelas ações decisórias daqueles que, em última instância, possuíam o direito de vida e morte sobre a escravaria" (PEREIRA, 2009, p.15).

No ano de 2016, viria a público uma coletânea com pouco mais de 300 páginas sobre doença de escravos e de curandeirismo praticado por personagens próprios de populações escravas no Brasil dos períodos colonial e, sobremaneira, imperial. A obra é pioneira na medida em que seus organizadores Pimenta e Gomes (2016) privilegiaram uma equipe formada por quinze pesquisadores (incluindo os próprios organizadores) de história da saúde, doença e morte de escravos e publicaram um livro cujo conteúdo por inteiro está voltado para a problemática em alusão. Entretanto, a ideia não é em si mesma inédita quando confrontada com o trabalho organizado por Ângela Porto, publicado em 2007, na modalidade de um CD-ROM, com o título de "Doenças e Escravidão", o que já foi abordado neste estudo.

[90] Importa conhecer que na ocasião da publicação de seu artigo, Júlio César Medeiros da Silva Pereira estava em fase de elaboração de sua Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, cujo título é como segue: "Práticas de saúde e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, da segunda metade do século XIX".

Em relação às pesquisas apresentadas pelos quinze historiadores da coletânea de 2016, no geral suas contribuições são aprofundamentos de temas já abordados e que ora apresentam-se como fundamentais no processo de pesquisas sobre história da escravidão e da saúde. "São possíveis análises que considerem as conexões entre as historiografias da saúde e aquelas da escravidão, contribuindo [assim] para a consolidação de um novo campo de estudo" (PIMENTA e GOMES, 2016, p. 7). Para que esse novo campo de estudos se consolide, os organizadores e sua equipe de colaboradores enfrentaram dificuldades em relação aos significados de determinados males, em diferentes épocas da escravidão no Brasil, o que os levou a terem compreensão sobre a necessidade de maior empenho em seus trabalhos. Exemplo disso são os capítulos em que houve alterações "radicais" de localidade e de percepções (ou de lentes). Os estudos sobre o diálogo do tráfico de africanos com as "bexigas" − epidemia de varíola −, releitura de manuais médicos, a doença e o seu imaginário, o atendimento dispensado a escravos doentes em hospitais e hospícios, práticas cirúrgicas dispensadas a escravos doentes durante a Guerra do Paraguai, epidemias e práticas terapêuticas, cartografia de barbeiros e sangradores no Rio de Janeiro, são propostas oferecidas pela coletânea e que apontam para novas perspectivas.

No mesmo ano de 2016, foi publicado um livro cujo objeto de estudos são os escravos, sua saúde, doença e mortalidade. "Lágrimas de Sangue: a saúde dos escravos no Brasil da época de Palmares à Abolição" é uma obra pioneira na medida em que a Introdução, os sete Capítulos e Considerações Finais foram produzidos pelo mesmo historiador. Até então, fez-se levantamento historiográfico de livros contendo passagens, sub-tópicos, tópicos, um ou dois ou três capítulos sobre o problema em debate; fez-se também o levantamento de coletâneas, nas quais a mesma problemática foi abordada. Obras, portando, parciais no que concerne ao trato da questão em pauta. Nesse livro, o autor leva em conta uma epistemologia que inclui seus objetivos, aportes teórico-metodológicos e hipóteses. Inicialmente, é proposto exame analítico dos seguintes objetivos instantes: "[...] 1) o interesse intelectual médico pelas condições de saúde da população escrava; 2) as intersecções entre esse interesse, o contexto histórico no qual ele surgiu e os problemas que lhe ensejaram; 3) os efeitos sociais das ideias dele derivadas" (EUGÊNIO, 2016, p. 18). Para que a análise desses objetivos reforcem a meta a ser atingida, caminhos hão de ser percorridos. Para tanto, esse historiador apropria-se de determinadas estratégias teórico-metodológicas, compondo assim o seguinte rol: a) Adaptação de duas linhas metodológicas utilizadas por Quentin Skinner em suas obras, com destaque para seu livro "Liberdade antes do Liberalismo", onde se encontram a vertente contextualista

e a intertextualista[91], que juntas viabilizam o estudo sobre a produção de ideias; b) Para melhor compreensão dessa adaptação, Eugênio (2016) faz recorrência ao pensamento de dois sociólogos, quais sejam: Max Weber (1864-1920) e Pierre Bourdieu (1930-2002).

Em qual dessas duas instâncias estaria a demografia histórica, o autor de "Lágrimas de Sangue" necessariamente não o explicita, a despeito de ele fazer abordagem a ela em alguns pontos de sua obra. Outrossim, a epistemologia indiciária é utilizada no decurso de seu texto, embora não faça menção direta mesma. Quanto a sua hipótese central, o historiador defende-a nos seguintes termos: "[...] o interesse intelectual médico pela publicação de textos sobre como conhecer, tratar e prevenir doenças da população escrava no Brasil foi estimulado pelo fato de a escravidão ter se tornado objeto de preocupação das elites coloniais após o episódio de Palmares" (EUGÊNIO, 2016, p. 21). Antes do levantamento desta hipótese, esse autor fez-se questionamentos sobre os reais motivos por detrás de interesses defendidos por cirurgiões e médicos à época − segunda metade do período colonial e todo Brasil imperial −, quando eles se mostravam preocupados com as condições de saúde de escravos, consideradas péssimas, e propunham-se envidar esforços no sentido de melhorarem as condições de vida dos cativos. Diante de tal perspectiva, a resposta dada pelo historiador foi a seguinte: "Em sociedades em que o acesso ao aprendizado, principalmente da escrita, é restrito, quem sabe escrever acaba gozando de certo prestígio" (EUGÊNIO, 2016, p. 21).

Ressalta-se ainda que o recorte temporal para a elaboração da pesquisa em discussão é baseado no modelo proposto por Braudel (1992), ou seja: A Longa Duração. Em se tratando da "longa duração" de Eugênio (2016), ela começa em 1630, data aproximada da fundação de Palmares, e finda em 1888 com a abolição da escravidão no Brasil. Quanto às fontes utilizadas, destacam-se o tratado médico intitulado de "Erário Mineral"[92] (1735), da autoria de Luís Gomes Ferreira; o "Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre Enfermidades

[91] Skinner (1999) denomina de ensaio aumentado o discurso de sua "Aula Inaugural", proferido na Universidade de Cambridge em novembro do 1997. "Procurei esboçar a ascensão e queda, dentro da teoria política anglófona, do que determinei uma compreensão neo-romana da liberdade civil" (SKINNER, 1999, p. 9). A compreensão da metodologia utilizada por Quentin Skinner pressupõe duas linhas de pensamentos interdependentes. No artigo denominado de "Retórica e Contingência na Teoria Política", pode ser encontradas explicitações sobre essas linhas de pensamento que se entrecruzam e as quais são: "[...] 1) estudos históricos sobre as ideais de autores clássicos do pensamento político moderno, tais como Maquiavel e Hobbes, bem como sobre a formação e transformação de conceitos-chave da teoria política moderna, como conceito de Estado e Liberdade; 2) e estudos [...] no campo da teoria e da metodologia da história intelectual" (SILVA, 2006, p. 195-196). Sem querer adentrar no que é conhecido como "modelos alternativos" envolvendo interpretações de textos ou, de modo mais preciso, do contextualismo linguístico, Lopes (2011) opta por uma revisão daqueles elementos que fazem parte do cerne do que Quentin Skinner denominou de "Teoria Interpretativa de Textos Políticos".

[92] Para melhor compreensão da importância de tal obra, reproduz-se o seguinte: "No Brasil, a primeira obra médica a retratar abundantemente as condições de saúde dos escravos foi *Erário Mineral*. Trata-se de um manual de medicina prática escrito pelos cirurgião Luís Gomes Ferreira, com base em sua experiência profissional de aproximadamente vinte anos em Minas Gerais, e publicado em 1735" (EUGÊNIO, 2016, p. 18).

dos Negros" (1834), da autoria de Jean Baptiste Alban Imbert; "Memória a Respeito dos Escravos e Tráfico da Escravatura entre a Costa da África e o Brasil" (1793), escrito por Luís Antonio de Oliveira Mendes; e "Algumas Considerações sobre a Higiene dos Escravos", tese defendida em 1847 por David Gomes Jardim na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

II.5 Capítulos da coletânea "Uma História Brasileira das Doenças"

Neste estudo sobra a historiografia de doenças e mortalidade de escravos no Brasil do século XIX, já se fez uma abordagem sumária sobre as matrizes da coletânea denominada de "Uma História Brasileira das Doenças". No entanto, entende-se que para a consecução de um texto no qual se aborde a temática pertinente contida nessa coletânea é necessário que se dê continuidade ao que foi introduzido e desenvolva-se, assim, uma narrativa completa.

Inicialmente, rememora-se que a publicação em português do livro da brasilianista e historiadora Mary C. Karasch (2000) reverberaria na academia brasileira, sobretudo na Região Sudeste. Apesar desse impacto inicial, seria natural o não surgimento imediato de produções acadêmico-científicas, tais como Artigos, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado, Ensaios, entre outros, girando em torno da saúde e doença escravas e que fossem produzidos por historiadores nacionais. A pesquisa em Ciências Históricas, conforme já mencionado, tem naturalmente seu tempo de gestação, passando por revisões, até sua provável comunicação em eventos e possível publicação posterior. No curto período de 2000 a 2004, foram publicados alguns trabalhos[93] sobre o tema proposto por Karasch (2000) em três capítulos de sua obra "A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)". Entretanto, o ano de 2004 seria o marco inaugural de eventos sobre história de doenças, tendo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro[94] o que foi nominado de "I Seminário História das Doenças". Dois anos depois, em 2006, seria promovido o II Seminário, com o mesmo título "História das Doenças"; mais dois anos, em 2008, viria a acontecer o III Seminário. Em concomitância com o I Seminário seria publicada a coletânea "Uma História Brasileira das Doenças" − volume 1. O mesmo se deu em relação ao II Seminário, após o qual foi levado a público o volume 2 da coletânea. Porém, em 2008, quando ocorreu o III Seminário, dois anos seriam necessários para que a publicação do volume 3 da coletânea viesse a público. "[...] este terceiro volume amplia a periodicidade da coletânea − necessária para manter seu caráter de seleção de trabalhos que abordam novos temas, novos enfoques e aportes teóricos para a construção de interfaces disciplinares" (NASCIMENTO e CARVALHO, 2010, p. 7). Eis a narrativa sobre as fontes matriciais que

[93] Esses trabalhos publicados entre 2000 a 2004 já foram referenciados e analisados ao longo deste texto.
[94] É importante mencionar que apenas os três primeiros Seminários ocorreram na cidade do Rio de janeiro.

deram origem a produção da coletânea aludida acima. Porém, após 2008, um longo período de quatro anos se passaria até a retomada desses eventos, num outro *locus*, com periodicidade anual, publicação de coletâneas também anuais, conforme explanação a seguir.

No ano de 2013, o que fora denominado de Seminários de "História das Doenças" foi nominado de "Colóquios". Fato histórico: da cidade do Rio de Janeiro o evento passaria a ocorrer em Vitória-ES. Portanto, no ano de 2013, seria levado a público a primeira edição dos "Colóquios de História das Doenças[95]", com publicação da coletânea − o volume 4. "Temos o prazer de apresentar o IV volume da coletânea *Uma História Brasileira das Doenças*, desta feita, inaugurando uma nova parceria[96] [...]" (FRANCO, NASCIMENTO e MACIEL, 2013, p. 7). Como é de perceber, o título da coletânea permaneceria o mesmo, com o diferencial no cômputo numérico de seus volumes. O que ocorria bienalmente no Rio de Janeiro-RJ passaria a acontecer anualmente em Vitória-ES. Assim, de 2013 até 2018 vieram a público os volumes 4, 5, 6, 7 e 8 da coletânea. Permite-se registrar que a frequência anual com que os "Colóquios de História das Doenças" passaram a ocorrer apontam para uma emergência de possibilidades em relação à produção e publicação de estudos sobre a doença enquanto fenômeno histórico e sociocultural. Alargam-se margens e fronteiras, penetrando-se novos domínios, o que tem viabilizado o surgimento de aportes interfaciais tanto no campo teórico quanto metodológico.

No que diz respeito à produção científica e publicação de material relativo à saúde, doença e mortalidade de escravos, nos volumes 1, 2, 3, 4 e 6[97] da coletânea pode-se encontrar um capítulo (em cada um desses cinco volumes) sobre a problemática em alusão. Computam-se, pois, um total de cinco trabalhos viabilizados pelos organizadores da coletânea no período de 2004 até 2018. No volume 1, foi incluído um estudo sobre "A Saúde Dentária dos Escravos em Salvador, Bahia", resultado de estudos levados a termo por Anderson Líryo da Silva, Sheila Mendonça de Souza e Diana Maul de Carvalho. "[...] de modo bastante inovador e fazendo uso de excelente bibliografia internacional, discutem os padrões alimentares − particularmente a ingestão de açúcar − dos escravos e dos senhores na Bahia" (CASTRO-SANTOS, 2006, p. 5). Nesse capítulo sobre saúde e morbidade escrava, os autores oferecem possibilidades de contribuições advindas da arqueologia e da paleopatologia para a história das doenças. Ao trazerem a público resultados de exames feitos em arcadas dentárias de

[95] Leia-se: "I Colóquio de História das Doenças", ocorrido nos dias 30 e 31 de julho de 2013, no Auditório IC II do Centro de Ciências Humanas e Naturais − CCHN; realizado pelo Programa de Pós-Graduação em História − PPGHis, da Universidade Federal do Espírito Santo − UFES.

[96] Registra-se que essa nova parceria resultou da iniciativa da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES com a Casa de Oswaldo Cruz − COC/FIOCRUZ.

[97] Anote-se que nos volumes 5 e 7 da referida coletânea não se encontram estudos sobre a problemática relativa à saúde, doença, longevidade e ou mortalidade de escravos.

escravos, encontradas nas escavações da antiga Igreja da Sé, em Salvador-BA, ensejam novas descobertas sobre as relações alimentação, saúde, higiene e doença de populações escravas, contribuindo, desse modo, para estreitar o diálogo dessas áreas das Ciências Arqueológicas com as Ciências Históricas (SILVA; SOUZA; CARVALHO).

No último capítulo do volume 2 da coletânea, Figueiredo (2006) fez um levantamento de fontes tendo como propósito trazer à baila questões orientadas para a viabilização de estudos sobre a doença, a saúde e longevidade de escravos. Segundo perceptibilidade dessa historiadora, saúde e doença de escravos fazem parte de um significativo campo de pesquisas ainda pouco explorado no Brasil. "A investigação no campo da história da saúde e das doenças tem aumentado significativamente nos últimos anos no Brasil. Entretanto há um segmento que merece ser mais investigado: a saúde e a doença entre a população escrava no Brasil" (FIGUEIREDO, 2006, p. 252). A autora prolonga sua argumentação enfatizando, em seguida, que a temática em referência não é "muito explorada" pelos historiadores brasileiros. É a partir desse enunciado introdutório que Figueiredo (2006) perpassa os saberes e práticas médicas dos séculos XVIII e XIX, demonstrando que há fontes, sim, para viabilizar produção de estudos sobre a temática, que não é muito explorada. Entre as fontes recomendas, destaca-se a obra de Luis Gomes Ferreira − "Erário Mineral". Deve-se atentar para o tempo em que esse estudo foi publicado − o ano de 2006. Pouco mais de uma década depois, conta-se com mais possibilidades de estudos sobre a problemática aludida. Entre o não "muito explorado" e o muito explorado, um meio termo é provavelmente viável hoje.

No volume 3 da coletânea "Uma História Brasileira das Doenças", encontra-se uma pesquisa de Barbosa (2010) sobre a vida cotidiana, a doença e mortalidade de escravos no Rio de Janeiro do período 1820-1836. A historiadora utiliza-se de fontes diversificadas no intuito de enfocar "caminhos e percursos" dessa vida cativa naquele período. Ao longo desse trajeto, ela sugere o tema "doenças em perspectiva", no qual detecta cenários e contextos novos que podem ser explorados e utilizados nos estudos sobre as condições de vida escrava no Brasil colonial e pós-colonial. Barbosa (2010), ao mesmo tempo em que defende o surgimento de perspectivas teórico-metodológicas novas e a detecção de fontes e temas diversificados, revisitados e explorados, afirma, não de modo conclusivo, que "Na historiografia brasileira, não são numerosas as abordagens relacionando doenças, escravidão e medicina coloniais e pós-coloniais" (BARBOSA, 2010, p. 90).

O conteúdo do volume 4 da coletânea em abordagem é aberto com uma pesquisa de Eugênio (2013) direcionada para os relatos sobre a saúde e as condições de vida de cativos no Brasil escravista. A produtividade desse historiador no campo das doenças e saúde escravas

permite que se afirme ser prolífera sua atuação no âmbito dos estudos da temática aqui apreçada. Essa incidência produtiva apresenta-se como saudável na medida em que se adentra na trajetória acadêmica do historiador e adquire-se familiaridade com o seu discurso. O seu capítulo introdutório do volume 4 inauguraria a primeira publicação da coletânea como resultado do "I Colóquio de História das Doenças", ocorrido em Vitória-ES. Fato inédito: o evento e seus resultados viriam a público no mesmo ano de 2013. No que diz respeito ao estudo de Eugênio (2013), "mazelas do cativeiro" enunciam o viés iluminista tão peculiar nos trabalhos desse autor. Ao despertar da intelectualidade médico-iluminista no Brasil somam-se testemunhos de viajantes e, em consequência do pensamento advindo das luzes, o testemunho dos médicos. Como no título de seu estudo em apreço não consta de recorte temporal, presume-se que esses testemunhos de viajantes, de médicos viajantes e de médicos no desempenho de sua profissão correspondam tanto ao período colonial quanto ao período do Brasil Império. Isso é possível deduzir quando é introduzido o seguinte:

> A escravidão apresenta muitas faces. Uma antiga e outra mais moderna. Em ambas, havia uma de feições urbanas e outra de feições rurais; uma de caráter doméstico e outra extra-doméstica. Embora a violência estivesse na base de todas elas, como ato inaugural da conversão de seres humanos ao cativeiro e como um dos instrumentos de manutenção da ordem escravista, suas variações engendraram diferentes práticas de tratamento dos indivíduos a ela submetidos (EUGÊNIO, 2013, p. 11).

A exemplo de Figueiredo (2006) e de Barbosa (2010), Eugênio (2013) reconhece os avanços recentes nos estudos sobre aspectos relativos à saúde e doença de cativos no Brasil escravocrata. Não obstante, esses historiadores defendem juntos a hipótese de que o discurso construído em torno de temáticas como tráfico de escravos, diáspora de africanos, vida de escravos no Brasil, longevidade, saúde, doença e mortalidade escravas, entre outras, ainda necessitam serem amplamente aprofundadas.

No que concerne à produção historiográfica específica sobre doença e mortalidade de escravos no Espírito Santo do século XIX, foi produzido e publicado em 2017 um artigo sobre tal assunto pelo autor desta pesquisa. A abordagem é sobre o adoecimento colérico e morte de escravos durante a passagem da epidemia do *cholera morbus* entre 1855 e 1856. Com base nas fontes consultadas, constatou-se que "[...] a população escrava, tanto urbana quanto rural, foi a mais vitimada pela 'brutalidade' do aludido mal epidêmico, atingindo índices mais elevados do que aqueles das outras camadas populacionais" (FELIPE, 2017, p. 613).

C A P Í T U L O III

ESCRAVISMO NO ESPÍRITO SANTO PROVINCIAL: PECULIARIDADES E CONDIÇÕES DE VIDA DOS "PRETOS ESCRAVOS"

Diferente do *status* geopolítico e socioeconômico do Espírito Santo no contexto geral do Brasil no Oitocentos, o sistema escravocrata na Província manteve, com poucas alterações, a mesma lógica vigente no extenso território imperial. Em relação ao seu "lugar", a Província do Espírito Santo foi uma dentre aquelas de menor importância por não ter um peso político-econômico proeminente em face das províncias ricas. Sua proximidade geográfica da Capital imperial contribuiria para que ela servisse de *locus* destinado ao treinamento dos que eram nomeados pela Corte para nela darem seus primeiros passos e, em curtos períodos de tempo, adquirirem experiência, notoriedade e garantirem futuro na sua carreira política. Não obstante, essa proximidade geográfica era invertida quando a questão do desenvolvimento político-econômico entrava na pauta administrativa e o que estava próximo ficava distante: a Província era considerada "esquecida" por ser atrasada e dependente financeiramente do Poder Central. Esse prejuízo seria "compensado" pela sua posição geográfica estratégica: a proximidade era considerada como "lugar" de contribuição para o treino e fornecimento de experiência política para os que ocuparam o poder máximo na Província. No que diz respeito à escravidão, se no Espírito Santo do século XIX as práticas de submissão de "pretos escravos"[98] não diferiram da ideologia nacional sobre o cativo como mero objeto de compra e venda, encontraram-se peculiaridades que foram próprias do sistema local. O tráfico de africanos no Espírito Santo do pós-1850, por exemplo, destacou-se como um dos mais ferrenhos e prolongou-se por cerca de uma década. A escravidão na Província manifestou-se multifacetada: a violência não se restringiu à insurreição do Queimado. Fugas e organização de escravos em quilombos proliferaram em todo o território espírito-santense oitocentista. O terror das torturas ocorreu com grande frequência. Nas prisões, as doenças do cárcere foram recorrentes. Em se tratando da população cativa, se considerada a população total local em relação às populações de

[98] Utiliza-se aqui a frase "pretos escravos" por ser ela citada com frequência nos Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo quando a discussão gira em torno do negro cativo. Vale lembrar que o conteúdo dessa discussão geralmente compreende a condição desse cativo como propriedade do senhor que é dono de seu corpo e em assim sendo ele é tratado como mercadoria, um bem de consumo ou usufruto, cujo valor básico é sua força de trabalho, isto é, a mão-de-obra escrava. Tal condição pressupõe um cativo sempre servil e dócil, o que nem sempre acontecia. Daí, entre as referências feitas aos "pretos escravos", nesses Relatórios, destacam-se não apenas compra e venda de escravos, mas questões relacionadas a insubordinações, rebeliões, fugas, capturas e levantamento do número de escravos servindo na Província do Espírito Santo.

outras províncias, a mortalidade de escravos, em consequência de causas diversas, foi elevada. Os suicídios de escravos, também levados a termo por motivos diversos, ocorreram em números considerados elevados. Nalguns casos, esse tipo de tragédia foi consumada pelo cativo suicida de modo requintado e premeditado. Acredita-se que, ao proceder desse modo, entre seus objetivos estaria a sua contribuição para ensejar a libertação de negros do cativeiro.

III.1 O Espírito Santo e seu "lugar"[99] geopolítico no contexto do Brasil Império

Até onde é possível estimar-se, o imaginário[100] sobre as origens históricas do Espírito Santo antecedem às tradições historiográficas relativas ao descobrimento do Brasil[101], caso se leve em consideração o discurso oitocentista da elite e dos intelectuais locais, que produziram uma historiografia de caráter memorialista e estatístico. Como exemplo ilustrativo, reproduz-se uma passagem da obra de Braz da Costa Rubim[102], publicada no Rio de Janeiro em 1861. Logo após reprodução documental da Carta de Doação da Capitania feita por Dom João &c. a Vasco Fernandes Coutinho, esse intelectual nascido em Vitória reporta-se a uma possível história da Província do Espírito Santo anterior a 1500.

> A historia d'esta provincia nos tempos anteriores ao do descobrimento do Brasil está [...] envolvida em espessas trevas; algumas fabulas, algumas tradições talvez com a mesma origem, é tudo o que se sabe. Os índios que a habitavam entranhados nas

[99] Inicialmente, faz-se uma sumária abordagem sobre as origens do Espírito Santo a partir do imaginário em torno do território, isto é, do "lugar" de seu povo de antes e de depois do descobrimento de 1500. Em seguida, levantam-se questões sobre a lógica do Espírito Santo provincial no cenário político, econômico, religioso e social dentro do contexto do Brasil Império. Assim, o termo "lugar" é utilizado para situar o Espírito Santo no cenário geopolítico nacional ao longo da administração de seus Presidentes provinciais, sobretudo daqueles da segunda metade do século XIX. Destaca-se o descaso do poder central em relação ao desenvolvimento econômico e sua postura em relação ao sistema escravocrata operante na província.

[100] Para facilitar o acesso a material acadêmico que viabilize compreensão prática sobre a utilização do imaginário em História, recomenda-se o trabalho de Espig (2004) sobre O Conceito de Imaginário. "Muitos são os autores que vêm se preocupando com o debate sobre imaginário. A necessidade de dotar o termo de um conceito claro e operacional levou os historiadores a apropriarem-se das pesquisas e reflexões de outras disciplinas, tais como a filosofia e a antropologia" (ESPIG, 2004, p. 50). Para estudos acurados sobre o imaginário no século XIX, a Meta-História pode ensejar uma "[...] análise da estrutura profunda da imaginação histórica [...]" (WHITE, 2008, p. 11). Outra importante referência é o texto de Evelyne Patlagean, "A história do imaginário", constante do livro "A história nova", de Jacques Le Goff (Org.). São Paulo: Martins Fonte, 1998.

[101] Por oportuno, lembra-se que as tradições sobre o descobrimento do Brasil feito por Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, não são hoje tão rígidas quanto em meados do século XX, por exemplo. Especialistas em História de Portugal e História do Brasil apontam para um denominador comum, qual seja: o "descobrimento" do Brasil não foi acidental, mas o resultado de uma tática política à época das Grandes Navegações. Na verdade, o descobrimento foi uma posse daquilo que o governo de Portugal já sabia e decidiu oficializar por meio da tomada de terras cujos donos eram povos a quem se deram o nome de índios. "A posse oficial da terra brasileira fechou com chave de ouro o grande século das navegações portuguesas" (TUFANO, 1999, p. 20).

[102] Braz da Costa Rubim (1817-1871) foi filho de Francisco Alberto Rubim [da Fonseca e Sá Pereira]. Este governou o Espírito Santo já no fim do período colonial, entre os anos de 1812 a 1819. O primeiro, nascido capixaba; o segundo, nascido em Lisboa, dizia-se ser capixaba (NOVAES, ca. 1968; ROCHA, 1977).

> matas que cobriam todo o paiz, separados de todas as nações civilisadas, nada nos transmittiram da historia dos seus antepassados (RUBIM, 1861, p. 28).

Fica expresso que o autor reconhece, ainda que de modo sumário, uma "[...] história d'esta província [...]" dos tempos pré-coloniais. É inusitada essa preocupação com a memória de povos pré-cabralianos, ou seja, dos habitantes nativos locais de tempos anteriores a 1500[103]. Igualmente, no que concerne às origens do Espírito Santo após o descobrimento do Brasil, ele imprime suas anotações quando a questão está relacionada às notícias sobre a "capitania" depois de sua posse oficial[104]. "Tambem entre as noticias que nos deixaram os commissionados do rei de Portugal, [...] das viagens emprehendidas após o descobrimento do Brasil com o designio de o observar mais largamente, [...] nenhuma se encontra de ter sido explorada esta capitania" (RUBIM, 1861, p. 28). Observe-se que o termo "também" pontuado pelo autor é utilizado para reforçar incertezas sobre uma história desse "lugar" anterior e ulterior ao descobrimento. Se assim ocorreu, o Espírito Santo continuou sendo uma terra ignota mesmo depois do apossamento de seu território por Vasco Fernandes Coutinho[105]. Não

[103] Entre os estudiosos preocupados com uma História do Espírito Santo antes do descobrimento, em fins do século XX Tallon (1999) publicou uma obra na qual incluiu um capítulo sumário sobre "Os primeiros habitantes do Espírito Santo". Esse autor afirma que "O Espírito Santo começou a ser ocupado por volta de 9000 a. C. [...] Quando os lusitanos [aqui] chegaram [...], achava-se a região povoada pelos tupinikins, aimorés, temiminós e puris" (TALLON, 1999, p. 23). Essa denominação de "Espírito Santo" de milênios antes do descobrimento fazia parte do imaginário dos portugueses dos tempos coloniais e de brasileiros e capixabas do Brasil Império. A região de antes de 1535 não tinha, portanto, o nome de Espírito Santo. Este só viria a ter essa denominação quando Vasco Fernandes Coutinho se apossou da aludia região em 23 de maio de 1535.

[104] Rubim (1861) reconhece o dia de domingo de 1535 como data de apossamento da capitania: "Com demorada viagem, no domingo do Espirito Santo, 35 annos depois que Pedro Alvares Cabral descobriu a terra da Vera Cruz, aferrou [Vasco Fernandes Coutinho] no maior porto da sua Capitania" (RUBIM, 1961, p. 41). Por outro lado, nas "Memórias" de seu pai Francisco Alberto Rubim, escritas à mão em 1818 e publicadas em 1840, a data da posse do Espírito Santo por seu donatário Vasco Fernandes Coutinho não condiz com o ano de 1535, segundo notação seguinte: "[...] Vasco Fernandes Coutinho [...] Passou de Portugal, e abordou a esta [capitania] no domingo do Espírito Santo do anno de 1525, por motivo do dia assim denominou [...]" (RUBIM, 1840, p. 5).

[105] Em seus "Estudos sobre a descoberta da província", originalmente publicado em 1879, Daemon (2010) afirma que ela se deu no ano de 1504. "Neste ano [1504] do dia 4 a 8 de julho foi descoberta a província do Espírito Santo pelo hábil e destemido navegante Cristóvão Jaques" (DAEMON, 2010, p. 103). As controvérsias sobre as primeiras visitas de europeus feitas ao litoral do que viria a ser o Espírito Santo são muitas. Na sequência, esse mesmo autor faz referência ao ano de 1508 como tendo sido as costas do Espírito Santo visitadas pelos navegantes Vicente Yáñez Pinzón e João Dias de Solis. Em fins de 1526, o mesmo Cristóvão Jaques, durante uma longa viagem feita pelas costas do Brasil, teria tocado "[...] necessariamente nesta província em algumas paragens" (DAEMON, 2010, p. 105). É curioso que o nome "Espírito Santo" foi utilizado por Daemon (2010) antes da chegada do donatário Vasco Fernandes Coutinho em 23 de maio de 1535. Era domingo e nessa data a Igreja celebrava o dia do Espírito Santo. Esse nome foi dado às terras naquele domingo, ou seja, no dia de seu apossamento. E esse mesmo autor postula o seguinte: "1535. Chega a 23 de maio deste ano à barra desta capital, tomando por ponto marítimo o pico do Mestre Árvaro, o donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho [...]" (DAEMON, 2010, P. 107). Mais adiante, na página 110, o autor justifica o nome do "Espírito Santo" dado às terras que passaram a ser do donatário mencionado acima. Em geral, os estudiosos do Espírito Santo levam em conta a data de 23 de maio de 1535 como tendo sido o dia do "batismo" do Espírito Santo. De Vasconcellos (1858) a Rubim (1861), Marques (1878), Penna (1878), Pereira (1914), Freire (1945), Oliveira (1951) e Novaes (ca. 1968), por exemplo, todos consideram o mesmo 23 de maio de 1535. "Códice algum, ao que sabemos, permite afirmar, com segurança, quem primeiro contemplou a costa do atual estado do Espírito Santo; ou quando atingido, pela primeira vez, o litoral espírito-santense" (FREIRE, 2006, p. 37).

se conhecem os motivos reais que levaram Rubim (1861) a reportar-se a uma história de natureza umbrosa nem a ingressar em tempos fabulosos de antes do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500. Grosso modo, esse viés envolvendo o obscuro e o fabuloso permeia parte das memórias históricas e estatísticas desse autor, abrangendo um longo período que vai de 1534 a 1824[106]. Nesse esforço para dar conta de uma história do Espírito Santo, desde suas origens até o período de transição de capitania para província, Rubim (1861) elaborou um texto linear, ao mesmo tempo em que reconhece conter seu trabalho descontinuidades e algumas lacunas. Ao reproduzir notória quantidade de documentos do Brasil colonial, o autor reforça o caráter repetitivo no conteúdo de uma história lenta, o que é próprio da longa duração (BRAUDEL, 1992). Seu discurso é memorialista, laudatório, de inspiração nas memórias estatísticas das décadas de 1820, 1830 e 1850, como se verá adiante. O autor permite-se repisar e preconizar a história do imaginário da capitania (e ou da província, conforme é também mencionada por ele) ao longo de cerca de 290 anos de sua existência − período de 1534 a 1824; reimpressa seu passado ao mesmo tempo fabuloso e coberto de trevas; reforça a existência de um lugar habitado por índios distribuídos pelas selvas que cobriam "todo o paiz". É, pois, nesse cenário de grandeza paradisíaca e selvagem (os índios se encontravam sem as luzes da razão civilizadora) que o Espírito Santo desponta com ambiguidade em relação a suas origens beirando o lendário[107]. Ressalta-se ainda que na obra de Rubim (1861) é notória certa reverberação do discurso sobre imaginário, de caráter visionário e laudatório presente na carta de Pero Vaz de Caminha[108].

[106] Braz da Costa Rubim, antes de apresentar ao leitor suas memórias históricas propriamente ditas, elaborou uma introdução na qual fez uma exposição sistemática das partes (ou do que seriam os capítulos) que compõem seu trabalho. A obra está dividida em cinco partes a saber: "A primeira parte, 1534—1717 [...]; a segunda, 1718—1798 [...];a terceira 1799—1812 [...]; a quarta, 1812—1822 [...]; a quinta, 1822—1824, o governo provisorio; e terminámos com uma resenha do estado em que se achava a capitania em relação â sua população, commercio, e industria" (RUBIM, 1861, p. 3-4).

[107] Remete-se essa questão aos discursos de caráter auspiciosos, os quais estão relacionados ao problema das origens míticas, ou da "certidão de nascimento", de uma cidade, de um povo, de uma civilização. As origens de Roma, por exemplo, são míticas: "A fundação de Roma está rodeada de lendas [...]" (GRIMAL, 1984, P. 18). Também as origens de Portugal estão, até certa medida, envoltas nas brumas da mitologia. Basta citar "Os Lusíadas" de Luís Vaz de Camões, cuja própria existência só é conhecida parcialmente. Para exemplificar, faz-se menção ao seguinte: "Vou ocupar-me somente da presença de personagens homéricas n'*Os Lusíadas*. [...] Mas é Ulisses, sem dúvida, a personagem homérica mais longa e repetidamente aludida por Camões [...] acreditava Camões na fundação de Lisboa por Ulisses, a que alude várias vezes" (PRIETRO, 2009, p.168 e 171). Faoro (2001), ao escrever sobre as origens de Portugal, destaca a "anacrônica arrogância" de um escritor anônimo do século XVII, nos seguintes termos: "[...] é tão guerreiro, que nasceu com a espada na mão, armas lhe deram o primeiro berço, com as armas cresceu, delas vive, e vestido delas, como bom cavaleiro, há de ir para a cova no dia do juízo [...]" (FAORO, 2001, p. 17).

[108] Costuma-se mencionar a carta de Pero Vaz de Caminha como "certidão de nascimento" do Brasil. Ela foi o primeiro documento escrito sobre terras paradisíacas habitadas por gente "inocente" de antes do descobrimento. Essa gente foi observada com riqueza de detalhes: "Andam nus, sem nenhuma cobertura. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas, e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto" (A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, 1999, p. 31). Em relação às terras, das quais logo se apoderaram

Cerca de quatro anos antes de Rubim (1861) trazer a público sua obra memorialista e estatística, José Marcellino Pereira de Vasconcellos (1858) publicou em Victoria um ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo. Esse autor construiu sua narrativa a partir do descobrimento de 1500 − em um dia que não foi o 22 de abril[109]. Porém, ele não se delonga tanto em sua narrativa sobre o tempo pré-provincial. Em outras palavras: todo o período colonial está contido numa exposição introdutória ao seu ensaio. Em Vasconcellos (1858), o que realmente está sendo enfocado é o Espírito Santo do século XIX − de 1800 até 1858. Esse período de quase sessenta anos comporta considerável quantidade de dados estatísticos sobre questões de ordem que vão desde a cronologia, geografia, paisagens, política, economia, religião, jurisprudência; sobre seus habitantes, vilas e cidades, censo, etc. É também notável a reprodução de grande quantidade de documentos régios dos tempos coloniais e monárquicos. O discurso de Vasconcellos (1858), a exemplo do de Rubim (1861), está forjado nos moldes de manuscritos produzidos sobre o Espírito Santo nas décadas de 1820 e 1830[110]. O tom laudatório e a preocupação com a retórica estão particularmente impressos no que se depreende serem próprios da contemporaneidade desses autores[111]. No início da apresentação de seu ensaio, o imaginário em torno de terras ricas e belas de antes de 1500, as quais eram habitadas por um povo selvagem e "gentio", é abordado de modo um pouco diferenciado daquele utilizado explicitamente por Rubim (1861). A ideologia do homem branco e superior, civilizado e civilizador, reforça o *status* do homem europeu no que

Cabral e sua tripulação, é notório o interesse político-econômico dos portugueses, pois é "[...] a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia [...], muito chã e formosa. [...] a terra em si é de muito bons ares, frios e temperados [...]" (Idem, 1999, p. 60). O paraíso, muito verde, cheio de praias e de bons ares temperados, antecipa o imaginário sobre a tropicalização e, de certo modo, a índole do povo que viria a habitar por cerca de três séculos as terras costeiras do Espírito Santo pré-republicano.

[109] Memórias estatísticos (e datas comemorativas, etc.) não são de todo confiáveis em documentos ou em fontes que foram produzidas no ou sobre o Espírito Santo oitocentista. Certamente, havia muitas dificuldades ao longo do processo na coleta de dados que esses estudiosos enfrentavam para produzir suas narrativas, seus ensaios, memórias, estatísticas, etc. Contudo, em se tratando de uma data marcante e tão debatida como a de 22 de abril de 1500, fica a reflexão sobre os motivos que levaram esse autor a escrever o seguinte: "[...] Pedro Alvares Cabral, sahindo doTéjo com trese embarcações para assegurar o commercio de seu paiz com a Índia, aferrára em Porto Seguro em 26 de abril de 1500 [...]" (VASCONCELLOS, 1858, p. 7).

[110] Como exemplo, reporta-se a dois manuscritos: a) O primeiro, produzido por Francisco Alberto Rubim, data de 1818. Antes de sua publicação em Lisboa de 1840, muitos intelectuais locais (e nacionais) tiveram acesso a esse documento sobre o Espírito Santo de fins do período colonial; b) O segundo, da autoria de Ignacio Aciolli de Vasconcellos, foi produzido em 1828 e muitos intelectuais locais (e nacionais) também tiveram acesso ao documento sobre o Espírito Santo do início do período provincial, mesmo antes de sua publicação tardia em Vitória de 1978. Esses manuscritos, entre outros documentos tais como os Relatórios e Falas de Presidentes de Província, exerceram influência sobre o ensaio de Vasconcellos (1858) e sobre as memórias estatísticas de Rubim (1861). Consideram-se esses dois manuscritos de 1818 e 1828, juntamente com o ensaio de Vasconcellos (1858), as memórias estatísticas de Rubim (1861), entre outros, como sendo importantes para o surgimento de uma historiografia memorialista e estatística no Espírito Santo oitocentista.

[111] Braz da Costa Rubim (1817-1871) e José Marcellino Pereira de Vasconcellos (1821-1874) foram intelectuais Espírito-Santenses contemporâneos que se preocuparam com a memória e a história estatística de sua província. O primeiro, escreveu sobre o período colonial e o segundo, sobre o período provincial. Ambos se preocuparam com o *status* e com o "lugar" geopolítico que sua terra ocupou no contexto do Brasil colonial e imperial.

diz respeito à sua primazia e poder sobre quaisquer gentios (fossem eles índios ou negros). Daí o "direito" de conquistar, tomar e destruir o que era "desigual" ou diferente da cultura europeia (TODOROV, 1996). O Criador teria dado ao homem branco todo o direito de posse dessas terras, pois assim elas passariam a ser um "lugar" se conquistadas por aquele que pensa racionalmente. Esse ideal com ares de iluminismo tropical − o *fiat lux* europeu − encabeça o pensamento de Marcellino (1858) sobre o torrão e seu "lugar" na civilização. Confira-se:

> Chegada era a epocha, em que o providente Autor da natureza tinha disposto, que fossem patentes e manifestas a homens *racionaes* as riquezas, que se achavâo occultas na terra do *Brasil*: — chegada era a epocha, em que um novo—*fiat lux*—ia descortinar aos olhos de Portugal, e mesmo do mundo inteiro, as bellezas que se escondião como debaixo de um tenebroso cahos, e que se encerravão em tão abençoado torrão [...] (VASCONCELLOS, 1858, p. 7).

Ao analisarem-se essas duas obras de intelectuais locais, publicadas no início da segunda metade do século XIX, evidencia-se uma história do Espírito Santo que transcorreu em um ritmo bastante lento, marcada por retornos memoriais e estatísticos insistentes, como se os mesmos eventos conjunturais do longo tempo dos donatários, respeitados certos limites, permanecessem inalterados na década de 1860. Não apenas na introdução, mas também em outras instâncias do ensaio de Vasconcellos (1858) depara-se com um discurso de tons épicos sobre as terras faustosas e belas destinadas à conquista do homem branco e pensador segundo o modelo europeu. O *fiat lux* é uma oportuna referência feita ao Iluminismo do século XVIII. Ao que parece, o autor não considerava o povo do Espírito Santo de fins de 1860 como sendo de todo gente civilizada. Nesse sentido, o pensamento de Rubim (1861) sobre um imaginário pautado em tempos fabulosos e de obscurantismo, antes do descobrimento e depois dele, não difere muito do de seu antecessor. Assim, esses dois autores oitocentistas, que pensaram as origens do Espírito Santo, passaram a preocupar-se com um "lugar" a ser ocupado pela Província dentro de um contexto em conformidade com aquele ideal de terra cheia de riquezas e belezas[112]. Noutras palavras: era chegado tempo de o Espírito Santo ter o seu lugar de destaque aos olhos das elites do Brasil imperial e também aos olhos da "pequena elite"[113]

[112] O pensamento desses dois autores contraria, em certa media, as narrativas sobre o Espírito Santo produzidas na segunda metade do século XX. Como exemplo, cita-se o livro "História do Estado do Espírito Santo", vindo a público em 1951, escrito pelo mineiro advogado e jornalista José Teixeira de Oliveira (1913-2004).

[113] A frase "pequena elite" está sendo aqui utilizada como paráfrase feita a passagens da introdução do manuscrito de Ignacio Accioli de Vasconcellos, produzido em 1828, no qual ele faz referência à necessidade de pessoas inteligentes, ou melhor, de intelectuais no âmbito do Poder Legislativo em todas as localidades da província, incluindo a Capital − Victoria. Essas observações sobre uma província povoada por um povo em estado miserável seriam pontuadas por outros Presidentes de Província, tanto anteriores quanto posteriores a 1858 −, ano de publicação do ensaio de José Marcellino Pereira de Vasconcellos, provavelmente filho daquele

local, torrão onde nasceram os dois autores supramencionados. Nesta instância, vale o registro de algumas peculiaridades da conjuntura política e socioeconômica local: a) Em 1858, o Espírito Santo era considerado ainda uma província "despovoada"; b) O grosso de sua população estava dispersa numa lâmina de praia com poucas cidades e vilas[114] entre a Barra de São Mateus ao norte e Itapemirim ao sul; c) A Província era eminentemente escravocrata: sua economia de natureza essencialmente agrícola tinha como fator básico operacional a mão-de-obra escrava. É imperioso lembrar que o ensaio de Vasconcellos (1858) foi produzido no cerne de uma conjuntura político-econômica crucial para o Brasil da década de 1850. A Lei Eusébio de Queirós fora sancionada em 4 de setembro de 1850, o que em tese determinava o fim definitivo do tráfico de africanos para o Brasil. Contudo, essa realidade só viria a tornar-se concreta de fato às custas de uma rigorosa vigilância levada a termo pelas autoridades brasileiras, que, por sua vez, passaram a ser mais pressionadas pelas autoridade antiescravistas inglesas, num processo que se prolongaria até fins da década de 1850 (RODRIGUES, 2000). No caso específico do Espírito Santo[115], essa relutância por parte de traficantes ainda envolvidos com o negócio lucrativo de compra e venda de africanos contribuiria para seu prolongamento em pontos estratégicos do norte e do sul da província, tendo-se estendido também até fins da referida década (ALAMADA, 1984). É curioso que em meio a um cenário de crises conjunturais no Brasil da segunda metade do século XIX, com preponderância na política e economia nacional, Vasconcellos (1858) não tenha escrito algo sobre o problema da escravidão no Brasil ou no Espírito Santo. Esse autor fez levantamento incompleto de dados relativos à população escrava de cidades e vilas da Província no período que compreende o ano de 1818 a 1856. Como exemplo: ele fez um levantamento de dados sobre as populações livre e escrava do município da Victoria − à página 133. Os anos base são os seguintes: 1818, 1827, 1833, 1839, 1843 e 1856. Nos quatro primeiros anos, nada há especificando o número de livres nem de escravos em Victoria, mas somente os totais populacionais nos anos de 1818, 1827, 1833 e 1839 no município. Finalmente, apenas para os anos de 1843 e de 1856 há dados sobre uma população livre e uma população escrava. Em 1843, a população livre era 7.310 e o

Ignacio Accioli de Vasconcellos (que foi o primeiro administrador local). Sobre este, há uma boa quantidade de registros acerca de sua administração provincial neste capítulo.

[114] Vale ressaltar que essa lâmina de praia pouco povoada era mencionada nos Relatórios de Presidentes. Em 1861, Antonio Alves de Souza Carvalho, ao passar o governo local para o primeiro Vice-Presidente João da Costa Lima e Castro, fez questão de registrar e de atualizar as dimensões do território espírito-santense, como segue: "Esta provincia tem 69 legoas de costa marítima e 18 1/2 termo medio, em linha recta, desde o occeano até seos limites com Minas Geraes. Dahi se vê que todos os seus terrenos ficão situados em proximidade do mar [...] Não obstante, em geral, ella apenas apresenta povoada uma estreira ourela de terra estendida ao longo do mar [...]" (RELATÓRIO, 11 de março de 1861a, p. 9).

[115] Questões relacionadas a práticas do tráfico de africanos ao longo da década de 1850, em pontos estratégicos nas costas do Espírito Santo, serão abordadas na continuidade deste capítulo.

número de escravos era 3.301 − total populacional: 10.611 almas; e em 1856, o número de livres era 13.164 e a população escravos era 3.807 − total populacional: 16.971 almas. Ao que sugere, a população livre era constituída de brancos, índios e alforriados.

Ao empreender-se essa rápida análise enfocando o ensaio de Vasconcellos (1858) sobre mais uma história estatística do Espírito Santo, compreendendo o período de 1823 a 1858, quer-se evidenciar preocupações do autor com o desenvolvimento político e econômico de seu torrão natal e enfatizar as práticas metodológicas utilizadas pelos intelectuais daquela época, as quais tinham como embasamento um discurso memorialista, repetitivo, estatístico, documental e laudatório. Quer-se notificar ainda que essas mesmas práticas foram utilizadas sobejamente pelos Presidentes, em suas Falas e Relatórios, durante todo o período provincial. Quanto às memórias históricas de Rubim (1861), afirma-se que existe uma preocupação com o "lugar" da Capitania no contexto político e econômico do Império Português. No que diz respeito às suas práticas metodológicas, elas não diferem das utilizadas por Vasconcellos (1858), ainda que suas memórias estatísticas privilegiem todo o período colonial e estendam-se ao curto tempo do "governo provisório" − de 1822 a 1824, período que compreendeu a transição política do Brasil colonial para o Brasil Império. Essas duas obras de início da segunda metade do Dezenove podem ser consideradas como protótipos de certa maturidade historiográfica[116] no Espírito Santo oitocentista. Isso ocorreu numa Era em que estudiosos dedicados à produção de memórias documentais, preponderantemente quantitativas e mesmo enciclopédicas, eram expressivamente poucos. Tratava-se, por assim dizer, de uma história memorial que abrangia uma longa duração e a qual em Rubim (1861) se estendeu desde os tempos pré-cabralianos até 1861. Contribuiria inevitavelmente para a construção de uma história lenta em seu decurso, impregnada de lacunas, anacronismos, entre outros problemas que nalgumas situações dificultam o trabalho do pesquisador nos dias atuais. A longa duração é "[...] uma história quase imóvel; [...] uma história lenta no seu transcorrer [...] feita com frequência de retornos insistentes, de ciclos incessantemente recomeçados" (BRAUDEL, 1992, p. 13-14). Daí a recorrência frequente por parte desses autores oitocentistas locais, no

[116] Podem ser consideradas como sendo parte dessa maturidade historiográfica, produzida pela elite intelectual do Espírito Santo da segunda metade do século XIX, as obras de outros estudiosos, tais como as de Marques (1878), Penna (1878), Daemon (1879) e Siqueira (1885). Dentre esses estudiosos, os três primeiros produziram obras fundamentadas nos mesmos moldes metodológicos e textuais de Vasconcellos (1858) e de Rubim (1861). Já no que concerne à obra de Siqueira (1885), ela resulta de um conjunto de crônicas históricas sobre usos e costumes envolvendo tradições políticas e religiosas dos habitantes de Vitória ao longo de 50 anos do século XIX. A despeito do título dado a essa obra − "Memórias do Passado" −, nela ocorreu um rompimento em relação às metodologias cronológicas dos escritos sobre memórias estatísticas, enciclopédicas e laudatórias dos outros autores. Pode-se afirmar que na obra de Siqueira (1885) o "lugar" da Província do Espírito Santo tem tons diferenciados daqueles coloridos pelos intelectuais locais anteriores ao ano 1885.

início da segunda metade do Dezenove, aos mesmos documentos, reproduzidos por eles com insistência e de modo acrítico. Isso justifica, até certo ponto, a permanência do imaginário sobre a indolência e falta de cultura dos habitantes esparsos vivendo ao longo do litoral. Esses hábitos teriam sido herdados do longo período colonial de quase três séculos de duração e foram transportados para os tempos do Espírito Santo do século XIX. Como exemplo, faz-se menção ao conteúdo dos discursos lacunares impressos nos Relatórios e Falas de Presidentes do período provincial: esses documentos corroboram essa continuidade do caráter indolente de um povo considerado "inculto", contribuindo para a manutenção da tradição memorialista, estatística, repetitiva e laudatória. No início daquele mesmo ano de 1861, o Presidente Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho, ao passar seu resumido Relatório para a administração sucessora, fez uma breve avaliação sobre o estado de civilização local, nos seguintes termos: "É notável que tão próximo à um centro commercial agricola e politico, como o Rio de Janeiro, exista uma provincia maritima tão despovoada e inculta como a do Espirito Santo, sendo aliás dotada de varios portos de mar e vias fluviais, entre as quais se conta o Rio Doce" (RELATÓRIO, 11 de março de 1861, p. 9). O conteúdo dessa passagem discursiva reforça o caráter da indolência de um povo ainda não civilizado segundo o modelo europeu de cultura, ao mesmo tempo em que incrementa o imaginário sobre terras fabulosas, dotadas de uma natureza pródiga, mas muito pouco explorada pelos habitantes locais. Essa passagem do Relatório datado de 11 de março de 1861 contradiz, consideradas as devidas limitações, as percepções progressistas de Francisco Alberto Rubim, que governou a Capitania do Espírito Santo entre 1812 e 1819. Adiante, levantam-se algumas questões sobre esse assunto.

Quando o primeiro Presidente da Província Ignacio Accioli de Vasconcellos escreveu a sua "Memoria Statystica" em 1828 − o que se considera ter sido também o primeiro Relatório da Província do Espírito Santo −, em todos os seus vinte e seis tópicos encontram-se alusões claras feitas à índole de um povo pacífico, pescador, iletrado, indolente, hospitaleiro, artesão, etc. morando numa estreita linha de terra limitada a oeste por montanhas, selvas fechadas e habitadas por selvagens; e a leste por um mar sem fim. Era um povo quase sem história, quase vivendo nas trevas, conforme transcrição seguinte: "A Historia da Provincia hé mui obscura, não só pela propria indolencia dos Habitantes como por ter-se accidentalmente queimado em 1794 a Biblioteca dos extinctos Jezuitas [...]" (VASCONCELLOS, 1978, p. 58-59). Este é o exemplo de uma historiografia exequível sobre o povo "Espírito-Santense" nos primórdios do período provincial. Até certo ponto, o trabalho manuscrito de Ignacio Accioli de Vasconcellos seria tomado como inspiração por intelectuais como José Marcellino Pereira de Vasconcellos, em 1858, e por Braz da Costa Rubim, em 1861. Contrariando o conteúdo do

excerto retirado do Relatório de 11 de março de 1861 mencionado acima, Vasconcellos (1858) e Rubim (1861) rascunhariam a "cara" do povo Espírito-Santense, contribuindo para que futuros intelectuais oitocentistas − Marques (1878), Penna (1878), Daemon (1879) e Siqueira (1885) − fossem despertados por interesses voltados para estudos sobre a formação da identidade política, econômica, sociocultural e religiosa do povo da Província. Siqueira (1885) foi um exemplo de observador interessado em saber e historiar os usos e costumes (sem ficar alheio a questões de ordem política, econômica, étnica e religiosa) do povo de Vitória. Assim, em 1885[117], questões para as quais Vasconcellos (1858) e Rubim (1861) buscaram respostas seriam amalgamadas e resumidas do seguinte modo:

> Fidalgos portugueses, a quem coube em partilha a província pelos serviços prestados em antigas conquistas de Málaca, de Diu e do Ceilão, empórios do comércio ávido de Portugal, cheios de prejuízos e preconceitos de raça, ditaram-nos os seus costumes, e estatuíram entre nós os jogos e espetáculos de sua vida pública e familiar. Brasileiros e portugueses, ligados pelos laços de sangue, sociedade e família, como os albanos e os romanos, deviam insinuar e trocar entre si essa íntima familiaridade que coloriu o quadro que vamos descrever, aos traços de nossas grosseiras cores. Sentimos que não seja nossa palheta variada e que a tela não possua a firmeza e finura para fazê-los bem sobressair (SIQUEIRA, 1999, p. 41-42).

O excerto acima é parte do artigo número 1, ou melhor, do artigo de abertura da obra de Siqueira, originalmente vinda a público no Espírito Santo de fins do período provincial. Ao formular uma metáfora sobre o colorido do quadro que ele vai pintar[118], o autor refere-se às cores da política, economia, cultura e dos costumes da realeza e da nobreza europeias e, de modo particular, às cores da realeza e da nobreza de Portugal, em contraste com as cores berrantes do quadro tropical das culturas e costumes locais dos indígenas e negros e de sua mestiçagem entre si e com os brancos europeus que até 1885 aqui aportaram. O autor parece satirizar, a ferro e fogo, a "cara" de seu povo. Na verdade, ele reproduz os tons da realidade local em circunstâncias muito peculiares: "Fidalgos e plebeus, ricos e pobres, vilões[119] e campônios, senhores e escravos, militares e paisanos, e até os sacerdotes, cotizavam-se entre si, reunindo-os um só pensamento, para festejar as solenidades da pátria, que se associava, com justa razão, aos sentimentos nacionais" (SIQUEIRA, 1999, p. 42).

Nesta instância, retomam-se os comentários iniciados mais acima sobre "Memoria Statystica" da Província do Espírito Santo, escrita à mão em 1828 pelo primeiro Presidente

[117] Em 1885, o Padre Francisco Antunes de Sequeira, sem revelar seu nome, publicou crônicas no jornal local "A Província do Espírito Santo". Em 1999 essas crônicas seriam compiladas e publicados na modalidade de livro.
[118] O quadro a ser pintado e ao qual Siqueira (1999) se refere é o conjunto de seus 31 artigos seguintes, que ele produziu ao escrever suas memórias sobre a sociedade de Vitória durante 50 anos do século XIX.
[119] Neste contexto, o termo "vilões" refere-se aos moradores da Vila de Vitória.

Ignacio Accioli de Vasconcellos. Quer-se reforçar a hipótese segundo a qual esse manuscrito teria se tornado em matriz a partir da qual os Presidentes pósteros ao primeiro passaram a elaborar seus Relatórios anuais ou ao final de sua administração. Mesmo com o passar lento daqueles tempos, esses documentos seriam aperfeiçoados em compasso com as mudanças conjunturais do Poder Central, ao longo do século XIX, ou seja: além de serem mantidos os velhos elementos repetitivos, como a reprodução de documentos, os Relatórios foram sendo acrescidos de mais dados estatísticos sobre praticamente os mesmos assuntos. O discurso retórico também não mudaria: o tom memorial, moralista e laudatório, por exemplo, em quase nada seria alterado. O pesquisador atento encontrará nas entrelinhas desse discurso fortes evidências das manobras relacionais do Poder Central com o Poder Local nos âmbitos da política, economia e do Regime de Padroado[120] (CARVALHO, 2003; SKIDMORE, 1989). Entretanto, não se devem ignorar peculiaridades como as que caracterizaram diferenças superficiais nos formatos de repetência de quesitos relacionados a "Família Imperial", "Tranquilidade Pública" *versus* "Segurança Individual e de Propriedade", entre muitos outros. Deve-se ter em mente que a confecção material desses Relatórios sofreram algumas mudanças ao longo do processo de administração da Província. Somente em 1849, com a instalação e inauguração da primeira tipografia local, Relatórios e Falas de Presidentes deixaram de ser confeccionados à mão (alguns poucos foram impressos no Rio de Janeiro) e passaram a ser produzidos quando da inauguração da imprensa de Victoria, a denominada Typographia Capitaniense[121]. A implantação e operação funcional dessa importante tecnologia seria motivo de comemoração e celebrações pelos políticos, intelectuais e elites locais. A imprensa viria a contribuir para concretizar as preconizações daqueles filhos ilustrados preocupados com o *status* e ou com as representações sobre o "lugar" da Província perante e Poder Central e em face das outras províncias que em seu conjunto formavam o Império.

[120] As origens do Regime de Padroado remontam à Idade Média. "[...] a Igreja instituía um indivíduo ou instituição como padroeiro de certo território, a fim de que ali fosse promovida a manutenção e propagação da fé cristã. Em troca, o padroeiro recebia privilégios, como a coleta dos dízimos e a prerrogativa de indicar religiosos para o exercício das funções eclesiásticas. [...] apesar de suas intenções iniciais, o padroado tendeu a servir, sobretudo, de instrumento para subordinar os interesses da Igreja aos da Coroa. [...] Em Portugal [da] segunda metade do século XVIII, embora a Coroa tenha valorizado o clero secular, essa política sujeitou crescentemente os sacerdotes à condição de autênticos funcionários da monarquia. [...] No Brasil, a situação não se alterou com a independência, pois o padroado foi mantido até a proclamação da República, em 1889 (VAINFAS, 2001, p. 466-467). Para os interessados em conhecer mais sobre o Regime de Padroado, recomenda-se a obra de Kuhnen (2005), a qual é toda dedicada às origens da Igreja no Brasil e trata da implantação do aludido regime ainda na primeira metade do século XVI, isto é, de 1500 a 1552. Outro estudo importante para se conhecer a militância da Igreja e sua expansão por meio do regime de padroado português no Brasil é o de Boxer (2007).

[121] No Relatório do Presidente Antonio Pereira Pinto − ano de 1849 − consta o quesito Typographia, onde se lê o seguinte: "A assembléa provincial acertadamente pensando nos inconvenientes da falta de uma typographia, e nos incalculaveis damnos, que à provincia tem vindo de não existir n'ella esse meio poderoso de civilisação, autorisou à presidencia com designada quantia para engajar essa empresa" (RELATÓRIO, 1849, p. 37-38).

> A imprensa fará bem conhecida esta provincia, seus recursos, suas riquezas, tantos rios navegaveis, que ella encerra, tantos elementos de prosperidade com que conta, despertará assim talvez à ambição de novos povoadores, e a elevará ao lugar, que lhe compete na lista das de mais provincias do Brasil. Será esta mais uma victoria conseguida pelo famoso invento de Guttemberg, e um dia me encherei de satisfação, quando relatar-se-me os resultados proveitosos, que se colhêo dessa instituição (RELATÓRIO, 1849, p. 38).

O conteúdo do excerto acima ilustra bem a retórica político-laudatória do Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, numa ocasião em que ele passava a Presidência da Província para o segundo vice-presidente Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Ora, logo nas duas primeiras linhas de seu Relatório, esse Presidente afirmou o seguinte: "Com quatro meses incompletos de administração, pouco poderei avançar às reflexões [...]" (RELATÓRIO, 1849, p. 5). Isso pressupõe que o Presidente em menção praticamente nada conhecera sobre os usos e os costumes do povo local, muito menos sobre a geografia da Província, para a qual ele previra um futuro ambíguo a partir de sua experiência de pouco mais de três meses. O fato mais notável durante sua breve "administração" foi a instauração da primeira tipografia local, que de acordo com sua previsão iria dar grande visibilidade às riquezas locais e "talvez" contribuísse para atrair a vinda de novos povoadores. A produção documental de sua administração inaugurou a fase dos Relatórios de Presidentes impressos na Província. Seu Relatório foi o primeiro impresso na Victoria de início de 1849[122].

Esta menção reflexiva feita ao curto período de administração do Presidente Antonio Pereira Pinto tem como objetivo comunicar, de modo sucinto, que o tempo de permanência dos Presidentes na Província do Espírito Santo variou muito quanto à duração: de anos para alguns meses apenas. O Presidente que mais tempo permaneceria na administração seria o primeiro: mesmo antes de ser indicado pelo Poder Central, ele já ocupava o cargo de Ouvidor local, conforme ponderações feitas adiante. Observando-se questões de ordem técnica, textual e estatística, por exemplo, nos documentos produzidos pelos presidentes e vice-presidentes, o pesquisador preocupado com seu trabalho consegue detectar uma série de denúncias em torno

[122] É importante notificar que na parte inferior da primeira capa do RELATÓRIO em apreço, consta o seguinte: Victoria, Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo − 1849. Curiosamente, na parte inferior da última página impressa (a página de número 42), está escrito o seguinte: "[...] Palácio do governo na cidade de Victoria, em 30 de novembro de 1848 [...] Antonio Pereira Pinto" (RELATÓRIO, 1849, p. 42). Essa informação comprova que o referido Presidente administrou a Província do Espírito Santo entre os meses de agosto e novembro do ano de 1848. Provavelmente, em 30 de novembro de 1848 seu Relatório ainda estava na modalidade de manuscrito e só viria a ser impresso em janeiro de 1849. Esse tipo de ocorrência não invalida a historiografia em discussão. Veyne (1983) denomina esse fenômeno de "Natureza lacunar da história, [para quem] um livro de história surge sob um aspecto muito diferente daquilo que parece ser; não trata do Império Romano, mas do que ainda podemos saber desse império [...]" (VEYNE, 1983, p. 28). Isso reforça o que já se pontuou e exemplificou neste capítulo sobre as lacunas, anacronismos, repetência, etc. encontrados nos livros, documentos em geral, etc. produzidos no Espírito Santo do século XIX.

de um sem número de problemas administrativos locais. Deve-se ter em mente que no cerne desses problemas mobilizavam-se interesses políticos, econômicos e religiosos, em acordo com o perfil de cada um desses atores em diferentes contextos locais (DERENZI, 1965; FAORO, 2001; CARVALHO, 2003). Elaborados em períodos de administração cuja duração variava conforme o perfil político-militar ou político-jurídico[123] daquele que era indicado pelo Poder Central para ocupar o cargo máximo da Província[124], os Relatórios e Falas de Presidentes apresentam-se como fontes que oferecem múltiplas perspectivas a partir da análise de suas narrativas (VEYNE, 1983). Assim, é possível perceber que a administração local era orquestrada por dinâmicas segundo o perfil que, delimitados os interesses do Estado, determinava o tempo de governo desses Presidentes, fossem eles nomeados ou substitutos. Contudo, essas dinâmicas não pressupunham o avanço de um progresso provincial local: elas eram mais resultantes do ritmo político da Corte. Se a Capitania fora pensada pela Metrópole portuguesa para servir como "barreira verde" protetora das riquezas auríferas de Minas Gerais durante o período colonial, essa ideologia política persistiria no período provincial: "Impedido de explorar seu próprio território, durante a fase colonial, o Espírito Santo [continuaria mantendo] toda sua orientação para o mar, praticamente única via de comunicação com as demais províncias do Império [...]" (BITTENCOURT, 1987, p. 76 e 80). Se o "lugar" político, econômico e social da Província não mudara daquele lugar geográfico, o pensamento sobre a "indolência" de seus habitantes, pacíficos e ordeiros por natureza, permaneceria o mesmo ao longo do século XIX. A identidade desses habitantes indolentes esteve atrelada à dinâmica de uma "dialética da ambiguidade"[125], isto é, às relações indiretas do corpo burocrático do Governo Central com representantes do povo local. Deduz-se que essa dialética de natureza ambígua advinha de antigas tradições burocráticas engendradas a partir das relações do Poder Central com administradores do Poder Local ou extensão deste, como no caso exemplar dos

[123] No livro de Basílio Carvalho Daemon, originalmente publicado em 1879, podem ser encontrados os perfis de carreira dos Presidentes da Província do Espírito Santo até o ano de 1879. Os civis ou com título de nobreza que ocuparam o cargo de presidentes foram a minoria; os militares corresponderam a números consideráveis; porém, foram os juristas bacharéis que representaram os números mais elevados. No livro de Amancio Pereira, publicado em 1914, pode ser encontrado um levantamento completo dos nomes e carreiras de presidentes e vice-presidentes da Província. Os bacharéis correspondem cerca de dois terços do total.

[124] Na administração da Província do Espírito Santo estiveram ocupando o cargo máximo muitos presidentes, que eram indicados pelo Poder Central, e vice-presidentes − neste caso, o cargo de substituto era ocupado por um "Espírito-Santense". Os dados sobre o número exato de presidentes e vice-presidentes que ocuparam o cargo máximo na Província do Espírito Santo variam bastante segundo perspectivas dos autores que se ocuparam de tal empreitada. Para ilustrar esses "desencontros", citam-se três autores: Pereira (1914) registra os números de 53 presidentes e 16 vice-presidentes, numa soma total de 69 administradores; Oliveira (1951) fornece um número total absoluto de 100 administradores, contando presidentes e vice-presidentes; Novaes (ca. 1968) dispensa os vice-presidentes e computa um número total de 56 presidentes.

[125] Expressão autoria de Guerreiro Ramos apud José Murilo de Carvalho. Ela é utilizada "[...] para caracterizar a dinâmica das relações entre burocracia imperial e os proprietários rurais" (CARVALHO, 2003, p. 417).

proprietários rurais. Sabendo-se que a economia do Brasil Império era essencialmente agrária e embasada na mão-de-obra escrava, esses proprietários e donos de diferentes segmentos da agricultura, eram escravocratas e como tal contribuiriam para que esse modelo de produção econômica permanecesse inalterável ao longo de todo período monárquico, como seja: de 1822 até 1889 (DERENZI, 1965; PINSKY, 1997).

Na sequência, inserem-se no contexto inicial deste capítulo alguns comentários sobre a obra do "[...] homem de Mar e Guerra [...] Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira [...]" (NOVAES, ca. 1968, p. 115), que governou o Espírito Santo no fim do período colonial; e, em seguida, retoma-se a discussão sobre a administração e obra manuscrita por Ignacio Accioli de Vasconcellos − o primeiro Presidente da Província do Espírito Santo. Tem-se como objetivo fazer um breve confronto das visões políticas desses dois atores históricos, dotados de pensamentos aparentemente contraditórios sobre o Espírito Santo de fins do Brasil dependente da Coroa portuguesa e início do Brasil independente e monárquico. Os termos "dependente" e "independente" aqui utilizados não são excludentes, isto é, não representam a dispensa de usos e costumes, nem de práticas político-econômicas, burocráticas, ou religiosas herdadas dos portugueses pelos brasileiros e exercidas no decurso do período monárquico. Historiografia relativa a esses assuntos pode ser encontrada e contribuir para dirimir dúvidas sobre as possibilidades dessa herança política, religiosa e sociocultural em um Brasil cuja sociedade foi sendo reinventada sem se desprender de suas raízes ibéricas. Como exemplo, faz-se referência a um tema histórico caro para o nascimento da nacionalidade e soberania brasileiras: a independência. "Tiradentes, o herói 'republicano', é um dos mitos fundadores da nacionalidade brasileira. No entanto, a independência da antiga colônia portuguesa efetivou-se sob a tutela de um príncipe que era herdeiro político do mesmo governo que condenara o futuro herói à forca" (SANTOS, 1999, p. 11). O conteúdo desta citação não está encerrado em si mesmo: pressupõe uma série de discussões em torno de probabilidades várias sobre a formação do povo brasileiro. Entre estas, Santos (1999) levanta a questão sobre se de fato a Independência do Brasil teria sido apenas um acidente no percurso do que ele denomina de "solução monárquica". Para o autor, tal fenômeno teria ocorrido em um momento no qual as circunstâncias conjunturais políticas eram excepcionais. Tal assunto continua sendo motivo de acaloradas reflexões nos dias atuais[126]. Assim, repensar, ainda que de modo abreviado, fatos

[126] Aos interessados em conhecer melhor sobre o que teria sido a denominada "solução monárquica", recomenda-se inicialmente o livro "A Monarquia no Brasil", de Estilaque Ferreira dos Santos. Esse autor construiu toda sua obra em torno dos fundamentos políticos que contribuíram para a ocorrência da "Independência" do Brasil. Outros autores também oferecem subsídios sobre o assunto. Obras como "Os Donos do Poder", de Raymundo Faoro; "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda; "Formação do Brasil

imbricados à administração de Rubim e de Vasconcellos no Espírito Santo de início do século XIX contribui para melhorar a compreensão de representações e de práticas políticas na Província da segunda metade dessa mesma centúria.

Isto posto, levanta-se a hipótese segundo a qual entre os pioneiros oitocentistas[127] que se interessariam por uma história memorialista e estatística do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim se anteciparia a seus pósteros. Foi ele quem, durante seu governo, preocupou-se com as memórias e dados estatísticos da Capitania[128] que governou de 1812 a 1819. Essas memórias deveriam servir de subsídio para uma futura produção historiográfica local. Dito de outro modo: Rubim (1840), que governou a Capitania do Espírito Santo por um período de cerca de oito anos, estaria preocupado com a memória da coletividade sob sua guarda. Seu trabalho, originalmente escrito à mão, foi por ele concluído em 1818 e vinte e dois anos depois, ou seja, em 1840, foi publicado em Lisboa. "Memórias para servir à história até ao anno de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo" se anteciparia, respeitados os devidos limites acadêmico-historiográficos da época, aos ensaios escritos por Jacques Le Goff denominados de "História e Memória"[129], publicados pela primeira vez em 1988. No caso específico de Rubim (1840), ao que sugere, as memórias do povo "Espírito-Santense" são o objeto precípuo das anotações do governador, pois ao publicar seu manuscrito ele não subscreveria seu nome, mas justificaria sua autoria recorrendo-se a um pseudônimo a

---

Contemporâneo", de Caio Prado Júnior; "A Independência Brasileira − Novas Dimensões", por Jurandir Malerba; "A Construção da Ordem", de José Murilo de Carvalho e "José Bonifácio e a Unidade Nacional", de Therezinha de Castro, são fundamentais.

[127] Além de Francisco Alberto Rubim, cita-se o nome de Ignacio Accioli de Vasconcellos, que ocupou o cargo de primeiro Presidente da Província do Espírito Santo, depois de findo o período da Junta do Governo Provisório, durante a transição de Capitania para Província do Espírito Santo. "O 1º presidente que teve a então provincia do Espírito Santo foi o bacharel Ignacio Accioli de Vasconcellos, nomeado aos 25 de Novembro de 1823 e empossado aos 24 de Fevereiro do anno seguinte [1824], cessando o governo da Junta Provisoria" (PEREIRA, 1914, p. 12). A administração do primeiro Presidente da Província do Espírito Santo prolongou-se de 1824 até fins de 1829. No ano anterior, ou seja, em 1828, por solicitação da Câmera dos Deputados da Corte imperial, o então Presidente produziu um manuscrito denominado de "Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo Escrita no Anno de 1828". Esse documento atenderia às exigências da Comissão de Statystica do nascente Império do Brasil que aos poucos se organizava politicamente.

[128] Há quem suscite dúvidas sobre a autoria das memórias e estatísticas atribuídas a esse governador. "Francisco Alberto Rubim, Oficial da Marinha, [...] Mandou escrever em 1816 uma descrição da capitania" (FREIRE, 2006, P. 227). Se assim ocorreu, deve-se também colocar em dúvidas a verdadeira autoria das "Memórias Estatísticas" atribuídas a Ignacio Aciolli de Vasconcello, que para atender às exigências da Comissão de Estatística em 1828, na recém instituída Corte do Rio de Janeiro, teve de fazer recorrência aos poucos elementos contribuintes locais e elaborar às pressas um manuscrito que tem seu nome como autor.

[129] Entre 1977 e 1982, Jacques Le Goff escreveu vários ensaios enfocando história e memória, os quais foram originalmente publicados em volumes diversos da Enciclopédia Einaudi. Esses escritos seriam reunidos na modalidade de livro e publicado pela primeira vez em 1988. Le Goff (1996) levanta problemas relativos a dois tipos de memória: a coletiva e a individual. A memória coletiva sobressai e é por ela que esse historiador envida seus esforços acadêmico-científicos. "[...] o presente ensaio [é] exclusivamente dedicado à memória tal como ela surge nas ciências humanas (fundamentalmente na história e na antropologia) e se [ocupa] mais da memória coletiva que das memórias individuais [...]" (LE GOFF, 1996, p. 423).

saber: "Hum Capixaba[130]". Contendo cerca de 32 páginas apenas, em "Memórias" de Hum Capixaba está concentrada uma grande quantidade e variedade de dados estatísticos, os quais giram em torno das origens do Espírito Santo, de sua pequena capital e vilas com suas populações. Registra que "Sua principal villa é a da Victoria, cabeça da comarca [...]" (RUBIM, 1840, p. 4). As preocupações daquele governo com questões de ordem militar, geopolítica, defensiva, econômica e progressista[131] incluíam o bem-estar de populações livres tanto de Victoria quanto de todas as freguesias e vilas que compunham a Capitania ao final do período colonial. O trabalho é objetivo e preciso em conformidade com os saberes de sua época. Rubim (1840) não deixou dúvidas de que ele estava consciente do atraso da Capitania: os indícios sobre sua preocupação em relação ao potencial dela e de seu povo apontam para o fato de que ele trabalhou em prol disso[132]. Pressupõe-se, pois, que esse governador de fins do Brasil colônia era sabedor da repercussão que seu opúsculo provocaria a seus pósteros. As memórias estatísticas manuscritas de Francisco Alberto Rubim operariam como aporte para preservar a história individual desse personagem, sobretudo a partir de sua publicação em 1840. Além do mais, "Teve no filho, o historiador espírito-santense Brás da Costa Rubim, quem relatasse tudo quanto fez em prol do Espírito Santo" (FREIRE, 2006, p. 227). AQUI

Dez anos depois − em 1828 −, outro pioneiro da historiografia oitocentista "Espírito-Santense" produziria também um manuscrito sobre a memória estatística do povo e de todo o território local sob seu comando ao longo do período de 1824 a 1829. Trata-se do primeiro Presidente da Província do Espírito Santo, qual seja: o brasileiro[133] e bacharel Ignacio Accioli de Vasconcellos, que escreveu à mão, no ano de 1828, suas memórias estatísticas da Província do Espírito Santo. Provavelmente, essas duas obras memorialistas e estatísticas[134] se

[130] Provavelmente, teria sido essa a primeira vez em que alguém teria se utilizado do termo "capixaba" para se referir àquele que era natural de Vitória − capital da Capitania do Espírito Santo à época.

[131] Os valiosos dados estatísticos sobre assuntos diversos de Francisco Alberto Rubim [da Fonseca e Sá Pereira] − levantados e produzidos na forma de memórias para servirem à história do Espírito Santo − seriam evidenciados, avaliados, comentados e reproduzidos por historiadores do século XX, a exemplo de José Teixeira de Oliveira (1851), Maria Stella de Novaes (ca. 1968) e Gabriel Bittencourt (1987).

[132] Rubim foi considerado um déspota por alguns estudiosos e um progressista pela maioria dos que se debruçam sobre seu governo. Francisco Alberto Rubim [da Fonseca e Sá Pereira] foi um empreendedor durante seu governo na Capitania do Espírito Santo, durante o longo período de 1812 a 1819.

[133] Em boa ocasião, registra-se o fato de que Francisco Alberto Rubim era militar de carreira, ou seja, pessoa de confiança no processo político-administrativo a serviço da Corte portuguesa no Brasil colonial.

[134] Importa saber que as memórias manuscritas de Rubim (1818) e as de Vasconcelos (1828) são distintas no que concerne à lógica político-administrativa de cada governante: enquanto Francisco Alberto Rubim produziu suas memórias em fins do período do Brasil colonial, Ignacio Accioli de Vasconcellos escreveria as memórias do Espírito Santo no início do período do Brasil monárquico. Ao que parece, as memórias de Rubim (1840) foram resultado de sua iniciativa própria; enquanto as memórias de Vasconcellos (1978) foram produzidas às pressas para atender à solicitação da Câmara de Deputados da Corte imperial de Pedro I. Se o primeiro produziu suas memórias para servirem à história local colonial, nacional e portuguesa, o segundo cumpriu uma decisão de caráter burocrático central do Brasil Império. No que concerne às estatísticas desses dois manuscritos, afirma-se que elas não diferem muito, exceto no que diz respeito aos cuidados do primeiro autor em relação às dúvidas,

tornariam fontes matriciais que viriam servir de inspiração para os futuros escritos, também de caráter memorialista e estatístico, sobre o Espírito Santo do século XIX e também de parte do século XX, pelo menos até fins da década de 1970. A exemplo da exposição comentada acima sobre o manuscrito de Rubim, concluído em 1818 e publicado somente no ano de 1840, a seguir, tecem-se alguns comentários sobre a obra também manuscrita de Vasconcellos, originalmente produzido em 1828 e publicado cerca de 150 anos depois, ou seja, em 1978.

Quando o Espírito Santo deixou de ser Capitania em 1822[135] e tornou-se Província do Brasil Império, Ignacio Accioli de Vasconcellos foi nomeado em 1823 e tomou posse em 24 de fevereiro de 1824 como seu primeiro Presidente, tendo permanecido na administração local até 21 de outubro de 1829[136]. Cerca de um ano antes de ser exonerado, ele produziria o seu "Memoria Statystica da Provincia do Espirito Santo Escrita no Anno de 1828", o qual só viria a ser publicado, vale ressaltar, na segunda metade do século XX. No início desse segundo manuscrito oitocentista − o primeiro escrito sobre a nascente Província do Espírito Santo −, é óbvia a preocupação político-religiosa por parte de um dos representantes da Câmara dos Deputados do nascente Império do Brasil, orientada para o mapeamento e registro dos territórios provinciais. Na segunda página dessa "Memoria", no que se considera introito de encaminhamento do referido documento, escrito pelo punho do próprio Vasconcellos em 1828, está impressa e endereçada à elite política do Brasil Império uma "radiografia" da jovem Província. Essa radiografia foi construída com retórica pontuada de "provas" − e de dúvidas também − que fazem lembrar aquela face sombria do imaginário presente na Carta de Caminha (1999) e que, de algum modo, influenciaria o pensamento de Braz da Costa Rubim em 1861. Enquanto o discurso deste é auspicioso[137], o de Vasconcellos (1978) é umbroso[138], apresentando um diagnóstico, confeccionado às pressas, da memória estatística da recém instituída Província do Espírito Santo. Deve-se ter em mente que o auspicioso e o umbroso não se excluem: são duas faces que se complementam, se desequilibram e se reequilibram;

---

pressa e imperfeições confessas do segundo autor. Acredita-se que as deficiências dos dois manuscritos em apreço contribuiriam para que estudiosos e historiadores dos séculos XIX e XX as reproduzissem em seus estudos também caracterizados pelo tom memorialista, estatístico, idealista, apologético e laudatório.

[135] A independência do Brasil do Reino de Portugal deu-se em 07 de setembro de 1822.

[136] Esses dados detalhados sobre a data de posse e fim da administração do primeiro Presidente da Província do Espírito Santo − Ignacio Accioli Vasconcellos − estão disponíveis no Prefácio de Achiamé (1978) quando da publicação do manuscrito da Vasconcellos no ano de 1978.

[137] Por oportuno, elucida-se que "auspicioso" é o que se denomina como sendo "[...] de bom agouro; que gera esperanças; prometedor [...]" (HOUAISS, 2001, P. 347) e que, por extensão, está relacionado à favorabilidade e à propiciedade e também a um futuro de superação e promissor.

[138] Elucida-se que o termo "umbroso" está relacionado ao "Que tem ou produz sombra; escuro, sombrio [...]" (FERREIRA, 2009, p. 2017). Por extensão, "umbroso" está também relacionado ao que é "[...] assombrado, obumbrado, coberto de sombras; sombrio, escuro, tenebroso; que assombra [...]" HOUAISS, 2001, p. 2803).

elas dependem das circunstâncias e ou das relações de forças[139] envolvidas e que as mobilizam. A seguir, reproduz-se parte do introito referenciado acima. Confira-se:

> Tenho a honha de levar às mãos de VEx. [...], em desempenho dos meus deveres, a Statystica desta Provincia, tal qual foi possível arranjar-se, e com ella o Plano de divisão das Commarcas, Cidade, Villas, e Freguezias, exigido em officio do Secretario da Camara dos Deputados [...] Da mesma Statystica VEx. [...] conhecerá o estado mizeravel dos habitantes desta Provincia, em conhecimentos proprios para o desempenho da tal obra: a falta de pessoas intelligentes nas Camaras, aquem recorri para as precisas noções, e a pouca clareza das noticias que pude obter sobre antiguidades, e mesmo sobre a localidade do paiz, motivarão a demora, e os defeitos que VEx. [...] lhe notará; comtudo, posso assegurar a VEx. [...], que a triste colisão em que me achei, a Statystica está com a exactidão possivel. Deos guarde a VEx. [...] Victoria 23 de abril de 1828 (VASCONCELLOS, 1978, p. 15).

Ao imprimir no introito de seu manuscrito a condição "mizerável dos habitantes desta Provincia", o primeiro Presidente que administrou o Espírito Santo de 1824 a 1829 estendeu essa mesma condição a toda população e ao território provincial. Ao mencionar com destaque "a falta de pessoas intelligentes nas Camaras", ele contribuiu para assentar o "lugar" réprobo da jovem província; colaborou para imprimir um "destino" de um quase banimento de sua representação política, econômica e, sobretudo, social perante outras províncias e, como resultado, perante o Estado imperial. Se o Espírito Santo e seu povo livre não tinham noção clara dos territoriais em que habitavam, nem da localização geográfica de seus lugares no contexto territorial local, tal visão reforça o imaginário de um lugar perdido para ser encontrado e administrado em conformidade com a "ilustração" dos povos civilizados[140]. Se era assim, esse povo também não estaria em condições de saber em que latitude e longitude se encontrava seu "lugar" encravado no vasto território do Brasil Império nascente. Vasconcellos (1978) se reporta à "triste" situação da pessoa dele mesmo diante das dificuldades para fazer o levantamento de dados sobre o território provincial para o qual fora nomeado.

---

[139] Os pressupostos teóricos desta passagem sobre contrários que se complementam podem ser encontrados em Ginzburg (2002). Segundo pensamento desse historiador, todo discurso humano deve ser tratado como indício e instrumento de "Relações de força". Trata-se, pois, de práticas retóricas, modalidades de construção de discursos fabulosos e de caráter ilusório. Esses discursos (a exemplo das memórias e das estatísticas produzidas pelos governantes de capitanias e presidentes de provinciais no Brasil colonial e imperial) são arvorados às sombras de uma retórica que se manifesta como "provas", ou seja, documentos carregados de objetividade. "Mas a pretensão do homem de conhecer a verdade, além de efêmera, é também ilusória. Ela tem as suas raízes na regularidade da linguagem, mas, 'nas palavras, a verdade nunca tem importância e [sic] nem mesmo uma expressão adequada. Caso contrário, com efeito, não existiriam tantas línguas'. Toda palavra generaliza arbitrariamente uma experiência sensorial absolutamente específica [...] mergulhada no inconsciente" (GINZBURG, 2002, p. 23/24).

[140] Nos Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo, correspondentes ao período de 1842 a 1884, encontram-se, com grande frequência, menções feitas às luzes da ilustração, a um povo ilustre e civilizado que é contraposto a um povo vivente nas sombras da ignorância. Há Presidentes que se reportam às Luzes do século XVIII como algo a ser conhecido e praticado pelo povo de Victoria e das outras localidades da Província.

Na sequência de sua "Memoria Statistica", encontra-se considerável levantamento de dados sobre o Espírito Santo ao tempo de sua administração − de 1824 a 1829. Pontuações sobre os limites e divisões territoriais; atmosfera e pântanos; acidentes geográficos e outros aspectos da natureza; portos e enseadas; sesmarias, agricultura e uma infinidade de produtos cultivados localmente; muitos animais; animais de caça e até animais fabulosos[141]; minas e pedreiras; povoação e dois levantamentos demográficos das populações provinciais − um de 1824 e outro de 1827 − são destaques entre outros itens. Não obstante, o próprio Vasconcellos (1978) faz um alerta para a precariedade dos dados levantados para o censo de 1824 (o que vale também para os dados contidos sobre as populações em 1827). Na medida em que esses dados estatísticos sobre a população local são levantados, encontram-se farta anotação sobre a segurança da província, o que contradiz a sua condição de miserável e réproba, caso se leve em conta o conteúdo do introito do referido documento. No "mappa" em que estão contadas as forças militares de primeira e segunda linhas, elas contabilizam 1.849 componentes entre oficiais superiores, de campanha e oficiais inferiores. A população total da província no ano de 1824 era de 35.353 "almas". Desse total, a população escrava contabilizava 13.188 (cativos pardos e pretos) e a população forra atingia a soma de 8.283 (pardos e pretos livros). Ao se somarem pardos e pretos forros e escravos, contabilizam-se 21.471, o que corresponde a 60,73% da população total de 35.353 "almas". De acordo com os dados contidos no "mapa" de 1824, fornecidos por Vasconcellos (1978), a população parda e preta correspondia a um número bastante elevado em relação à população branca de 8.094 somada com o número de 5.788 índios. Se levados em consideração esses dados demográficos, brancos e índios eram uma minoria que compreendia um total de 13.882, o que atingia o percentual de apenas 39,26% se comparado com o número de 21.471 composto de pessoas de cor preta e parda.

As dúvidas e contradições presentes no manuscrito de Vasconcellos não invalidam sua importância. O caráter de emergência na coleta de dados para serem utilizados na feitura de um documento escrito à mão está explícito. O tempo disponível para atender às exigências da

[141] No item "Curiozidades Naturaes", está registrado o seguinte: "Em 1815 foi achado hũ Hypopotâmo da grandeza de hũ Cavalo, e com cauda de sete varas no rio de Vila Nova de Almeida encalhado com a vazante" (VASCONCELLOS, 1978, p. 35). Ora, essas visões fabulosas fazem parte do imaginário de quando se fica diante do desconhecido. Esse imaginário, pode-se afirma, vem de longa data como herança da cultura portuguesa desde os tempos das Grandes Descobertas, o que se permite incluir também o "descobrimento" do Brasil e os apontamentos de Pero Vaz de Caminha sobre as coisas fabulosas da terra encontrada. "O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam" (PATLAGEAN, 1998, p. 291). No Espírito Santo, as histórias do imaginário e do fabuloso, do lendário e do folclórico vêm desde os tempos coloniais e chegaram até a segunda metade do século XX. Essas vivências foram bastante referenciadas nos livros de Maria Stella de Novaes. Entre eles, citam-se: "A escravidão e a abolição no Espírito Santo: história e folclore", 1963; "Medicina e remédios no Espírito Santo: história e folclore", 1964; "História do Espírito Santo", ca. 1968.

Câmara dos Deputados da Corte no Rio de Janeiro era, ao que sugere, politicamente exíguo. Além do mais, esse manuscrito seria submetido à apreciação da Comissão de Estatística, que tinha a responsabilidade para avaliar as memórias estatísticas de todas as províncias que compunham o Império. O Presidente deixa transparecer sua preocupação em relação a tais procedimentos. Isso fazia parte da engrenagem político-administrativa do poder central, o que fora herdado de Portugal no decurso do longo período colonial, conforme o já relatado acima. No intuito de corroborar esses pressupostos sobre as medidas tomadas por Vasconcellos naquele ano de 1828, reproduz-se passagem de uma obra de José Murilo de Carvalho que ilustra bem os procedimentos políticos e administrativos dos presidentes de províncias, fossem eles nomeados ou interinos.

> O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias (CARVALHO, 2003, p. 39).

Por oportuno, lembra-se de que o brasileiro Ignacio Accioli de Vasconcellos "Formou-se bacharel em direito canônico na Universidade de Coimbra, onde participou como soldado voluntário na Companhia de Fuzileiros do Corpo Acadêmico" (ACHIAMÉ, 1978, p. 10). Ainda de acordo com informações prestadas por esse autor, antes de ser nomeado Presidente de Província, Vasconcellos trabalhou para o governo colonial, tendo ocupado o cargo de juiz na cidade de Cabo Frio e na vila de São João de Macaé no ano de 1817. Em seguida, ou seja, a partir de 1818, ocupou o cargo de Ouvidor de Comarca da Capitania do Espírito Santo. Por quanto tempo − quantos anos − teria exercido suas funções de ouvidor no Espírito Santo colonial, não foram encontrados dados precisos sobre tal particularidade. No entanto, é certo que essa presença do bacharel Ignacio Accioli de Vasconcellos em fins do período colonial no Espírito Santo, a considerar-se o ano de 1818, coincidiu com fins do período de administração do militar português Francisco Alberto Rubim − entre 1812 e 1819. Quem permite adentrar um pouco mais nesse âmbito de transição do período colonial para o provincial é Freire (2006), em conformidade com o conteúdo do excerto abaixo:

> O ouvidor da comarca, Inácio Acióli de Vasconcelos [sic], foi empossado na presidência desta província antes de promulgada a Constituição. E nos termos da lei de 20 de outubro de 1823, criticada por haver reduzido as províncias à penúria, teve o Espírito Santo um Conselho Provincial de seis membros, idéia [sic], no dizer de Armitage, adaptada do que havia na Bélgica (FREIRE, 2006, p. 276).

Reforça-se o fato de que o ouvidor daquele período conviveu cotidianamente com o então governador do Espírito Santo colonial e que o mesmo deve ter apreciado, em bom tempo, as memórias manuscritas, pois "[...] em 1816 o governador Rubim enviou à corte a conhecida *Memória* descritiva da capitania" (FREIRE, 2006, p. 247). Se em 1816 o militar português já havia levado ao conhecimento da corte as suas memórias estatísticas, é provável que em 1818 Vasconcellos as conhecia. Fica, pois, corroborado que esses dois personagens e atores políticos da história local compartilharam vivências cotidianas ao longo do ano de 1818 e até fins de 1819. A partir dessa constatação, sugere-se que Vasconcellos deva ter levado em consideração ao menos parte das visões de mundo do português Francisco Alberto Rubim. Isso justificaria a influência da obra deste sobre a daquele, conforme já pontuado mais acima.

Por se tratar do primeiro Presidente da Província do Espírito Santo e por ter sido sua administração a mais longa − cerca de seis anos − em relação à administração de todos os seus pósteros[142], toma-se a reflexão seguinte como oportuna para dirimir dúvidas e mesmo justificar o conhecimento incompleto que se tem em relação à administração de Ignacio Aciolli Vasconcellos, como seja: "A História ainda não estabeleceu perfeitamente a sua obra administrativa frente aos destinos da província do Espírito Santo" (ACHIAMÉ, 1978, p. 11).

[142] Os dados levantados sobre o número exato de Presidentes e Vice-Presidentes, sobre as datas de nomeação, empossamento, exoneração e afastamento definitivo desse gestores no Governo da Província do Espírito Santo variam muito de estudioso para estudioso. Em alguns casos, há omissão ou acréscimo de nomes de Presidentes e de Vice-Presidentes. Em Pereira (1914), consta o número de 53 Presidentes e 16 vices-presidentes, num total de 69 Presidentes. Em Oliveira (2008), encontra-se o número absoluto de 100 nomes de pessoas que ocuparam o cargo máximo durante todo o período provincial. Nas páginas 542-543-544 e 545 da 3ª edição de sua obra, encontra-se uma "Relação Nominal [...]" onde se encontram os itens seguintes: a) Cargo − Presidente ou vice-presidente; b) Data de nomeação; c) Data de empossamento; d) Data de exoneração; e, por fim, e) Data em que deixaram a administração. Havia Presidentes que continuavam no cargo mesmo depois de exonerados, aguardando a chegada e empossamento do Presidente nomeado seguinte, por exemplo. Nessa relação, o número 27 está reservado para o Presidente Pereira [sic] do Couto Ferraz, que teria ocupado o cargo durante um período de quase 8 anos (7 anos e 7 meses). O que mais se aproxima dos dados fornecidos por Oliveira (2008) é o levantamento feito por Derenzi (1965), que registra o número total de 96 gestores, entre efetivos e interinos. Em Novaes (ca. 1968), pode ser encontrado o número de 56 Presidentes. A autora não elenca os nomes dos Vices-Presidentes. Não obstante, tanto em Pereira (1914) quanto em Novaes (ca. 1968), o Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz é mencionado como tendo sido o 16º Presidente da Província, nomeado em 11 de setembro de 1846 e empossado em 7 de novembro do mesmo ano. No intuito de reforçar as dificuldades que o pesquisador atento encontra quando se depara com situação do tipo exemplificada acima, decidiu-se consultar o Relatório desse Presidente e logo nas suas palavras iniciais está impresso o seguinte: "Pela segunda vez tenho o prazer de achar-me entre os representantes da província, cuja administração me foi confiada. Pela segunda vez cabe-me a honra de dirigir-lhes a palavra [...]" (RELATÓRIO, 1º de março de 1848, p. 5). Ora, nenhum dos autores mencionados acima faz menção a dois momentos distintos de administração desse Presidente. O ano de 1848 refere-se ao fim da segunda gestão desse mesmo Presidente em território local. Ao final de seu Relatório, ele menciona o período de 15 meses na presidência, isto é, 1 ano e 3 meses. Finalmente, Pereira (1914) e Novaes (ca. 1968) demarcaram o mesmo ano de 1848 como fim da administração do aludido Presidente. Esta reflexão não desautoriza os estudos de nenhum dos quatro autores mencionados acima. Por outro lado, não há como desabonar nem como consolidar *in totum* a veracidade dos dados contidos no Relatório consultado. Isto vale também para as fontes a partir das quais os quatro autores aludidos construíram suas narrativas.

Outrossim, aventa-se a hipótese de que sua "Memoria Statystica" não apenas contribuiria para orientar seus pósteros, mas instituiu-se como tendo sido o primeiro Relatório e o qual serviria inicialmente de modelo para os Relatórios e Falas futuras de Presidentes da Província. No intróito desse manuscrito, encontram-se evidências da participação de colaboradores no decurso de sua confecção feita às pressas. O método, baseado no levantamento de dados estatísticos, cujos resultados eram compilados de modo linear − item após item −, objetivava pontuar aspectos da geografia, do povo, suas cidades e vilas, finanças, paróquias, segurança individual e de propriedade, etc. conforme já pontuado acima. Os Relatórios e Falas da segunda metade do século XIX não difeririam em substância dessa matriz manuscrita em 1828. Entende-se que naquela época havia uma preocupação por parte da Monarquia nascente com questões de ordem territorial, geográfica e populacional; questões relacionadas a política, economia, riquezas locais, urbanidade e etnia branca[143] local. Era natural que o Poder Central pensasse o Brasil Império livre das rédeas de Portugal e, portanto, era de sua preocupação o mapeamento de seu imenso território, o que facilitaria melhor o controle de cada uma das províncias. Constatou-se que mesmo tendo sido exonerado do cargo em data de 10 de outubro de 1829, Ignacio Aciolli Vasconcellos ainda permaneceria na gestão até 23 de 11 de 1829[144].

Apesar de pouco se conhecer sobre os fundamentos de governo do primeiro Presidente da Província, pode-se afirmar que o longo período de sua gestão apresenta-se como tendo sido o mais duradouro e, até onde se conhece, o mais estável quando confrontado com as gestões de todos os Presidentes e os vice-presidentes posteriores. Para se ter uma ideia sobre o elevado número de gestores que ocuparam o cargo máximo local, ao longo dessa fase da história do Espírito Santo, entende-se ser necessário conhecer a sua duração, como seja: o

[143] No caso do Espírito Santo, os primeiros empreendimentos relacionados à vinda de colonos europeus datam do início do governo de Francisco Alberto Rubim. Em suas próprias palavras: "Durante este governo, em 15 de Fevereiro de 1813, fôrao situados os primeiros casaes na povoação que creou, e denominou de Vianna, no sertão da margem do Norte do rio Santo Agostinho, termo da villa da Victoria, vindo os casaes das ilhas dos Açores remettidos para esta de ordem de S. M. pelo Intendente geral da policia Paulo Fernandes Vianna" (RUBIM, 1840, p. 13). O nome de Viana foi dado em homenagem ao intendente de polícia. O número exato de casais não está registrado nas "Memórias". Há quem afirme ter sido "[...] 30 casais de colonos, provenientes das ilhas dos Açores, [os quais fundaram] a povoação [...] de Viana [...]" (FREIRE, 2006, p. 227). E há um viajante que afirma o seguinte: "O governo havia trazido dos Açores para o Brasil cerca de 50 famílias, prometendo-lhes terras; mandaram-nas para Sto. Agostinho, que então tomou o nome de Viana, que era o do intendente da Polícia" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 109).

[144] Oliveira (2008), na sua Relação Nominal de Presidentes e Vices-Presidentes que governaram a Província do Espírito Santo, fornece os dados seguintes sobre Ignacio Aciolli Vasconcellos: a) Nomeação em 25 de 11 de 1823; b) Empossado em 24 de 02 de 1824; c) Exonerado em 10 de 10 de 1829; e d) Deixou a administração de modo definitivo em 23 de 11 de 1829 (data em que foi empossado o segundo presidente da Província). Esses dados constam das páginas 542, 543, 544 e 545 desse autor. Os motivos para que o tempo de administração local de um presidente se estendesse, mesmo depois de sua exoneração, podem ser vários. Aventam-se hipóteses sobre impossibilidades da presença material imediata do presidente sucessor, o que é mais provável, como o exemplo da coincidência de posse do presidente seguinte; dificuldades políticas para o empossamento de um vice-presidente em tempo recorde, isto é, até a apresentação e empossamento do presidente sucesso já nomeado, etc.

começo e o fim do período provincial. Considerando-se a data de nomeação de Ignacio Aciolli Vasconcellos − em 25 de novembro de 1823 − e a data de nomeação do último Presidente, José Caetano Rodrigues Horta − em 15 de julho de 1889[145], o período provincial durou cerca de 67 (sessenta e sete) anos. Ao levar-se em conta o número de 100 (cem) gestores − entre Presidentes e Vice-Presidentes − contidos na Relação Nominal (páginas de número 542 a 545) oferecida por Oliveira (2008), consegue-se obter a seguinte média de tempo em que cada um desses 100 gestores esteve na administração da Província: 241 (duzentos e quarenta e um) dias. Ao se confrontar o número 241 com o número de dias do ano, isto é, 365 dias, atinge-se um percentual de 66%. Isto mesmo: 66% corresponde a dois terços do ano. Ao dividirem-se 365 dias por 3, chega-se a um total de 121,6 dias, o que corresponde a quase um terço do ano. Ao levar-se este levantamento de dados, atinge-se o resultado médio seguinte: durante o período de 67 anos, administrou a Província 1,5 gestor por ano. Ainda que se levasse em conta o número 96 gestores reconhecidos por Derenzi (1865); de 53 Presidentes mais 16 vice-presidentes computados por Pereira (1914), o que dá um total de 69 gestores; e apenas os 56 Presidentes listados por Novaes (ca. 1968), já que essa autora não leva em consideração os Vice-Presidentes, mesmo assim os totais de 69 e 96 administradores apontados por Pereira (1914) e por Derenzi (1965), respectivamente, ultrapassariam o período de 67 anos. Grosso modo, a média seria de aproximadamente um gestor por ano. Por oportuno, deve-se ter em mente que essa alta mobilidade administrativa teve início com o segundo presidente, o Visconde da Vila Real da Praia Grande, empossado em 23 de novembro de 1829 − a mesma data de saída de Vasconcellos. Contrapondo sensivelmente o longo período de gestão do primeiro presidente, a gestão do segundo durou tão somente 3 meses e 17 dias (OIVEIRA, 2008, p. 542). Para reforçar a questão em pauta, estudiosos outros debruçaram-se sobre essa problemática que caracterizou a administração política das Províncias que configuraram o mapa geopolítico do Brasil Império durante 67 anos. Certamente, os procedimentos burocráticos orientados para o que Carvalho (2003) denominou de "unificação da elite“, com vocação burocrática de "todos" que faziam parte da engrenagem monárquica, eram politicamente adotados de acordo com o perfil dessas unidades provinciais subordinadas ao Poder Central. Noutras palavras: as unidades nacionais lucrativas e menos dependentes eram as privilegiadas e, por conseguinte, despertava interesses daqueles

[145] Pereira (1914), Oliveira (2008) e Novaes (ca. 1968) são unânimes no que concerne à data de nomeação de Ignacio Aciolli Vasconcellos, qual seja: 25-11-1823. Já em relação à data de nomeação de José Caetano Rodrigues Horta, os três divergem: em Pereira (1914), foi 15-07-1889; já em Oliveira (1ª ed. de 1851 e 3ª ed. de 2008), foi 15-06-1889; mas, para Novaes (ca. 1968) foi 19-07-1889. Curioso que essa estudiosa fornece essa mesma data de 19 de julho de 1889 tanto para se referir à nomeação quanto à posse de José Caetano Rodrigues Horta. Em face dessas discrepâncias, optou-se pela informação prestada por Amâncio Pereira − 15-07-1889.

que aspiravam suas nomeações para administrá-las. Esse não era o caso do Espírito Santo, considerado "província pobre", habitada por um "povo em estado miserável", "barreira verde", "província esquecida", etc. Por outro lado, leva-se em conta o seguinte: de algum modo a não importância dessa unidade nacional tornava-se importante na proporção em que ocupava o lugar potencial de "barreira verde" protetora das Minas Gerais.

Entre os estudiosos que pesquisaram a grande mobilidade de presidentes no Espírito Santo provincial, Banck (2011) é enfático ao registrar o número de 55 presidentes que num curto período de tempo foram responsáveis pela administração local ao longo de 1830 até 1889. Segundo ponto de vista desse autor, os gestores daquele período passaram por uma alta rotatividade no Espírito Santo e que em "[...] muitas das vezes, ainda [tinham] licença para ficar [sic] na corte [...]" (BANCK, 2011, P. 64). Tal afirmação contribui para dar veracidade ao elevado número de informações contidas na "Relação Nominal" de Oliveira (2008). Lá pode ser encontrado o período de 14 dias (duas semanas) de gestão do presidente Manoel Antônio Galvão, nomeado em 30 de janeiro de 1830, empossado em 04 de dezembro de 1830; foi exonerado em 09 de 12 de 1830, e deixou definitivamente a administração em 18 de 12 de 1830. Na verdade, esse presidente, depois de nomeado, assumiu a presidência local quase um ano depois e esteve no poder máximo da Província durante pouco menos de uma semana e permaneceu por cerca de nove dias, até a posse de seu substituído. Todos os presidentes que administraram a Província a partir de 1830 permaneceram no poder máximo local por 3, 2 ou 1 ano. Houve ainda aqueles gestores que estiveram no comando local durante alguns meses apenas. Quanto aos vice-presidentes, quase todos estiveram interinamente na presidência por apenas dias − de 7, 10, 11, 12, etc. até 29 dias. Não obstante, houve dois Vice-Presidentes que permaneceram no poder por pouco mais de um ano.

A exposição acima suscita indagações sobre como era o funcionamento da máquina administrativa local. Essa notória mobilidade de presidentes na administração, a partir de 1830, ensejaria uma descontinuidade na condução da engrenagem provincial e as relações desta com a Corte decorreriam de uma dependência cada vez maior: política, economia, sociedade e educação seriam todos afetados, corroborando para aumentar a distância do que era geograficamente tão próximo da Corte, mas política e economicamente tão longe dos interesses das elites dominantes. Se as relações do Poder Central com todas as províncias ocorriam tendo por base o que Carvalho (2003) denominou de "dialética da ambiguidade", presume-se que no caso muito particular do Espírito Santo essa dialética possa ter-se tornado numa engrenagem de equívocos bastante complexa. Esses equívocos tornam-se perceptíveis quando se fazem leituras de conteúdo dos Relatórios, por exemplo. Ao que sugere, o cargo

ocupado por alguns daqueles indicados para o poder de árbitros locais não era motivo de sua cobiça. Pressupõe-se que muitas das decisões tomadas durante o curto período de exercício de presidentes que mal eram empossados e pouco tempo depois eram chamados para outros fins, não tinham como embasamento a objetividade de uma experiência vivida na Província. "Em vez de serem árbitros objetivos, os presidentes envolviam-se nas lutas locais, tanto para elegerem-se em um cargo legislativo na Corte, como para assegurar a vitória eleitoral do governo central" (CARVALHO apud BANCK, 2011, p. 43-44). Para se ter noção da elevada mobilidade com que dois Presidentes e um Vice-Presidente passaram pela gestão da Província do Espírito Santo ao longo do ano de 1869, fez-se um levantamento de dados elucidativos a partir de três Relatórios despachados na seguinte modalidade: a) O Presidente passou a gestão da Província ao 1º Vice-Presidente; b) O 1º Vice-Presidente entregou a gestão da Província ao Presidente sucessor; c) Este Presidente abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo em 01-10-1869.

Quadro 1. Número de administradores que ocuparam o cargo máximo no Governo da Província do Espírito Santo durante o ano de 1869

Cargo e nome	Data de posse	Data fim de gestão	Tempo de gestão
Presidente − Luiz Antonio Fernandes Pinheiro	01-09-1868 Data considerada: **01-01-1869**	08-06-1869	158 dias
1º Vice-Presidente − Dionysio Alvaro Resendo	08-06-1869	17-09-1869	100 dias
Presidente − Antonio Dias Paes Leme	17-09-1869	13-08-1870 Data considerada: **31-12-1869**	107 dias

Fontes: Três Relatórios: do Presidente Luiz Antonio Fernandes Pinheiro − 08-06-1869; do 1º Vice-Presidente Dionysio Alvaro Resendo − 17-09-1869; do Presidente Antonio Dias Paes Leme − 01-10-1869[146].

Uma rápida análise dos resultados disponibilizados no Quadro 1 corrobora o que está disposto e argumentado nos três parágrafos acima dessa exposição estatística relativa a gestão da Província durante o ano de 1869. O descaso por parte do Governo Central em relação ao Governo local fica patente (DERENZI, 1965; BANCK, 2001). Essa elevada rotatividade administrativa certamente era prejudicial às possibilidades de um desenvolvimento contínuo

[146] Ao final de seus Relatórios, o que também preconizava o fim de suas gestões, tanto Presidentes quanto Vice-Presidentes anotavam o nome do local onde se encontravam e assinavam os documentos: "Palácio do Governo da Província do Espírito Santo", seguido de data e o nome do gestor. Nos dois primeiros casos, as datas são consideradas como estão porque marcam o fim da gestão de um e de outro. Já em relação ao Presidente Antonio Dias Paes Leme, a data de envio de seu Relatório para a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo foi tal como está: 01-10-1869, o que não assinala o fim de sua gestão. Porém, para que os dados contidos no Quadro acima correspondam só ao ano de 1869, leva-se em consideração o fim do ano, como seja: 31-12-1869.

da engrenagem político-econômica de um povo historicamente tido como "esquecido". Em tão pouco tempo de gestão, não era possível para esses Presidentes terem uma aquisição de conhecimentos a contento sobre os problemas conjunturais do Espírito Santo daquela época. Provavelmente, o governo, próximo da Corte, era especial como *locus* de experiência e treinamento para Presidentes inexperientes (CARVALHO, 2003). O tão propalado atraso ficaria imbricado ao esquecimento por conta do pensamento político central que orientava esses aspirantes para uma carreira unilinear cuja experiência inicial passava pelo Governo local e contribuía para com seu treinamento, para sua carreira política futura. Como exemplo, reproduz-se parte do discurso do Presidente Dr. Antonio Dias Paes Leme apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo em 01 de outubro de 1869:

> Eu quizera, meus senhores, com conhecimentos proprios das variadas precisões da provincia, e com apreciações minhas sobre todas ellas [das precisões], offerecer-vos um acabado quadro, trabalho digno da solemnidade do momento e na altura das intelligencias brilhantes, que illustram a assembléa. Mas além de acanhada intelligencia falta-me o conhecimento de cada um dos ramos do governo da provincia, e todos os seus variados detalhes; falta-me esse espirito exercido na direcção das cousas publicas, que de relance abrange a administração em todas as suas relações. Só me sobram o coração cheio do desejo de fazer o bem, o mais firme propósito de seguir o justo e a boa vontade de ser util à provincia (RELATÓRIO, 01 outubro 1869c, p. 3).

Faltava "tudo" ao Presidente no ato daquele pronunciamento manifesto em 01 de outubro de 1869: faltava-lhe a experiência que o capacitasse para conhecer o que, de modo implícito, já se apresentava como sendo complexo à época, ou seja, as muitas ramificações, detalhamentos e relações políticas dentro da engrenagem do governo local; faltava-lhe, enfim, o espírito para a condução das coisas públicas. A afirmação de que em seu peito havia um coração cheio de boas intenções para fazer o bem e ser útil à Província era a representação retórica e confessional de sua necessidade para ser treinado e tornar-se experiente enquanto seu tempo de governo, que era imprevisível, durasse. Assim, fica óbvio que esses elementos da administração provincial eram nomeados em conformidade com interesses de um Estado paternalista preocupado em formar futuros gestores com perfis para a manutenção da ordem de uma segurança política e burocrática estabelecida. A época de um novo *fiat lux* sonhado cerca de onze anos antes pelo intelectual Vasconcellos (1858) longe estaria de chegar e as riquezas locais permaneceriam "escondidas", distantes dos objetivos dos Presidentes que em três Relatórios de 1869 demonstraram mais seus interesses em aprender com as "inteligências brilhantes" dos Senhores Deputados da Assembleia Legislativa provincial. Era, de certo, uma estratégia utilizada por esses iniciantes para conquistar confiança e simpatia do povo local.

> Havia uma preocupação explícita com o treinamento de presidentes de província. O imperador sempre insistiu na profissionalização da carreira e houve mesmo um projeto de lei em 1860 que propunha medidas nessa direção. [...] O projeto dividia as províncias de acordo com sua importância, colocando como requisito para quem quisesse administrar as mais importantes ter primeiro passado pelas de menor peso. A justificativa era a necessidade de treinamento. [...] Além da mobilidade geográfica, a própria carreira política servia como mecanismo de treinamento graças à alta circulação entre cargos e à baixa circulação para fora do círculo da elite (CARVALHO, 2003, p. 123 e 125).

Ora, na segunda metade do século XIX, a Província do Espírito Santo permaneceu sendo uma dentre aquelas de menor importância, pois não tinha um peso político-econômico significativo quando confrontada com as províncias mais ricas de então. O Espírito Santo, por estar geograficamente muito próximo da Corte, servia de "laboratório" para o treinamento dos que eram nomeados para nele se exercitarem, ganharem notoriedade e garantirem o futuro de suas carreiras políticas. Eis uma dentre as razões que justificam o "lugar" da proximidade geográfica como favorável ao acesso de experiência profissionalizante e, ao mesmo tempo, também o "lugar" da distância: Província esquecida por ser atrasada e muito dependente do Poder Central (BANCK, 2001). Ela não tinha os pré-requisitos de peso indispensáveis em acordo com o projeto de lei pensado em 1860. "Isto prejudicava o lado administrativo [sim], mas sem dúvida contribuía para fornecer experiência política a um grande número de pessoas [...]" (CARVALHO, 2003, p. 124) que eram nomeadas por aqueles responsáveis pelas ideias políticas da Corte. Nesta instância, é importante frisar que essa contribuição relacionada ao fornecimento de experiência política estaria circunscrita àqueles capacitados para administrar as províncias de grande importância do ponto de vista econômico, urbano e de representação política considerável no âmbito do Império. No entender de Carvalho (2003), essas províncias eram, por ordem de importância, as seguintes: Bahia, Rio de Janeiro/Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Se as vinte Províncias que compunham o Brasil Império da segunda metade do século XIX foram classificadas como desiguais em decorrência de seus pesos econômico, populacional e de sua representatividade política e por tal razão foram submetidas a categorizações, quer-se conhecer qual o "lugar" do Espírito Santo no cerne desse universo. Tendo-se como embasamento o fato de que "A desigualdade das províncias foi oficialmente reconhecida num projeto enviado à Câmara em 1860 [...]" (CARVALHO, 2003, p. 137), faz-se um levantamento de dados a partir de elementos textuais desse mesmo autor, onde consta que no projeto mencionado acima era requerido a divisão das unidades provinciais em três categorias ou classes. O objetivo precípuo é comprovar o *status* do Espírito Santo idealizado pelo pensamento da desigualdade em apreço.

Quadro 2. Divisão das Províncias em classes, tendo-se por base o projeto enviado à Câmara do Brasil Império em 1860

Categoria	Nomes das Províncias
Primeira Classe	São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará
Segunda Classe	Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Paraíba e Ceará
Terceira Classe	Santa Catarina, Paraná, **Espírito Santo**, Rio Grande do Norte, Amazonas e Piauí

Fonte: A Construção da Ordem: a elite política imperial, de José Murilo de Carvalho − Edição de 2003.

Como seria de prever, a terceira classe estaria reservada ao Espírito Santo em conjunto com outras cinco províncias que se encontravam geograficamente distantes da Corte. Tanto a distância quanto a proximidade geográfica poderia ser um problema para essas unidades do Brasil Império. Porém, no caso específico do Espírito Santo contam-se peculiaridades que são próprias da província, conforme pontuações já registradas neste capítulo. No que se refere especificamente à problemática relacionada ao "grande atraso" provincial, a um futuro de desenvolvimento que nunca chegaria, ou às finanças sempre minguadas, os indícios são em números elevados e podem ser encontrados em considerável número de Relatórios e Falas de Presidentes e de Vice-Presidentes e serem, assim, comprovados. Consideradas as delimitações próprias de narrativas históricas, isso corrobora mais as denúncias feitas a uma Província de "menor importância" que não se superou ao longo de todo o período imperial do que as defesas em prol de uma Província abandonada ou "olhada" com descaso por parte do Poder Central. Ao investigar os conteúdos dos Relatórios, o pesquisador vai encontrar respaldo para a comprovação de grande parte desse discurso do atraso humano local que, curiosamente, se contrapõe às observações feitas pelos intelectuais locais oitocentistas sobre uma natureza rica e luxuriante, como se ela estivesse exposta e disposta à promoção de um progresso local caso a índole do povo, para tanto, se predispusesse. Para reforçar essas peculiaridades da Província do Espírito Santo, faz-se uma sumária retrospectiva, a seguir, tendo-se como aporte passagens de discursos de alguns gestores no governo local da segunda metade do século XIX.

Inicialmente, traz-se à baila ano de 1861. Logo na abertura de seu Relatório o Sr. Presidente se expressa do seguinte modo: "N'esta provincia principalmente, onde quasi tudo pertence ao futuro − onde ha muito que crear, grandes necessidades a que se attender, exigindo aturado estudo, e innumeras pesquizas e investigações, cresce a difficuldade e augmenta-se o pêzo da tarefa de administrador" (RELATÓRIO, 23 de maio de 1861, p. 3). Na sequência de seu discurso, esse gestor faz apelos à população: ele faz aleta para o descaso do

homem local, destituído de interesses em relação ao desenvolvimento de sua terra, ao mesmo tempo em que esse homem vive em espaços ambientais ricos de natureza exuberante. Ao que parece, o Presidente estaria estimulando o povo para se mobilizar mais, pois constara que seu torrão natal era rico em recursos naturais. Não obstante, ao fazer essa contraposição homem *versus* natureza locais, ele demonstra falta de conhecimento acurado sobre a história político-econômica e também social do Espírito Santo. Sua ênfase é oportuna: "[...] esta provincia, para quem a natureza foi mãe desvelada na distribuição de seus dons mas onde o trabalho do homem não tem ainda fructificado com abundancia e o valor das esperanças que o alentão [...]" (RELATÓRIO, 23 de maio de 1861, p. 3). Mais adiante, ele denuncia explicitamente a pobreza econômica da Província, sua população escassa, e realça a dependência financeira que o governo local tem em relação ao Poder Central. Confira-se:

> Como consequencia da falta de população e do atrazo da agricultura, temos que lamentar a escassez das finanças e com ella hum mal que concorre poderozamente para que a provincia seja pobre em obras, tanto pelo que respeita á quantidade , como á qualidade. Esse mal é a falta de pessoas habilitadas para execução dos trabalhos que a assembléa provincial decrete. A mesquinhez da renda não permitte que a provincia tenha ao seu serviço mais do que um engenheiro [...] Comtudo não nos venhão d'aqui o desanimo − a attenção particular que esta provincia tem merecido do governo imperial − a acquisição de braços, graças á colonisação estrangeira e ao estabelecimento de nacionaes que de Minas vem procurar hum solo fertil e vizinho do mar, devem animar-vos e fazer que o raio consolador da esperança, illumine o quadro escuro de nossa atrazo, que tive de traçar-vos com sentimento (RELATÓRIO, 23 de maio de 1861, p. 51-52).

Eis uma radiografia da Província pobre, de terceira classe, com finanças escassas, dependente de ajuda do governo imperial, apesar de possuir uma natureza exuberante, com terras férteis, detentora de lindas praias, já então cobiçadas, a se perderem de vista. Essas pontuações confluiriam para serem resumidas de modo emblemático na expressão já citada acima: "[...] illumine o quadro escuro de nosso atrazo [...]". Esta enunciação remete o pesquisador ao início deste capítulo, onde questões relacionadas ao imaginário sobre as origens históricas do Espírito Santo, desde os tempos do descobrimento do Brasil, se estenderiam no tempo para fazer parte do ideário dos presidentes na segunda metade do século XIX sobre o povo local. Esse povo que pouco mudara, ou não mudara nada, pode ser associado a uma sociedade formada por indivíduos cuja mentalidade é considerada inerte, preguiçosa, ou imóvel. Pode ser mesmo comparada a mentalidade atribuída às "[...] sociedades — a dos aborígenes australianos, por exemplo — em que a estrutura básica das relações entre as pessoas mal chega a se modificar perceptivelmente ao longo de séculos [...]" (ELIAS, 1994, p. 35). Esta reflexão contribui, até certo medida, para se ter compreensão do

discurso do gestor acima sobre a índole quase imutável dos habitantes locais, que são tidos como sendo essencialmente pacatos. Porém, não se tem como avaliar ou justificar de fato a veracidade dessa visão sobre o povo local, sobre sua perene pacificidade e indolência. Trata-se do olhar político de um Presidente nomeado para permanecer no governo local por tempo cuja duração era imprevisível. Não se trata de depoimento do povo Espírito-Santense sobre si mesmo. Daí, essa questão permanece em aberto.

No ano de 1874, estiveram na administração local dois personagens políticos, tendo sido o primeiro nomeado pelo Governo Central e em pouco tempo foi substituído por outro, que governou interinamente a Província no segundo semestre de 1874. Para o primeiro, o futuro do Espírito Santo era uma incógnita na proporção em que esse futuro era ou remoto ou talvez nunca chegasse. Esse personagem havia sido empossado em 6 de novembro de 1873 e em fins de abril de 1874 deixava o governo local.

> Se meus esforços ficarão áquem de meus desejos, e do muito a que esta provincia tem direito, não me accusa com tudo a consciencia de haver esmorecido no cumprimento desta ardua missão, e confio, que, em futuro não mui remoto, conseguir-se-ha o desideratum de elevar a provincia do Espirito Santo ao nivel das mais prosperas do Imperio (RELATÓRIO, 29 de abril de 1874, p. 1).

O desejo por uma transposição de "lugar" da Província atrasada e esquecida para o nível ou classe das províncias mais prósperas do Império era uma forma representativa tanto para agradecer quanto para desculpar-se perante um povo considerado pacato e que como tal nada reivindicaria a um Presidente que estivera no poder local de passagem: apenas 5 meses e 23 dias. Restava-lhe passar a administração ao personagem seguinte, considerado por ele como filho digno do Espírito Santo e para quem o ex-presidente assim se expressou: "[...] seja-me permittido manifestar a esperança, de que sob a benefica direcção de V. Ex.ª se tornem realidade as justas aspirações, que com anhelo nutrem os Espírito-santenses" (RELATÓRIO, 29 de abril de 1874, p. 1). Ao tomar posse na mesma data de exoneração de Luiz Eugenio Horta Barbosa, ou seja, em 29 de abril de 1874, o 1º Vice-Presidente Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas dirigiria sua palavra à Assembleia Legislativa provincial nos seguintes termos:

> [...] nutro a mais firme convicção, de que não deixarão de ser atendidos os seus mais urgentes reclamos; pois só assim poderão ser tomadas as providencias no sentido de dar maior impulso e, por assim dizer, mais vida ao solo Espirito-Santense. [...] De vós aguardo, pois, os meios para realizar as idéas de propsperidade, que se achão implantadas no espirito popular; e praza a Deus se não frustrem as esperanças do feliz futuro, que se lhe affigura (RELATÓRIO, 01 de setembro de 1874, p. 1).

O conteúdo da citação acima difere do conteúdo do discurso do governo anterior em questões de ordem política e administrativa por ser resultado da experiência de um homem filho do solo espírito-santense. As evidências apontam para o fato de que Mascarenhas, durante cerca de quatro meses, buscou cientificar-se melhor sobre a natureza dos problemas locais, avaliando-os previamente antes de apresentar seu discurso, na modalidade de Relatório direcionado aos componentes da Assembleia Legislativa provincial. Ele dá a garantia a seus patrícios de que seus reclames serão levados em consideração, pois esse gestor nutria o desejo de impulsionar a prosperidade e dar "mais vida ao solo Espirito-Santense". Ele exorta os seus co-provincianos membros da Assembleia a darem suas sugestões que contribuiriam para o desenvolvimento, visto que ideias voltadas para tal fim já estariam impregnadas no espírito do povo local. Desejava-se um "feliz futuro"; sem reclames em relação a um futuro que nunca chegaria. Teoricamente, isso apontava para o fato de que uma administração continuada e partilhada com as ideias dos habitantes da Província possibilitaria ganhos diferenciados dos daqueles que eram nomeados para adquirir experiência e em pouco tempo eram chamados de volta pela Corte que os queria para outros fins, que não eram os do torrão local que mal conheceram. Mascarenhas permaneceu na gestão pouco mais de um ano.

No início do ano de 1876, o Presidente Manoel José de Menezes Prado administraria o Governo local com certa distinção, demonstrando interesse no progresso do Espírito Santo. Pouco mais de nove meses de gestão, ele apresentaria seu Relatório aos representantes da Assembleia provincial. O conteúdo de sua fala não diferia muito da multiplicidade de falas de outros gestores nomeados pela Corte. A oratória e retórica eram praticamente as mesmas.

> N'este espaço de tempo dediquei-me com esfôrço ao estudo de suas necessidade, e procurei, quanto me foi possivel, atendel-as. Não realisei tudo quanto desejei, mas tenho consciencia de haver feito o que as circunstancias permittião. Estou certo, porém, que vós, que conheceis melhor do que eu as suas necessidades e recursos, haveis de supprir as lacunas que deixei, e dareis vigorôso impulso aos melhoramentos de que necessita esta importante parte do Imperio (RELATÓRIO, 15 de outubro de 1876, p. 1).

Segundo informações de Derenzi (1965), o povo costumava fazer cobranças aos membros da Assembleia Legislativa e esta, por sua vez, "vociferava" ante o Governo local. Pelo constatado nos Relatórios acima, e nos seguintes, pouco era concretizado. Restavam assim as promessas, confissões e desculpas na modalidade de discursos laudatórios. "O povo pedia, a Assembleia Provincial vociferava, os presidentes relatavam com fulgor literário tudo o que a Província carecia" (DERENZI, 1965, p. 143). Mas, a situação de penúria permanecia a mesma. Quanto ao gestor de 1876, ele permaneceu no Espírito Santo durante 1 ano e 2 dias.

Se os filhos dignos da Província demonstravam interesse em um "feliz futuro", como no caso da gestão do 1º Vice-Presidente Mascarenhas, o mesmo nem sempre ocorria em se tratando das motivações político-administrativas dos Presidentes nomeados. Se no geral os gestores construíam seus discursos ambíguos, laudatórios em relação a boa índole do povo local, mas carregado de retórica atrás da qual seus reais interesses estavam assentados, havia exceção, como na modalidade direta e sem fulgor literário que o gestor de 1877 imprimiu nas suas palavras introdutórias, deixando a entender que não tivera interesse em permanecer no posto para o qual fora nomeado. Assim, ele se manifesta: "Devendo seguir para o Rio de Janeiro, a fim de tomar assento na Camara temporaria e tendo-me sido concedido pelo governo Imperial a exoneração que solicitei do cargo de Presidente desta provincia, venho dar a V. Ex.ª as informações que me incumbem" (RELATÓRIO, 05 de janeiro de 1877, p. 1). Já para o Presidente seguinte, cuja administração durou cerca de nove meses − ano de 1878, a questão não era explicitamente a sua falta de interesse. Em seu Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, ele conclui lamentando o curto prazo de sua presença e a impossibilidade de meios materiais que tivessem contribuído para com o enriquecimento da Província naqueles tempos de crise, a despeito de sua "melhor" vontade. Confira-se:

> Os recursos de intelligencia, o curto prazo de minha administração não me permittirão, como acabais de ouvir, offerecer-vos um trabalho digno de vossa attenção; acreditai, porém, que não me faltou para tanto a melhor vontade. Fiz o que me foi possivel. Fazei vós tudo quanto deveis e podeis por esta provincia, que se não é rica de presente, é de um porvir explendido. Preparai-lhes os caminhos do futuro [...] (RELATÓRIO, 22 de outubro de 1878, p. 60-61).

Na continuidade desta sumária retrospectiva sobre peculiaridades administrativas dos Presidentes, traz-se a lume uma questão considerada crucial para o desenvolvimento local, pois sua presença foi uma constante ao longo de todo o período provincial. Essa questão, de caráter fundamental, dizia respeito às finanças. Os recursos financeiros disponíveis, em todos as gestões, sempre foram mencionados como escassos e refletiram de modo termométrico o grande atraso, imbricado ao esquecimento e a outros fatores prejudiciais atribuídos ao Espírito Santo do Brasil imperial. As finanças foram sempre minguadas e tal deficiência contribuiria para aumentar a dependência político-econômica da Província em relação ao Governo Central. Como exemplo, reproduze-se o diminuto conteúdo do item "Estado financeiro da Província", que consta do Relatório de 19 de julho de 1880. Confira-se:

> Infelizmente a provincia não pôde ainda desempenhar-se de todo de seu compromisso, de longa data imprudente e infructiferamente tomados; entretanto, é de esperar e tudo faz crêr que, a arrecadação dos impostos creados, vá além do necessario para saldar

> seus debitos e equilibrar a receita com a despesa. O relatorio e annexos que apresentei em Março a Assembléa Provincial, dão sufficientes esclarecimentos sobre este importante assumpto (RELATÓRIO, 19 de julho de 1880, p. 6).

A criação de novos impostos parece não ter sido uma estratégia que contribuísse de fato para a melhoria das finanças. Nota-se que as esperanças e crenças manifestas pelo gestor acima foram embasadas em velhas teorias ou em expectativas do consolo, da abnegação em face do *status* político e econômico local, cuja tendência era agravar-se em face de crises na política e economia por que passava o Brasil imperial e escravocrata de 1880. O estado das finanças não melhoraria devido aos problemas administrativos de ordem local, os quais sob pressão das crises de âmbito nacional continuariam sendo agravados. Prova disso pode ser constatada no Relatório de 1881, em que o Presidente coloca em cheque a realidade nada animadora do tesouro provincial, nos termos seguintes:

> Ao assumir a administração d'esta Provincia, foi o meu primeiro cuidado instruir-me de suas finanças. Constando-me que era desanimador o estado do Thesouro Provincial e que a sua escripturação além de irregular não estava em dia, e sendo insufficientes e defeituosos os dados que então colhi, para poder formar um juizo certo e seguro, do seu verdadeiro estado, nomeei uma comissão a quem encarreguei de examinar aquella repartição, e indicarme as medidas que julgasse mais convenientes para extirpar os abusos e imprimir boa marcha e ordem na direção de seus trabalhos (RELATÓRIO, 08 de março de 1881, p. 50).

O estado das finanças provinciais continuaria desanimador em todos os sentidos (insuficiência de dados, irregularidades em seus registros escriturários, etc.) até o fim do Império. Os bons augúrios constantes do Relatório de 1880 podem ser considerados como pertinentes à diplomacia, oratória ou retórica próprias desses escritos. Na parte introdutória do Relatório de 1881 acima, o Presidente destaca "As riquezas naturaes que possue vossa bella Provincia, os esperançosos nucleos coloniais, o trabalho livre, que n'ella já se ostentão, parecem guardar em si o germe do mais lisongeiro futuro. [...] Dedicados como sois a causa publica, estou certo, erguereis esta Provincia a altura que lhe compete" (RELATÓRIO, 08 de março de 1881, p. 5). À sombra dos bons augúrios, fantasmas que urdiam o fim de uma época espreitavam a morte irremediável do Império. O desgaste do Estado monárquico atingiria de modo rápido a Província, minando a burocracia das esperanças e perspectivas orientadas para um futuro que cambiava sem nunca chegar. Na "Conclusão" do Relatório de 1884, o 5º Vice-Presidente provincial previa, indiretamente, esse ocaso. Deve-se atentar para o fato de que ele era o 5º Vice-Presidente e não era um filho ilustre da terra, embora considerasse como se o fosse. Ao final de seu Relatório, esse gestor confessou, de modo conclusivo, sua insatisfação em face da situação precária das finanças locais:

> Tendo relatado os acontecimentos mais importantes da minha administração, confesso que foi ella ingloria, porque o mao estado das finanças provinciaes não permittia emprehender, e menos realisar algum melhoramento material que perdurasse, attestando o meu vivo interesse pelo augmento e prosperidade desta Provincia, que por muitos titulos considero como se fosse a de minha naturalidade (RELATÓRIO, 17 de setembro de 1884, p. 32).

O fato de um 5º Vice-Presidente, não nascido no Espírito Santo, ter ocupado o cargo mais elevado da Província suscita uma série de questões de cunho político-econômica e também social. Não se faz necessária a construção de uma narrativa sobre a natureza dessas questões, pois ao longo deste tópico as prováveis respostas estão implicitamente disponíveis. A falta de compromisso, em relação aos problemas locais, por parte de gestores nomeados pelo Governo Central, não se sustenta como hipótese levantada sobre esquecimento ou atraso da Província. Também não se desautorizam hipóteses levantadas por aqueles que se agarram a um imaginário orientado para a crença numa "culpa" da história, qual seja: atores e fatores de cunho político-econômico teriam contribuído para a ocorrência de um determinismo histórico, isto é, o desenvolvimento do Espírito Santo como um "lugar" inferior em relação a outras províncias do Brasil imperial. Se ao longo do século XIX, o "solo Espírito-Santense" serviu ao Império como "lugar" para o aprendizado político-administrativo de homens inexperientes, tal fato histórico, respeitadas as devidas perceptibilidades, contribuiu, de alguma forma, para destacá-lo como "escola" destinada a esse tipo de experiência. Deve-se ter em mente que esse tipo de estratégia política comandada pelo Poder Central estendeu-se a outras províncias, conforme explicitado acima. Tanto lá (nas províncias pobres) quanto cá, esse procedimento ocorreu, em parte, às custas da penúria do povo e da mão-de-obra escrava.

III.2 Demografia e escravidão no Espírito Santo do século XIX

As origens da escravidão negra no Espírito Santo remontam a meados do século XVI, a despeito das controvérsias levantadas em torno de tal assunto. Historicamente, existe uma polêmica sobre a data da presença dos primeiros escravos *versus* primeira importação direta de africanos que foi feita pelo governo da jovem Capitania. No que diz respeito à presença dos primeiros escravos negros em território local, sem terem sido os mesmos necessariamente importados como mercadoria de compra, Daemon (2010) fornece dados sobre a presença de (índios flecheiros) e "escravos" em fins do ano de 1561, durante um combate levado a termo pelo capitão-mor Belchior de Azeredo Coutinho contra a invasão de naus francesas. No

entanto, esse autor tem suas dúvidas se o enfrentamento teria ocorrido de fato em Victoria e dá a entender que o local real do referido combate teria sido na Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha. Contrapondo-se ao postulado de Basílio Carvalho Daemon, sem no entanto fornecer esclarecimentos concisos sobre sua discordância, a pesquisadora Maria Stella de Novaes[147], tendo como base o que ela registrou como "Documentos Históricos. v.XXXVIII, p. 197", levanta a hipótese de que a presença dos primeiros africanos no Espírito Santo data de início do ano de 1550. Maciel (2016) não discorda e acata o ponto de vista da autora; mas, ele lança nova hipótese sobre a questão e aponta o ano de 1540 como possível data da presença dos primeiros africanos na Capitania, conforme elucidação adiante. No caso de Novaes (2010), é importante ressaltar que em duas de suas obras[148], a mesma data de 1550 pode ser encontrada. Para corroborar a postulação dessa autora, reproduz-se o seguinte:

> No Espírito Santo, em 1550, na arrematação dos bens de Ambrósio de Meira, feitor do almoxarife da Capitania, houve a citação de 10$804, em dinheiro, e o serviço de onze peças de escravos e uma escrava de nome Felipa (num total de 12 peças). No mesmo ano, pelo Mandado de 14 de março, o Provedor-Mor da Coroa determinava ao Espírito Santo que "deixasse, em cada ano, embarcar para o Reino, ao Pe. Francisco da Luz, que serviu de vigário, na dita Capitania, por João Dormundo, seu irmão, duas peças de escravos resgatados de sua roupa" (NOVAES, 2010, p. 20).

Na sequência de seu texto, a pesquisadora faz-se a seguinte interrogação: "Índios ou africanos?" Admite-se que tal dúvida é oportuna e, portanto, hipóteses podem ser levantadas, pois nos primórdios do Brasil colônia os índios foram sujeitados à escravidão pelos colonos portugueses, que utilizaram diferentes estratégias de cativeiro. A vinda de africanos seria a solução para a escassez de mão-de-obra indígena e isso justifica as dificuldades em relação à escravização do nativo gentio. "Concordam, de fato, vários autores que a escravidão negra, no Brasil, é contemporânea da sua colonização, porque, tornando-se os jesuítas protetores dos índios, contra o seu jugo pelos colonos, escasseavam braços, para a lavoura" (NOVAES, 2010, p. 20). Ora, pesquisas de Marques (1878), Daemon (1879[149]), Siqueira (1885), Freire (1945) e Oliveira (1951), por exemplo, influenciariam os trabalhos dessa estudiosa ocupada em dirimir dúvidas sobre a presença não oficial bem como sobre compra oficial e direta de

[147] Novaes (2010) não justifica os reais motivos de ela citar primeiro a data de 1621 como tendo sido início da compra de escravos negros na Capitania do Espírito Santo e, em seguida, mencionar o ano de 1561 como marco utilizado por Daemon (2010) para registrar a presença dos primeiros africanos em Victoria e ou em Vila Velha. Ao que a autora sugere, ela rejeita essa data de 1561 para demarcar e aceitar o ano de 1550 − cerca de doze anos antes − como tendo sido o marco verdadeiro da presença dos primeiros escravos negros no Espírito Santo de então. Essa problemática está melhor abordada no texto que inicia este tópico.

[148] A primeira obra, originalmente publicada em 1963, é "A escravidão e a abolição no Espírito Santo". Na sua segunda edição, em 2010, o registro desse assunto encontra-se na página 20. Quanto à segunda obra, trata-se de "História do Espírito Santo", publicado cerca de 1968. O mesmo registro pode ser encontrado na página 23.

[149] A referência diz respeito à data da primeira edição da obra de Basílio Carvalho Daemon, como seja: 1879.

"peças" africanas para o trabalho escravo no Espírito Santo. As postulações de Novaes (2010) contribuiriam para influenciar historiadores da escravidão como Cleber da Silva Maciel, que na sua obra "Negros no Espírito Santo" faz referências à obra dessa autora denominada de "A escravidão e a abolição no Espírito Santo", no que concerne ao seguinte:

> Finalmente, no Espírito Santo, pode-se dizer que a importação direta de africanos data de fins de 1621. Entretanto, já havia escravos africanos antes, talvez desde 1540, com o início do plantio de cana-de-açúcar. Pode-se afirmar sua presença, com certeza, desde 1550, conforme a arrematação dos bens de um feitor da capitania, pois nesse documento aparecem listados 12 escravos (MACIEL, 2016, p. 64).

Já em relação à importação direta e oficial de africanos para substituírem os nativos gentios e trabalharem como escravos na Capitania do Espírito Santo, existem duas correntes de estudiosos que pensam do seguinte modo: (a) Aqueles que são a maioria e acatam como marco o ano de 1621; e (b) Os que reconhecem o ano de 1622 como tendo sido um marco de privilégio para a compra de mercadoria humana escrava destinada a trabalhar nos engenhos locais. Há em comum nas visões das duas correntes o fato de os traficantes receberem como pagamento o açúcar e outros gêneros de produção local pelos africanos que eram comprados e tratados como "peças", isto é, simples mercadoria. "Em fins deste ano [1621] começou esta capitania a importar e receber escravos africanos, sendo obrigados os que importavam a pagá-los com açúcar e outros quaisquer gêneros, por privilégio especial concedido unicamente a esta capitania" (DAEMON, 2010, p. 163). O conteúdo desta citação foi tomado por um estudioso que interpretou a problemática do seguinte modo: "Na sua opinião [de Basílio Daemon], o tráfico direto de braços negros entre o Espírito Santo e África começou em fins de 1621, 'sendo obrigados os que os importavam a pagá-los com açúcar [...], por privilégio especial concedido unicamente a esta Capitania'" (OLIVEIRA, 2008, p. 132). Sem mencionar a forma de pagamento, pode-se ler em outro estudo que "[...] em fins de 1621, começou a entrada de escravos africanos. [...] desde 29 de março de 1549, mediante um Alvará, S. M., Dom João III facultava aos senhores de engenho o resgate e a introdução de escravos do Guiné e da Ilha de São Vicente, até o máximo de cento e vinte" (NOVAES, ca. 1968, p. 59). O número máximo de 120 "peças" para cada senhor dono de engenho na Capitania de meados do século XVI pressupõe uma quantidade elevada de escravos, caso isso tenha ocorrido. Em face da não existência de dados concretos para comprovar tal possibilidade, resta aparelhar-se teoricamente com a compreensão blocheana[150] e assentir com a lógica segundo a qual "[...] a

[150] Em sua obra póstuma denominada de "Apologia da História", Bloch (2001) levanta a questão do julgar *versus* compreender, optando pelo segundo termo: o "compreender" como método que ilumina is estudos históricos.

Capitania do Espírito Santo era uma das que mais fazia contrabando de escravos. [...] constituía-se em região de importante contingente populacional negro [...]" (MACIEL, 1992, p. 29 e 33). Para dar suporte ou reforçar essa lógica, retomam-se palavras desse mesmo autor, na modalidade da afirmação seguinte: "Como já se sabe, desde o século XVI havia negros no Espírito Santo. Vitória, por exemplo, em 1551, tinha 7.225 habitantes, dos quais 4.898 eram escravos, portanto, não brancos (MACIEL, 2016, p. 72).

Para o que se denominou de corrente (b), no único dicionário publicado na Província do Espírito Santo, um ano antes da publicação da obra de Basílio Carvalho Daemon em 1879, encontra-se o verbete "escravos", cuja definição do autor pode ser lida nos termos seguintes: "Escravos.—Em 1662, diz o douto Sr. Varnhagem, que o Espirito Santo, privado dos braços dos Índios, recebia os de africanos, e por privilegio especial não era obrigado a pagal-os a dinheiro, porem sim em assucares e outros generos" (MARQUES, 1878, p. 58). Com o intuito de dar suporte ao conteúdo desta afirmação, reproduz-se o que um estudioso de fins da segunda metade do século XX escreveu: "O Espírito Santo gozava, por volta de 1622, do privilégio de receber africanos, para pagá-los, não a dinheiro, mas, depois, em açúcar e outros gêneros" (FREIRE, 2006, p. 110). Neste último caso, as fontes a que se recorreu esse autor foram as citadas como segue: "(Pizarro, Memórias, II, 112 e 119; Varnhagen, II, 193 e 225)". Esse sumário levantamento historiográfico sobre a presença dos primeiros cativos vindos da África para o Espírito Santo, assim como para outras Capitanias do Brasil colonial no século XVI, pode ser resumido da seguinte maneira: "Em nosso entender, os escravos africanos foram levados ao Brazil desde sua primitiva colonisação; e naturalmente muitos vieram com seus senhores a bordo dos primeiros navios que aqui aportaram, comprehendendo os da armada de Cabral" (VARNHAGEN − I, 1854, p. 182). Para esse historiador de início da segunda metade do século XIX, a escravização de africanos representava o que para ele era "desmoralização" em todas as Capitanias − o que valia para todo o Reino de Portugal.

A exposição acima sobre a presença não oficial de africanos no Espírito Santo de antes de 1550 e sua importação oficial ou a compra direta de "peças" escravas oriundas da África e destinadas para a Capitania da segunda metade do século XVI é aqui tomada como exemplo cuja finalidade é corroborar peculiaridades próprias do escravismo local. Eram, pois, práticas de tráfico exercidas desde os primórdios da Capitania. De acordo com explicitação de Novaes (ca. 1968), o Alvará expedido por Dom João III em 29 de março de 1549 oficializaria a compra de "peças" africanas para suprir a necessidade de braços nos engenhos. Foi a partir dessa medida tomada pelo Rei de Portugal que a compra de escravos negros por senhores de engenhos se tornaria uma prática legal. Durante todo o período colonial e provincial, africanos

passaram a ser comprados como mercadoria comum: sem sua mão-de-obra, fosse nos centros urbanos ou no meio rural, a Capitania e a Província não teriam sido possíveis tanto no Brasil Colônia quanto no Brasil Império. Se a Capitania destacava-se por ser uma dentre aquelas onde o contrabando de escravos era mais elevado (MACIEL, 2016), pressupõe-se que no período de Província tais práticas devam ter sido continuadas, resguardados os movimentos antiescravistas e os impedimentos jurídicos em favor do fim do tráfico no Brasil oitocentista. Assim, quer-se conhecer, tendo-se como apreço a documentação disponível, o fluxo da população escrava no Espírito Santo do século XIX. A despeito da produção acadêmico-científica recente orientada para as pesquisas sobre a família escrava[151] na Província, como os estudos de Merlo (2008), leva-se também em conta obras de Almada (1984), Novaes (2010) e Maciel (2016) sobre a escravidão em território espírito-santense. Repisa-se (no sentido de buscar o inovador) essa problemática tendo-se como enfoque inicial um estudo, no sentido amplo, sobre condições de vida de escravos trabalhando na Província e, de modo específico, enfoca-se adiante o adoecimento e mortandade de escravos vivendo no trabalho em Victoria da segunda metade do século XIX. Para tanto, neste tópico faz-se um levantamento resumido de dados sobre a população escrava ao longo do período que compreende de 1800 a 1888.

O primeiro levantamento oficial de que se dispõe sobre a população no Espírito Santo do século XIX data de 1817/1818[152]. Considera-se oficial porque resultou da ação decisória do então governador Francisco Alberto Rubim, que produziu o manuscrito no qual registrou as memórias (ano de 1817) e uma breve notícia estatística (no ano de 1818) da Capitania que ele considerava como sendo importante porção do Reino do Brasil. Ao final desse manuscrito, na página de número 30, há o que esse governador denominou de "Resumo" e no qual contém

[151] Segundo Merlo (2008), as pesquisas acadêmicas sobre escravidão no Estado do Espírito Santo longe estão do *boom* ocorrido, nos últimos trinta anos (ao se considerar a data de 2008), na produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil. "Verifica-se, com efeito, a grande carência de investigações sobre a escravidão capixaba que possam tornar mais seguro o trabalho de análise do fenômeno" (MERLO, 2008, p. 24). Essa autora cita os trabalhos de Almada (1984) e de Campos (2003) como referências locais. Entretanto, entende-se que além dessas duas menções sobre o assunto, o estudo de Maria Stella de Novaes (1963), de Afonso Cláudio de Freitas Rosa (originalmente produzido em 1884 e publicado em 1979), as pesquisas de Cleber da Silva Maciel − anos de 1992 e de 1994 − e de Nara Saletto (1996) podem ser consideradas como contribuintes. Concomitante com a data da pesquisa de Merlo (2008), Julian Sabino Simonato produziu um estudo, em 2008, sobre escravidão na Fazenda Santa Helena. Após 2008, a produção historiográfica sobre a escravidão no Espírito Santo expandiu. Como exemplo, elencam-se as pesquisas seguintes: Aloiza Delurde Reali de Jesus − "Trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo", de 2009; Maria do Carmo de Oliveira Russo − "Escravidão em São Mateus/ES, de 2011; Geisa Lourenço Ribeiro − "Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo", 2012; Rosani Freitas Faria − "A constituição de famílias entre os escravos de Vitória", de 2013; Michel Dal Col Costa − "Redes solidárias de libertação dos escravos na Região Central do Espírito Santo oitocentista", de 2013; Rafaela Domingos Lago − "Escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo", de 2013.

[152] Consta que em meados de1812, o Governador Manuel Vieira da Silva Tovar e Albuquerque "Recensia a população da Capitania e as listas acusam 11.900 pessoas livres e 12.000 escravos [...]" (DERENZI, 1965, p. 121), o que compreendia uma população total de 24.000 "almas". Em 1817/1818, o Governador Francisco Alberto Rubim solicitaria um novo levantamento estatístico populacional da Capitania − ver Quadro 3 acima.

26 tópicos ou itens estatísticos. Esses itens correspondem ao números de governadores, igrejas filiais e de particulares, portos de mar, rios principais, engenhos, engenhocas, etc. No que concerne aos dados populacionais, foram enumerados os seguintes itens:

Quadro 3. Dados sobre Povoações e População do Espírito Santo em 1817/1818

I t e n s	**N ú m e r o s**
Villas	6
Povoações	6
Freguezias	8
Fogos	3.729
Almas	**24.585**
Baptizados em 1817	1.087
Obitos	824
Diferença a favor da população	263
Casamentos	273

Fonte: RUBIM, Francisco Alberto. Memórias para servir à história até ao anno de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil, escriptas em 1818, e publicadas em 1840 por hum capixaba.
Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

Como é de se notar, as pontuações do governador em relação ao número de habitantes da Capitania estavam orientadas, em primeira instância, para quantificar as concentrações urbanas da época, que somavam um total de 20 (entre vilas, povoações e freguesias), e a partir desse resultado apresentar números genéricos sobre uma população cujos desdobramentos étnicos são ignorados. A despeito de sumária exposição sobre a mobilidade social envolvendo casamentos, nascimentos e óbitos, não se tem como saber o número de pessoas de cor branca, indígenas (se é que os índios foram levados em conta), negros[153] e pardos (escravos ou livres). No entanto, chama a atenção o número de 1.087 batizados no ano de 1817, que se apresenta elevado se considerado em separado do número de 824 óbitos (provavelmente no mesmo ano de 1817). Porém, quando se leva em conta a mortandade em relação ao número de nascidos, nota-se que ela era alta, pois que os sobreviventes correspondiam ao percentual de apenas 24,195% do número total de 1.087 batizados. Quanto ao número de 824 mortes, que deve compreender os adultos (brancos e negros) e as crianças (brancas e negras), ele corresponde ao percentual de 75,8% daquele número de 1.087 batizados no mesmo ano de 1817. Não se tem como quantificar os índices reais de mortandade de crianças, fossem elas brancas ou negras. Ainda assim, sabe-se que a vulnerabilidade de crianças negras (e brancas) em face das

[153] Em seu estudo sobre o Governo de Francisco Alberto Rubim, o historiador Derenzi (1965) apresenta o número de 12.100 escravos, o qual estaria incluído numa população total de 24.857 "almas". Para os interessados, esse assunto consta do tópico "Francisco Alberto Rubim − 1812 a 1819", páginas 122 a 126.

doenças era maior do que a mortandade de adultos (fossem brancos ou negros). Não obstante a falta de dados sobre a população livre e escrava na obra de Rubim (1840), dispõe-se de uma fonte na qual constam números sobre populações livre e escrava no Espírito Santo de 1819. Deve-se atentar para o fato de que o ano de 1819 é o seguinte logo após o ano de 1818. Em consonância com as declarações de Clóvis Moura, fundamentadas por estudos de outros autores, "Em 1819, pelas estatísticas de Veloso de Oliveira, assim se distribuía a nossa população nacionalmente, segundo o quadro apresentado por Calógeras[154]" (MOURA, 1992, p. 10). Nesse quadro, estão computados, por Província, os números de pessoas livres e escravas, seguidos do percentual da população cativa em relação à população livre. De acordo com os números fornecidos por Moura (1992), em 1819 a população total do Espírito Santo era de 72.845. Este número é cerca de três vezes maior do que aquele fornecido por Rubim (1840), qual seja: 24.585 "almas". Com o propósito de esclarecer, ao menos em parte, o que Rubim (1840) não teve como deixar claro em sua obra, reproduzem-se esses dados novos sobre a população total e a população escrava no Espírito Santo de início do século XIX.

Quadro 4. População de escravos no Espírito Santo − ano de 1819

Província	Livres	**Escravos**	**População Total**	Percentual de escravos
Espírito Santo	52.573	**20.272**	**72.845**	**27,7%**

Fontes: Artur Ramos − "Introdução à antropologia brasileira". Rio de janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. Clóvis Moura − "História do negro brasileiro". São Paulo: Editora Ática, 1992.

Essa falta de dados numéricos sobre a população escrava no Espírito Santo do tempo de Francisco Alberto Rubim − de 1812 a 1819 − não invalida a busca acurada por mais informações sobre tal peculiaridade. Em um outro levantamento de dados feito por Moura (2013) sobre a população escrava do Brasil Império[155], tendo como suporte outros autores, o mesmo número de 20.272 cativos negros corresponde ao ano de 1819. Ora, ao se considerar o número total de 24.585 almas, constante no Resumo estatístico de 1818 fornecido por Rubim (1840), constata-se uma estatística bastante expressiva em relação à população escrava. O número de 20.272 escravos fornecido por Moura (2013) para o ano de 1819 corresponderia a um percentual de 82,456% da população total de 1818. Do ponto de vista teórico, atribui-se a

[154] Moura (1992) está se referindo ao engenheiro, geólogo e político brasileiro João Pandiá Calógeras.
[155] O período de Brasil Império compreende fins do ano de 1822, quando foi proclamada a Independência, e vai até fins do ano de 1889, com a Proclamação da República. Não obstante, há autores que consideram o Brasil Vice-Reino como parte do Império. "Pertence ainda à cronologia imperial, como prelúdio, o chamado período joanino, correspondente à presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro sob a regência do príncipe D. João, entre 1808 e 1821, o futuro D. João VI, aclamado em 1818 − primeiro monarca português coroado nos trópicos" (VAINFAS, 2002, p. 356). Daí a alusão feita por Moura (2013) ao ano de 1819 como relativo a Brasil Império.

esse elevado número de escravos no Espírito Santo de início do século XIX a um dentre os três itens de periodização levado em conta por Merlo (2008) para a movimentação na compra ou entrada de escravos no Brasil e, em consequência, no Espírito Santo de então. Os recortes periódicos que essa autora considera são os seguintes: a) De 1800 a 1809; b) De 1810 a 1819; e c) De 1820 a 1830. "[...] o período de 1810-1819 foi de aceleração da oferta africana e de incremento no tráfico [...]" (MERLO, 2008, p. 57). Essa movimentação periódica no aumento de africanos comprados para serem escravizados no Império e na Província coincide com dados numéricos fornecidos por Moura (2013), ao mesmo tempo em que permite deduzirem-se questões implícitas no material estatístico fornecido por Rubim (1840).

Na gestão do primeiro Presidente da Província − Ignacio Accioli de Vasconcellos −, que compreendeu o período de 1824 a 1829, a população local atingiu, no ano de 1824, a cifra de 35.353 "almas". Desse total, a população escrava correspondia à soma de 13.188 (entre cativos pardos e pretos) e a população forra somava 8.283 (entre pardos e pretos livros). Há controvérsias que giram em torno dessa estatística demográfica fornecida por Vasconcellos (1978). Segundo Salleto (1996), o "Censo Provincial" de 1824 não se sustenta em virtude da fraca economia da Província. Em relação ao elevado número de escravos, que atingia um percentual em torno de 37%, essa mesma autora considera-o desproporcional pelo mesmo motivo acima mencionado: economia fraca, o que reforça o epíteto de capitania e "província pobre", já abordado sobejamente neste capítulo. O período da administração de Ignacio Accioli de Vasconcellos − 1824 a 1829 − pode ser confrontado com o terceiro recorte periódico de Merlo, qual seja: de 1820 a 1830. "[...] o período de 1820-1830 [foi] marcado por desenfreada compra de cativos, seguida por uma crise na oferta africana desencadeada pelo prenúncio do fim do tráfico" (MERLO, 2008, p. 57). Esses dados contrariam a visão de Saletto (1996) e reforça o postulado de Moura[156] (2013), segundo o qual em 1823 a população escrava do Espírito Santo atingia a cifra de 60.000 cativos. Esse mesmo número é também levado em conta por Mattoso[157] (2003), pois essa autora afirma que em 1823 havia no Espírito Santo uma população de 60.000 escravos. Isso explicaria, com restrições, o que está prescrito no Censo Provincial de 1824, isto é, o número de 13.188 escravos para uma população total de 35.353 "almas". Ainda assim, a cifra de 60.000 escravos apresentada por Mattoso (2003) e por Moura (2013), para o Espírito Santo de 1823, não só aparenta elevado como não permite

[156] Os estudos de Clóvis Moura têm como fundamentação as pesquisas "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil", da autoria de Francisco José de Oliveira Viana; o estudo denominado "Tráfico de Escravos" In: Estatísticas Históricas do Brasil, Série Estatísticas Retrospectivas, vol. 3: 1550-1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987, de Herbert Klein, os estudos de Stanley J. Stein, entre outros nomes.

[157] Na página 64 da obra de Mattoso (2003), encontra-se uma tabela constante de números sobre a população livre e escrava, por Província, no Brasil do período que vai de 1823 a 1872.

que se sustente, epistemologicamente, o que parece insustentável nos escritos de Francisco Alberto Rubim nem no manuscrito de Ignacio Accioli de Vasconcellos. A proposição de Merlo (2008) sobre a compra "desenfreada" de africanos ao longo do período de 1820 a 1830 dá suporte para o levantamento demográfico feito por Mattoso (2003) e por Moura (2013) para a nascente Província do Espírito Santo, ano de 1823, o que pode ser reforçado tendo-se como embasamento os números estatísticos na modalidade que segue:

Quadro 5. Número de africanos desembarcados em portos brasileiros entre 1821 e 1830

Anos	Número Total	Média Anual
De 1821 a 1830	431.4000 Africanos	43.140 Africanos

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil/IBGE, 1987, p. 58 e "Escravidão no Brasil"/Jaime Pinsky−1997, p. 29.

Depreende-se, pois, que o recorte periódico 1820-1830, ou 1821-1830 como está no Quadro 5 acima, é aceito por esses estudiosos como tendo sido a fase de pique mais elevado no longo decurso de importação e compra de africanos no Espírito Santo. Esta investigação documental permite, assim, constatar-se que em nenhum outro período do século XIX, com ênfase para o ano de 1823, o número de escravos na Província atingiu cifra tão elevada. Entre os fatores que contribuíram para o que Merlo (2008) denominou de "crise" na importação "desenfreada" de africanos, destacam-se as medidas ou ações preventivas levadas a termo pelo Parlamento inglês[158] em favor do fim do tráfico de negros para o Brasil. Uma série de convenções viriam a ocorrer entre o governo inglês e o governo brasileiro, tendo como foco o fim do tráfico de africanos. Em 1826, depois de a Inglaterra ter reconhecido a Independência do Brasil, foi consubstanciado um tratado entre os dois Estados, o qual consistia do seguinte: o governo brasileiro reveria o problema da escravidão; o próximo passo seria comprometer-se com a interrupção do tráfico de africanos no prazo de três anos, isto é, até 1830, já que os trâmites do acordo foram prolongados durante todo ano de 1827. O ano de 1830 foi um marco importante contra o tráfico negreiro, pois "A partir de então o comércio de negros seria considerado pirataria e punido severamente" (COSTA, 2010, p. 74).

[158] A Revolução Industrial (1750-1870), imbricada ao sistema capitalista emergente e irreversível, por exemplo, orquestraria a nova ordem mundial no desenrolar dos fenômenos político, econômico e social durante os séculos XVIII e XIX (HOBSBAWM, 2000 e 2012). Nesse novo cenário, a Inglaterra evidenciou-se como protagonista a favor do fim do tráfico de africanos e, em consequência, do fim da escravidão. É fato que "A Inglaterra, desde 1807, abolira o comércio de escravos em suas colônias. Tentara suprimir o tráfico de escravos para o Brasil, aproveitando-se das obrigações em que ficara o monarca português em 1808, quando da sua evasão de Portugal, auxiliado pela marinha britânica. Em 1810, entretanto, D. João VI apenas fazia promessas vagas no sentido de cooperar na campanha contra o tráfico [...]" (COSTA, 2010, p. 72-73). Essa problemática continuaria no Brasil Império. Na verdade, durante os quase 67 anos de monarquia a escravidão negra foi uma constante.

O tratado de 1826 não foi cumprido e o tráfico de africanos para o Brasil continuou depois de 1830. As negociações encabeçadas pelo governo inglês continuariam ininterruptas, até assumirem o caráter de pressões políticas e coerções repetitivas. O Estado e a sociedade escravistas brasileiras não se intimidavam ante essas pressões. O problema se agravaria ao ponto de o governo da Inglaterra tomar medidas unilaterais: as negociações entre os dois Estados foram interrompidas pelo Parlamento britânico e em 08 de agosto de 1845 foi promulgada a Lei *Bill Aberdeen*. "Tratava-se de uma lei que autorizava o governo inglês a julgar os navios brasileiros como piratas, em tribunais ingleses, quaisquer que fossem os locais onde ocorressem as capturas [...]" (RODRIGUES, 2000, p. 115). Não obstante o rigor das pressões feitas pelos britânicos contra o tráfico de africanos para o Brasil, sua interrupção só ocorreria em 04 de setembro de 1850 com a "Lei [nº 581] de repressão ao tráfico negreiro, o qual terminou em consequência da energia de Eusébio de Queiroz, Ministro da Justiça" (GUIMARÃES, 1967, p. 61). Do ponto de vista legal, teoricamente ocorreu a interrupção da importação de africanos para o Brasil e o governo inglês interrompeu suas ações de vigilância e de apreensões de tumbeiros no Atlântico Sul e ao longo da costa brasileira. Contudo, os traficantes insistiriam em comprar negros e trazê-los para o desembarque clandestino em pontos do litoral do Império. Segundo Rocha (1977) e Almada (1984), o Espírito Santo veio a se destacar, ao longo do processo de vigilância acirrada contra o tráfico de africanos no pós-1850, como tendo sido uma dentre todas as Províncias do Brasil Império que mais resistência teve ao cumprimento da Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850. Isso justificaria a interferência direta, enérgica e radical praticada pela marinha inglesa ao longo de todo o litoral espírito-santense durante aquele período. Em suas costas litorâneas ocorreram com certa frequência desembarques e tentativas de desembarques de africanos, conforme elucidação adiante. Em face do descumprimento do acordo, devido a continuidade das velhas práticas clandestinas de traficantes de africanos para o Brasil, as pressões, capturas e punições interrompidas pela marinha britânica voltaram a ser reconsideradas pelo Parlamento inglês[159] e se tornariam ainda mais diretivas, como seja: as perseguições feitas aos tumbeiros que aportavam no litoral brasileiro se tornariam mais acirradas. Em relação ao tráfico pós-1850 no Espírito Santo, as pesquisas sobre tal assunto ainda são incipientes. Para este estudo e seu desenvolvimento, encontrou-se razoável número de depoimentos fundamentados em cerca de meia dúzia de

[159] Traz-se à baila o fato polêmico de que até 1839 a Inglaterra atuou de modo clandestino no tráfico de africanos para portos de Londres e de Liverpool. "[...] ela [a Inglaterra] nunca se desinteressaria totalmente pelo tráfico. Nesse sentido, diz José Justiniano da Rocha, em seus Papéis Parlamentares (1839): 'Documentos impressos em Londres provam que nos portos de Londres e Liverpool, depois da proibição, se armavam por conta de súditos britânicos navios sob bandeira estrangeira para este tráfico [...]'" (MOURA, 2013, p. 397-398).

Relatórios de Presidentes sobre o assunto, no decurso da década de 1850. A seguir, faz-se um levantamento resumido de dados relativos a essa questão, tendo-se como embasamento esse número de fontes já mencionadas acima, com o suporte de alguns estudos sobre a questão.

Durante toda a década de 1850, houve desembarques e tentativas de desembarques de africanos boçaes[160] por parte de traficantes que insistiam em comerciar "mercadoria" humana de norte a sul da costa espírito-santense. De fato, até o ano de 1861 esse problema ainda era motivo tanto de defesa quanto de justificativas feitas pelo governo local. Numa busca por documentos comprobatórios sobre o tráfico de africanos pós-1850 nos portos e em "pontos" costeiros da Província, foram encontrados depoimentos de cinco Presidentes e de um Vice-Presidente sobre essas práticas, somando um total de seis Relatórios concernentes aos anos de 1852, 1853, 1854, 1855, 1856 e 1861. Os testemunhos sobre as práticas e pressões acirradas contra o tráfico pós-1850 não estão restritos ao período relativo à documentação encontrada e mencionada acima. Pouco tempo depois de sancionada a "Lei Eusébio de Queiros" (04 de setembro de 1850), por meio da qual se punha fim ao tráfico negreiro, em 17 de dezembro de 1850 o Ministro dos Negócios Estrangeiros cuidou de alertar oficialmente o Presidente da Província sobre os perigos do comércio que recebera a alcunha de "nefando", "abominável". Segundo Almada (1984), era notória a preocupação desse ministro que, em face da vigilância e pressões da marinha inglesa, notificara o Ministro da Marinha brasileira para fazer um levantamento de todos os "portos e pontos" do Espírito Santo, com o objetivo de fazer uma visitação a esses locais para prevenir a presença dos traficantes. Ora, essas precauções tomadas pela marinha brasileira tinham seus motivos, pois é fato que "[...] em março de 1851, o desembarque de 115 a 120 negros vindos da Costa da África, nos portos de Itabapoana e Piúma, era denunciado ao Chefe de Polícia da Província, com a descrição 'de um caixeiro que estava à espera do carregamento'" (ALMADA, 1984, p. 109). Fato curioso: ainda de acordo com essa mesma autora, o traficante Joaquim Ferreira de Oliveira desafiava o Ministério da Justiça, numa demonstração de resistência à Lei de 1850, quando em agosto de 1851 foi denunciado e acusado por ter desembarcado 270 africanos boçaes no porto de Itapemirim. Percebe-se que essa alta oferta de africanos no sul da Província, apenas um ano depois do fim do tráfico, tinha como motivação a aquisição clandestina (de alto risco para traficantes e para os compradores locais) era devida à carência de braços para o trabalho escravo numa região

[160] O significado do termo "boçal" está resumido em um verbete do Dicionário Houaiss do seguinte modo: "**1** *ant*. referente a ou escravo negro recém-chegado da África, que ainda não falava o português" (HOUAISS, 2001, p. 473). Para aprofundamento no conhecimento dos significados dessa palavra (relativa a africanos) no século XVIII e XIX, recomenda-se a obra de Pe. d. Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. (Ed. fac-simile, CD-Rom, Rio de Janeiro, UERJ, s.d.).

em que o plantio e comercialização do café começava. Outros desembarques de africanos ocorreram ainda no ano de 1851, pois nos meses de agosto e setembro os portos e pontos de desembarque ao longo da costa do Espírito Santo, incluindo ilhas da baía e o porto de Vitória, foram visitados e inspecionados pela tripulação em barcos da marinha inglesa.

> Neste contexto, apesar do compromisso assumido com o Governo Brasileiro após a Lei de 1850, o Governo Inglês passa a agir novamente contra o tráfico africano. A partir de 1851, interfere direta e energicamente no Espírito Santo [...] um aspirante-a-oficial [sic] de corveta inglesa "Geyser", ao percorrer a costa espírito-santense, conta num livro publicado em Londres [...], ter visto numa das ilhas da baía de Vitória numerosos pretos africanos que haviam desembarcado clandestinamente de barcos negreiros. No porto de Vitória, viu ainda ancorar "dois navios recentemente apresados − dois tumbeiros −, sendo um deles brigue de trinta toneladas, vindo de Cabinda com cento e oitenta escravos" (ALMADA, 1984, p. 110).

Em relação ao período de 1852 a 1861, constatou-se que esse tráfico clandestino pós-1850 prosseguiu no Espírito Santo envolvendo desembarques e tentativas de desembarques de africanos. A despeito dos depoimentos feitos pelos Presidentes da Província no período em alusão, os números ou são incompletos ou são omitidos. A questão fica em aberto: não se tem como quantificar nem o número de africanos desembarcados no Espírito Santo nem o número daqueles que foram enviados legalmente de volta para as costas da África. Numa tentativa de compreensão blochiana, apresentam-se probabilidades − um olhar resumido, uma perspectiva favorável do que possa ter ocorrido naquele período.

Em maio de 1852, o Presidente José Bonifácio N. d'Azambuja envidara esforços para mitigar o problema do tráfico pós-1850 no Espírito Santo, pois a projeção da Província tinha ultrapassado as fronteiras e os boatos se multiplicaram a tal ponto de ser manchete em jornal da Corte. Certamente, o que era publicado nos jornais da Corte tinha projeção nas Províncias que compunham o Brasil Império. Os esforços daquele Presidente estiveram, pois, orientados para defender o Espírito Santo das falácias jornalistas e minorar a expansão de notícias sobre o "nefando" comércio. Em sua Fala na Assembleia Legislativa provincial, d'Azambuja (1852) disse ser lisonjeiro dar boas notícias sobre a diminuição do tráfico de "africanos boçaes" e que isso acontecia em decorrência das medidas repressivas tomadas pelo governo local. Porém, na continuidade de seu discurso ficam óbvias as dificuldades enfrentadas para por fim definitivo da importação e compra clandestinas de africanos:

> As raras importações verificadas no ultimo anno, e a prompta punição dos delinquentes dão fundadas esperanças de que brevemente elle estará de todo extincto. N'esta Provincia foi capturado no dia 1.º de Maio do anno passado [1851], mediante as deligencias executadas pelo delegado de policia de Itapemirim, o Dr. Rufino

> Rodrigues Lapa, um carregamento d'aqueles infelizes que se tentára desembarcar nas margens do rio Itabapoana (RELATÓRIO, 24 de maio de 1852, p. 6).

Não se tem como quantificar em números essas importações "raras" de africanos em 1851. As esperanças de d'Azambuja para a abreviação, ou melhor, para a extinção definitiva desse comércio ilícito não se concretizariam em acordo com seu prognóstico apresentado em Assembleia. Toda a Província passaria a ser alvo de vigilância rigorosa por parte do Poder Central. Em maio de 1853, o Presidente Evaristo Ladislau e Silva comunicava aos membros da Assembleia Legislativa provincial o seguinte:

> A vigilancia do governo Imperial e de seus delegados tem sido incançavel no sentido da repressão do trafico d'africanos boçaes: á excepção d'um ou outro caso de desespero dos que ainda se alucinão com este negocio e que acossados pela policia de mar ou de terra procurão um abrigo de salvação onde quer que seja, não se terá de vêr pelo que me parece, algum desembarque dessa gente nas costas da provincia (RELATÓRIO, 23 de maio de 1853, p. 8).

Ao levarem-se em conta medidas rigorosas de vigilância tomadas pelo Poder Central, no ano de 1851, com o suporte de denúncias vindas de fontes diversificadas, entende-se que as estratégias de práticas no comércio ilícito de africanos viriam a tornar-se mais fraudulentas, ardilosas. Em consequência, entra em ação a interferência direta e local da marinha inglesa, segundo afirmações de Almada (1984). Eis que os compradores de escravos no Espírito Santo depararam-se com uma situação nova, inesperada. A demanda na aquisição de tal mercadoria aumentava na proporção em que as fazendas de café prosperavam, com preponderância para os donos de fazendas ou de lavouras situadas no sul da Província. Diante de tais pressupostos, percebe-se que o conteúdo do excerto pontuado acima apresenta lacunas e contradições, pois uma vigilância direta do Poder Central, associada a ações de delegados tanto da Corte quanto do governo local, evidenciam a existência de "janelas" comerciais por meio das quais se dava o desembarque forçado desses remanescentes do tráfico extinto em 1850 no Brasil Império. Os inglesas não estariam eles mesmos vigiando e aprisionando embarcações nas costas do Espírito Santo caso não houvesse a continuidade ainda mais habilidosa de tais práticas.

Os discursos de Sebastião Machado Nunes apresentados à Assembleia Legislativa provincial nos anos de 1854 e 1855 contrapõem-se e contradizem-se quando partes deles são confrontadas. No ano de 1854, a palavra do Presidente é enfática no que concerne a um possível fim definitivo do "Contrabando de africanos boçaes" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1854, p. 8). Já no ano de 1855, o discurso do mesmo Presidente sobre essa problemática está parcialmente em acordo e desacordo em relação à ênfase dada por ele no ano de 1854. Os

caminhos não são contínuos: há empecilhos, ou descontinuidades, em suas trajetórias. Em frente a tais dificuldades, o pesquisador levanta reflexões e entre elas escolhe uma que se ajuste melhor ao que ele defende teoricamente. Eis um exemplo: "A história é na verdade o reino do inexato" (RICOEUR, apud LE GOFF, 1996, p. 21). O "inexato" possibilita leituras aproximadas de um mesmo problema. É nesse sentido que se tomam e confrontam-se os dois discursos desse Presidente. "Nem-um facto se tem dado na provincia de desembarque de africanos boçaes, ou de tentativa d'esse crime" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1855, p. 7). Este depoimento está em acordo com o testemunho seguinte: "Sinto o mais vivo prazer em annunciar-vos que o commercio illicito de africanos tem completamente cessado [...] Fallando-vos particularmente d'esta provincia, posso assegurar-vos que não tem apparecido o mais leve indicio, que possa authorizar a menor desconfiança a este respeito" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1854, p. 8). Não obstante a consonância desses dois depoimentos, na sequência de seu discurso exposto no Relatório do 1855, o Presidente afirma o seguinte:

> Em fins de setembro do anno proximo passado [1854] appareceo nas costas d'esta provincia para o lado de Itapemirim uma embarcação suspeita. Immediatamente o delegado do termo, o Dr. Rufino Rodrigo Lapa, dêo parte d'esta occurrencia ao Dr. chefe de policia, tomando desde logo as mais energicas providencias. Pedia auxilio à guarda nacional, da qual lhe foi prestado immediatamente um contingente commandado pelo tenente Joaquim Marcellino da Silva Lima. Com esta força, e com a do destacamento de 1ª linha, que ali existe ao mando do tenente José Caetano d'Oliveira Rocha, pôz-se em segurança a costa de modo a tornar impossivel um desembarque n'aquelle ponto, caso fosse tentado (RELATÓRIO, 25 de maio de 1855, p. 7-8).

Na continuidade do testemunho acima, encontram-se menções feitas aos rigores da vigilância levada a termo pela marinha brasileira. Uma embarcação suspeita foi avistada indo rumo ao sul da Província, em direção a Itabapoana. Abordada pelo comando pertencente à Província do Rio de janeiro, nada fora encontrado a bordo que justificasse o tráfico de africanos. Isso, porém, não invalida fatos relacionados ao desembarque de africanos ao longo das costas do Espírito Santo. A presença dos ingleses reforça as evidências desse comércio ilícito pós-1850. Numa alusão ao não cumprimento da Lei de 1831, Almada (1984) sustenta que a Lei de 1850 fora o cumprimento tardio daquela. Ainda assim, o tráfico de africanos não seria interrompido completamente, por motivos diversos, conforme explicitação abaixo:

> [...] os interesses dos senhores − principalmente dos fazendeiros de café − eram novamente preservados, ainda que temporariamente. Por sua vez, os traficantes continuavam afoitamente suas tentativas de desembarque. As dificuldades existentes na repressão ao contrabando tinham como causa, entre outras, a própria indefinição do Governo que, mesmo depois de 1850, demonstrava ser sua intenção "não chegar a

> extremos que pudesse ferir frontalmente os grupos poderosos de fazendeiros interessados no comércio ilícito" (ALMADA, 1984, p. 111).

A importação de africanos para o Espírito Santo no pós-1850 tornou-se mais evidente no ano de 1856, quando esteve à frente da administração da Província o primeiro Vice-Presidente José Marcelino Silva Lima, Barão de Itapemirim[161]. É enfática a maneira como esse gestor assegura a defesa das costas da Província, tidas como bem vigiadas e seguras contra o comércio e desembarque de africanos. O Barão de Itapemirim, escravista dono de elevado número de escravos, dono da maior fazenda de café, foi reconhecido por Rocha (1977) como tendo sido proprietário de armazéns de "negros novos" e considerado por Derenzi (1965) como o escravocrata mais rico da Província. Em seu Relatório de 1856, no tópico relativo ao "Tráfico de Africanos", o primeiro Vice-Presidente considera extinto o tráfico de africanos, ao mesmo tempo em que reforça o discurso sobre suas ações no sentido de acirrar a vigilância dos portos, enfatizando seu zelo em se tratando do porto de Itapemirim.

> Supposto seja muito conhecida a extensão das praias desta provincia, a falta de força publica, e o quanto se prestão certos logares para um facil desembarque de africanos, nem-um se tem dado desde 1851, em que se malogrou a ultima empreza, [...] que em Itabapoana apprehendeu cento e tantos africanos, [...] e pois se póde considerar extincto na provincia esse ominoso commercio. Todavia esta presidencia não tem cessado de recommendar a todas as authoridades a maior vigilancia a tal respeito, com especialidade ás de Itapemirim [...] (RELATÓRIO, 8 de março de 1856, p. 14).

As afirmações do Barão de Itapemirim vão na contramão das afirmações do Presidente Evaristo Ladislau e Silva. Em maio de 1853, este comunicara que, a despeito da incansável vigilância do Governo Imperial, houve casos em que africanos teriam sido desembarcados em algum abrigo não conhecido e, ao que deixa transparecer, foram comprados por aqueles ainda alucinados pelo nefando negócio[162]. Na edição de quarta-feira de 27 de fevereiro de 1856, no jornal Correio da Victoria, lê-se o seguinte: "Entrou no dia 23 do corrente o brigue de guerra nacional *Olinda* da estação da Bahia, e sahiu ante-ontem a cruzar; este brigue foi quem apprehendeu nas agoas de S. Matheus o palhabote americano *Mary Smith* que conduzia

[161] Os estudos sobre o Barão de Itapemirim, sobre suas práticas como escravistas e comerciante de africanos no pós-1850; sua riqueza, influência política e econômica no Espírito Santo oitocentista são esparsos. Reconhecido como o homem mais rico e influente economicamente em sua época, não se conhece o bastante sobre o homem por detrás do personagem "Barão de Itapemirim". Quando Jean-Jacques de Tschudi esteve no Espírito Santo, no início de outubro de 1860, inevitavelmente ele e sua equipe de apoio e de escravos canoeiros e portadores de equipamentos pesados que transportavam em suas costas, viriam a se encontrar com o Barão de Itapemirim, que os recebeu em seu palacete. "Era bem escuro quando chegaram à Fazenda Santo Antônio de Muqui, onde o seu proprietário, o octogenário José Marcelino Silva Lima, Barão de Itapemirim, os esperava. A casa da fazenda, assentada numa colina, imponente, parecia um palácio [...]" (ROCHA, 1872, P. 112).

[162] Mais dados sobre o desembarque de africanos em algum lugar não detectado das costas do Espírito Santo podem ser encontrados no Relatório do Presidente Evaristo Ladislau e Silva, de 23 de maio de 1853, página 8.

africanos para serem desembarcados talvez em nossos portos" (CORREIO DA VICTORIA, 27 fev., 1856, p. 2). Ficam dúvidas sobre se os africanos teriam sido desembarcados ou não em costas do Espírito Santo. "Realmente, alguns dias depois, no dia 13 de março [de 1856], o Chefe de Polícia da Bahia comunica ao Chefe de Polícia do Espírito Santo a precatória de prisão contra indivíduos que estariam envolvidos no tráfico de escravos na Barra de São Matheus" (ALMADA, 1984, p. 113). Em relação a aquisições de africanos feitas pelo próprio Barão de Itapemirim, o pesquisador com tento pode encontrar pistas que o levem ao encontro de fontes sobre essas práticas do tráfico pós-1850 na Província. Nesse sentido, as informações prestadas por Rocha (1972 e 1977) sobre as estratégias e ou manobras utilizadas por José Marcelino Silva Lima − o Barão de Itapemirim −, direcionadas para o comércio, aquisição e estoque ilegal de africanos, são indícios favoráveis. Para se ter noção das prováveis práticas escravistas levadas a termo por esse personagem, reproduz-se o excerto abaixo:

> [...] o nefando comércio não encontrava grandes óbices, apesar da proibição oficial, nem mesmo em Vitória, onde, denunciava ele, o Barão de Itapemirim fizera do próprio palácio presidencial "armazém de negros novos". Dizia que os infelizes eram expostos aos exames dos compradores nas salas do palácio e acusava o Barão de já ter saído dali precedido de um "grande lote de negros" que foi sendo vendido até a Vila de Itapemirim, onde ele possuía a sua grande fazenda de Santo Antônio de Muqui (ROCHA, 1977, p. 162).

As discussões sobre a problemática em torno do desembarque, ou de tentativas para se efetuar o desembarque de africanos boçaes nas costas do Espírito Santo pós-1850, perduraria, resguardados os limites epistemológicos, até o início da década de 1860. Tal pressuposto tem como base o Relatório de maio de 1861, apresentado à Assembleia Legislativa provincial pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Este presta informações que elucidam parcialmente a questão. Na verdade, suas denúncias contribuem para aumentar as dúvidas sobre um problema ainda pouco conhecido no Estado do Espírito Santo. Contudo, deve-se ter em mente que esse assunto não teria sido pautado nesse documento de 1861 caso o Governo local não mais fosse orientado para a vigilância do tráfico, cerca de dez anos depois da Lei de 1850. A seguir, reproduz-se parte do testemunho oferecido pelo referido presidente.

> O trafico de Africanos que, em quasi todos os pontos do Brasil, lançou milhares de captivos que ainda hoje, por si ou por seus descendentes, enriquecem innumeras familias com o suor de hum trabalho grosseiro mas aturado e valente, foi pouco exercido n'esta provincia. Extincto repentinamente, quando talvez alguns de seus lavradores se affoitassem a comprar essas machinas de trabalho que a avidez dos expeculadores offertavão aos molhares nos mercados, ficou o extenso territorio reduzido ao serviço de sua pequena população livre e do lomotado n.º de escravos que

> tinham grangeado durante o longo periodo d'aquelle commercio deshumano (RELATÓRIO, 23 de maio de 1861b, p. 50).

Isto posto, faz-se um levantamento estatístico da população escrava no Espírito Santo da segunda metade do século XIX. Os dados demográficos levantados acima sobre escravos na Província da primeira metade do Oitocentos evidenciam uma certa preocupação do Poder Central em conhecer o número total de pessoas que habitavam o vasto território do Império. Isso era trabalhado com dificuldades devido a fatores diversos, entre os quais destacam-se os seguintes: a modalidade administrativa e a politização dos processos estatísticos utilizados pelos Presidentes de Províncias operavam como entraves nos levantamentos para contagem das populações em geral. Segundo Nelson Senra (2006), tais procedimentos seguiam um padrão político que ele denomina de "estatística desejada", isto é, fazia-se uma demografia das populações cujos resultados já eram esperados pelos gestores provinciais. Havia, pois, a manipulação de dados. Esse autor de "História das Estatísticas Brasileiras", no Volume I, leva em conta o recorte periódico de 1822 a 2002, compreendendo um tempo de 180 anos da história estatística nacional, no decurso do qual ele identifica dois grandes tempos a saber: "[a] 1822 a 1972, quando domina a produção técnico-política das estatísticas, com a forte presença dos registros administrativos; e [b] 1972 a 2002, quando domina a produção técnico-científica das estatísticas, com a forte presença dos registros estatísticos" (SENRA, 2006, p. 40). Importa para este estudo o período que começa com a Independência do Brasil e estende-se até o Recenseamento de 1872/1882, com preponderância para o recorte temporal de 1849 a 1880. Em acordo com o pensamento desse autor, esse período, que é o de uma estatística desejada[163], não pode ser tratado como se fosse de natureza monolítica,

> [...] mas antes uma sucessão de mudanças, na busca ingente da continuidade. Claudica-se; copia-se e, por certo, se cria, no humor dos tempos; ora tem-se força e realce social, ora se é fraco, vivendo-se na decadência, amargando-se esquecimentos. O trabalho tem natureza administrativa, só muito raramente tem natureza científica; sua natureza administrativa, não atrairá cientistas (pesquisadores), mas apenas burocratas, não raro por indicação e influência política (SENRA, 2006, p. 40).

Isso explicaria as deficiências, a incompletude e as dubiedades presentes nos dados estatísticos das populações da primeira metade do século XIX, conforme números retirados dos depoimentos fornecidos pelos Presidentes da Província, ou por Chefes de Polícia. Isso, porém, não significa que as estatísticas populacionais da segunda metade do século XIX

[163] Deve-se explicitar o significado e o período das estatísticas desejadas: "[...] 1822 a c.1889: o tempo do [Brasil] Império, quando as estatísticas são desejadas, e tidas como desejáveis [...]" (SENRA, 2006, p. 40).

tenham sido despolitizadas e passaram a ser produzidas com base em conhecimento apenas científico. Elas permaneceriam sendo desenvolvidas tendo como embasamento questões de ordem político-administrativa e burocrática. Para elucidar o perfil das denominadas memórias estatísticas dos censos provinciais − tanto da primeira metade quanto da segunda metade do século XIX −, é importante que se conheçam os recortes periódicos que as caracterizaram, seguidos dos respectivos resultados obtidos: "[a] 1822 a c.1847, marcado por tentativas infrutíferas; [b] c.1847 a c.1867, marcado por expectativas frustradas; [c] c.1867 a c.1879, marcado por realizações indiscutíveis; [d] c.1879 a c.1889, marcado por frustrações renovadas" (SENRA, 2006, p. 57). A partir de tais esclarecimentos, fica facilitada a eleição do período relacionado à letra [c] c.1867 a c.1879, caracterizado por "realizações indiscutíveis", pois próximo de meados desse recorte temporal está incluso o Recenseamento de 1872. Eis algumas dentre as considerações pontuadas por esse autor:

> Em 1872 foi finalmente realizado o primeiro censo geral do país. A época favorável contagiava; o ânimo ajudava. Inicia-se o evento no gabinete (pela segunda vez) presidido por *Joaquim José Rodrigues Torres*, o Visconde de Itaboraí, sendo Ministro dos Negócios do Império, *Paulino José Soares de Souza*, inspirador e animador do processo censitário, já em sua origem, quando fez aprovar a Lei no 1.829, de 9 de setembro de 1870 [...] A empresa foi complexa, seja pela dispersão geográfica da população, seja pelas condições limitadas de comunicação, seja por outras razões, dentre as quais a falta de prática ou experiência. Não obstante, fez-se o censo e, independente das circunstâncias, não por concessão à relatividade das circunstâncias, mas por si mesmo, fez-se um bom censo, ainda visto como de valor. (SENRA, 2006, p. 355).

Antes de se fazer um registro da população escrava no Espírito Santo de 1872, tecem-se alguns comentários sobre as dificuldades que o pesquisador enfrenta quando se trata de levantamento dos dados demográficos sobre a população escrava na Província da primeira metade do século XIX e dos anos de 1856 e 1871 (antes do censo nacional de 1872). Há de se "compreender" que todo esse trabalho voltado para a compilação de documentos de diferentes recortes temporais visa, em última instância, a defesa de uma narrativa histórica exequível, o que não é tarefa fácil (BLOCH, 2001). Para tanto, consideram-se as quatro periodizações apresentadas por Senra (2006) como oportunas, quando a questão é ter-se em mãos o número aproximado de cativos negros de determinado período. O referido autor reconhece que a epistemologia de suas estatísticas históricas não exaurem as dúvidas em torno de tal questão. Para se ter compreensão melhor sobre a tarefa deste pesquisador em busca de números mais aproximados da realidade, há de se levar em consideração o censo estatístico produzido em meados de 1812 − Governo de Manuel Vieira da Silva Tovar e Albuquerque; as memórias

estatísticas do Governador Francisco Alberto Rubim de 1817/1818; os censos de 1824 e de 1827 levantados pelo Presidente Ignacio Accioli de Vasconcellos. Na sequência, analisam-se os censos de 1843, 1856 e 1871. Lembra-se que as memórias estatísticas de 1817/1818; de 1824 e 1827 já passaram por uma abordagem crítico-reflexiva e comparativa neste capítulo. O ponto crítico foi o número elevado de 60.000 escravos para o ano de 1823, oferecido por Moura (2013), o que coincidiu com o mesmo número de 60.000 escravos, registrado nas pesquisas de Mattoso (2003) também para o mesmo ano de 1823. Um caminho viável para justificar esse número tão elevado de escravos no Espírito Santo de 1823 − época considerada por Merlo (2008) como tendo sido de importação desenfreada de africanos − seria recorrer-se à epistemologia de Senra (2006) orientada para os censos do tempo do Império, quando as estatísticas eram produzidas para atingirem fins previamente desejáveis. Assim é que entre

> [de] 1822 a c.1889, o tempo do Império, [...] a produção terá caráter amador, e será algo intuitivo. Ser amador, à época, não significava estar improvisando sem conhecimento; não, muitos eram muito sábios, vindo da tradição dos viajantes dos séculos anteriores. Não eram especialistas, mas eram, não raro, estudiosos, em amplo espectro de matérias, bem assim, na difícil questão da elaboração e utilização das estatísticas. Pouco a pouco, percebeu-se a importância de uma revelação numérica do Brasil [...] (SENRA, 2006, p. 40).

Na continuidade, faz-se um estudo sobre os censos provinciais de 1843, 1856 e 1871. Próximo de meados do século XIX, em 1843, o Vice-Presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim apresentou um censo da Província do Espírito Santo, no qual constam os seguintes resultados: uma população total de 32.720 "almas", sendo 22.344 livres e 10.376 escravos. Ficam evidentes as generalidades dos dados estatísticos divididos em três instâncias apenas. Um confronto analítico desses dados permite obter-se o seguinte: a população livre era mais que o dobro da população escrava. Ao considerar-se a população total da Província, incluindo nela o montante total de 10.376 escravos, este ficava abaixo de um terço que era: 10.906,6. O percentual de escravos em relação às populações total e livre correspondiam a 31,7% e 46,44% respectivamente. Estas estimativas podem ser consideradas válidas quando elas são avaliadas a partir da epistemologia estatística da autoria de Senra (2006), ou seja: o período compreendido entre 1822 a c.1847 está caracterizado pelo que o autor denomina de "tentativas infrutíferas".

Aqueles fatores relativos a uma produção estatística de caráter amador e feito de modo intuitivo apareceriam como exemplo no discurso do Ministro e Secretário de Estado Joaquim Marcellino de Brito em seu Relatório da Repartição dos Negócios do Império, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em maio de 1846. Nesse documento, encontram-se dúvidas

somadas a críticas feitas aos Presidentes de Províncias os quais forneciam dados estatísticos incompletos sobre as populações dos territórios sob sua gestão. Diante de tal situação, aquele Ministro assim se manifestou: "Mui poucos são os esclarecimentos colhidos nos ultimos Relatorios dos Presidentes das Provincias a respeito da População, entretanto aqui os incluirei, deixando ao cuidado de cada hum o confrontal-os com os que já tiverem sido publicados nos Relatorios anteriores" (RELATÓRIO, de maio de 1846, p. 24). Na sequência, o Ministro faz uma exposição de dados estatísticos incompletos fornecidos pelo Presidente da Província do Espírito Santo, nos seguintes termos:

> Segundo o Relatorio apresentado á respectiva Assembléa pelo Presidente da Provincia do Espirito Santo em Maio de 1844, compõe-se a população livre daquella Provincia de 21.122 pessoas, não comprehendida a do Municipio da Barra de São Matheus; sendo homens 10.229, e mulheres 10.892: a população captiva compoem-se de 10.376 individuos de ambos os sexos. O total da população da Província he por tanto de 31.498 pessoas (RELATÓRIO, de maio de 1846, p. 24).

O conteúdo do excerto acima diz respeito ao censo de 1843, que foi fornecido pelo Vice-Presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim e registrado em sua Falla de 23 de maio de 1844 apresentada na Assembleia Legislativa Provincial. Enquanto na Falla local está registrado uma população total de 32.720 "almas", no Relatório do Ministro consta o número populacional total de 31.498, como resultado da soma da população livre de 21.122 pessoas com a população de 10.376 escravos (não se sabe ao certo se o número da população livre é de 21.121 ou 21.122, quando se faz conferência dos números demográficos constantes do Relatório do Ministro). Os dados sobre a população escrava estão corretos num e noutro documento. Porém, a estatística sobre a população livre, difere. Considera-se a ausência da população do município da Barra de São Matheus como parte do caráter amador e intuitivo já preconizado por Senra (2006).

Essa preocupação com números estatísticos incompletos sobre as populações contidos nos censos provinciais já apontava para a necessidade de organização e precisão estatística. Isso pressupunha que os Presidentes de Províncias enfrentavam dificuldades, indício de que eles deveriam administrar com mais acuidade os dados relativos às estatísticas sobre números de pessoas viventes em um território tão vasto. Como exemplo, no Relatório publicado em 1852, o Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Visconde de Mont'alegre, além de enumerar algumas dentre essas dificuldades, fez alertas para a necessidade de

> [...] organisação do Censo geral do Império, e para o Registro annual dos nascimentos e obitos. As difficuldades em toda a parte inseparaveis de trabalhos desta ordem,

> sobretudo quando pela primeira vez se emprehendem, tinhão, como sabeis, de avultar entre nós pela vasta extensão do território, pela falta de meios de communicação, pelo isolamento da população, ainda em extremo disseminada, e por seus habitos e vida excentrica nos lugares mais desertos do interior (RELATÓRIO, 1852, p. 16).

O censo provincial seguinte viria a ocorrer cerca de quatorze anos depois, isto é, em 1856. Se se levar em conta a periodização de Senra (2006), o censo de 1856 está inserido na perspectiva [b], isto é, naquela que se caracterizava por ter como base estatística "expectativas frustradas". Curioso, os dados demográficos do censo de 1856 estão disponibilizados em dois Relatórios do mesmo ano de 1857, sendo um datado de 13 de fevereiro e outro de 25 de maio. A despeito de datas tão próximas, os números não convergem estatisticamente. Para se ter noção dessas divergências, fez-se o levantamento seguinte:

Tabela 1 − População da Província do Espírito Santo − Censo de Dezembro de 1856

	Livres	**Escravos**	Total	% p. escrava
Dados Relatório de **13 de fevereiro 1857a**	36.793 (**36.813**)	12.100	48.913	24,78%
Dados Relatório de **25 de maio de 1857b**	Livres	**Escravos**	Total	% p. escrava
	36.823	12.269	49.092	25%
Diferença para mais	**30 livres mais**	**169 cativos mais**	**179**	**0,22%**

Fontes: RELATÓRIO Exm. Snr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros passou a administração da Província [...], no dia 13 de fevereiro de 1857. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1857a. RELATÓRIO Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 25 de maio de 1857. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1857b.

Antes de quaisquer análises, importa saber que o Relatório de 13 de fevereiro[164] é do Presidente José Mauricio Fernandes Pereira de Barros e o Relatório de 25 de maio[165] é do Barão de Itapemirim. O primeiro problema encontrado está no número total de livres constantes do Relatório de 13 de fevereiro, que de 36.793 deveria ser de 36.813 (ao subtrair-se o número de escravos do número total, encontra-se a diferença de 36.813 livres). No Relatório de 25 de maio, todos os números estatísticos apresentam diferenças para mais em todos os quatro tópicos considerados na tabela acima. Diante dessas divergências estatísticas para um mesmo censo, o estudioso ou pode considerar os dois resultados como corretos ou

[164] Nesse documento, os dados estatísticos do censo − "População da província em dezembro de 1856" − estão disponibilizados por comarcas (em número de cinco), com respectivos números de fogos, seguido de populações livre e escrava; somas totais, número de eleitores, votantes e jurados.

[165] Nesse documento, os dados estatísticos do censo de 1856 estão generalizados em um parágrafo, resumidos em três somas: a população total da província, números de pessoas livres e de escravos.

optar por um deles como sendo o "correto". As diferenças nos números totais de escravos e das somas ao final dos dois Relatórios são notórias. Não é possível afirmar por que os dois censos para o mesmo ano de 1856 foram efetuados. A impressão que passa é a de que no segundo Relatório os dados censitários estariam sendo conferidos e ou corrigidos. Almada (1984) e Merlo (2008), por exemplo, levam em consideração os dados estatísticos do segundo Relatório − o do Barão de Itapemirim. Não obstante, num e noutro Relatório os números totais de escravos distribuídos por toda Província apresentam-se como sendo relativamente estáveis se comparados com os números de censos anteriores a 1856[166].

No censo provincial de 1871, elaborado às vésperas do Censo Nacional de 1872, os números elevam-se. A população total passa a ser de 70.597 "almas", tendo a população escrava atingido o número de 18.772, correspondendo a 26,6%. Para uma população livre de 51.825 "almas", a população de cativos corresponderia a 36,2%. Percebe-se um aumento populacional considerável na população escrava de 1871 em relação ao número de cativos do censo de 1856 o que corresponde a cerca de 65,36% (se levado em consideração os dados do Relatório de 25 de maio de 1857). Essa elevação nos números estatísticos da população cativa no censo de 1871 pode ser justificada pela cultura do cafeeiro, quando se deu o incremento do trabalho nas lavouras e fazendas de café, onde a mão-de-obra escrava era indispensável, conforme exposição adiante. O censo de 1871 apresenta-se como produto de trabalho menos amador, menos intuitivo. Os números censitários, distribuídos por Comarcas e somados ao final, apresentam menos dúvidas do que nos censos anteriores. Porém, isso não significa que o aparato metodológico estatístico tenha mudado, pois o Presidente da Província denuncia as dificuldades encontradas: "[...] busquei reunir os poucos dados que encontrei, e que como vos passo ligeiramente a expor nada mais podem significar do que o resultado de esforços e

[166] Por oportuno, comunica-se que os estudos sobre demografia histórica, mais especificamente, sobre estatística das populações escravas no Espírito Santo, vêm sendo produzidos desde fins da primeira década do século XXI, a começar pela Tese de Doutorado de Patrícia Maria da Silva Merlo − 2008. A seguir, faz-se um levantamento de trabalhos acadêmicos como amostragem. No ano de 2009, destacam-se duas Dissertações de Mestrado, sendo uma de Fabíola Martins Bastos − "Relações Sociais, Conflitos e Espaços de Sociabilidades: formas de convívio no Município de Vitória, 1850-1872", e outra de Aloiza Delurde Reali de Jesus − "De Porta Adentro a Porta Afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)". No ano de 2012, foi produzida a Dissertação de Mestrado de Geisa Lourenço Ribeiro − "Enlaces e Desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)". No ano de 2013, elaboraram-se três Dissertações de Mestrado, a saber: de Raphael Americano Câmara − "Cotidiano, Violência e Criminalidade na Comarca de Vitória/ES, a partir de Autos Criminais (1841-1871)"; de Michel Dal Col Costa − "Caminhos da Emancipação: redes solidárias de libertação dos escravos na Região Central do Espírito Santo oitocentista"; de Rosani Freitas Faria − Criar Laços para Viver Juntos: a construção de famílias entre os escravos de Vitória, 1850-1871". Em todos esses estudos acadêmicos, encontram-se levantamentos estatísticos sobre populações escravas em diferentes recortes temporais e contextos de relações solidárias ou não. Observando-se tabelas e gráficos constantes dessas pesquisas, constatou-se a existência de certa pluralidade de fontes e ou de informações, as quais foram levadas em conta sem se seguir um caminho unitário ou linear no tempo. Certamente, esses pesquisadores depararam-se com uma série de dificuldades para elaborarem suas tabelas (e gráficos) sobre o assunto em apreço.

investigação sobre tão importante assumpto, sem que ao menos se obtenha a aproximação da verdade" (RELATÓRIO, 9 de outubro de 1871, p. 136).

No intuito de apresentar um resumo dos números estatísticos de populações escravas, os quais são confrontados com números de populações livres, a partir de resultados auferidos dos principais censos feitos na Província do Espírito Santo desde 1824 a 1876, contabilizam-se esses dados no esquema apresentado como segue. Para tanto, consideram-se os censos provinciais; censos nacionais, só a partir de 1872. Não se fornecem dados sobre populações livres nem a soma total de livres com escravos para os anos de 1875 e 1876.

Tabela 2 − Estatística populações livre e escrava e percentual de escravos em relação ao total populacional da Província do Espírito Santo − de 1824 a 1876

Anos	Livres	**Escravos**	População Total	% por Escravo
1824	22.165	**13.188**	35.353	**37,3%**
1843	22.344	**10.376**	32.720	**31,7%**
1856	36.823	**12.269**	49.092	**25%**
1871	51.825	**18.772**	70.597	**26,6%**
1872	59.478	**22.659**	82.137	**27,6%**
1875	—	**20.847**	—	—
1876	—	**20.806**	—	—

Fontes: Memória Statística da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828 (por) Ignacio Accioli de Vasconcellos. FALLA Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, José F. de A. e A. Monjardim abrio a Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844. RELATÓRIO do Barão de Itapemirim, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 25 de maio de 1857. RELATÓRIO lido no Paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo, pelo Prezidente o Exm. Snr. Doutor Francisco Ferreira Corrêa, na sessão ordinária do anno de 1871. Recenseamento do Brasil Império de 1872. Vilma P. F. de Almada Escravismo e transição: o Espírito Santo, 1850-1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

Nos dados estatístico-populacionais apresentados na Tabela 2 acima, ordenados ao longo do período de 1824 a 1876, priorizam-se as populações escravas, ao mesmo tempo em que se explicitam as diferenças numéricas entre livres e escravos, com exceção para os anos de 1875 e 1876. Observa-se que na proporção em que se avança cronologicamente, nas somas totais das duas populações (livres e escravos) podem ser encontradas, pelo pesquisador interessado, evidências sobre mudanças políticas e socioeconômicas que ocorreram no Espírito Santo do período em apreço. De início, percebem-se contrastes nos números estatísticos relacionados a livres e escravos. No decurso do período de 1824 a 1872, os totais populacionais da Província sugerem um crescimento demográfico constante, permitindo que ao final daquele período o número somatório de habitantes ultrapassasse o dobro, atingindo o

índice pontual de 2.32. Conforme já abordado neste tópico, sabe-se que antes de 1872 escravos não eram de todo uma preocupação dos censores, o que permitia uma contagem populacional incompleta de cativos. Antes de 1872, recenseamentos eram prioridade das populações livres e ou brancas, mesmo não sendo atingido resultados exatos. Daí o levantamento de questões em torno dos números populacionais de escravos antes de 1872 ser motivo de dúvidas constantes. Independente dessas discussões, dispõe-se de dados estimativos e são eles que importam. Assim, entre 1824 e 1856 a população escrava sofreu quedas não muito sensíveis, mas consideradas contínuas, de modo que um certo equilíbrio pode ser detectado e contabilizar a média aproximada de 10.300 escravos. Quanto aos dados do censo provincial de 1871, houve aumento considerável no número de escravos, que de 12.269 em 1856 atingiu o patamar de 18.772 em 1871. Essa diferença para mais atingiu o número de 6.503 cativos, o que era, considerados os números fornecidos pelos censores de 1871, sensivelmente superior ao número total de escravos da Comarca de Victoria[167] à época, ou seja: 4.407 escravos. No que concerne ao Recenseamento de 1872 − cientificamente organizado pela Diretoria Geral de Estatística do Império[168] −, o número de escravos da Província é considerado o mais próximo da realidade, tendo atingido a cifra de 22.659 "almas". Em relação ao censo provincial de 1871, a população escrava que era de 18.772 passou para 22.659 em 1872, registrando-se um aumento de 3.887 cativos. Ao se confrontar o crescimento populacional de escravos em 1872 com o número que consta no censo provincial de 1871, deduz-se que ele foi menor do que os 6.503 cativos registrados. Nos dados fornecidos por Almada (1984) e Campos (2002), no ano de 1876 a população escrava na Província atingiria a cifra de 20.806 cativos. Isto significa que houve um decréscimo de 1.853 cativos em relação aos números do recenseamento de 1872 − com um total de 22.659 escravos. Entre os fatores contribuintes para essa queda no número de escravos em 1876 e nos anos seguintes, podem-se considerar o fim do tráfego negreiro, em 1850; a discussão no Senado, em 1871, para o projeto de abolição gradual; a Lei do Ventre Livre, também de 1871; a Lei em defesa da liberdade de todos os escravos que atingissem 60 anos de idade, de 1885.

[167] A Comarca de Victoria passou por muitas mudanças em sua composição jurídica ao longo de todo o período provincial, conforme se verá no decurso deste estudo, sobretudo no Capítulo IV. Para os dados contidos no censo provincial de 1871, a Comarca estava composta pelos Municípios de Victoria, Espírito Santo (Vila Velha) e Vianna (RELATÓRIO, 9 de outubro de 1871, p. 136).

[168] Sobre o Recenseamento do Brasil Império no ano de 1872, no Relatório da Diretoria Geral de Estatística, publicado no ano de 1877, encontram-se informações sobre o primeiro recenseamento de escravos feito em todo o Brasil. Estão dispostos dados relativos ao período de 1 de abril de 1872 a 31 de dezembro de 1875. Para o Conselheiro Manoel Francisco Correia, "Esse serviço pela primeira vez executado em um Estado de vasta extensão e cuja população, comparativamente diminuta, acha-se disseminada por todo o territorio, não póde pretender o cunho de um trabalho perfeito" (Relatório, 31 de dezembro de 1876, p. 5).

Como seria de se esperar, isso reverberaria em todo o território espírito-santense à época. O Recenseamento de 1872 viria contribuir definitivamente para se conhecer o que era o Estado escravocrata brasileiro e, acima de tudo, conhecer o que ele não era.

III.3 Faces da escravidão "Espírito-Santense": da violência, fugas e prisões ao adoecimento e suicídio

Em 1884, foi produzido um estudo monográfico de conclusão de curso na Faculdade de Direito do Recife-PE. Seu autor era um jovem de apenas 25 anos preocupado com um problema de longa data existente no Espírito Santo desde os tempos coloniais: a escravidão negra. Afonso Cláudio de Freitas Rosa era filho de pai escravista − um senhor dono de fazenda mantida pela mão-de-obra escrava[169]. Esse jovem teve a sensibilidade para escrever um estudo introdutório[170] e pioneiro sobre a "Insurreição do Queimado", tida como o episódio mais violento envolvendo escravos na luta pela liberdade, ocorrido em 1849 em território espírito-santense. Ao apresentar sua monografia, ele escreveria: "Tentei nas páginas que se seguem reviver um dos episódios da história da província do Espírito Santo, antes que somente a tradição desse dele mais tarde uma idéia imperceptível" (ROSA, 1979, p. 21). A preocupação com um reviver dos fatos, antes que eles se tornem um conjunto de ideias vagas, pressupõe uma atitude corajosa em relação ao ofício de narrar a história (BLOCH, 2001). É, de alguma forma, um repensar da narrativa histórica (JENKINS, 2011) e isso pode também significar o "Não [estar] preocupado com a questão de escrever ou não escrever a narrativa, mas com o problema do tipo de narrativa a ser escrita" (BURKE, 1992, p. 334). No caso de Rosa (1979), sua decisão para produzir a primeira narrativa sobre a Insurreição do Queimado

[169] Para justificar a referência feita à obra de Afonso Cláudio − Insurreição do Queimado −, entende-se que um resumo da biografia do autor é oportuna, pois contribui para validar a decisão tomada para mencioná-lo no início deste tópico. Eis alguns dados: "Nascido na fazenda de Mangaraí, na freguesia da Barra do mesmo nome, em Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, a 2 de agosto de 1859, Afonso Cláudio conviveu intimamente com os negros escravos da fazenda de seu pai José de Freitas Rosa. Deste convívio e de sua posterior formação acadêmica [...] iria desenvolver uma atitude humanística em favor dos escravos, tornando-se desde cedo ativo pregador da abolição" (NEVES, 1979, p. 15).

[170] Na avaliação de Neves (1979), a monografia de Afonso Cláudio não pode ser considerada um trabalho fruto de pesquisas acadêmicas. O autor teria enfrentado dificuldades para encontrar fontes que lhe dessem subsídios o suficiente para a elaboração de seu trabalho de fim de curso, que ele mesmo qualificou de "pequena memória". Isso "[...] abriu terreno para que o autor introduzisse, em alguns trechos da monografia, uma visão pessoal [...] dos acontecimentos. [...] a história aprofundada e minuciada [sic] da insurreição do Queimado, sob uma perspectiva historiográfica moderna, ainda está por se escrever" (NEVES, 1979, p. 17). As discussões em torno da maior insurreição de escravos ocorrida no Espírito Santo provincial permanecem na ordem do dia. "Várias causas circunstanciais são apresentadas por historiadores capixabas para explicar o fato. [...] Há vários vácuos informativos sobre essa insurreição. Por exemplo, a inexistência de explicações plausíveis arrastou para o terreno das lendas fantásticas a fuga, na madrugada de 7 de dezembro de 1849, de cinco negros insurretos da cadeia civil onde se encontravam João Pequeno, Carlos e o líder da rebelião, o escravo Elisiário, todos condenados à morte" (MOURA, 2013, p. 332).

sugere uma preocupação direcionada para com estudos futuros sobre violência, ou melhor, sobre outros atos de insurreição de escravos negros ocorridos no Espírito Santo do período provincial, por exemplo. Isso pressupõe, pois, a necessidade de se produzirem narrativas cujos fatos estejam, dentro do possível, próximos da realidade. As ideias de Rosa (1979) parecem antecipar o espírito de um tempo em que estudiosos viriam a se debruçar sobre um problema até então intocado: a face violento-insurrecional da escravidão. Esta seria responsável pelo sofrimento moral, pela tensão social e psicológica de um povo (DAVIS, 2001). As vozes dos escravos caladas na Insurreição do Queimado deveriam ser ouvidas e, como tal, servirem de motivação para o estudo de outros eventos insurrecionais ocorridos em terras capixabas.

O não ter liberdade é para historiadores da escravidão em geral a mais grave violência contra o ser humano. No caso do negro africano escravizado, ele foi privado de sua identidade enquanto sujeito livre para decidir aonde ir e vir. Não obstante, há pesquisadores que colocam em cheque o fato de escravos nascidos e crescidos no cativeiro não terem tido a devida noção do que seria a liberdade e, em consequência, não terem tido noção de sua própria liberdade. Ferreira (2012), ao tratar da fuga do escravo de nome Galdino e do respectivo anúncio e recompensa postados por seu senhor no jornal Correio da Victoria (de 15 de outubro de 1858), afirma que "[...] Galdino não estava contestando a escravidão, e [sic] nem tampouco almejando liberdade, pelo menos não a liberdade tal qual entendemos hoje" (FERREIRA, 2012, p. 90). Com intuito de reforçar tal percepção, essa autora recorre-se a um postulado de Chalhoub (2011), no qual o autor cogita sobre o fato de que para "certos escravos" a noção de liberdade "poderia" ser fundamentada na possibilidade entre escolher a quem servir ou decidir não servir a ninguém. A expressão "certos escravos" denota uma exceção à regra; e o termo "poderia" sinaliza para a possibilidade de algo ter ocorrido ou não. Os escravos entendiam de liberdade à maneira deles, sim. Deve-se ter em mente que suas "Visões da Liberdade[171]" foram poderosas o suficiente para motivá-los à fuga em bandos numerosos, praticarem insurreições e criarem comunidades quilombolas organizadas. Então, a liberdade que eles almejavam não diferia tanto das práticas de liberdade de seus senhores. Ser escravo, ser um bem de compra e venda, não ser livre era ser vítima dessa violência[172].

[171] Este é o título da obra de Sidney Chalhoub sobre as últimas décadas de escravidão na Corte.

[172] Não se tem como propósito fazer aqui uma revisão historiográfica sobre escravidão e liberdade. No entanto, para os interessados no assunto, recomendam-se os estudos de Emília Viotti da Costa − "Da Senzala à Colônia" e "Da Monarquia à República, Momentos Decisivos"; o livro de Kátia de Queirós Mattoso − "Ser Escravo no Brasil"; a obra de David Brion Davis − "O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental"; o trabalho da brasilianista Mary C. Karasch − "A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)"; a obra de Sidney Chalhoub "Visões da Liberdade" e o estudo recente do capixaba Robson Luís Machado Martins − "Os Caminhos da Liberdade: Abolicionistas, Escravos e Senhores na Província do Espírito Santo (1884-1888)", entre outros.

No Espírito Santo provincial, a violência contra negros escravos teve diferentes faces. Houve insurreições, fugas, assassinato de senhores por seus cativos, formação de quilombos, guerrilhas instituídas pelo poder provincial para a captura de escravos, castigos, prisões, adoecimento dentro do cárcere, suicídio, entre outras particularidades. Mencionar esses aspectos da violência contra escravos não abona nem desabona *in totum* o que realmente tenha ocorrido no âmbito da sociedade escravocrata espírito-santense. Não se conhece no Brasil uma história da escravidão tendo como embasamento o testemunho dado pelos próprios escravos (ALMADA, 1984). O que se sabe, ou até onde se pode conhecer, tem por base os depoimentos do homem senhor dono de escravos, entre outros sujeitos. Pode-se afirmar que a cultura escravocrata moderna consistiu de práticas as mais diversificadas, permeando todos os compartimentos da máquina do Estado, invadindo todos os setores da sociedade. O poder da cultura da escravidão foi tal que "O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos" (CARVALHO, 2011, p. 20). A compra de escravos por ex-escravos é uma prova exequível de que a denominada desumanização do negro pelo senhor ocorria na proporção em que o homem de posses encontrava-se em situação superior e tinha as condições socioeconômicas necessárias para comprar e comercializar seres humanos negros sem posses e, portanto, considerados inferiores. Não é demais repisar que "A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade [que] era escravista de alto a baixo" (CARVALHO, 2011, p. 20).

No Espírito Santo do século XIX, uma das primeiras notificações publicadas sobre a formação de quilombos de que se tem notícia provém das observações feitas pelo príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied[173], no ano de 1816, quando de sua passagem pela região ao sul de Vitória. Atento ao que ocorria por onde andava, esse viajante teria detectado a existência de quilombos (assim mesmo, no plural) nas vizinhanças da Vila de Guarapari. Diante de tal fato, o príncipe viajante faria seu registro e comentários sobre a formação de agrupamentos de escravos negros que haviam fugido de duas grandes fazendas existentes nas proximidades, as quais eram conhecidas pelos nomes de "Fazenda do Campo" e "Fazenda do Engenho Velho". Na primeira, o proprietário tinha um número de quatrocentos escravos; na segunda, o número de cativos era de duzentos (WIED-NEUWIED, 1940). Relatos desse viajante sobre quilombos no Espírito Santo em 1816 foram referenciados por autores

[173] O nome completo do príncipe alemão era Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied. Rocha (1872) afirma que os relatos do príncipe viajante foram publicados em tomos, anos de 1820-1821, com o título de *Reise Nach Brasilien*, o qual "[...] só seria vertido para o português cento e vinte anos depois" (ROCHA, 1872, p. 37).

capixabas, entre os quais Levy Cúrcio da Rocha e Luiz Guilherme Santos Neves. O primeiro, além de confirmar os dados acima sobre números de escravos fugidos e aquilombados nas duas fazendas, acresce que

> O Príncipe fêz menção, na sua narrativa de viagem, das grandes fazendas circunvizinhas da Vila [de Guarapari]. [...] Conta que ao dar-se a morte do último dono da Fazenda DO CAMPO, os pretos-escravos entraram em revolta e cessaram o trabalho. Um padre comunicou a ocorrência aos herdeiros, de Portugal, oferecendo-se para reimplantar a ordem na propriedade, assumindo sua gerência, desde que concordassem em dar-lhe uma parte da fazenda, ficando assim combinado. Mas os escravos rebeldes o assassinaram na cama e formaram uma espécie de quilombo, assenhoreando-se da fazenda. Conta, ainda o Príncipe, que os pretos do ENGENHO-VELHO também se libertaram, ao mesmo tempo, chegando a enfrentar, vitoriosos, a uma companhia de soldados. Naquela época da visita dos cientistas, os negros das duas fazendas tratavam os forasteiros com hospitalidade e procuravam fazer intercâmbio e comércio dos produtos que colhiam nas matas (ROCHA, 1872, p. 45).

O conteúdo da citação acima é um resumo dos fatos observados por Wied-Neuwied (1940). Considera-se que no relato de Rocha (1972) questões relativas aos escravos rebeldes que se libertaram da fazenda do Engenho Velho e enfrentaram os soldados são enfatizadas. Essa releitura sobre as observações do príncipe viajante traz a lume o velho debate sobre a denominada "desumanização" dos escravos por seus senhores. Já se comentou acima que um escravo liberto e em boas condições financeiras reproduzia essa desumanização praticada por seu ex-senhor. Noutras palavras: em situações especiais, escravos libertos podiam tornar-se senhores de escravos quando eles atingiam o *status* de homens de posses e passavam a ter condições econômicas que lhes dava poder de compra e mesmo a comercialização de outros seres humanos negros para serem seus cativos, ou não. Na leitura de Rocha (1972), isso fica claro no momento em que os escravos rebeldes se assenhorearam das fazendas e tornaram-se livres por si mesmos. Em condições de posses, pois tornaram-se "fazendeiros", esses "ex-escravos", "donos" daquelas duas fazendas, passaram a acolher os forasteiros dispensando-lhes a mesma hospitalidade que seus "ex-senhores" davam às pessoas livres. Além do mais, os "ex-escravos" buscavam fazer intercâmbios com aqueles que os visitavam, tendo como finalidade o comércio dos produtos que eles colhiam nas matas. Eis um exemplo de que escravos não eram totalmente submissos ou passivos por causa de um processo irreversível de desumanização. Não se quer negar a desumanização do negro africano. Entende-se que "[...] a escravidão sempre foi mais do que uma instituição econômica; na cultura ocidental, ela representou o mais alto limite da desumanização, do tratamento e da consideração do homem como uma coisa" (DAVIS, 2001, p. 25-26). Entretanto, tendo-se por base as práticas de escravos rebeldes que assassinaram seus senhores e apropriaram-se de seus bens, pode-se

aventar a hipótese de que esse fenômeno ocorria quando a escravidão ultrapassava os limites de sua institucionalização. Ainda assim, escravos rebeldes podiam demonstrar que eles tinham as mesmas condições de serem senhores quando isso era possível, em situações de exceção dentro do sistema. "[...] os cativos não assistiam passivamente − nem simplesmente reagiam − aos eventos ao seu redor. Como os membros de outros grupos sociais, eles tomavam iniciativas, tentando moldar, na medida do possível, o próprio destino" (SLENES, 2005, p. 11). Deseja-se levantar a discussão sobre mudanças de comportamento de escravos rebeldes que se deram o direito de liberdade e de viverem segundo o modelo de vida de seus "ex-senhores". Não se conhece por quanto tempo os escravos rebeldes observados por Wied-Neuwied (1940) permaneceram "livres", "donos" e "gestores" das duas fazendas.

Um outro exemplo de rebelião de escravos ocorrida no Espírito Santo de início do século XIX tem como respaldo o depoimento oficializado pelo juiz ordinário da Vila da Serra, o magistrado Luiz da Fraga Loureiro. A seguir, reproduz-se parte do documento:

> Havendo uma voz pública nesta Freguesia e Distritos que hoje se publicava pelo reverendo Vigário da mesma a liberdade da escravatura, e constando-me hoje mesmo que um Antônio, escravo de Maria Madalena fizera os avisos ou mandara, a fimde que se reunissem todos os escravos dos distritos de Jacaraípe, Una, Tramerim, Queimado e Pedra da Cruz, para assistirem à publicação da imaginada liberdade; todos apareceram na ocasião da Missa (caso nunca visto!) armados de armas de fogo, paus, etc. da sorte que causou horror aos moradores do interior da Freguesia que ignoravam este acontecimento; porque ameaçada andava pelos escravos e poucas pessoas libertas de fora que perguntavam pela certeza do que se esperava (OFÍCIO DO JUIZ ORDINÁRIO DA VILA DA SERRA, 26 de maio de 1822).

Considera-se o conteúdo do excerto acima como objeto sujeito a uma acurada análise. Na falta de espaço para o aprofundamento de questões relacionadas à rebelião de escravos no Espírito Santo, tecem-se alguns comentários pertinentes ao foco deste tópico. Quando se denunciou o fato de os estudos sobre a Insurreição do Queimado permanecerem incompletos, quis-se trazer para o debate a ocorrência de rebeliões de escravos anteriores a 1849 e considerá-las como tendo sido insurreições prévias ao que eclodiria em meados do Oitocentos. Para reforçar esta hipótese, consideram-se pertinentes as observações feitas por Neves (1979) sobre o conteúdo do ofício supramencionado. Em suas palavras:

> É curioso notar que vários aspectos reportados neste ofício, tais como o envolvimento do vigário da freguesia, a divulgação do movimento entre escravos, os locais atingidos que incluíam o próprio Queimado, o ajuntamento de negros quando da celebração da missa, e receio geral da população quanto aos efeitos da ocorrência, tudo isso perece prenunciar com antecedência de vinte e sete anos a trama básica da insurreição do Queimado (SANTOS NEVES, 1979, p. 15).

Se as insurreições não foram numerosas no território espírito-santense, o mesmo não se pode afirmar sobre os quilombos: nos tempos do Espírito Santo provincial, por exemplo, os quilombos[174] ocorreram em números proeminentes se confrontado com insurreições. Muitas autoridades no poder local enfatizavam o fato de ser a província atrasada e esquecida, pouco povoada e com um povo "ignorante", de pouco estudo. Contudo, no tocante à veiculação das notícias e boatos, os escravos demonstravam estar bem informados. Como isso ocorria de fato, não se conhece. No entanto, pressupõe-se que o tipo de comunicação boca a boca operava naturalmente e, como era de esperar, gerava o boato e a fofoca[175]. Nos discursos de Presidentes da Província, encontram-se notações sobre revoltas, fugas, quilombos, buscas, capturas e medidas preventivas as mais diversas. Eles estavam atentos a quaisquer ocorrências suspeitas de insurreições escravas dentro do imenso território imperial. Em 1842, o Presidente local manifestou-se perante a Assembleia Legislativa Provincial nos seguintes termos:

> O exemplo das Provincias de São Paulo e de Minas Geraes, onde a rebellião ousou levantar seu collo, e privar a S. M. O Imperador do exercicio de alguns Direitos Magestaticos, nenhuma influencia aqui teve. A Província de São Paulo está hoje pacificada porque a força das armas fez curvar a cabeça á aquelles, que não quizerão sujeitar-se á força da razão. Graças ao energico Governo, a quem estão confiados os destinos do Brasil: felicitemo-nos pelo triunfo da legalidade. Breve teremos o prazer de receber igual noticia sobre o estado da Provincia de Minas Geraes (FALLA, 28 de agosto de 1842, p. 4).

A força da razão à época era manter inabalada e a qualquer custo a instituição da escravidão negra no Império. A contenção de rebeliões em Províncias ricas e populosas deveria servir de exemplo para a manutenção da tranquilidade pública local. Em todos os Relatórios de Presidentes, encontram-se discursos laudatórios sobre a paz provincial. "Esta provincia continua, felizmente, a gosar de sua proverbial tranquillidade. [...] mister é confessar, que assaz devemos á Providencia Divina, pela boa indole e moralidade de que é dotado este povo" (RELATÓRIO, 1.º de março de 1848, p. 6). Não obstante, na Província do Espírito Santo havia crimes hediondos cometidos por cidadãos livres, lotando os espaços

[174] Um conceito de quilombo e de insurreição são oferecidos como segue: "Um quilombo é um esconderijo de escravos fugidos. É preciso distingui-lo dos verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco. O quilombo quer paz, somente recorre à violência se atacado, se descoberto pela polícia ou pelo exército que tentam destruí-lo, ou se isto for indispensável à sua sobrevivência. Quilombos e mocambos são constantes na paisagem brasileira desde o século XVI" (MATTOSO, 2003, p. 158).

[175] Para os interessados em conhecer a importância da fofoca no processo de evolução da espécie humana, recomenda-se leitura da obra de Yuval Noah Harari, denominada de "Uma Breve História da Humanidade". Esse faz referência à "teoria da fofoca" e a defende do seguinte modo: "As novas habilidades linguísticas que os sapiens modernos adquiriram há cerca de 70 milênios permitiram que fofocassem por horas a fio. Graças a informações precisas sobre quem era digno de confiança, pequenos grupos puderam se expandir para bandos maiores, e os sapiens puderam desenvolver tipos de cooperação mais sólidos e mais sofisticados" (HARARI, 2017, p. 32).

muito precários das cadeias distribuídas em todas as comarcas. Já em relação à população formada por cativos, que não eram cidadãos (CARVALHO, 2011), as notícias sobre seus atos de rebelião eram veiculadas como manobra para facilitar sua captura, entregar a seus senhores de volta e castigá-los publicamente. Eram estratégias utilizadas pelo poder local. A falta da mão-de-obra escrava representava, pois, considerável prejuízo para a economia local. Daí os cuidados extremos em relação àquilo que poderia abalar não apenas a economia, mas também a ordem e a tranquilidade pública civil. Os quilombos representavam uma ameaça potencial. Em 1848, o Vive-Presidente José Francisco de A. Almeida Monjardim denunciava o seguinte:

> A proposito tratarei d'um mal ingente, que persegue esta provincia desde muitos annos, o qual ainda não poude ser extirpado, apesar dos esforços empregados pelas diversas administraçoes que hão se succedido, e de alguns sacrificios, não pequenos, do cofre provincial. Fallo do grande numero de escravos, que vivem juntos em quilombos, trazendo em continuos sustos os fazendeiros. [...] Logo que entrei na gerencia dos negocios publicos, mandei organizar no districto de Cariacica, sob a direcção do respectivo subdelegado, uma guerrilha de 18 praçaspara bater os quilombos ali existentes. Vi-me, porêm, na necessidade de dissolvel-a, por [...] achar-se bastante adiantada a verba respectiva (RELATÓRIO, 1.º de agosto de 1848b, p. 2).

Para se manter o sistema escravocrata operante eram necessários gastos e o orçamento para a instauração e operação de guerrilhas custava caro aos cofres públicos. Antes de agosto de 1848, o Presidente Luiz Pedreira do Coutto Ferraz alertas sobre o perigo dos quilombos e as dificuldades para se exterminá-los, evitando assim a continuidade do perigo e sua ameaça para o futuro da Província. "[...] considero de alguma gravidade, no presente, e que, no porvir, póde de consequencia mui fatal á segurança individual e de propriedade. Fallo dos escravos fugidos que vivem reunidos em quilombos, nas mattas" (RELATÓRIO, 1.º de março de 1848a, p. 7). O Presidente lamentou não ter obtido êxito na captura dos escravos fugidos e aquilombados por motivos diversos, que ele não explicita: "[...] fiz quanto estava da minha parte para levar avante algumas diligencias, a fim de bater esses quilombos com as precisas cautellas, e com o devido segredo e reserva. Nada porêm se conseguiu, por causas independentes de vontade" (RELATÓRIO, 1.º de março de 1848a, p. 7).

As insurreições de escravos na modalidade de fugas e organização de quilombos foi uma constante durante todo o período provincial. Ao contrário do que apregoa Mattoso (2003) sobre o quilombo como um lugar de paz para os escravos fugidos, Moura (1992) se contrapõe e afirma que a "quilombagem" se caracterizou por ter sido um movimento de rebeldia escrava brasileiro que se tornou permanente como resistência ao sistema em todo o território nacional. "Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis − econômico, social e militar − e

influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise [...]" (MOURA, 1992, p. 22). No Espírito Santo provincial, o escravismo se mostrou como tendo sido um dos mais severos do Brasil Império, sobretudo quando em face das rebeliões e de fugas de escravos que se embrenhavam nas matas e organizavam-se na forma de quilombos. Esse fenômeno passou a ocorrer com maior frequência de norte a sul do território capixaba na proporção em que os movimentos abolicionistas chegavam ao conhecimento dos cativos na forma de boatos sobre a vinda de sua liberdade[176]. Preocupados com as consequências da crise no sistema escravocrata, sobretudo na economia e na sociedade local, as autoridades passaram a tomar medidas mais rigorosas visando erradicar os quilombos. Contudo, o sucesso nem sempre era garantido, conforme já se abordou acima. Esse problema viria a contribuir para que o Governo do Espírito Santo se mostrasse intransigente e mais rigoroso ante o que ele denominaria de "desmoralização da escravatura". Nessa tentativa para eliminar todo tipo de rebelião escrava, a composição e organização de guerrilhas eficientes passaram a ter maior prioridade. Ao que parece, todo esse alvoroço tinha como causa algum tipo de prenúncio sobre a insurreição no Queimado, que eclodiria em 19 de março de 1849 e dela participariam mais de 200 escravos. Assim, em 11 março de 1849 o então Presidente Antonio Joaquim de Siqueira se manifestou perante os membros da Assembleia Legislativa Provincial:

> Um mal, comtudo, existe entre nós que cumpre extinguir quanto antes, mal que sem duvida alguma comprometterá para o futuro a tranquillidade da provincia, nossa existencia, fortuna e bens. Fallo, Senhores, dos quilombos. A assembléa legislativa provincial sempre solicita pelo bem estar d'esta provincia creou por sua lei de quatro de maio do anno proximo transacto uma guerrilha composta de um commandante e vinte praças engajadas voluntariamente, destinada a prender criminosos, e mui principalmente a destruir os quilombos que formigam na provincia e tanto concorrem para o definhamento da agricultura e desmoralização da escravatura. As dificuldades com que a presidencia por muito tempo luctou para encontrar um commandante que merecesse a sua confiança e podesse desempenhar suas difficeis e arduas obrigações, bem como a escolha de pessoas idoneas para compôr a guerrilha ha feito com que essa força não tenha sido ainda organisada, como é de urgente necessidade. Comtudo, Srs., a presidencia tomando na devida consideração objecto de tanta magnitude não poupará trabalho algum para que desappareção taes difficuldades e quanto antes tenha cabal execução tão proficua providencia (RELATÓRIO, 11 de março de 1849b).

Os quilombos eram um "mal" potencialmente ameaçador porque, de acordo com as notificações dispostas no Relatório supramencionado, não só comprometiam a economia e a política institucional da escravatura, mas tornava vulnerável a própria existência, fortuna e

[176] Deve-se lembrar o Ofício de 1822 do juiz ordinário da Vila da Serra que comunicava ao Presidente da Junta do Governo Provisório da Província a organização de escravos que se diziam intermediados pelo vigário local e o qual anunciaria, durante a missa, a liberdade da escravatura. O líder foi o escravo Antônio, que convocara toda escravaria dos distritos de Jacaraípe, Una, Tramerim, Queimado e Pedra da Cruz, para assistirem à publicação da imaginada liberdade (OFÍCIO DO JUIZ ORDINÁRIO DA VILA DA SERRA, 26 de maio de 1822).

bens de cada indivíduo livre, cidadão e senhor de escravos. Para corroborar essas afirmações sobre a sensação de insegurança elevada tanto na população livre quanto nas autoridades, em fins de 1848, no encerramento da gestão do 2º Vice-Presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, em seu Relatório publicado em 1849, encontra-se a seguinte passagem, que elucida bastante a situação de desordem no sistema escravista local:

> [...] fallo dos diversos ajuntamentos de negros, ou vulgarmente quilombos, que se achão constituidos, mesmo ao pé dos povoados. Dada a existencia de semelhantes coitos, em verdade ninguem pode contar com a sua propriedade segura, por quanto ao menor aceno, á mais pequena ameaça os negros trocão pelos quilombos a casa de seus senhores. E desgraçadamente alem dos quilombos existem tambem individuos, que lavrão pequenos sitios com o serviço dos escravos fugidos. Contra estes principalmente convem desenvolver a maior vigilancia, e direi mesmo toda a energia (RELATÓRIO, 30 de novembro de 1848/1849a, p. 8).

A diminuição da mão-de-obra escrava apresentava-se como problema sem precedentes na Província, pois a agricultura em geral estava sendo afetada, ao se considerar os discursos dos Presidentes ou de seus substitutos. Daí compreender-se o aparecimento dessa alternativa, qual seja: senhores donos de pequenos sítios se apresentavam como flexíveis em relação à absorção desse contingente de cativos fugidos para trabalharem em suas pequenas lavouras. Provavelmente, nessa situação os cativos sentiam-se protegidos, recebiam algum tipo de compensação pela seu trabalho e, de certo modo, eles antecipavam a tão desejada liberdade. Dando continuidade às providências contra fugas de escravos, em julho de 1850 o Presidente Filippe José Pereira Leal fazia severas denúncias contra o acolhimento de escravos fugidos por pessoas livres em suas casas e alertava para a possibilidade de a agricultura da Província falir caso esse "terrível cancro" do processo de formação de quilombos continuasse.

> Nada de proficuo se ha podido conseguir a respeito dos quilombos, cuja existencia é notoria, e sobre os quaes vós tendes decretado algumas providencias. Como vos tem informado meus antecessores muitas tentativas hão-se feito para extirpar este terrivel cancro da lavoura da provincia, mas desgraçadamente tem sido ellas frustradas, e por pesadas ao cofre provincial. [...] Julgo que em quanto se der o facto escandaloso de certos homens receberem escravos fugidos em suas casas, e com elles trabalharem e viverem em relações com os que se achão em quilombos, como é notorio, semelhante mal continuará a pesar sobre a provincia, e sua agricultura acabar-se-ha (RELATÓRIO, 25 de julho de 1850, p. 9-10).

As fugas continuariam até fins do período provincial. Os escravos se movimentavam: tanto suas fugas quanto a formação de agrupamentos na forma de quilombos representavam a decadência do sistema escravocrata. As guerrilhas nem sempre eram eficientes na captura de escravos aquilombados: as fugas continuavam, os números de quilombolas aumentavam e

enfrentavam-nas. "[...] segundo o que geralmente consta, muitos são os escravos acoitados por essas matas da provincia; atribuo isto a não ter o commandante aquella penetração essencial aos encarregados de tal policia [...]" (RELATÓRIO, 23 de maio de 1853, p. 13). Estratégias eram renovadas: em vez de captura na forma de guerrilhas, o retorno dos antigos capitães do mato era recomendado pelo Presidente. A despeito de mudanças nas táticas de captura, pelo que se constatou nos Relatórios, o número de escravos capturados era bem menor do que os números daqueles que permaneciam embrenhados no mato. Em março de 1856, o Presidente denunciava a força dos quilombos: "He um mal de que muíto se resente esta provincia a constante fuga de escravos, que se reunem em quilombos, e tornão-se temiveis por mais de um motivo. Creou-se ultimamente uma guerrilha, cujo commandante vence 500$000 rs. e já alguns serviços tem prestado" (RELATÓRIO, 8 de março de 1856, p. 19).

O imaginário de liberdade decorrente das ações de escravos rebeldes responsáveis pela insurreição do Queimado permaneceria na memória dos cativos. Já se fez menção ao fato de que escravos estavam bem informados, a despeito da opressão de seus senhores e do zelo político em defesa da força institucional da escravatura na Província. Fosse por meio do boato ou de fofocas, o imaginário sobre abolição do cativeiro permeava a mente de escravos e isso contribuía para a possibilidade de novas investidas insurrecionais. Nos anos de 1865 e 1866, medidas de segurança foram tomadas em toda a Província para prevenir possíveis insurreições de escravos, mesmo tendo-se detectado que as notícias eram infundadas.

> É certo que chegou officialmente a meus ouvidos a noticia de que em alguns pontos da Provincia se receiava uma insurreição de escravos, occasionada pelo boato, que entre elles circulava, de que a emergencia internacional, a que ha pouco me referi [Guerra do Paraguai], trazia em resultado a sua emancipação; mas as medidas preventivas, que forão de prompto empregadas, já directamente pela policia, já pela Presidencia, em virtude de requisição d'esta, conseguirão frustrar qualquer tentativa a esse respeito, e restabelecer a calma nos espiritos, talvez em demasia meticulosos (RELATÓRIO, 26 de maio de 1865, p. 5).

No ano de 1866, os boatos sobre a mesma questão contida no excerto acima voltariam a colocar em alerta as autoridades locais: "Apparecerão boatos de que uma insurreição de escravos se preparava em S. Matheus e Itapemirim; embora os julgasse infundados, não deixei de empregar medidas para que se tranqullisasse o espirito publico [...]" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1866, p. 6). As medidas de prevenção contra insurreição de escravos são indícios de que as fugas e os quilombos permaneciam em dinâmica. No intuito de corroborar tal hipótese, no ano de 1875[177] ocorreu a fuga de 31 escravos de importante fazendeiro no município da

[177] A data ao final do Relatório é de 24 de dezembro de 1875. Porém, sua publicação data de 1876.

Serra e de outros números menores de outros fazendeiros e nenhum deles foi capturado de volta para as fazendas de seus senhores. "Evadirão-se 31 escravos da fazenda do Bacharel Misael Ferreira Penna, situada no municipio da Serra, e em numero menor de outros fazendeiros. [...] Não se realizaram a captura dos escravos, porém, evitou-se perturbação da tranquillidade publica [...]" (RELATÓRIO, 24 de dezembro de 1875/1876b, p. 2). Com efeito, as fugas de escravos continuavam a ocorrer e, provavelmente, eles iam ajuntar-se aos seus comparsas já organizados em quilombos. A considerar-se o número de 31 escravos acrescido do número em menor escala de escravos de outros fazendeiros, é possível que tenha atingido o número de cerca de 50 ou mais escravos fugidos, o que era elevado para as fazendas.

Os dados constantes da narrativa acima, relativos a números considerados elevados de fugas de escravos na segunda metade do século XIX, não devem ser tomados aqui como fator determinante de uma realidade na Província, mas como indício de que as rebeliões de cativos eram frequentes e representavam um tipo de insurgência recorrente. Mattoso (2003) enfatiza que a fuga de escravos podia acontecer de duas maneiras: a rebelião ou fuga individual e as rebeliões ou insurreições coletivas que davam origem aos quilombos. Tanto uma como a outra forma de rebelião pressupõe um provável ajuntamento de escravos, fosse na modalidade de quilombos ou por meio do acolhimento de fazendeiros necessitados de mão-de-obra barata, conforme já abordado acima. Esses ajuntamentos não seriam possíveis sem o que essa autora defende como a formação de redes de solidariedades procuradas (fugas e convivência nos quilombos) e solidariedades encontradas (no trabalho, por exemplo). Ora, essas modalidades de rebelião ocorreram no Espírito Santo escravista e elas não teriam sido possíveis sem essas redes de solidariedade, as quais já existiam mesmo antes de os escravos fugirem. Em estudos recentes produzidos sobre o sistema de escravidão que existiu no Espírito Santo, foi detectada a existência de solidariedades, de humanidade entre cativos, como os enlaces e os desenlaces (RIBEIRO, 2012); como as relações familiares que dependiam de laços de afetividade entre negros escravos que se ajuntavam, em circunstâncias diversas, e de algum modo constituíam as suas famílias (MERLO, 2008; FARIA, 2013), embora não se tenha como comprovar que tipo de realidade havia nos espaços dos "lares" dessas famílias escravas.

O desejo de liberdade do escravo era inato, era naturalmente humano. Mesmo para os que morriam no cativeiro, o desejo de deixar de ser escravo um dia (MATTOSO, 2003) deve ter sido uma constante na mente do cativo. As fugas não eram de todo garantia de liberdade. As técnicas de capturas evoluíam na proporção em que as tecnologias da época surgiam. Tanto as guerrilhas quanto o trabalho dos capitães do mato contribuiriam para que quilombos fossem destruídos e escravos fossem, como era "natural", punidos. A melhoria nos meios de

comunicação, por exemplo, facilitaria nas buscas e capturas de escravos. O jornal Correio da Victoria serviu como veículo da maior importância no processo de localização e captura de escravos fugitivos. Diferente dos anúncios para a venda, compra ou aluguel de escravos, nos anúncios para a captura de cativos em fuga havia a elaboração de uma técnica considerada por Freyre (1963) como tendo sido de caráter científico, tamanha era a precisão de dados sobre as marcas, origens, tipo físico, cicatrizes, roupas e adereços portados pelos escravos.

> No caso de escravos fugidos, [...] [os anunciantes se dirigiam] à compreensão do leitor através de palavras que, estabelecendo "tipos de família" em torno do assunto − escravos − estabeleciam, também, nas relações necessariamente francas e inevitavelmente honestas que criavam entre o leitor, o anunciante e o objeto anunciado, alguma coisa de científico, dirigindo-se, de algum modo, à "experiência", à "compreensão" e à "reflexão crítica" do leitor: característicos [...] da linguagem científica (FREYRE, 1963, p. 23-24).

A imprensa no Espírito Santo foi inaugurada no ano de 1849, com a instituição do jornal Correio da Victoria. O Presidente Antonio Pereira Pinto comunicou com entusiasmo tal fato aos membros da Assembleia Legislativa Provincial em novembro daquele mesmo ano. Ele e estes, bem como as elites política e econômica locais, tinham consciência do poder das notícias e dos anúncios veiculados em um jornal. Em relação aos donos de escravos fugidos ou aquilombados, chegara a oportunidade para eles recuperarem com maior rapidez seus cativos que, capturados, sofriam punições. Entende-se que escravos fujões assim procediam por motivos vários, entre os quais a sua liberdade era certamente o mais importante. Porém, esses escravos corriam riscos diversos ao se aventurarem em suas fugas rumo às florestas: as possibilidades de serem capturados pelas guerrilhas ou pelos capitães do mato aumentaram com a veiculação de notícias e descrições detalhadas desses cativos feitas por seus donos. Conforme já mencionado, em março de 1856 o Barão de Itapemirim denunciara, em seu Relatório, a fuga constante de escravos e a formação de quilombos espalhados nas matas da Província. O mesmo conteúdo sobre tal assunto foi publicado no Correio da Victoria. Parte dele já foi citada acima. A outra parte reproduz-se como segue: "Logo que tomei conta da administração mandei entregar ao delegado de polícia de São Matheus a quantia de 250$000 rs. para bater os quilombos d'aquella comarca, o que se verificou logo, e produziu algum resultado" (CORREIO DA VICTORIA, 12 de mar. de 1856, p. 2). A frase "algum resultado" dá a entender que os resultados dessa operação policial na captura de escravos fugidos foram parciais, a despeito do rigor organizacional da empreitada.

As fugas do negro cativo compunham-se geralmente de escravos do sexo masculino. "A maioria dos quilombolas que aparece nos registros da polícia era do sexo masculino e de

origem africana" (KARASCH, 2000, p. 409). Grosso modo, o trabalho escravo nas fazendas era serviço braçal de homens negros, o que diferenciava em parte dos trabalhos praticados por homens escravos da cidade (que também trabalhavam pesado como ajudantes de pedreiro, por exemplo). Já as mulheres escravas eram geralmente destinadas para os serviços domésticos. Aparentemente, fugas de escravos pressupunham fugas apenas de homens negros rebeldes. Em números menores, mulheres escravas também fugiam. Há casos de escravas em fuga e em muitas das vezes elas levavam consigo seu(s) filho(s). Para exemplificar tal particularidade no Espírito Santo, em fins de 1856, foi noticiado no Correio da Victoria o seguinte:

> FUGIU a Manoel Francisco Feo de Araujo a escrava Jenoveva com uma cria de nome Sebastiana crioulas, a pouco arrematadas em praça do Juizo de Orfãos desta cidade da Victoria, cujas escravas pertencião ao casal do finado Luiz Vicente Loureiro. Protesta-se com todo o rigor das Leis contra quem lhes der coito e azillo; assim como gratifica-se a quem as capturar e levar a seo dito Sr., que reside em sua fazenda Aruába, do Destricto do Queimado Termo desta cidade (CORREIO DA VICTORIA, 8 de nov. de 1856, p. 4).

O tráfico de africanos fora interrompido em 1850. Em 1856, traficantes afrontavam as autoridades policiais com suas práticas ilícitas de venda de "africanos boçaes" no Espírito Santo do pós-1850, conforme já abordado neste capítulo. Os escravos, nascidos ou não na Província[178], não estavam de todo desinformados: eles sabiam, à maneira deles, que o fim do cativeiro não demoraria. Os senhores donos de escravos temiam não só a perda de seu capital humano: eles não dispunham de dinheiro suficiente para a compra de novos escravos, fossem de origem local ou de outras províncias. No pós-1850, o preço por uma peça escrava ficou sensivelmente elevado. Aqueles que por ventura receberam em suas casas Joneveva e sua cria Sebastiana tinham então uma negra escrava doméstica que pôde ter escolhido seus novos senhores e ter pago, com seu trabalho, pela acolhida dispensada a si e a sua cria. Ou Jenoveva poderia ter escolhido ir ajuntar-se com escravos aquilombados. Essas hipóteses são possíveis. Os detalhes do anúncio sobre a fuga da escrava com sua cria confirmam o que Freyre (1963) reconheceu como de base científica. Por oportuno, em julho de 1859, detectou-se o anúncio de um escravo casado, doente, em fuga, nos termos detalhados como seguem:

> FUGIO ao abaixo assignado no dia dois do corrente, um escravo de nome Manoel, mulato, casado, idade mais ou menos 30 annos, pès enxados de erisipela, &c. Quem o prender será gratificado com a quantia de 50$000 livre de despesas; assim como protesta contra quem o tiver acoitado, com o rigor da Lei. Vila da Serra em 13 de

[178] Aqui se leva em conta escravos comprados ou vendidos durante a modalidade de tráfico interprovincial, o qual foi incrementado a partir do fim do comércio definitivo de africanos em 1850.

> junho de 1859. José Joaquim dos Reis Bastos (CORREIO DA VICTORIA, 23 de jul. de 1859, p. 4).

Esses anúncios sobre escravos fugidos constariam das páginas do jornal Correio da Victoria, e de outros jornais que foram sendo instituídos na Capital e em outras comarcas da Província, até 1888. Na medida em que as notícias e os boatos sobre a abolição da escravidão no Brasil Império aumentavam − notícias, rumores e boatos eram muitos, pois os movimentos abolicionistas efervesciam −, os escravos com suas fugas e organização de seus quilombos de algum modo entendiam que sua atitude estaria contribuindo para que chegasse a tão sonhada liberdade. "Fugir era a forma mais comum de resistência dos [escravos]. Quando escolhiam buscar a liberdade na fuga, tinham várias opções. Podiam esconder-se [...] nas florestas, buscar refúgio [...] ao longo da mata Atlântica, ou ir para o interior, onde poderiam passar por libertos" (KARASCH, 2000, p. 399). Escravos sempre fugiram. Desde a vinda dos primeiros africanos escravizados para o Brasil Colônia, houve fugas. Porém, essas fugidas se tornariam mais frequentes a partir de início do século XIX, quando "Em 13 de março de 1830 [foi] proibido o tráfico de escravos, em virtude da Convenção assinada com a Grã-Bretanha, em 23 de novembro de 1826" (GUIMARÃES, 1967, p. 59). Estudiosos da escravidão são taxativos ao mencionarem a crise do sistema de escravismo no Brasil Império. "Os quilombos [...] surgem da própria instabilidade do regime escravista, do trabalho organizado sem qualquer fantasia, da severidade rígida, das injustiças e maltratos" (MATTOSO, 2003, p. 158).

Em relação às punições dos escravos capturados − e as capturas foram em números elevados −, pesquisadores construíram praticamente as mesmas narrativas sobre os horrores dos castigos e das condições de vida nas prisões. O descaso em relação à má alimentação ou à falta dela, à higiene inexistente, à insalubridade, à pouca circulação de ar nas cadeias e aos descuidos para com a saúde de cativos encarcerados em espaços denominados de "enxovias" era recorrente. Em geral, prisões eram reservadas a escravos do sexo masculino. Não obstante, mulheres escravas também sofriam penas severas e foram confinadas dentro do cárcere por tempo "perpétuo", conforme constatação mais adiante. Mesmo no dia-a-dia de escravos não rebelados, eles estavam sujeitos aos horrores dos castigos, desde as crianças − os chamados de "ingênuos" por terem pouca idade (eram meninos, adolescentes) − e, sobretudo, os adultos. "Pequenas faltas eram passíveis de punições severas. [...] As feridas resultantes [dos açoites[179]] eram curadas com sal, vinagre, limão e pimenta, o que agravava os sofrimentos"

[179] Os açoites eram normatizados. Para se ter uma breve noção sobre tais práticas, reproduz-se o seguinte trecho esclarecedor: "O açoite tornara-se tão normal aos olhos da sociedade que a própria legislação o consagrava como corretivo e disciplinar. O chefe policial concedia ao senhor uma autorização para aplicar o castigo, mencionando

(COSTA, 2010, p. 334). Se os ferimentos decorrentes dos açoites não eram tratados, escravos adoeciam e, entre as enfermidades que contraíam, o tétano era comum e contraído com frequência por causa de feridas abertas nos corpos dos cativos, o que podia levá-los à morte (KARASCH, 2000). Em todas as províncias do Brasil Império houve punições severas como forma de correção e disciplina de escravos. No Espírito Santo, as punições do dia-a-dia e aquelas ocorridas em situações de rebeldia não devem ter sido diferentes: podem ter sido efetuadas com o rigor do castigo, da prisão perpétua ou da pena de morte na modalidade do espetáculo sanguinário, como ocorreu no caso das punições de escravos que participaram da Insurreição do Queimado, por exemplo. Clóvis Moura fez um resumo do terror punitivo dispensado aos escravos insurretos do Queimado de 1849.

> José Augusto de Carvalho pormenoriza o terror senhorial sobre os insurretos, afirmando que "os castigos impostos aos insurretos foram exemplos da insanidade mental dos brancos senhores de escravos. Chico Prego foi enforcado tendo o seu carrasco, Antônio das Neves Teixeira Pinto, de cavalgar-lhe o pescoço para aumentar o peso. Como a agonia do infeliz não tivesse cessado, o carrasco esmagou-lhe o crânio, os braços e as pernas com um pedaço de pau" (MOURA, 2013, p. 333).

Esse tipo de punição máxima pública e legal contribuiria inevitavelmente para reforçar o desejo de humanização e liberdade e não para desumanizar o escravo, por mais que ele fosse considerado pela sociedade espírito-santense de então uma coisa, um bem de consumo, uma peça de hipoteca ou de aluguel, herança, carne vendia em arrobas[180], ou máquina de trabalho, conforme já abordado neste capítulo. Almada (1984) versa sobre a questão da desumanização do escravo, mas não fornece esclarecimentos o suficiente sobre o fato da impossibilidade de se desumanizar um ser humano. Ao recorrer-se a uma breve citação do filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980), a autora deixa em suspense algo que o leitor interessado desejaria, provavelmente, conhecer mais sobre tal assunto. O filósofo, ao tratar sobre relações entre colonizador e colonizado, preconizou o seguinte: "A impossível desumanização do oprimido inverte-se e torna-se alienação do opressor: é ele mesmo quem ressuscita, por seu menor gesto, a humanidade que quer destruir" (SARTRE, 1977, p. 37). Esta sumária afirmação permite compreender-se que as maiores atrocidades de que se tem notícia cometidas contra

---

o número de chibatadas que o escravo deveria receber" (COSTA, 2010, p. 334). No caso do Espírito Santo, houve legislação sobre punições severas para cativos. Sobre o trânsito de escravos na Província, por exemplo, no Art. 2, da Lei Nº 10 de 11 de maio de 1849, está disposto o seguinte: "[Todo escravo] que fôr encontrado, mesmo sem arma, depois do toque de recolher, passará a noite na prisão, e de manhã soffrerá o castigo de vinte e cinco palmatoadas" (ESPÍRITO SANTO, LEI Nº. 10. − 11 de maio de 1849, p. 1).

[180] O corpo escravo era vendido a preço e peso de arrobas junto com outro gêneros importados para a Província do Espírito Santo. Maria Stella de Novaes cuidou de fazer um registro desse tipo de trato comercial de escravos, nos seguintes termos: "Em 1827, entre os gêneros importados (farinha, carne seca, sabão, queijos, telhas, tijolos, ferragens etc.), estavam **Cem arrobas de escravos**" (NOVAES, 2010, p. 17, grifo da autora).

escravos rebeldes do Espírito Santo de 1849, por exemplo, não desumanizariam nem negros cativos que assistiram *in locus* às punições dos insurretos de Queimado nem tampouco negros cativos de outras localidades da Província que vieram a saber da fatalidade veiculada ou boca a boca, ou por meio de boatos, notícias ou alertas recebidos de seus próprios senhores. Quanto aos escravos que não sofreram pena de morte, vale lembrar o seguinte:

> A forma como foram tratados os revoltosos na perseguição chefiada pelo capitão-da-mata [sic] Antônio Pinto, na captura e no castigo, bem demonstram o terrorismo das classes senhoriais e a síndrome do medo que delas se apoderou. O mesmo autor [José Augusto de Carvalho] informa que "a flagelação dos escravos foi terrível; o chicote rasgava-lhes as costas, arranhando as carnes, e os cães disputavam o sangue que se espalhava no chão [...]" (MOURA, 2013, p. 333).

Narrativas acadêmicas sobre prisões de escravos e sobre sua situação de acomodações nas "cadeias" do Espírito Santo provincial são, infelizmente, raras. Os pesquisadores esbarram na escassez de dados por falta de documentação o suficiente, ou por se depararem diante de informações ambíguas e, portanto, incompletas sobre tal assunto. No entendimento de Fausto (2001), as atividades policiais contra a criminalidade cotidiana não se restringiam apenas aos crimes em si, pois as ações da polícia iam além de simples prisões de eventuais criminosos, o que dificulta adentrar-se na realidade dos fatos, cujo conteúdo informacional apresenta-se como precário. Para citar um exemplo, no Espírito Santo do Oitocentos escravos foram presos por homicídio, sem no entanto serem culpados (e libertados algum tempo depois). No ano de 1874, "Foram processados no termo de Benevente por crime de homicido João Serapião de Paula e os escravos Elias e Francisco: contra o primeiro, que se acha preso, foi decretada pronnuncia, sendo procedimento instaurado contra os dois ultimos julgado improcedente" (RELATÓRIO, 29 de abril de 1874, p. 40). Por tal razão, o pesquisador deve ser cauteloso ao manusear documentos sobre o assunto: os dados estatísticos levantados a partir da leitura desse tipo de fonte podem não ser suficientes para a completude de estudos sobre tal matéria. Entretanto, isso não significa que tais documentos sejam de menor importância, pois, de alguma forma, neles encontram-se pistas de uma realidade da qual é possível aproximar-se. No afã para obter informações sobre crimes e prisões de escravos no Espírito Santo da mesma época, Campos (2003) deparou-se com barreiras de cunho jurídico-policial e de viés político-governamental. Prisões de escravos eram muito mais uma forma corretiva de se manter o sistema escravocrata operante, sob o controle das elites, do que a obrigatoriedade para se lotarem as cadeias com mão-de-obra indispensável para a dinâmica da economia da Província. Campos (2003) reforça o fato de que Polícia e Justiça, apesar da distinção de suas práticas

diárias no cumprimento das lides, trabalhavam juntas no processo de controle social local. No que diz respeito aos registros de prisões e solturas de escravos, a pesquisadora lamenta não ter encontrado um documento no qual essas ocorrências eram anotadas: o "livro de porta", como era assim denominado. "Quase sempre as ocorrências diziam respeito às prisões e livramentos efetuados pela Polícia. [...] por determinação do Código de Processo Criminal [existia] um 'livro de porta', onde, de acordo com o artigo 158, anotavam-se despachos [sobre] 'entradas e saídas' dos presos" (CAMPOS, 2003, p. 161). Segundo afirmação da autora, o aludido "livro de porta" não foi encontrado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Apesar das dificuldades pontuadas acima, foi possível levantarem-se dados sobre prisões de escravos no Espírito Santo da segunda metade do século XIX, conforme dados estatísticos seguintes:

Tabela 3 − Prisões de Escravos na Província do Espírito Santo, período de 1857 a 1885

Ano	Livres	**Escravos**	Total	**% por escravo**
1857	193	49	242	25,4%
1860	159	42	201	26,4%
1865	124	45	169	36,3%
1868	78	**61**	139	**78,2%**
1875	97	**14**	111	14,4%
1880	101	24	125	23,8%
1885	172	17	189	**9,9%**

Fontes: Comunicados de Chefes de Polícia sobre as prisões de livres e escravos. Adriana Pereira Campos. **Nas barras dos tribunais**: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. Tese (Doutorado em História) − Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

Ao considerarem-se os dados tabelados acima, é-se obrigado a interpretá-los tendo-se como propósito o seguinte: por enquanto, esta realidade é parcial e deve ser reconhecida como tal. Os números relativos aos escravos presos em 1857, 1860 e 1865 demonstram um certo equilíbrio, próximo de uma média em torno de 50 cativos presos em cada um desses três anos, num total de quase 150 escravos. Esta primeira análise permite constatar o seguinte: ao contrário da queda ocorrida nos números de presos livres durante os mesmos primeiros três anos tabelados acima, as atividades policiais repressivo-prisionais relacionadas aos escravos mantiveram seus níveis elevados e constantes. Porém, contrariando sensivelmente essa constância, no ano de 1868 o número de escravos encarcerados teve um aumento abrupto e atingiu o total de 61 cativos. Por outro lado, no mesmo ano de 1868, o número de presos

livres caiu copiosamente, computando um número total de 78 presos livres. Ora, esta soma de 78 é pouco menos do que um terço do número de presos livres no ano de 1857, isto é, 193, atingindo a média de 2,6. A partir destas análises, tornam-se evidentes as dificuldades ante a não constatação de uma queda constante nas ações repressivas da polícia e em suas atividades contra o crime na Província no período de 1857 a 1868. Esta constatação suscita mais questionamentos e contribui para distanciar o pesquisador da realidade. Fica a impressão de que os dados fornecidos pelas autoridades locais no ano de 1868 estiveram próximos de uma realidade que não se mostra e permanece desconhecida para o pesquisador pelos motivos já mencionados acima. Outrossim, deve-se atentar para a sensível diferença numérica de cativos presos no ano de 1868 (61 escravos) e 1875 (14 escravos). Ao confrontarem-se esses números − 61 *versus* 14 −, a queda percentual é de 23%. Pode-se ainda comparar o número de presos cativos de 1868 com o número de presos livres no mesmo ano e obter como resultado a cifra de 78,2%, o que quase equipara os números de presos cativos e livres. Não se tem como conhecer os reais motivos dessa queda brusca no número de presos livres, nem os motivos reais no aumento, também brusco, no número de presos cativos naquele ano de 1868. Só é possível reconhecer uma diminuição constante nos números totais de presos livres e escravos a partir de 1875 até 1885. Ainda assim, entende-se que a veracidade dessa queda é passível de questionamento, pois reconhecer uma diminuição da violência no Espírito Santo de então − ao longo do período de 1857 a 1885 − contraria informações sobre o sistema prisional de Victoria fornecidas no ano de 1861. De acordo com dados registrados no Relatório do Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior, na "[...] cadeia da Capital [...] Ha muito o que fazer para tornal-a commoda, attento o grande numero de prezos que n'ella são recolhidos. Esse numero durante o anno passado [em 1861] chegou á 280, sendo o maximo 56 e o minimo 35" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1862, p. 18). Ora, esse número de 280 presos na cadeia de Victoria, em 1861, ultrapassa a soma total de presos livres e escravos de toda a Província no ano de 1857, constante da tabela acima, como seja: 193 livres + 49 escravos = 242 presos. No referido Relatório não há distinção numérica entre presos livres e presos escravos. Vale ressaltar que em outubro de 1876 o Presidente Manoel José de Menezes Prado advertia para o aumento no número de criminosos na Província:

> A cadeia d'esta capital [...] soffreu o anno passado grandes concêrtos. [...] ha necessidade de construir-se outro edificio mais apropriado e com accommodações para recolher presos que são remetidos de todos os pontos da provincia, por quanto o actual edificio, no qual funccionão a Camara Municipal e esta Assembléia, sobre achar-se mal situado é acanhado e vai cada dia se tornando mais insufficiente para conter tão grande numero de criminosos (RELATÓRIO, 15 de outubro 1876a, p. 11).

Tendo-se como aporte as informações dos Relatórios supracitados, enfatiza-se que não se tem como reconhecer uma queda significativa da violência no Espírito Santo baseada apenas na sequência de dados estatísticos referentes ao período de 1875 a 1885. Em relação aos dados estatísticos relativos a prisões de escravos, não se tem como corroborar se houve ou uma estabilidade ou uma queda, apesar de os números dispostos na Tabela 4 tenderem para uma diminuição nas prisões de cativos. A hipótese de Fausto (2001) sobre a precariedade das fontes estatístico-prisionais fornecidas pela Polícia reforça os argumentos até aqui defendidos. Leva-se ainda em consideração o seguinte: a rebeldia de escravos na Província continuou e o número de fugas e organização de quilombos também aumentando até às vésperas da abolição da escravidão no Brasil em 1888, conforme exposição já desenvolvida acima.

Nesta instância, fazem-se algumas notificações sobre as condições físicas e higiênicas do sistema prisional no Espírito Santo oitocentista. Para tanto, é necessário que se considerem dois tipos de questões: a) Só um levantamento de números estatísticos relativos a prisões de escravos é insuficiente para se compreender as condições de saúde de cativos punidos, feridos e encarcerados; b) A outra questão diz respeito às condições de vida cativa, ao tratamento e à alimentação dentro de espaços "fétidos", insalubres e mal arejados. Em relação à primeira questão (a), afirma-se que em cerca de trinta Relatórios de Presidentes da segunda metade do século XIX foram encontrados registros de alertas sobre as péssimas condições da cadeia de Victoria e das cadeias de outras comarcas (na proporção em que novos prisões iam sendo construídas em outras localidades). A falta de verbas para manter de pé a cadeia da "Capital", em condições mínimas para encarcerar os presos e evitar a fuga deles, é uma constante nesses Relatórios. Entretanto, os dados sobre prisões de escravos são insuficientes para se avaliar com segurança se houve aumento ou diminuição em relação a esse problema. No ano de 1848, faziam-se alertas para o seguinte: "O mau estado de todas as cadêas da provincia, no que é concenente a sua commodidade, e pouca segurança da mór parte d'ellas, e d'ahi, a facilidade com que se evadem os prezos, o que tanto coopera para a impunidade dos crimes, reclamão com instancia vossa attenção e providencias" (RELATÓRIO, 1.º de marco de 1848a, p. 52-53). Em 1849b, o Presidente Antonio Joaquim Siqueira atentava para o fato de que nenhuma dentre as cadeias da Província, com destaque para a cadeia de Victoria, estava em condições de atender a um mínimo de comodidade e humanidade recomendadas pelas leis do Império. Havia situações em que essas cadeias não eram construções públicas, mas casas alugadas pelo governo provincial. "Desde Itapemirim até São Matheus ou as prizões se contem em pequenas casas alugadas, fracas e incommodas, ou em parte insalubre e de edificios arruinados das

camaras e antigos collegios dos Jezuitas" (RELATÓRIO, 23 de maio de 1853), p. 16). Em 1855, o Presidente chamou a atenção das autoridades locais para a falta de segurança, asseio e insalubridade das prisões existentes na Província. Percebe-se que com o passar do tempo a situação precária do sistema prisional no Espírito Santo permanecia sem solução. Em 1868, o Presidente Luiz Antonio Fernandes Pinheiro chamava a atenção para o péssimo estado das prisões: "Continúa a ser tão deploravel o estado dos edificios, que servem de prisões públicas, que julgo poder afiançar-vos que a provincia não tem cadeias" (RELATÓRIO, 10 de outubro de 1868, p. 9). De fato, em 1872 o número total de "cadeias" era de 11 (onze). Porém, esses locais não eram edifícios públicos pertencentes à Província, conforme referência feita acima. Vale enfatizar que "Das 11 cadeias que existem n'esta Provincia, muitas são cazas alugadas [...]" (RELATÓRIO, 2 de outubro de 1872, p. 8). Em 1875, o Presidente alegava que "[...] só temos uma Cadêa regular que é a da Capital [...] Não obstante, [...] a mesma cadêa necessita de diversos concertos nas duas enxovias, [...] nos xadrezes do andar de cima [...], carecendo ao mesmo tempo serem caiadas as prizões por bem da hygiene e saúde dos prezos" (RELATÓRIO, 4 de maio de 1875a, p. 8). Nos relatos acima (e noutros que não foram citados aqui) sobre as condições muito precárias das prisões e "cadeias" improvisadas na Província, o levantamento de dados sobre presos livres e presos escravos é ínfimo. Só em três Relatórios − os de 1867[181], 1878 e de 1882 −, encontram-se dados estatísticos sobre esse problema, conforme explicitação seguinte: em 1878, o Presidente Manoel da Silva Mafra passou dados sobre o movimento da cadeia de Victoria, esclarecendo que até julho daquele mesmo ano registrou-se o número total de 206 presos[182] e dentre esses, 37 eram escravos (RELATÓRIO, 22 de outubro de 1878). Com relação ao Relatório de 1882, o movimento carcerário na cadeia de Victoria, ao final de 1881, foi conforme segue: para a soma de 115 presos[183], 33 escravos constavam desse total, sendo que 8 cativos tinham fugido e 25 deles permaneceram na prisão (RELATÓRIO, 21 de março de 1882). A exposição acima sobre a carência de dados em torno da prisão de escravos distancia o estudioso dessa realidade. Por meio dessa explanação, tem-se como objetivo contribuir para melhor compreensão da estatística da Tabela 3 e reforçar o que Campos (2003) narrou sobre os caminhos tortuosos em relação a tal problemática.

[181] Dados estatísticos contendo informações menos duvidosas sobre prisões de escravos na cadeia de Victoria constam do Relatório de 1867. Com o intuito de viabilizar uma leitura menos dúbia sobre essa problemática, elaborou-se uma tabela, a qual está disponibilizada adiante, seguida de algumas análises pertinentes.

[182] Os dados detalhados sobre a movimentação carcerária na cadeia de Victoria em 1878, com o número total de 37 escravos presos, estão disponíveis na página 5 do referido Relatório.

[183] Dados detalhados sobre a movimentação carcerária na cadeia de Victoria em 1881, com o número total de 33 escravos presos, estão disponíveis na página 20 do aludido Relatório.

No que diz respeito à segunda questão (b), isto é, ao problema das condições de vida, de alimentação, atendimento médico, doença e morte de escravos dentro de espaços prisionais "fétidos", insalubres e mal arejados, o material disponível é escasso e utiliza-se o mesmo para a elaboração de uma narrativa sumária, de caráter introdutório. Diante dessas dificuldades, entende-se que a recorrência objetiva ao comparativismo é uma ferramenta oportuna:

> Comparar [...] surge com especial intensidade e necessidade quando [se] tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha. Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo (BARROS, 2014, p. 17).

A partir de então, retoma-se aquela discussão de que apenas o levantamento de dados estatísticos sobre as prisões de escravos no Espírito Santo provincial não é o bastante para se conhecer suas condições de vida dentro do cárcere. Mesmo presos, escravos tinham algum tipo de cotidiano baseado nas comunicações uns com os outros, por exemplo. Pesquisadores sobre moléstias e mortalidade de escravos em situações prisionais diversas são taxativos ao denunciarem as más condições de vida ou de acomodações, espaços mínimos insalubres, a não existência de práticas de higiene, a pouca circulação de ar, a má alimentação ou a falta dela; descuidos para com a saúde dos cativos (a precariedade no atendimento médico), entre outros fatores, que contribuíram para agravar a sobrevivência desses prisioneiros e, em última instância, levá-los à morte. Não há estudo no Espírito Santo sobre o adoecimento e mortes de escravos confinados nas prisões da Província. Entre as causas prováveis para essa falta, destacam-se as barreiras encontradas por Campos (2003), o que já se abordou acima. Por outro lado, no Rio de Janeiro do século XIX, onde a população escrava era elevada, açoites e castigos prisionais eram comuns. Segundo Karasch (2000), se o escravo era um fugitivo incorrigível, seu senhor, além de puni-lo com os açoites, podia recorrer-se à justiça e solicitar a ela a prisão do cativo por um determinado período de tempo no calabouço. A esse castigo prisional, acrescentavam-se trabalhos forçados para instituições públicas e de caridade, por exemplo[184]. Ora, essa dupla punição contribuiria para minorar a resistência física e psíquica do negro cativo encarcerado. Em decorrência disso, a saúde do escravo era agravada, vulnerada, ensejando as denominadas "doenças da prisão[185]".

[184] No Espírito Santo do Oitocentos, ocorreu esse tipo de punição dupla: o escravo era punido na modalidade de encarceramento e cumpria horários de trabalho, o que contrariava o disposto no Artigo 60 do Código Penal. Adiante, na Tabela número 4 encontram-se dois exemplos dessa situação.

[185] Dados sobre as "doenças da prisões" sofridas por escravos podem ser encontrados nas obras de Mary C. Karasch (2000), Clóvis Moura (2013), Jaime Pinsky (1997) e outros. No Espírito Santo, a obra de referência

> [...] as chibatadas abriam feridas que permitiam a penetração de parasitas tropicais, vermes, esporos e bacilos. Com frequência, contraíam tétano depois de um castigo em que a pele era perfurada. Os médicos da época chegaram a observar a relação entre punições, mortes subsequentes e tétano [...] Outros problemas resultantes de infecções em feridas abertas eram gangrena, úlceras tropicais, bouba e ancilostomose. Em um clima tropical, feridas abertas são sempre potencialmente perigosas e eram muitas vezes letais para escravos mal cuidados. Uma consequência ainda mais séria da prática de mandar escravos para prisões públicas com a finalidade de castigá-los era a disseminação de moléstias contagiosas. O encarceramento de escravos e prisioneiros em locais superlotados, com o mínimo de instalações sanitárias, poucos cuidados médicos, alimentação e vestuário precários e água de má qualidade causava doenças como o tifo, disenteria e varíola, que atacavam inicialmente os prisioneiros e depois toda a cidade, disseminadas pelos escravos que retornavam aos seus senhores [...] Os mesmos prisioneiros que sofriam de disenteria e tifo eram os que carregavam água e comida para instituições e hospitais públicos (KARASCH, 2000, p. 183-184).

Ao levar-se em consideração o conteúdo do excerto acima, admite-se que ele contribui para compreender-se melhor as condições de vida dos escravos presos no Espírito Santo do Oitocentos, considerando-se que tais condições eram, lá como cá, praticamente as mesmas. As diferenças eram basicamente numérico-populacionais. No Rio de Janeiro e na Corte, por exemplo, tendo-se como referência os números levantados por Karasch (2000), a população escrava encarcerada era a maior do Império; no Espírito Santo, a população cativa nas cadeias era menor. Já no que concernia à precariedade e insalubridade das instalações prisionais, elas não diferenciavam. Em 1878, o Presidente da Província lamentava as más condições dos espaços prisionais em quase todo Império: "Na provincia, como em a maior parte do Imperio as cadèas estão a longa distancia do espirito humanitario e civilisador que guiou o legislador constituinte no Art. 179 § 21 da constituição. As melhorias pervertem mais do que corrigem [...]" (RELATÓRIO, em 22 de outubro de 1878, p. 4). Para agravar esse cenário, os escravos presos eram ajuntados com presos não escravos, em situações mais agravantes: "Nem há necessidade de se falar muito sobre as condições de vida nessas fétidas cadeias. [...] O homem livre, privado temporariamente de sua liberdade, já é tratado como bicho. Imagine-se o escravo!" (PINSKY, 1997, p. 50-51). Entende-se que há necessidade de "falar" sobre como essa situação teria ocorrido no Espírito Santo, mesmo estando-se em face da escassez de documentos sobre o assunto. Ainda assim, é possível vislumbrarem-se vestígios sobre se ela teria sido tão ou mais grave do que aquela observação feita por esse autor. Na Província, não eram somente as questões relacionadas à falta de higiene ou à insalubridade que dificultava as condições de escravos presos: havia um outro tipo de tratamento dispensado a eles e que os degradava moralmente, já que tinham de ser nivelados e encarcerados juntos com criminosos

sobre o assunto é "Insurreição do Queimado" de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, originalmente escrita em 1884. Maria Stella de Novaes (2010) faz breves citações sobre o assunto.

os mais perversos. No ano de 1862, em um Relatório de Presidente apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, consta que os escravos deveriam ser presos na mesma "enxovia" onde se encontravam encarcerados os facínoras. Constate-se: "A casa que serve de prisão pública em Itapemirim comprada em 1857 [...] ainda não está concluida, carecendo sobretudo de uma sala para detenção de simples indiciados ou de individuos que não devam ser collocados na mesma enxovia que os facinoras e escravos" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1862, p. 20). Sabe-se que esse problema moral não estava relacionado à transmissão de doenças e sim a questões de ordem jurídico-criminal. No entanto, o não estar preso na mesma "enxovia" não quer dizer que doenças infecciosas não fossem transmitidas, ainda que essas "enxovias" se encontrassem separadas dentro do mesmo edifício. Importa ter em mente que os saberes médicos da época não eram desenvolvidos o suficiente para permitir que médicos e autoridades político-jurídicas locais compreendessem o seguinte: ajuntamento de escravos com facínoras, detidos num mesmo espaço, separados dos detentos classificados como simples indiciados, em nada barraria a transmissão de doenças infecciosas (ou mesmo de moléstias contagiosas), conforme já pontuado acima. Não é demais acrescentar o seguinte: "Embora a sujeira e as condições insalubres das prisões afetassem os encarcerados, os escravos que não tinham dinheiro para suborno recebiam o que havia de pior em termos de celas, comida e tratamento" (KARASCH, 2000, p. 177). É, pois, a partir das postulações dessa autora sobre cativos e suas "doenças da prisão" que se traz à baila três passagens sumárias, mas importantes, do estudo pioneiro de Rosa (1979) sobre a "Insurreição do Queimado". No decurso do que o autor denominou de "A derrota − Reações", é mencionado o estado de convalescença dos "revoltosos", o que se reproduz abaixo:

> [...] os cruéis castigos aplicados, já pelos senhores, já pelo capitão Antônio e seus sequazes, tinham gerado moléstias graves em muitos, ferimentos em alguns, dores e desesperos em todos. [...] A presidência ordenou nessa emergência que na própria cadeia fossem tratados, devendo para isso socorrê-los a botica, o cirurgião e a enfermaria da santa casa, a cujo provedor oficiou, dizendo terminantemente que não convinha a transferência dos doentes, por motivo nenhum (ROSA, 1979, p. 73).

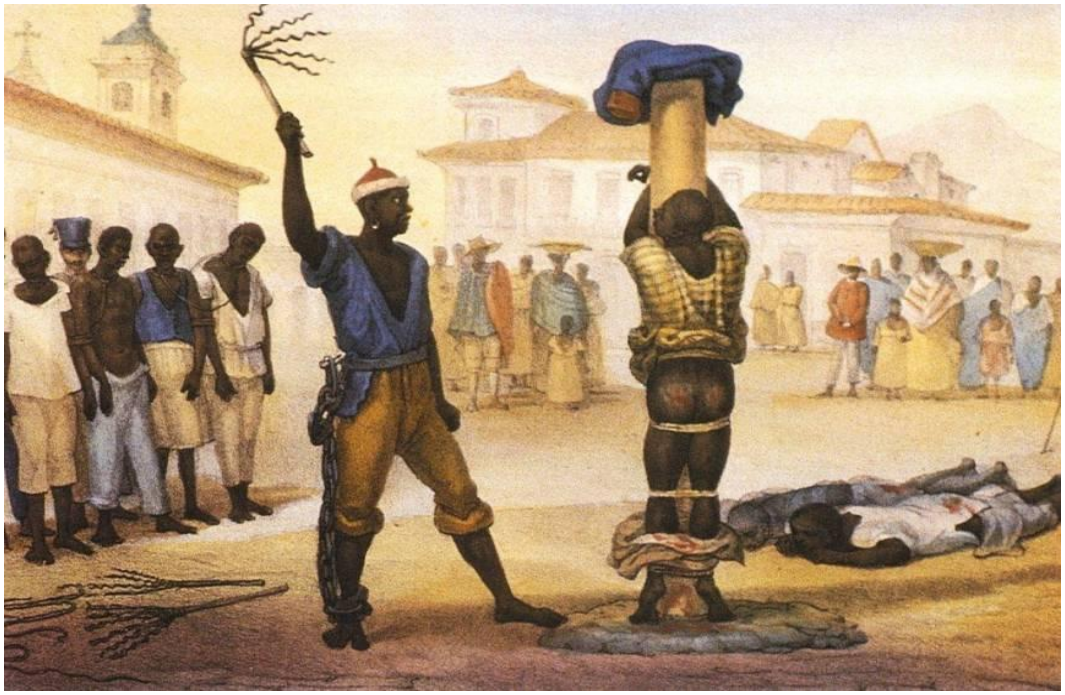
Já se fez menção às "pequenas faltas" cometidas por escravos (crianças e adultos) no seu dia-a-dia, algumas das quais eram motivo de punições severas. Os cortes na pele ferida eram "aliviados" com vinagre, limão e pimenta, o que em vez de curar agravava esse tipo de situação (COSTA, 2010). De certo modo, o cotidiano dos cativos era passível de traumas e doenças diversas. Mesmo no exercício de seu trabalho pesado e de carga horária diária longa, era comum o adoecimento do escravo (MATTOSO, 2003). Aparentemente, as providências

emergenciais tomadas pelo Presidente, nos espaços do próprio cárcere, com a solicitação de botica, cirurgião e a enfermaria da Santa Casa de Misericórdia teriam contribuído para a melhoria dos cativos doentes. Segundo Rosa (1979), tais precauções em prol dos aprisionados doentes teriam contribuído para agravar ainda mais o estado de convalescência de suas vidas. Infelizmente, não se dispõe de fontes a partir das quais se levantem dados estatísticos sobre o número de doentes e de suas doenças; nem sobre o número dos que sobreviveram e dos que morreram. Indícios apontam para o fato de que houve mais morte do que recuperação de vidas. E quem fornece tais pistas é o próprio autor da aludida insurreição: "Em geral a vítima passava das mãos do executor da lei para o leito do hospital e aí recebia a tuberculose para conduzi-la à cova" (ROSA, 1979, p. 81). A tuberculose era fatal no século XIX, sobremaneira em se tratando de escravos acometidos por ela. Aqueles que fugiram também não tiveram "sorte" em relação à recuperação da saúde e também adoeceram de tuberculose: "Domingos (Corcunda) e João (Pequeno), Elisário e seu irmão João morreram no isolamento das montanhas vitimados simultaneamente pela tuberculose e pela anemia" (ROSA, 1979, p. 86).

A ideia de incluir em seu estudo algumas passagens sobre os ferimentos, doenças e mortes dos insurretos, bem como fazer citação sobre a forma como os escravos doentes foram atendidos na própria cadeia, permitiu a Rosa (1979) que sua narrativa de fins do século XIX servisse de motivação para seus pósteros e não viesse a cair no esquecimento, conforme ele advertira no início de seu prefácio. Em 1963, Maria Stella de Novaes publicaria um estudo introdutório sobre a escravidão no Espírito Santo. Admiradora de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, a autora citou passagens da insurreição escrava de 1849. Porém, em relação às doenças e morte dos cativos, as passagens sobre o assunto em sua obra são ainda mais sumárias. Contudo, no que diz respeito às punições, aos ferimentos no corpo escravo e às doenças deles decorrentes, Novaes (2010) proporciona ao pesquisador peculiaridades próprias do sistema escravista colonial e imperial e que foram incorporadas de modo "natural" no Espírito Santo. Assim como noutras localidades do Império, na Província os escravos eram assinalados com as marcas de batismo (a marca de uma cruz no peito era leve se confrontadas com as marcas das punições cruéis). Era "A crueldade, em nome da Fé! Existiam outras marcas, semelhantes às que se fazem com os bois e outros animais, para o registro da propriedade, por exemplo" (NOVAES, 2010, p. 26). Tais marcas, além de viabilizarem inflamações e o surgimento das feridas, tinham como finalidade dar identidade ao escravo, a quem pertencia e facilitava sua captura, seguida de torturas, quando ele fugia. Eram comuns as feridas, as contusões, o tétano, etc. Entre os castigos, destacavam-se as palmatoadas (que causavam inchaço nas mãos); os ferros nos pés, na cintura e no pescoço; os açoites no corpo escravo amarrado ao tronco (em

muitos dos casos levava o escravo à morte); a peia e o bacalhau[186], entre outros. Quando essa autora faz referência a "O tronco famoso", deve-se compreender que o termo "famoso" aqui utilizado diz respeito ao terror que ele causava aos escravos. O "tronco famoso" era também um castigo aplicado aos negros escravos do Espírito Santo, pois a ideia que as reproduções ilustrativas dele passa é a de que tal castigo ocorria só nos grandes centros urbanos como no Rio de janeiro, em Salvador e Recife, por exemplo. As ilustrações mais famosas sobre os açoites ou castigos de escravos são as da autoria de Jean-Baptiste Debret (1768 - 1848). Seus desenhos sobre castigos públicos dos escravos foram produzidos com riqueza de detalhes. Muitos são conhecidos no Brasil e em grande parte do Ocidente. Alguns de seus desenhos, muito coloridos, tornaram-se ao mesmo tempo icônicos e emblemáticos, como aquele do negro amarrado de costas ao tronco, o qual se reproduz a seguir:

Figura 1 − "Aplicação de castigos" ao negro escravo, diante do público.



Fonte: https://escolaeducacao.com.br/brasil-colonial-de-jean-baptiste-debret/

Não se dispõe de espaço para se fazer uma análise criteriosa dos muitos pormenores representados nessa obra, de forte apelo iluminista, do aludido artista francês. Ressalta-se que a cena central é composta pelo escravo e pelo carrasco. O negro escravo está amarrado ao tronco de costas, com as nádegas e pernas sangrando sob o açoite do carrasco, curiosamente negro. À direita do desenho, há dois negros deitados de barrigas contra o chão, cobertos com

[186] O termo "bacalhau" aqui empregado tem o seguinte significado: "Chicote de pequeno cabo de couro, a que se seguia o couro torcido, terminando em cinco pontas livres" (MOURA, 2013, p. 59).

roupas manchadas de sangue, o que pode representar que eles já sofreram os açoites e não se encontram em condições de ficarem de pé. Ao lado esquerdo do desenho, há um conjunto de negros na fila "esperando" sua vez de sofrerem suas punições. Próximo do verdugo, no chão, há um conjunto de chicotes − o bacalhau −, o que significa que a força com que o carrasco açoitava os negros escravos era tanta que os chicotes ficavam esgarçados e eram substituídos por outros novos. As consequências desse tipo de punição, conforme mencionam Pinsky (1997), Karasch (2000), Mattoso (2003), Costa (2010), entre outros estudiosos da escravidão, eram em níveis elevados e funestas. O referido desenho é um ícone por ser provavelmente o mais visto por pessoas em geral e por ser o mais utilizado pelos estudiosos. É emblemático porque é uma denúncia de estranhamento e causa no sujeito que hoje o olha repúdio, indignação e revolta. Por outro lado, não é possível afirmar-se que Jean-Baptiste Debret tenha pintado uma realidade autêntica, com as cores do dia e o conjunto daquelas pessoas tais como eram em si mesmas naquela ocasião. Como um todo, o desenho é um cenário de teatro ou uma tela bem composta. Ousa-se afirmar que não é necessário ser um especialista em arte para perceber que o desenho tem uma composição arquitetônica e teatral premeditadas, além do forte efeito de catarse que pesa sobre a mente daquele que o olha. Esta afirmação não é uma negação dos açoites torturantes, dos ferimentos resultantes e das doenças que deles se alastravam pelo corpo escravo. Não. Deseja-se registrar o fato de que a obra é um testemunho ou exagerado ou esmaecido da realidade em discussão.

Novaes (2010) menciona que os escravos sobreviventes aos açoites do tronco ficavam gravemente feridos, lesionados, traumatizados e por vezes indo a óbito. Não se conhecem os reais efeitos desses maltratos em corpos de escravos do Espírito Santo que foram açoitados no tronco. Porém, sabe-se, por analogias, que as consequências eram graves e muitos cativos não conseguiam se recuperar dos ferimentos e, não raro, morriam. "No caminho de Sauaçu, foi encontrado um escravo escarrando sangue, e deitando sangue pelo ouvido. Foi metido no tronco" (NOVAES, 2010, p. 37). Se esse cativo foi submetido a tratamentos e recuperou sua saúde, não se tem como comprovar. Na sequência expositiva sobre atrocidades executadas contra escravos, essa mesma autora relata um tipo de tortura com requintes, muito peculiar, ocorrido numa rua de Victoria da segunda metade do século XIX. Confira-se:

> Nas imediações da Rua da Prainha, no dia 7 de fevereiro de 1872, às 18 horas, estava um preto, com os pulsos algemados e tendo, nos pés, um par de machos. Seminu, tinha o corpo todo untado de melado.Declarou chamar-se Lino e escravo de José Alexandre da Costa Martins, residente em Passa três, e que estava, na Corte, em casa de José domingos da Costa, [...] onde outro companheiro recebia o mesmo tratamento.

> [...] O melado era para atrair as moscas, sem que eles pudessem enxotá-las (NOVAES, 2010, p. 37-38).

Além dos castigos sistemáticos, escravos que eram presos sofriam, conforme já citado, as agruras dentro dos espaços do cárcere. Repisa-se o fato de que no Espírito Santo, ao longo de todo o período provincial, as denominadas cadeias sempre constituíram um problema para a administração local. Ao levarem-se em conta os depoimentos constantes dos Relatórios de Presidentes, esses espaços para conter presos não contribuíam para diminuir nem a violência dos livres nem a "violência" de escravos. Em Victoria só houve uma cadeia durante todo o tempo de Província. As dificuldades financeiras para mantê-la de pé constam de praticamente todos os pronunciamentos presidenciais. Para se ter uma ideia de como era esse edifício no ano de 1849 − data da Insurreição do Queimado −, transcreve-se a seguir um excerto bastante esclarecedor, o que permite ter-se uma noção, ainda que incompleta, da cadeia de Victoria.

> Lembremo-nos prezado leitor, das condições do presídio: andar térreo, escuro, abafado, sem água, sem esgotos! Pior do que as pocilgas antigas, porque os porcos, ao menos, tinham liberdade de locomoção. Criaturas humanas, feridas, exaustas, famintas, viram-se, ali, amontoadas, pela exiguidade do espaço. Apenas, tinham uma fagulha de humanidade, no carcereiro Joaquim José dos Prazeres, que impediu sucumbissem, à fome, porque os senhores dos escravos nada fizeram, para alimentá-los. Não podia haver caridade, para negros! E negros desejosos de liberdade, embora vencidos e cortados de chicote (NOVAES, 2010, p. 55).

As condições da cadeia de Victoria de 1849, descritas no excerto acima, estão em conformidade com o que já se evidenciou a partir da análises de conteúdos de Relatórios de Presidentes da Província. De 1849 a 1880, a referida prisão passaria por reformas. Porém, as deficiências do sistema prisional da época continuariam, pois novos problemas iam surgindo em consonância com o aumento da criminalidade e, em decorrência, isso elevava o número de presos encarcerados. A necessidade da construção de novas "enxovias" e reformas tornavam-se prementes. Contudo, de acordo com o que se constatou nos Relatórios analisados, por falta de verbas e devido aos entraves político-administrativos, essas questões, entre outras, ou eram fartamente documentadas pelos Presidentes em seus pronunciamentos anuais ou eram parcial e precariamente solucionadas. Por oportuno, quer-se registrar o fato de que a "liberdade" para um certo número de escravos confinados nesses espaços da cadeia de Victoria foi a prisão perpétua. Um raro registro sobre esse assunto foi encontrado no Relatório do Primeiro Vice-Presidente Carlos de Cerqueira Pinto, na forma de um "mapa" denominado de "Relação dos Prezos Existentes na Cadeia da Capital no Dia 13 de Maio de 1867". Num total de 35 presos,

encontraram-se 12 escravos, com seus respectivos nomes, tipos de crimes cometidos e outros detalhes jurídico-policiais. Pormenores desse achado estão registrados como segue:

Tabela 4 − Demonstração detalhada da situação carcerária de escravos presos na cadeia de Victoria, com base nos dados fornecidos em data de 13 de maio de 1867

Números de presos ↓	**Nomes dos presos escravos**	Tipo de crime	Penas	Tempo de prisão
	Antonio.....	Homicídio.....	Galés perpétuas....	Está preso há 12 anos
	Joaquim.....	Idem.....	Idem.....	Idem, há 12 anos
	Eugenio.....	Idem.....	Idem.....	Idem, há 11 anos
	Belizario.....	Idem.....	Idem.....	Idem, há 6 anos
	Luiz.....	Idem.....	Idem.....	Idem, há 2 anos
	Damião.....	Idem.....	Idem.....	Idem, há 5 anos e 3 meses
	Candido.....,.....	Idem.....	Galés por 12 anos	Idem, há 11 anos
	Ignacio.....	Ferimentos.....	8 anos de prisão com trabalho.....	Absurdo contra o dispositivo art. 60 do Código Penal, mas que fazer? Está há 3 anos.
	Joanna, escrava....	Homicídio.....	Prisão perpétua....	Está na cadeia há 27 anos
	Pedro.....	Idem.....	6 anos de prisão com trabalho.....	Absurdo contra aquele art. 60 do Código Penal - Está preso há 2 anos.
	Joaquim.....	Ferimentos.....	(sem identificação)...	(sem identificação)
	Sabino.....	(não identificado)	(sem identificação)...	Suspeito de fugido
Número de presos escravos.....**12**				
Outros presos.....23				
Soma total de presos.....35				

Fonte: Relatório apresentado na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo 1º Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, Carlos de Cerqueira Pinto, no ano de 1867.

A despeito da considerável quantidade de informações estatísticas sobre as prisões dos 12 escravos nominados acima, admite-se que os dados tabelados permitem adentrar-se nesse universo apenas parcialmente. Em outras palavras: a importância de tais informações deve ser apreçada com cautela e como possibilidade para ter-se vislumbres esmaecidos duma realidade ainda sob as sombras da história da escravidão no Espírito Santo Provincial. Portanto, faz-se uma análise, a seguir, dos dados constantes da Tabela 4, sem esquecer de que essa atitude é uma entre outras modalidades para a elaboração de uma narrativa sobre tal assunto.

Inicialmente, informa-se que dentre os 12 cativos encarcerados em Victoria de maio de 1867, apenas 3 eram da "Capital". Quanto aos outros, 5 eram procedentes de Itapemirim; 1 de São Matheus; 1 de Cariacica e 1 sem local de origem. A única mulher presa − a escrava

Joanna −, era de Guarapary. As diferentes procedências dos presos supra-enumerados reforça a justificativa de que as condições e ou a falta de cadeias noutras comarcas contribuía para o agravo dos problemas da cadeia da "Capital" e, assim, minorar as condições de vida de presos em geral. Outrossim, no "livro da porta" constava anotações sobre "[...] a identificação das unidades prisionais de origem e de destino, quando necessário" (CAMPOS, 2003, p. 163).

No que se refere à tipologia dos crimes, 9 escravos cometeram homicídio[187]; 2 foram acusados por crimes de ferimentos; e 1 não tem seu crime qualificado. É importante notar que dentre os presos escravos que cometeram homicídio, apenas 7 receberam a pena máxima nos espaços das "enxovias": as "galés perpétuas"; e 2 presos escravos, que também cometeram homicídio, não foram condenados às "galés perpétuas". Curioso que 1 escravo condenado por crime denominado de "ferimentos" (8 anos de prisão) e 1 outro condenado por homicídio (6 anos de prisão) tiveram suas penas acrescidas de trabalhos nos espaços da prisão. Os motivos do trabalho de escravos dentro do cárcere são desconhecidos. No entanto, para os dois casos mencionados acima, o trabalho desses escravos condenados foi criticado e aceito pelo poder jurídico local, conforme anotação dentro da tabela em apreço, nos seguintes termos: "Absurdo contra o dispositivo art. 60 do Código Penal, mas que fazer? Está há 3 anos" (Tabela 4). Em relação aos 2 últimos presos escravos, 1 cometeu o crime de "ferimentos" e 1 outro não tem crime identificado. Quanto ao tempo de prisão desses dois últimos escravos, para 1 não há a identificação; para 1 outro, está escrito o seguinte: "Suspeito de fuga" (Tabela 4).

Mesmo constando de informações incompletas, consideram-se os dados da Tabela 4 como sendo relevantes para se adentrar, mesmo que superficialmente, nesse universo ainda pouco conhecido na historiografia da escravidão no Espírito Santo. Em se tratando dos números de homicídio cometidos por escravos − 9 no total −, sugere-se que eles podem ser considerados elevados para o ano de 1867. Porém, esse total está incompleto caso se levem em conta os números de outros escravos que teriam assassinado seus senhores em datas não muito distantes de 1867. Nos Relatórios de Presidentes, encontram-se fartas denúncias de autoridades em busca de escravos que teriam cometido homicídio e fugido mata a dentro. No que concerne às condições de vida dos três escravos condenados por um longo período de tempo (12, 8 e 6 anos) e, sobretudo, às condições de vida daqueles nove cativos que foram condenados à prisão perpétua, é provável que eles tenham adoecido e mesmo falecido dentro da cadeia pelos motivos já mencionados acima. Se os senhores de escravos insurretos de 1849

[187] O homicídio é o crime que tem por caracterização os seguintes procedimentos: "[...] destruição da vida de um ser humano, provocado por ato voluntário (ação ou omissão) ou involuntário; crime que consiste em tirar a vida de outrem; assassinato (HOUAISS, 2001, p. 1546).

abandonaram seus cativos à própria sorte dentro do presídio descrito por Novaes (2010), fica difícil lançarem-se olhares sobre a situação de escravos condenados a passar o resto de suas vidas dentro da prisão por terem cometido o crime de homicídio. Se a vida em cativeiro era árdua devido aos trabalhos pesados, aos muitos tipos de maus tratos e à falta de liberdade, dentro das "enxovias" a situação deve ter sido extrema. Levantar discussões sobre o que levava esses escravos a cometerem homicídio é uma questão pouco historiada no Espírito Santo. O rigor de maus tratos que escravos e escravas sofriam de determinados senhores e ou senhoras atingiam, em muitos casos, o nível máximo, qual seja: a própria morte. O Barão de Itapemirim, em seu relato de maio de 1857, mencionou uma situação trágica em que uma escrava morreu devido aos maus tratos extremos levados a termo por duas senhoras: "Em 26 do mez de fevereiro proximo findo deu-se um homicidio em Itabapoana. Maria Francisca do Espírito Santo e Maria Luiza do Sacramento mandarão amarrar uma escrava e a maltratarão com pancadas e fogo de modo que a victima teve de sucumbir" (RELATÓRIO, 23 de maio de 1857, p. 26). Segundo registro relatado, as duas rés foram presas na forma da lei.

Almada (1984), entre outros historiadores da escravidão, teceu comentários sobre o elevado número de mortes de escravos vítimas de doenças decorrentes de maus tratos, castigos, açoites ou torturas. Segundo percepção dessa autora, por causa desse tipo de situação no cotidiano dos cativos, entre outros problemas como a falta de liberdade, havia os escravos que alimentavam um ódio de vingança contra seus senhores e chegavam ao extremo de assassiná-los. Eis um exemplo de homicídio cometido por três escravos:

> Escravos desenraizados, separados de suas famílias e de suas comunidades de origem pareciam ser os mais propensos a reagirem aos rigores do sistema escravista, já que teriam "menos a perder" como consequência de seu gesto. [...] em 1876 os escravos Joaquim, Vicente e Paulo [...] "mataram [seu senhor] a foiçadas no caminho da fazenda [Belém]. Nos autos deste crime percebe-se também todos os requintes de sadismo e violência que os escravos, tanto quanto os senhores, eram capazes. [...] Muitos escravos, satisfeita sua sede de vingança, apresentavam-se espontaneamente às autoridades, apesar da certeza de serem levados ao patíbulo, já que condenados à morte, deveriam ser enforcados (ALMADA, 1984, p. 156-157).

Os escravos Joaquim, Vicente e Paulo provavelmente tinham laços de solidariedade ou com a família ou grupo de cativos no seio do qual eles compartilhavam relações humanas. O senhor assassinado fora ao Rio de Janeiro e comprara essas três "peças" para suprir a mão-de-obra escrava em sua fazenda. Numa época em que o movimento abolicionista ganhava cada vez mais espaço no pensamento antiescravista nacional, os escravos se rebelavam, fugiam e organizavam-se em comunidades quilombolas, numa atitude antecipatória de sua liberdade. Isso, de alguma forma, deve ter incentivado os três juntos a cometerem o homicídio. Breves

narrativas sobre esse assassinato constam de dois Relatórios de Presidentes da Província, sendo um de 1876 e outro de 1877. Almada (1984) utilizou como base para seu texto acima passagens da obra de Antonio Marins, denominada "Minha Terra, Meu Município", de 1920. A historiadora deve ter enfrentado dificuldades similares às barreiras que Campos (2003) também enfrentou. No Relatório de 1877, consta o seguinte:

> [...] foi commettido no dia 10 de Septembro, no lugar denominado Rio Novo, municipio do Cachoeiro de Itapemirim, na pessôa do fazendeiro Victorino Ferreira Leitão, por três escravos que á pouco, á infeliz victima havia comprado no Rio de janeiro, os quaes jã responderão ao Jury, e forão condemnados a pena ultima (RELATÓRIO, 2 de março de 1877, p. 3).

Finalmente, faz-se uma abordagem sobre o suicídio de escravos no Espírito Santo do Oitocentos. Diferente das mortes eventuais ocorridas nos espaços prisionais, ou fora deles, como as mortes resultantes dos maus-tratos ou do excesso de açoites, o suicídio de cativos é uma problemática sobre a qual pouco se conhece no Espírito Santo escravista, seja do período colonial ou provincial. Na obra "Cultura e Opulência do Brasil", da autoria de João António Andreoni, originalmente vinda a público em Lisboa de 1711, esse assunto foi tratado como decorrente de dois tipos de atitudes comportamentais: as "extroversas" e as "introversas". No primeiro caso, as fugas, a organização de quilombos, o assassinato dos senhores, as práticas fetichistas, a embriaguez, o aborto e o suicídio eram as atitudes mais comuns. No segundo caso, estariam as enfermidades de natureza mental, por meio das quais se manifestavam a melancolia e o desconsolo, sendo esses dois estados da alma as causas responsáveis para que os escravos cometessem suicídio[188]. Percebe-se que nos dois tipos de atitude escrava o suicídio se manifestava. Com base na visão de Andreoni (1966), o primeiro comportamento ensejava os estados de alma mais sombrios que caracterizavam o segundo tipo comportamental. Em última instância, as condições de vida − o trabalho pesado −, os açoites, a má alimentação, a saúde precária, a falta de liberdade e o rompimento de relações de solidariedade entre si contribuíam, no seu conjunto, para levar cativos ao suicídio. "[...] se, em cima disto, o castigo for frequente e excessivo, ou se irão embora, fugindo para o mato, ou se matarão per si, como costumam, tomando a respiração ou enforcando-se, ou procurarão tirar a vida aos que lha dão tão má [...]" (ANDREONI, 1966, 163). Os escritos desse autor[189] sobre

[188] Estudiosos e profissionais da medicina psiquiátrica na atualidade são categóricos ao afirmarem que o suicida não tem de ser um doente mental para se auto-eliminar. "[...] não é preciso ser louco para cometer suicídio; [...] e muitos psicóticos não se matam" (KASTENBAUM e AISENBERG, 1983, p. 238).

[189] João António Andreoni (1649-1716) foi jesuíta e tinha formação jurídica. Publicou sua obra "Cultura e Opulência do Brasil" no ano de 1711, em Lisboa, sob o pseudônimo de André João Antonil. Veio para o Brasil em 1681, na companhia do padre Antônio Vieira, onde viveu até sua morte, em 1716. Constata-se, pois, que esse

tal problema estão restritos a um capítulo de cerca de seis páginas. As informações em torno das condições de vida e do suicídio de escravos encontram-se inseridas nesse capítulo diminuto, na forma de um relato resumido. Os dados são poucos, sim, mas importantes para se ter noção de como essa situação era pensada no Brasil do século XVII. Os estudos de autores novecentistas sobre o suicídio de escravos são escassos e a produção de pesquisas contendo dados estatísticos a partir dessa problemática é pouca ou elementar. Os reais motivos que levavam cativos à auto-eliminação ainda são de difícil compreensão e os dados sobre tal questão não são de todo confiáveis. Segundo Oda e Oliveira (2003), ainda existem muitas perguntas sobre o tema e poucas são as respostas. Antes de se adentrar na temática do suicídio de escravos, em âmbito local, isto é, no Espírito Santo da segunda metade do século XIX, quer-se ter alguma noção sobre o que outros estudiosos documentaram a respeito.

Os autores que escreveram sobre o suicídio de escravos no Brasil[190] não são tantos para que o pesquisador se sinta à vontade ao decidir estudar o tema. Suas produções constituem-se, no geral, ou de um capítulo, ou tópico resumido de um capítulo, ou de passagens que foram diluídas ao longo de sua produção. Como exemplo primeiro, cita-se a obra de Goulart (1972) denominada "Da Fuga ao Suicídio". Nela encontra-se apenas um capítulo específico sobre o assunto. O mérito desse autor é trazer um olhar diferenciado e, até certo ponto, realista sobre uma problemática que ele considera como tendo sido a mais trágica dentre todas as reações de violência no âmbito do cativeiro. Eliminar a própria vida seria uma atitude extremada em busca de fuga e de conquista simbólica da liberdade. Assim procedendo, o escravo rebelde protestava e vingava-se contra seu senhor. Goulart (1972) faz uma análise criteriosa e conclui que os suicídios, assim como os homicídios e fugas de escravos, eram atitudes decorrentes de suas condições de vida. Daí sua revolta contra o sistema escravocrata, o que o colocava diante de sua própria impotência em não conseguir mudá-lo. No entendimento desse autor, havia as situações em que essa atitude resultava daquela melancolia doentia e extrema reconhecida como banzo. O pensamento de José Alípio Goulart sobre os motivos do suicídio de escravos no Brasil influenciaria, em maior ou menor parte, seus pósteros.

---

padre jesuíta morou no Brasil Colônia durante 35 anos, tendo convivido com o sistema escravista de fins do século XVII e início do século XVIII (CANABRAVA, 1966).

[190] Além dos poucos autores aqui mencionados, três pesquisas sobre o suicídio de escravos no Brasil merecem destaque. São as Dissertações de Mestrado: "Um ar de liberdade: o suicídio de escravos no município de Juiz de Fora (1830-1888)", da autoria de Ana Maria Faria Amoglia; "Loucos e pecadores: suicídio na Bahia do século XIX", de Jackson André da Silva Ferreira; e "Suicídios de escravos em Campinas e na província de São Paulo (1870-1888)", de Saulo Veiga Oliveira. Existem alguns artigos sobre o tema, que foram apresentados em eventos regionais; exemplo: "Registros de suicídios entre escravos em São Paulo e na Bahia (1847-1888): notas de pesquisa", da autoria de Ana Maria Galdini Raimundo Oda e Saulo Veiga Oliveira.

No exemplo seguinte, cita-se a obra de Pinsky, onde se encontrou um tópico diminuto, mas de conteúdo denso, o que ajuda a fazerem-se desdobramentos e, assim, ampliarem-se suas dimensões na elaboração de outro texto, alargando-se horizontes do que está restrito em uma página apenas. Para esse autor, a questão central de tal problemática residia numa forma extremada de vingança do escravo contra seu senhor: ao eliminar-se, o cativo consumia seu próprio corpo, a mercadoria, a peça, o bem de usufruto de seu dono. A falta de um escravo para o trabalho contribuía para gerar prejuízos inevitáveis. "No limite de sua existência física e moral, o escravo se matava. Além de gesto de libertação, de ponto final à sua condição de objeto, ele golpeava fundo seu senhor, fazendo com que tivesse prejuízo do investimento que fizera nele" (PINSKY, 1997, p. 61). Esse autor observa que as formas de auto-eliminação escrava eram muito variadas e cita algumas, tais como: o enforcamento, asfixia, arma branca, arma de fogo, veneno e outros. Esse procedimento de matar-se a si próprio por causa de sua condição de escravo manteve-se até às vésperas da abolição: "Em 1885, ou seja, já próximo do final da escravidão, um senhor teve que ser protegido pelas autoridades, acusado que era de, pela brutalidade dos castigos aplicados, ter concorrido para o suicídio de um escravo" (PINSKY, 1997, p. 61-62). Outros dois casos a mais de suicídio de escravos são citados pelo autor. No geral, esses exemplos sobre os métodos de auto-eliminação, ou sobre quais aparatos eram utilizados para o acometimento do suicídio, são praticamente os mesmos mencionados por outros autores. São indícios de que no Espírito Santo as estratégias utilizadas por escravos para a eliminação de sua própria vida foram também as mesmas.

Diante de uma situação extremada, em que o senhor nada podia fazer para ter de volta um bem pelo qual ele pagara, ações contra o suicídio de escravos foram colocadas em prática, sem, no entanto, obterem o êxito que era esperado. Um exemplo muito citado é o da máscara de zinco, cuja finalidade era impedir que o cativo praticasse a geofagia, isto é, a ingestão de terra[191] ou barro por um ser humano em quantidades o suficiente e cujo propósito era causar a própria morte. Esse tipo peculiar de suicídio é citado por Mattoso (2003) quando fala de sua ineficiência nos casos de escravos portando máscaras de zinco e os quais resolviam morrer de inanição[192]. A compreensão dessa autora sobre os motivos do suicídio de escravos não difere

[191] A ingestão de terra, em pequena quantidade, por crianças em fase de crescimento é praticada até hoje. Caso não sejam tomadas providências a tempo, a criança pode morrer. As causas de morte por ingestão de terra e ou barro são explicitadas, conforme segue: geofagia é o "Ato de ingerir terra, muito comum entre crianças. É uma via comum de transmissão de algumas parasitoses intestinais" (VILLELA e FERRAZ, 2015, p. 179).

[192] Quando levada ao extremo, a inanição mata. No caso de escravos mal nutridos, os riscos de suicídio por inanição eram elevados. Para melhor entendimento dessa questão de cunho biológico, reproduz-se o seguinte: a inanição é a "Condição do indivíduo submetido à desnutrição prolongada devido a privação de alimentos, culminando em esgotamento e debilidade física" (VILLELA e FERRAZ, 2015, p. 213).

muito da de outros autores. Exceto no que diz respeito ao "banzo[193]", considerado por ela como uma das causas precípuas que levava escravos a cometerem o ato extremo do suicídio. Fugindo e organizando-se em quilombos, por exemplo, o escravo podia ter oportunidades de se livrar de situações extremas de trabalho pesado e de castigos. "Suicidando-se, porém, [ele] demonstra não ver saída ao seu desespero. E os suicídios são mais frequentes na cidade do que no campo, embora o escravo urbano goze de maior autonomia se comparado a seu irmão das fazendas" (MATTOSO, 2003, p. 155). No que se refere às causas dos suicídios, Mattoso (2003) reconhece diferença daquelas relatadas pela polícia quando confrontadas com as causas que eram aceitas pelos saberes médicos e pela observação popular da época. As duas versões não se contradizem de todo, pois dão margem para abordagens reflexivas.

> Os relatórios policiais, em sua secura cruel, fornecem algumas das razões que podem levar o escravo ao suicídio: impossibilidade de queixar-se à justiça de maltratos recebidos, incapacidade de pagar ao senhor a soma estipulada no contrato do escravo "de ganho", acusações falsas, medo de ser vendido para longe, insucesso na tentativa de fuga, roubo descoberto, etc. É o medo, sempre, que leva ao suicídio, um medo vingador para o qual todos os métodos são válidos: asfixia engolindo a língua, enforcamento, estrangulamento, geofagia. Havia o costume de colocar uma máscara de zinco no escravo apanhado em flagrante delito de comer terra. Mas o que fazer com aquele que se deixa morrer de inanição? Pois o escravo decidido a morrer perde o apetite, emagrece e morre: é o famoso "banzo", suicídio lento, doença da saudade (MATTOSO, 2003, p. 155).

Acima, está disposta a terceira exposição, resumida mas de caráter explicativo, sobre a temática em pauta. Outras passagens sobre o assunto são raras na obra de Mattoso (2003). Não obstante, a exemplo da resumida explanação de Pinsky (1997), pode-se afirmar que nas passagens econômicas dessa autora sobre o suicídio de escravos também é possível fazerem-se desdobramentos e até alargarem-se horizontes, viabilizando, desse modo, a produção de novos olhares sobre a questão. Como ilustração seguinte, faz-se referência à perceptibilidade de Karasch (2000) sobre suicídio de escravos no Rio de Janeiro oitocentista. Pesquisadores sobre doença e mortalidade de escravos recorrem-se com frequência a essa obra referencial. Porém, no que concerne à problemática em apreço, a brasilianista optou por diluí-la ao longo dos capítulos de sua extensa obra. Dentre essas menções, fez-se reserva àquela relacionada ao medo que os escravos tinham das punições dos senhores, já fartamente citadas neste capítulo. Havia, segundo Karasch (2000), diversas modalidades de humilhações públicas, tais como: a máscara de ferro; as torturas, sobretudo aquelas em que o escravo era amarrado ao tronco; a

[193] Pinsky (1997) discorda da ideia de que o "banzo" contribuía para a morte natural ou para a auto-eliminação de escravos. "Uma visão folclórica da História fala que a doença do escravo no Brasil era o *banzo*, irreprimível saudade da pátria distante. No limite, essa doença o levava ao suicídio. Essa visão deixa de lado [o fato de] que a saudade do negro era referente à sua liberdade, a uma organização social menos injusta" (PINSKY, 1997, p. 62).

castração, a desmembração, e o assassinato. Esses castigos humilhantes faziam parte do *ethos* de medo com o qual os escravos conviviam. Isso comporia um conjunto de motivos para que os suicídios ocorressem. "O medo dessas torturas levava os escravos ao suicídio, e um dos motivos [...] mais comuns para que os escravos se matassem era o medo dos castigos. Embora o espancamento pudesse não ser a causa direta da morte de um escravo, a mera ameaça podia levar alguns deles a se suicidar" (KARASCH, 2000, p. 174). A percepção dessa autora em relação ao medo como causa central para motivar escravos a se suicidarem esbarra no mesmo *ethos* do medo em Mattoso (2003), ao registrar que era sempre o medo que levava o cativo a se suicidar. Porém, o medo de que fala esta autora tinha o caráter vingativo: paradoxalmente, esse medo se transformava em coragem e permitia ao escravo suicidar-se para alcançar sua liberdade simbólica no ato da morte. Apenas o medo das torturas humilhantes e das ameaças de castigos não tinham a força de arrebatamento suficiente para que escravos tomassem a decisão desse tipo de ultimato: a eliminação de sua própria vida. "[...] o suicídio do escravo não era simplesmente um ato de fraqueza, mas antes [de qualquer atitude] um gesto de revolta; um derradeiro e eloqüente gesto de revolta" (PINSKY, 1997, p. 62).

Entre os autores capixabas que escreveram sobre o suicídio de escravos no Espírito Santo, elegeram-se Novaes (2010[194]) e Almada (1984). A exemplo da escassez de informações prestadas pelos cinco autores supramencionados, essas duas autoras não fogem à regra: suas menções ao suicídio de escravos na Província são ainda mais sucintas e a economia de dados estatísticos é ainda maior. Em relação à primeira autora, transcreve-se o seguinte excerto: "Quantos infanticídios, a fim de que a prole se livrasse da mesma sorte cruel, dos pais?!... 'Antes morto do que escravo!' Quilombos e atos de desespero, como a agressão e o suicídio, eram outras dolorosas consequências da escravidão [...]" (NOVAES, 2010, p. 39). O termo "infanticídio" utilizado pela autora sugere que no Espírito Santo ocorria o assassinato de crianças negras pelas próprias mães escravas − um gesto feminino de revolta inquietante. Infelizmente, não se dispõe de fontes para viabilizar uma compilação de dados estatísticos sobre esse fenômeno envolvendo a morte premeditada de recém-nascidos, ou de crianças de meses ou ano de idade. No que concerne à segunda autora, as informações sobre suicídio de escravos, também no Espírito Santo, são bastante resumidas. "O desespero parece ter sido o motivo do suicídio [de determinado escravo]" (ALMADA, 1984, p. 155). Curiosamente, essa autora levanta uma hipótese sobre a ambiguidade dos suicídios, ou seja: mortes decorrente de doenças por causa de maus-tratos, ou outro tipo de causa, eram

[194] Faz-se referência à obra denominada de "Escravidão e Abolição no Espírito Santo", publicada originalmente em 1963. Cerca de vinte e dois anos depois, seria publicada a obra de Almada (1984), ainda sem uma 2ª edição.

registradas pela autoridade policial como suicídios. "Inúmeras mortes de escravos, porém, eram consideradas suicídios, sem maiores averiguações" (ALMADA, 1984, p. 155). Esta autora tem o respaldo de Mattoso (2003) em relação a essa particularidade[195]. Contudo, tal afirmação não invalida o problema relativo aos suicídios de escravos. Muito pelo contrário: essa constatação contribui para elevar o grau de complexidade em torno do assunto no Espírito Santo escravocrata. Por oportuno, a hipótese no sentido inverso deve ser também levada em conta: muitos suicídios de escravos teriam sido considerados morte causada por doença, maus-tratos ou assassinato.

Isto posto, envidam-se esforços, a seguir, em prol da elaboração de uma narrativa sobre o suicídio de escravos no Espírito Santo da segunda metade do século XIX, tendo como fontes documentais seis Relatórios de Presidentes, compreendendo o curto período de 1864 a 1882[196]. Feita a narrativa sobre o tema a partir de estudos escassos dos autores citados acima, quer-se, nesta instância, ter uma noção introdutória sobre como teria ocorrido tal fenômeno em âmbito local. Já se levantou a hipótese segundo a qual no Espírito Santo provincial o caráter da auto-eliminação escrava não teria sido diferente do que ocorrera em outras localidades do Brasil Império. Para comprovar essa probabilidade (uma perspectiva favorável do que possa ter ocorrido), faz-se uso do método do comparativismo, quando for necessário, a despeito da disponibilidade daquelas sete fontes já mencionadas.

Conforme já relatado, os motivos que levavam escravos a se suicidarem eram os mais diversos. Contudo, esses motivos tinham como denominador comum o medo, especificamente o medo vingativo. Havia medo de torturas, castigos cruéis ou de humilhações, mas, em última instância, era sempre aquele medo motivado pela vingança, que levava escravos a se auto-eliminarem. Em suma, à sombra do medo de tortura e da humilhação, havia o medo vingador e para o qual todas as modalidades de suicídio eram válidas (MATTOSO, 2003). No Espírito Santo de 1864, ocorreu o suicídio peculiar de um escravo, conforme descrição a seguir:

> Tendo nos primeiros dias de Janeiro um escravo de João Pinto dos Santos praticado o crime de estupro n'uma criancinha, e fugido á uma escolta que o fôra prender, conseguio occultar-se ás vistas desta, que então não poude mais encontral-o, e dias depois apparecendo o seu cadaver boiando no Lamerão, próximo á esta capital,

[195] Almada (1984) teve acesso à obra *Être Esclave au Brésil*, publicado em 1979 − Paris, onde há passagens esclarecedoras sobre o problema: "[...] a morte violenta infligida a um escravo pelo senhor irritado pode ter sido camuflada de suicídio, e certos suicídios de homens ou de mulheres livres podem ter sido declarados morte natural a fim de assegurar ao defunto o enterro na igreja" (MATTOSO, 2003, p. 155).

[196] O curto período de 18 anos não foi uma escolha do pesquisador, mas o resultado das fontes encontradas sobre suicídio de escravos no Espírito Santo provincial. Dos 55 Relatórios cobrindo o período de 1842 a 1884, foram encontrados apenas 6 onde esse assunto foi parcialmente abordado. Daí o resultado periódico de 1864 a 1882.

> presume-se ter elle n'aquella occasião se atirado ao mar, onde morrêo afogado (RELATÓRIO, 3 de outubro de 1864c, p. 15).

No excerto acima, o medo vingativo do escravo suicida se manifesta de modo singular e ardilosamente premeditado, pois ao estuprar a "criancinha", provavelmente um membro da família a quem pertencia, o cativo estaria golpeando profundamente duas vezes o seu senhor: o crime de estupro de uma criança (o que deveria ser marcante o suficiente para elevar ao grau máximo a indignação dos pais dela) e a perda de um bem mercadológico por meio de suicídio. Mortes decorrentes de suicídio, ou mortes acidentais, eram notificadas nos Relatórios de Presidentes como "Factos Notaveis", ou seja, como evento não convencional. Dentro desse mesmo contexto de exceção, em 1867 o Presidente interino Carlos Cerqueira Pinto anotou que "Houve alguns accidentes e factos notaveis, como sejão um suicidio e algumas mortes casuaes, de que detalhadamente trata o illustrado Chefe de Policia no seu relatorio" (RELATÓRIO, 23 de maio de 1867, p. 6). A partir dessa informação, decidiu-se ler o conteúdo do referido relatório policial e constatou-se que houve uma tentativa de morte, uma morte e dois suicídios. Dos suicídios, um foi de escravo que se encontrava fugido: "A 5 de Maio do anno passado, apparecêo nas praias [...] desta Cidade, o cadaver de um individuo já em estado de putrefacção [...] Este cadaver era de um escravo de Gonçalo Pinto de Amorim Machado que andava fugido" (Anexo n. 1 do RELATÓRIO de 23 de maio de 1867, p. 5). A causa do suicídio foi dada como "asphixiado por submersão". Em relação ao outro suicídio, não se tratava de um escravo, mas de um homem livre, morador do povoado de Perocão, tido como alienado, que teria atirado em seu próprio estômago. Ao mencionar-se o suicídio de um homem não cativo, tem-se como objetivo registrar o seguinte: "Os escravos suicidam-se em muito maior número[197] do que os homens livres [...]" (MATTOSO, 2003, p. 155).

No ano de 1868, em um "Relatório do Chefe de Polícia" apenso ao "Regulamento de instrução pública do Espírito Santo", encontrou-se registro sobre ocorrência de três suicídios de escravos, sendo as causas determinadas conforme segue: um por alienação e afogamento, o segundo por afogamento aparentemente acidental e o terceiro por tentativa de afogamento e enforcamento proposital. Neste último caso, um senhor de origem americana teria salvo o seu escravo da primeira tentativa de suicídio por afogamento; porém, na segunda tentativa o escravo se enforcou no mato. É difícil saber que causas teriam levado esse terceiro caso a uma

[197] Para comprovar sua afirmação sobre o elevado número de suicídios de escravos, quando comparado com os baixos números de suicídios de pessoas livres, essa autora fornece os seguintes dados estatísticos como exemplo: "[...] em 1865, por exemplo, de cada 5 casos registrados em Sergipe, 4 são escravos; no Rio, em 1866: 16 em 23; na Bahia, em 1848, 28 em 33, dos quais dois crioulos" (MATTOSO, 2003, p. 155).

segunda tentativa de suicídio bem sucedida, na forma de enforcamento, sobretudo sabendo-se que seu senhor teria contribuído para evitar sua morte por afogamento na primeira tentativa. Nesse caso específico, lança-se a questão, sem o propósito de querer respondê-la: qual seria a diferença de perfil do senhor de escravos americano em relação ao perfil do senhor de escravos brasileiro. Fica a vontade reflexiva. Com o intuito de comprovar a veracidade desses três suicídios, reproduzem-se a seguir as passagens constantes do referido relatório policial.

> Na altura de Benevente, atirou-se ao mar e afogou-se o escravo José, de João Chrisostomo de Carvalho, e marinheiro da lancha Santo Antonio, declarando o respectivo mestre e tripulação que um ataque de alienação mental, de que aquelle fôra ha dias accommetido, o levara á morte. [...] No dia 5 de Junho, viajando em uma canoa no rio do sitio − Furado − em Nova Almeida, o escravo Vicente, de Manoel dos Santos Simões, succedeo cahir da canoa e afogou-se no mesmo rio, sendo o cadaver encontrado encontrado e examinado já putrefacto, quatro dias depois. [...] Foi encontrado, a 31 de, enforcado com um sipó nos mattos do Rio Doce, pertencente ao americano J. A. Roussel, alli estabelecido, o escravo Vicente [...], o qual havia desapparecido a 25, e dias antes já tentara afogar-se no rio, não conseguindo por ter livrado de tal designio o mesmo seu senhor, segundo informou á respectiva autoridade (RELATÓRIO do Chefe de Polícia, 1868, p. 2).

Conforme já se mencionou acima, os registros sobre suicídio de escravos no Espírito Santo do Oitocentos são escassos: o número total de fontes encontradas soma seis. No geral, as informações contidas nelas são anotações sumárias feitas por Presidente ou Vice-Presidente em seu Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. No entanto, há Relatórios com anexos, entre os quais o Relatório do Chefe de Polícia. Quando isso ocorre, dependendo do que se busca, a narrativa flui com menos dificuldade: os dados constantes do documento original parecem mais próximos da realidade. Porém, quando esses dados encontram-se diluídos no corpo de Relatório presidencial, percebe-se a existência de lacunas, de dubiedade na prestação de informações. No Relatório de 1871, por exemplo, encontraram-se dados na forma de uma compilação incompleta sobre suicídios e tentativa de suicídio. Esse foi o único achado nessa modalidade. A despeito de sua incompletude, da escassez de informações em ralação a identidade dos sujeitos, deve-se reconhecer a importância dessa fonte contendo os números estatísticos sobre 5 suicídios e 4 tentativas de suicídio.

Tabela 5 − Suicídios e tentativas de suicídios de escravos no Espírito Santo − 1871

Período validado: de julho de 1870 a julho de 1871			
5 Suicídios e **4** tentativas de suicídio		Causas principais de suicídios e de tentativas	
Tipologia	**Números**	**Causas**	**Números**
Envenenamento	3	Loucura	2
Asfixia por submersão	1	Desgosto da vida	2
Ferimentos	2	Temor de castigo	2
Armas de fogo	1	Falta de meios	1
Estrangulação de pescoço	2	Causas desconhecidas	2
Subtotal I (suicídios e tentativas) = 9		**Subtotal II** (causas suicídios e tentativas) = 9	
Soma Total de suicídios e tentativas mais as causas das duas situações comportamentais = **9**			

Fonte: RELATÓRIO lido no Paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo, pelo Prezidente Francisco Ferreira Corrêa, na sessão ordinária do anno de 1871.

O título da tabela acima resultou da leitura acurada dos textos e passagens de textos sobre os suicídios de escravos abordados por aqueles autores relacionados acima, a exemplo de Goulart (1972), Almada (1984), Karasch (2000) ou Mattoso (2003). No Relatório da fonte disponível abaixo dessa tabela, não consta nenhum dado sobre os sujeitos que cometeram ou tentaram suicídio: se eram escravos ou livres. Contudo, tanto a tipologia quanto as causas dos suicídios e das tentativas de auto-eliminação constantes do referido Relatório configuram de modo bastante ajustável os motivos ou causas que caracterizaram o mesmo tipo de fenômeno descrito pelos autores referenciados acima. Na tipologia dos suicídios e das tentativas, podem ser encontrados todos os métodos válidos utilizados pelos escravos que foram elencados por Karasch (2000) e por Mattoso (2003). Do "envenenamento" à "estrangulação do pescoço" eram, segundo essas autoras, práticas de auto-eliminação características de escravos. Quanto às causas, entende-se que elas reforçam a hipótese de que as mortes suicidas e as tentativas tabeladas acima caracterizam procedimentos próprios de escravos e não de pessoas livres. Apenas um caso, aquele em que foi utilizada arma de fogo, pode estar relacionado a suicídio de pessoa livre, cuja causa foi dada como "falta de meios" para a sobrevivência. Ainda assim, não se tem como caracterizar de todo como auto-eliminação de livre.

Um caso de suicídio de escravo no Espírito Santo considerado emblemático (e citado em obras nacionais sobre escravidão, como no dicionário de Clóvis Moura) está registrado no Relatório do ano de 1872. No quesito "Factos notaveis e accidentes", o Presidente Antonio Gabriel de Paula Fonseca reservou um espaço diminuto para notificar o seguinte: "Dêo-se

tambem um suicidio por estrangulação, sendo a victima um escravo, e a causa provavelmente o desgosto de sua condição" (RELATÓRIO, 2 de outubro de 1872, p. 6). Note-se que dúvidas sobre o real caráter do fato estão implícitas no termo "provavelmente". Por fim, constatou-se um trágico suicídio de escravo no ano de 1882, cujo relato presidencial se reproduz a seguir:

> No dia 12 de Agosto [de 1882] no municipio de Vianna, no lugar denominado Agoa branca e fazenda de Joaquim Francisco Pinto Ribeiro foi capturado o escravo Oliverio do capitão Bernardino Ramalho de Araujo Malta, e recolhido a casa do mesmo Ribeiro para d'ali ser conduzido e entregue ao seu senhor, quando o referido escravo apoderou-se de um facão que encontrou na sala e com elle suicidou-se (RELATÓRIO, 9 de dezembro de 1882, p. 28).

Atente-se para o fato de que o suicídio do escravo Oliverio ocorreu em uma situação complexa e trágica, o que Pinsky (1997) considera como ato de revolta e coragem extremas; caracterizado por Mattoso (2003) como medo vingador. Para que o suicídio se concretizasse, todos os métodos ou recursos possíveis eram válidos. O ano era 1882 − vésperas da abolição. A riqueza de detalhes com que o suicídio é descrito comporta todos os pré-requisitos, ou métodos de auto-eliminação escrava, abordados pelos autores já consultados acima − de Antonil (1966) a Almada (1984). Em face da escassez de fontes e da falta de produção de pesquisas sobre o fenômeno do suicídio escravo no Espírito Santo do século XIX, reforça-se o fato de que essa problemática é pouco conhecida: seus fantasmas ainda permanecem nas sombras. O que teria realmente levado Oliverio a fugir e, depois de ser capturado, cometer o suicídio, em condições não convencionais, pode estar para além daquele denominador comum reconhecido por Mattoso (2003) como "medo vingativo". Deve-se ter em mente que escravos vingavam-se de seus senhores assassinando-os com o mesmo requinte dos castigos e mortes que estes aplicavam àqueles (ALMADA, 1984). Os escravos sabiam que depois de cometidos delitos (mesmos as pequenas faltas), eles sofriam penas que iam do açoite em público, à prisão ou à pena de morte. Uma saída era a fuga. Esta nem sempre era bem sucedida. O cativo Oliverio sabia que depois de ser capturado ele sofreria punições severas e as consequências seriam doenças decorrentes dos ferimentos e, provavelmente, a prisão, onde o abandono por parte de seu senhor e das autoridades da Província agravariam sua situação de escravo fugido, punido, ferido, preso e destinado a uma morte triplamente humilhante. Paradoxalmente, sua sorte e sua oportunidade foi ter às mãos um facão que lhe esperava na sala e desse-lhe a liberdade simbólica, para a qual o "medo vingativo" teria sido, talvez, uma força menor em face do desejo de liberdade − não apenas de sua liberdade −, mas da liberdade para todos os negros escravizados no Espírito Santo e, em consequência, no Brasil de então.

III.4 Senzalas, mão-de-obra "pesada" e adoecimento de escravos na construção do Convento de Nossa Senhora da Penha

Conforme abordado no tópico anterior, em todos os vãos e desvãos da sociedade os escravos eram presença "normal". Essa normalidade seria justificada, entre outros fatores, pela falta de um aparato maquinário ou tecnológico de que não dispunha ainda o Império, cuja economia era eminentemente agrícola. Desse modo, a tradição da dependência da força do trabalho humano na lavoura justificava a continuidade de um Estado escravocrata, sem que houvesse por parte do Poder Central vontade de mudar um sistema considerado por Skidmore (1989) como anômalo, sobretudo depois do fim do tráfico ocorrido no ano de 1850. Os braços escravos continuariam operando nos engenhos, fazendas e lavouras; em espaços urbanos e domésticos; e na construção e, provavelmente, na limpeza e ou manutenção de espaços religiosos como ermidas, conventos e igrejas. De acordo com Carvalho (2011), tanto as ordens religiosas quanto os padres em particular eram proprietários de escravos. Na falta de máquinas mecânicas para serem operadas no serviço bruto ou "pesado" das fazendas de café, por exemplo, compravam-se a qualquer custo "máquinas humanas", também chamadas de "máquinas de trabalho", conforme citação feita pelo Presidente da Província do Espírito Santo José da Costa Pereira Junior em seu Relatório, quando se referia aos perigos do tráfico pós-1850. Confira-se: "[...] quando talvez alguns de seus lavradores se affoitassem a comprar essas machinas de trabalho que a avidez dos expeculadores offertavão aos milhares nos mercados (RELATÓRIO, 23 de maio de 1861b, p. 50). Como se pode depreender, os negros traficados da África − entenda-se: negros jovens e robustos − eram considerados "máquinas humanas" para o trabalho pesado na lavoura, transporte de material pesado em ombros, entre outros tipos. "Trabalho pesado", ou seja, que requeria força física, era serviço de escravos.

A construção do Convento de Nossa Senhora da Penha, no topo dum rochedo íngreme (abrupto), requeria braços fortes dessas máquinas humanas para o transporte de vários tipos de material pesado em suas cabeças, ombros ou costas. A mão-de-obra escrava viabilizaria a difícil construção do referido santuário, que foi emergindo no cocuruto da montanha ao longo dos séculos. Antes de adentrar na história bem pouco conhecida da utilização do trabalho escrava no demorado processo dessa construção, faz-se uma breve referência à militância escravocrata da Igreja durante sua expansão e operação ibérico-católica no Brasil.

O tráfico atlântico de africanos para as colônias portuguesas, especialmente para o Brasil, ocorreu quando os lusitanos deram início a sua expansão marítima no século XV. A descoberta de 22 de abril de 1500 faz parte desse processo de expansão econômica e política.

Na esteira dessas ocorrências, a Igreja estendeu suas missões e contribuiria para mudar a "cara do mundo" desde o século XV até o século XVIII (BOXER, 2007). Entre essas mudanças, a escravização de africanos apresentou-se como fator de íntimo envolvimento da Igreja com o Estado. Este recebeu "[...] pleno beneplácito papal desde o século XV, por meio das bulas *Dum diversas* (1452), *Romanus Pontifex* (1455) e *Inter coetera* (1456), as quais, entre outras disposições, autorizaram o cativeiro de infiéis e pagãos como meio de convertê-los ao cristianismo" (VAINFAS, 2001, p. 553). Essa chancela da Igreja permitiria legalmente que Portugal se tornasse em uma empresa escravista e praticasse indiscriminadamente o tráfico de africanos para a América Portuguesa. Isso quer dizer que havia uma "[...] íntima e inseparável relação entre cruz e coroa, trono e altar, religião e império [...]" (BOXER, 2007, p. 97). Para enfatizar tal questão, esse autor postula que "A posição da Igreja em face da escravidão foi, para usar uma linguagem amena, altamente permissiva durante quase quatro séculos" (BOXER, 2007, p. 45). No extenso leque daquelas disposições legais concedidas pelas bulas papais do século XV, Boxer (2007) afirma que os monarcas portugueses foram autorizados a construírem todas as catedrais, igrejas, conventos e ermidas nos espaços de seu vasto império, em conformidade com o Regime de Padroado[198] vigente de então.

A história da utilização de mão-de-obra escrava na construção do Convento de Nossa Senhora da Penha não é apenas pouco conhecida, mas também não existem referências ao assunto nos estudos produzidos no Estado do Espírito Santo sobre essa obra religiosa erigida em local de difícil acesso e detentora de traços arquitetônicos tão arrojados. Mesmo o único estudo existente sobre assunto[199], de autoria do Frei Basílio Röwer, apresenta muitas lacunas. Na verdade, o estudo de Röwen (1957) enfoca assuntos já conhecidos pelo povo espírito-santense desde fins do século XIX, tais como: a chegada de Frei Palácios, a fundação da Ermida, as "santas ocupações" e morte de Frei Palácios; doação da Ermida aos Franciscanos, história da capela até a fundação do convento; a investida dos holandeses nos anos de 1625 e

[198] O Regime de Padroado no Brasil já foi abordado e explicitado em nota de rodapé deste capítulo. Para devidos esclarecimentos sobre esse assunto, recomenda-se leitura das páginas 98 e 99 do livro de Charles R. Boxer (2007) e o verbete "Padroado" no Dicionário do Brasil Colonial Organizado por Ronaldo Vainfas (2001).

[199] Em 1941, foi publicada pela primeira vez (2ª ed. em 1957) a obra "Páginas de História Franciscana no Brasil", de autoria do Frei Basílio Röwer. A obra é divida em três partes: I − Conventos fundados de 1591 a 1708; II − Hospícios fundados de 1680 a 1758; e III − Aldeias dirigidas pelos Franciscanos de 1692 a 1803. Em relação ao Espírito Santo, a parte de interesse do pesquisador é a "I", onde constam dois estudos, um sobre o Convento de São Francisco de Vitória (1591) e outro sobre o Convento de Nossa Senhora da Penha (1650). O primeiro estudo compreende 46 páginas e o segundo, 50 páginas. Posteriormente (a 2ª edição data de 1865), foi publicado em separado o estudo de Frei Basílio Röwen sobre o Convento, o qual recebeu o título de "O Convento de Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo". Nesse estudo em separado foi escrito um Prefácio e uma Introdução por Röwen, e há um número considerável de fotografias do Convento. O estudo em separado é apenas a reprodução do capítulo da obra de Röwen (1957). O que há de acréscimo são os diminutos Prefácio e Introdução.

1643; as construções e reconstruções seculares do convento; as lendas sobre o convento e os milagres operados pela padroeira. No que diz respeito ao tópico "Os escravos da Penha", esse ocupa apenas uma página sobre assunto tão pouco conhecido. A despeito de o tópico sobre tal problemática ser tão diminuto, há de se reconhecer que ele é da maior importância para o pesquisador, pois o mesmo pode ser confrontado com outros tópicos sobre essa mesma temática relacionada a conventos de outros Estados brasileiros, que estão presentes no livro também de modo resumido. Outrossim, pode-se ter percepções de indícios sobre como teria sido o cotidiano e as condições de saúde dos escravos ocupados em tarefas pesadas na aludida construção a partir da leitura ou da busca por mais informações nas entrelinhas dessa página. Igualmente, o confronto do que Röwen (1957) escreveu com pistas e ou com observações feitas sobre tal assunto por autores locais de fins do século XIX e com um trabalho produzido no século XX, publicado em data posterior a da obra do frei, seria importante para se abrirem frestas dessa história pouco conhecida no Brasil contemporâneo. Eis uma possibilidade.

No prefácio da edição de um estudo em separado − publicação do capítulo do livro do frei para celebrar os dois centenários do convento −, são fornecidos alguns esclarecimentos sobre detalhes poucos conhecidos, tal como o verdadeiro nome de Nossa Senhora da Penha e pistas que apontam para o longo período em que gerações de escravos estiveram trabalhando na construção do convento. "Dois centenários comemorou no ano de 1958 o Convento da Penha do Espírito Santo e, com ele, todo o povo capixaba" (RÖWEN, 1965, p. 5). O frei fala de um segundo centenário quatro vezes secular. Certamente, o franciscano está se referindo à antiguidade dos tempos da Ermida até o ano de 1958. Em relação ao nome original da padroeira, é feita uma referência nos termos como seguem: "[...] implantação do culto de Maria Santíssima sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, vulgarmente cognominado de Nossa Senhora da Penha" (RÖWEN, 1965, p. 5). Há registro sobre o fato histórico relativo à entrega da montanha aos franciscanos, seguido de observações sobre o longo período de transformação arquitetônica, que começou nos tempos da capelinha até se tornar no santuário que se conhece na atualidade. O início das construções pesadas data de oitenta anos depois do falecimento de Frei Palácios. Foi quando começou "[...] a construção do célebre Convento, ousadamente colado nos flancos da rocha" (RÖWEN, 1965, p. 6). É provável que a ousadia da Igreja não teria sido possível sem o aporte de braços e ombros de escravos jovens, robustos o bastante para trabalharem pesado nos paredões do rochedo abruptos. Pela ousadia da Igreja, os escravos pagariam um preço em trabalho e condições de saúde que não se conhecem o bastante. Porém, está claro que, procedendo assim, os escravos da Penha deixavam de ser infiéis ou pagãos para se tornarem cristãos. Ser cristão era verter suor, sangue e lágrimas. Em

uma das falas de Vieira estaria a explicação para esse sofrimento: "[...] Vieira ressaltou que o sangue, o suor e as lágrimas deles [dos escravos] alimentavam e sustentavam o Brasil, o qual não podia de modo algum abrir mão de trabalho escravo" (BOXER, 2007, p. 50).

São cerca de dois os estudiosos capixabas que publicaram livros sobre o Convento da Penha. Entretanto, nem um nem outro atentou para incluírem em seus relatos uma história da escravidão cristã que existiu no referido santuário. Até onde se conhece, a primeira publicação sobre o convento data de 1888. Trata-se do livro "As Maravilhas da Penha", da autoria de Joaquim José Gomes da Silva Neto. O outro estudo data de 1954. "Relicário de um Povo" é da autoria de Maria Stella de Novaes. Essas duas obras têm em comum o discurso laudatório sobre as origens do convento e de sua padroeira; sobre os trabalhos do Frei Pedro Palácios; sobre a beleza do monte rochoso; sobre lendas e folclore em torno do convento e de Nossa Senhora. Não obstante, esses dois autores fazem relatos sobre o longo e difícil processo de construção e reconstruções do santuário. Ao que sugere, para a superação de tais dificuldades a mão-de-obra escrava teria sido indispensável, conforme já constatado acima. O relato feito em 1888 sobre as "Casas dos Romeiros" é um indício de que existiam senzalas próximo, pois na busca para se constatar a existência de moradias de escravos no sopé do rochedo elas estão associadas a sua proximidade dessas dependências para os que faziam romarias e pernoitavam no local. "Também ali estava constantemente aberta uma casa para hospedagem dos romeiros vulgares, cuja concorrência crescera depois da assistência dos frades" (SILVA NETO, 2012, p. 106). É curioso que os jogos praticados pelos romeiros tenham chamado a atenção de Silva Neto (2012), que os abomina e os chama de pecadores por causa do vício da prática de jogos envolvendo dinheiro, e o trabalho dos escravos não tenha despertado seu interesse. Sem fazer referência às senzalas, as casas dos romeiros e sua movimentação também são mencionadas por Novaes (1958). No conjunto, a obra dessa autora está dividida em três partes − História e Folclore, Poesias e Cronologia. Na segunda parte, encontra-se uma curiosa poesia sobre uma febre − "A Epidemia de 1699", a qual se reproduz adiante, seguida de alguns comentários. Em relação a existência das senzalas, o depoimento mais completo é o do Padre Francisco Antunes de Siqueira, a quem coube a publicação de folhetins em 1885. Ele assim se reporta: "Havia ali, pelo lado do sueste, no fim de uma escadaria que parte de um largo portão, duas fileiras de senzalas, onde conviviam os escravos, doados à Nossa Senhora da Penha" (SIQUEIRA, 1999, P. 89). A ele mesmo, proprietário de escravos, não causava pesar o fato de estes serem tratados como mercadoria e doados na forma de esmola.

Viajantes, autoridades e Dom Pedro II fizeram anotações sobre o Convento da Penha. São pontuações resumidas e no geral enfocam a imponência do rochedo e da construção que o

encima. Entende-se que essas anotações contribuem para o que se intenta conhecer: ter noção de números de escravos e de suas condições de saúde no tempo e no referido contexto em que trabalharam. Quando o viajante francês Saint-Hilaire esteve no Espírito Santo em 1818, ele foi atraído pelo que visto de longe se lhe parecia uma fortaleza. "O rochedo nu, o mosteiro e a igreja que a encimam parecem, de longe, uma fortaleza e contrastam com as espessas matas que cobrem os flancos da montanha" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 114). Aquela região a que é referida como local dos romeiros também chamou a atenção do naturalista francês, que fez a seguinte observação: "[...] exatamente embaixo do rochedo, encontra-se uma plataforma sobre a qual se ergueu uma construção estreita, baixa e comprida, dividida em pequenos aposentos destinados aos peregrinos que a devoção atrai para a montanha" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 114). A construção de uma escada estreita que corta a pedra do próprio rochedo impressionou o viajante − indício de trabalho pesado feito por escravos. Para quem fez considerável número de anotações sobre escravos de Vitória e sobre a relação de um senhor com seus escravos, por exemplo, fica-se questionando sobre o que teria levado Saint-Hilaire (1974) a não atentar para a presença de tantos escravos no convento. Já o olhar do franciscano foi atento o suficiente para constatar a existência de um grande número de escravos trabalhando no santuário. "Causou-nos espécie topar com tantos escravos nos relatórios dos Guardiões da Penha. O seu número ultrapassava o de qualquer outro convento" (RÖVEN, 1957, p. 222). Ora, o próprio Imperador em pessoa teria feito uma observação precisa sobre esse número elevado de escravos, o que reforça a percepção do frei. Em 1860, quando visitou o Convento da Penha, Dom Pedro II teria feito a seguinte anotação: "O Convento da Penha possui 40 e tantos escravos e recebe muitíssimas esmolas, havendo bastante ex-votos" (ROCHA, 2008, p. 115).

Figura 2 − Vista a partir do portão de acesso às ruínas de senzalas dos escravos do Convento de Nossa Senhora da Penha

Fonte: http://conventodapenha.org.br/conhecendo-o-convento/ − A figura acima corresponderia ao local onde fica a "casa de hóspedes" e próximo dela, onde se encontra vestígio de ruínas, estariam as senzalas dos escravos.

As justificativas do frei franciscano para a concentração de tantos escravos no Convento da Penha não elucidam de todo esse problema, pois havia no Brasil Império outros conventos de maiores proporções do que o santuário espírito-santense. Se o local de assento e acesso da construção era o problema, então a não construção de uma história a partir de dados coletados nos relatórios dos Guardiões da Penha gera mais questionamentos sobre as poucas observações feitas pelo franciscano no aniversário de cerca de 400 anos de história sobre essa obra em estilo colonial. "A explicação que se nos oferece é que na conservação do Santuário e do Convento e de todas as benfeitorias na montanha, como também a lavoura em terreno ingrato exigiam maior número de braços" (RÖVEN, 1957, p. 222). A rocha ou o terreno "ingrato" foi motivo de observações feitas em 1888 por um leigo, quando se teria observado sua composição mineralógica e deduzido que "A Penha é formada de matérias essencialmente condutoras. Na raiz da rocha é visível o minério que abunda [...]" (SILVA NETO, 2012, p. 181). Esse autor faz observações sobre a "faísca elétrica" na forma de raios que caiam sobre o convento, em meio a tempestades. Essa explicação, baseada em suas observações empíricas, justificaria a força e o poder do local toponímico. O observador teria deduzido que o rochedo tinha componentes de ferro, o que o tornava impenetrável. Do ponto de vista simbólico, o local onde o convento e o santuário de Nossa Senhora foram construídos era considerado o trono invencível e indestrutível de Maria Santíssima. Daí os poderes milagrosos oriundos da bondade celestial da padroeira da Penha. "[...] a pujança da Fé palpitante no povo capixaba; seu refúgio, nas horas lancinantes da miséria, [...] da orfandade [...]. Dali, do rochedo incomparável, jorra o lenitivo das bênçãos sobre a humanidade que, ansiosa de luz e conforto, se volta para a Virgem Imaculada" (NOVAES, 1958, p. 23). Se os escravos da Penha eram considerados filhos dessa Maria Santíssima e recebiam o lenitivo de suas bênçãos no dia-a-dia, na hora da miséria lancinante das epidemias, por exemplo, praticamente nada se tem para comprovar. Segundo notas do frei franciscano, "Os escravos eram geralmente bem tratados pelos Franciscanos. Em 1867, o Guardião da Penha pagou pela estadia do escravo Paulino no hospital durante nove dias a quantia de 11$560, e do mesmo tempo [...] o Guardião declara que devia a certos escravos tantos dias de trabalho" (RÖVEN, 1957, p. 223). O emprego do termo adverbial "geralmente" permite compreender que grosso modo os escravos da Penha recebiam ajuda médica, sobremaneira os escravos pedreiros cuja mão-de-obra demandava considerável força física para a execução de um trabalho considerado "pesado" pelos próprios guardiões. As obras de preservação, devido a localização do convento no topo do rochedo e nas proximidades do mar, foram frequentes e difíceis de serem executadas ao longo de cerca de mais de três séculos, entre os quais destacam-se o Dezessete, o Dezoito e o Dezenove. O

depoimento seguinte comprova esta proposição: "Quanto às obras, é lícito afirmar que o Santuário e Convento estiveram continuamente necessitando de reparos. A posição no alto do monte, batido pelos ventos, e o ar salitrado deviam exercer a sua ação deletéria sobre o material, desagregando-o e apodrecendo-o" (RÖVEN, 1965, p. 76). O frei declara surpreso que em todos os relatórios dos Guardiões chegados até os dias atuais aparece com absoluta frequente anotações sobre consertos de pouca monta, deixando claro as dificuldades em geral que os franciscanos enfrentavam para encontrar patrocínios (esmolas) e engenheiro experiente que viabilizassem um trabalho geral de restauração dessa obra arquitetônica. Não obstante, o convento esteve de pé e resplandeceu ao longo daqueles séculos.

No início do século XIX, algumas obras e reformas no convento seriam executadas. Foi em 1807, quando ocorreu um acidente fatal e o Presidente do Convento, o Frei Lourenço da Piedade, veio a falecer em circunstâncias trágicas. Descreve-se esse acidente fatal no modo como segue: o frei "Tinha ido em canoa com nove escravos a trazer a cal que o Convento recebera de esmola. Estando já na baia, a canoa virou em um lugar chamado Lamarão. Salvaram-se os escravos, mas Frei Lourenço morreu afogado" (RÖVEN, 1965, p. 78). Nove escravos salvos, mesmo sem a cal, seriam indispensáveis para as obras de início do século XIX. Em relação ao frei, consta que seu corpo foi encontrado três dias depois e sepultado no Convento de Vitória. É importante atentar para o número de escravos fazendo o transporte de cal para as obras de conserto. Provavelmente, eram escravos ou pedreiros ou ajudantes desse serviço lá no topo da montanha, onde o trabalho pesado de construção e reparos era constante. Foram encontrados em relatórios de 1838, 1847 e 1850 anotações feitas sobre reconstruções em paredes, telhado; substituição de janelas, renovação de telheiro e forro da portaria. "[...] além de outros pequenos consertos, fez obras nas senzalas e casas de romeiros" (RÖVEN, 1965, p. 78). Sobre essas obras feitas nas senzalas, é difícil precisar se incluíram acréscimo de aposentos ou apenas restauro do que já existia. E o que existia em dimensões espaciais é uma incógnita. Porém, não é desconhecido o fato de que os escravos da Penha foram presença constante no convento desde os primórdios. Por serem escravos da Penha, eles não deixavam de ser uma "mercadoria" ou "máquinas de trabalho" cobiçadas pelos brancos livres em geral. Como exemplo, menciona-se o fato de que ao final da última investida dos holandeses contra o Espírito Santo e o convento[200], em 1653, durante a pilhagem feita ao santuário, escravos teriam sido levados como bens preciosos que constavam do saque dos piratas. "Os holandeses

[200] Houve várias investidas dos holandeses contra o Espírito Santo. Por meio do trecho a seguir, esclarecimentos sobre o assunto podem ser encontrados. "No tempo das conquistas holandesas, a Capitania dos Espírito Santo sofreu diversos assaltos. Tanto em 1625 como em 1643, os portugueses saíram vencedores, não sem a cooperação dos Franciscanos" (RÖVEN, 1965, p. 64). Em 1653, ocorreria a pilhagem dos escravos da Penha.

partiram, carregando todas as preciosidades e os escravos; os religiosos, porém, deixaram livres" (RÖVEN, 1965, p. 64). Já em relação aos números totais de escravos que moraram nas senzalas do Convento da Penha, durante o século XIX, por exemplo, não se tem como avaliar com precisão estatística por falta de dados. Tendo-se como apoio as observações do próprio Röwen (1957 e 1965) sobre ter sido o Convento da Penha aquele em que a população escrava foi a mais elevada, se comparada com o número de escravos de outros conventos espalhados pelo Brasil, crê-se que essa população foi constituída de muitos escravos ao longo da história do santuário. Provavelmente, durante o período em que a construção foi iniciada e até o seu término, a mão-de-obra escrava tenha sido elevada. Há registros sobre escravos detentores de habilidades orientadas para o ofício de pedreiro e isso era particularmente do interesse dos guardiões do convento. "Os escravos hábeis sabiam geralmente um ofício em que às vezes se tornavam verdadeiros mestres. Somos por isso de opinião que a remodelação do Santuário em 1640 e a construção e reconstrução dificílima do Convento foram principalmente obra dos escravos" (RÖVEN, 1957, p. 222). Isso confirma o que já se postulou acima.

No intuito de oferecer uma amostra da população escrava da Penha, de modo que se tenha uma ideia de quantos eles e elas eram, quais os seus ofícios, o quadro abaixo pode servir como ilustração do que se quer demonstrar. O ano é o de 1872, portanto, bastante próximo do fim do Brasil Império, o que não se pode considerar como válido para os tempos de pique na construção da referida obra arquitetônica. De acordo com o que já foi registrado em tópico deste capítulo, um projeto de abolição gradual estava sendo discutido no senado em 1871 e, em 28 de setembro do mesmo ano, a Lei do Ventre Livre fora sancionada. Portanto, foi nesse cenário político-econômico nacional que os números de escravos da Penha foram levantados com certa acuidade, atentando-se para os ofícios relacionados a escravos e escravas, sem no entanto se discriminarem suas idades, seu estado de saúde, entre outras particularidades.

Quadro 6. Mapa demonstrativo do número de escravos morando no Convento da Penha e de suas ocupações − ano base 1872

Pedreiros	Carpin-teiro	Ocupado na lavoura	Cozinheiras	Lavadeiras	Engoma-deiras	Costu-reiras	Sem ofício
3	1	11	7	6	3	5	6
Soma Total ..... 42 escravos							

Fonte: Frei Basílio Röwer − Páginas de história franciscana no Brasil, 1957 − p. 222-223

Os dados contidos no quadro acima permitem o levantamento de algumas ilações. O número de pedreiros sugere uma diminuição na demanda de construções e de reparos feitos no convento. Isso pode ser um indício de que outros escravos também pedreiros, mas menos

hábeis, estivessem entre aqueles sem ofício. Os escravos ocupados na lavoura em número elevado aponta para uma alta produção de alimentos destinados a uma população elevada de religiosos, incluindo-se a população de 42 escravos. O número de mulheres escravas ocupadas nos afazeres domésticos − num total de vinte uma − confirma a existência de uma população de religiosos bastante elevada residindo no convento (além da população escrava), ou de uma população de religiosos itinerantes. Havia uma vida autônoma na montanha que era suportada pela mão-de-obra escrava. Os indícios de que havia relações de solidariedade entre escravos, incluindo a provável formação de famílias entre si, são elevados. Prova disso encontra-se nos dados constantes do Quadro 6 acima: a distribuição e organização ocupacional dos escravos e das escravas pressupõe a existência de uma comunidade cativa morando e dispensando sua mão-de-obra a Nossa Senhora da Penha. Outrossim, a concentração de um número bastante elevado de escravos no topo da montanha, onde as mudanças no tempo eram rigorosas e o trabalho cativo pesado, pressupõe que o adoeciam deles ocorressem nesse isolamento. Para a cura dessas enfermidades, os franciscanos deviam exercitar práticas dos saberes médicos neo-hipocráticos ou de uma medicina caseira praticada pelos religiosos. Provavelmente, havia algum tipo de curandeiro negro entre os cativos da Penha. As poucas informações sobre o cotidiano desses sujeitos, prestadas pelo frei franciscano, dão a entender que os religiosos do convento eram habilidosos em exaurir toda possibilidade de recurso que os cativos pudesse ter. Assim, é que havia escravos músicos encarregados de abrilhantar os eventos religiosos; havia os que saiam das dependências do convento para pedirem esmolas nas proximidades e assim contribuírem para garantir o sustento do convento. Os franciscanos não compravam seus escravos, pois eles eram doados por pessoas fiéis a Nossa Senhora da Penha. Então, o sentimento de escravização de negros era amenizada e os cativos eram reconhecidos, de modo eufêmico, como aqueles que pertenciam a Nossa Senhora. A mão-de-obra escrava, em todo o seu legue de opções, era compreendida como devoção dispensada a Maria Santíssima. Entre essas opções, os escravos de ganho ou de aluguel faziam parte das práticas e estratégicas dos franciscanos. "Também os moradores de Vitória e Vila Velha serviam-se dos escravos da Penha como empregados, de modo que eram uma fonte de rendas para o Santuário. Pelo ano de 1850 pagava-se de aluguel por um escravo ou escrava de 2$000 a 18$000 mensalmente" (RÖVEN, 1957, p. 223).

Admite-se que a religiosidade no século XIX não era muito diferente do fervor cristão de séculos anteriores. O proselitismo em suas diferentes modalidades, por exemplo, era uma prática que ocorria com mais frequência e intensidade em tempos de pestes, epidemias e de poucos profissionais dos saberes médicos da época, ensejando assim a recorrência de práticas

como as dos devotos possuidores de intensa fé em Nossa Senhora que operava milagres. Entre os milagres mais conhecidos, destaca-se o da chuva acontecido em 1769, quando uma seca de proporções calamitosas assolava o Espírito Santo. A visita de Nossa Senhora da Penha feita a Vitória teria operado um milagre com tal poder que "[...] a negrura das nuvens fez do dia noite, e dali a poucos instantes a chuva caía em cataratas parecendo querer de uma só vez fartar os viventes, as plantas e a terra" (SILVA NETO, 2012, p. 111). Diante do sobrenatural, o medo ou a alegria incontida pode se manifestar. No ensejo desta enunciação, registra-se que na terceira parte da obra "Relicário de um Povo" encontra-se uma inusitada poesia intitulada de "A Epidemia de 1699", da autoria de Geraldo Costa Alves. Quando essa poesia foi escrita, não se tem como precisar. Entretanto, os recursos linguísticos utilizados na solicitação de ajuda feita a Nossa Senhora da Penha estão particularmente associados às crenças do mundo do sobrenatural, cujo acesso pode ocorrer quando se reza ou faz-se penitências, por exemplo. Já o caso peculiar de pedido por socorro ao sobrenatural por meio de poesia não é comum. Abaixo, reproduz-se esse registro poético em sua íntegra:

A EPIDEMIA DE 1699

Ano de epidemia. Ano de horrores.
Ante a febre que irrompe, violenta,
de lar em lar, a inquietação aumenta,
quer em Vitória, quer nos arredores.
"Ai. o meu filho"! — pobre mãe lamenta.
E os noivos vêem, mágoas interiores
calando, transformar-se em tristes flores
o brilho das grinaldas. E, sedenta
de vidas, passa Morte ... "O Mãe, Senhora
da Penha, tem piedade"! — reza e chora
o povo . . Amaina a febre . É certo dia,
maravilham-se os crentes . Num sorriso
que era a Esperança, — dúlcido, impreciso, —
linda, no altar, a Imagem refulgia.

Autor: Geraldo Costa Alves.

A poesia acima incorpora um tipo de recurso peculiar na solicitação de milagres para a cura da doença, no caso uma febre epidêmica que não está bem definida. Pode-se até sugerir que se trata de curandeirismo religioso literário através do que se faz uma súplica às forças supremas, sobrenaturais, oriundas do plano celestial. "Todas as culturas [...] são dominadas pelas mesmas angústias em relação ao mundo. Elas partilham um sentimento geral de

impotência para dominar as forças da natureza. A cólera divina pesa sobre o mundo e pode manifestar-se por este ou aquele flagelo. O que conta essencialmente é garantir a graça do céu" (DUBY, 1998, p. 15). Ora, isso justifica o poder dos servidores de Nossa Senhora da Penha e dela que opera através deles. Isso leva a se levantar a seguinte reflexão: se os escravos do Convento da Penha, ao longo de séculos, teriam recebido ajuda da Igreja em momentos de epidemias, doença e morte. É provável que o escravo trabalhasse na construção do santuário tendo como esperança ou recompensa a saúde preservada, bem como a promessa de uma boa morte e de um bom lugar no outro mundo dado por Nossa Senhora da Penha. Esse seria um, entre outros motivos, para que escravos se esforçassem na construção de uma obra que requeria uma saúde cheia de vigor, especial, uma mão-de-obra negra para dar conta de um trabalho reconhecidamente pesado.

C A P Í T U L O IV

ADOECIMENTO E MORTALIDADE DE ESCRAVOS NA COMARCA DE VICTORIA, DE 1849 A 1880

Adentra-se em um universo até então desconhecido no âmbito acadêmico-científico do Espírito Santo. O adoecimento e a mortalidade de escravos que viveram e mobilizaram-se nos espaços da Comarca de Victoria da segunda metade do século XIX é o objeto fulcral ora em discussão. O que se apresenta a seguir não exaure possibilidades tantas em face de temática cujos véus mal foram rasgados. Dito de outro modo: o que se conseguiu "ver" pode ser apenas o começo de histórias ainda embrenhadas nos meandros do escravismo espírito-santense, de modo que esta pesquisa não esgota os caminhos ainda por serem percorridos.

Inicialmente, buscou-se conhecer alguns momentos históricos da Vila de Nossa Senhora da Victoria: seus traços religiosos, sócio-políticos e econômicos segundo as percepções de viajantes e de alguns estudiosos locais. Nessa viagem imaginária, viu-se como a vida na então Capital da Província do Espírito Santo era emblemada por seus habitantes, sem que as críticas pontuando sua preguiça, indisposição, insipidez obnubilassem a tão referenciada pacificidade, mansidão e honradez do povo capixaba de então. Na sequência, envereda-se pelos espaços de uma ilha cheia de mangues e com pouca terra natural para se construir a cidade. Entre o sobe e desce das casas construídas sobre morros, havia as marés consideradas fétidas e produtoras de todos os males que acometiam a população insular. De Capital a Comarca, Victoria se expandiu e enveredou pelo continente, dando origem à denominada "região central".

Fez-se um criterioso levantamento demográfico das populações escravas vivendo e deslocando-se pelos municípios e freguesias da Comarca de Victoria. Conhecidos os números da escravaria da "região central", o próximo passo foi conhecer as doenças que faziam parte de tratados de estudiosos de fins do Setecentos e início do Oitocentos, que eram categorizadas como sendo próprias "de" negros. Uma busca por documentos em que houvesse estudos sobre doenças endêmicas na região permitiu que fosse encontrado um considerável número de moléstias as quais eram tidas como sendo de "pobres" e, consequentemente de escravos. As doenças computadas correspondiam às mesmas estudadas por Luiz Antonio de Oliveira Mendes em 1793, e, sobretudo, por Jean Barthelemy Dazille em 1801.

Ao final da pesquisa, constatou-se que a mortalidade escrava na Comarca de Victoria era elevada devido a fatores vários, tais como: trabalho exaustivo, castigos, carceragem, má

alimentação, má vestimenta, trabalho insalubre, moradia precária e descaso em relação a higiene doméstica. Contrariando em parte alguns postulados sobre uma reprodução endógena sustentável dentro do universo das famílias formadas por escravas, detectaram-se números elevados de mortalidade infantil no Município de Victoria, até o ano de1886. De uma amostragem da morte de 226 crianças com menos de 11 anos de idade, um número de 89 bebês negros morreu com menos de um ano de idade. A mortalidade infantil poderia ser tanto de crianças escravas quanto de filhos nascidos livres de escravas.

IV.1 Vila, cidade, capital: mudanças na circunscrição judiciária da Comarca de Victoria na segunda metade do século XIX

Geologicamente, a ilha de Victoria é o resultado de fenômenos eruptivos de milhões de anos atrás. Daí grande parte de sua paisagem geográfica ser ombreada por montanhas com o apoio de contrafortes laterais oblíquos que, na região por onde passa sua baia, mergulham no mar. As planícies insulares naturais eram originalmente escassas: "Dos manguezais, boa parte foi aterrada, em busca o homem de terrenos planos e próximos ao mar" (PACHECO, 1998, p. 14), assunto ao qual se retoma no tópico seguinte. Com uma área de 29,31 km² (dados do IBGE − 2010), ela "É o principal elemento de um arquipélago, cujas ilhas em maioria foram continentalizadas [sic]. Sua formação eruptível [sic] empresta-lhe o aspecto de cadeia de montanhas graníticas, interrompidas por fossas ocupadas pelo mar [...]" (DERENZI, 1965, p. 7). Ainda segundo informações desse autor, os detritos provenientes dos rios Santa Maria e Jucu vêm contribuindo, desde o início da era quaternária[201], para com a formação de restingas e areais − fenômenos por meio dos quais as ilhas menores foram-se juntando à maior. Esta apresentação sinóptica sobre a localidade insular em que Victoria seria assentada tem como propósito suscitar reflexões sobre as condições geográficas peculiares ou próprias da ilha, tidas como pouco favoráveis[202] à construção de uma vila em meados do século XVI,

[201] A fim de passar para o leitor um mínimo de noção sobre o que seja a era quaternária, fornecem-se alguns dados sobre tal particularidade, conforme seguem: "[...] diz-se de ou o sistema mais superior do erátema cenozóico, acima do Terciário [...] diz-se de ou o tempo durante o qual as rochas desse sistema foram formadas, entre 1 milhão e 600 mil anos e o presente [...]" (HOUAISS, 2001, p. 2348).

[202] Se as condições da ilha de Victoria eram consideradas inóspitas para o assentamento da vila, quer-se saber o que teria obrigado os colonos portugueses a deixar a primeira vila da Capitania do Espírito Santo, ou seja, Vila Velha (que teve seu primeiro nome de Vila da Victoria e, depois da fundação da Vila de Nossa Senhora da Victoria, passou a ser chamada de Vila Velha, em oposição à "Vila Nova" assentada na ilha), para fundarem a segunda vila da Capitania. Em geral, os historiadores locais afirmam o seguinte: "Explique-se a fundação [de Victoria] pela transferência da própria sede da Capitania, para a ilha de Duarte Lemos, devido a inúmeras dificuldades pelas quais passara o donatário Vasco Fernandes Coutinho. Particularmente, devido aos ataques do indígena adverso, ausência de água potável e outros motivos ignorados, de acordo com os cronistas da época. Motivos esses que deram ensejo a transferência para a futura 'Vila Nova' [...] em oposição a Vila Velha [...]"

onde os colonos portugueses teriam se refugiado. "A implantação [...] de Vitória, na ilha que lhe dá o nome, reside numa série de peripécias controvertidas. A principal se funda na pertinácia do aborígene em repelir do continente os portugueses colonizadores" (DERENZI, 1965, p. 11). Por quase três séculos, a vila permaneceria na planície restrita aos contrafortes da montanha frente à baia e só viria a se tornar cidade e capital da Província do Espírito Santo no início do século XIX. Em relação ao dia de nascimento da vila, há controvérsias sobre a data inconteste de fundação da Vila de Nossa Senhora da Victoria. Geralmente, aponta-se Daemon (2010) como tendo sido o responsável por fornecer a data de 8 de setembro de 1851, sem no entanto ter apresentado documento comprobatório sobre tal assunto. "Essa é a tradição secular entre os capixabas, embora não se encontre documento insofismável" (DERENZE, 1965, p. 33). Já em relação ao local onde teria sido erigida a construção fundamentadora, afirma-se que "[...] a vila de Nossa Senhora da Vitória foi fundada na pequena elevação, onde os jesuítas construíram sua igreja e primitiva residência, depois colégio, transformados, por último, em palácio governamental" (FREIRE, 2006, p. 58).

Cerca de quase três séculos − 273 anos − decorreriam até a vila ganhar o *status* de cidade: "A antiga vila de Vitória, pela Lei de 17 de março de 1823, portanto seis meses após a proclamação da independência do Brasil, foi elevada à categoria de cidade" (ELTON, 1986, p. 9). Como seria natural, sua geografia em nada mudara. O relevo da ilha é pontuado de montanhas, ou morros, inarredáveis. Nas planícies, os manguezais foram presenças durante grande parte do tempo em que Victoria foi a capital da Província do Espírito Santo. Para que a expansão da cidade ocorresse, ainda que timidamente no século XIX, manguezais foram sendo aterrados em parte, conforme já anotado acima. Já no que diz respeito às montanhas naturais na ilha, há de se reconhecer que "Os morros são muitos [...]: os do Moscoso, Fonte Grande e Frei Leopardi, este com 296 metros de altura. E mais, na zona norte, mais próximos do mar, registram-se Gurigica, Suá, Bento Ferreira, Itapenambi, Gamela, Guajuru, Barro Vermelho, Itapebucu e Monte Belo" (PACHECO, 1998, p. 14).

Com o intuito de facilitar a compreensão do leitor sobre parte do que está narrado acima, fornecem-se dois testemunhos ilustrativos comprobatórios sobre essa questão própria da geografia e da natureza da ilha de Victoria. O primeiro documento é um desenho raro e

(BITTENCOURT & CAMPOS, 2000, p. 34-35). Em se tratando de água potável, consta deste capítulo registros de que na ilha haviam fontes de água potável. Em relação a ausência dos índios, enfatiza-se que na ilha não residiam indígenas, havia tempos, conforme citação seguinte: "Abandonada havia [sido] pelas tribos litorâneas, protegida pela soberba configuração topográfica, os povoadores lusitanos nela se refugiaram cansados de lutas exaustivas e perigosas" (DERENZI, 1965, p. 11).

datado de 1805, por meio do qual é possível ter-se uma noção parcial do cenário geográfico e arquitetônico da vila. Abaixo, reproduz-se uma "perspectiva" da vila em apreço:

Figura 3 − 'Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo por Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/Anno de 1805'. Autor: Joaquim Pantaleão Pereira da Silva

Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Reproduzido no livro da autoria de Nestor Goulart Reis − "Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial". São Paulo: EDUSP, 2000.

No desenho acima, denominado de "perspectiva" da Villa de Victoria, as montanhas apresentam-se em números pronunciados: são arrojadas e dominantes. A vila está "esmagada" entre o que se parece com a continuidade de uma cordilheira e um mar de larga extensão, tanto no sentido norte-sul quanto leste-oeste. Isto pressupõe que a formação geológica da ilha estava intacta. As construções dominantes são as igrejas, com destaque para a de São Thiago, a Santa Casa da Misericórdia e um porto o qual se considera imponente para as transações econômicas da época. No todo, a vila tende para uma arquitetura de gosto neoclássico, com seu porto que parece movimentado para a época. As montanhas estão despidas de sua mata fechada; ou o autor dessa perspectiva não atentou para tal fato, um indício de que na ilha o progresso era dominante e a ausência do verde denso das matas não espelhavam o progresso, mas o caráter de mundo tropical, considerado pelo europeu como exótico e selvagem. Assim, é provável que o desenhista tenha dado preferência aos ares de uma vila mediterrânea com os tons acentuados da civilização europeia. O desenho não passa a ideia de que nessa vila havia os senhores mercadores e detentores de escravarias; não passa a ideia de que por detrás da economia operante a mão-de-obra escrava era o motor movente do sistema agrário da cana-de-açúcar dominante na época; não há resquícios explícitos de que o negro escravo era um objeto caro e que mobilizava a compra e venda de cativos considerados "maquinas humanas".

A "perspectiva" transmite a noção de um lugar idílico, onde a vida cotidiana era pacata, sem violência; a saúde da população era garantida, quando de fato moléstias de toda espécie proliferavam e a diversidade das epidemias aportaram nesse local com força e frequência aterradoras durante todo o Oitocentos, pois as condições sanitárias, entre outros fatores, eram minimizadas e, desse modo, contribuíam para a proliferação de endemias e epidemias.

O segundo documento é uma fotografia tomada da barra da Ilha de Vitória, cuja data Oliveira (2008) afirma ser dos últimos anos do século XIX. Porém, essa mesma foto consta do livro de Bonicenha (2004), na página 29, no topo da qual está impresso "Vitória − 1910". Em busca de um ponto equidistante que privilegie as percepções desses dois autores, decidiu-se considerar a foto como tendo sido produzida na transição do século XIX para o século XX. Abaixo, reproduz-se a fotografia tal qual se encontra registrada nas duas fontes citadas:

Figura 4 − Vista da barra da Ilha de Vitória na transição do século XIX para o século XX, quando ainda existia o Jardim Municipal (à direita) e trafegavam navios de roda

Fonte: José Teixeira de Oliveira − História do Estado do ES, 3ª ed., 2008, p. 439 [Coleção Mário Freire].

Passado pouco mais de um século − algo como a "longa duração" braudeliana −, a então Victoria (já capital do Espírito Santo do fim do período provincial e início do período republicano) é exibida por meio de uma fotografia e não mais na forma de um desenho, que é a montagem de uma perspectiva premeditável. O conjunto do que se vislumbra aproxima-se mais da realidade e distancia-se da idealização. O olhar de quem produziu essa foto não diminuiu de modo substancial a perspectiva: fica óbvio que, entre seus interesses documentais, estava o enfoque dos mesmos elementos paisagísticos, arquitetônicos e tecnológicos da cidade que foi vila em 1805 e no tempo desse clique − transição do século

XIX para o século XX − já era cidade e capital do Espírito Santo. A paisagem conjuntural é a mesma, apesar de o cenário de fundo (a montanha) ter diminuído em números (a foto mostra a realidade); de a dimensão do mar entre ilha e continente ter sido estreitada e de as montanhas (ou a montanha) está coberta de mata densa de verde tropical. Os elementos arquitetônico-urbanísticos praticamente permaneceram os mesmos: as mudanças mais notáveis estão no que foi a igreja de São Thiago, que passou a ser o Palácio do Governo; a matriz de Nossa Senhora da Victoria (sobre um morro que havia); proeminência do Convento do Carmo; criação do Jardim Municipal; aumento do complexo portuário, entre outros pormenores. É notória a construção de uma linha de aterro paralela ao mar costeiro da ilha, permitindo o surgimento de planícies artificiais por meio da engenharia de aterramento de costas e de manguezais. Considerando-se o período de cerca de um século de duração, no decurso do qual essas comedidas mudanças ocorreram, o impacto sobre o povo local não teria ocorrido de modo significativo para que a permanência cedesse mais em face dessas mudanças. Victoria continuava sendo presa de um tempo repetitivo, da longa duração. Para se ter noção do prolongamento desse tempo, vale lembrar que a era denominada de pré-industrialização do Espírito Santo só viria a ocorrer ao longo das três primeiras décadas do século XX (BITTENCOURT, 1987). A segunda metade do século XIX, o tempo em que se assenta este estudo, ainda pertencia a uma era de permanências repetitivas. Para reforçar essa percepção teórica em história, utiliza-se o que se pode chamar de versão braudeliana da visão de Dosse (2003) sobre a longa duração, o que ele denominou de "tempo imóvel". No cerne deste, opera uma história antropológica, que pode ser caracterizada do seguinte modo:

> O movimento histórico é pensado como repetição, como permanência em que o invariante tem o primado sobre o transformado. As diferenças localizadas no seio do sistema são realmente as diferenças de local, pois a unidade prevalece sobre as oposições. [...] A sociedade se reproduz assim sem ruptura fundamental pelo movimento de modulações contrapontísticas que se repetem no quadro das regras de um sistema harmônico que descarta toda nota dissonante. O sistema não pode, portanto, ser modificado em si mesmo. Só um choque externo pode abafá-lo, já que ele não é atravessado por contradições internas (DOSSE, 2003, p. 345-346).

Com base no conteúdo do excerto acima, pode-se afirmar que durante todo o século XIX Victoria esteve atrelada a um movimento histórico fundamentado num quadro de regras consonante-unitárias em que prevaleceu o primado da ordem tradicionalista do Poder Central. Se é possível pensar em choques externos, aventa-se a hipótese de que as quase inaudíveis ideias iluministas de liberdade contribuiriam para excitar a mente escrava que se rebelava contra um sistema ultrapassado de produção que utilizava a mão-de-obra cativa como motor

básico da economia nacional e local. Um outro choque externo que se poderia levar em conta teriam sido os frequentes surtos epidêmicos das "bexigas" − a varíola −, das denominadas "febres intermitentes", das "câmaras de sangue", gripes frequentes, entre outras epidemias. Esse tipo de choque pressupõe o aprendizado sobre como a sociedade deve se prevenir contra as doenças. No primeiro caso de choque externo, a resistência à mudança, ou seja, ao fim do sistema escravista, foi ferrenha, conforme já abordado neste estudo. Quanto ao segundo caso de choque externo, é possível afirmar que havia desejo de mudança em favor da saúde. Mas, em face do modo de pensar os saberes médicos da época, o que envolvia questões de ordem política, econômica e sócio-religiosa localizadas, o fenômeno das epidemias, por exemplo, continuaria desafiando a sociedade em cheio durante todo o Oitocentos.

O segundo propósito desta exposição sobre a "Capital" da Província do Espírito Santo é viabilizar uma sumária narrativa sobre mudanças que contribuíram para gerar uma certa instabilidade na circunscrição judiciária da Comarca de Victoria[203] no período de 1849 a 1880. Deve-se realçar o fato de que os problemas estrutural-administrativos, decorrentes da política e da economia inexpressiva[204] da Província dependente do Poder Central, assunto sobejamente já explanado no capítulo anterior, impactavam em primeira instância a "Capital" − a "cabeça" da Comarca e da Província. Esse teria sido um fator determinante no processo de frequentes mudanças, na forma de um movimento pendular, na circunscrição judiciária para instauração da Comarca de Victoria. Daí a supressão ou a agregação de vilas, freguezias e até municípios à comarca da "Capital". Em sintonia com o recorte cronológico desta pesquisa, o período que demarcou essa variabilidade foi de 1848 a 1874[205]. Teve-se como aporte um número de dez Relatórios, sendo que para os anos de 1857 e de 1865 foram encontrados quatro dentre esses dez documentos. Explica-se: para cada ano, houve dois gestores da Província e, ao final de cada gestão, produziu-se um Relatório que foi apresentado à Assembleia Legislativa local. Ao final de 1857 e 1865, foram encontrados, portanto, quatro desses documentos. Neles havia registros sobre alterações na circunscrição judiciária da Comarca de Victoria. Isso justificaria acertos e desacertos de ordem político-econômica na administração da "Capital". A seguir, fazem-se esforços para se fornecer um quadro esclarecedor possível sobre a questão em pauta.

[203] Do ponto de vista jurídico, uma comarca pode ser definida conforme segue: "Circunscrição judiciária sob a jurisdição de um ou mais juízes de direito" (FERREIRA, 2009, p. 502).

[204] A frase "política e economia inexpressiva da Província" é aqui utilizada como parâmetro de comparação da Província do Espírito Santo com as províncias ricas economicamente e poderosas do ponto de vista político no Brasil Império. Reforça-se o fato de que este assunto está bastante documentado no Capítulo III desta pesquisa.

[205] Os Relatórios nos quais encontraram-se registros sobre a Comarca de Victoria, referem-se aos anos de 1848, 1850, 1856, 1857 (dois Relatórios), 1859, 1864, 1865 (dois Relatórios) e 1874.

No ano de 1848[206], havia no Espírito Santo apenas duas comarcas[207]: a de Victoria e a de São Matheus. Em março daquele mesmo ano, o Presidente lamentava a situação em que se encontrava a Província no que dizia respeito à circunscrição judiciária de duas grandes comarcas, para as quais não havia juízes o suficiente e o trabalho não era feito a contento.

> Tem esta provincia duas comarcas, que são, a da Victoria e a de S. Matheus. A primeira abrange o termo da cidade e os das villas do Espirito Santo, Guarapary, Benevente e Itapemirim, Serra e Nova Almeida. A segunda comprehende as villas de S. Matheus, a da barra do mesmo nome, e a de Linhares. A divisão de ambas estas comarcas é defituosa, e produz não pequenos inconvenientes, já á commodidade dos povos, já a prompta expedição da justiça. Quanto a da primeira comarca, não é possivel, Srs., que, sobrecarregado, como é, o juiz de direito da capital, de tantas e tão importantes funcções, na qualidade de chefe de policia, e na de juiz dos feitos da fazenda, possa, por maior que seja a actividade, por maior que seja seu zelo pelo serviço publico, desempenhar satisfatoriamente seus deveres [...] (RELATÓRIO, 1.º de março de 1848, p. 8-9).

É notória a problemática relativa à falta de profissionais para a administração jurídica da Província. No caso descrito acima, o acúmulo de funções pressupunha a falta de verbas para o pagamento de pessoas que desempenhassem seus trabalhos em conformidade com sua qualificação profissional. Na continuidade de sua fala, o Presidente enumerou problemas de proporções incontornáveis, como as distâncias existentes entre São Matheus e Linhares; entre Victoria a Serra e de Victoria a Itapemirim. As viagens de juízes, efetivadas provavelmente só nos lombos de burros e de bestas − os muares[208], eram demoradas por serem feitas através de

[206] É provável que antes de 1848 tenha havido três comarcas na Província do Espírito Santo e que por questões de ordem ou administrativa, ou de ordem político-econômica, ou ainda jurídica, tenha sido extinta a Comarca de Itapemirim, a qual foi agregada à Comarca de Victoria (no discurso do Presidente − Relatório de 1848, p. 8-9, isso está implícito). Para reforçar essa hipótese, encontrou-se em num documento do Poder Judiciário do Espírito Santo a seguinte declaração: "23-3-1835) − O Espírito Santo, já no gozo dessa prerrogativa [a Província já tinha poderes para organizar sua própria justiça], cria as suas três primeiras Comarcas que foram as de Vitória, São Mateus e Itapemirim" (VALLE, 1963, p. 6). Isso permite afirmar que em 1835 Itapemirim já era comarca.

[207] É importante lembrar que as comarcas estavam sujeitas às circunscrições tanto do poder judiciário quanto do poder da Igreja. Em relação ao primeiro poder, a circunscrição territorial era judiciária, isto é, da justiça; já no que diz respeito ao segundo poder, a circunscrição é espiritual. Na paróquia, o território delimitado chama-se "[...] diocese sobre a qual prevalece a circunscrição espiritual de um pároco" (HOUAISS, 2001, p. 2137).

[208] Conforme já registrado neste estudo, o território da Província do Espírito Santo restringiu-se por longo período de tempo àquela lâmina de praia entre São Mateus, ou a vila de mesmo nome, a Barra de São Mateus (atual Conceição da Barra, ao norte) e Itapemirim (ao sul). Daí, a navegação ter-se desenvolvido mais em detrimento do transporte feito por terra. Para exemplificar e justificar a incipiência e dificuldades do transporte terrestre, Ormando Moraes escreveu uma obra sobre o uso de burros e bestas como meio de transporte utilizado por considerável período de tempo no Espírito Santo provincial. No "[...] início do século XIX [...] os muares (burros e bestas) foram chegando aos poucos para atender a pequenas necessidades na Capital da Província e nos modestos lugarejos que iam surgindo à beira-mar ou a pouca distância para o interior [...]" (MORAES, 1989, p. 12). O primeiro Presidente da Província − Ignacio Accioli de Vasconcellos, fez oportuna observação no ano de 1828 sobre os meios de transportes existentes na Província, nos seguintes termos: "Os meios de condução são carros e bestas [...]" (VASCONCELLOS, 1978, p. 51 − P). Os "carros" eram carroças e os meios de transportes dominantes eram pequenas embarcações nos portos naturais marítimos e nos portos de rios, como no rio Santa Maria (essas embarcações eram conduzidas por escravos). Segundo Moraes (1989), em 1828 havia menos de 100 muares em todo o território espírito-santense. O uso de muares no Espírito Santo foi intensificado a partir do movimento migratório, inicialmente de italianos, que derribavam as matas para o plantio de café. Os muares

longas praias inóspitas, completamente desertas. O acesso (incluindo esse meio de transporte, lento, pois efetuado no lombo de animais) até os limites das duas comarcas, isto é, entre São Mateus e Itapemirim, era uma dentre as maiores dificuldades enfrentadas na época.

Dois anos depois, houve mudanças legislativas em relação à Comarca de Victoria, o que foi registrado no Relatório de 1850, nos termos seguintes: "A do centro, que comprehende a capital, villa do Espirito Santo, e as freguezias de Vianna, Cariacica, Carapina, e districto de Mangarahy [...]" (RELATÓRIO, 25 de julho de 1850, p. 13). Ao mencionar a "comarca do centro", o Presidente deixava claro que naquele ano havia três comarcas na Província: a de Victoria (centro), a de Itapemirim (sul) e a de São Matheus (norte). Contudo, os problemas de circunscrição judiciária das comarcas continuariam: o processo de supressão e agregação de vilas ou de freguezias à Comarca de Victoria não seria interrompido. Isso dificultava a gestão do que era denominado de a "cabeça da província", isto é, sua "Capital".

No ano de 1856, essa situação ficaria mais complexa: em se tratando de circunscrição jurídica, a Comarca de Victória só aumentava. Além da capital, da vila do Espírito Santo, das três freguezias[209] já mencionadas no Relatório de 1850 e de um distrito, o Presidente reiterou que "A Cidade da Victoria comprehende as freguezias de Carapina, Cariacica, Queimado e Vianna. A Villa do Espírito Santo comprehende um districto de paz na Barra de Jucú" (RELATÓRIO, 8 de março de 1856, Anexo nº 2). A Comarca de Victoria ganhou a freguesia do Queimado e o distrito de paz na Barra do Jucu. Serra e Nova Almeida permaneceram desmembradas. Todavia, no ano seguinte − em 1857 −, essa situação tornou-se ainda mais complexa durante uma gestão anual compreendendo um Presidente, um 2º Vice-Presidente e um 1º Vice-Presidente ao longo do mesmo ano. Ocorreu que em 13 de fevereiro de 1857 o Presidente passou seu Relatório (para o 2º Vice-Presidente) no qual consta uma circunscrição judiciária detalhada da Comarca de Victoria, a qual está composta pela "Capital", cinco vilas (entre as quais estão incluídas Santa Cruz, Nova Almeida, Serra e Linhares), três freguesias e quatro distritos (Barra do Jucu, Itapoca, Queimado e Mangarahy). No total, a comarca continha treze centros populacionais (RELATÓRIO, 13 de fevereiro de 1857a, p. 26). Essa situação, ao que sugere, foi alterada em 25 de maio do mesmo ano quando ocorreu um levantamento estatístico da população de toda a Província. As comarcas foram dividias em cinco termos: da Capital, da Serra, São Matheus, Benevente e Itapemirim. O "Termo da Capital" está composto pelo que foi generalizado e denominado de distritos, quais sejam:

---

seriam importante meio de transporte para o interior. Eles continuariam sendo úteis mesmo no Estado do Espírito Santo do período republicano, até a década de 1940 (MORAES, 1989).

[209] "Freguezia" era um termo jurídico utilizado para designar a divisão físico-geográficos entre municípios.

"Districto da Victoria, do Espírito Santo, de Vianna, de Cariacica, de Mangarahi e de Carapina" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1857b, p. 6). Isso não seria definitivo. Muito pelo contrário: a problemática persistiria e novas modificações viriam a ocorrer. Na administração do Presidente Pedro Leão Velloso − ano de 1859 − seria redefinido um novo quadro judiciário para a Comarca de Victoria, a qual passou a constar de três termos e doze distritos no total. A exposição logística a saguir facilita a compreensão dessa mudança:

Quadro 7. Divisão Policial[210] da Comarca de Victoria − Ano de 1859

Comarca de Victoria	**TERMOS**	**DISTRITOS**
	Capital	**Capital** **Espírito Santo** **Cariacica** **Vianna** **Mangarahi** **Rio-Pardo** **Carapina**
	Serra	Queimado Serra
	Santa Cruz	Santa Cruz Nova Almeida Linhares
Soma Total..... **12 Distritos**		

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Pedro Leão Velloso, Abertura da Assembleia Legislativa Provincial, maio de 1859 [Apenso A. Policial].

Entende-se que essa circunscrição judiciária da Comarca de Victoria, no ano de 1859, apresenta-se como sendo uma proposta visando certa estabilidade, ou uma busca de equilíbrio geopolítico entre as regiões[211] central, do norte e do sul da Província. Igualmente, essa divisão

[210] É importante compreender que essa "divisão policial" da Comarca de Victoria ocorria por ser o juiz de direito da "Capital" também o chefe de polícia e juiz dos feitos da fazenda. Essas funções eram acumuladas devido às precariedades dos cofres públicos, que seriam onerados caso fossem contratados profissionais para cada função, conforme está explicado no Relatório de março de 1848 do Presidente da Província (já mencionado acima).

[211] A divisão do Espírito Santo em três regiões geográficas − central, norte e sul − seria o resultado de notificações encontradas em documentos do período provincial, por exemplo. Nos Relatórios de Presidentes, era comum se fazer referência à "Capital" de Victoria como região central, ou "cabeça" da Província. Em pesquisas recentes sobre escravidão no Espírito Santo oitocentista, podem ser encontradas análises sobre essa divisão dos espaços geográficos locais. "A divisão da Província capixaba em região Norte, Sul e Central aparecem nos relatórios presidenciais quando se referem à Comarca de Vitória localizada no Centro, Comarca de São Mateus, ao Norte, e Comarca de Itapemirim, ao Sul da Província do Espírito Santo. A divisão policial da Província também mantinha essa mesma diferenciação espacial" (JESUS, 2009, p. 27). Um outro estudo, em que se pode encontrar registro esclarecedor sobre tal assunto, é a pesquisa de Costa (2013). No tópico 1.1 Aspectos Gerais da Região Central, pode-se deparar com a seguinte explicitação: "Convencionou-se, entre os historiadores capixabas, a subdividir a Província do Espírito Santo em regiões, a saber: central, norte e sul. [...] A subdivisão operada pelos historiadores não é arbitrária. Ela leva em consideração a própria delimitação espacial que os administradores e os homens da época identificavam e utilizavam" (COSTA, 2013, p. 27).

sugere uma busca de equilíbrio para a administração das condições político-econômicas da Província em acordo com os limites das finanças públicas. Percebe-se que a circunscrição judiciária da Comarca de Victoria não diminuiu, apesar da desagregação de vilas e distritos da região sul; mas, que em seu lugar foram agregadas vilas ou distritos da região norte, a exemplo de Santa Cruz, Nova Almeida e Linhares. Todavia, essa circunscrição judiciária seria desestabilizada em face de novas mudanças no ano de 1864. Num período de cerca de cinco anos, ocorreu a circunscrição judiciária de uma nova comarca: a de Reis-Magos. Porém, sua existência duraria pouco e, por razões cuja explicação entende-se ser desnecessária, em pouco tempo seria extinta. "Pela lei provincial n. 10, de 5 de Dezembro do corrente anno [1863], foi extincta a comarca dos Reis-Magos, annexando-se á desta Capital os municipios de Santa Cruz, Nova Almeida e Linhares" (RELATÓRIO, 21 de fevereiro de 1864b, p. 3). Até então, a Província continuava mantendo judicialmente as três comarcas de Victoria, São Matheus e Itapemirim. Para reforçar essa permanência, em outubro daquele ano de 1864, foi publicado o seguinte: "Durante o primeiro semestre do corrente anno [1864] houve nesta Provincia 9 sessões do Jury nas trez comarcas referidas, a saber: Victoria, Itapemirim e São Matheus" (RELATÓRIO, 3 de outubro de 1864c, p. 20). Em relação à Comarca de Victoria, eram os seguintes termos que faziam parte de sua circunscrição judiciária: Capital, Serra e Santa Cruz, o que estava em acordo com a circunscrição judiciária de 1859 (explicitado no quadro acima). No entanto, observe-se que essa modalidade resumida de apresentação da comarca, constando apenas da apresentação desses três termos, suscita questões tais como: se os distritos do Espírito Santo, de Vianna, Cariacica, Mangarahi, Rio-Pardo, Carapina, do Queimado, Nova Almeida e Linhares estariam todos aí inclusos, ou se apenas alguns deles. Num esforço para se melhorar o entendimento dessa problemática, consultaram-se dois Relatórios − o de um 1º Vice-Presidente e outro de um Presidente −, ambos referentes ao ano de 1865. No primeiro caso, foi possível constatar-se o seguinte: "Pela Lei Provincial n. 32 de 23 de Dezembro findo [1864], foi restabelecida a comarca dos Reis Magos − que pela Lei n. 10 de 5 de Dezembro de 1863 havia sido suprimida, addicionando-se-lhe agora o termo da Serra, que então pertencia á comarca d'esta capital" (RELATÓRIO, 8 de janeiro de 1865a, p. 8). Na sequência de sua exposição, o Vice-Presidente registrou que a "nova" comarca não havia sido ainda provida de Juiz de Direito, uma necessidade que foi de imediato comunicada ao Governo Imperial, visando receber ajuda financeira para prover a renascida comarca de Reis Magos. Já no segundo caso, constatou-se a existência de quatro comarcas na Província, sendo a quarta mais uma vez a recém criada comarca já referenciada acima. Pelo visto, ela não foi instaurada de modo definitivo, pois o Presidente, em sua comunicação, deixa claro que a questão continua

pendente: "A Provincia contêm actualmente quatro comarcas, comprehendida a dos Reis Magos, que foi restabelecida pela Lei Provincial de 23 de Dezembro de 1864 [...] mas que ainda se não póde considerar definitivamente installada, por não ter sido nomeado o respectivo Juiz de Direito" (RELATÓRIO, 26 de maio de 1865b, p. 10). Na Província, as leis (de âmbito local) eram incentivadas, sim. Entretanto, se não havia o dinheiro para pagar os profissionais − Juízes de Direito, as vontades permaneciam no papel. Em suma, a comarca de Reis Magos não foi "instalada" pelos motivos sobejamente já expostos acima.

Os debates político-administrativos em torno dessa pauta, isto é, da redefinição policial e judiciária da comarca da "região central", continuariam por considerável período de tempo na Província. Percebe-se que as discussões giravam em torno da preservação hegemônica de Victoria como sendo a "Capital" administrativa da denominada "região central". Embora esse assunto já tenha sido abordado, de modo sumário, numa nota de rodapé, tendo-se citado parte das pesquisas de Jesus (2009) e de Costa (2013) − este cita o estudo daquela −, vale reforçar que as discussões em torno da criação e administração político-judiciária de uma "região central" estiveram na ordem do dia durante décadas. A "região central" não fazia parte apenas do imaginário político-administrativo local: ela era o cerne de projeto econômico-estratégico da cultura desenvolvimentista espírito-santense. Nos Relatórios e Falas de Presidentes e de Vice-Presidentes estão explícitos, não apenas na forma de notificações, discursos políticos em favor da geração e fomentação político-econômica desse pólo central, cuja efervescência foi mais evidente nas décadas finais − de 1860, 1870 e 1880 − do período provincial. Fica óbvia a queda hegemônica da economia cafeeira de Victoria ante a ascensão do surto do café em Cachoeiro de Itapemirim (ALMADA, 1984; BITTENCOURT, 1987; SALETTO, 1996). Daí a importância da supremacia da "região central". Em defesa e reforço da "região central", no ano de 1882, o Presidente propôs em seu Relatório a mudança da "Capital" para uma região central da Província, sem no entanto abandonar a ilha, considerada importante do ponto de vista econômico e estratégico para o escoamento de riquezas. Sua fala é prolongada e o seu projeto muito arrojado para a época. Não há uma perceptibilidade dispensada para questões de ordem política, religiosa e cultural relativas às populações da "região central". Reproduzem-se algumas passagens de seu discurso, conforme excerto abaixo:

> Estou convencido de que a mudança da Capital da Provincia é uma necessidade inadiavel, não só pelo futuro desenvolvimento d'esta Provincia, como pelas condições hygienicas que deve ter toda a Cidade destinada a ser o centro d'uma agglomeraçao de população mais ou

> menos numerosa. Com a prosperidade que as duas estradas de ferro projetadas, os engenhos centraes e a navegação directa tragão infalivelmente a esta rica parte do Imperio, a Cidade da Victoria, situada na encosta d'uma montanha, apertada pelo mar em uma estreita lingua de terra, despida de condições que possam oferecer o confortavel á sua população e os melhoramentos materiaes que são a baze de todo o progresso intellectual e moral, como nos ensina a sã philosophia, a Cidade de Victoria não mais poderá continuar a ser a Capital da Provincia [...] Sou avesso a idéa de collocar a nova metropole na Villa do Espirito Santo ou em outro qualquer ponto do vasto estuario, doca natural de que é dotada esta zona da provincia. [...] A futura Capital do Espirito Santo deve ser collocada em um ponto central da provincia, em lugar que mais apropriado fôr, communicando-se por meio de via-ferrea com o porto da Victoria, que será sempre o entreporto do commercio de toda a provincia. [...] A collocação da Capital no centro activará o desenvolvimento da provincia e regularisará melhor a circulação das idéas e dos productos. E' a minha opinião, que o futuro se encarregará de approvar ou de reprovar (RELATÓRIO, 9 de dezembro de 1882c, p. 16-17).

Por meio da transcrição acima, quer-se registrar que a "região central" foi naturalmente uma "invenção" dos próprios gestores da Província em conjunto com os outros poderes locais. No ensejo dessa "invenção", a sugestão de projetos inviáveis, como a mudança da "Capital" para uma região central do território provincial, reforça a hipótese segundo a qual se deveria manter o *status* político-econômico da já estabelecida "região central". O aludido projeto, tardio, por ter sido pensado em fins do período provincial, em nada descaracterizava a já instaurada "região central", mas reforçava e preservava a hegemonia que ela representava há bastante tempo. Assim, diante dessa situação da instabilidade de circunscrição judiciária da Comarca de Victoria, o pesquisador tem certa dificuldade para eleger o espaço judiciário circunscrito como apoio do objeto de seu estudo. Foi essa barreira aparentemente fechada que serviu de motivação e permitiu se pensar do modo seguinte: no intuito de encontrar respaldo para ter-se às mãos uma circunscrição judiciária menos policial e ou politizada da Comarca de Victoria, a qual deva servir de base para atender às necessidades metodológicas e de natureza demográfica desta pesquisa, recorreu-se a dados estatísticos sobre a comarca da "Capital", em conjunto com suas populações escravas disponíveis no Recenseamento do Brasil de 1872. No ensejo, é importante saber que esses dados foram originalmente adquiridos pelas comissões do Censo de 1872 nas paróquias da região central do Espírito Santo. Como resultado dessa primeira iniciativa, pôde-se elaborar o quadro da Comarca de Victoria, contendo seu conjunto de municípios e também de freguesias, o que se pressupõe ter sido definitivo para a efetivação do recenseamento de âmbito local. Mais adiante, retomam-se os mesmos resultados para a feitura de tabelamento estatístico-demográfico da população escrava residente nos espaços circunscritos à comarca da "Capital". Na sequência, apresenta-se um quadro esclarecedor, menos empírico, menos politizado, sobre o assunto em apreço:

Quadro 8. Circunscrição Judiciária da Comarca de Victoria, com base nos dados do Recenseamento do Brazil de 1872

	MUNICÍPIOS	F R E G U E Z I A S
C o m a r c a de Victoria	**V i c t o r i a**	Nossa Senhora da Victoria São José do Queimado São João de Cariacica São João de Carapina Santa Leopoldina
	Vianna	Nossa Senhora da Conceição de Vianna Santa Izabel
	Espírito Santo	Nossa Senhora do Rosário do Espírito Santo
	Serra	Nossa Senhora da Conceição da Serra
TOTAL I = 4 Municípios		TOTAL II.....9 Freguezias

Fontes: Recenseamento do Brazil de 1872 − IBGE/RJ
CAMPOS, Adriana Pereira. Tese de Doutorado: Nas Barras dos Tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX, 2003 − UFRJ

A despeito dos esforços direcionados para se estabelecer um quadro seguro e distinto da instabilidade político-administrativa na definição da Comarca de Victoria, as discussões locais sobre a problemática não seriam interrompidas. Cerca de dez anos se passariam, caso se leve em conta o Relatório de 26 de maio de 1865, para que o assunto voltasse a ser motivo de discussão político-judiciária e, ao longo desse período de tempo, os debates em torno da velha problemática relativa à circunscrição judiciária definitiva da Comarca de Victoria (e de outras comarcas da Província) viriam à tona. No Relatório de 1874, o Presidente noticiou o seguinte: "Seis são as comarcas, em que actualmente se divide o territorio da provincia, a saber: Capital, S. Matheus, Conceição da Serra, Iriritiba, Itapemirim e Santa Cruz. A installação d'esta ultima verificou-se no dia 15 de fevereiro do anno corrente" (RELATÓRIO, 29 de abril de 1874a, p. 6). Nesse documento não foram encontrados registros esclarecedores sobre uma circunscrição judiciária específica da Comarca de Victoria, nem das outras cinco comarcas. Todavia, nota-se de imediato a retirada do município da Serra. Ficam, assim, patentes as dificuldades que o pesquisador tem de enfrentar sempre que esse tipo de impasse ocorre. Entretanto, isso não significa a entrada em um beco sem saída. A apresentação do Quadro 7 acima permite a continuidade, com segurança, da pesquisa, tanto no que se refere à extensão da circunscrição judiciária da Comarca de Victoria quanto aos dados estatísticos sobre as populações escravas nela existentes. Esses dois suportes permitirão que se faça uma breve,

mas concisa, demografia da população escrava residindo nos espaços da "região central". Assim, levam-se em conta o conteúdo do Quadro 7 (os 4 municípios e as 9 freguesias) como aporte para a feitura dessa importante para da pesquisa. O estudioso não pode se deixar cercar pelos "limites" que por ventura venham-se impor, no que até então permanece em um estado de "invisibilidade" na historiografia local: adoecimento e mortalidade de escravos na segunda metade do século XIX, na Comarca de Victoria.

IV.2 Na "Capital" da Província: meio ambiente, miasmas e precariedades da salubridade pública

Estudos sobre meio ambiente, higiene e limpeza pública no Brasil do século XIX são poucos. Nas raras pesquisas encontradas sobre o saneamento das cidades oitocentistas, por exemplo, têm-se como base os relatos de viajantes naturalistas, entre outros[212]. Naquilo que se refere particularmente a uma higiene pessoal e socioambiental, é comum afirmar-se que ao longo de todo o Oitocentos o Brasil Império caracterizou-se por suas paisagens urbanas de sujeira generalizada, de imundície no sentido realista do termo (BUENO, 2007). Essa situação no "império da imundície" em pouco ou nada seria alterada no decurso da aludida centúria. A comparação das anotações e observações de viajantes de diferentes épocas sobre problemas socioambientais e, mormente, sobre a falta de higiene na "Capital" do Império permitiu a Bueno (2007) concluir que a situação permaneceu praticamente a mesma durante todo o século XIX. Em geral, a maneira como os habitantes do Rio de Janeiro, incluindo os escravos, lidavam no dia-a-dia com as questões de higiene nos espaços recônditos de suas próprias moradias ensejava a geração de problemas de ordem socioambiental, o que, por seu turno, impactava diretamente no meio ambiente de toda a cidade. No seu conjunto, tais ações contribuíam para minar a saúde das populações, sobremaneira daquelas menos privilegiadas, como as camadas pobres e periféricas da sociedade. Em relação às populações escravas, havia aqueles encarregados da higiene das casas, limpeza das calçadas, das ruas, de praças, das praias, entre outros tipos de espaço público ou privado. Nesse caso peculiar, tal situação era

[212] Na segunda metade do século XIX, houve ações e mesmo tentativas direcionadas para a implantação de um sistema de saneamento nacional. Porém, algum tempo ainda seria necessário para que a primeira comissão técnica surgisse. Ela foi formada por "[..] um grupo de engenheiros que compuseram a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense no início do século XX, exatamente no período compreendido entre 1910 e 1916" (FADEL, 2009, p. 15). Apesar dos esforços dos técnicos do século XIX, reforça-se que somente no início do século XX instaurou-se de modo efetivo a comissão que se utilizaria "[...] de recursos orçamentários públicos, visando traçar caminhos de intervenção técnica no meio ambiente, especificamente nas bacias hidrográficas que tornavam a Baixada Fluminense, à época, um espaço social marcadamente insalubre e desvalorizado. Durante anos, o impaludismo na região foi a razão de ser dos projetos de intervenção elaborados por engenheiros de renome nacional" (FADEL, 2009, p. 15).

crítica por terem os cativos contato direto com a sujeira, ou com a "imundície", o que contribuía para agravar, às vezes de modo irreversível, a saúde dessa classe vulnerável às enfermidades oportunistas; e quando doentes, o tratamento para a recuperação de sua saúde era quase sempre precário. Na "Capital" da Província, o problema relativo à higiene de espaços privados e à limpeza dos espaços públicos − ruas, ladeiras, praças ou praias − não poderia ser diferente. Assim como no Rio de Janeiro, em Victoria, guardadas as devidas proporções estatísticas das populações e da urbanidade locais, as doenças também eram fomentadas devido aos maus tratos dispensados ao meio ambiente pela população em geral. O trabalho de limpeza sob a responsabilidade do escravo, obrigado a lidar com situações diárias, ou semanais (pois dependia das variações do tempo), era, apesar das consequências funestas, a forma de saneamento básico existente e eficiente voltada para a questão de higiene dos espaços, sobretudo privados, que as pessoas em geral sujavam. Numa "Capital" de Província, em que a "imundície" era cenário dominante, deve-se esclarecer que o escravo, em contato direto com dejetos humanos, por exemplo, estava literalmente predestinado a lidar com essas situações em que sua saúde era colocada em risco a todo instante. No processo de elaboração deste tópico, retoma-se o assunto e aprofunda-se a abordagem sobre essa questão.

As primeiras observações feitas sobre aspectos socioambientais e de saneamento de Victoria do século XIX podem ser atribuídas ao Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho e ao viajante botânico e naturalista Auguste de Saint-Hilaire. O primeiro personagem fez duas viagens ao Espírito Santo − a primeira em 1812 e a segunda em 1819. Durante suas duas visitas feitas ao que ele denominou de "Freguesia da Victoria", resumidas observações sobre esse tema foram anotadas em seus papéis manuscritos. Apesar de o bispo ter como objetivo fazer anotações a partir de suas vivências religiosas na "Capital" do Espírito Santo de fim do período colonial, ele não deixou de registrar suas impressões sobre o local, para quem "[...] a vila é das mais antigas do Brasil, e agradavelmente situada em anfiteatro no declive de um monte, e fronteira a uma funda baía [...]" (COUTINHO, 2002, p. 124). Essa impressão do religioso mudaria em face de outros olhares para os quais a Vila de Nossa Senhora da Victoria estaria impedida de crescer, de expandir-se, justo por estar ela imprensada entre a montanha e o mar. O que era uma posição privilegiada e arquitetada na forma de um anfiteatro, protegido pela montanha e pelo mar, se tornaria em problema de grandes proporções na segunda metade do século XIX (e no século seguinte), conforme explicitações adiante. Essa observação de caráter edênico não impediria o bispo de ser realista em suas anotações feitas sobre o meio ambiente e o povo, considerado, de modo implícito, incapaz de ter noções sobre higiene e de cuidados com o ambiente no local onde habitava. Em 1812, ele pontuou: "Esta vila tem um

certo ar de tristeza [...] prova de grande pobreza da terra: e eu a conheci ainda mais pela aluvião de mendigos que me perseguiam em casa e pelas ruas [...]" (COUTINHO, 2002, p. 114-115). "Mendigos em aluvião" quer dizer pessoas em grande quantidade numérica e em estado de muita pobreza, de miséria. Em vez de receber as tradicionais esmolas, o bispo teria ido pessoalmente visitar as casas desse tipo de população e dado de esmolas cerca de "duzentos mil réis". Esperava-se que o religioso fizesse comentários sobre as condições de moradia desses mendigos. Não os fez. Por outro lado, ele observaria o grande número de ilhas e destacaria a maior dentre todas − a ilha de Victoria −, enfatizando a beleza da vila assentada na forma de anfiteatro grego, conforme já mencionado, entre o mar e a base da montanha. Dessa vez, seu olhar seria mais acurado sobre o que se lhe parecia edênico por fora, a partir de uma perspectiva de distância que permitia ver apenas a parte exterior de uma vila que se mostrava diferente quando se adentrava seu interior. As muitas casas nobres, algumas de dois ou três andares; as igrejas com suas torres, entre as quais se sobressaía o "magnífico colégio dos jesuítas", tudo isso estava emoldurado por montes, rochedos, arvoredos, o que compunha um conjunto de natureza pictórica, ao qual se poderia acrescentar uma "natureza arrogante e impostora" que estava assentada do outro lado do canal ou baía de Victoria. Porém, ao mudar de perspectiva e adentrar a vila, a situação era outra: "Mas o interior não corresponde, porque as ruas são tortas e estreitas, as casas velhas, e os capixabas pobres e feios [...]" (COUTINHO, 2002, p. 116). Essa impressão do bispo sobre o meio ambiente local é demasiado resumida e mesmo superficial quando confrontada com as observações de outros olhares à época.

O segundo personagem era francês e fez uma viagem ao Espírito Santo em 1818. Seu interesse era a exuberância da botânica local − olhar ávido por querer descobrir o exotismo do mundo tropical (do vegetal sem deixar de observar o mundo animal) em benefício da ciência enciclopedista e iluminista de então. Esse botânico e naturalista não encontrou impedimentos ao fazer suas observações, sobre assuntos os mais diversos, quando esteve em Victoria. Desde o olhar sobre os escravos e a relação destes com seus senhores, detectando tipos de moradia dos cativos, sem deixar de fazer suas anotações sobre a Vila da Victoria, foi de seu interesse. Enquanto naturalista, sua percepção sobre questões de ordem ambiental, socioambiental e de higiene pessoal diferem um pouco das notificações do bispo D. Coutinho. Isso permite que se afirme o seguinte: numa época para a qual as fontes sobre tal assunto são escassas, os dois olhares se complementam. Seu registro sobre o fato de que muitos rios se lançavam na baía de Victoria, com destaque para o rio de nome Santa Maria, apresenta-se como revelador. O olhar desse naturalista sobre tal particularidade geográfica é bem pouco observada pelos estudiosos locais quando a questão é descrever a baía de Victoria e localizar a vila como assentada em

uma ilha circundada por rios que em suas fozes conjuntas rodeavam-na na modalidade de um harmonioso encontro com o mar. Depois de fazer suas anotações sobre as paisagens que circundam a ilha, o botânico se manifesta sobre suas impressões a respeito da vila, que para ele "[...] ocupa o dorso de uma colina pouco elevada; apoiada ao monte de forma variada [...] As ruas de Vitória são calçadas, porém mal; têm pouca largura, não apresentam qualquer regularidade" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 45). Outras anotações sobre Victoria, tais como a ausência de praças, sem porto, suas praias e seu lamaçal suscitam questões que contrariam notificações de outros observadores. A maioria dos estudiosos citam um porto natural aos "pés" da ilha. O que seria um porto para esse botânico pode bem diferir das definições fornecidas por aqueles que viam nas profundezas da baía o que ele não reconhecia como tal. Um exemplo é o desenho denominado de "Perspectiva da Villa de Victoria/Capitania do Espírito Santo", da autoria de Joaquim Pantaleão Per.ª da S.ª/Anno de 1805, apresentado no início deste capítulo − algo que configura Victoria como se fosse uma vila mediterrânea. Isso contraria o que Saint-Hilaire (1974) percebeu no ano de 1818 e vice-versa.

> [...] A vila de Vitória não tem cais; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terreno sem construção, que tem sido reservado para embarque de mercadorias. A cidade também é privada de outro tipo de ornato: não possui, por assim dizer, qualquer praça pública, pois a existente diante do palácio é muito pequena, e com muita condescendência é que se chama de praça a encruzilhada enlameada que se prolonga da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a praia. Há, na Vila da Vitória, algumas fontes públicas, que também não concorrem para embelezar a cidade, mas, pelo menos, fornecem aos habitantes água de excelente qualidade (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 45).

O conteúdo da citação acima pode, sim, servir como complemento de percepções outras que não eram de botânicos nem de naturalistas. O que o viajante francês pontua sugere uma perceptibilidade estético-arquitetônica a exemplo do que ocorria em Paris[213] de início do século XIX. Um porto francês à época teria de resultar da engenharia humana e não de uma engenharia natural; uma praça em Paris era a concretização de um pensamento artístico e não

[213] No que diz respeito à higiene, privada ou pública, ao saneamento e salubridade básicos e a políticas públicas voltadas para a melhoria e preservação do meio ambiente urbano, visando a diminuição de condições favoráveis ao surgimento de doenças e minoração da saúde humana, a cidade de Paris é citada como modelo para os tempos modernos. Galvão et al. (ca. 2010) produziram um trabalho acadêmico-científico, ou técnico-monográfico, sobre a gestão de "Águas Urbanas na França". Para esses pesquisadores, "De todas as cidades do mundo é Paris que possui atualmente o maior sistema de esgoto e melhor adaptado às exigências de higiene. [...] Todas as galerias (localizadas sob as vias) que drenam as ruas e os edifícios formam uma segunda Paris subterrânea [...] Essa rede subterrânea demorou vários séculos para ser construída (GALVÃO et al. ca. 2010, p. 3). Até aproximadamente fins do século XVIII e início do século seguinte, as populações de Paris sofreram todos os reveses das epidemias, das doenças endêmicas decorrentes da falta de higiene, de saneamento básico e, finalmente, da falta de políticas públicas operantes em defesa do meio ambiente e relações socioambientais. A história do terror das epidemias e das endemias na França e, mormente, em Paris, onde a concentração populacional era grande, pode remeter o estudioso à Idade Média. No século XIX, a situação mudaria e, por volta de meados do Oitocentos, a prevenção de enfermidades decorrentes da má higiene, da sujeira privada, das ruas e da cidade como um todo, aumentou de modo considerável. Assim, a capital da França, vale ressaltar, viria a servir de modelo para o resto do mundo.

algo sumário e próximo de um lamaçal; as fontes de Paris eram obras de arte arquitetônicas que serviam mais para embelezar a cidade do que para servir à saciedade humana. Curioso que a praia e não a baía portuária servia para o desembarque de mercadorias. Os mangues, tidos como se fossem lamaçais − que à época eram em números muito maiores em torno das ilhas que compunham a Victoria de fins do período colonial − não chamaram tanto a atenção do cientista (o que para ele teve, provavelmente, outros significados). Deve-se ter em mente que o botânico Saint-Hilaire não estava isento da influência de sua formação iluminista e enciclopedista francesa. Como naturalista, ele foi prático defensor de saberes médicos com fundamentação neo-hipocrática, o que estava em conformidade com o conhecimento do povo espírito-santense, detentor de saberes sobre o assunto em âmbito local naquela época.

Se a Victoria da segunda década do século XIX tinha ares de tristeza, um povo pobre, feio e mendigos em números de "aluvião", não se teria como justificar a riqueza escrava da Capitania em 1812, ano em que se contabilizou o número de aproximadamente 12.100 cativos para uma população de 11.900 livres, totalizando o número de 24.000 "almas". Percebe-se que a população escrava era superior à população de pessoas livres (DERENZI, 1965). Ainda de acordo com registros desse autor, no ano de 1818 contabilizava-se o mesmo número de 12.100 escravos para um total de 24.587 "almas". A população de livres subiu de 11.900 no ano de 1812 para 12.487 livres no ano de 1818. Dito de outro modo: de 1812 a 1818, a população livre foi acrescida do número de 587 pessoas, o que corresponde a um aumento de 5% no decorrer de 6 anos. Em relação à população escrava de 12.100 no ano de 1818, ela correspondia a 95,3% quando comparada à população livre. A estabilidade populacional de 11.900 escravos durante o período de 1812 a 1818 pressupõe a manutenção de uma riqueza estável durante cerca de 6 anos. Isso contradiz em parte as pesquisas de Merlo (2008), para quem o período de 1810 a 1819 foi marcado pela oferta acelerada de africanos seguida, como seria de esperar, pelo fomento no processo de compra e venda de escravos em face da pressão dos ingleses pelo fim do tráfico de africanos para o Brasil. Ora, o auge da compra e venda da mercadoria africana corresponderia ao período de entre 1820 e 1830. Com isso, quer-se esclarecer que nos anos em que Don Coutinho − anos de 1812 e 1819 − e Saint Hilaire − ano de 1818 − estiveram na Victoria, havia uma certa movimentação local que os visitantes ou não se interessaram ou foram cautelosos em suas observações por questões de ordem político-religiosa, no caso do primeiro visitante (a Igreja[214] não era contra a escravidão de africanos), e

[214] Informa-se que nas relações da Igreja com o Estado, e vice-versa, a escravidão de negros, ou de africanos, era aceita e, como tal, oficializada desde as primeiras incursões de Portugal pelas costa da África. Esse assunto já foi abordado, na forma de uma resumida narrativa, no Capítulo III. Para os interessados no aprofundamento dessa

de ordem ideológico-antiescravista, no caso do segundo visitante, um defensor do iluminismo na forma de liberdade dos povos, incluindo os escravos. No caso do segundo visitante, pode ser observado ainda o seguinte: "A população de Vitória subia, em 1818, a 4.245 habitantes, dos quais cerca de 1/3 de escravos e pouco mais de 1/4 de brancos" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 47). Com base nesse depoimento, a população escrava na Victoria no ano de 1818 era de 1.415 escravos, o que correspondia a um percentual de cerca de 33,3% do total populacional. Não se tem como justificar os dados demográficos fornecidos pelo referido viajante. O Estudo de Merlo (2008) aponta para perspectivas de fomentação do tráfico em Victoria de 1818.

Postas essas considerações sobre as características geográficas da ilha onde se fundou a "Capital" da província, sobre as primeiras impressões notificadas a respeito da precariedade da higiene e das deficiências da salubridade pública e de sua população escrava, na sequência deste estudo apresentam-se aspectos do meio ambiente e das relações socioambientais locais, do comportamento das pessoas em relação a higiene privada e pública, destacando-se o papel dos escravos no processo de limpeza das casas, das ruas e das praias da cidade. Para que tal narrativa seja levada a termo, entende-se ser importante considerarem-se alguns aspectos da paisagem urbana local, especificamente no que concerne ao saneamento e à salubridade de Victoria na segunda metade do século XIX. Como suporte facilitador da narrativa histórica, faz-se uso de métodos auxiliares como o comparativismo e a microanálise[215] em história, objetivando-se uma aproximação da realidade e, assim, viabilizar o máximo de entendimento sobre o que ocorria nas práticas socioambientais locais.

No Brasil Império, o meio ambiente nos espaços urbanos não receberam os cuidados devidos, inviabilizando o exercício de práticas de um viver saudável entre homem e natureza. Em geral, as pessoas não tinham percepção de que muitas de suas ações em relação ao meio ambiente contribuíam para sujar as cidades e gerar espaços insalubres. Não havia políticas públicas ambientalistas; também não havia preocupação por parte do governo em fomentar a criação de empresas, instituições técnicas, compostas de pessoal profissional capacitado para

---

questão, recomendam-se os livros de Charles R. Boxer − "A Igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)"; e de Alceu Kuhnen − "As origens da Igreja no Brasil (1500-1552)".

[215] O suporte microanalítico é aqui tomado para facilitar a construção de uma narrativa sobre particularidades cujo acesso é quase sempre via testemunho do homem dominador, do senhor dono ou possuidor de escravos. Em face da impossibilidade para se escrever uma história "vista de baixo", isto é, a partir do testemunho do dominado, do escravo possuído como objeto, tenta-se aproximar de realidades a partir dos registros encontrados nas fontes, ou documentos, em que se encontram passagens peculiares de vidas "minúsculas" de negros cativos que fizeram parte da denominada "grande história", ou seja, da história construída pelos dominadores. Em acordo com o que é postulado por meio da microanálise, "O problema aqui não é tanto opor um alto ao baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise − ou, como muitas vezes se dirá [...], da escala de observação − em que escolhemos nos situar [...]" (REVEL, 1998, p. 12).

cuidar da limpeza − do saneamento básico − ao redor e, sobretudo, dentro dos espaços das cidades, conforme já se mencionou acima. No início do século XIX, "[...] na Holanda e na Alemanha o poder público [já tinha] começado a transformar as questões de higiene privada em caso de saúde pública [...]" (BUENO, 2007, p. 39). Na Europa do segundo quartel do Oitocentos, as questões ambientais já faziam parte de políticas públicas de muitos governos, os quais demonstravam suas preocupações com o saneamento de espaços privados e urbanos. Já no Brasil da mesma época, os problemas de insalubridade privada e urbana aumentavam.

> Em 1829, a França intensificou o combate à poluição das águas criando leis que previam punições, como prisão ou multa, para quem lançasse produtos, resíduos que levassem os peixes a morte. Nesta época também se iniciou a implantação do saneamento, bem como sua administração e legislação em conjunto com outros serviços públicos (BARROS, 2018, p. 3).

Sabe-se que o conjunto de maus-tratos e descaso para com o meio ambiente enseja uma série de problemas relacionados à sujeira, à imundície (poluição ambiental), viabilizando, de modo inevitável, o surgimento de locais propícios às doenças e ao adoecimento das pessoas. O exemplo já oferecido acima sobre a sujeira na Capital do Império permite imaginar-se que nos demais espaços urbanos nacionais a "imundície" era parte natural dos cenários locais. Victoria não foi exceção à regra. Porém, antes de se adentrar nos recônditos paisagísticos da sujeira local, entende-se como sendo oportunas as denúncias de um comerciante sobre os descasos para com o meio ambiente na Corte. Trata-se de John Luccock (1770-1826), um inglês interessado em fazer negócios no Brasil, que aqui residiu no período de 1808 a 1818. Não era um simples comerciante apenas: escreveu sobre suas experiências no Brasil e entre suas anotações chamou-lhe a atenção a sujeira e os maus odores no Rio de Janeiro. Em 1820, ele publicaria seus escritos na Inglaterra, o qual seria traduzido no Brasil somente em 1975 com o título de "Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil". Na obra de Luccock (1975) podem ser encontradas descrições, com riqueza de detalhes, sobre a falta de higiene na cidade, desde o interior das casas, nas calçadas, ruas, largos, rios e praias. Muito observador, esse comerciante fez anotações sobre as temperaturas altíssimas do verão carioca, tendo anotado temperaturas máximas na casa dos 50 graus centígrados nas ruas da cidade e de 35 graus centígrados no interior das residências. A higiene e o meio ambiente pode ser assim resumido: Nos recônditos das residências do Rio de Janeiro havia uma grande "tina" (barril feito de madeira) que era utilizada como reservatório para receber todas as imundícies, dejetos humanos, entre outros tipos de refugos. Esse recipiente era enchido ao longo do dia e à noite os escravos retiravam do interior das casas e levavam

para fazer despejo geralmente nas praias. Havia casos em que a "tina" recebia excrementos humanos durante uma semana, ao final da qual era retirada pelos cativos e levada até um determinado destino onde era feito o despejo. Quando chovia, ou como o próprio autor descreve, "quando caía aquele aguaceiro" (característico do clima tropical), as pessoas se aproveitavam da correnteza e despejavam o conteúdo desses barris em plena rua: toda essa imundície escorria ladeira abaixo até chegar a um local, como nos alagadiços, onde se acumulava. O mais curioso era que nem em todas as casas havia essas "tinas", o que dá a entender que possuir um barril em casa para se depositar os excrementos humanos era coisa de rico. Havia, sim, muitas casas onde a higiene pessoal era feita na hora e logo em seguida os dejetos eram jogados no pátio, onde eram formadas as "montoeiras mais repugnantes do que é possível uma imaginação limpa fazer ideia". Luccock (1975) não era tão somente um comerciante, pois as questões mínimas de saneamento básico eram motivo de sua acurada observação. Ele percebia que a sujeira ia-se amontoando em vários pontos da Capital imperial, contribuindo para o surgimento de insetos (e de miasmas) e propiciando o aparecimento de doenças as mais diversas. Curioso que toda as populações da cidade conviviam naturalmente com essa situação. Quando questionadas, elas diziam que as próximas enxurradas, próprias do clima tropical, cuidariam da limpar a cidade. Havia ruas, becos, os terrenos baldios, rios e as praias onde se acumulavam camadas espessas as quais o autor denominou de "abominações sempre frescas". Não havia banheiros, não havia lixeiros, nem varredores de ruas, nem autoridades públicas preocupadas com a sujeira geral da cidade. Havia, sim, a mão-de-obra escrava − os denominados "tigres" − que cuidavam da limpeza das residências de seus senhores, sem que estes se preocupassem com a saúde daqueles que eram expostos à contaminação quando tinham contato com os dejetos (LUCCOCK, 1975).

É importante realçar o fato histórico de que o comerciante inglês John Luccock (1770-1826) morou por dez anos no Rio de Janeiro, no período de 1808 a 1818 − início do século XIX. Seu livro foi publicado na Inglaterra no ano de 1820. Suas observações sobre higiene e o estado sanitário da cidade do Rio de Janeiro condizem com o período de transição do Brasil de fins do denominado período joanino[216] − 1808 a 1821 − e início do Brasil monárquico. A partir desta observação, tem-se como interesse o seguinte: quer-se saber se a falta de higiene e de saneamento na cidade do Rio de Janeiro teriam merecido a atenção do governo[217]; se

[216] O "período joanino" correspondeu à presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, sob a regência do príncipe D. João, entre 1808 a 1821 (VAINFAS, 2002).

[217] O governo ao qual se refere não é o do príncipe regente D. João. É verdade que no período joanino os projetos do Marquês de Lavradio, relativos ao meio ambiente, tiveram continuidade: houve a drenagem de

houve empenho e procedimentos orientados para a diminuição dos riscos advindos do conjunto de descasos para com o meio ambiente, sabidamente prejudiciais à saúde de todas as camadas das populações cariocas. Em busca de resposta para essa questão, encontrou-se no estudo de Bueno (2007) apoio que serve como esclarecimento tanto para a situação do Rio de Janeiro, como para Victoria e para os centros urbanos do Brasil imperial, ao longo do século XIX. Esse autor relata que cerca de meio século depois do tempo de residência do comerciante inglês no Brasil, em 1860 o escritor francês Charles Expilly (1814-1886) fez observações sobre os mesmos problemas da falta de higiene e de saneamento básico na então Capital do Brasil Império. A situação não mudara e pode-se aventar a hipótese de que, concomitante com o crescimento populacional e econômico do Rio de Janeiro, aquelas questões pontuadas por Luccock (1975) se agravaram. Em suas andanças pela cidade, Charles Expilly sentia repulsa ao respirar odores de caráter nauseabundo. Isso teria aguçado a curiosidade do escritor, que se viu impulsionado a buscar e descobrir as causas de odores tão fétidos. Confira-se:

> Ao percorrer a cidade, Expilly encontrou a explicação para o fedor: "As casas do Rio, construídas em terreno úmido, não têm fossas. Todos os detritos domésticos são atirados de qualquer maneira em barris que à noite os escravos despejam no mar. Dá para adivinhar a natureza das emanações que exalam esses barris durante o dia, em meio a terríveis calores que reinam no lugar. Por volta das seis da tarde, uma interminável procissão desemboca de todas as ruas e dirige-se a praia de D. Manoel. É o Rio de Janeiro começando o seu tratamento de limpeza. Os negros carregando o barril são como símbolo da cidade" (EXPILLY, apud BUENO, 2007, p. 38).

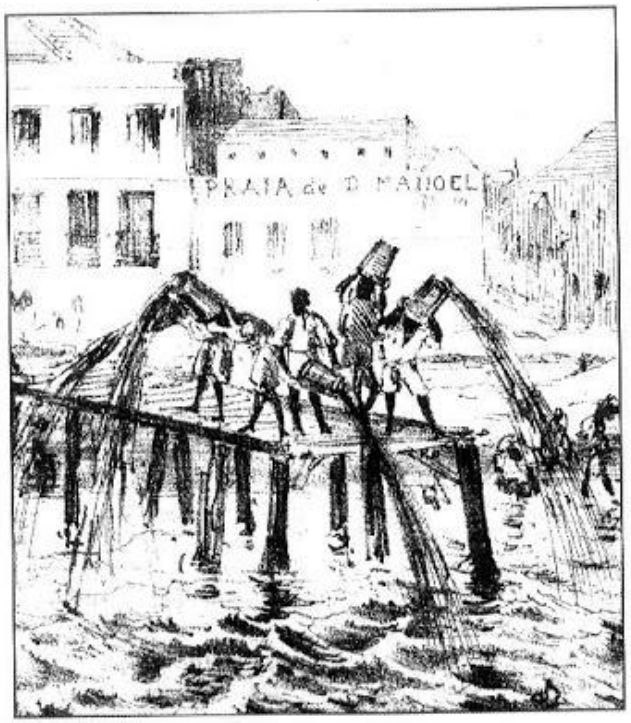
Os negros carregadores de barris de madeira eram chamados de "tigres" − os "tigres rajados", pois seus corpos eram rajados de dejetos humanos que escorriam dos barris[218]. O conteúdo desses barris, ou "tinas", era, segundo observações de estudiosos feitas às reações de viajantes estrangeiros (e mesmo de turistas), o mais repugnante que havia em toda a cidade: tratava-se de um conteúdo insalubre, pois era constituído de dejetos, de excrementos humanos já em estado de putrefação. A incumbência dos escravos era, pois, a de transportar das casas para a praia de D. Manoel esses excrementos (suor, urina, fezes, escarros, muco nasal, etc.) e despejá-los nas águas do mar. Certamente, o processo diário e constante de despejo desses despejos contaminavam a praia e contribuía para deixar a cidade vulnerável às doenças. O movimento das marés ajudava para que as águas espalhassem os dejetos pelas areias de outras praias e águas da baía que circunda o Rio de Janeiro: a Baía de Guanabara. Para se ter ideia de

pântanos e até alargamento de ruas (BUENO, 2007). O problema da falta de higiene e de saneamento básico aqui referenciados diz respeito ao tempo do Brasil Império − de 1822 a 1889.

[218] Por se tratar de um trabalho insalubre e como tal era prejudicial à saúde dos escravos chamados de "tigres", pois eles eram os responsáveis pela limpeza higiênica das casas, aborda-se esse assunto com acuidade adiante.

como esse trabalho "repugnante" de higiene da cidade acontecia (geralmente à noite), em uma revista da época, denominada de "A Semana Ilustrada", fez-se uma gravura, na qual aparece um grande número de escravos em cima de uma espécie de plataforma, que adentra a praia D. Manoel, onde os cativos estão representados com seus barris sendo emborcados na direção das águas, lugar de despejo dos dejetos. Abaixo, reproduz-se essa ilustração inusitada:

Figura 5 − Escravos no ato do despejo de dejetos humanos na Praia de D. Manoel, no Rio de Janeiro de 1861



Fonte: Gravura, A Semana Ilustrada − Rio de Janeiro, 1861

"O conteúdo da gravura fala por si mesmo", poderiam concluir os menos cautelosos ao fazerem suas análises. Todavia, não se tem como comprovar cem por cento a veracidade das representações contidas nela. Entre o provável excesso de informações e um nível baixo de cuidados dispensados a elas, busca-se o meio termo, um "lugar" plausível entre essas duas possibilidades aparentemente opostas ou contraditórias. Entende-se que uma e outra versão da realidade seria um modo diferenciado de representá-la. Busca-se, pois, uma possibilidade que permita a melhor proximidade possível e, por meio dela, adentra-se na cena. A microanálise pode ser utilizada como auxílio na busca do melhor "caminho" para se apreender um tanto do que ocorria nas casas, ruas, becos, alagadiços e praias de Victoria.

> Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentarmos apreendê-los por intermédio das estratégias

> individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornaram por isso menos importantes. Mas são construídos de maneira diferente (REVEL, 1998, p. 13).

Busca-se, de alguma forma, biografar a cidade. Por detrás de tal procedimento, tem-se maior interesse em biografar seus sujeitos, atores sociais. No caso específico desta pesquisa, esses sujeitos são os escravos e dentre eles, buscam-se aqueles responsáveis e obrigados a fazerem limpeza das casas, das ruas, dos bairros, das praias − da cidade como um todo. Nos estudos sobre o trabalho de escravos limpadores de sujeira doméstica, há sempre anotações sobre morbidades adquiridas a partir do contato com dejetos humanos em decomposição. Na Victoria oitocentista, pressupõe-se que essas práticas perniciosas de arranjos higiênicos, sob o encargo de cativos, deve ter sido frequente, deve ter feito parte da paisagem urbana local. Nos Relatórios de Presidentes não se encontraram referências diretas feitas ao trabalho de escravos "tigres". Entretanto, há, nesses documentos, considerável número de indícios sobre os cativos negros que eram os lixeiros (e também eram os garis), responsáveis pelo transporte de barris e do despejo, nas praias e rios, da "imundície" coletada nas casas de Victoria.

Entre meados do Oitocentos até o fim do período provincial, as discussões em torno da salubridade pública, do abastecimento de água potável, dos manguezais como sendo foco de miasmas, de saneamento, de uma certa preocupação com a saúde das populações em geral, enfim, fizeram parte das falas de quase todos os Presidentes. Por oportuno, reproduz-se breve passagem do discurso de 1882, já referenciado acima, no qual o Presidente em exercício recomendava a mudança da "Capital da Província" para o interior, isto é, para a denominada "região central". Entre os problemas considerados graves e que inviabilizariam o crescimento e progresso da cidade, foram mencionadas as más condições de higiene (ou a falta da higiene) em um centro urbano assentado numa "estreita língua de terra" espremida entre águas do mar e a encosta da montanha. Tal denúncia era um alerta para os problemas decorrentes da falta de limpeza urbana, o que aponta para necessidades básicas de saneamento, salubridade, higiene. O conjunto e exercício desses práticas interligadas entre si representava, segundo o ponto de vista do Presidente, "a base de todo o progresso intelectual e moral" de um povo. Havia urgência de um órgão responsável pelo serviço de limpeza pública, pois a população crescia e junto com ela a "imundície" também. Na Victoria de 1882, essas necessidades básicas para a saúde de pessoas convivendo no dia-a-dia eram "inadiáveis". Não obstante, o conteúdo daquele discurso não foi colocado em prática. No mesmo ano de 1882, o Presidente fez recomendações para a instituição de algum tipo de órgão responsável pela "limpeza pública" da "Capital", de suas praias, praças, dos chãos vazios, nos seguintes termos:

> Dando prosseguimento a lei provincial n. 14 de 8 de Maio do corrente anno [1882] resolvi, em data de 2 de Setembro ultimo, encarregar ao Inspetor das Obras Provinciais de colligir, de accordo com a Camara Municipal d'esta Cidade, os dados necessarios á organisação de um serviço de limpeza da mesma Cidade, suas praças e chãos vasios, bem como de organisar um plano para a decretação do serviço de limpeza publica da Capital, indicando as medidas mais convenientes para o melhoramento, desde já, d'este serviço. Este trabalho, que depende de estudo para sua confecção, ainda não me foi apresentado (RELATÓRIO, 9 de dezembro de 1882b, p. 32).

A data desse Relatório, fácil de se perceber, demarca o curto período da administração de um segundo gestor, dentre três gestores nomeados no mesmo ano de 1882. Como já se teceu comentários sobre os curtos períodos de permanência de Presidentes na Província do Espírito Santo, o que era prejudicial para o seu desenvolvimento, dispensam-se delongas aqui sobre tal fato. Porém, atenta-se para o descaso relativo à falta de um serviço de limpeza em Victoria de fins do período provincial. O Presidente deixa claro que o trabalho de saneamento local era deficiente (quase inexistente). Isso sugere que o serviço de higiene doméstica era, ao menos em parte, feita pelos escravos "tigres"; e que os denominados "chãos vasios" poderiam estar relacionados a espaços úmidos ocupados por sujeira, provavelmente por lixo formando monturos. As praças e os chãos sujos denunciavam a existência de sujeira em toda a "Cidade" que ocupava a "estreita língua de terra" entre montanha e mar.

Entre os procedimentos relacionados às análises de salubridade pública em Victoria, foi considerado com distinção, sem menosprezar outros problemas como o dos cemitérios, aquele relativo à frequência com que as autoridades locais mencionavam: os "miasmas". A despeito da precariedade no número de hospital ou de casas de caridade, de médicos, de cirurgiões, de vacinadores − ou daqueles que não eram nem médicos nem cirurgiões nem vacinadores, mas praticavam a medicina e eram considerados como "agentes públicos" (MATTOS, 1987) −, percebeu-se que os saberes próprios da medicina neo-hipocrática eram bastante conhecidos e eles faziam parte das práticas cotidianas na Victoria da segunda metade do século XIX. No processo de busca por material sobre tal assunto, encontrou-se considerável número de Relatórios presidenciais, em que há, por exemplo, relativa quantidade de registros sobre os incômodos e perigos dos "miasmas". Por oportuno, lembra-se que no Brasil oitocentista as práticas da medicina miasmática, baseada nos preceitos neo-hipocráticos, eram comuns[219]. Na Província do Espírito Santo, o telurismo e a corrupção

[219] No Brasil Império, operou uma elite de defensores da medicina tradicional baseada nos saberes hipocráticos e galênicos, o que deu origem às escolas neo-hipocráticas de forte inspiração europeia. No entendimento de Edler (2014), a rigidez dessa tradição médica imperial contribuiu para gerar uma crise profunda na profissão. Apesar das barreiras instituídas pelos protagonistas dessa tradição médica, é possível afirmar que "[...] a medicina

miasmática imperavam. Quer-se saber, pois, o que eram os "miasmas" ou as denominadas perturbações miasmáticas locais. Antes, porém, de se adentrar nesse assunto, é apreciável fazer-se uma abordagem sobre o que nem sempre é compreensível quando se trata de penetrar, por exemplo, no imaginário das doenças segundo entendimento dos indivíduos da Victoria oitocentista. Previamente, é necessário ter-se algum entendimento sobre as crenças das populações locais em trono da existência e da função invisível ou fantasmática dos "miasmas". Elas "sabiam" o lugar onde esses "inimigos" eram gerados e como de lá saíam para desassossegar as populações aquietadas pelas curas espirituais da Igreja, ou assistidas e medicadas por agentes com experiência nas "artes das curas"[220], ou assistidas por um "agente público" dono de botica. Os curandeiros não cobravam tanto pela "consulta", pois o objetivo maior era a manutenção da clientela, a preservação de seus espaços sociais. Isso lhes dava oportunidade para venderem seus comezinhos, remédios, como resultado final no fornecimento das receitas − baseadas em práticas de benzições e simpatias (NOVAES, 1964; FIGUEIREDO, 2002; NOGUEIRA, 2013).

No entendimento de Kury (1990), as questões relacionadas ao que ela denominou de "O Império dos Miasmas" estão todas política e socialmente interconectadas, podendo ser ainda classificadas a partir da concepção romântica da natureza brasileira, o que contribuía para o ideal de criação da nação. Isso era "[...] difundido pela classe senhorial, quando da construção do estado imperial [...]" (KURY, 1990, p. iv). Ora, tal postulação pressupõe pré-requisitos para que os "miasmas" fossem representados como operantes. Exemplo: um meio ambiente tropical desconhecido pelas pessoas em geral e conhecido por uma ciência baseada nos parâmetros de saberes neo-hipocráticos: ares, águas e lugares. A natureza de uma nação − isso envolve o caráter religioso, intelectual e moral de um povo cristianizado − teria de estar imbricada à natureza de doenças que ou eram próprias dos trópicos ou, se vindas de outras localidades, eram "tropicalizadas". Ares, águas e lugares do Brasil do século XIX formavam,

---

acadêmica desenvolveu-se na capital do Império, ao longo do Segundo Reinado, cultural e institucionalmente de maneira não homogênea, mas marcada por uma série de movimentos internos, geralmente associados a iniciativas particulares, que tenderam a transformar o conjunto" (EDLER, 2014, p. 188).

[220] Os estudos sobre escravidão e práticas de cura no Brasil não existem em números que deixem o pesquisador à vontade. Além dos trabalhos de Nogueira (2013) e de Barbosa (2014), recomendam-se duas obras específicas sobre o assunto, quais sejam: a) "A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais", da autoria de Betânia Gonçalves Figueiredo. "Os questionamentos com relação às práticas e aos rumos da medicina nos dias de hoje não se limitam àqueles que precisam submeter-se aos seus diagnósticos. Alguns pesquisadores perguntam-se pelos rumos da medicina ou da conhecida arte de curar desde os tempos de Hipócrates" (FIGUEIREDO, 2002, p. 15); b) "Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil", organizado por Tânia Salgado Pimenta e Flávio Gomes. "É preciso considerar a assistência à saúde oferecida no Rio de Janeiro do Oitocentos, quando a maior parte dos indivíduos procurava auxílio terapêutico fora do hospital. Por exemplo, através do *Almanak Laemmert* é possível mapear a oferta de assistência à população em geral e descartar a assistência voltada aos grupos subalternos da sociedade" (PIMENTA e GOMES, 2016, p. 3).

por assim dizer, o esteio imaginado para que os miasmas reinassem. Neste caso,"imaginar" pressupõe a existência de uma ou mais instituições capazes de gerar conceitos ideológicos em resposta às determinações normativas de um Estado, no caso em apreço, o Brasil Império. A instituição que Kury (1990) elegeu para o desenvolvimento de seu estudo foi a "Academia Imperial de Medicina", que, durante um longo período de tempo, esteve a serviço do governo na modalidade de entidade consultiva voltada para questões de saúde pública. Foi o discurso médico dessa época − primeira metade do século XIX − o responsável por associar natureza e clima brasileiros às teorias médicas e miasmáticas vigentes e operantes de modo imperioso. Era necessário algo a quem creditar os incômodos dos "miasmas". Essa concepção sobre a natureza nacional não se apresentava como justificante dos problemas de saúde, por exemplo. Para sanar tal deficiência, os médicos da aludida academia apostaram num aporte em que, por meio de sua dualidade valorativa, "[...] ao mesmo tempo [...] exalta a exuberância do clima tropical e defende a malignidade e a insalubridade desse clima" (KURY, 1990, p. iv). Além do apoio da autoridade da ciência à época e da filosofia das luzes, essa ideologia tinha como ideal de civilidade o exemplo de sociedades consideradas "civilizadas" e tidas como exemplos a serem seguidos, mesmo estando essas sociedades em localidades de climas temperados − países da Europa, ou da América do Norte, por exemplo. Assim, uma nação civilizada deveria ter domínio sobre a natureza; uma nação não civilizada, de acordo com o padrão europeu de civilização, era povoada por "selvagens", gentios em estado de natureza (KURI, 1990). Tudo aquilo que se opunha ao considerado como "civilizado" era, em princípio, miasmático.

Esse ideal de luzes civilizadoras reverberaria na Província durante todo o século XIX. Em considerável número de Falas de Presidentes e, em número menor, de Vice-Presidentes, encontram-se alusões feitas à Revolução Francesa (1789-1799), à Revolução Industrial (1750-1870) e, sobremaneira, às Luzes da Civilização − precisamente ao século XVIII. Esse ideal de povo civilizado contribuía para aumentar a dubieza, as incertezas em relação aos níveis de intelectualidade do povo "Espírito-Santense", considerados pelos gestores em geral como sendo baixos. Essa visão dos Presidentes sobre níveis irrisórios de intelectualidade concorria para rebaixar o nível de moralidade social local. Se o Brasil era "O Império dos Miasmas", tal alcunha serviria para qualificar, no sentido depreciativo, o Espírito Santo como sendo "A Província dos Miasmas". Na Capital do Império, encontrava-se a elite médica da Academia Imperial de Medicina. Na Capital da Província, as dificuldades para se manter um médico, ou, em seu lugar, um "agente público" que era oficializado como se fosse médico (MATTOS, 1987), cooperariam inevitavelmente para agravar relações socioambientais, que resultavam de maus-tratos a um ambiente tido como se fosse o "agressor", o responsável pelas calamidades

locais. Em conformidade com o que já se mencionou acima sobre problemas ambientais, essa situação já vinha sendo motivo de debates desde os tempos de fundação da Vila de Nossa Senhora da Victoria, tendo-se acirrado no decurso de todo o século XIX, sem no entanto ter sido solucionada de fato. Na esteira das questões de caráter miasmático, o velho hábito dos sepultamentos em cemitérios localizados em espaços interiores das igrejas se tornaria um problema de proporções político-religiosa e sócio-cultural sem precedentes. Transformações nesse tipo de costume demoraram para ocorrer: a resistência a construção de cemitério fora das igrejas, em espaços públicos, dentro de espaços a Capital provincial, viria a se tornar também em problema na proporção em que as populações da cidade cresciam. A proximidade do cemitério era inevitável. No âmago dessas questões, estavam velhas tradições cristãs:

> As práticas de sepultamento eclesiástico foram trazidas e instituídas nas terras brasileira pelo colonizador, sendo adotadas pela maioria da população até meados do século XIX. Estiveram vinculadas à prática, cristã e ocidental, cuja base era a familiaridade existente entre os vivos e seus mortos, expressa na inumação no interior da comunidade, mais propriamente dentro do espaço das igrejas. Esta familiaridade assentava-se numa relação de vizinhança cotidiana entre os habitantes e as sepulturas. Ao freqüentarem as igrejas, pisavam, caminhavam, sentavam e oravam sobre seus mortos, a todo o tempo sentindo seus odores, expressando uma determinada sensibilidade olfativa resultante da fé existente na sacralidade dos sepultamentos eclesiásticos (RODRIGUES, 1997, p. 21).

Deve-se atentar para perspectivas de que a renúncia dessas práticas de sepultamento nos espaços interiores das igrejas, ou em espaços adjacentes a elas, não teria ocorrido de modo abrupto, nem abandonadas completamente pela população em meados do século XIX. Por oportuno, lembra-se que Ariès (1998) leva em consideração a reprodução de histórias a partir de lembranças contidas na memória, ainda que tais lembranças venham à tona e se apresentem como se fossem "deformadas" ou simplificadas. Essas lembranças, que estão na memória, são transmitidas de geração a geração. Ao citar práticas de sepultamento eclesiástico que foram aceitas e incorporadas pela maioria da população, Rodrigues (1997) deixa implícita uma história das mentalidades, ou a história aliada à memória, pois é fato que "A demografia revela as mentalidades" (ARIÈS, 1998, p. 159), ou seja: quando se faz uso da demografia em história, inevitavelmente a manipulação de dados estatísticos permite a abertura de janelas e, através delas, a revelação da memória, de lembranças, reminiscências ou da mentalidade de determinada população. Isso permite ao pesquisador em ciências históricas deparar-se com possibilidades que viabilizem ter nas mãos "respostas", ao menos em parte, para questões consideradas por Reis (1991) como sendo mais complexas. No caso específico deste estudo, quer-se tocar, ainda que superficialmente, na querela em torno dos cemitérios de Victória da segunda metade do século XIX. "Hoje já não há temas tabus para o historiador,

que ajudado por outras disciplinas, como antropologia, por exemplo, arrisca-se à investigação de aspectos muitas vezes obscuros do passado" (REIS, 1991, p. 22). Apesar do "arrisca-se", quer-se demonstrar que velhas práticas de sepultamento nos espaços interiores das igrejas, ou o enterramento de corpos em espaços contíguos a elas, prolongaram-se, com restrições, na Província da segunda metade do século XIX. Os vivos não queriam interromper os contatos afetivos com seus mortos. Se o sepultamento dentro das igrejas foi-se mudando para espaços adjacentes a elas, as práticas do caminhar lado a lado, do sentar e orar para os mortos pouco ou nada mudara. A despeito do apego às tradições eclesiásticas, a construção de um cemitério em terreno público seria necessária, pois entre os objetivos das "comissões de saúde" locais, apesar de suas limitações e precariedades, era, acima de tudo, estudar as causas, prevenir e erradicar "moléstias endêmicas" na Victoria de meados em diante do Oitocentos. Em face da insistência, por parte da população local, na manutenção dos velhos costumes higiênicos, atribuía-se aos miasmas as causas de moléstias, fossem elas endêmicas ou epidêmicas. No ano de 1849[221], o Presidente Antonio Pereira Pinto fez uma série de alertas contra a insistência das populações de distritos que passaram à categoria de "Freguezias" novas, como a de Cariacia e a do Queimado. Ao fazer menção ao progresso de construção da igreja na freguezia do São José do Queimado, o aludido gestor denuncia, de modo veemente, o fim dos velhos hábitos relacionados aos sepultamentos nos espaços das igrejas. Constate-se:

> Nestas freguezias novas, é minha opinião, que se deve extirpar o antigo habito de se sepultarem os corpos dentro das igrejas. Alguns habitantes do Queimado repugnavão aceitar a pratica dos cemiterios, os conselhos porem do seu vigario, e aquelles, que manifestei-lhes, quando me achei nesses lugares, contrarios a esse costume, parece, que os conveceo de alguma forma (RELATÓRIO, 30 de novembro de 1848 − publicado em 1849a, p. 15).

Atente-se para o fato de resistência, por parte de habitantes do Queimado, contra o fim da tradição eclesiástica de sepultamento de corpos nos espaços interiores das igrejas. Tanto o Presidente quanto o vigário aconselharam e conversaram com essas pessoas, numa tentativa para convencê-las a aceitarem a "pratica dos cemiterios", isto é, ao início de uma nova prática: o sepultamento de corpos em espaços fora da igreja. Apesar dos conselhos, das tentativas para convencer os habitantes a abandonarem os velhos costumes e aceitarem novas práticas, o

[221] Ao final desse Relatório, consta o seguinte: "Palacio do governo na cidade de Victoria, em 30 de novembro de 1848 − Illm e Exm Sr commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim" (RELATÓRIO, 1849a, p. 42). Ao receber o cargo de administrador substituto da Província, o 2º Vice-Presidente Monjardim publicou o Relatório do Presidente exonerado, Antonio Pereira Pinto, no ano de 1849 (provavelmente nos primeiros meses de sua gestão). Daí levar-se em conta a data de publicação do referido documento como tendo sido o ano de 1849. Deve-se levar em consideração o fato de que esse foi o primeiro Relatório da Província do Espírito Santo a ser publicado na sua "Capital" pela Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo.

Presidente demonstrou ter suas dúvidas quanto à mudança de mentalidade, ao registrar o seguinte: "parece, que os conveceo de alguma forma". Na continuidade de seu discurso sobre o assunto em apreço, suas palavras são enfáticas quanto aos efeitos nefastos desse tipo de prática de sepultamento eclesiástico. Confira-se:

> Em verdade, é uma profanação converter a casa de Deos, que deve só rescender o aroma das flores, e o cheiro dos incensos em depositos de miasmas tão nocivos á saude d'aquelles, que no silencio dos templos, de envolta com fervorosas orações, procurão o balsamo salutar, que a Religião Catholica ministra aos que comprehendem, e invariavelmente crêm nos seus santos misterios! (RELATÓRIO, 30 de novembro de 1848 − publicado em 1849a, p. 15).

As questões relacionadas ao fim das práticas de sepultamento segundo velhas tradições cristãs continuariam e seriam imbricadas à necessidade da construção de cemitério público em Victoria. Há de se levar em conta que os espaços sagrados onde eram sepultadas os corpos eram também considerados como lugares de origem e emanação dos miasmas. Na sequência, faz-se uma sumária exposição dessa questão relacionada ao cemitério e, em decorrência, ao problema de mudança de mentalidade resistente às novas práticas de sepultamento fora das igrejas. Contrariando o que Rodrigues (1997) detectou no Rio de Janeiro, isto é, que práticas de sepultamento no interior das igrejas foram encerradas cerca de meados do século XIX, em Victoria ocorreu um fenômeno sócio-religioso, e político, que se caracterizou pelo duelo entre a continuidade do sepultamento eclesiástico nas igrejas e as tentativas de construção de um cemitério "geral", ou seja, de um cemitério público, portanto, fora dos espaços sagrados. No ano de 1857, o Presidente da Província determinaria, de forma enérgica, o fim dessas práticas de sepultamento eclesiástico. Porém, isso não ocorreria de fato naquele ano. No processo de pesquisa sobre esse assunto, averiguou-se que, no Espírito Santo da segunda metade do século XIX, essa querela sócio-política se estenderia até, pelo menos, 1876, como se registra adiante. Tal problemática era agravada pela falta de políticas de saúde, de salubridade pública, orientadas para a prevenção de moléstias urbanas em geral.

Foi durante a passagem avassaladora da epidemia de cólera[222] − do "cholera-morbos", como foi chamada em 1855 − pela capital da Província, entre fins de novembro de 1855 e

[222] Os três primeiros estudos publicados sobre a passagem da epidemia do cólera pelo Espírito Santo provincial, atingindo em cheio a "região central" da Comarca de Victoria, são da autoria de Sebastião Pimentel Franco. O primeiro estudo é um capítulo de livro publicado em 2013; o segundo estudo pode ser encontrado na forma de um artigo, que foi publicado na Revista Almanack em 2014; o terceiro estudo − a maturação das pesquisas anteriores sobre a passagem da referida epidemia − é o livro denominado "O terribilíssimo mal do Oriente: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856)", publicado em 2015. Esses três trabalhos encontram-se referenciados ao final desta pesquisas. Percebe-se que os trabalhos de Franco (2013; 2014; 2015) têm como

março de 1856, que as autoridades locais, abaladas pelo elevado número de mortes de pessoas em geral, e de escravos também, que a velha questão em torno de práticas de sepultamento dentro das igrejas voltou a ser motivo de execução e de discussões envolvendo a polícia. Dessa vez, ocorreu que devido ao elevado número de mortes em curtíssimo prazo de tempo, não houve como evitar o enterramento dentro dos espaços sagrados, tais como numa capela e num convento. Porém, devido ao grande impacto causado pela passagem da epidemia, o velho debate ressurgiu imbricado a uma necessidade urgente de construção de um cemitério "geral", ou seja, de um cemitério público. Tal discussão pressupunha a saída dos espaços sagrados das igrejas, onde eram sepultados os corpos de pessoas da elite local, para o espaço fora delas, isto é, público. A utilização do termo "geral" para a qualificação de um cemitério significava que nos espaços fora do interior das igrejas o enterramento de pessoas deveria, ao menos em teoria, ser o de todos indistintamente. Não obstante, em face do poder arrasador da epidemia de cólera entre fins de 1855 e início de 1856, abriu-se um precedente e o velho costume de sepultamento dentro de espaços sagrados veio a ser praticado, tendo igualado pessoas de diferentes *status* que, muito às pressas, foram sepultadas, ao que tudo indica, dentro da Capela da Santa Casa de Misericórdia e em espaço do Convento de São Francisco. Constate-se:

> Prohibi o enterramento nas igrejas, á vista da representação que me dirigio o Dr. chefe de policia; a principio sepultarão-se os corpos no cemiterio da Santa Casa da Misericordia; mas sendo julgado insufficiente, creou-se provisoriamente um outro em terreno do Convento de S. Francisco que até hoje está servindo. A carencia de um cemiterio geral é urgentissima nesta capital, e tenho toda a convicção de que V. Ex. tomará em consideração esta necessidade (RELATÓRIO, 8 de março de 1856, p. 6).

Entre 1855 e 1856, pessoas voltaram a ser enterradas no interior de espaços sagrados de ordens ou de conventos, o que correspondia ao interior de igrejas. O cemitério da Santa Casa (provavelmente, no interior da capela dessa instituição de caridade) e um espaço provisório do Convento de São Francisco são citados como se tivessem sido apenas esses dois lugares os utilizados para tais fins. Em seu Relatório, o gestor deixa a impressão de que, por causa da passagem da epidemia, a única saída seria superlotar espaços sagrados alternativos. No caso do Convento de São Francisco, ao que parece, os sepultamento continuaram, pois ao afirmar que "até hoje está servindo", o poder executivo local não interromperia, nesse caso particular, a execução das velhas práticas eclesiásticas. No ano de 1857, a problemática foi abordada de modo enérgico, na modalidade de um ultimato, conforme excerto a seguir:

---

recorte temporal o biênio 1855 e 1856. O autor utilizou uma epistemologia que lhe permitisse o aprofundamento progressivo do assunto, o que resultou na produção e publicação dos três trabalhos supramencionados.

> Acabei de uma vez com os enterramentos nas igrejas e jazigos de ordens e fiz construir um cemitério nesta cidade no lugar que me pareceu mais conveniente: suas obras achão-se jà bastantemente adiantadas; e no archivo da secretaria encontrará V. Ex. todos os esclarecimentos de que possa precisar relativamente a esse objecto (RELATÓRIO, 13 de fevereiro de 1857a, p. 14).

Ao ler-se o conteúdo da transcrição acima, a impressão que se tem é a de que as velhas práticas foram encerradas de fato e de que, em substituição a elas, um cemitério público fora construído em Victoria, tendo a população compreendido e aceito a mudança. O Presidente fez seu registro sobre a emergência da construção de um cemitério público, sim; mas, isso não ocorreu no sentido prático, durante a sua administração, pois em maio do mesmo ano de 1857 esse assunto voltaria a ser motivo de discussão. "Estão em andamento as obras do cemiterio público da capital. [Havia] grande necessidade de collocar a testa destes trabalhos um administrador intelligente e zeloso que melhor os dirigisse e fiscalisasse [...]" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1857b, p. 21). Esta afirmação não selaria o fim da querela, pois a continuidade das obras de um cemitério público em Victoria não ocorreriam sem entraves de ordem política econômica e social. Na verdade, esses entraves se tornariam mais graves na proporção em que uma nova realidade se impunha: a necessidade de mudanças nas relações das populações locais com o meio ambiente. O descaso, e mesmo certa indiferença, do povo capixaba em relação à utilização do cemitério público denunciava a falta de uma boa administração desse novo local onde os mortos eram enterrados. Na administração do Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior − ano de 1861 − o problema de construção e manutenção do cemitério público da capital voltou a ser discutida com força, tendo esse gestor produzido duas páginas de discurso sobre o assunto. Além de expor o estado muito ruim de conservação das igrejas de Victoria, ele lamentava o estado pior na preservação dos jazigos encontrados no cemitério público. Suas delações deixam pistas de que o estado do cemitério público era motivo não só de rejeição por parte da população, mas sugere que o enterramento de corpos dentro de espaço sagrado não havia sido interrompido completamente, apesar do mau estado de conservação das igrejas. "Em quasi toda a parte os jazigos, que devião estar cuidadosamente protegidos contra as profanações, são insultados não somente pelo pé desdenhoso do homem mas tambem pelo rastejar das bestas" (RELATÓRIO, 23 de maio de 1861b, p. 36-37). Sua fala é continuada e as denúncias e lamentações desse Presidente vão desde ao desprezo e ou falta de culto dos túmulos pelo povo, a teimosia das pessoas em querer preservar as antigas práticas de sepultamento eclesiástico, à falta de higiene, até o comer de cadáveres por animais, pois que os corpos teriam sido enterrados à flor da terra no cemitério público da cidade. Observa-se no documento em análise que cemitérios de fazendeiros, na Freguezia dos Cachoeiros, eram bem

tratados e amurados pelos lavradores. Curioso que a proibição de enterramento nas igrejas já vinha sendo motivo de preocupação desde 1834; mas, somente no ano de 1859 foram tomadas medidas enérgicas contra tais práticas. Todavia, a insistência permanecia.

> Os preceitos de hygiene promoverão a abolição dos enterramentos nas igrejas. Inspirada por elles, a assembléa provincial votou pela lei n. 9 de 24 de julho de 1834 a quantia de 4 contos para a construção de hum cemiterio na capital e em 1859 prohibiu os enterramentos em outros lugares que não fossem nos cemiterios. [...] E' aqui a occasião de se apellar de novo para o cléro; inspire-se ao povo o respeito aos tumulos − falle-se ao filho que vê os despojos paternos expostos aos insultos dos homens e das bestas − ao amigo que sepultou o amigo − ao christão aquem [sic] a piedade manda que honre o jazigo do christão. S. M. O Imperador na viagem que fez a esta provincia, abriu o seu cofre sempre prompto a socorrer o necessitado e honrou diver4sas parochias com donativos destinados aos cemiterios (RELATÓRIO, 23 de maio de 1861b, p. 37-38).

O dinheiro dos cofre provinciais era minguado e pouco sobrava para a construção dos cemitérios. Ao que parece, os párocos não tinham interesse na interrupção do enterramento de corpos nos espaços sagrados. Além das esmolas que as famílias doavam para o sepultamento de seus mortos em igrejas, tem-se a impressão de que o interesse em melhorias dos templos promoveria o aumento de espaços para a preservação da velha tradição. Em 1864, a questão foi retomada e um balanço da situação dos cemitérios da "região central", isto é, da Comarca de Victoria, foi feito, chegando-se à conclusão de que "Não é mais lisonjeiro o estado dos cemiterios da provincia. Em Nova Almeida se acha apenas começado − já estando prompto todo o alicerce, mas foi interrompida a construção por falta de auxilio dos cofres provinciais" (RELATÓRIO, 20 de outubro de 1863, mas publicado em 1864a, p. 16). A problemática de construção e preservação dos cemitérios públicos não seria solucionada a curto prazo e os fantasmas do enterramento de corpos em espaço sagrado insistiam em permanecerem: "[...] tudo precisa de reparos na Santa Casa de Misericórdia. Julgo necessário a remoção do cemiterio desse pio estabelecimento: quasi em frente ao Hospital e dentro da cidade é elle um fóco de peste" (RELATÓRIO, 1 de setembro de 1874b, p. 12). No ano de 1876, as denúncias do Presidente em favor de desapropriação de cemitério contíguo à Igreja Matriz de Victoria foram levadas ao conhecimento dos membros da Assembleia Legislativa local. Para tanto, foi paga a quantia de 2:000$000. "Assim procedi por me parecer uma medida aconselhada pelas conveniencias da salubridade publica d'esta capital" (RELATÓRIO, 24 de dezembro de 1875, publicado em 1876b, p. 6). Havia Presidentes bem informados sobre os perigos da falta de higiene, do baixo grau de salubridade; havia aqueles que afirmavam conhecerem a fundo os miasmas, aos quais eram atribuídas as causas de moléstias em geral, ou seja, de enfermidades de natureza endêmica e epidêmica. Além dos cemitérios, estivessem eles localizados dentro

das igrejas ou fora delas (construção do cemitério público), os manguezais e alagadiços em torno de Victoria foram caracterizados à época como sendo os mais perigosos locais onde ocorria a geração dos miasmas e de onde eles emanavam para contagiar os habitantes da cidade. Um exemplo de elevado conhecimento da teoria miasmática está no depoimento do Presidente Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, feito em 1868. Constate-se:

> E' fora de duvida que, entre as cousas que mais poderosamente concorrem para a viciação do ar atmospherico, e por tanto não só para a creação e desenvolvimento das molestias endemicas, como tambem para a predisposição ao recebimento do contagio das epidemicas, occupam o primeiro lugar os charcos e os pantanos de qualquer natureza (RELATÓRIO, 10 de outubro de 1868b, p. 15).

De acordo com exposição já feita sobre a localização de Victoria − uma estreita faixa de terra entre os flancos da montanha e o mar −, vale lembrar que nessa "estreita língua de terra", onde a cidade foi originalmente erigida, havia considerável quantidade de mangues naturais, que eram denominados de alagadiços, charcos ou pântanos. Diante da falta de profissionais que detivessem conhecimento científico sobre as reais causas de doenças endêmicas e epidêmicas, uma das saídas era pedir socorro ao sobrenatural, prática recorrente em Victoria oitocentista, ou para os saberes médicos neo-hipocráticos, sem se prescindir das práticas de curandeirismo. Já em relação àquele a quem se atribuir a culpabilidade, os denominados "locais fétidos", o antro em que se encontravam as "imundícies" naturais, eram os responsáveis pela geração e emanações dos perigosos miasmas. Representações miasmáticas vinham de longa data: a elas eram atribuídas, em última instância, todas as moléstias que contribuíam para minorar a saúde das populações locais. Na continuidade de seu discurso, o Presidente citado acima demonstra, por meio de minuciosa fala, ser possuidor de lisonjeiros saberes sobre a teoria miasmática, ainda que sua perceptibilidade possa ter recebido o apoio de pessoas da área da saúde em conformidade com os saberes neo-hipocráticos. Confira-se:

> De facto, quer esses charcos e pantanos sejam formados por aguas pluviais estagnadas, que vêm a ser decompostas pela acção do sol; quer pelos rios exbordados, atacando e conservando em putrefação os vegetaes; quer finalmente, pelas aguas das marés que, ao retirar-se, depositam sobre um chão lodoso immundicias de toda a especie, como sejam materias vegetaes e animaes em completo estado de decomposição; constituem verdadeiros fócos de exhalações miasmaticas, e tornam-se por esse motivo origem perenne das mais perigosas e tenazes molestias (RELATÓRIO, 10 de outubro de 1868b, p. 15).

Percebe-se que a elite político-administrativa de Victoria oitocentista estava bastante informada e conectada com os saberes médicos da Academia Imperial de Medicina e tinha a

mesma concepção romântica da natureza brasileira, ensejando a criação de concepções que embasavam um ideal orientado para a construção da nação. Percebe-se, pois, que no discurso do Presidente em apreço as teorias médicas da academia supracitada foram transportadas e implantadas na "Capital" − a cabeça da Província. Assim, a ciência voltada para questões de ordem climática e miasmática (as duas eram indissociáveis) operava localmente no sentido para criar um povo civilizado segundo os padrões da academia na Corte, que por sua vez tinha como básico os padrões europeus de civilidade (KURY, 1990). Para se ter melhor noção do poder operante-imperante dos miasmas, os Presidentes costumavam referencia e reverenciar a saúde do Imperador Don Pedro II como modelo a ser seguido pelo povo capixaba. Essa era, sem dúvida, uma ideologia utilizada na capital da Província tendo como objetivo manter o poder conservador dominante no Espírito Santo. Como exemplo, reproduz-se uma passagem emblemática relacionada a uma enfermidade sofrida pelo Imperador, nos seguintes termos:

> Sua Magestade o Imperador soffreu uma pequena enfermidade, em meado do mez de Fevereiro último [1852], attribuida á exalações miasmaticas do rio Inhomerim por onde transita em suas viagens para o palacio de Petropolis: graças porém á Divina Providencia, que vela sobre os seus preciosos dias, em pouco tempo ficou restabelecido completamente (RELATÓRIO, 24 de maio de 1852, p. 5).

A pessoa do Imperador representava o poder máximo no Brasil do Oitocentos. Seria de se compreender que suas ações e decisões políticas, seu bem-estar (a saúde) e seu mal-estar (doença) também atingiam e operavam em todas as instâncias provinciais. Saber sobre o mal que o acometera − a enfermidade cuja causa fora miasmática − representava o adoecimento simbólico do povo capixaba. Sua recuperação completa era exemplo para que as teorias médicas da Academia Imperial de Medicina fossem colocadas em prática. Já no que concerne aos poderes da "Divina Providência", entende-se que sem o consentimento do sobrenatural, de acordo com o pensamento eclesiástico de então, o Imperador não teria sido restabelecido por completo. Tudo isso reverberava e impactava em todos os espaços sócio-religiosos e políticos da Província pobre, mas geograficamente próxima da Capital do Império.

Detectou-se que em Victoria havia uma espécie de movimento político-administrativo com a finalidade explícita voltada para a "cientificação" (o tornar as pessoas cientificadas ou cientes e inteiradas) das teorias climático-miasmáticas. Ao se debruçar sobre Relatórios de Presidentes, em busca de referências feitas a esse assunto, este pesquisador encontrou elevado número de documentos, nos quais os saberes neo-hipocráticos eram expostos e recomendados para sua aplicação nos espaços urbanos − com prioridade para a "Capital" da Província. Além dos Relatórios referenciados acima, encontraram-se registros sobre miasmas, o telurismo e

sobre os males durante os meses de "calôr" em documentos das décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880. Essas alusões estão, quase sempre, no tópico dedicado à "Salubridade Pública". Elas são referenciadas de maneira explícita, aberta e direta, com o objetivo denunciar a sujeira em Victoria, o maior centro urbano local. Ao ter-se certa intimidade com tais documentos, graças a uma leitura acurada de conteúdo de interesse do pesquisador, o grau de perceptibilidade elevou-se, permitindo afirmar-se que essa problemática relacionada à origem dos miasmas (e também do telurismo), causa de todas as doenças − endêmicas e epidêmicas −, encontra-se sobejamente documentada nas falas de Presidentes do Espírito Santo da segunda metade do século XIX. No ano de 1881, os dilemas em torno da salubridade e das questões relacionadas à origem das enfermidades em Victoria persistiam e agravavam-se.

> Affirma o digno Provedor da saude publica que é sempre durante os mezes de calôr, que as febres de fundo palustre aqui se desenvolvem e que com maior ou menor intensidade se manifestam essas pyrexias sob suas diversas fórmas, facto este facilmente explicavel, já pelo dececamento de pequenos pantanos [...], que se formam por ocasião de chuvas, já pelas exhalações mephiticas que sob a influencia tellurica se desprendem de envolta com a materia organica d'esses monturos que existe em quase toda beira da cidade (RELATÓRIO, 8 de 1881, p. 32).

Nesse cenário em que o descuido para com o meio ambiente da cidade era corriqueiro, os serviços de salubridade pública apresentavam-se precários por motivos vários, entre os quais ressalta-se a falta de profissionais da saúde, que não eram contratados devido à falta de dinheiro nos cofres públicos para pagá-los. Por outro lado, os saberes desses profissionais em torno do que as autoridades chamavam de "saúde pública" estavam fundamentados naquelas teorias climático-miasmáticas e telúricas vigentes na denominada "região central", onde as práticas da medicina neo-hipocrática eram mais recomendadas, também pelas autoridades locais, o que contribuía para dar-lhe mais visibilidade no maior centro urbano da Província: a Comarca de Victoria. A partir desta instância, busca-se entendimento para o seguinte: (a) A extensão dos ambientes em que os escravos se mobilizavam; (b) Em quais situações esses escravos estavam sujeitos a contraírem as moléstias miasmáticas; (c) Se a saúde deles era objeto de cuidados por parte de seus senhores em geral. Já se abordou nesta pesquisa o fato de que a história da escravidão no Brasil está fundamentada em depoimentos do homem livre branco escravagista e que, ao contrário do ocorrido nos Estados Unidos da América − EUA, onde escravos deixaram suas "memórias", no caso em apreço não se tem esse tipo de respaldo, o que vale também para o Espírito Santo do período colonial e provincial. Em outras palavras, construir uma narrativa visando responder às três questões apresentadas acima é um desafio: tal tarefa requer esforço por parte do pesquisador para penetrar nos meandros de

documentos nos quais esse assunto é escasso. Uma outra estratégia é recorrer-se ao método do comparativismo em história. "Na medida em que deixa de contar com o testemunho do escravo, a tarefa do historiador torna-se mais difícil. Impedido de frequentar escolas durante todo o período escravista [colonial e imperial], tornou-se ele impossível de deixar documentos escritos" (ALMADA, 1984, p. 101). É crucial não se dispor de testemunhos escritos de escravos no Brasil Império, por exemplo. Já em relação aos EUA, as chamadas "recordações" ou as "memórias de escravos" existem, segundo os estudos de Mattoso (2003), em números elevados. Lá, a abundância de testemunhos de negros cativos permitiu que historiadores e estudiosos da escravidão em geral conhecessem diretamente vivências de carga afetiva e o cotidiano real de homens e mulheres escravos. "Embora o olhar do branco sobre o negro deva ser levado em consideração, não podemos esquecer que o escravo não pôde ele mesmo contar a sua história" (ALMADA, 1984, p. 101). Daí dispor-se de uma via de mão única, qual seja: o testemunho sobre a vida, sobre o cotidiano e comportamento dos escravos fornecido apenas pelos colonos ou por seus senhores: o homem livre branco (MATTOSO, 2003).

A vida dos escravos na grande metrópoles imperial − na Corte e no Rio de Janeiro − é uma referência para se ter compreensão de como esses sujeitos se mobilizavam nos centros urbanos do Brasil Império. Assim como no Recife e em Salvador oitocentistas, na Capital do Império a movimentação de escravos era bastante elevada. A grande presença de africanos ou de descendentes caracterizava esses centros urbanos como verdadeiras "Cidades Negras", as quais são também referenciadas de "cidades atlânticas" (FARIAS et al., 2008). No caso do Rio de Janeiro, desde a chegada da família real em 1808 e ao longo do Oitocentos, tratava-se da maior cidade negra das Américas. A movimentação de escravos nos espaços urbanos da Capital do Império era, como já se previa, intensa.

> Os espaços públicos eram percorridos basicamente por escravos: eles constituíam mais de um terço da população. Estavam em todos os lugares: no porto, nas lavouras, nos morros, nas senzalas, nos armazéns do Valongo, nos mercados, nas casas, nos palácios. Carregavam baús, caixas, cestas, caixotes, lenha, cana, quitutes, ouro, pedras, terra, água das fontes e, acima de tudo, lixo, dejetos e imundícies (BUENO, 2007, p. 38).

Em relação a Victoria, pode-se incluir sua área municipal entre as cidades consideradas negras e atlânticas do Brasil imperial. A população do Município de Victoria no ano de 1872 estava assim distribuída: 12.470 livres e 3.687 escravos, somando o número total de 16.157 habitantes. Os escravos correspondiam ao quociente de 3,38 em relação à população livre total, computando, portanto, pouco mais de um terço. Ao demografizar-se o número total de cativos pelo número total de habitantes livres, em termos percentuais obtém-

se o resultado seguinte: os escravos da Victoria municipal correspondiam a 29,56% ou a 30% do total da população livre, isto é, a um terço. Objetivando-se fornecer a comprovação desses dados, com seus pormenores estatísticos, considerando-se o conjunto das cinco freguesias componentes do referido município, disponibilizam-se os mesmos na modalidade seguinte:

Tabela 6 − População livre e escrava do Município de Victoria − ano de 1872

F R E G U E Z I A S	Livres	**Escravos**	Totais	% Escravos
Nossa Senhora da Victoria	3.360	**1.001**	4.361	29,79%
São José do Queimado	2.605	**780**	3.385	29,94%
São João de Cariacica	4.144	**1.174**	5.318	28,33%
São João de Carapina	906	**251**	1.157	27,70%
Santa Leopoldina	1.455	**481**	1.936	33,05%
Subtotais.....	12.470	**3.687**	**—**	**29,56%**
SOMA TOTAL.....**16.157**				**—**

Fontes: Recenseamento do Brazil de 1872 − IBGE/RJ, disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_es.pdf>

O propósito da inserção dos elementos numéricos demografizados na tabela acima é facilitar a compreensão da distribuição e mobilização dos escravos nos espaços urbanos da Victoria municipal, considerando-se esta inserida no contexto geográfico da região central, como seja, a Comarca de Victoria, o que já foi abordado mais acima. Nesta instância, importa, pois, saber que a soma da população de escravos na Comarca de Victoria totalizava o número de 6.919 cativos[223] no ano de 1872. Pressupõe-se que da mesma maneira que os escravos transitavam nos espaços públicos do Rio de Janeiro, o mesmo ocorria na Victoria municipal, sem se excluir a extensão dos espaços da comarca, que iam das freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Serra e Santa Leopoldina, passando por São João de Cariacica e alcançando a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vianna. Também em Victoria, os escravos se mobilizavam por todos os espaços públicos: ruas, ladeiras, no porto, nas lavouras, senzalas, no mercado, nas casas, mangues, praias, etc. Igualmente, pressupõe-se que eles transportavam os baús, caixas, cestas, caixotes, a lenha, cana, seus quitutes, pedras, terra, água das fontes e, também, lixo, dejetos humanos ou as imundícies domésticas. Afirma-se, pois, que a Comarca

[223] Mais adiante, encontra-se a tabela intitulada de "Populações escravas − homens e mulheres − Comarca de Victoria. Embasamento: Recenseamento do Brazil − ano de 1872". Lá estão disponíveis dados estatísticos sobre os números de escravos que habitaram a região central, espaço onde foi instituída a Comarca de Victoria.

de Victoria "Era uma região cuja paisagem urbana contava com grande presença de escravos, uma vez que a lavoura da zona rural consumia apenas uma terça parte dessa força de trabalho" (CAMPOS, 2003, p. 177). Os escravos circulavam naturalmente pelas vilas e freguesias da comarca e tal procedimento era, segundo afirma essa autora, motivo de preocupação entre as autoridades locais. No entanto, entende-se que a despeito da vigilância em torno das andanças de cativos pelas extensões da região central, eles não deixaram de circular nesses espaços.

A presença de escravos no Município de Victoria da segunda metade do século XIX pode ser classificada como grande. Esta afirmação tem como respaldo a análise criteriosa de passagens específicas encontradas em documentos da Presidência. Foi a partir das análises sobre questões de ordem sanitária locais que se obtiveram resultados relevantes para este estudo. Se no Rio de Janeiro havia números superlativos de escravos responsáveis pela higienização da cidade, em números proporcionais à população dispersa pela Comarca de Victoria eles também estiveram presentes, sobretudo na "Capital", onde a população livre era de 3.360 habitantes e a população escrava era de 1.001, só ultrapassada pelas populações livre e cativa da freguesia de São João de Cariacica, respectivamente 4.144 e 1.174. No ensejo desta exposição introdutória sobre o papel sanitário desempenhado pelos escravos nos centros urbanos oitocentistas, importa saber como eles cuidavam do transporte do lixo, dos dejetos e das imundícies. Devido às peculiaridades desse tipo de trabalho, considerado insalubre e forçado, os escravos eram chamados de "tigres". Havia outra denominação que era a dos "rajados": o conteúdo dos barris sobre suas cabeças escorria em seus corpos, logo a partir dos ombros. Era uma situação que propiciava o surgimento de infecções e outros tipos de doença.

No entendimento de Alencastro (1997), a sujeira que era jogada nas calçadas, nas ruas, incomodava os pedestres e tornavam-se em focos para a proliferação de insetos transmissores das mais diversas enfermidades. Também os dejetos transportados pelos escravos "tigres" e jogados nas praias contribuíam para facilitar o surgimento de doenças de caráter endêmico e epidêmico. Enfatiza-se que "Os 'tigres' [eram] escravos encarregados de recolher e jogar diariamente os dejetos domésticos nas praias" (ALENCASTRO, 1997, p. 70). Não obstante essas pontuações resumidas sobre o assunto, quem melhor contribui para esclarecer o papel dos denominados "tigres" ou "rajados", é Bueno (2007). Pressupõe-se que dependendo do estado de conservação dos barris, os transportadores podiam percorrer o caminho de casa até a praia e lá despejarem os dejetos sem incidentes. Porém, devido à rapidez com que essas imundícies eram transportadas ao longo desse percurso, a situação agrava-se:

> Os escravos encarregados de transportar os barris com excrementos eram chamados de "tigres" − pareciam mesmo "rajados" pelas fezes que lhes escorriam pelos ombros e pelo corpo − e de fato se tornaram um dos mais nítidos e perturbadores "símbolos" do Rio de Janeiro do século XIX. Todos os viajantes, inclusive os célebres pintores Debret e Rugendas, referem-se a eles, tendo Debret revelado ainda que acidentes de percurso, em meio aos quais o repugnante conteúdo dos barris caía nas ruas, eram frequentes. Para o inglês Robert Elwes, que esteve no Rio em 1848, porém não se tratava de meros acidentes: "Por vezes uma pessoa que odeia outra suborna um desses 'tigres' para derramar o conteúdo do barril na porta do inimigo" (BUENO, 2007, p. 39).

Na verdade, essa denominação de "tigres" para os escravos transportadores dos dejetos das populações do Rio de Janeiro era uma forma de popularizar e menosprezar o papel dos que levavam os "tigres" em suas cabeças. "Tigre" era o nome dado ao barril de madeira e "tigreiros" eram aqueles que os transportavam, ou seja, os escravos. Bueno (2007) utiliza o termo popular, dando a entender que, do ponto de vista simbólico, os escravos representavam os próprios dejetos humanos. Em outras palavras: os "tigreiros" incorporavam os "tigres" em suas cabeças, sendo o objeto de transporte e seu transportador uma só e mesma coisa, a imundície. Um e outro representavam os dejetos de seus próprios senhores e da sociedade livre. Augusto (2013) distingue essas duas representações: o "tigre" barril do "tigreiro". Este era o escravo que fazia o transporte do barril. Lima (2016) lamenta a falta de informação sobre essa distinção entre o barril que era o "tigre" e aquele que o transportava, que era o escravo cuja profissão era ser "tigreiro". Confira-se:

> Assim eram chamados esses escravos que andavam pelas ruas da cidade em meio a vísceras de animais e restos de vegetais em estado de putrefação, espalhados por todo lado, carregando as barricas na cabeça. Barricas que transbordavam dejetos de seus senhores. Esses barris eram conhecidos como "tigres" e os seus condutores como "tigreiros". Conforme se locomoviam, o conteúdo ia escorrendo sobre os ombros e as costas dos infelizes, o que provocava manchas na pele semelhantes as de um tigre, daí o apelido de Tigreiros. Era sobre as cabeças deles que o peso das barricas era conduzido para ser despejado na "beira" das marés. Em seguida, os carregadores retornavam com os recipientes vazios para receber nova carga (LIMA, 2016, p. 1).

As evidências de que em Victoria oitocentista os procedimentos para o recolhimento de dejetos domésticos (fezes e urina, entre outros tipos) eram iguais aos do Rio de Janeiro, em menor proporção, são muitas. No conteúdo de Relatórios de Presidentes não foi encontrado uma referência sequer feita ao "tigre" nem ao escravo "tigreiro". No entanto, a frequência com que os governantes provinciais alertavam e recomendavam às autoridades locais mudança de hábitos nas práticas higienistas pelos habitantes em geral; as delações feitas contra os baixos níveis da salubridade pública; as denúncias contra a sujeira nas ruas, praças e nas praias; os pedidos frequentes do "inspetor de saúde" para o impedimento do despejo de sujeiras em locais públicos como cais e praças da cidade, etc. apontam para uma dinâmica de trabalho de

limpeza doméstica e pública efetuada por escravos. No cerne dessa dinâmica, os "tigreiros" transportavam os "tigres" através da paisagem urbana da "Capital" e, provavelmente, em toda a "região central" − Comarca de Victoria. Em 1878, o Presidente reproduziu em seu Relatório exigências do Inspetor de obras públicas, nos termos seguintes:

> V. Ex. prestaria um grande serviço á salubridade se fizesse acabar de uma vez para sempre com o abuso de fazerem-se os despejos em todos os caes e praças desta cidade. Para isso dever-se-hia fixar tres ou mais pontos e nelles serem construidas estacadas para o mar, destinadas a essa servidão publica. Esta idéia já foi ha tempos apresentada ao Presidente Dr. Domingos Peixoto pela comissão de medicos, incubida de estudar as causas de certas enfermidades (RELATÓRIO, 22 de outubro de 1878, p. 33-34).

O conteúdo das recomendações inclusas no excerto acima, feitas por um inspetor de obras pública, passa a ideia de que a administração dos cuidados relativos à higiene doméstica e salubridade pública eram da obrigação daqueles preocupados com o processo de civilização provincial. Em geral, esses civilizadores ocupavam altos cargos no governo local. Apesar de esse inspetor fazer referência a uma comissão de médicos, ele mesmo apresenta seu projeto de salubridade dos locais públicos (onde está implícito a higiene dos espaços domésticos) de Victoria. Ele faz recomendações de estratégia sanitária para o encaminhamento da sujeira, que deveria ser destinada ao mar. Sem mencionar o papel dos escravos tigreiros, provavelmente os incumbidos de despejarem as sujeiras do povo local em cais e praças da cidade, o inspetor solicita a construção de três ou mais pontos, a partir dos quais condutos[224] serviriam como via de escoamento para essas sujeiras jogadas no mar. Essa é uma evidência de que havia "tigres" e "tigreiros" em Victoria no trabalho de transportadores de imundícies para locais diversos, incluindo, sobremaneira, as praias da cidade. Entre as causas da ocorrência de "certas enfermidades" alegadas pelo referido inspetor, presume-se que os escravos eram as vítimas diretamente atingidas por doenças decorrentes de seu trabalho insalubre[225].

Assim como era tratada a sujeira nos grandes centros urbanos do Brasil Império, algo com base nesse tipo de modalidade, ou igual, deveria ocorrer em Victoria. Quando Bueno

[224] A recomendação feita pelo inspetor de obras públicas para a fixação de três ou mais pontos e que a partir deles fossem construídas "estacadas" em direção ao mar pressupõe a construção de "condutos", isto é, de "[..] algo que serve para conduzir, dar passagem, levar (algo) de um lugar para outro [...]" (HOUAISS, 2001, p. 793). O termo "estacadas" significaria uma forma rudimentar de isolamento de faixas de chão, em linha reta ou não, delimitado nos dois lados por estacas, para evitar o acesso de pessoas ou de animais. O chão entre essas estacadas serviria para a condução dos dejetos domésticos, que seriam jogados a partir de um daqueles três pontos e os quais seriam direcionados para o mar. O termo "estacada" quer dizer "[...] espaço defendido por estacas [...] alinhamento de estacas servindo como barreira [...]" (HOUAIS, 2001, p. 1243).

[225] Para se ter melhor noção dos males decorrentes dos dejetos contidos nos barris, pontua-se o seguinte: "A ureia presente na urina excretada transforma-se em amônia e gás carbônico. A urina é normalmente estéril quando é expelida e tem apenas um vago odor. O cheiro desagradável de urina deteriorada deve-se à ação de bactérias que provocam a liberação de amônia (TRINDADE, 2013, p. 55).

(2007) postula que os espaços públicos eram basicamente percorridos por cativos e Campos (2003) afirma que a Comarca de Victoria configurava uma paisagem urbana com uma grande presença de escravos, pressupõe-se que esses personagens eram os responsáveis não apenas pelo carregamento de baús, caixas, lenha, cana, pedras, terra, água potável das fontes para o fornecimento doméstico, mas, conforme já citado acima, eram também os que cuidavam da remoção do lixo e do despejo de dejetos e das imundícies nas praias e nos mangues da "Capital". Se não se tem como comprovar documentalmente o adoecimento de escravos acometidos por moléstias originadas das fezes que escorriam por seus corpos, recorre-se aos escritos de Alencastro (1997), Karasch (2000), Mattoso (2003), Barbosa (2010), entre outros, como aporte para fortalecer o fato de que cativos de Victoria adoeciam em decorrência de trabalhos da limpeza doméstica e pública dos centros urbanos no Brasil oitocentista.

> Um serviço público desagradável realizado por africanos livres era o da limpeza das ruas. Em 1855, pelo menos 55 deles estavam permanentemente destinados a essa função, que parecia ser perigosa para a saúde, pois um médico protestou contra o fato de serem forçados a trabalhar o dia inteiro, especialmente no calor do meio-dia (KARASCH, 2000, p. 275-276).

Apesar das observações feitas sobre os "tigres" do Rio de Janeiro por viajantes ilustres, como Debret e Rugendas, constatou-se que material historiográfico sobre tal problema ainda é escasso. Augusto (2013) observou que os grandes centros urbanos no Brasil do século XIX emergiram em termos populacionais, cresceram econômica e culturalmente. Por outro lado, na área da saúde os saberes médicos eram, conforme já mencionado, limitados a fundamentos neo-hipocráticos. Em relação à higiene doméstica, não existia ainda nenhuma concepção de banheiro, nem de um sistema de esgotos. Os dejetos humanos (fezes, sólidos, urina e tudo o que não podia ser colocado em fossas por causa do mau cheiro miasmático) eram acumulados dentro de barris e transportados por escravos, que despejavam seu conteúdo no mar.

> Todo o trajeto dos centros até o mar era feito por escravos chamados de tigreiros que carregavam os barris em suas cabeças, eram chamados desse jeito pois com frequência os dejetos acabavam caindo, escorrendo dos barris e assim pintando o corpo dos escravos como as listras de um tigre; também pelo fato de serem temidos como um animal selvagem, assim que passavam pelas ruas correndo e gritando para abrir caminho as pessoas se afastavam rapidamente, viravam os rostos e tapavam o nariz com lenço (AUGUSTO, 2013, p. 1).

Figura 6 − Escravo "tigreiro" com barril de dejetos humanos sendo levado para o despejo nas águas do mar de alguma cidade do Brasil Império

Fontes: http://rio-curioso.blogspot.com.br/
http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/pintou-sujeira
MAESTRI, Mario. **O sobrado e o cativo**: a arquitetura urbana no Brasil: o caso gaúcho − Editora Passo Fundo: UPF, 2001.

Na Victoria do século XIX, seus "tigres" e "tigreiros" permanecem sendo quase uma incógnita por completo. Quase tudo que se sabe é por meio de evidências, em acordo com o já citado acima. Todavia, esse assunto não é por completo obscuro na historiografia capixaba:

> A infra-estrutura urbana [de Victoria] pouco diferia daquela herdada do período colonial. Nada de água encanada nem, portanto, de esgoto. Os chafarizes atendiam precariamente às necessidades de água. Os dejetos dos penicos eram esvaziados em *tigres* (denominação certamente relacionada com o seu fedor, como na expressão bafo de onça) e o conteúdo dos barris era atirado na maré vazante (ACHIAMÉ, 1999, p. x).

O autor acima está atento para o fato de que os "tigres" eram, sim, os barris de madeira. Embora não mencione os "tigreiros" de Victoria, ele deixa pistas sobre sua existência e seu trabalho de portadores de barris "tigres" em suas cabeças. Os procedimentos eram os mesmos: despejar as imundícies na maré vazante. Os "tigres" eram, portanto, os barris dentro dos quais eram jogados os dejetos inicialmente defecados e urinados por pessoas nos penicos de suas casas. Cerca de 35 anos antes de Achiamé (1999), o historiador Derenzi (1965) fez menções importantes sobre o mesmo assunto e sobre a paisagem insalubre de Victoria, antecipando-se, portanto, às resumidas observações da citação acima. Segundo entendimento desse estudioso, a capital da Província assim se caracterizava:

> Cidade suja, sem esgotos, as fezes eram guardadas em tonéis de madeira à espera do despejo, à noite. Quintais cobertos de imundícies, moscas, ratos, lixo por tôdas as ruas, matagal em todos os terrenos baldios. A fama da cidade suja deslustrou, por muitos anos, o nome da Capital e do Estado. A pobreza havia crescido assustadoramente (DERENZI, 1965, p. 147).

As considerações do excerto acima, feitas sobre o estado sanitário doméstico e público de Victoria provincial, robustecem as observações de Achiamé (1999), as quais, por seu turno, contribuem para reforçar os pressupostos deste pesquisador sobre a questão ora em apreço. Enfatiza-se, pois, que escravos eram os responsáveis pela faxina de ruas e, especialmente, pela faxina doméstica: eles eram obrigados a levar, em suas cabeças, esses tonéis de madeira cheios de dejetos e fazerem seu despejo, à noite, em praias da cidade. Havia, pois, "tigreiros" em Victoria oitocentista, que eram os escravos que portavam os "tigres", ou seja, os barris de madeira. Em acordo com a exposição acima, assume-se o fato de que seres humanos eram escravizados e forçados, por causa de sua condição de submissão a seus senhores, a efetuarem um trabalho considerado pelos viajantes e visitantes eventuais como insalubre e desprezível, pois era portador de uma série de enfermidades (as quais também mal se conhecem).

As abordagens de Achiamé (1999) e, em especial, as de Derenzi (1965) permitem sim afirmar-se, em acordo com testemunhos de pessoas que estiveram na ilha, que a Victoria do século XIX foi considerada pelos viajantes, administradores e profissionais da saúde em geral como sendo uma cidade onde a higiene doméstica e a salubridade pública eram precárias pelos motivos já expostos acima. Sua própria condição geográfica, espremida entre as montanhas e o mar, cheia de morros altos e baixos, foi determinante para construção de ruas estreitas e mal alinhadas, com ladeiras e becos fazendo parte da paisagem urbana local. "Com effeito o pessimo alinhamento, ou para melhor exprimir-me, a falta absoluta de alinhamento e a multiplicidade de ruas desta capital tornam quasi nenhum o serviço prestado pelo diminuto numero de lampiões existentes" (RELATÓRIO, 8 de junho de 1869a). Em geral, as casas, sobretudo as construções de taipa, eram pouco resistentes às intempéries que açoitavam a cidade ilha. Um raro exemplo documental sobre um pequeno espaço da paisagem de Victoria, provavelmente do início do século XX, pode ser conferido a seguir.

Figura 7 − Cidade de Victoria: casas velhas sobre morro, onde há uma ladeira calçada

Ladeira do Fogo, hoje rua Caramuru, mostrando como as ruas eram estreitas e tortuosas. Sofreu alargamento e retificação *(Acervo do Arquivo Geral da PMV).*

A fotografia acima, sem data, contendo dois postes com cabos telegráficos, pode servir como reflexo da paisagem urbana de Victoria da segunda metade do século XIX. Como não há data de quando essa foto foi efetuada, pressupõe-se que ela seja da primeira metade do século XX. Ou seja: o espaço da Victoria que se vê na figura acima pode ser considerado como estando um pouco melhor em relação às condições de salubridade do que a cidade de meados do Oitocentos, pois a rua está calçada com pedras e isso não era comum naquele período. No ano de 1888, a princesa Teresa da Baviera, em sua viagem pelo Espírito Santo, ao visitar Victoria pela segunda vez, fez algumas observações sobre a cidade que reforçam os pressupostos acima. Entre suas anotações, ela destacou a grande precariedade das estradas, as dificuldades de locomoção nas ladeiras. É provável que a sujeira local tenha chamado sua atenção, embora nada tenha anotado sobre tal peculiaridade. A despeito das belas paisagens ao redor da ilha, a viajante fez questão de anotar algo sobre os terrenos com altos e baixos onde a cidade fora construída: "As casas estão parcialmente em ruínas, as estradas com muitas baixadas e subidas são estreitas e abandonadas e o asfalto é ruim" (BAVIERA, 2013, p. 142). O termo "asfalto" utilizado pela viajante devia referir-se ou ao chão de barro de cor escura batido ou às poucas ruas calçadas com pedras.

Como já se mencionou anteriormente, dentre os maiores problemas de salubridade pública local os mangues eram destaques. Assim como os cemitérios, os mangues foram motivo das mais acirradas querelas públicas. Em 1883, o Presidente denunciava o que ele chamou de um velho problema sem que houvesse condições para seu extermínio.

> Comprehendendo o quanto era urgente a dissecação do extenso pantano denominado de Mangal do Campinho, reconhecido pela sciencia como fóco de infecção nocivo á saude dos habitantes da Capital; mas attendendo a que, nas actuais circumstancias, não podia a provincia, sem grande sacrificio, realisar ali os trabalhos que se tornavam indispensaveis, resolvi [...] cancelar (RELATÓRIO, 3 de março de 1883, p. 10-11).

Os historiadores capixabas têm perceptibilidades diferenciadas sobre como era Victoria do século XIX. Para alguns, foi uma típica cidade colonial portuguesa: tinha os seus casarões com varandas e suas escravarias. Já para outros, foi um lugar por onde passaram epidemias com grande frequência e fizeram suas devassas, deixando a cidade doente, menos populosa e mais pobre. Existem os que são taxativos e a caracterizaram como uma cidade evitada por visitantes em geral, pois suas ruas eram estreitas, cheias de morros, enlameadas. A iluminação era muito precária: à noite, muitas ruas do centro ficavam escuras. Todavia, em noites de lua, todos os lampiões eram apagados para a economia de energia e de mão-de-obra. Não havia um sistema de abastecimento de água a contento, muito menos banheiros, nem sistema de esgotos. Enfim, a cidade era insalubre: a sujeira contribuía para o surgimento de doenças. A saúde pública era deficiente e o número de profissionais e boticas eram precários. Como não se dispõe de espaço para se abordar os diferentes pontos de vista desses estudiosos e compará-los, recomenda-se a releitura do que se expôs sobre tais assuntos acima.

IV.3 Demografia das populações escravas da "Capital" e da Comarca de Victoria

Com o recenseamento das populações do Brasil em 1872, puseram-se em cheque, pela primeira vez, números logicamente plausíveis de suas populações escravas. A necessidade para se fornecerem subsídios, visando a superação de um problema nacional, vinha desde os tempos da Independência − em 1822. Era preciso dar uma resposta à pergunta "Sem termos estatística, como conheceremos o Brasil?" (SENRA, 2006, p. 45). Antes do ano de 1872, os censos eram feitos no âmbito das provinciais. Eles resultavam de procedimentos locais, os quais eram politicamente "desejados" e, como resultado, os dados eram imprecisos, conforme já abordado nesta pesquisa. Os estudiosos da demografia histórica brasileira consideram o censo de 1872 como um divisor de águas no que concerne ao conhecimento do Brasil. Isso facilita, até certa ponto, ter-se melhor noção sobre números estatísticos das etnias da segunda metade do século XIX. Em relação a este estudo, é indispensável ter-se conhecimento sobre as populações escravas habitando a região central − o conjunto de espaços municipais que constituíam a Comarca de Victoria. Importa, pois, demografizarem-se assas populações, de

modo a facilitar o conhecimento de seus números localmente. Os dados estatísticos que se levantam a seguir dizem respeito unicamente às populações escravas da comarca. De início, faz-se um primeiro levantamento censitário dos habitantes vivendo na "Capital" da Província. Na continuidade, procede-se do mesmo modo em relação ao censo das populações escravas do município de Victoria, computando-se os habitantes de suas freguesias. Assim também se procede ao levantarem-se dados censitários dos municípios que, em seu conjunto, formavam a comarca. Para tanto, elaboraram-se quatro tabelas nas quais estão contidos dados estatístico-progressivos, que podem ser analisados tanto de modo unitário quanto a partir de seus totais. Facilitam-se, assim, comparações e confrontos estatísticos de particularidades populacionais escravas vivendo em espaços urbanos dos municípios, com suas freguesias, que compunham a Comarca de Victoria. Desse modo formulado, apresenta-se a primeira tabela:

Tabela 7 − População escrava de Victoria, "Capital" da Província − ano de 1872

VICTORIA	F R E G U E Z I A	Escravos	Escravas
—	Nossa Senhora da Victoria	450	551
Soma Total.....		**1.001**	

Fonte: Recenseamento do Brazil de 1872 − IBGE/RJ, disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_es.pdf>

A população escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Victoria de 1872 apresenta-se em números razoáveis − 1.001 escravos −, caso sejam confrontados com números da primeira metade do século XIX. Já constam deste estudo censos provinciais, os quais denunciam não apenas precariedades técnicas, mas o desejo político-administrativo para se demonstrarem cifras populacionais que não condiziam com a realidade local. Em 1824, por exemplo, "[...] observamos que dos 7.912 habitantes livres [na freguesia] de Vitória, 4.372 são pretos ou pardos, 473 são índios e apenas 3.067 são declarados brancos. Tal distribuição concorre para a hipótese de que estamos frente a uma população majoritariamente mestiça" (MERLO, 2008, p. 111). A diferença no total de negros e pardos em relação ao total de brancos atinge a diferença (a favor de negros e pardos) de 1.305 a mais em relação aos brancos. Os números relativos a essa mestiçagem podem ser considerados como contribuintes para avultar as cifras populacionais escravas antes do recenseamento de 1872.

Tabela 8 − Populações escravas do Município de Victoria, considerando-se o conjunto de suas 5 Freguezias − ano base de 1872

MUNICÍPIO	F R E G U E Z I A S	**Populações escravas**
V i c t o r i a	Nossa Senhora da Victoria.....	1.001
	São José do Queimado.....	780
	São João de Cariacica.....	1.174
	São João de Carapina.....	251
	Santa Leopoldina.....	481
SOMA TOTAL		3**.687**

Fonte: Recenseamento do Brazil de 1872 − IBGE/RJ, disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_es.pdf>

No que tange à população escrava do Município de Victoria em 1872, os números estão consideravelmente elevados se comparados com os da Freguesia de Victoria. Por oportuno, vale ressaltar que, assim como no caso da Comarca de Victoria, a circunscrição judiciária do município também esteve sujeita a discussões político-administrativas, ensejando acréscimo e supressão de freguesias ao longo do século XIX. Tais posturas concorriam para o redesenho urbano e, consequentemente, para aumento ou diminuição de números de escravos.

Tabela 9 − Populações escravas da **COMARCA DE VICTORIA** − ano de 1872

MUNICÍPIOS	F R E G U E Z I A S	**Populações escravas**	Soma Total das populações escravas na **Comarca de Victoria**
V i c t o r i a	Nossa Senhora da Victoria.....	1.001	
	São José do Queimado.....	780	
	São João de Cariacica.....	1.174	
	São João de Carapina.....	251	
	Santa Leopoldina.....	481	
Vianna	Nossa Senhora da Conceição de Vianna.....	1.224	
	Santa Izabel.....	33	
Espírito Santo	Nossa Senhora do Rosário do Espírito Santo	511	
Serra	Nossa Senhora da Conceição da Serra.....	1.464	
T O T A L			**6.919**

Fontes: Recenseamento do Brazil de 1872 − IBGE/RJ, disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_es.pdf>
CAMPOS, Adriana Pereira. Tese de Doutorado: Nas Barras dos Tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX, 2003 − UFRJ

A Comarca de Victoria, segundo o modelo de circunscrição judiciária exposto acima, caracteriza-se pelas aglomerações municipais de populações escravas em números avultados

quando se leva em conta a população total da região central. Com as frequentes mudanças na circunscrição judiciária dos municípios, era natural que parâmetros urbanos das escravarias de municípios (e de freguesias também) fossem alterados, reverberando em toda a região central. Se a circulação de escravos pelas vilas da comarca era motivo de preocupação por parte das autoridades capixabas (CAMPOS, 2003), pressupõe-se que a mobilidade de cativos não era de se menosprezar: essa circularidade era, por assim dizer, uma espécie de sustentáculo a partir do que fenômenos tais como sociabilidades, solidariedades, rebeliões, fugas, adoecimento, mortalidade, entre outros fatos, aconteciam. Presume-se que a comunicação entre os cativos circulando dentro dessa região formava uma rede de informações que os fortificava.

Tabela 10 − Populações escravas divididas por homens e mulheres − **COMARCA DE VICTORIA** − Embasamento: Recenseamento do Brazil, ano de 1872

MUNICÍPIOS	**F R E G U E Z I A S**	**S E X O**			Totais das populações escravas por Município
		Homens	Mulheres	Subtotal	
V i c t o r i a	N. Sra. da Victoria.....	450	551	1.001	3.687
	São José do Queimado.....	407	373	780	
	São João de Cariacica.....	599	575	1.174	
	São João de Carapina.....	124	127	251	
	Santa Leopoldina.....	259	222	481	
Vianna	N. Sra. da Conceição de Vianna..	618	606	1.224	1.257
	Santa Izabel.....	14	19	33	
Espírito Santo	N. Sra. do Rosário do Esp. Santo	263	248	511	511
Serra	N. Sra. da Conceição da Serra	791	673	1.464	1.464
Total de homens e **Total** de mulheres.....		**3.525**	**3.394**		
SOMA TOTAL das Populações Escravas da **Comarca de Victoria**.....					**6.919**

Fontes: Recenseamento do Brazil de 1872 − IBGE/RJ, disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf>
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v4_es.pdf>
CAMPOS, Adriana Pereira. Tese de Doutorado: Nas Barras dos Tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX, 2003 − UFRJ

Finalmente, os dados demografizados na tabela acima oferecem oportunidade para se ter uma visão concreta e de conjunto dos quatro municípios formadores da Comarca de Victoria, como sejam: Victoria, Vianna, Espírito Santo (Vila Velha) e Serra, com suas respectivas freguesias. As populações escravas estão divididas por sexo − homens escravos e mulheres escravas. Uma maioria no cômputo de mulheres acima do número de homens pode ser encontrada só nas freguesias de Victoria, Carapina e Santa Izabel. Diante do total de nove

freguesias, essa diferença não pode ser considerada expressiva quando inserida no contexto geral populacional. Somente na freguesia de Victoria, pôde-se registrar uma superioridade mais sensível de mulheres escravas em relação aos homens: um número de 101 mulheres a mais, o que também não é muito expressivo se comparado com o número de homens escravos a mais no cômputo geral. Em outras palavras: no cômputo geral da escravaria distribuída nas nove freguesias da Comarca de Victoria, as diferenças entre números de homens e mulheres eram insignificantes. Ao se confrontarem as somas totais dos 3.525 escravos com as 3.394 escravas, encontra-se uma diferença de apenas 131 homens a mais. Isso representa equilíbrio entre os dois sexos. Quanto ao somatório total de 6.919 escravos vivendo na região central, considera-se como representativo de um número elevado em relação à população escrava de toda a Província, que em 1872 era de 22.659 escravos. Assim, os 6.919 escravos da Comarca de Victoria correspondiam a um percentual de 30,54% da população cativa geral provincial.

IV.4 Categorização das doenças "de" negros a partir das observações e conclusões do homem branco escravagista

É possível afirmar que o negro começava a adoecer ainda quando se encontrava em solo africano, provavelmente durante o período de "organização da captura" no interior da África (MEILLASSOUX, 1995). Essa apreensão prisional caracterizava o início de um processo em que o negro capturado pelo tumbeiro[226] tornava-se mercadoria ainda na hinterlândia africana (SILVA, 1996), onde e quando ocorria a primeira venda de seu corpo para esses comerciantes de gente. Em seguida, o negro era armazenado no que Meillassoux (1995) denominou de "o ventre de ferro", ou seja, o espaço escuro, sujo e mal arejado localizado no convés inferior dos navios negreiros. Entretanto, antes mesmo de ser pego e vendido como mercadoria, sabe-se que "Alguns escravos morreram em consequência da violência essencial à sua captura na África" (CONRAD, 1985, p. 44). O medo; as posições em que ficavam enfileirados, sentados e agrilhoados nos porões de tumbeiros; a pouca circulação de ar; o estar seminu e descalço; o calor ao dia e o frio à noite; a alimentação ruim; as más condições de higiene a bordo; a condição de ser um objeto sujeito a novas vendas e compras; tudo isso deveria contribuir para elevar o grau de estresse, ensejar as enfermidades e, em situações diversas, ocasionar mortes e suicídios de africanos durante a longa travessia

[226] O termo tumbeiro é polissêmico, pois não significa apenas tumba, sepultura. "O termo 'tumbeiros' referia-se não apenas aos navios negreiros, mas também aos caçadores ou compradores de escravos na África, que os conduziam até a costa. Os navios negreiros também eram chamados de 'túmulos flutuantes'" (CONRAD, 1985, p. 10). Este excerto corresponde a uma nota de rodapé, qual seja: a de número 3.

atlântica[227]. Esta ocorria entre as costas do continente africano e os grandes portos negreiros do Brasil, com copiosa preponderância para o porto do Rio de Janeiro, que era o mercado central de escravos do Império. Essas travessias envolvendo comércio de seres humanos[228] ocorreram durante cerca de três séculos. De acordo com dados fornecidos por Rodrigues (2000), as médias de mortalidade ao longo das viagens transatlânticas para todo o período − de meados do século XVI até 1850 − atingiram índices de 15% a 20% dos totais de almas traficadas para o Brasil.

Depreende-se que o tratamento dispensado ao negro, desde a origem até o desembarque no Brasil, contribuía para debilitar sua saúde. Assim, entre as causas de seu adoecimento e de sua morte no percurso da viagem forçada, consideram-se tanto circunstâncias quanto métodos aplicados para sua captura prisional. Ao ser desembarcado no porto do Rio de Janeiro, o negro era obrigado a passar por um período de quarentena[229], até sua venda mercadológica definitiva por e para traficantes de seres humanos, os quais cuidavam de sua dispersão pelo território nacional. De conformidade com o já tratado nesta pesquisa, o negro escravizado era a mão-de-obra disponível para fazer mover o trabalho nos centros urbanos e nas áreas rurais, ou nas lavouras do Brasil. Era, pois, considerado a "máquina humana" capaz de suportar os trabalhos mais pesados. Por outro lado, em geral os cuidados dispensados pelos senhores para com a saúde do negro eram precários e o seu adoecimento tornava-se inevitável, sobretudo durante a passagem de epidemias. Ao mesmo tempo em que era tratado como "máquina", o escravo era tido como sendo frágil em face das doenças. Estas eram, geralmente, atribuídas como sendo próprias "de" negro, isto é, de sua "raça" considerada inferior e, como tal, suscetível a muitos tipos de males. Assim, o negro

[227] A denominada "travessia atlântica" tem sido objeto de estudos por parte de pesquisadores da escravidão no Brasil desde fins do século XX. Entre esses estudos, faz-se referência ao livro de Florentino (1997). Esse autor levanta dados e trás novo olhar sobre a tão propalada, mas pouco compreensível, "travessia transatlântica". Ao final, tem-se a perceptibilidade de que o "comércio de almas" fora muito maior em números demográficos, e em termos econômico e sócio-político, do que se poderia imaginar. Rodrigues (2005) também aborda essa questão, só que a ela estão acrescidas, mesmo de modo sumário, assuntos tão pouco estudadas tais como: as condições de saúde, as doenças de bordo e os números elevados morte e suicídio durante o longo trajeto das costas da África para as costas do Brasil. Vale lembrar que Mattoso (2003) já estudara no ano de 1982, em parte, a problemática das doenças e mortalidade de escravos que ocorriam durante a referida travessias.

[228] Existe uma historiografia sobre o comércio de africanos para o Brasil. Não se pode afirmar, no entanto, que ela seja farta, exaustiva. Segundo especialistas no assunto, ainda há muito o que se conhecer. Entre os brasilianistas estudiosos do tráfico negreiro, Conrad (1985) destaca-se, entre outros, pela coleta estatística minuciosa de dados sobre vários aspectos do tráfico negreiro, desde os números volumosos de africanos traficados para o Brasil até suas condições de saúde e morte durante a travessia atlântica. Entre os brasileiros, recomenda-se Mattoso (2003) e os estudos recentes de Rodrigues (2000 e 2005)

[229] Muitos africanos ao chegarem da longa travessia encontravam-se ou doentes, magros, ou debilitados. Daí a necessidade de passar por um período de quarentena: eram alimentados e até medicados, para depois serem lançados à venda no Rio de Janeiro para abastecerem os mercados de escravos distribuídos pelo Brasil. Cita-se que "[...] houve muitos que chegaram ao Brasil bastante doentes e morreram logo depois, e houve muito mais que sequer chegaram ao Brasil [...]" (CONRARD, 1985, p. 44), ou seja, morreram durante a travessia.

tornara-se no "bode expiatório", ou seja, o responsável pelas doenças que acometiam os brancos, tidos como sendo de espécie superior.

Por um longo período de tempo, pelo menos entre a segunda metade do século XVI até aproximadamente 1850, o bem-estar do negro não foi motivo de preocupação por parte dos que estavam envolvidos no complexo sistema de tráfico negreiro. A ideia de que a escravidão de negros era algo natural, pois fora instituída pelo Estado e reconhecida pela Igreja como tal, propiciou dispensarem-se aos africanos tratos mais ou menos iguais aos dispensados a coisas, a animais, a objetos, ou a um maquinário destinado exclusivamente ao trabalho ininterrupto. Isso fazia parte de um ideário no qual estavam embutidas práticas como a desumanização, a coisificação e a exploração do negro. Porém, conforme já discutido neste estudo, ocorria uma inversão de valores no cerne dessas práticas, como seja: o negro se revoltava, fugia, formava quilombos, etc. numa demonstração de que ele não era um animal do tipo domesticado. "[...] na perspectiva de sua exploração, a comparação de um ser humano a um objeto, ou mesmo a um animal, é uma ficção contraditória e insustentável [...]" (MEILLASSOUX, 1995, p. 9). No entanto, ao desejar ser tratado como ser humano, igual aos demais, o negro era punido de modo severo. Em tais condições, sua saúde tornava-se mais debilitada, permitindo assim que seus corpos fossem acometidos por doenças mal conhecidas à época e, por tal razão, o homem branco não as compreendia e atribuía como se fossem próprias da "raça negra". Um dentre os primeiros escritos de observadores das denominadas "enfermidades de negros" ao qual se teve acesso é uma passagem do capítulo IX da obra de Andreoni (1966) − "Cultura e Opulência do Brasil" −, originalmente publicada em 1711. Conforme já tratado no Capítulo III, esse autor intuiu que as doenças dos escravos se manifestavam como advindas de dois tipos de atitudes, as quais foram classificadas como as "extroversas" e as "introversas". Da primeira atitude, as fugas, a organização em quilombos, assassinato de senhores, práticas fetichistas, embriaguez, aborto e suicídio foram consideradas como defeito de comportamento doentio relacionado aos aspectos fisiológicos. Em relação às atitudes do tipo "introversas", estariam as enfermidades de natureza mental, cujas manifestações eram compreendidas na modalidade de melancolia e o desconsolo. A esses dois estados doentios da alma negra estava associado o acometimento de suicídio. Percebe-se que as duas tipologias atitudinais estavam entrelaçadas, o que permitia o trato de uma como sendo decorrente da outra e vice-versa. "Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde" (ANDREONI, 1966, p. 164). Pelo visto, havia certo entendimento de que o trabalho ininterrupto era prejudicial à saúde do negro escravo. Havia também noção de que o cotidiano

no cativeiro era estressante. Havia certa perceptibilidade do estresse[230]. Embora essa emoção não fosse compreendida tal qual é nos dias atuais, ela era vislumbrada como uma espécie de sombra prejudicial ao bem-estar do cativo. Se as enfermidades eram frequentes, eis um indício de que os folguedos eram poucos ou sequer havia, pois dependiam das relações entre senhor e escravo, do contexto socioeconômico e político-religioso.

Em 1793, veio a público uma obra sobre tráfico e memória de "Pretos escravos", escrita por Luís António de Oliveira Mendes. Dedicada pelo autor à Real Academia das Ciências de Lisboa, trata-se do discurso acadêmico de um bacharel formado em leis que frequentou como voluntário aulas de filosofia e medicina na Universidade de Coimbra em 1777. O opúsculo[231] contém seis capítulos, dois dos quais são dedicados ao estudo das enfermidades dos "Pretos escravos". No último capítulo, são feitas observações sobre como amenizar e mesmo curar as enfermidades tratadas nos dois capítulos anteriores. Curioso que essas observações de cura eram direcionadas aos males da jornada de negros, desde sua captura nos sertões da África até os portos africanos; o embarque, seguido da travessia atlântica, até o desembarque e dispersão por todo o território brasileiro. O autor fez observações sobre a vida muito breve dos escravos no decurso dessa jornada até seu destino final, isto é, o Brasil. No primeiro capítulo, Mendes (1977) se antecipa e fornece explicações sobre algo que seria responsável nas origens pelas enfermidades dos negros: o clima tórrido e maléfico do continente africano.

[230] Na obra sobra "Uma Anatomia da Depressão", o estresse é tratado como sendo o resultado de várias situações em que o ser humano é oprimido. Segundo Solomon (2014), quando o estresse torna-se agudo, as pessoas ficam vulneráveis a diversos tipos de doenças, podendo chegar ao nível estremado de cometer o suicídio. Humilhação e perdas contribuem para gerar estresse, enquanto a violência pode ser utilizada como forma de liberação do estresse. "É claro que o estresse aumenta as taxas de depressão. O maior estresse é a humilhação; o segundo é a perda (SOLOMON, 2014, p. 61). Já em relação ao suicídio, esse mesmo autor afirma que "As tentativas de suicídio reais são geralmente desencadeadas por estresses externos, que frequentemente incluem uso de álcool, doença médica aguda e eventos da vida negativos (SOLOMON, 2014, p. 242). Mas, afinal, o que vem a ser o estresse, questiona o leitor. Em resposta, dois médicos afirmam que o estresse pode ser definido do seguinte modo: "Denominação dada ao estímulo físico ou psicológico que produz desequilíbrio ou tensão quando atua sobre o organismo" (VILLELA e FERRAZ, 2015, p. 150).

[231] Para os interessados em conhecer melhor a obra de Luís António de Oliveira Mendes, recomenda-se a leitura do Prefácio escrito por José Capela em "Porto, Fevereiro de 1977", ao final do qual encontra-se a seguinte nota esclarecedora: "Nesta edição foi integralmente respeitado o texto original, exceptuando a ortografia, que foi actualizada para facilidade de leitura" (CAPELA, 1977, p. 18). Esta notificação confirma que o texto original data de 1793, conforme consta da capa e contracapa do referido livro. Moura (2013), ao fazer referência à obra de Mendes (1977) prefere mencionar a edição original, isto é, a sua apresentação pública na modalidade de uma memória produzida em 1793. Depois de referenciar Octavio de Freitas e sua postura considerada preconceituosa em relação às "doenças de negros" trazidas para o Brasil, aquele escritor assim se reporta: "Posição muito mais isenta de preconceitos, porém, é a de Luís Antônio de Oliveira Mendes, em memória apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa no ano de 1793" (MOURA, 2013, p. 132). Com isto, se esclarece o seguinte: considera-se a obra de Jean Barthelemy Dazille − Observações sobre as Enfermidades dos Negros... −, primeira edição em língua portuguesa publicada em Lisboa, no ano de1801, como sendo posterior (cerca de uma década depois) à data de publicação memorial da obra de Luís António de Oliveira Mendes, no ano de 1793.

> [...] os Pretos exportados para o Brasil, ainda considerados no centro de seus sertões, são na sua origem, e nascimento, habitadores dispersos do Meio-dia. Em razão desta sua situação local, é claro, que sendo eles habitadores da Zona Tórrida, o seu clima vem a ser intemperado, ardentíssimo; o que obriga ao terreno, e conseguintemente aos habitadores a demasiada evaporação. Por isso mesmo a Atmosfera, que sobre eles carrega e circula, é a mais crassa, e o ar mais pesado e menos puro, que se pode considerar [...] (MENDES, 1977, p. 26).

Esse clima, apresentado pelo autor como sendo "muito doentio", não afetaria tanto a saúde dos Pretos viventes em seu próprio *habitat*. Porém, quando arrancados de suas raízes eles passariam a sofrer de males cuja origem se pressupunha advir do clima "intemperado" e "ardentíssimo". Esses males eram classificados em dois tipos a saber: a) As doenças agudas; e b) As doenças crônicas. No capítulo IV, é feita uma exposição do que foi denominado de "doenças agudas", as quais "[...] ordinariamente acometem aos Pretos escravos, e que são adquiridas nas mudanças dos seus alongados transportes, aonde tudo de mau, e contrário à conservação da saúde os persegue" (MENDES, 1977, p. 26). Em outras palavras: no clima equatorial e tórrido os vírus em "Condições controladas para proporcionar o crescimento de bactérias" (VILLELA e FERRAZ, 2015, p. 214) estariam, em estado potencial, à espera de oportunidade para gerar doenças agudas "de" negros. Desde que eles não se mobilizassem de seu lugar de origem, essas enfermidades permaneceriam adormecidas, incubadas, sim, mas potencialmente prontas para serem despertadas e infeccionar as pessoas (os próprios negros entre si também), caso os "Pretos escravos" fossem transportados de seu *habitat* para outras localidades, a exemplo do Brasil. "[...] no seu transporte, e no mesmo Brasil, vêm a ser umas grandes, e repentinas Febres, bem semelhantes às Perniciosas: as quais trazem consigo péssimos sintomas, e são decisivas; porque em poucos dias os matam, por serem amalinadas" (MENDES, 1977, p. 55). De acordo com o pensamento desse autor, as "enfermidades agudas" estavam divididas em nove tipos, conforme quadro expositivo seguinte:

Quadro 9. Mapa das **Doenças Agudas** "de" Pretos escravos, segundo estudo do bacharel Luís António de Oliveira Mendes

Tipos Doenças Agudas	Características	Sintomas/causas
1. Febres repentinas	Semelhantes às febres perniciosas	Péssimos sintomas como repentinas sonolências
2. As hemorragias	Febres que causam evacuação contínua, também conhecidas como Mal de Luanda	Ardência de febres que geralmente levam à morte
3. Bicho, ou corrupção intestinal	Há três qualidades de enfermidades do bicho	Mau cheiro do enfermo
4. Infinitas constipações	Maus tratos, falta de vestuário preciso, má alimentação	Frequentíssimas e veementes tosses
5. Infinitas sezões	Terçãs e quartãs	Febres amalinadas que levam à morte
6. Opilações decorrentes das sezões	Escape das sezões	Febres que levam à sepultura
7. Bexigas e sarampo	Braços e pernas cheios de pequenas bolhas ou pústulas	Enfermidades epidêmicas
8. Doença do bicho de outra espécie ou qualidade	Um bicho semelhante a uma linha branca que se encontra entranhado nalguma parte do copo do escravo	Frios e febres
9. Carbúnculos ou antrazes	—	—

Fonte: Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brazil apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa − 1793, por Luís António de Oliveira Mendes

Ao atentar-se para os tipos de moléstia e suas características, percebe-se que as febres estavam presentes em quase todos os nove tipos. Essas febres terçãs e quartãs foram citadas por Novaes (1964) em passagem de seu livro sobre "Medicina e Remédios no Espírito Santo". Outros autores, como Daemon (2010) e Oliveira (2008), também fizeram referências, de modo sumário, a febres frequentes em suas obras sobre o Espírito Santo colonial e provincial. Essas febres apareciam, sobretudo, durante as passagens de epidemias. Já nos Relatórios de Presidentes, tais febres foram motivo de preocupação por parte da administração local. Generalizadas, elas eram chamadas de "febres de mau caráter", ou mesmo de febres corruptas, algumas das quais foram classificadas como de natureza epidêmica.

Em se tratando das "enfermidades crônicas", Mendes (1977) decidiu dividi-las em oito tipos, apesar da existência de outras, como os tubérculos e os cancros[232], que ele classificou como sendo crônicas, mas que acometiam os Prestos escravos com pouca frequência. Sua definição para os males crônicos é como segue: "Das doenças crónicas; tirando algumas delas a sua origem das agudas, e dos infinitos contratempos, que os Pretos escravos têm sofrido, são

[232] É curiosa a afirmação de Mendes (1977) no que diz respeito à pouca frequência das doenças relacionadas aos tubérculos (pulmões) e cancros. Em Dazille (1801), essas doenças, sobretudo os cancros, foram observadas com profundidade e consideradas frequentes e estavam dentre as que mais acometiam os escravos. Adiante, faz-se uma exposição detalhada sobre esse assunto em Jean Barthelemy Dazille.

acrescentadas pelas outras, que de novo insurgem" (MENDES, 1977, p. 61). Com base no formato do quadro apresentado acima, reproduze-se a segunda tipologia de doenças a seguir:

Quadro 10. Mapa das **Doenças Crônicas** "de" Pretos escravos, segundo estudo do bacharel Luís António de Oliveira Mendes

Tipos Doenças Crônicas	Características	Sintomas/causas
1. Banzo	Ressentimentos: a saudade dos seus e de sua pátria, o amor devido a alguém, a ingratidão e aleivozia, a cogitação profunda sobre a perda da liberdade	Tudo aquilo que pode melancolizar. Fastio, obstinação. Trata-se de uma paixão extrema da alma que só é extinta com a morte
2. Sarna mansa	Contagiosa, moléstia muito impertinente e perigosa; é epidêmica	(coceiras repetitivas)
3. Sarna brava	Epidêmica: declara-se nas pudendas, virilhas, no nariz, atrás das orelhas; chamada de boubas que formam chagas	Origem de mal venéreo, que atingia também pessoas sem ter o mal pela participação dos humores de seus pais juntos nos armazéns e senzalas
4. Escorbuto	Mesmo que os escravos vivam alguns anos, sempre morrem dele	Fome, sede, comidas salgadas
5. Bichos	Pulgas que nascem nas mãos, na boca e com maior força nos pés, nas unhas e nos calcanhares,	Imundície, maus tratos no corpo, e principalmente no pé; causam frios, febres e as ínguas em todo corpo
6. Lombrigas	Relaxação do estômago, o que é inseparável dos climas ardentes que trazem consigo extraordinária frouxidão	Alimentos ácidos, comidas salgadas com picantes ardentíssimos; comidas de inferior qualidade ordinariamente consumidas pelos escravos
7. Hidropisias	Causadoras de mortes em números elevados; danificação das entranhas	Fomes e sedes
8. Resecação dos bofes	Os escravos são apaixonadíssimos por giribita, aguardente e cachaça do Brasil; necessidade de debilidade, frouxidão e relaxação do estômago; sentem frio e na falta de roupa se entregam à bebida	Frio; beber com frequência por ser o efeito das bebidas momentâneorepeti,

Fonte: Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brazil apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa − 1793, por Luís António de Oliveira Mendes

Um confronto dos dois tipos de enfermidades permite ter-se entendimento do seguinte: a) De que as "doenças agudas" eram, em geral, de curta duração e, na sua maioria, causava febres que tinham o poder de levar os africanos à morte; b) Os "infinitos contratempos" a que os negros estavam sujeitos contribuíam para o prolongamento das doenças agudas, as quais se metamorfoseavam nalgumas enfermidades do tipo "crônico". Em outras palavras, havia uma espécie de intercâmbio entre os dois tipos de doenças e as passagens do estado de vírus agudo para o vírus crônico dependiam dos níveis de estresse, que quanto mais elevado tanto mais era favorável ao surgimento das doenças crônicas. O estresse era, por seu turno, consequência daqueles fatores ocorridos durante o período de locomoção dos sertões para as costas da

África, do embarque, travessia atlântica, desembarque no Rio de Janeiro, quarentena, venda em leilões, até seu destino final nalguma aglomeração urbana, no meio rural ou nalguma fazenda do Espírito Santo provincial, por exemplo. Em face de tamanha susceptibilidade ao adoecimento logo nas origens e sua continuidade até o destino final do negro que se tornava escravo, é possível admitir que muitos africanos que eram comprados pelos consumidores locais já traziam consigo essas doenças que se tornavam crônicas e reapareciam por falta de cuidados ou tratamento adequado. Ao afirmar que as doenças crônicas eram originadas das agudas e do contexto de estresse a que o negro estava sujeito (por causa daqueles infinitos contratempos), Mendes (1977) admitia que mesmo após chegado ao seu destino e tornado escravo o "Preto" continuaria sofrendo, enfrentando aqueles contratempos e adoecendo.

No ano de 1801, foi publicada em Lisboa a obra "Observações sobre as Enfermidades dos Negros...", da autoria de Jean Barthelemy Dazille, médico e antigo cirurgião francês, com tradução de Antônio José Vieira de Carvalho, cirurgião-mor e lente de anatomia português atuante na Capitania de Minas Gerais. Assim como na obra de Luiz António de oliveira Mendes, originalmente vinda a público em 1793, a preocupação com as doenças "de" negros em Dazille-Carvalho (1801) traz nas entrelinhas o caráter pragmático-objetivo (a fé cartesiana na razão) e, sobretudo, os tons iluministas tão próprios do movimento intelectual e filosófico que dominou o universo das ideias na Europa do século XVIII (ABBAGNANO, 2012) e adentraria o século XIX. Nas anotações introdutórias da obra, e ao longo dela, percebe-se a existência de práticas teórico-relacionais entre os médicos-cirurgiões das Cortes portuguesa e francesa[233]. Ao que sugere, o tradutor português se insere como co-autor da obra ao adaptar de alguma maneira o sistema escravista francês ao sistema escravista português. Ora, ao tratar-se do maior Estado escravocrata das Américas, o Brasil, detentor de milhões de negros escravos, impunha a si um certo direito de definir sua taxonomia das doenças "de" negros. A obra de Dazille daria a Carvalho (1801) a oportunidade para reforçar uma ciência de técnicas voltadas para a identificação e classificação das enfermidades que eram próprias "dos" negros da Corte lusitana. Isso não diferia muito das doenças "de" negros pertencentes à Corte francesa, pois a

[233] De acordo com Nogueira (2011), o conhecimento e as práticas teóricas do médico português permitiram-lhe adentrar no conteúdo da obra do médico francês e inserir considerações intelectuais dialogais, o que caracterizou a obra, até certo ponto, como se estivesse sido escrita a quatro mãos. Havia interesse do médico português em conferir e adaptar os conhecimentos e experiência de Dazille ao sistema colonial escravocrata português. "Antônio José Vieira de Carvalho, ancorado em sua experiência e conhecimento teórico, não se contentou em fazer às vezes de mero tradutor da obra de Dazille, estabelecendo verdadeiro diálogo intelectual com o conteúdo do texto do cirurgião francês. Entretanto, esse tipo de atitude de inclusões e modificações nos textos que eram traduzidos não seria fruto apenas do ímpeto pessoal do nosso cirurgião-mor das Minas. Os padrões de produção e circulação de conhecimentos científicos do século XVIII 'autorizavam' a inclusão de referências e atualizações bibliografias; comentários de tratados congêneres e produção de notas de rodapé nas quais se expunham diretamente as considerações do tradutor acerca do assunto (NOGUEIRA, 2011, p. 4).

tradição do comércio de africanos para as colônias portuguesas oferecia longa experiência secular. É provável que Jean Barthelemy Dazille tenha sofrido alguma influência a partir das experiências de identificação e classificação das doenças "de" negros, desde longa data sob as observações e classificações dos médicos e cirurgiões portugueses.

Na abertura de seu estudo, Dazille (1801) fez recomendações aos leitores no que dizia respeito à categorização das doenças "de" negros. Era, de certa forma, uma precaução sobre o que ainda não estava de todo cientificamente normatizado, mas em fase de pesquisas, por assim dizer, sobre o que impressionava os estudiosos de sua época: as causas, a transmissão e as metamorfoses das doenças dos africanos. "A pratica da Medicina me tem occupado inteiramente: as questões vãs, o estudo das hypótheses, ou, melhor, das controversias dos Authores, que escrevem antes de ter praticado, não podem fazer mais que atrazar os progressos desta sciencia, e prejudicar á humanidade" (DAZILLE, 1801, p. 10); observação que já manifestava a instituição do olhar clínico do médico. Tais cuidados podem ser também observados no opúsculo de Mendes (1977), vindo a público pela primeira vez em 1793 − um estudo de menor extensão e bem menos conhecido do que a obra do médico francês. Há as mesmas preocupações em relação ao *habitat* do negro nos sertões africanos, características próprias de sua etnia e os perigos de sua readaptação nos territórios coloniais para onde eram destinados. Todavia, dentre todos os fatores aquele considerado como sendo mais doentio era o clima ardentíssimo da "Zona Tórrida" já referenciado por Mendes (1977). Em Dazille (1801), essa preocupação apresenta-se como central e mesmo exaustiva, uma vez que o médico francês delonga-se ao fazer uma exposição argumentativo-explicativa sobre climas e, em particular, sobre as derivações das doenças a partir de seus ambientes e do comportamento socioambiental de seus habitantes. Zona tórrida: ares e lugares considerados insalubres seriam determinantes para surgimento de humores doentios e das doenças. O exercício dos saberes neo-hipocráticos funcionavam como uma espécie de bússola no processo de estudos e vivências do médico francês. Conforme já mencionado neste estudo, o clima temperado e frio europeus apresentavam-se como "modelo", isto é, os mais recomendáveis para a preservação da saúde do homem europeu. Este era considerado como sendo o agente civilizador e detentor do conhecimento para prevenir-se dos males e apontar a cura a partir de seu isolamento de tudo o que fosse insalubre. O mundo dos miasmas e do telurismo eram insalubres; os climas tórrido e tropical eram insalubres e esse mundo não era o *habitat* do homem branco.

Quanto a suas observações sobre as denominadas moléstias "de" negros, Dazille (1801) elaborou um estudo abrangendo doze tipos de doenças, as quais estão distribuídas do seguinte modo: a) Seis enfermidades de natureza fisiológica diversas; b) Seis enfermidades de

caráter exclusivamente venéreas. Suas observações são alongadas, acuradas, com riqueza de detalhes. Para tanto, o médico francês apropriou-se do conhecimento anatomoclínico, ainda em fase de pesquisas iniciantes à sua época, utilizando-se de corpos de africanos para detectar causas fisiológicas das enfermidades "de" negros e possível prevenção delas.

Com o intuito de catalogar e facilitar a compreensão descritiva de cada uma dessas duas categorias de "doenças de negros", disponibilizam-se os dois quadros seguintes:

Quadro 11. Enfermidades "de" negros de Natureza Fisiológica **Diversas**, segundo observações do médico Jean Barthelemy Dazille − ano de 1801

Enfermidades diversas	**Dados gerais observacionais (e sintomáticos)**
1. Das Febres Podres	Os humanos tendem á putrefação; digestões lentas, e difficeis, as nauseas, a lingua carregada de hum limo espesso, e vermelho, o somno interrompido, os olhos vermelhos, e inflamados, a diminuição das forças, em fim hum abatimento universal; a cabeça se perturba,o rosto se faz vermelho, o ventre se meteorisa, as urinas são vermelhas; sucede uma crize pelossuores; a sede ordinariamente eh grande; as febres duram até vinte e hum dias.
2. Da diarrhea, e da dyzenteria dos Negros	Enfermidade mui frequente nos Negros; pela maior parte ella degenera em dyzenteria; os enfermos lanção por dejecções muitas vezes no dia materias de differentes qualidades; humas são claras, e avermelhadas; outras biliosas, e hum pouco espessas; o enfermo cahe em uma febre lenta, que o mina insensivelmente; a diarrhea degenera então algumas vezes em febre podre
3. Das enfermidades verminosas	Intestinos cheios de lombrigas; os Negros são sem appetite, e quando tem algum, he excessivo; elles tem nauzeas, o ventre inchado; na enfermidade verminosa dos Negros sobrevem febres, que então se tornam quasi sempre podre
4. Das Enfermidades do Peito	Podem ser agudas, e chronicas, nas que affectão a substancia do bofe, e nas que atacão as outras partes do peito; quasi todas as enfermidades agudas do bofe são inflammatorias; ellas provem mais depressa nos Negrospor hum engorgitamento viscoso; ella affecta mais commummente os Negros que trabalhão nas fazendas: os Negros domesticos raras vezes são affectados, porque vivem quasi como os Brancos
5. Da falsa peripneumonia particular aos Negros	Difere da verdadeira, em que esta he uma inflammação pura, e simples do bofe, acompanhada de febre continua, e aguda; na falsa peripneumonia pelo contrario, a febre apenas se nota nos primeiros tempos, o pulso he muitas vezes desigual, os enfermos são mais opprimidos, e a cara he mais inchada que corada
6. Da supuração do bofe particular aos Negros	Abscesso; supuração; materia purulenta; *ulcera*; a materia engongitada, muito tempo retida no bofe; hum ou mais tumores, que se chamão *tuberculos*; muitas vezes este humor faz degenerar a enfermidade em phytizica polmonar

Fonte: DAZILLE, Jean Barthelemy. Observações sobre as enfermidades dos negros... Tradução de Antônio José Vieira de Carvalho. Lisboa: Arco do Cego, 1801.

O tratado sobre as "febres podres" do Negro se estende por muitas páginas de estudos e de argumentos clínico-especulativos. A essa exposição delongada estão explicitadas causas, dúvidas sobre essas causas, além de recomendações antecipadas de remédios (muitas vezes baseadas numa medicina natural, em que as ervas e meizinhas se destacam). O objetivo é a

cura possível das chamadas "febres podres". Destaca-se o fato de que o conteúdo do tratado é cientificamente redundante: coloca-se em discussão a antecipação de recomendações voltadas para a prevenção e provável cura das febres. Pois ao final de seu tratado, o médico francês desenvolve um longo capítulo sobre os "Meios de prevenir as enfermidades dos Negros" (DAZILLE, 1801, p. 157). Ainda no que concerne às "febres podres", elas se transformavam em outros tipos de febres − de caráter brando a agudo − que são entranhadas nas outras cinco enfermidades seguintes, podendo vir a se caracterizarem como "febre podre". Os humores, o meio ambiente, o clima, a alimentação, o estilo de vida e também as emoções dos negros formam um conjunto de fatores que são observados, estudados e explicitados tendo-se como embasamento os saberes neo-hipocráticos e princípios de medicina anatomoclínica.

Em relação às doenças venéreas, Dazille (1801) elaborou um longo capítulo introdutório denominado "Das enfermidades venereas". Trata-se de uma introdução explicativa das causas, dos perigos das doenças venéreas que são expostas a seguir. Nessa introdução está predisposta uma gama de muitas observações, a partir das quais são feitas especulações, recomendações, caracterização da vida sexual dos negros, como seja: são lançados olhares críticos sobre os excessos da sexualidade do negro e feitas conclusões sobre o mal caráter de doenças venéreas.

> O mal venereo he a consequencia, ou mais depressa o effeito do concurso de muitas depravações; [...] As enfermidades venereas são muito communs entre os Negros; elas fazem muito maiores estragos, e são muito mais difficeis de tratar, porque quasi sempre, são complicadas com outras enfermidades, principalmente com o escorbuto [...] A experiencia demonstra, que nos paizes muito quentes, o virus venereo he muito mais activo, e que os seus accidentes são tambem muito mais graves [...] (DAZILLE, 1801, p. 97).

Ao todo, as doenças venéreas são classificadas como sendo em número de seis, parte do que já teria sido observado e concluído na introdução ao assunto. Como no quadro anterior, procede-se de modo similar na apresentação dispositiva e no fornecimento de dados gerais sobre os males venéreos tidos como sendo de um caráter próprio dos negros.

Quadro 12. Enfermidades "de" negros de Natureza Fisiológica **Venéreas**, segundo observações do médico Jean Barthelemy Dazille − ano de 1801

Enfermidades venéreas	**Dados gerais observacionais (e sintomáticos)**
1. Da gonorrheia virulenta	He a mais frequente de todas as affecções venereas, he o estado, em que se sente na extremidade do membro huma certa comichão, e sahe pelo canal da uretra hum humor glutinoso; as urinas, passando por este canal, excitão huma ligeira inflammação; erecção quase sempre muito dolorosa; este mal augmenta-se mais nos homens, a extremidade da glande se faz vermelha; e nas mulheres os grande labios se inflamão, e o humor toma huma cor verde, ou amarellada
2. Da gonorrheia vulgarmente chamada cahida no escroto	Sobrevem mais commummente, quando o humor da gonorrheia diminue de subito consideravelmente, ou quando se supprime de todo; então o cordão dos vasos spermaticos se incha, assim como o epididyme, e o testiculo de hum aou de ambos os lados; estas partes se fazem dolorosas, e se inflammão á proporção da quantidade, e da acrimonia do humor suprimido
3. Das difficuldades de urinar produzidas por ulceras, e prisões da uretra em consequencia das gonorrheias	Depois da suppressão do corrimento da gonorrheia, e principalmente quando a inflamação se tem estendido até á glandula prostata, experimentão-se algumas vezes difficuldades invenciveis de ourinar; a prostata se torna scirrosa; a febre lenta póde sobrevir, consumir pouco a pouco o enfermo, e conduzillo á sepultura
4. Dos depositos, que se fórmão no perineo em consequencia das gonorrheias	O deposito he hum tumor quente, e tenso, que excita a febre, e causa picadas dolorosas, e lançadas mui vivas; este mal sobrevem ao perineo em consequencia de huma gonorrheia mal tratada
5. Da ophtalmia venerea	Quando a gonorrheia se supprime subitamente, sobrevem algumas vezes aos olhos hum prurito, que bem depressa se muda em dôr inflammatoria muito consideravel; as palpebras se engrossão, e o póde mesmo acontecer, que ellas se voltem para fóra
6. Das bobas	As bobas he huma enfermidade, que se tem até o presente respeitado como particular aos Negros, na qual sobrevem ulceras em differentes partes do corpo, mas principalmente nas da geração; he de presumir, que o virus venereo exerce principalmente sua actividade sobre os corpos mal nutridos, fatigados, enervados, pois que então elle produz accidentes mais graves, mais mortiferos, e menos susceptiveis de cura; he sobre tudo nas Ilhas da zona torrida, que se observa esta enfermidade comas mesmas causas do galico; as bobas são communs nas nossas Ilhas da America, como tambem na maior parte da Africa

Fonte: DAZILLE, Jean Barthelemy. Observações sobre as enfermidades dos negros... Tradução de Antônio José Vieira de Carvalho. Lisboa: Arco do Cego, 1801.

O médico e cientista francês desenvolveu seis capítulos com exclusividade sobre as doenças venéreas. A cada um deles é dedicado prolongado estudo sobre condições inerentes à vida particular do negro, o que contribuía para o acometimento desse tipo de doença. Entre as causas das enfermidades venéreas, a má nutrição, a fadiga do trabalho pesado, a exposição ao clima da zona tórrida, a carga emocional de níveis elevados de estresse do negro escravo, entre outros motivos, oportunizavam maior atividade dos vírus. Curioso que as doenças de próstata apresentavam-se como parte das observações clínicas desse médico. Mais uma evidência de que os corpos dos escravos eram utilitários e utilizados no processo de pesquisas de medicina anatômica, por meio do que se buscava entendimento sobre o *locus* e possíveis

causas e curas para doenças a partir do que se considerava à época como sendo moléstias "de" negros. Em face de tanta informação sobre doenças venéreas de escravos, buscou-se resumir os dados, tendo-se cuidado para eleger o essencial e disponibilizar no quadro acima.

Ao final de seu tratado, Dazille (1801) apresenta o que ele denominou de "Meios de prevenir as enfermidades dos Negros". O médico francês passa a imagem de um homem de ciências a serviço de sua Corte em Paris, a qual, em fins do século XVIII e início do XIX, disputava espaços com velhas Cortes − portuguesa e espanhola −, em busca do apossamento de terras ou fazer a manutenção de colônias já existentes. No cerne dessas conquistas, havia a comercialização de africanos, cuja mão-de-obra escravizada era indispensável para o trabalho nas zonas tórridas ou tropicais. Então, é de se esperar que o tratado do médico francês estava direcionado para a detecção das doenças "de" negros e de sua provável cura, sim, mas tendo como objetivo a sua força de trabalho cativa. Ao final de sua "Conclusão", essa questão fica mais clara, pois o conteúdo do excerto a seguir a comprova.

> Esta obra contém verdades, que não se saberia bem repetir aos habitantes das Colonias; e cuidados, que se lhes não saberia recommendar. Com a satisfação real de aliviar a desgraça da humanidade, de adoçar o rigor da sorte de seus escravos, elles terão a vantagem de conservar mais tempo servos, que se lhes tornarão sempre mais uteis pela inclinação, e fidelidade, que este cuidado da sua parte deve infalivelmente inspirar a estes entes desgraçados (DAZILLE, 1801, p. 175).

Contam-se vários os estudos sobre as chamadas doenças e ou enfermidades "de" negros produzidos sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX. As três obras referenciadas acima foram selecionadas tendo-se como meta a construção de uma narrativa, de uma amostragem utilizada como exemplo dessa problemática[234]. Importa ter-se em mente que essas três obras se imporiam no Brasil escravista e serviriam de inspiração para estudiosos da escravidão durante e depois do fim da instituição dela. Um dos mais notáveis seguidores do pensamento de Luís António de Oliveira Mendes, de António José Vieira de Carvalho e de Jean Barthelemy Dazille seria o médico natural do Piauí, domiciliado em Recife-PE, José Octavio de Freitas, que publicou em 1935 o livro "Doenças Africanas no Brasil". Obra polêmica até os dias de hoje, Freitas (1935) compilaria uma considerável quantidade de males "importados" da África para o Brasil. Quase todas as doenças elencadas e estudadas pelo médico "pernambucano" estão embasadas nas pesquisas e observações dos estudiosos supramencionados. Aquilo que foi preconizado por Freitas (1935) como sendo de origem

[234] Sabe-se de obras importantes sobre essa temática, tais como: "Erário Mineral", de Luís Gomes Ferreira, originalmente produzido em 1753 − Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001; "Dos climas e das doenças no Brasil ou estatística médica deste Império", de Joseph François Xavier Sigaud, originalmente escrito em 1844 − Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009, entre outras.

africana estaria, por assim dizer, "atualizado" segundo compreensão das enfermidades dazilleanas. Nesse sentido, esse médico pernambucano cuida de registrar a presença dos mosquitos africanos, perigosos transmissores das doenças que supostamente os negros teriam transportado da África para o Brasil. As "febres podres", por exemplo, receberam o nome moderno de "febres malignas". No Capítulo II de seu livro, os argumentos levantados sobre os "males" africanos importados para o Nordeste brasileiro, com destaque para Pernambuco, e todo o país têm o aporte teórico de muitos "estudiosos" sobre o assunto. Mais recente, o médico pernambucano Parahym (1978) publicou um opúsculo sobre as "Doenças dos Escravos em Pernambuco". O autor, professor de higiene universitário, reforça que algumas enfermidades tinham como berço indiscutível a África. Como exemplo, cita-se o "ainhum", descrito por ele do modo seguinte: "O berço da doença é, sem dúvida alguma, a África" (PARAHYM, 1978, p. 10). As querelas sobre lugares de origem das doenças e o papel de seus transmissores através dos tempos − sejam mosquitos ou seres humanos, por exemplo − permanecerão aqui e ali, o que suscitará reflexões, sim, sem no entanto impedir o avanço das pesquisas em biologia e medicina em parceria com áreas outras do conhecimento, a exemplo das Ciências Históricas.

IV.5 Alimentação, vestuário e moradia escravas

O que o negro comia em seus lugares de origem certamente não era o mesmo alimento depois que ele passava à condição de mercadoria capturada nos sertões da África e, como tal, era vendida como escravo nos mercados das Américas, sobretudo nos brasileiros. Ao longo de cerca de quatro séculos, muitos negros foram tornados reféns de traficantes no interior do continente africano. A sua captura selava o fim de sua liberdade e início da escravidão de seus corpos e vontades. O único interesse por parte dos traficantes de gente era a força de trabalho desse cativos, introduzidos nos mais diversos setores das sociedades escravistas. Por quase quatro séculos, colonizadores recorreram-se a uma fonte "inesgotável" de negros jovens e saudáveis vivendo em seus espaços de origem, cuja alimentação e os cuidados para com a saúde eram diferenciados do que viriam a comer e sofrer no cativeiro brasileiro. A condição de ser negro e a de ser escravo se tornariam barreiras difíceis de serem superadas para o africano tornado cativo no Brasil. Isso pode ser compreendido por meio de outro viés: "Para a gente de cor havia dois fatores que, mais do que quaisquer outros, serviam para complicar a situação: escravidão e o preconceito" (SCARANO, 2002, p. 132). Esses fatores seriam determinantes para definir as condições de vida escrava num cotidiano de trabalho forçado e

diversificado; para definir as condições de higiene e, em decorrência, afetar a saúde do negro escravo no Espírito Santo colonial e provincial. Ao ser escravizado no Brasil, o negro seria alimentado mal, vestiria e moraria mal; sua higiene seria precária. "E, pôsto que comecem mal, principalmente pelo castigo que é o pau, prouvera a Deus que tão abundante fôsse o comer e o vestir como muitas vêzes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada, ou levantada [...]" (ANDREONI, 1966, p. 162). Como resultado, ele adoecia com frequência de enfermidades agudas e crônicas, das febres podres, das disenterias, das doenças venéreas de tipos os mais diversos. Além disso, o negro era vitimado por enfermidades epidêmicas, cujos surtos foram frequentes no Oitocentos. Isso propiciaria uma elevada mortalidade de escravos vivendo na Comarca de Victoria. Antes de se fazer menção a doenças a que os cativos de Victoria estiveram sujeitos, na segunda metade do século XIX, importa conhecerem-se algumas causas que contribuíram para o seu adoecimento e, quando fosse o caso, a sua morte.

A boa alimentação pode ser considerada como fator importante para se ter um corpo saudável. Por outro lado, a má alimentação apresenta-se como fator contribuinte para minar a saúde e oportunizar o aparecimento de doenças. A historiografia sobre um sistema detalhado de alimentação dos escravos no Brasil Império não pode ser considerada abundante, mas há. No ensejo, faz-se uma narrativa sobre a qualidade da comida do negro escravo em geral. Os três autores que escreveram sobre suas observações e conclusões a cerca das doenças "de" negros, referenciados no tópico acima, teceram vários comentários sobre a má alimentação dispensada aos africanos escravizados. Dentre eles, o médico francês Jean Barthelemy Dazille registrou muitas observações sobre o assunto. Leia-se a passagem seguinte:

> Já se disse no principio desta obra, que a comida dos Negros sendo insipida, uniforme, e não fermentada, não poderia produzir nos humores a reparação, que lhes he necessaria; o que os faz degenerar, e os dispoem á putrefacção, que he a sua consequencia infalivel; dahi vem a febre podre, e outras enfermidades deste genero; dahi algumas vezes a peste, que os verdadeiros Medicosrespeitão como o terceiro gráo de um só, e mesmo mal, de que a febre he o primeiro, e a febre maligna o segundo. Com effeito, ha exemplos de enfermidades pestillenciaes, produzidas unicamente pela falta de viveres, e pela miseria (DAZILLE, 1801, p. 157).

O médico francês reconhece que dentre as modalidades para se prevenir enfermidades dos Negros, uma alimentação melhorada ou balanceada (um termo próprio do entendimento sobre essa questão na atualidade) seria recomendada. Dazille (1801) dedica todo um capítulo no qual faz recomendações e dá vários tipos de receitas para prevenir os males que ele dizia serem próprios dos negros. Assim, uma comida exclusivamente vegetal e fresca seria algo apropriado para evitar doenças tais como a alkalescencia e a putrefação dos humores. Ele

alertava para o fato de que esse tipo de alimentação deveria ser bem preparado e conservado para surtir o devido efeito. Pressupõe-se que a ideia era o bom preparo e consumo do alimento a tempo, antes de sua degeneração, ou seja: a comida não poderia ser estragada, adormecida de um dia para o outro. Comida estragada, ou podre, poderia causar doença e morte.

A partir desta instância, faz-se uma abordagem sumária sobre a alimentação "de" negros no Brasil e no Espírito Santo do século XIX, tendo-se como embasamento percepções de alguns autores. A denominada "Região dos Diamantes" de Minas Gerais − século XVIII − mereceu a atenção de Scarano (2002), que desenvolveu estudos sobre a alimentação do "homem de cor" no Setecentos. A motivação tem como cerne o interesse pelo conhecimento dos hábitos alimentares de determinados grupos ou categorias sociais, visando-se a compreensão de estratégias de vida saudável, se for o caso, ou de sobrevivência, que era a situação do negro escravo. "O negro e o mulato, escravo ou forro, constituem o maior contingente populacional nas Minas Gerais do século XVIII [...] fazendo parte das categorias mais desfavorecidas, sofrem as agruras [dos] que têm o mais precário alimento do período" (SCARANO, 2002, p. 38). Essa autora faz advertência para o conceito de alimentação que se conhece na atualidade, o que difere do entendimento sobre tal assunto no Brasil escravista dos períodos colonial e imperial. Todavia, a despeito de tais cuidados, era fato concreto o adoecimento de escravos que tinham suas forças físicas exauridas devido ao trabalho pesado nas minas e, para agravar sua debilitação, eram mal alimentados. Para se ter noção sobre o que os escravos mineiros comiam, a autora diz que "Nas listas de compras que sustentavam os escravos, o milho era sempre o primeiro [...], seguido de fubá, do feijão, da carne, do sal, do azeite de mamona e do fumo" (SCARANO, 2002, p. 46). O milho era tido como um alimento "polivalente", que no falar da autora servia de alimento tanto para escravos quanto para as bestas de carga e para o boi. Quanto à carne, essa vinha depois do milho, do fubá e do feijão. Este, vinha em terceira categoria; a carne, vinha em quarta categoria. A carne mais consumida não era a fresca e, sim, a seca e salgada. Nos raros relatos sobre comida de escravos no Espírito Santo provincial, a carne não estava incluída, conforme se verá mais adiante. Já em relação aos escravos de Minas Gerais, que comiam carne (pouca carne), essa autora afirma que o adoecimento era frequente e dentre os fatores que mais contribuíam para torná-los "incapazes" eram os seguintes: maus-tratos, serviço pesado e excessivo, alimentação deficiente, vestuário inadequado e males que não eram de todo curados.

> Quando a doença chegava, havia significativa modificação no modo de tratar os negros e os escravos, tão duramente explorados nas lides cotidianas. [...] O primeiro problema, entretanto, diz respeito ao momento em que um escravo é considerado "um doente". [...]

> muitos escravos eram levados a trabalhar quando mal se sustentava em pé. [...] A doença e o doente eram presença marcante. [...] existia um considerável número de cativos elencados como "incapazes". Nessa categoria incluem-se cegos, aleijados de diversas espécies etc., muitos dos quais são jovens; mas, na verdade, há "incapazes" de todas as idades. [...] não se leva em conta que a maioria de seus males resulta de maus-tratos, serviço excessivo, deficiências alimentares ou de vestuário, doenças mal curadas. O caso da cegueira [...] impressionou Freyreiss que afirma nunca ter visto tantos [negros] cegos como no Brasil [...] o que pode ser resultado de doenças e de dieta deficiente. [...] Os "incapazes" traziam considerável prejuízo econômico, sofriam de doenças incuráveis e não se encontravam à beira da morte ou de uma situação extrema. [...] não se cogitava que o regime de trabalho e as condições de vida fossem causa da má saúde. Apenas algumas autoridades teciam crítica à situação penosa, e poucas vozes erguiam-se no sentido de melhorar tais condições (SCARANO, 2002, p. 53/56).

A alimentação do escravo vivendo no Brasil colonial e imperial fez parte dos estudos de Cascudo (2004). Antes de adentrar na questão da alimentação do negro escravizado e vivendo na Colônia e Império, esse historiador fornece alguns dados esclarecedores sobre as origens da alimentação do africano ainda quando vivia livre no interior da África. Já se fez uma abordagem acima em torno das origens alimentares do negro antes de ser escravizado, as quais deveriam ser diferentes dos preceitos alimentares vigentes no Brasil escravista. Cascudo corrobora essa hipótese: antes de serem aprisionados no interior da África, os negros eram provedores cuidadosos de sua alimentação. Porém, após capturados eles eram obrigados a se alimentarem da ração que lhes davam seus captores. Ao atravessarem grandes extensões de terra até chegarem aos depósitos das feitorias de seus compradores, "[...] sua dieta tornava-se irregular e [sua] fome cobrava larga percentagem, abrindo clareiras na coluna dos escravos que se deslocavam para o longínquo litoral" (CASCUDO, 2004, p. 199). Em seu trabalho, esse autor recorre-se de vasta documentação e de relatos de viajantes que escreveram sobre o processo de mudança na alimentação e na dieta de negros, desde sua captura, travessias no interior da África, embarque, travessias atlânticas, até seu desembarque no Brasil e sua distribuição pelas vastas regiões do Império. Essas regiões estão mencionadas como segue: Norte, Nordeste, Bahia, Centro e Sul. Independente das distâncias entre os engenhos, minas, as fazendas e os centros urbanos, diferenças alimentares não eram tão marcantes: no geral, a base alimentar do negro, em nível nacional, era quase idêntica: milho, mandioca, peixe salgado, carne seca e cachaça misturada com os mais diversos condimentos. Os pirões podiam ser ou de fubá (milho) ou de mandioca. Independente de peculiaridades entre essas regiões, desde o período colonial até o fim do Império, a alimentação dos escravos não mudara como era de esperar. Pode-se afirma que depois da interrupção definitiva do tráfico em 1850, os cuidados para com a dieta do servo negro possam até ter recebido certa atenção por parte dos senhores. Porém, é fato que manobras foram feitas pelos escravistas para disponibilizar mão-

de-obra escrava no mercado brasileiro interno, sem no entanto atentar-se para com o rigor da alimentação e saúde dos cativos. Além do tráfico interprovincial, uma nova estratégia seria motivada para a aquisição de braços destinados à manutenção do trabalho cativo, qual seja: a família com reprodução endógena de escravos[235]. Cuidados com a comida e saúde passariam a ser motivo de estratégia política, no caso dos escravistas; econômica, no caso de fazendeiros. A partir de 1830, manuais do fazendeiro[236] proliferariam no Brasil. Todavia, isso pouco ou nada alteraria o que vinha sendo praticado há séculos. A alimentação permaneceria deficiente e, em consequência, a saúde dos escravos era agravada.

> Na primeira fase do ajustamento o escravo no Brasil não consumia de bom grado os carás, as pacovas e mesmo o milho que lhe davam *por fruta* [...] Preferia naturalmente inhames em vez de carás e bananas em vez de pacovas, alimentos que deixara de provar desde a sujeição. [...] O milho apetecido pelo negro seria o sorgo ou a série de milhetos da Costa de Angola e de toda a Guiné, desde o Senegal. A farinha de mandioca era fundamental e o escravo foi obrigado a ingeri-la diariamente (CASCUDO, 2004, p. 200-201).

Em se tratando dos escravos que eram vendidos ou desembarcados no Nordeste, frutas próprias da região, como os cajus, eram por eles preferidos para a recuperação da saúde. O "mal de Luanda", que na verdade era o escorbuto, minava a saúde dos negros. A falta das vitaminas em geral, com destaque para a vitamina C, contribuía para aumentar o aludido mal.

---

[235] Os estudos sobre família escrava e reprodução endógena no Brasil são recentes. Sobre família, a obra de Carlos Engemann − "De laços e de nós", de 2008 − é uma recomendação que se faz para os interessados no assunto. Sobre família escrava no Espírito Santo, alguns trabalhos foram desenvolvidos, entre os quais citam-se os seguintes: "O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871" − Tese de Doutorado de Patrícia Maria Silva Merlo, ano de 2008. Em 2018, foi publicado o livro de mesmo nome e de autoria dessa historiadora; "Criar laços para viver juntos: a construção de famílias entre os escravos de Vitória, 1850-1871" − Dissertação Mestrado de Rosani Freitas Faria, ano de 2013. Sobre família escrava e reprodução endógena: "Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)" − Dissertação Mestrado de Geisa Lourenço Ribeiro, ano de 2012. Sobre reprodução endógena de escravos no Espírito Santo do século XIX, encontram-se dois artigos da autoria de Adriana Pereira Campos, ambos de 2011. No artigo intitulado de "Escravidão, reprodução endógena e crioulização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos", essa historiadora escreve sobre "[...] a importância da família escrava na sociedade brasileira do Oitocentos, especialmente a reprodução endógena propiciada por tal tipo de enlace, tomando como referência a Província do Espírito Santo no período [e da] dinâmica demográfica da população escrava na Província do Espírito Santo durante o período de recrudescimento da escravidão nas Américas, ao longo do século XIX. Demonstrou-se que, à época, a sociedade capixaba apresentava elevado percentual de escravos, mantendo-se, entre as províncias brasileiras, como aquela com maior contingente de cativos, mesmo após o fim do tráfico em 1850" (CAMPOS, 2011, p. 85 e 94). O conteúdo destes excertos corrobora a hipótese sustentada acima.

[236] Entre 1830 e 1870, uma série de manuais de fazendeiros foi publicada no Brasil. O "Manual do Fazendeiro, ou Tratado Doméstico sobre Enfermidades dos Negros", de autoria do médico Jean-Baptista Alban Imbert, publicado no ano de 1839, encabeçaria um ideário sobre a alimentação e saúde de escravos. Por detrás desse ideário havia uma ideologia voltada para a administração normativa dos escravos, visando a organização de um trabalho mais produtivo e, em última instância, dava suporte para o governo manter o sistema escravocrata nacional operante. Imbert (1839) preconizava que a maioria dos escravos tinha uma alimentação insuficiente, grosseira. Isso contribuía para adoecê-los e agravar sua saúde. "O sustento do negro he muitas vezes inferior ás necessidades de seu estomago. Alem disto esse sustento he grosseiro, e faz necessário muito trabalho da parte deste orgão; daqui resultão indigestões, saburras, languidez na assimilação, e todas as enfermidades da pobreza, que são a consequência deste genero de vida" (IMBERT, 1839, p. 22).

"Desembarcados, exaustos, sangrando pelo 'mal de Luanda', o escorbuto infalível, ulcerados, arquejando ao peso da 'barriga-d'água', os escravos, quase sempre, iam recuperar as forças e recobrar a saúde acampados debaixo dos cajuais, multimilionários de ácido ascórbito" (CASCUDO, 2004, p. 201). Nas outras regiões do Brasil, as fontes de vitamina C era o limão e principalmente as laranjas. Estas seriam obrigatórias na alimentação dos escravos: tinha-se em mente evitar não apenas o escorbuto, mas outros males como as gripes, que se tornavam epidêmicas. Muitos viajantes produziram escritos sobre as práticas alimentares dos negros, passando uma ideia errônea da realidade. Cascudo (2004) cita obras de Rugendas e de Carl Seidler, por exemplo, nas quais está escrito que muitos tipos de frutas, feijões, toucinhos, carnes, peixes, arroz, entre outros, faziam parte do cardápio dos escravos. Outra ideia errônea era a de que os cativos recebiam uma alimentação em conformidade com rigor de seu trabalho e da localidade − urbana ou rural − ou da região do Brasil em que se encontravam.

> A impressão lógica é que o escravo teve alimentação relacionada com sua atividade essencial. Escravos de engenhos de açúcar, escravos das fazendas de gado, escravos da mineração, escravos dos cafezais, escravos urbanos, não deviam ter a mesma dieta. Variavam os produtos, e cada profissão teria horário característico para alimentar-se. Tal não se verificou. A base era idêntica, e apenas a incidência de alguma carne ou pescado para dar gosto distinguia os regimes. Para o Norte a farinha de mandioca garantia o pirão, indispensável, diário, sinônimo do próprio alimento geral. Pelo interior da Bahia, para o centro e sul do Brasil estendia-se a geografia do milho. A farinha de mandioca não era ignorada nem ausente no Sul e Centro, tal e qual o milho ocorria no Norte e Nordeste mas sem predominância do primeiro elemento nos repastos (CASCUDO, 2004, p. 202-203).

É curioso que em um Estado escravocrata e geograficamente tão vasto, com grande concentração de populações escravas no litoral, desde o Norte ao Sul, os tratos para com a saúde daqueles que, em última instância, eram as "máquinas" que moviam os motores de uma economia agrária nacional estivessem sujeitos a sofrer carência de necessidades básicas como a comida cotidiana. A historiografia produzida nos séculos XVIII e XIX sobre tal assunto não é numerosa e, como visto, esteve a serviço do Estado escravagista à época.

> Muito já se romantizou sobre o assunto; chegou-se mesmo a afirmar que, durante a escravidão no Brasil, era o escravo o membro mais bem alimentado. Criou-se uma lenda de que o escravo brasileiro era bem nutrido; tinha uma dieta rica em proteínas, cálcio, originando-se daí o fato de terem os dentes fortes e brancos. [...] No entanto, nada disso é comprovado pelos fatos. A alimentação do escravo era composta de quantidade e qualidade insuficiente e precária. Sua dieta era, em geral, miserável, pobre e escassa. Muitos senhores obrigavam-no a plantar pequenas roças para sua subsistência. Alguns escravos comiam barro para completar a alimentação. [...] Esta situação de extrema carência era, no entanto, apresentada de forma romantizada por Gilberto Freyre, quando afirma que os escravos brasileiros eram bem alimentados (MOURA, 2013, p. 24-25).

Em relação à historiografia sobre a dieta alimentícia dos escravos vivendo na Comarca de Victoria, tem-se pouco para referenciar. Os relatos de viajantes sobre tal questão são assaz escassos; e quando há, são abordagens de conteúdo implícito: é-se obrigado a buscar algo nas entrelinhas. Entre os estudiosos capixabas da escravidão, Novaes (2010) aborda, de forma explícita, a problemática numa passagem cujo valor representativo dessa situação tanto no Brasil quanto no Espírito Santo escravista está expresso, de maneira densa, em cerca de três diminutos parágrafos. Rocha (2008) cuidou de fazer alguns parcos apontamentos sobre uma alimentação abundante de peixes à época em que D. Pedro II esteve em visita no Espírito Santo, no ano de 1860. Porém, nada há sobre a alimentação de escravos. Mesmo assim, é possível encontrar nas entrelinhas evidências sobre tal peculiaridade. Logo adiante, reproduz-se o que esses dois autores perceberam sobre tal questão.

Entre os viajantes que estiveram no Espírito Santo e em Victoria no século XIX, Saint-Hilaire (1974) fez anotações em torno do que ele denominou de "detalhes sobre a agricultura". A produção agrícola concentrava-se no milho, arroz, feijão e açúcar, sendo boa parte dos três primeiros produtos exportada para a Bahia e todos os quatro gêneros eram "remetidos" para o Rio de Janeiro. No que se referia à alimentação de populações locais, o botânico não forneceu dados sobre os tipos de gêneros consumidos pelas diferentes classes sociais. Mas, deixou pistas. Ele fez relatos sobre a "extrema morosidade" por parte dos moradores em relação ao trabalho, ao seu deslocamento e mesmo à falta de predisposição para adquirir alimentos básicos e prover sua própria dispensa. "O estorvo de atravessar a água faz com que, dos arredores, se tragam à vila poucos legumes e outras provisões; também as pessoas que nada têm senão choças, cuidam apenas dos alimentos indispensáveis à vida" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 48). Ao que parece, essas pessoas a quem o botânico estava se referindo era àqueles da classe menos privilegiada, pois moravam em "choças"[237] nos arredores de Victoria. O tipo de habitação mencionada denota, pois, moradia de pessoas pobres: moravam em choupanas e o alimento de que dispunham era apenas o indispensável à sobrevivência. De início, a ideia que se tem é a de que nessas choças moravam escravos. Contudo, é difícil afirmar ou negar que se tratava da moradia de escravos, já que estes comumente habitavam em suas senzalas à sombra de seus senhores. Na sequência das observações desse autor sobre alimentação, lê-se o seguinte: "Em verdade, abatem-se bovinos duas vezes por semana na Vila de Vitória, mas isto não se faz em maior número por ser desnecessário ao consumo dos moradores" (SAINT-

[237] O que seria uma choça no século XIX; de que era feito; como se caracterizaria. No intuito de prover alguma informação sobre esse tipo de residência, segue o excerto seguinte: Choça e uma "[...] cabana rústica feita com materiais leves como palha, ramos, colmos etc. [...] casebre pobre e tosco [...]" (HOUAISS, 2001, p. 703).

HILAIRE, 1974, p. 48). É provável que o peixe substituísse a carne, assim como o arroz que era substituído por outro tipo de gênero alimentício, pois exportado para o Rio de Janeiro.

Além do milho, arroz, feijão e açúcar, plantavam-se a mandioca e os carás, aos quais Cascudo (2004) se referiu como não sendo alimento de bom agrado consumido pelos escravos que gostavam mais dos inhames naturais e bananas. O negro era obrigado a comer o cará para saciar a fome. O botânico francês fez distinção ao trabalho cuidadoso dos agricultores da Vila de Vitória em se tratando do plantio dos carás: eles escolhiam o período de lua minguante e plantavam todos aqueles vegetais de raiz comestível. "Têm o cuidado de plantar no minguante todos os vegetais de raiz alimentícia, como os carás (*Dioscorea*), as batatas, a mandioca e, ao contrário, plantam durante a lua nova a cana-de-açúcar, o milho, o arroz, o feijão" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 48). Ao contrário do que ocorria em Minas Gerais, não se criavam porcos em Victoria, pois os agricultores alegavam que eles destruíam as plantações de mandioca. A única ocasião em que o naturalista francês fez referência à alimentação dos escravos foi numa situação curiosa, quando, em princípios do século XIX, Antônio Pires da Silva Pontes Leme foi nomeado capitão-mor para administrar o Espírito Santo. Considerado um personagem dado a práticas de extravagâncias, ocorria que "[...] se passeava com os oficiais da Guarda Nacional (milícia) [...] sentia bárbaro prazer [ao forçá-los] a comer o jantar repulsivo dos negros que encontrava no caminho" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 48). Ora, não se tem como saber do que era constituído o jantar desses escravos. O que era considerado "repulsivo" à época, também não se tem como constatar. Todavia, pode-se aventar a hipótese de que os carás, que não eram do bom grado para os negros do Nordeste, podiam sê-lo para os oficiais da milícia no Espírito Santo. Tal pressuposto não consubstancia uma ideia de que os escravos eram seletivos quando se tratava de sua alimentação. Por meio dessa sumária exposição sobre os alimentos cultivados em Victoria, objetiva-se detectar, ao menos em parte, aqueles gêneros que eram consumidos pelos escravos. Crê-se que os agricultores locais cuidavam do plantio daquilo que eram seus alimentos, tendo como suporte o trabalho de seus escravos. Ao levar-se em conta a exposição feita pelos autores mais acima sobre do que constava (e do que não constava) a dieta dos escravos, presume-se que a comida diária dos senhores agricultores de Victoria não era a mesma que seus escravos comiam.

Durante a presença de D. Pedro II e sua Família Real no Espírito Santo, entre fins de janeiro e início de fevereiro de 1860, seria de se esperar preocupação por parte da gestão local sobre o que oferecer no café da manhã, no almoço e no jantar para o imperador, família e toda sua comitiva. Felizmente, o que Rocha (2008) escreveu sobre alimentação não diz respeito ao monarca e, sim, à "indústria" de pesca e aos hábitos alimentares da sociedade local em geral.

> Quanto às condições de vida e higiene, desnecessário se faz referir à abundância do peixe, pois havia uma indústria da pesca desenvolvida, com duas dezenas de lanchas que iam pescar em alto-mar, nos Abrolhos e em Cabo Frio, demorando-se dias para regressar ao porto trazendo os peixes salgados. A carne verde, porém, escasseava, pois as reses sacrificadas nunca satisfaziam o consumo. Havia uma padaria explorada por um cidadão francês, o Sr. Penaud, mas o pão do pobre, para não dizer o lastro da sua alimentação, era a farinha de mandioca ou o fubá de milho (ROCHA, 2008, p. 44).

Não se sabe até que ponto essa "indústria" de pesca contribuía para suprir necessidades dietéticas das populações de Victoria. Ao que tudo indica, parte do peixe era exportada para o Rio de Janeiro, por exemplo; parte era consumida por segmentos da sociedade local; a classe dos pobres não comia peixe; os escravos, ao que parece, comiam pouco ou não. A carne verde (fresca) era escassa provavelmente porque poucos agricultores ou criadores de animais de grande porte como o boi não tinham poder aquisitivo para promover um abastecimento que satisfizesse os que tinham dinheiro para comprar. Se o pobre não comia pão porque não tinha dinheiro para comprar, isso quer dizer que o pão era um luxo para as elites locais. Quanto aos escravos, o pão não fazia parte da alimentação diária deles. Mas, afinal, o que os escravos de Victoria tinham em sua "mesa" para o almoço e o jantar diários, eis uma questão importante para se expor. Sobre esse assunto tão particular, o que se dispõe é uma sumária amostra da cota habitual alimentar dos escravos. "É certo que alguns senhores, de espírito cristão, conquistaram a dedicada amizade dos servos. Davam-lhes roupa decente e farta alimentação. Outros, porém, reduziam-nos a "pela macaco" e laranja com farinha" (NOVAES, 2010, p. 38). A quantos senhores esse "alguns" correspondia, não se tem como documentar. Também não há como quantificar o termo "outros", relativo ao número de senhores que tratavam mal seus cativos. Entre "alguns" e "outros", é provável que o número de senhores que não cuidavam da dieta alimentar de seus escravos, nem os provinham de roupas a contento, fosse maior do que os ocupados com o bem-estar de seus cativos. O "espírito cristão" podia habitar o coração das duas partes. Se os padres tinham seus escravos, um senhor que não cuidava da saúde de seus cativos também era um cristão. Sabe-se, de acordo com farta documentação encontrada nos Relatórios de Presidentes, que as revoltas, fugas, fundação de quilombos, capturas e prisões ocorreram em números elevados no Espírito Santo da segunda metade do século XIX. Em conformidade com o já exposto nesta pesquisa, os números sobre a violência contra escravos e as ações deles contra seus senhores aconteceram em números avultados. Isso aponta para evidências de conflitos na relação entre donos e servos. Dieta deficiente e as precariedades de saúde deviam ocorrer em números proporcionais aos de suas ações de revoltas.

> Segundo relatos antigos e conversas ao pé do fogo, sobre o tratamento dos escravos, pelos fazendeiros, nalguns lugares do Espírito Santo, à noite, negros famintos recebiam, às escondidas, o socorro da alimentação que outros mais afortunados lhes davam, nas divisas de certas fazendas. Conhecida era, mesmo, a ração de uma cuia de farinha e o caldo de laranja. Banana, ou angu, para o café da manhã. Pão?... Era comida de branco. Constituía a base da alimentação, nas fazendas, que tratavam melhor seus escravos, o milho (farinha, fubá, canjiquinha), o feijão, a carne seca e, às vezes, arroz além de o café (NOVAES, 2010, p. 38).

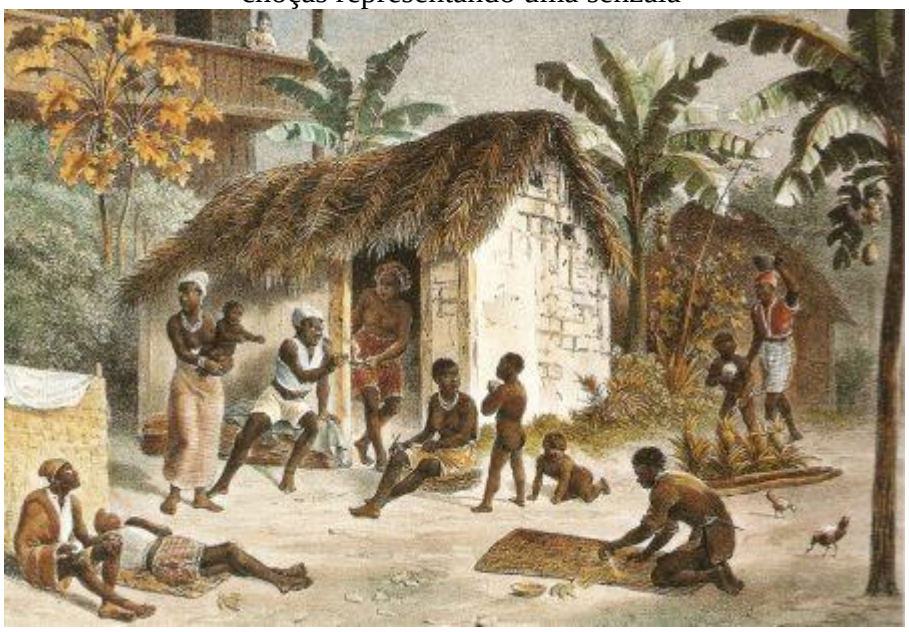
Sobre as roupas que os escravos vestiam, entende-se que os costumes não diferiam tanto dos de outras províncias. Ao fazer anotações sobre a cultura local de algodão, Saint-Hilaire (1974) denunciou ser esse produto no Espírito Santo de qualidade "muito inferior" àquele de Minas Gerais. Havia teares destinados à produção artesanal de tecidos de algodão, grande parte do que era vendido para o Rio de Janeiro. "Também se faz, na Província do Espírito Santo, um tecido grosso, branco, de algodão, semelhante ao de Minas Gerais; uma parte desse tecido é despachado para a Capital do Brasil e para outros portos [...]" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 51). Ocorria ainda que na seleção desse produto, as melhores peças destinavam-se ao comércio e os refugos eram utilizados para a confecção de roupas dos cativos. Estes vestiam muito mal e, quase sempre, andavam descalços. No livro "Cultura e Opulência do Brasil", encontra-se, de modo explícito, uma alusão feita ao descaso dos senhores em relação à saúde e às vestes de seus servos. Se o cativo se encontrava doente, a falta de cuidado para com a vestimenta de seu corpo era bastante notório. "[...] a quem o serve deve o senhor, de justiça, dar suficiente alimento, mezinhas na doença e modo com que decentemente se cubra e vista, como pede o estado de servo, e não aparecendo quase nu pelas ruas [...]" (ANDREONI, 1966, p. 162). Na Victoria oitocentista, aqueles refugos de tecido artesanal, tecido grosseiro de algodão, eram utilizados para vestir os corpos de escravos. Eis o que o botânico e naturalista francês revelou: "[...] o resto serve na região para fazer as camisas e as calças dos escravos [...]" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 52).

No que diz respeito à moradia das "famílias" formadas por negros escravos, importa ter-se entendimento sobre algumas particularidades pertinentes a uma questão para a qual ainda há necessidade de mais estudos. Por exemplo: sobre os espaços, trabalho doméstico da família escrava dentro de "suas" casas; sobre as relações familiares, religiosidade dentro da casa, e assim por diante. Se o tempo de trabalho dos escravos excedia à duração de oito horas, como pensar o tempo para dedicação dos afazeres domésticos, quando cem por cento do tempo de cativos pertenciam a seus senhores. Sabe-se que havia senzalas ao derredor da residência do senhor; havia senzalas em torno da residência dos padres donos de escravos;

havia senzalas também ao redor dos conventos, a exemplo do Convento do Carmo em Victoria e, de modo especial, do Convento de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha.

> A senzala faz, portanto, parte da vida cotidiana de sujeitos escravizados, envolvendo formas de organização social, resistência e convívio social. A palavra tem origem africana e significa morada, entretanto a forma de moradia era estabelecida pelos senhores, que cuidadosamente preveniam fugas colocando grades nas poucas janelas existentes e instalando à frente da senzala o pelourinho – tronco destinado aos castigos físicos da população escravizada. Essa estratégia era utilizada a fim de utilizar o castigo como forma exemplar aos demais e inseria as sevícias na vida cotidiana e na morada desses homens e mulheres (ANDRADE, 2018, p. 2).

Figura 8 − Habitações de negros escravos: choupanas ou choças representando uma senzala



Habitação de negros escravizados, a Senzala. Obra de Johann Moritz Rugendas.
Fonte: <https://www.infoescola.com/historia/senzala/>

A ilustração acima, de autoria do pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), é uma representação do que deveriam ser duas habitações de escravos, que, na verdade, são duas choupanas ou choças. No primeiro plano, há uma choça caiada; já no segundo plano, a choça é ainda mais elementar e não está caiada. Ao fundo, ergue-se imponente a residência do senhor: na varanda está uma senhora a observar a escravaria em um momento que aparenta o uso de um tempo para o descanso, para a prática de solidariedades entre os membros dessa suposta família. Percebe-se que no conjunto de composição dessa "unidade familiar" estão dispostos todos os pormenores modelares próprios de uma família formada por pessoas livres pobres e não escrava. A senhora na varanda bem pode ser a representação de um cotidiano em que senhores e servos viveriam em perfeita harmonia. Assim, ela é segurança e contém todos

os elementos de uma comunidade possuidora de espírito cristão. Os espaços das choças são visivelmente pequenos. Os personagens estão distribuídos estrategicamente, em instantes de lazer, distribuídos pelo chão de terra batida. Todos os elementos estão descalços e vestidos de modo o mais simples. Três mulheres não vestem blusas. As crianças seriam a prole saudável e à espera de sua iniciação ao universo da escravidão. No conjunto final, a representação de uma "perfeita" família escrava corresponderia ao que o pensamento iluminista apregoava à época. O pintor alemão deixa transparecer a filosofia da escola onde se graduou: Academia de Belas Artes de Munique. Ao contrário do ar trágico e moribundo de uma de suas obras mais famosas, "Negros no Fundo do Porão" do navio negreiro − de 1835, nessa pintura "Habitação de Negros" − produzida entre 1822 e 1825, há um idealismo, há uma resolução benéfica para os africanos que sobreviveram à travessia atlântica e tiveram a "sorte" de serem comprados por um senhor de "espírito cristão"; formar família reprodutora de peças novas de futuros escravos, cuja mão-de-obra estaria a serviço da continuidade do sistema escravista no Brasil de então. A pintura acima foi pensada para atender a uma demanda do Estado escravista.

> A divisão interna da senzala é bastante diferente de como são organizadas as moradias atuais. A divisão interna que prevê espaços individuais (quartos, banheiros) não existia, nem mesmo a divisão por unidades familiares, tendo em vista que a própria noção de família se alterou com o tempo. Não havia divisão de cômodos e dormiam todos juntos, num mesmo espaço, apenas com separações entre homens e mulheres e crianças. Para dormir o chão era o destino. Diretamente na terra ou sobre palhas eram as formas que os escravos encontravam para se acomodar para a noite de sono (ANDRADE, 2018, p. 2).

As choças de escravos que viveram em senzalas na Comarca de Victoria podem ter sido pensadas e construídas tendo como embasamento todos esses critérios do excerto acima, todos os ideais pensados e reproduzidos na pintura de Johann Moritz Rugendas. A historiografia sobre moradia de escravos no Espírito Santo do Oitocentos é praticamente inexistente. Eis um fator que dificulta o entendimento de como teriam sido constituídas as famílias de escravos e a reprodução endógena na Comarca de Victoria, por exemplo. Dos viajantes que estiveram de passagem pelo Espírito Santo, alguns fizeram anotações sobre escravos, sim, mas pouco sobre seu cotidiano, sobre sua alimentação, saúde, moradia. Em 1888, já em fins do Brasil Império, a botânica e naturalista Teresa da Baviera esteve no Espírito Santo. Seu objetivo era estudar a flora e a fauna locais. Em sua última visita à Comarca de Victoria, em 8 de setembro de 1888, quando cavalgava a cavalo, junto com comitiva e alguns auxiliares escravos, ao se aproximar de Carapina, teria observado moradias de negros, que eram senzalas onde se abrigavam os cativos de donos de fazendas espalhadas nas proximidades da estrada. Eis como a descrição dessa visão chegou até os dias atuais:

> Na beira da estrada havia algumas fazendas isoladas. Além da casa senhorial, havia algumas moradias de negros. Tratava-se de cabanas de barro e palha enfileiradas e, vistas de fora, mais pareciam estábulos. A julgar pelas cabanas miseráveis, nada indicava uma atenção especial dos fazendeiros em relação aos escravos (BAVIERA, 2013, p. 138).

Provavelmente, essas choupanas vinham sendo construídas, sem alterações, há séculos. A comparação das moradias de escravos a estábulos pressupõe um tipo de local para animais segundo as necessidades e utilidades da época. Seriam estábulos que Teresa da Baviera vira no Brasil, ou sua observação tinha como base o que ela conhecia em seu país de origem. Não se tem ideia sobre como seria o interior dessas moradias: que tipo de chão eram os sobre os quais os escravos dormiam à noite; havia proliferação de animais peçonhentos e transmissores de doenças; em que situação as necessidades fisiológicas eram feitas; a situação das roupas que vestiam. Dependendo de como os espaços interiores dessas moradias eram conservados, ou não era, enfermidades deveriam ocorrer nas senzalas de Victoria.

IV.6 Doenças a que estavam sujeitos os escravos na Comarca de Victoria e mortalidade escrava

Entre fins do ano de 1855 e início de 1856, as populações livres e escravas da Comarca de Victoria − e da Província do Espírito Santo como um todo − estiveram sob o açoite da epidemia chamada à época de *cholera-morbus*. Até onde é possível saber, antes dessa data fatídica nada de tão oportunista e acidental, flagelador e mortal houvera ocorrido. Nunca antes, pobres, senhores e escravos estiveram à mercê dos "caprichos" de uma doença de "mal caráter" epidêmico tão forte e ainda pouco conhecida. Era o império das febres seguidas de diarreias que se tornavam em disenterias galopantes. Nunca as populações locais estiveram tão febris, fragilizadas e sujeitas a morte causada pelos tentáculos de um emagrecimento e consequente desidratação rápidos. O cólera foi oportunista porque encontrou nos centros urbanos e rurais as condições ideais para a sua manifestação e propagação de movimento veloz. Essas condições ideais foram: associação de insalubridade pública com a falta de higiene doméstica; precariedade socioambiental; subalimentação ou má nutrição de pobres e de escravos; descuidos pessoais como o andar descalço. Some-se a isso as delimitações dos saberes médicos neo-hipocráticos, a crença nas forças deterministas de poder do sobrenatural, a falta de hospitais, de remédios, de profissionais de saúde e de condições de vida adequadas que concorressem para a prevenção sanitária individual e coletiva locais. O caráter acidental, flagelador e mortal da doença seria reforçado e ocorreria em consequência da soma de todos os fatores mencionados acima. Assim, o conjunto desses fatores formaria

um cenário de contextos propícios e acolhedores para que a epidemia se alastrasse com rapidez estupenda. As características fundamentais da epidemia de cólera são apresentadas do modo seguinte: "Ela associa uma diarreia profusa a vômitos incoercíveis, placas azuladas no corpo e um emagrecimento rápido. O doente morre de desidratação nalguns dias ou nalgumas semanas; podem também dar-se casos de morte súbita" (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 116-117). Diante de tal cenário de morbidez, acredita-se que a mortalidade de escravos, por razões que se expõem mais adiante, tenha atingido níveis elevados, sendo superada, provavelmente, pela mortandade de crianças filhos de escravos (ou filhos de pessoas pobres).

A epidemia de *cholera-morbus* encontrou uma província vulnerável do ponto de vista higiênico, sanitário e médico-farmacêutico. Os números de mortes foram anunciados no jornal local Correio da Victoria e documentado pelo governo provincial. Em 08 de março de 1856, a presidência anunciava a extinção e o fim da epidemia. Em seu Relatório de mesma data, o Barão de Itapemirim forneceu os dados conforme seguem: a) Número de 1.300 mortes na Província; b) Número de 358 mortes em Victoria; c) Pico de mortalidade a partir de 15 de dezembro de 1855, com o número máximo de 18 mortes por dia. Esses números não são absolutos e podem ser questionados[238]. Nas informações passadas pela administração local não há dados estatísticos sobre as classes sociais que mais sofreram e pereceram em face da epidemia; também não há um levantamento estatístico de quem foi acometido pelo cólera e sobreviveu e dos que morreram "coléricos". Franco (2015) levanta uma série de hipóteses que viabilizam mais entendimento desse fenômeno, proporcionando certa compreensão em torno de questões cruciais, tais como: escassez de dados, grupo social mais vitimado, ações de prevenção, números de mortos, impactos na economia e política locais.

> Infelizmente não tivemos acesso a toda a documentação que possibilitasse saber com exatidão quantas pessoas foram vítima fatal do surto de cólera ocorrido entre 1855 e 1856, na Província do Espírito Santo. [...] os registros encontrados são incompletos, mas não menos importantes para desenvolvermos o que foi a passagem dessa epidemia (FRANCO, 2015, p. 176).

Essa escassez de dados sobre doença e mortalidade de populações no Espírito Santo do século XIX é provavelmente a maior dificuldade que o pesquisador encontra para enfrentar. Em se tratando das enfermidades e mortalidade de escravos, admite-se que os

[238] Os dados sobre o número de mortos durante a passagem da epidemia de cólera entre 1855 e 1856 variam de documento para documento. Em face de tais dificuldades, o pesquisador deve ser cuidadoso ao fazer o registro de números, o que o obriga a recorrer-se de dados de diferentes fontes e confrontá-los visando encontrar um possível denominador comum. No estudo de Piva (2005) sobre a ação da Irmandade da Misericórdia no Espírito Santo da segunda metade do século XIX, podem ser encontrados dados estatísticos diferenciados sobre números de mortos que contrariam os registros fornecidos no Relatório de 1856. "[...] em setembro de 1854 e abril de 1856 foram vitimadas 1.572 pessoas por outro surto colérico" (PIVA, 2005, p. 76).

documentos sobre tal assunto não só são escassos como também apresentam lacunas. Mesmo assim, é possível desenvolver pesquisa. Há, pois, que se refletir sobre a tese segundo a qual "[...] o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento. Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação. [...] todo documento histórico é uma construção permanente" (KARNAL e TATSCH, 2015, p. 12). Foi para essa direção que Franco (2015) orientou seus estudos[239]: envidar esforços para superar barreiras, interromper o silêncio de vozes dormentes nos registros disponíveis, empreender evocações e, a partir delas, desenvolver uma primeira construção sobre o assunto. Ao final do trabalho, os números que esse historiador encontrou diferem daqueles registrados no Relatório supramencionado, isto é, de um total de 1.300 mortes passou para o cômputo de cerca de 1.700 pessoas falecidas.

> Dos autores que se debruçaram sobre a temática da cólera no Brasil, toda a unanimidade afirma que o número de mortes se deu em maior escala entre os menos favorecidos. No Espírito Santo, essa situação não foi diferente. O médico Luiz Gonzaga d'Araujo Britto, que atendeu às vítimas da cólera [em Victoria], disse que a maioria dos doentes e mortos eram indivíduos "inteiramente desprovidos de fortuna, [que se achavam] morando em casa toda arruinada" [...]. no Espírito Santo, conseguimos contabilizar mais de 1.700 pessoas mortas, número significativo para impactar a vida da província (FRANCO, 2015, p. 177-178).

Em relação às populações escravas, o mesmo pesquisador acima relatou que elas eram o alvo mais suscetível às febres e diarreias coléricas. Ora, conforme já registrado no presente capítulo, escravos e ou homens livres negros de quaisquer idades estavam mais sujeitos às doenças por razões tais como: alimentação precária, trabalho pesado e intenso, higiene individual e coletiva baixa, pés descalços, pouca roupa (andavam seminus), moradias também precárias. Pressupõe, assim, que durante a passagem da epidemia de cólera, entre 1855-1856, essas populações tenham sofrido as maiores baixas, tanto nos centros urbanos quanto nas localidades rurais onde havia fazendas com engenhos. A partir de um levantamento estatístico da escravaria trabalhando em oito engenhos dispersos no Município de Itapemirim, Franco (2015) registrou a morte de 100 escravos, um número considerado significativo. Isso foi uma amostragem tendo por base dados de documentos sobre mortes de cativos em fazendas só daquela região. Os resultados obtidos servem como aporte para se aferir entendimento do que possa ter ocorrido em outras regiões da Província onde também havia fazendas com engenhos e pelas quais a epidemia teria passado. A impressão que se tem é a de que os índices de morte

[239] No ensejo desta observação feita sobre dificuldades encontradas pelo pesquisador em História, por exemplo, em face da escassez e incompletude das fontes, e quais as decisões possíveis a serem tomadas, de modo que a pesquisa tenha continuidade, desnecessário é tecer comentários sobre as barreiras encontradas pelo autor desta pesquisa e os tipos de estratégias metodológicas utilizadas por ele, visando tocar os estudos adiante.

de cativos foram igualmente elevados. Para se ter noção da vulnerabilidade das populações escravas em face de doenças, fossem elas endêmicas ou epidêmicas, recorre-se ao seguinte:

> É importante destacar que os médicos do século XIX sabiam que a população pertencente aos estratos menos favorecidos era a maior vítima da cólera. [...] Para o membro da Junta de Higiene Pública do Rio de Janeiro, o médico José Pereira do Rego, os escravos e os homens de cor eram as maiores vítimas da cólera, e justificava esse fenômeno pelo fato de eles se dedicarem a serviços mais árduos, por desprezarem os preceitos higiênicos, pelo consumo de uma dieta pobre em proteína e em pequena quantidade e, por fim, pelo local onde habitavam, que era insalubre e infecto. [...] quando levamos em consideração a condição social dos mortos pela cólera, observamos que foram os escravos ou livres [escravos libertos] as maiores vítimas (FRANCO, 2015, p. 179).

Quais teriam sido as moléstias endêmicas (e epidêmicas) a que as populações escravas da Comarca de Victoria estiveram sujeitas no século XIX fazem parte de uma problemática a qual se leva a termo a partir desta instância. Inicialmente, fez-se um levantamento de dados em torno das enfermidades mais incidentes e que acometeram pessoas acolhidas no hospital da Santa Casa de Misericórdia do Espírito Santo. Os resultados, considerados parciais, foram organizados na modalidade de um quadro expositivo, como segue:

Quadro 13. Doenças de pessoas medicadas no Hospital da Santa Casa da Misericórdia − Período: de janeiro a dezembro de 1867

RECURSO	**Relação das ENFERMIDADES**
Mappa Estatistico Pathologico das Pessoas Medicadas no Hospital da Santa Casa de Misericordia durante o Anno de 1867	Anemia, Asthma, Abcesso, Bexigas, Cancro, Congestões, Delirium tremens, Epilepsia, Febre intermitente, Febre tifica, Febre simples cout., Hydropesias, Lesões phisicas, Lesões org. do coração, Lesões do cerebro, Molestias do tubo intestinal, Molestias dos orgãos abdominaes, Molestias dos orgãos respiratorios, Molestias da pelle, Molestias do utero, Molestias do systema nervoso, Paralesia, Pneumonia, Pleurisia, Phthisica, Rheumatismo, Syphilis, Velhice
Número total de Enfermidades..... **28**	
Observações (período de janeiro a dezembro de 1867): **1.** Número de escravos atendidos: **25** (8,4% do total) **2.** Número de maiores: 171 (57,4% do total) **3.** Número de menores: **127** (42,6% do total) **4.** Número total de pacientes: **298**	

Fonte: Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo pelo Provedor da Saúde Pública, Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira − 29 de janeiro de 1868

Ao final desse procedimento estatístico, encontrou-se o número expressivo totalizando 28 enfermidades, entre as quais a bexiga, ou seja a varíola, de natureza epidêmica, e a velhice, curiosamente tida à época como se fosse uma doença de caráter irreversível. Em princípio, essas doenças não diferem nem em natureza nem em números daquelas que foram compiladas e categorizadas por Mendes (1977) e por Dazille (1801) como sendo "doenças de negros"[240] escravos. Fenômenos nosológicos como anemia, asma, cancros, congestões, febres (podres, intermitentes ou simples), moléstias do tubo intestinal (dos órgãos abdominais, ou dos órgãos respiratórios), tísica, sífilis, e outros, acometiam escravos do mesmo modo como acometiam os que a esses fenômenos se expusessem estando em condições favoráveis para a aquisição fisiológica deles. Nem etnia nem condições sociais eram impedimentos contra a doença.

Os pobres formavam uma classe a que se denominou de "menos favorecida" e a qual se recorria aos serviços de caridade e da cura de males oferecidos pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Para a contabilidade das 28 enfermidades constantes do quadro nº 12 acima, o recurso utilizado foi consultar o "Mapa Estatístico Patológico" contendo número de pessoas doentes que foram hospitalizadas e medicadas no Hospital da Misericórdia durante o ano de 1867. Importa notificar que esse mapa foi elaborado pelo Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, que se autodenominava de "médico dos pobres"[241]. Um estudo minucioso daquilo que está contido nas observações do aludido mapa permite ao pesquisador analisar os dados estatísticos relacionados ao seguinte: o número total de doentes que estiveram internados no hospital da Santa Casa de Misericórdia ao longo dos doze meses do ano de 1867 contabilizou 298 pacientes; destes, 171 eram maiores e 127 eram menores. O adoecimento de 127 menores correspondem a 42,6% do total. Eis aqui dados que corroboram o alto índice de adoecimento e de mortalidade de crianças à época. Se essas crianças eram todas filhas de pobres livres, não se teve ainda como comprovar; porém, os indícios apontam para sua confirmação. Por outro lado, essa constatação não exclui aquela que aponta para índices elevados de adoecimento e mortalidade infantil escrava. Nesse mesmo mapa encontrou-se uma soma de 25 escravos hospitalizados, o que se considera baixo caso seja

[240] Para a devida compreensão desse assunto, recomenda-se a leitura do tópico IV.4 deste capítulo.

[241] Por oportuno, recomenda-se a pesquisa de Cunha (2016), na qual a "Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo" − na segunda metade do século XIX − é estudada. No terceiro capítulo, que tem o subtítulo "O Médico dos Pobres", o personagem central é o Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira. "[Busca-se] resgatar o perfil do inspetor de higiene Ernesto Mendo, um indivíduo construído no social, em meio às redes de sociabilidade em que esteve envolvido e atuou [como] dirigente da Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo. [...] O médico Ernesto Mendo acumulou os cargos de professor de Geografia e História no Liceu Provincial e provedor da Saúde Pública. As atribuições de médico acarretavam frequentemente sua saída da Capital para o interior do Espírito Santo, o que poderia ter motivado ainda mais a sua substituição e seu afastamento do cargo de professor" (CUNHA, 2016, p. 74 e 77).

confrontada com o cômputo de 130 óbitos de escravos registrados no ano de 1861, conforme se verá logo adiante.

Em fins de 1868, foram produzidos dois mapas patológicos especificamente dedicados ao levantamento estatístico das "moléstias dos pobres". A autoria é do mesmo médico e Provedor da Saúde Pública no Espírito Santo, Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira. No primeiro mapa, há uma soma de 63 pobres e 17 moléstias; no segundo mapa, 59 pobres e 22 moléstias. Nesses dois mapas, o período é o mesmo − de 01 de janeiro a 22 de setembro de 1868 − e abaixo da assinatura do médico há uma espécie de *slogan*, qual seja: "Médico dos pobres". Curioso que no mapa em que consta o número de 63 pobres não há referência feita a escravos; já no mapa em que consta o número de 59 pobres, há um cômputo de 16 escravos. Havia dúvidas por parte deste pesquisador em decidir escolher o mapa com dados estatísticos para ser abordado nesta pesquisa. Ao final, optou-se por aquele em que o número de pobres atendidos no hospital da Santa Casa de Misericórdia foi de 63 e as moléstias somaram o número de 17. Por oportuno, lembra-se que o número de moléstias dispostas no quadro nº 12 atingiu a soma total de 22. No quadro nº 13 a seguir, as moléstias "novas" são as seguintes: contusão, colica, dysentheria, erisipela, gastrite, hepatiti, opilação, ophtalmia e vermes. Deve-se atentar para o fato de que os escravos eram bastante susceptíveis a todas essas doenças. No mapa a seguir, as febres também estão presentes. Confira-se:

Quadro 14. Doenças de "pessoas pobres" medicadas no Hospital da Santa Casa de Misericórdia − Período: de janeiro a setembro de 1868

RECURSO	**Relação das MOLÉSTIAS**
Mappa Estatistico Pathologico dos Doentes Pobres desta cidade sob o tratamento do medico respectivo desde 1. de Janeiro a 22 de Setembro de 1868	Anemia, Abcesso, Asthma, Contusão, Colica, Dysentheria, Erisipela, Febre intermittente, Gastrite, Hepatiti, Opilação, Ophtalmia, Partos, Rheumatismo, Syphilis, Phthisica, Vermes
Número total de Moléstias..... **17**	
Observações (período 01 janeiro a 22 setembro de 1868): **1.** Número de pobres atendidos: **63** (87,5% do total) **2.** Número de presos: 6 (8,3% do total) **3.** Número de colonos: 3 (4% do total) **4.** Número de maiores: 53 (73,6% do total) **5.** Número de menores: **19** (26,4% do total) **6.** Número total de pacientes: **72**	

Fonte: Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, pelo Provedor da Saúde Pública Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, cidade de Victoria 22 de Setembro de 1868

No quesito "observações", constante do quadro acima, faz-se breve análise de alguns números. Os resultados estatísticos são análogos aos dados observacionais do quadro nº 12. Em relação às moléstias "novas", enfatiza-se que elas eram comuns na vida dos escravos. Noutras palavras: as doenças atribuídas aos negros − as "doenças de pretos escravos" − eram praticamente as mesmas "doenças dos pobres" livres. Conclui-se, pois, que as condições de vida daqueles que eram os "menos favorecidos" dentro do contexto social à época também contribuíam para que viessem a adoecer com maior frequência, ensejando sua mortalidade em números igualmente superiores aos dos "mais favorecidos". Ao confrontarem-se as camadas sociais dos "menos favorecidos" com os que estavam abaixo deles (os que não eram livres), é-se obrigado a reconhecer que os escravos eram bem "menos favorecidos". Estes revoltavam-se e corriam risco de vida (também adoeciam mais) ao lutarem por sua liberdade.

No ensejo desse levantamento das doenças a que os escravos da Comarca de Victoria estavam sujeitos, estudiosos das condições de vida e adoecimento de cativos como Karasch (2000) e Moura (2013), por exemplo, fizeram menção a algumas enfermidades epidêmicas que acometeram as costas da Região Central do Brasil Império, incluindo nela a Província do Espírito Santo. Dois tipos de oftalmia foram destacadas como duas dentre essas epidemias.

> Duas epidemias notáveis de oftalmia seguiram-se aos anos de pico do tráfico. [...] Vários pacientes tinham um ponto branco no tecido da córnea e, em alguns casos, exibiam sinais de oftalmia venérea. Outra grande epidemia ocorreu em 1846, depois que muitos escravos desembarcaram com a moléstia em 1845. Outras epidemias apareciam periodicamente ao longo da costa, em São Sebastião, Ilha Grande, na província do Rio de e no Espírito Santo. [...] "a oftalmia, ou qualquer afecção dos olhos" era "extremamente rara" em Angola. A causa exata de tanta cegueira entre os escravos é difícil de determinar (KARASCH, 2000, p. 229).

A oftalmia (e as bobas também) foi mencionada por Dazille (1801) como um dos males venéreos perigosos dentro do universo epidemiológico de sua categorização das denominadas "enfermidades de negros" (isso pode ser conferido no Quadro 12 desta pesquisa). Em seus estudos, Karasch (2000) referiu-se às "bobas" (hoje chamada de "bouba"), descritas também como "úlceras bubáticas", "febre bubeira", que acometiam os escravos em números elevados e que eram endêmicas em Minas Gerais e no Espírito Santo oitocentistas.

Postas essas considerações sobre as doenças que acometiam as populações escravas da Comarca de Victoria, parte-se para a segunda etapa expositiva relacionada ao objeto de estudo desta pesquisa: a mortalidade escrava. Para tanto, fizeram-se análises tendo-se como base três tipos de suportes documentais, a saber: a) Mortalidade de escravos pardos e pretos (de ambos os sexos) a partir do levantamento de dados estatísticos contidos em Relatórios de Presidentes

da Província do Espírito Santo, ao longo do recorte periódico de 1847 a 1871; b) Mortalidade de escravos adultos e de filhos de escravos nascidos livres durante o período de outubro de 1871 a outubro de 1878; c) Morte de escravos por faixa etária (crianças, jovens, adultos e idosos) com base nos dados disponíveis no Livro 002 de Registros de Óbitos de escravos pardos e pretos da Paróquia Nossa Senhora da Vitória, ao longo do recorte periódico que vai de 1859 a 1886. Atente-se para os três recortes periódicos acima, os quais são reproduzidos do seguinte modo: (**a**) De 1847 a 1871; (**b**) De 1871 a 1878; e (**c**) De 1859 a 1886. Percebe-se que no terceiro recorte periódico (**c**) está contido parte do período (**a**) e todo o período (**b**). A despeito dessas coincidências estatísticas, os somatórios totais registrados ao fim de cada uma das três tabelas que se seguem não são repetições de dados sobre a mortalidade das mesmas populações escravas. Igualmente, esses resultados totais não representam *a priori* três partes distintas de um todo, as quais devam ser somadas, visando-se a obtenção de um resultado final global do número de mortes de escravos pardos e pretos, na Comarca de Victoria, cobrindo todo o período de 1847 a 1886. Na verdade, não se teve acesso a todos os registros disponíveis em potencial sobre o assunto. O que se expõe na sequência desta narrativa tópica, assim como o que foi exposto em todos os capítulos desta Tese, é o resultado de uma pesquisa que não é apresentada como se fosse perfeita, isto é, irretocável. Muito pelo contrário.

Para a elaboração da Tabele 11 seguinte, foi necessário envidar esforços orientados para se adentrar, ao menos em parte, no universo da demografia estatística do período provincial da segunda metade do Oitocentos, como seja, de 1849 a 1880. Teve-se acesso a cerca de 55 Relatórios de Presidentes. Dentre estes, conseguiu-se um número total de 7 (sete) Relatórios, nos quais havia mapas com dados criteriosos sobre mortalidade de escravos pardos e pretos e divididos por sexo. No entanto, outras informações como faixa etária e causa das mortes não constavam de nenhum desses sete Relatórios, cujas informações neles contidas provinham do fornecimento de informações paroquiais e, em acordo com a reflexão crítica das autoridades governamentais, esses dados eram incompletos. Assim, encontraram-se documentos nos quais os Presidentes registraram seus reclames que apontavam as dificuldades e ou a falta de dados confiáveis sobre batismos, por exemplo, devido a carência de párocos em algumas freguesias da Comarca de Victoria. Ao longo do tempo, problemas em torno de tal questão agravaram-se e avolumaram-se a um nível em que pessoas adultas não batizadas permaneceriam pagãs, sem identidade, conforme conteúdo do excerto seguinte: "[...] Segundo informão alguns vigarios muitos recem-nascidos deixão de receber o Sacramento do Baptismo, e mesmo sei que ainda são pagãos muitos adultos, de certo por falta principalmente de vigarios em varias Freguezias, não de agora somente, mas de longo tempo

[...]" (RELATÓRIO, 24 de maio de 1852, p. 23). Essa problemática não se restringia ao batismo, a casamentos, mas estendia-se até à sepultura, contribuindo para manter a invisibilidade dessas pessoas. Em consequência, elas não foram identificadas por não terem seus nomes constantes dos registros paroquiais. Na continuidade do relato da Presidência local, de maio de 1852, pôde-se constatar o seguinte:

> [...] tambem consta das mesmas informações que muitos corpos se sepultão em cemiterios particulares [clandestinos], de que os respectivos Parochos não tem noticia, e até não pequeno numero descança em lugares não sagrados: por isso no titulo d'aquelle mappa emprego os termos − Baptismo e enterramentos − que correspondem aos algarismos apresentados pelos Parochos (RELATÓRIO, 24 de maio de 1852, p. 23).

Como se pode depreender, os dados fornecidos por párocos de freguesias (municípios) circunvizinhas à Capital nem sempre continham informações de todo confiáveis. Havia ainda as paróquias que quase nunca passavam informações sobre batismos, casamentos ou mortes, fosse de pessoas livres ou de escravos, pelos motivos já registrados acima. Como exemplo, cita-se a Paróquia do Espírito Santo (atual Vila Velha). No ano de 1862, era notificado o seguinte: "O obituario que consta de registro das diversas parochias indica o seguinte no anno proximo passado [1861], faltando tão somente informações a respeito das parochias do Alegre, Barra de São Matheus e Espirito Santo" (RELATÓRIO, 25 de maio de 1862, p. 23).

Nos estudos de Nadalin (2004), podem ser encontradas justificativas para deficiências relativas a demografia do Brasil colonial e imperial. A incompletude ou mesmo ausência de informações prestadas por párocos está no centro das discussões. No que se refere, de modo específico, aos registros de falecimento, esse autor pondera sobre o fato de que no passado as pessoas em geral não davam tanta ou a devida importância aos sepultamentos de seus mortos. Isso contribuía para a geração documental do que se denominou de sub-registros de óbitos. A produção destes era em números mais elevados em se tratando de sepultamento de crianças, o que com o tempo foi favorecendo o surgimento de uma espécie de lacuna histórica sobre mortalidade infantil, sobretudo no Brasil dos período colonial e imperial. O demógrafo em apreço levanta muitos questionamentos sobre essa falta de fornecimento de dados e até sobre o que possa ter sido omissão ao longo dos aludidos períodos históricos.

> [...] como fazer para que, toda vez que ocorresse um óbito, especialmente infantil, as autoridades eclesiásticas fossem informadas sobre o fato? Não só dava muito trabalho; não era importante e – muito embora as Constituições determinassem que em cada paróquia deveria haver um livro para o assentamento do nome dos defuntos – como penalizar aos que não informassem ao vigário sobre determinado falecimento? (NADALIN, 2004, p. 45).

No que se refere a problemática da mortalidade escrava − fosse de idosos, adultos, de jovens e de crianças − na Comarca de Victoria, há indícios de que os sub-registros de óbitos[242] eram comuns no processo de informações sobre o fenômeno. O pesquisador atento encontra vestígios de tais procedimentos em Relatórios, Falas, Documentos de provedores de saúde pública da Província do Espírito Santo e mesmo em registros de óbitos. No intuito de reforçar tal hipótese, reproduz-se passagem da fala do Presidente Evaristo Ladislau e Silva, proferida em 1853, a qual consta do seguinte: "[...] apenas vos lembrarei que do fim do anno passado [1852] para cá muitas pessoas pela maior parte crianças falecerão em diversas situações da provincia do coqueluche e poucos de sarampo que para o sul principalmente se espalhou entre a população (RELATÓRIO, 23 de maio de 1853, p. 18). As recomendações de gestores locais sobre os índices elevados de mortalidade infantil aparecem vez por outra nos Relatórios. Em tempos de epidemias, essas recomendações eram mais notáveis. Tais resultados apontam para evidências de que os níveis de mortalidade infantil escrava eram elevados, mesmo dispondo-se de dados incompletos, ou ainda dos sub-registros, sobre tal fenômeno. "Desse modo, pode-se imaginar que muitas pessoas, em particular os escravos, morreram e foram enterradas sem conhecimento dos párocos. Esses sub-registros, por certo, distorcem a análise concernente à mortalidade cativa. Contudo, não se pode maximizá-los" (FARIA, 2013, p. 58). No processo de continuidade desta narrativa, apresentam-se a seguir as três tabelas, já referenciadas acima, sobre óbitos de escravos. Trata-se dos resultados de um criterioso levantamento de dados demografizados sobre o objeto de estudo desta pesquisa, visando a constatação da mortalidade de escravos na Comarca de Victoria na segunda metade do século XIX. Confira-se:

[242] Esses "documentos", que na realidade não eram documentos de fato, resultavam de lapsos ou esquecimentos, de extravios, ou mesmo de ações de descaso, o que ocasionava perdas de registros sobre batismo ou morte de pessoas em geral. Para se ter noção sobre a natureza do sub-registro, reproduz-se um excerto sobre tal assunto: "Diz-se, no jargão da demografia histórica, daqueles registros que deveriam ter sido efetivados mas, por razões diversas (como esquecimento, perda, extravio, seleção etc.), foram perdidos. Desse modo, por exemplo, em relação ao total de registros relacionados à família Gonçalves, teria havido um sub-registro se um dos filhos do casal não tivesse sido batizado, ou seu batismo não tivesse sido registrado, ou, finalmente, a folha do livro foi arrancada ou perdida. Um "sub-registro" pode ser detectado, e seu conteúdo eventualmente recuperado, por outros documentos, tais como atas de casamentos, registros de sepultamentos, listas nominativas etc." (NADALIN, 2004, p. 175).

Tabela 11 − Óbitos de escravos na **Comarca de Victoria** − Período: de 1847 a 1871

Ano	Escravos Pardos		Escravos Pretos		Apenas soma óbitos cativos em geral	**Números totais de óbitos/ano**
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
1847	33	24	78	53	—	188
1851	12	22	37	35	—	106
1853	25	21	79	74	—	199
1855	21	16	53	43	—	133
1858	23	16	50	33	—	122
1861	—	—	—	—	130	130
1870/71	—	—	—	—	77	77
Totais Parciais	114	99	297	238	207	—
	S O M A T O T A L de óbitos de escravos.....					**955**

Fontes: RELATÓRIOS de Presidentes da Província do Espírito Santo
Anos: 1848a; 1852; 1854; 1857a; 1859; 1862 e 1871.

Antes de adentra-se nas questões de cunho analítico-demográfico sobre mortalidade de escravos na Comarca de Victoria, quer-se notificar o fato de que o número de sete Relatórios de gestores provinciais referentes ao período de 1847 a 1871 é ao mesmo tempo baixo e uma evidência da decadência do sistema escravocrata. Antes do ano de 1847, não se encontrou documento governamental em que constasse levantamento demográfico detalhado contendo dados sobre casamento, batismo e mortalidade das populações escravas da Província em geral. À exceção das parcas informações prestadas pelo primeiro Presidente da Província do Espírito Santo − Ignacio Accioli de Vasconcellos, cuja gestão durou de 1824 a 1829 − sobre nascimento, casamento e morte de escravos no ano de 1827, duas décadas se passariam até o levantamento estatístico-demográfico de populações escravas no ano de 1847. A interrupção definitiva do tráfico negreiro em 1850 teria contribuído para ensejar algumas práticas de cuidados dispensados à escravaria local, pois era necessária a sua preservação econômica e política. A despeito do incremento nacional do tráfico interprovincial, os senhores de escravos na Comarca de Victoria não mais se encontravam em condições de reporem suas "peças" com a mesma facilidade com que se repunham na primeira metade do século XIX. Observe-se que entre os sete Relatórios compilados acima há um total de quatro referentes à década de 1850. Esse é certamente um número elevado se confrontado com o número de um Relatório apenas para fins da década de 1840, de um para início da década de 1860 e de um para o período

1870/1871. Daí, deduz-se que cuidados estratégicos passaram a fazer parte da economia política escravista local. Os cuidados para com a saúde, a motivação para o casamento, a formação de famílias[243], visando-se a reprodução endógena (e, em decorrência, a reposição de mão-de-obra escrava), conforme já referenciada acima, foram levados em consideração, com inusitada preponderância para a década de 1850. Isso justificaria a produção de levantamentos estatísticos relativos ao período de 1847 a 1871. Tais documentos − mapas demográficos de batismos, casamentos e óbitos de escravos −, apesar de serem sete apenas, consubstanciavam as preocupações da elite político-administrativa local, que buscava incrementar, por meio das estratégias supramencionadas, a economia e a política escravista na Comarca de Victoria.

Os dados coligidos na Tabela 11 permitem que se façam algumas análises iniciais sobre a mortalidade de escravos pardos e pretos em geral. Não se tem como registrar os números relativos a mortalidade infantil. Porém, essa barreira pode ser transposta na análise a ser feita adiante, tendo-se como suporte os dados da Tabela 13. Por outro lado, tem-se como constatar que os números relativos à morte de escravos pardos foram em níveis menos elevados quando são confrontados com os números relacionados à morte de escravos pretos. Já em relação à mortalidade por sexo, numericamente a morte dos homens atingia níveis um pouco mais elevado do que a morte de mulheres, tanto no caso de pardos quanto de pretos. Havia um certo equilíbrio na mortalidade entre os sexos, pois as diferenças em favor dos homens não eram tão expressivas. A despeito de os pretos serem em números muito mais elevados do que o cômputo de cativos pardos, teriam os escravos pretos recebido os mesmos tratamentos, alimentos, roupas; teria o negro trabalhado mais e adoecido mais do que os pardos, eis algumas questões para as quais não se têm respostas absolutas. Sabe-se que os pretos morriam em números mais elevados porque eles foram em números populacionais bem maiores do que os pardos. A soma total de 955 mortes de escravos ao longo de um período

[243] Nos estudos de Campos (2011) e de Ribeiro (2012) podem ser encontrados elementos teóricos que justificam não apenas a formação das famílias escravas, mas a necessidade de reprodução endógena no Espírito Santo de fins do século XVIII até a segunda metade do século XIX. No estudo de Campos (2011) sobre "Escravidão e Reprodução Endógena no Espírito Santo", já aludido nesta pesquisa, os recortes cronológicos escolhidos para o trato desse assunto são os seguintes: de 1790 a 1821 e de 1850 a 1872. Como se pode perceber, esse segundo recorte cronológico corresponde ao período em que nos Relatórios de Presidentes foram incorporados mapas estatísticos sobre casamentos, batismos e morte de escravos na Província. Se os sete Relatórios referenciados por si só não permitissem justificar as hipóteses levantadas sobre tal assunto, buscam-se novos elementos para o seu reforço: "Embora possuísse população reduzida, se comparado o número de habitantes do Brasil, a Província do Espírito Santo caracterizava-se, como se viu, pelo largo emprego de escravos. Nesse espaço de escassos recursos financeiros, encontraram-se formas de reiteração da escravidão que fugiam aos padrões tradicionais do tráfico" (CAMPOS, 2011, p. 88). Os estudos de Ribeiro (2012) estão voltados para os "enlaces" e "desenlaces" dentro do processo de formação de famílias escravas e da motivação para a reprodução endógena no Espírito Santo entre 1790 a 1871. Tal qual Campos (2011), Ribeiro (2012) desenvolve pesquisas em torno da reprodução endógena nos projetos de reposição escrava na Província. No período de 1850 a 1871, para um total de 1.395 escravos vivendo na "Região Central", isto é, na Comarca de Victoria, havia 841 crioulos, o que correspondia à cifra de 60,3% da escravaria total local.

que equivale a um quarto de século, isto é, a 25 anos, não deve ser nem superestimada nem subestimada. Maximizar ou minimizar esse número seria desconsiderar os resultados numéricos contidos nas tabelas que seguem. Finalmente, os dados demográficos relativos aos anos de 1861 e de 1870/1871 não permitem o aprofundamento analítico da mortalidade escrava referente ao período. Esse foi mais um motivo para se sair à procura de novos elementos, de novos dados, em outros documentos que viriam a contribuir para a elaboração das duas tabelas seguintes.

Tabela 12 − Óbitos de escravos adultos e de filhos de escravos nascidos livres[244], Municípios de Victoria e Espírito Santo (Vila Velha)
Período: outubro de 1871 a outubro de 1878

Número de **escravos ADULTOS** matriculados	Número de **escravos MENORES** nascidos livres matriculados	Número de **escravos ADULTOS** libertos	Número de **escravos ADULTOS** mortos	Número de **escravos MENORES** livres mortos	Percentual de escravos mortos em relação aos vivos
4. 089	—	336	**318**	—	7,8 %
	979	—	—	**247**	25,2 %
	SOMA TOTAL de escravos mortos..... **565**				
	Observações: **1.** Número de escravos adultos não libertos: 3.435 **2.** Número de escravos menores vivos: 732				

Fonte: RELATÓRIO apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra a Assemblèia Legislativa Provincial do Espirito-Santo, no dia 22 de outubro de 1878. Victoria: Typographia da Actualidade, 1878.

Para melhor compreensão dos números estatísticos coligidos na Tabela 12, deve-se ter em mente que com a sansão da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, os escravos que vieram a nascer de mães escravas eram livres. Percebe-se que entre outubro do ano de 1871 e outubro de 1878 um número de 4.089 matrículas de escravos(as) foi contabilizado. Ou seja: escravas se apresentaram na justiça local e apresentaram-se grávidas e candidatas em potencial a serem mães de filhos que nasceriam livres e não mais escravos. Não obstante, essa situação não era garantia para que esses nascidos livres tivessem boas condições de vida, incluindo uma alimentação e saúde completa, evitando assim a sua morte precoce. Como se pode depreender, do total de 979 escravos nascidos livres 247 morreram ao longo do aludido período, correspondendo a uma cifra de 25,2% daquela soma. Por outro lado, do total de

[244] Neste caso, os filhos de escravos que nasceram livres tinham como base a Lei do Ventre Livro, sancionada em 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Visconde do Rio Branco: "28 de setembro − Lei do Ventre Livre: são livres todos os que nascerem de escrava" (GUIMARÃES, 1967, p. 62).

4.089 escravos(as) matriculados(as), 336 foram libertos 318 morreram no decurso do mesmo período. Atente-se para o fato de que a mortalidade infantil e de jovens menores era elevada, pois durante os cerca de 7 (sete) anos em que os responsáveis pelas paróquias da Comarca de Victoria forneceram informações faleceram 247 escravos. Provavelmente, o nascer livre mas continuar sendo filho de escravo fosse um fator contribuinte para se dispensar a esse sujeito o mesmo trato dado aos que continuavam sendo escravos. Isso justificaria os níveis elevados de mortalidade de filhos de escravos nascidos livres. As condições de vida dessas crianças livres porém filhas de escravos não deveria diferir das condições de vida de seus pais cativos.

Tabela 13 − Mortalidade de escravos por faixa etária,
Município de Victoria − Período de 1859 a 1886

F A I X A E T Á R I A	Número de mortes de escravos pardos e pretos	Percentual em relação ao número total de escravos mortos
Abaixo de 11 anos de idade	**226**	**40,9 %**
De 11 até 30 anos de idade	168	30,4 %
De 31 até 50 anos de idade	96	17,4 %
Acima de 50 anos de idade	63	11,4 %
SOMA TOTAL.....		**553**

Fonte: BR.CMV.NSV.OBT.L.002 − Livro de registros de óbitos da Paróquia Nossa Senhora da Vitória entre os anos de 1859 a 1886

No que concerne à mortalidade escrava infantil, até onde se pôde estabelecer diálogos com as fontes e transformá-las por meio de evocações construtivas (PINSKY e LUCA, 2015), encontraram-se dados que justificam as suspeitas sobre índices elevados da morte de crianças escravas. Em primeiro lugar, atente-se para o recorte periódico de 1859 a 1886 e para o local onde tais óbitos foram registrados: o Município de Victoria. De acordo com os estudos de Campos (2011) e de Ribeiro (2012), já havia formação de famílias escravas no Espírito Santo de fins do século XVIII, tendo sido esse fenômeno social incrementado ao longo do século XIX. Os dados coligidos na Tabela 13 acima sobre a mortalidade de escravos por faixa etária, cobrindo aquele período − de 1859 até 1886 −, parecem contrariar os "enlaces" e favorecer os "desenlaces" dentro do universo matrimonial escravista referente ao segundo período eleito por Campos (2011) − de 1850 a 1872, o qual está contido dentro do recorte periódico eleito por Ribeiro (2012), qual seja: de 1790 a 1871. Se a reprodução endógena contribuía para o denominado "crescimento vegetativo", ou seja, a reprodução local de escravos para suprir as demandas de mão-de-obra na Comarca de Victoria (e no Espírito Santo por inteiro), como

incorporar os altos níveis de mortalidade infantil escrava dentro do universo dessas famílias escravas reprodutoras é tarefa das mais árduas.

> Desses enlaces advinha o segundo traço distintivo da escravidão em terras capixabas − o crescimento vegetativo. As cativas crioulas ocupavam boa parte de suas vidas com a maternidade e a criação de seus filhos. De fato, as fontes mostram que a natalidade chegava a movimentar cerca de uma quarta parte do comércio escravista praticado na praça de Victoria. Pode ser que parcela dessas crianças nem fosse nascida exatamente na província, mas elas eram crioulas, não africanas, o que reforça a hipótese de a escravidão ter se reproduzido em certos lugares do Brasil principalmente por meio do crescimento endógeno dos cativos, figurando o tráfico apenas como elemento suplementar dessa dinâmica (CAMPOS, 2011, p. 94-95).

Deve-se reconhecer que o conteúdo do excerto acima não contradiz, *a priori*, os dados demografizados na Tabela 13, pois, entre os fatores a serem levados em consideração, existe a possibilidade de parcela dessas crianças escravas terem nascido em outras localidades e virem a adoecer no trajeto de mudança para a Província. Ainda assim, questiona-se até que ponto essas mães escravas crioulas, que dispensavam considerável tempo de suas vidas cuidando de seus filhos, eram assistidas localmente, de modo que a saúde de seus filhos fosse preservada e os mesmos não viessem a adoecer ou, na pior das hipóteses, a falecer em idade infantil. Outro fator a favor do descaso para com a saúde, adoecimento e morte de crianças filhas de escravos e, em decorrência, um descaso para com o incremento da reprodução endógena, diz respeito às condições de moradia e de higiene dessas mães cativas. No ano de 1877, o Presidente provincial, em cumprimento às determinações imperiais no que concernia a matrícula especial de escravos e de filhos livres de mulheres escravas, fez observação sobre o seguinte:

> Além de outras medidas e providencias, a que tenho recorrido, resolvi ultimamente nomear uma commissão composta do Juiz Municipal de Orphãos do termo de Santa Cruz, do Presidente da Camara Municipal e do Delegado de Policia, para examinar o livro dos assentamentos de nascimentos de filhos livres de mulher escrava da mesma freguezia, e dar esclarecimentos minunciosos sobre o modo, regularidade e asseio dos ditos assentamentos, afim de se providenciar ulteriôrmente de acôrde comas ordens imperiais (RELATÓRIO, 3 de março de 1877, p. 32).

Não se tem como comprovar se as providências mencionadas no documento acima em relação aos cuidados com moradia e higiene das mães escravas e de seus filhos nascidos livres foram cumpridas. Não obstante, essa denúncia é indício de que as moradias e condições de higiene dos "lares" de escravos não atendiam os pré-requisitos de uma salubridade doméstica a contento, de modo a evitar o acometimento de alguma das enfermidades ditas "de negros", o que já se expôs acima. Isso compromete, em parte, a afirmação em torno de uma maternidade

plena exercida pelas cativas crioulas, as quais dispensavam considerável parte do cotidiano à criação de seus rebentos, em moradias "asseadas", isto é, em condições de boa salubridade.

Nos dados coligidos na Tabela 13 acima, do total de 553 escravos mortos 226 tinham menos de 11 anos de idade. Esse número corresponde a 40,9% do total das mortes registradas para aquele período. Há de se reconhecer que é um número elevado, sim, pois a mortalidade infantil está próxima dos 50% dessa soma total. Outrossim, encontraram-se nos documentos manuscritos informações sobre um número em torno de 89 mortes de crianças antes mesmo de completarem 1 ano de idade. Do total de 226 mortes de crianças escravas, uma cifra de 39,4% corresponderia ao falecimento de bebês nascidos de escravas. Na sequência desses óbitos, jovens escravos morriam numa faixa etária de 11 a 30 anos de idade. Tratava-se, pois, de escravos em pleno vigor de suas forças vitais e a morte deles deveria representar prejuízo irreparável para seus senhores. Assim, um número total de 168 escravos morreram ao longo do período − de 1859 a 1886 − em Victoria, o que corresponde a cifra de 30,4% do total de 553 mortes. Na proporção em que a idade aumentava, os números de morte diminuíam. Entre 31 e 50 anos de idade, registrou-se o número de 96 mortes. Acima dos 50 anos de idade, os números são mais baixos: 63 escravos com mais de meio século de vida faleceram no período. Se a mortalidade infantil e de jovens escravos era elevada, isso justifica essa grande queda na mortalidade de escravos de 31 a 50 anos e, sobretudo, para aqueles que conseguiam ir acima dos 50 anos de idade. Não se pode deixar de registrar o fato de que com esses índices de mortalidade infantil tão elevados a reprodução endógena não ocorria a contento; nem as crianças nem os pais dessas famílias de escravos, em seu conjunto, recebiam o atendimento devido em se tratando dos cuidados para com a alimentação, saúde, vestimenta e moradia. Em tais condições, o adoecimento e a mortalidade de escravos e de filhos nascidos livres atingia tanto as famílias formadas a partir do matrimônio quanto aqueles que se encontravam juntos, procriando filhos ou não. Nem a doença nem a morte escolhem a classe social. Todavia, em face de condições desfavoráveis, como má alimentação, a falta de higiene, moradia insalubre, entre outros fatores, as enfermidades surgem com facilidade e favorecem a morte de qualquer ser humano. Nesse caso, as populações menos favorecidas, menos nutridas, vivendo em locais insalubres, como as escravas, estavam mais suscetíveis às moléstias em geral e à morte.

C O N S I D E R A Ç Õ E S F I N A I S

A problemática relacionada a doença e mortalidade das populações escravas vivendo na Comarca de Victoria da segunda metade do século XIX apresentou-se, no desenvolvimento desta pesquisa, como desafio que foi enfrentado com critério, pois tratava-se de assunto até então não estudado no âmbito da academia do Espírito Santo. Essa constatação foi imperiosa na medida em que se detectou a necessidade de compreende-se, numa primeira instância, que adoecimento, busca de cura, saúde e morte não só faziam parte da existência e do cotidiano de quaisquer pessoas, mas convivia-se com tais fenômenos sem se questionar suas causas reais. Permear meandros da cultura e mentalidade da época possibilitou descobrir-se, por exemplo, que essas visões de mundo estavam atreladas a velhas crenças, sobremaneira àquelas segundo as quais doenças eram tidas como sendo punições advindas de poderes sobrenaturais.

Tal como noutros contextos sociais, as populações da sociedade de Victoria estavam divididas em estratos e era natural que ostentassem seu *status*. Além disso, tratava-se de uma sociedade escravista, em que os negros incorporavam o estrato social mais baixo e, como era próprio do regime, eles não possuíam *status*. Escravos eram bens de posse para os que tinham condições de tê-los. Eram tratados como objetos que se compravam e se vendiam. Suas condições de vida, o que envolvia a alimentação, moradia, vestimenta, as doenças, saúde, e mortalidade, eram bem diferenciadas, caso comparadas com as condições de vida de pessoas que gozavam de liberdade. As pessoas livres, independente de seu *status* ou de seu poderio econômico, tinham o direito de escolher entre aceitar ou rejeitar coisas e valores que fariam parte, ou não, de suas vidas. A condição do ser escravo não permitia, por exemplo, escolher nem rejeitar o tipo de trabalho a que era submetido, nem os horários ou a jornada em que sua lide deveria ser exercitada. Por serem desiguais, eles não usufruíam de liberdade para aceitar ou rejeita coisas e valores: eles não pertenciam a si mesmos. Isso influía, de uma forma ou de outra, na saúde e na mortalidade desses seres humanos escravizados.

Para se levar a termo este estudo, deliberaram-se quatro diretrizes capitulares, as quais foram arroladas nas modalidades seguintes: a) Questões de ordem teórica e metodológica sobre as doenças enquanto fenômeno histórico e sociocultural; b) Balanço historiográfico em torno das doenças e da mortalidade escravas no Brasil oitocentista; c) Peculiaridades sobre o cativeiro e as condições de vida de escravos no Espírito Santo provincial; d) Incidência de doenças e mortalidade de escravos na Comarca de Victoria entre 1849 e 1880. Na questão relativa à historiografia − letra b), teve-se noção das dificuldades que seriam enfrentadas para

a consecução desta tese, pois nenhum estudo sobre tal problemática havia até então sido desenvolvido no Espírito Santo. Nas duas últimas diretrizes − letras c) e d), os estudos foram deliberadamente direcionados para o enfoque gradativo do problema *in locus*, como seja: a) No Capítulo III, fez-se uma abordagem exaustiva sobre a natureza do escravismo vigente na Província do Espírito Santo, com destaque para as múltiplas faces do cativeiro em nível provincial. Para tanto, teve-se o suporte de considerável número de fontes; b) No Capítulo IV, a abordagem foi feita levando-se em conta a especificidade da proposição oferecida, ou seja: enfocaram-se apenas as populações escravas da Comarca de Victória. Todavia, para se atingir esse objetivo, partiu-se de uma estratégia gradativa: inicialmente, os estudos tiveram como foco a "Capital da Província", isto é, apenas Victoria sem suas vilas vizinhas. Na sequência, foram incluídas as denominadas freguesias e os municípios circunvizinhos. Juntos, os dois últimos capítulos correspondem a cerca de dois terços deste trabalho.

Os resultados, fundamentados numa acurada análise das fontes, permitiram, em um primeiro momento, ter-se a perceptibilidade de uma província considerada economicamente pobre, esquecida e problemática no que dizia respeito à sua importância dentro do contexto do Império. Entretanto, contrariando esse descaso relacionado à pobreza provincial, detectou-se haver uma dinâmica demográfica de escravos na Província do Espírito Santo, considerada pelos pesquisadores locais como tendo sido detentora de relevante contingente de mão-de-obra cativa. Essa contingência não contrariava o perfil de economia nacional baseada no trabalho escravo, já que era legal e vigorava em um Estado cujo regime escravocrata fora ferrenho, notório e criticado no mundo ocidental ainda na primeira metade do século XIX. Já no que concerne às condições de vida dos escravos vivendo em Victoria da segunda metade do Oitocentos, consideram-se os resultados surpreendentes, pois contradizem, até certa medida, o postulado sobre aquele dinamismo demográfico contingencial já pontuado acima. Diante de tal questão, entende-se que esta proposta representa um importante pontapé nas pesquisas sobre uma problemática até então desconhecida e que contribuirá para o melhor entendimento sobre o sistema escravista local. Outrossim, é importante ter-se em mente que na presente tese não se está oferecendo um aprofundamento em estudos sobre escravidão já em curso na academia espírito-santense, os quais tiveram início, de forma continuada, por volta do ano de 2003. Nesta pesquisa, inaugura-se uma temática relacionada a uma face da escravidão local, a qual estava até então velada.

A despeito de os primeiros resultados da problemática em apreço contradizerem, em parte, argumentos sobre a atividade demográfica escrava no Espírito Santo provincial, não se refuta de todo essa dinâmica das populações escravas na Victoria provinciana. Comprovou-se,

por exemplo, que em 1850 o tráfico negreiro não foi por completo nem de imediato findo no Espírito Santo. Neste estudo há registros sobre tráfico clandestino de africanos mesmo depois do fim oficial do aludido comércio. Algumas partes do litoral espírito-santense serviram como locais estratégicos para o desembarque de africanos até aproximadamente fins da década de 1850. Contudo, isso não deve ser tomado como causa central da dinâmica demográfica de escravos já mencionada acima. Fatores outros, tais como a reprodução endógena, o tráfico interprovincial e intraprovincial devem ser considerados. O "crescimento vegetativo", isto é, a reprodução endógena, teria sido o fator mais forte no suprimento de mão-de-obra cativa para o mercado local, seguido daqueles outros fatores já citados. Entende-se que o contraditório deva ser levado em conta, pois evidências apontam-no como oportunidade para o surgimento de diálogos que viabilizem estudos de aprofundamento em torno dessa questão.

Tendo-se como base os dados estatísticos do recenseamento de 1872, constatou-se que apenas no Município de Nossa da Victoria havia uma população de 1.001 escravos. Ao levar-se em consideração o conjunto das freguesias que faziam parte do referido município, esse número elevou-se para 3.687 cativos. Todavia, em se tratando daquelas populações escravas vivendo nos espaços da "região central", ou seja, no âmbito dos quatro municípios que juntos formavam a Comarca de Victoria, esse número atingiu o cômputo de 6.919 escravos. Sem dúvida, isso representa um total numérico significativo. Constatou-se que escravos negros e pardos mobilizavam-se através desses espaços urbanos, o que pressupõe uma dinâmica circular de cativos em atividades por todas as freguesias e ou vilas da Comarca de Victoria. Essa mobilização favorecia contato desses cativos com os mais diversos contextos ambientais, nos quais a salubridade pública, envolvendo higiene e as condições de moradia, era precária. Enquanto porção da sociedade menos privilegiada, essas populações escravas estavam mais sujeitas ao adoecimento e, em casos inevitáveis, à morte.

No que diz respeito às doenças e à mortalidade de escravos, no decurso desta pesquisa fizeram-se diligências para a construção de uma narrativa na qual fossem detectados aqueles fatores que contribuíam para favorecer ou enrijecer as condições de vida de escravos em atividades diversas, fossem nos espaços da Capital provincial ou através das vilas que constituíam a Comarca de Victoria. Entre esses fatores, foram detectados, em números relevantes, aqueles que favoreciam tanto às enfermidades endêmicas quanto às epidêmicas. Assim, o trabalho pesado e excessivo, a alimentação escassa e deficiente, os descuidos da parte dos senhores em relação à higiene − como o andar descalços −, em relação à vestimenta e às más condições de salubridade no interior dos lares de seus escravos foram recorrentes. Para tanto, reforça-se o fato de que considerável quantidade de fontes foi analisada, tendo-se

como objetivo precípuo encontrar os testemunhos para a validação deste estudo. O livro de registros de óbitos (de escravos pardos e pretos) da Paróquia Nossa Senhora da Vitória foi definitivo para fortalecer o conteúdo de elevado número de Relatórios e Falas de Presidentes da Província do Espírito Santo, e vice-versa, os quais foram tomados como plataforma base e a partir da qual esta reflexão avançou e chegou a este termo.

Ao término deste trabalho, registra-se o fenômeno de que os índices de adoecimento e mortalidade escrava apresentaram-se como altos. Entretanto, mais grave do que esse fato foi encontrar números mais elevados ainda no que concernia à mortalidade de crianças filhas de escravos em relação à morte de cativos jovens e adultos no Município de Victoria. Esses resultados viabilizam o fornecimento de subsídios estatístico-demográficos para se afirmar que o mesmo fenômeno tenha ocorrido nos outros municípios que constituíam a Comarca de Victoria. Com isso, os indícios de que a reprodução endógena não ocorria, ao menos em parte, a contento são evidentes. A despeito da motivação político-econômica para a formação das famílias escravas, visando-se a reposição de mão-de-obra na "região central", depreende-se que nem as crianças negras nem os seus pais, fossem pretos ou pardos, em seu conjunto, recebiam o apoio devido em se tratando dos cuidados para com a sua alimentação, saúde, vestimenta e moradia, ou seja, uma forma de prevenção contra o adoecimento e a morte. Outrossim, diante do cenário de morbidades endêmicas e epidêmicas que caracterizaram o século XIX, levanta-se a hipótese de que crianças em geral foram mais vulneráveis às doenças e mortalidade do que adultos. Se fosse fazer um levantamento comparativo das condições de vida de crianças escravas com as de crianças filhas de pessoas livres, é provável que bebês negros sofressem maiores necessidades nutricionais do que bebês filhos de populações livres em geral. No ensejo desta reflexão, importa, pois, esclarecer que são os bebês e ou crianças negras filhas de escravos que fazem parte exclusiva deste estudo.

Finalmente, nesta pesquisa priorizou-se a importância dos estudos sobre a saúde, sobre as enfermidades e mortalidade de escravos que viveram nos espaços e no tempo supracitados. Tais reflexões foram aqui tomadas como um exemplo de caminho analítico que viabilize melhor a compreensão das sociedades escravistas do Brasil e, de modo particular, do Espírito Santo oitocentista. Ao adentrar-se nas redes complexas das relações entre senhores e escravos, pôde-se ter acesso, pela primeira vez, ao universo até então obscuro do tratamento dispensado à saúde escrava. Consideram-se os resultados aqui dispostos como possibilidades no avanço, a partir de janelas entreabertas nesta tese, de estudos sobre a doença e a mortalidade escrava no âmbito das pesquisas sobre escravidão na academia espírito-santense.

R E F E R Ê N C I A S

I. F O N T E S

I.1 Manuscritas

BR.CMV.NSV.OBT.L.002 − Livro 002 de Registros de Óbitos de escravos pardos e pretos da Paróquia Nossa Senhora da Vitória entre os anos de 1859 a 1886.

I.2 Impressas − Documentos Oficiais

ESPÍRITO SANTO (Província). Lei nº 10 de 11 de maio de 1849. Legislação sobre o trânsito de escravos da Província do Espírito Santo.

FALLA que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo [João Lopes da Silva Coito] dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 28 de agosto de 1842. Nictheroy: Typographia Nictheroyense de Rego, 1843.

FALLA com que o Exm. Snr. Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim abrio a Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845.

OFÍCIO DO JUIZ ORDINÁRIO DA VILA DA SERRA, Luiz da Fraga Loureiro, ao presidente da Junta do Governo Provisório da província do Espírito santo, com data de 26 de maio de 1822.

RELATÓRIO da Repartição dos Negocios do Imperio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 6ª legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario d'Estado Joaquim Marcellino de Brito. Rio de janeiro: Typographia Nacional, 1846.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1848. Rio de Janeiro: Typ. do Diario, de N. L. Vianna, 1848 [1848a].

RELATÓRIO do Vice-Presidente José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, em 1.º de agosto de 1848. Rio de Janeiro: Typ. do Diario, de N. L. Vianna, 1848 [1848b].

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto entregou a Presidência da Província do Espírito Santo, ao Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Segundo Vice Presidente da mesma. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1849 [1849a].

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito santo, o Desembargador Antonio Joaquim de Siqueira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 11 de março de 1849. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1849 [1849b].

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Filippe José Pereira Leal, Presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia vinte e cinco de julho do corrente anno. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1850.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado e Negocios do Imperio Visconde de Mont'alegre (José da Costa Carvalho). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

RELATÓRIO que o Exm. Presidente da Província do Espírito Santo, o Bacharel José Bonifácio Nascentes d'Azambuja dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1852.

RELATÓRIO que o Exm. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Dr. Evaristo Ladislau e Silva dirigiu á Assembleia Legislativa da mesma Província na sessão ordinária de 23 de maio de 1853. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1853.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente anno − 1854. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1854.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia vinte e cinco de maio do corrente anno − 1855. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1855.

RELATÓRIO com que o Exm. Snr. Barão de Itapemirim, primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, no dia 8 de março de 1856. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1856.

RELATÓRIO com que o Exm. Snr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros passou a administração da Província, ao Exm. Snr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim − segundo Vice-Presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, [1857a].

RELATÓRIO que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 25 de maio de 1857. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, [1857b].

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito santo, O Bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de Maio de 1859. Victoria: Typ. Capitaniense de Pedro Antonio d'Azeredo, 1859.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho Ex-Presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João da Costa Lima e Castro, Primeiro Vice-Presidente, no dia 11 de março de 1861. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1861 [1861a].

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria: Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1861 [1861b].

RELATÓRIO apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria: Typ. Capitaniense de Pedro Antonio d'Azeredo, 1862.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, o bacharel Augusto de Padua Fleury, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 20 de outubro de 1863. Victoria: Typ. Capitaniense de Pedro Antonio d'Azeredo, 1864 [1864a]

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinaria, no dia 21 de fevereiro deste anno, pelo 1º Vice-Presidente Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos. Precedido d'aquelle com que o Exm. Presidente da Provincia, Dr. André Augusto de Padua Fleury, passou a administração ao mesmo Exm. Vice-Presidente. Victoria: Typ. Liberal do mJornal da Victoria, 1864 [1864b].

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia da abertura da sessão ordinária de 1864, pelo 1º Vice-Presidente Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Victoria: Typ. Liberal do Jornal da Victoria, 1864 [1864c].

RELATÓRIO apresentado pelo Exm.º 1º Vice-Presidente Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos, na occasião de entregar a administração da Provincia ao Exm.º Presidente Dr. José Joaquim do Carmo. Victoria: Typ. Liberal do jornal da Victoria, 1865 [1865a].

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia de abertura da sessão ordinária de 1865, pelo Presidente Dr. José Joaquim do Carmo. Victoria: Typ. Liberal do Jornal da Victoria, 1865 [1865b].

RELATÓRIO apresentado á Assembleia Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinária de 1866, pelo Presidente Dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves. Victoria: Typ. do Jornal da Victoria, 1866.

RELATÓRIO com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. Dr. Carlos de Cerqueira Pinto, 1º Vice-Presidente da Província, na ano de 1867. Victoria: Typ. do Jornal da Victoria, 1867.

RELATÓRIO apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, Presidente da Província do Espírito Santo, pelo Provedor de Saúde Pública Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, em 29 de janeiro 1868. In: REGULAMENTO para a instrução publica da provincia do Espirito Santo, confeccionado pelo Director Geral da instrução publica, Bacharel Aureliano de Azevedo Monteiro, 1868.

RELATÓRIO apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, Presidente da Província do Espírito Santo, pelo Provedor de Saúde Pública Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, em 22 de setembro de 1868.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro entregou a administração da Província do Espírito Santo, ao Exm. Sr. Coronel Dionysio Alvaro Resende, no dia 8 de junho de 1969. Victoria: Typ. do Correio da Victoria, 1869 [1869a].

RELATÓRIO com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da Província do Espírito santo, pelo Exm. Sr. Presidente, Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro, no anno de 1868. Victoria: Typ. do Correio da Victoria, 1868 [1868b].

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província, o Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio pelo Dr. Chefe de Polícia interino Thomaz de Aquino Leite, em abril de 1868. In: REGULAMENTO para a instrução publica da provincia do Espirito Santo, confeccionado pelo Director Geral da instrução publica, Bacharel Aureliano de Azevedo Monteiro, 1868.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Luiz Antonio Fernandes Pinheiro entregou a administração da Província do Espírito Santo, ao Exm. Sr. Coronel Dionysio Alavaro Resendo, no dia 8 de junho de 1869. Victoria: Typ. do Correio da Victoria, 1969. [1969a].

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dionysio Alavaro Resendo, entregou a administração da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Presidente Dr. Antonio Dias Paes Leme, no dia 17 de setembro de 1869. Victoria: Typ. do Correio da Victoria, 1869. [1969b].

RELATÓRIO com que foi aberta a Sessão Ordinaria da Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, pelo Exm. Sr. Presidente Dr. Antonio Dias Paes Leme no anno de 1869. Victoria: Typ. do Correio da Victoria, 1869. [1969c].

RELATÓRIO lido no Paço d'Assembleia Legislativa da Província do Espírito-Santo, pelo Prezidente o Exm. Snr. Doutor Francisco Ferreira Corrêa, na sessão ordinária do anno de 1871. Victoria: Typ. do Correio da Victoria, 1871.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872. Victoria: Typographia Espírito-Santense, 1872.

RELATÓRIO apresentado á S. Ex.ª o Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas pelo Exm.º Sr. Dr. Luiza Eugenio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da Provincia do Espirito-Santo. Victoria: Typographia − Espirito-Santense, 1874 [1874a].

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm.º Sr. 1º Vice-Presidente Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, na 1.ª sessão da 21.ª legislatura. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1874 [1874b].

RELATÓRIO apresentado a S. Ex.ª o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exn.º Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, por occasião de passar a administração da Província do Espírito Santo no dia 4 de maio de 1875. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1875 [1875a].

RELATÓRIO apresentado pelo Exm.º Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado, na installação da Assembléa Provincial do Espírito-Santo, na sessão de 15 de outubro de 1876. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1876. [1876a].

RELATÓRIO apresentado a S. Ex.ª o Sr. 1.º Vice-Presidente Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas pelo Exn.º Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto, por ocasião de deixar a administração da Província do Espírito Santo. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1876 [1876b].

RELATÓRIO apresentado pelo Exm.º Sr. Dr. Manoel José de Meneses Prado por ocasião de passar a administração desta provincia ao 1º Vice-Presidente Coronel Manoel Ferreira de Paiva. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1877. [1877a].

RELATÓRIO apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo, em a 2.ª sessão ordináriada vigésima primeira legislatura provincial, pelo Presidente desta Província Dr. Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, aos 2 de março de 1877. Victoria: Typographia do Espírito-Santense, 1877 [1877b].

RELATÓRIO − Directoria Geral de Estatistica e Trabalhos Estatisticos apresentados ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio pelo Director Geral, Conselheiro Manoel Francisco Correa, em 31 de dezembro de 1876. Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto, 1877.

RELATÓRIO apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra a Assemblèia Legislativa Provincial do Espirito-Santo, no dia 22 de outubro de 1878. Victoria: Typographia da Actualidade, 1878.

RELATÓRIO apresentado pelo Exm. Sr. Te. Cel. Alpheu Adelpho Monjardim d'Andrade e Almeida, 1º Vice-Presidente da Província do Espírito Santo, a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito-Santo no dia 6 de março de 1879. Victoria: Typographia da Gazeta da Victoria, 1879.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Eliseu de Sousa Martins, no dia 19 de julho de 1880, passou a administração da Provincia do Espirito Santo ao Exm. Sr. Tenente-Coronel Alpheu Adelpho Monjardim d'Andrade e Almeida, 1º Vice-Presidente. Victoria: Typographia da Gazeta da Victoria, 1880.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito-Santo em sua Sessão Ordinaria de 8 de Março de 1881 pelo Presidente da Provincia Exm. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes. Victoria: Typ. da Gazeta da Victoria, 1881.

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Espírito-Santo pelo 1º Vice Presidente o Exm. Sr. Tenente-Coronel Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida em 21 de março de 1882. Victoria: Typographia do Horizonte, 1882 [1882a].

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza entregou no dia 9 de dezembro de 1882 ao Exm. Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro Andrade Junior a administração da Província do Espírito-Santo. Victoria: Typographya do Horizonte, 1882 [1882b].

RELATÓRIO apresentado a Assembléa Legislativa da Provincia do Espírito-Santo pelo Exmº. Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior, em 3 de março de 1883. Victoria: Typographya do Horizonte, 1883.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. José Camillo Ferreira Rebello, 5º Vice-Presidente da provincia do Espirito-Santo passou a administração ao Exm. Sr. Presidente Dr. Custodio José Ferreira Martins, no dia 17 de Setembro de 1884. Victoria: Typographia do Horisonte, 1884.

I.3 Impressas − Livros

A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: comentários e notas de Douglas Tufano. São Paulo: Moderna, 1999 [Originalmente manuscrito em 1500].

ANDREONI, João António (André João Antonil). **Cultura e opulência do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. [Originalmente publicado em 1711].

BAVIERA, Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo (1888)**: viagem pelos trópicos brasileiros. Tradução de Sara Baldus. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. [Originalmente produzido em 1888].

COUTINHO, José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do século XIX**: apontamentos feitos pelo bispo do rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819; transcrição do original e coordenação da edição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002 [Originalmente manuscrito e produzido em 1812 e 1819].

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito-Santo: s**ua descoberta, história cronológica, synopsis e estatística. 2ª ed. Victoria: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. [Originalmente publicado em 1879].

DAZILLE, Jean Barthelemy. **Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir**. Tradução de Antônio José Vieira de Carvalho. Lisboa: Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

IMBERT, Jean-Baptista Alban. **Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalisado as necessidades medicas de todas as classes**. 2ª ed. Tomo I. Rio de janeiro: Typographia Nacional, 1839.

KNEIPP, Sebastião. **Meu methodo de curar com água ou hygiene e medicação para a cura das moléstias e a conservação da saúde**. Tradução e edição de J. F. N. São Paulo: Typographia Vasques e Mello, 1894.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. [Originalmente publicado em 1820].

MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionário historico, geographico e estatistico da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MENDES, Luiz António de Oliveira. **Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brazil apresentado à Real Academia das Ciências de Lisboa [em] 1793.** Porto-Portugal: Publicações Escorpião, 1977. [Originalmente produzido em 1793].

PENNA, Misael Ferreira. **História da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, Maximino & C., 1878.

PEREIRA, Amancio. **Homens e cousas Espirito-Santenses**. Victoria: Sociedade de Artes Graphicas, 1914.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Insurreição do Queimado**: episódio da história da Província do Espírito Santo. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979. [Originalmente produzido em 1884].

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história até ao anno de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil, escriptas em 1818, e publicadas em 1840 por hum capixaba**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

RUBIM, Braz da Costa. **Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1861.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. [Originalmente publicado em Paris, ano de 1833].

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado**: a Vitória através de meio século. Vitória: Florecultura: Cultural-ES, 1999. [Originalmente publicado em 1885]

SILVA NETO, Joaquim José Gomes da. **As maravilhas da Penha ou lendas e histórias da Santa e do virtuoso Frei Pedro Palácios**. 2ª ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2012. [Originalmente publicado em 1888].

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Historia Geral do Brazil** − Tomo I. Madrid: Imprensa da V. de Domioguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Historia Geral do Brazil** − Tomo II. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. **Ensaio sobre a história e estatística da Província do Espírito Santo**. Victoria: Typographia de P. A. D'Azeredo, 1858.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memória Statística da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828 (por) Ignacio Accioli de Vasconcellos**. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1978.

WIED-NEUWIED, Maximiliano Príncipe de. **Viagem ao Brasil nos annos de 1815 a 1817**. Tradução de Edgar Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Refundida e anotada por Oliveira Pinto. São Paulo - Rio de janeiro - Recife - Pôrto-Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. [Originalmente publicado em 1820].

I.4 Periódicos

Correio da Victoria, edição de 27 de fevereiro de 1856.

Correio da Victoria, edição de 12 de março de 1856.

Correio da Victoria, edição de 8 de novembro de 1856.

Correio da Victoria, edição de 23 de jul. de 1859.

II. DISSERTAÇÕES E TESES

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Doença e cativeiro**: um estudo sobre mortalidade e sociabilidades escravas no Rio de Janeiro, 1809-1831. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Escravidão, saúde e doenças nas *Plantations* cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, Cantagalo (1815-1888)**. 2014. 269f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão Para**. 1999. 246f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais**: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. 2003. 277f. Tese (Doutorado em História) − Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, Michel Dal Col. **Caminhos da emancipação**: redes solidárias de libertação dos escravos na região central do Espírito Santo oitocentista. 2013. 231f. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CUNHA, Karolina Dias da. **Inspetoria de Higiene Pública do Espírito Santo**: políticas de assistência à saúde em tempos de epidemias. 2016. 103f. Dissertação (Mestrado em História)

− Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes**: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil, do século XIX. 2008. 231f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARIA, Rosani Freitas. **Criar laços para viver juntos**: a constituição de famílias entre os escravos de Vitória, 1850-1871. 2013. 173f. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

FERREIRA, Heloisa Souza. **Ardis da sedução e estratégias de liberdade**: escravos e senhores nos anúncios de jornais no Espírito Santo (1849-1888). 2012. 278f. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. **De porta adentro a porta afora**: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871). 2009. 172f. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

KURY, Lorelai Brilhante. **O império dos miasmas**: a Academia Imperial de Medicina (1830-1850). 1990. 170f. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho escravo na mina de Morro Velho**. 1979. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. **O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850)**. 2011. 208f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

MERLO, Patrícia Maria Silva. **O nó e o ninho**: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. 2008. 228f. Tese (Doutorado em História) − Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, André Luís Lima. **Entre cirurgiões, tambores e ervas**: calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (Século XVIII). 2013. 400f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) − Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

PANCRÁCIO, Paulo Jorge Moura Pires. **História da medicina internacional no século XIX**. 2012. 33f. Dissertação (Mestrado em História da Medicina) − Programa de Pós-Graduação em Mestrado Integrado em Medicina, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Porto-Portugal, 2012.

PIVA, Izabel Maria da Penha. **Sob o estigma da pobreza**: a ação da Irmandade da Misericórdia no atendimento à pobreza em Vitória-ES (1850-1889). 2005. 159f. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e desenlaces**: família escrava e reprodução endógena no Espírito santo (1790-1871). 2012. 199f. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

III. LIVROS, ARTIGOS E DICIONÁRIOS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6ª ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ACHIAMÉ, Fernando A. M. Prefácio. In: **Memória Statística da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828 (por) Ignacio Accioli de Vasconcellos**. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1978. p. 9-12.

ACHIAMÉ, Fernando A. M. Introdução. In: SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Memórias do passado**: a Vitória através de meio século. Vitória: Florecultura: Cultural-ES, 1999. p.vii-xxxviii.

AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Org.). **Pensar o século XX**: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

AGEAC − ASSOCIAÇÃO GEOFILOSÓFICA DE ESTUDOS ANTROPO-LÓGICOS E CULTURAIS. **O Papiro de Ebers**. 2012. Disponível em: <http://ageac.org/pt/noticias/o-papiro-ebers/>. Acesso em: 22 dez. 2016.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras: 1997.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. A escravidão no Espírito Santo: aspectos econômicos-sociais. In:____. **Escravismo e transição**: o Espírito Santo, 1850-1888. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 101-174.

ALONSO, José Antonio Martínez. **Dicionário de história do mundo contemporâneo**. Vitória: UFES, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; IHGES, 2000.

ALVES, Geraldo Costa. A Epidemia de 1699. In: NOVAES, Maria Stella de. **Relicário de um povo**: o santuário de Nossa Senhora da Penha. 2ª ed. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1958. p. 193.

AMARANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850. **História, Ciência e Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1377-1399, 2007.

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **Senzalas**. 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/senzala/>. Acesso em: 18 março 2019.

ANGOTTI, José André Peres. **Depois de mais de cem anos sem Revolução Científica, física (e ciências da natureza) ainda é (são) *cultura*?** 2008. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1120-1.pdf>. Acesso em: 29 abril 2015.

ANKERSMIT, Frank R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 95-114.

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. 4ª ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 153-176.

ASIMOV, Isaac. PASTEUR, Louis: químico francês. In: _____. **Gênios da humanidade**. v. 24. Tradução de José reis. Rio de Janeiro: BLOCH Editores S. A., 1974. p. 369-372.

AUCÉLIO, Ricardo Queiroz e TEIXEIRA, Letícia Regina de Souza. **Solubilidade**. 2010?. Disponível em: <http://web.ccead.puc-rio.br/condigital/mvsl/Sala%20de%20Leitura/conteudos/SL_solubilidade.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2017.

AUGUSTO, Eduardo. **O lado verdadeiro da vida**: os tigres. 2013. Disponível em: <https://oladoverdadeirodavida.wordpress.com/2013/05/11/os-tigres/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BANCK, Geert Arent. **Dilemas e símbolos**: estudo sobre a cultura política do Espírito santo. 2ª ed. amplo. Vitória: EDUFES, 2011.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. Escravidão, mortalidade e doenças: notas para o estudo das dimensões da diáspora africana no Brasil. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

_____. Doenças e escravidão: novas dimensões da experiência negra no Brasil na primeira metade do Oitocentos. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2009. p. 1-16.

_____. Vida e morte escravas no Rio de Janeiro Oitocentista, 1820-1836. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Org.). **Uma história brasileira das doenças**, v. 3. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. p. 85-109.

_____. Médicos, senhores e escravos nas '*platations*' cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, século XIX. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres (org.). **Uma história brasileira das doenças**. v. 6. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 315-334.

BARBOSA, Keith de Oliveira; GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, nº 44, p. 237-259, jul./dez. 2008.

_____. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. p. 273-305.

BARBOSA, Mohana Ribeiro. Alexandre Koyré e a Revolução Científica do século XVII: formulação de um novo conceito para a ciência experimental. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, julho 2011. p.01-14.

BARROS, José D'Assunção. **História comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARROS, Rodrigo. **História do saneamento básico e tratamento de água e esgoto**. ca. 2018. Disponível em: <https://www.eosconsultores.com.br/historia-saneamento-basico-e-tratamento-de-agua-e-esgoto/>. Acesso em: 08 jan. 2018.

BATISTELA, Carlos. Saúde, doença e cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Anamaria D'Andrea (org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007, p. 25-49.

BENCHIMOL, Jaime Larry. revolução pasteuriana na saúde pública e na pesquisa biomédica brasileiras (1880 a 1820). In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Orgs.). **História da saúde no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2018. p. 225-283.

BIOGRAFIAS. **Michel Foucault**. 2000? Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/michel-foucault/>. Acesso em: 22 jan. 2017.

BIRABEN, Jean-Noël. Doença. In: BURGUIÈRE, A. (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Trad. de Henrique de A. M. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. p. 245-248.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: O roteiro da industrialização**: do engenho às grandes indústrias (1535-1980). Vitória: Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel; CAMPOS, Nádia Alcuri. **Palácio Anchieta**: de colégio à casa de governadoria. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esportes: Biblioteca Pública Estadual, 2000.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONICENHA, Walace. **Devoção e caridade**: as irmandades religiosas na cidade de Vitória-ES. Vitória: Editora Multiplicidade, 2004.

BOTTÉRO, Jean. A magia e a medicina reinam na Babilônia. In: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985. p. 11-37.

BOXER, Charles R. **A Igreja militante e a expansão ibérica**: 1440-1770. Tradução de Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras: 2007.

BRANDÃO, Amanda et al. **Experiências de gestão de águas urbanas na França**. Águas em ambientes urbanos, Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária − Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo: EDUSP, ca. 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BUENO, Eduardo. **Passando a limpo**: história da higiene pessoal no Brasil. São Paulo: Gabarito de marketing Editorial, 2007.

BURKE, Peter (Org.). A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In:____. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 327-348.

BUTTERFIELD, Herbert. **The Origins of Modern Science − 1300-1800.** Revised Edition. New York, London: Bell & Sons Ltd., 1965

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e crioulização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. **Topoi Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul./dez., p. 84-96, 2011.

CANABRAVA, A. P. João António Andreoni e sua obra. In: ANDREONI, João António (André João Antonil). **Cultura e opulência do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 9-123.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6ª ed. revista. Tradução de Maria T. R. de Carvalho Barrocas. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

CAPELA, José. Prefácio. In: MENDES, Luiz António de Oliveira. **Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brazil** (apresentado à Real Academia de Ciências de Lisboa 1793)**.** Porto-Portugal: Publicações Escorpião, 1977. p. 7-18.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Prefácio. In: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 7-10.

CARVALHO, Diana Maul de. Doenças dos escravizados, doenças africanas? In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ − USOS DO PASSADO, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** 2006. 7 p.

_____. Doenças dos escravizados, doenças africanas? In: PORTO, Ângela (org.). **Doenças e escravidão**: sistema de saúde e práticas terapêuticas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ [2007]. 1 CD-ROM. 21 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Eros Moreira de. Popper e o problema da predição prática. **Analítica**, Porto Alegre, volume 15, número 2, p. 123-146, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

CASTRO, Therezinha de. **José Bonifácio e a unidade nacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984).

CASTRO-SANTOS, Luiz Antonio de. **Fronteiras em expansão**: a história das doenças no Brasil. Cadernos de Saúde Pública vol. 22 no. 6 Rio de Janeiro Junho 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000600025>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CHALHOUB, Sidney. Prefácio. In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Capinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 17-19.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. 2ª ed. São Paulo: companhia das Letras, 2011.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos para o Brasil. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CUNNINGHAM, Andrew; WILLIAMS, Perry. Transforming plague: the laboratory and the identity of infectious disease. In:_____. **The laboratory revolution in medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CLÍNICA. **"clinica"**, in: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]. 2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/clinica>. Acesso em: 7 abr. 2017.

COELHO, Maria T. Ávila Dantas; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 9(1), p. 13-36, 1999.

CORBIN, Alain. **Le miasme et la jonquille. L'odorat et l'imaginaire social XVIIIe-XIXe siècle**. Paris: Champs Flamarion, 1986.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos VXIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRRÉGIO DAEMON, Ticiano. Basílio Daemon: traços biográficos. In: DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito-Santo: s**ua descoberta, história cronológica, synopsis e estatística. 2ª ed. Victoria: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. p. 668-680.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. 5ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Iraci del Nero da. Contribuições da demografia histórica para o conhecimento da mobilidade socioeconômica e geográfica: uma aproximação ao tema. **História (São Paulo)**, São Paulo, v.30, n.2, p. 381-400, ago/dez 2011.

COSTA, Maria Clelia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Tradução de Wanda Caldeira Brandt. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. O iluminismo como fonte do pensamento antiescravocrata: a ambivalência do racionalismo. In: ____. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Tradução de Wanda Caldeira Brandt. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 433-465.

DELAPORTE, François. A história das ciências segundo G. Canguilhem. Tradução de Gilda Gomes Carneiro. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Tomo I. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 23-41.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1965.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. 2ª. ed. Tradução de Sílvia de Souza costa. Rio de janeiro: Record, 2001.

DIAS, Ingrid da Silva. [2015?] **A história do surgimento da microbiologia**: fatos marcantes. Disponível em: <http://www.microbiologia.ufrj.br/portal/index.php/pt/destaques/ novidades-sobre-a-micro/384-a-historia-do-surgimento-da-microbiologia-fatos-marcantes>. Acesso em: 12 jan. 2017.

DIPÂQUIER, Jacques. Demografia histórica. In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Tradução de Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. p. 215-221.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à Nova História. Tradução de Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000**: na pista de nossos medos. Tradução de Eugênio Michel da Silva e Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: fundação editora da UNESP, 1998.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

EDLER, Flavio coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. **ASCLEPIO Revista de la Historia de la Medicina y de la ciencia**, Madrid, v. L-2, p. 169-186, 1998.

_____. **A Medicina no Brasil Imperial**: clima, parasitas e patologia tropical. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

_____. **Ensino e profissão médica na corte de Pedro II**. Santo André-SP: Universidade Federal do ABC: 2014.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1986.

ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. **TEXTURA**, Canoas, nov. 2003 a jun. 2004, n. 9, p. 49-56, 2004.

EUGÊNIO, Alisson. As doenças de escravos como problema médico em Minas gerais no final do Século das Luzes. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 23, p. 154-163, jul. 2000.

_____. Ilustração, escravidão e as condições de saúde dos escravos no Novo Mundo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 227-244, jan./jun. 2009.

_____. Reflexões médicas sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 42, p. 125-156, 2010.

_____. Relatos sobre as condições de saúde da população escrava no Brasil. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**, v. 4. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 11-34.

_____. A saúde dos escravos em Minas Gerais após a abolição da importação de africanos. **Histórica**, São Paulo, ano 10, n. 61, p. 31-44, maio 2014.

_____. **Lágrimas de sangue**: a saúde dos escravos no Brasil da época de Palmares à Abolição. São Paulo: Alameda, 2016.

FADEL, Simone. **Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na Primeira República**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FALCI, Miridan Britto. Doenças dos escravos. In: 'USOS DO PASSADO' – ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ, 12., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2006. p. 1-6.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Sheila de Castro. Escravidão. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 205-209.

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

FELIPE, José Mauriene Araújo. Morte de escravos durante a passagem do *cholera morbus* pela Província do Espírito Santo, entre 1855 e 1856: uma constatação sinóptica. In: CONGESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST, 6., 2017, Vitória. **Anais...** 2017. p. 600-616.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4ª ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FERREIRA, Heloísa Souza. O olhar do estabelecido: a imagem do escravo produzida pelos senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888). In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGHIS/UFES, 2011, p. 1-16.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curadores no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**, v. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 252-273.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Tradução de Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FLEMING, Andrew M. Vida sedentária baseada na agricultura. In: Seleções do Reader's Digest (Portugal). **História do Homem nos últimos dois milhões de anos**. Lisboa: Gráfica Santelmo Ltda., 1975. p. 29-35.

FLEURY, Michel; HENRY, Louis. Prefácio. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. Tradução de Maria Luiza Marcílio. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p. XI-XII.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Prefácio. In: ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 9-10.

FONTANA, Josep. O espelho selvagem. In:____. **A Europa diante do espelho**. Tradução de Omar Ribeiro Tomaz. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 105-117.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In:_____. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996a. p. 79-98.

_____. O nascimento do hospital. In:_____. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996b. p. 99-111.

_____. A casa dos loucos. In:_____. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996c. p. 113-128.

_____. **A arqueologia do saber**. 6ª ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15ª ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault).

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. Tradução de Eduardo Brandãoi. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault).

_____. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Coleção Ditos e Escritos.

_____. **História da loucura**: na idade clássica. 9ª ed. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **O nascimento da clínica**. 7ª ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**: volume 4. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Cólera e surtos epidêmicos no Oitocentos, na Província do Espírito Santo 1855-1856. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**: volume 4. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 69-89.

_____. Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito santo (1855-1856). **Almanack**, Guarulhos, nº 07, p. 117-136, 1º semestre de 2014.

_____. **O terribilíssimo mal do Oriente**: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856). Vitória: EDUFES, 2015.

FREIRE, Mário Aristides. **A capitania do Espírito Santo**: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). 2ª ed. Vitória: Flor & Cultura e Cultural-ES, 2006.

FREITAS, Eduardo de. [2010?] **O primeiro microscópio que se teve notícia foi construído no século XVII, com o intuito de estudar insetos.** Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/o-primeiro-microscopio.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FREITAS, Octavio de. **Doenças africanas no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. Bibliotheca Pedagogica Brasileira − Série V da Coleção Brasiliana. Vol. LI.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GAVROGLU, Kostas. **O passado das ciências como história**. Porto: Porto Editora, 2007. Coleção História e filosofia da Ciência.

GAVROGLU, Kostas; CHRISTIANIDIS, Jean; NICOLAIDIS, Efthymios (org.). **Trends in the historiography of science**. v. 151. Springer-Science+Business media, B. V. Boston studies in the Philosophy of Science. Editor: Robert S. Cohen, Boston University, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In:_____. **Mitos, emblemas e sinais**. 2ª ed. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 143-179.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio**: aspectos da rebeldia do escravo no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1972.

GUIMARÃES, João. **Patrocínio, o abolicionista**. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

GRAIEB, Carlos. A vida como ela era: o cotidiano dos escravos do Rio de Janeiro, por uma americana que fez a nossa lição de casa. **Revista Veja**, São Paulo, Edição 1.662, ago. 2000.

GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2003.

GRIMAL, Pierre. **A civilização romana**. Tradução de Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1984.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. 29ª ed. Tradução de Janaina Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2017.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das revoluções**: Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Era do capital**, 1848-1857. Tradução de Luciano Costa Neto. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Tomo II. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 199-231.

HOSPITAL, Conceito de. 2016. Disponível em: <http://www.conceito.de/hospital>. Acesso em: 28 fev. 2017.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

JABUR, S. Sartori; JABUR, A. Sartori; TOZATI, Loide. A Peste Negra e a formação dos espaços urbanos na Baixa Idade Média. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 4., 2005, Maringá. **Anais...** Maringá: JEAM-PR, 2005, p. 320-328.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. 3ª ed. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2011.

JEPPESEN, Helle. 2010. **Robert Koch: grande descobridor de pequenas bactérias**. Disponível em: <http://www.sbmicrobiologia.org.br/PDF/Koch.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

J BRAS PATOL MED LAB. Antony van Leeuwenhoek − Inventor do microscópio. **J BRAS PATOL MED LAB**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 1, abril 2009. Disponível em: *<www.scielo.br/pdf/jbpml/v45n2/ v45n2a01.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.*

KASTENBAUM, Robert e AISENBERG, Ruth. **Psicologia da morte**. Tradução de Adelaide Petters Lessa. São Paulo: Pioneira − Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KARNAL, Leandro e TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 9-27.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 1-12, 2008.

_____. Antiescravismo e epidemia: "O tráfico dos negros considerado como causa da febre amarela", de Mathieu François Maxime Audouard, e o Rio de Janeiro em 1850. **História, Ciências, Saúde** − Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 515-522, abr./jun. 2009.

KODAMA, Kaori; PIMENTA, Tânia Salgado; BASTOS, Francisco Inácio; BELLIDO, Jaime Gregorio. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde** − Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl., p. 59-79, dez. 2012.

KOIRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. 4ª ed. tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das Revoluções Científicas**. 7ª ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

KUHNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil**: de 1500 a 1552. Bauru, SP: Edusc, 2005.

LARA, Sílvia Hunold. Prefácio. In: RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000. p. 17-19.

LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Editora Terramar, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 4ª ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, Izabel. **Profissão**: tigreiros. 2016. Disponível em: <http://izabiluka.wixsite.com/princesanegrina/single-post/2016/10/04/profiss%C3%A3o-tigreiros>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. **KRITERION**, Belo Horizonte, nº 123, p. 177-195, jun. 2011.

LOPES, Raimundo Helio. 2008. **Nina Rodrigues**: médico e antropólogo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-epublica/RODRIGUES,%20Nina.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.

LYONS, Albert S. & PETRUCELLI II, R. Joseph. **História da medicina**. Tradução de Marcos Leal. São Paulo: Editora Manole, 1997.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACIEL, Cleber da Silva. **Candomblé e umbanda no Espírito Santo**: práticas culturais religiosas afro-capixabas. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

_____. **Negros no Espírito Santo**. Organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. Tradução de Maria Luiza Marcílio. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Demografia histórica**: orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14 (1/2), p. 125-143, 1997.

MARGOTTO, Selma Blom. **Terapias alternativas e medicina científica**: encontro ou confronto? Vitória: EDUFES, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3ª ed. Tradução de James Amado. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo de Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MEDEIROS, Cristina de. 2016. **Louis Pasteur, ciência nas ruas: o criador da vacina anti-rábica e da microbiologia uniu as experiências de laboratório às demandas da vida cotidiana**. Disponível em: http://super.abril.com.br/historia/louis-pasteur-ciencia-nas-ruas/>. Acesso em: 22 nov. 2016.

MEDEIROS, Patrícia. The Scientific Revolution. **Kairos Revista de Filosofia & Ciência**, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, nº 3, p. 97-111, 2011.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão**: o ventre de ferro e dinheiro. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 151-179, 1983.

MENDONÇA, André Luiz de Oliveira. 2012. **O legado de Thomas Kuhn após cinquenta anos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662012000300006>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MICHEAU, Françoise. A idade de ouro da medicina árabe. In: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985. p. 57-77.

MORAES, Ormando. **Por serras e vales do Espírito Santo**: a epopéia das tropas e tropeiros. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito santo, 1989.

MOSSÉ, Claude. As lições de Hipócrates. In: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Editora Terramar, 1985. p. 39-55.

MOTTA, Manoel Barros da. Apresentação. In: KOIRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. 4ª ed. tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. v-viii

MOULIN, Anne Marie. Os frutos da ciência. In: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985. p. 91-105.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática S. A., 1992

_____. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

NASA, Observatorium. **As três leis de Kepler sobre os movimentos dos planetas**. 1997. Disponível em: < http://astro.if.ufrgs.br/Orbit/orbits.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As pestes do século XX**: tuberculoso e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SANTA, Marcos Roma. O método comparado em história das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (org.). **Uma história brasileira das doenças**. v. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 10-23.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. v. 3. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2010.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. Apresentação. In: ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **Insurreição do Queimado**: episódio da história da Província do Espírito Santo. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979. p. 13-17.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Obras incompletas**. 3ª ed. Tradução de Rubens Rodrigues. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção "Os Pensadores".

NOGUEIRA, André Luís Lima. Cativeiro e “Enfermidades dos negros” pelos cirurgiões régios Dazille e Vieira de Carvalho. In: 5º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p. 1-20.

NOGUEIRA, André Luís Lima. **Entre cirurgiões, tambores e ervas**: calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII). Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NOGUEIRA, André Luís Lima; FRANCO, Sebastião Pimentel. Epidemias como notícias de jornais: os casos de febre amarela e do cólera no Espírito Santo oitocentista (c. 1849-1856). **OPSIS**, Catalão, v. 17, n. 1, p. 37-51, jan./jun., 2017.

NOVAES, Maria Stella de. **Relicário de um povo**: o santuário de Nossa Senhora da Penha. 2ª ed. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1958.

_____. **Medicina e remédios no Espírito Santo**: história e folclore. 2ª ed. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1964.

_____. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, ca. 1968.

_____. A escravidão e a abolição no Espírito Santo: história e folclore. 2ª ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura: 2010.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; OLIVEIRA, Saulo Veiga. Registros de suicídios entre escravos em São Paulo e na Bahia (1847-1888): notas de pesquisa. In: 3º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 16, 2003, Castro/PR. **Anais...** Castro: CNPq, 2003. v. 3, p. 1-13.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Escravidão e nostalgia no Brasil: o banzo. **Revista Latinoam. Psicopat. Fund**., São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735-761, dez. 2008 (Suplemento).

OLIVA, Alberto. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Tomo I. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 67-102.

OLIVEIRA, Carla Silvino de. **Cidade (in)salubre: idéias e práticas médicas em Fortaleza (1838 -1853)**. 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em História) − Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PACHECO, Renato José Costa. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PARAHYM, Orlando da Cunha. **Doenças dos escravos em Pernambuco**. Recife: Gráfica Caxangá, 1978.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. 4ª ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fonte, 1998. p. 291-318.

PEREIRA, João Batista Borges. Prefácio. In: MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 9-10.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da. Práticas de saúde, doenças e sociabilidade escrava na Imperial Fazenda de Santa Cruz, da segunda metade do século XIX. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 35, 2009. p. 01-16.

PIMENTA, Tânia Salgado. Um guia da vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde –** Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.8, no. 2, jul./ago., p. 1-6, 2001.

PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PINTO, Angelo da Cunha. **A química doce, amarga e perfumada**. 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/eventos/2011/08/quimica/Angelo_da_Cunha.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2016.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da investigação científica**. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Coleção Os Pensadores.

PORTER, Roy. **Das tripas coração**: uma breve história da medicina. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Médicos. In:_____. **Das tripas coração**: uma breve história da medicina. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004. p. 37-72.

_____. O corpo. In:_____. **Das tripas coração**: uma breve história da medicina. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004. p. 73-96.

_____. O laboratório. In:_____. **Das tripas coração**: uma breve história da medicina. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004. p. 97-123.

_____. O hospital. In:_____. **Das tripas coração**: uma breve história da medicina. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004. p. 165-184.

PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. **Nota de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-1027, out./dez. 2006.

PORTO, Ângela. Por uma história da saúde e da doença do escravo no Brasil. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS; Ricardo Ventura (org.). **Divisões perigosas**: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. p. 205-212.

_____. Apresentação. In: PÔRTO, Ângela (Org.). **Doenças e escravidão**: sistema de saúde e práticas terapêuticas. Simpósio temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/RIO-2006. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ [2007]. 1 CD-ROM; il. 3 p.

_____. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 726-734, dez. 2008 (Suplemento).

_____.Fontes para história da saúde no Brasil. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: mai. 2009.

PRIETRO, Maria Helena Ureña. Personagens homéricas n'Os Lusíadas. **Humanistas 61**, Lisboa, p. 165-177, 2009.

REDONDI, Pierre. Ciências. In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. p. 141-149.

REIS, João José; SOUZA, Evergton Sales. Katya Mytilineou de Queirós Mattoso (Volos, 1931 – Paris, 2011). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 48, p. 363-381, 2013.

RIBEIRO, Herval Pina. **O hospital**: história e crise. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Meio ambiente**: em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História da cidadania. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 398-417.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: Antiguidade e Idade Média. v. I. 3ª ed. São Paulo: PAULUS, 1990. Coleção FILOSOFIA.

_____. **História da filosofia**: do Romantismo até nossos dias. v. III. São Paulo: PAULUS, 1991. Coleção FILOSOFIA.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICCIOPO, Paulo; JOVER, Ana Maria. Europa renascentista: a sociedade europeia nos séculos XV e XVI. In:_____. História das civilizações. vol. III. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 57-84.

ROCHA, Levy Cúrcio da. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. 2ª ed. Brasília/DF: Editora de Brasília − EBRASA, 1972.

_____. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial Ltda., 1977.

_____. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação, 2008.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1997.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.

_____. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Reflexões sobre o tráfico de africanos, doenças e relações raciais. **História e Perspectiva**, Uberlândia (47): 15-34, jul./dez., p. 15-34, 2012.

ROMAIN, Anne de Saint. Pasteur: as verdadeiras razões de uma glória. In: LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Editora Terramar, 1985. p. 85-90.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. Tradução de Marcos Fernandes da Silva Moreira. São Paulo: UNESP, 1994.

_____. A Era Bacteriológica e suas consequências (1875-1950). In:_____. **Uma história da saúde pública**. Tradução de Marcos Fernandes da Silva Moreira. São Paulo: UNESP, 1994. p. 231-266.

RÖWEN, Frei Basílio. **Páginas de história franciscana no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis, R. J.: Editora Vozes Ltda., 1957.

_____. **O Convento de Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo**. 2ª ed. Petrópolis, R. J.: Editora Vozes Ltda., 1965.

SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Capinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **A monarquia no Brasil**: o pensamento político da independência. Vitória: EDUFES/CEG Publicações, 1999.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2ª ed. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 36-37.

SCARANO, Julita. **Negros nas terras do ouro**: cotidiano e solidariedade, século XVIII. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social**: trajetória da saúde pública. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005.

SÉCULO − **Anos de início e fim dos séculos**. [2000?]. Disponível em: <http://www.jogral.com.br/seculos/>. Acesso em: 8 jul. 2017.

SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras**: volume I − estatísticas desejadas (1822-c. 1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SHAPIN, Steven. **A Revolução Científica**. Tradução de Ricardo Afonso Roque. Lisboa: Editora Difel, 1999.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança**: a África antes dos portugueses. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Andersen Líryo da; SOUZA, Sheila Mendonça de; CARVALHO, Diana Maul. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 266-276.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Ricardo. Retórica e contingência na teoria política − PALONEN, Kari. Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric. Cambridge: Polity Press, 2003. 207 p. **Política & Sociedade**, Florianópolis, nº 9, p. 195-200, out. 2006.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A Filosofia da Ciência de Karl Popper: O racionalismo crítico. **Cad.Cat. Ens. Fis.**, Porto Alegre, v.13, n3: p.197-218, dez. 1996.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e racionalidade no pensamento brasileiro. 2ª ed. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1989,

SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1999. − (UNESP/Cambridge)

SLENES, Robert W. Prefácio. In: MARTINS, Robson Luís M. **Os caminhos da liberdade**: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888). Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2005. p. 11-12.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A metrópole dos escravos: resenha de A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850, de Mary Karasch. **Afro-Ásia**, Salvador, 25-26, p. 421-425, 2001.

SOLOMON, Andrew. **O demônio do meio-dia**: uma anatomia da depressão. 2ª ed. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. **A medicina no escravismo colonial**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1984.

SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **As doenças têm história**. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985. p. 359-361.

SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques. **As epidemias na história do homem**. Tradução de Joel Goes. Lisboa: Edições 70, 1986.

SOUZA, Breno Sabino Leite de; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Bons ares, maus colonos: ambivalência entre raça e ambiente em doenças africanas no Brasil de Octavio de Freitas. **Revista de História**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 80-97, set./dez. 2015.

TALLOM, Miguel Depes. **História do Espírito Santo**: ensaio sobre sua formação histórica e econômica. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito santo, 1999.

TAMAYO, Ruy Pérez. **El concepto de enfermedad**: su evolución a través de la historia. v. 1. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. Microbiologia, raiva e Institutos Pasteur no Brasil. In:_____. **Ciência e Saúde na terra dos bandeirantes**: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903 – 1916. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995. p. 13-29.

TRINDADE, Diamantino Fernandes (Org.). **Médicos e heróis**: os caminhos da medicina brasileira desde a chegada da Família real até as primeiras décadas da República. 1ª ed. São Paulo: Ícone, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TUFANO, Douglas. A era das Grandes Navegações. In:_____. **A carta de Pero Vaz de Caminha**: comentada e ilustrada. São Paulo: Moderna, 1999. p. 20-24.

TULANE UNIVERSITY LIBRARIES. **Tulane University's Contributions to Health Sciences research and education**: A Guide: William Dosite Postell. 2017. Disponível em: <http://libguides.tulane.edu/famousalumni/WDPostell>. Acesso em: 26 jul. 2017.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos...** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

VAINSENCHER, Semira Adler. 2008. **Octávio de Freitas**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=196:octavio-de-freitas&catid=49:letra-o>. Acesso em: 03 jul. 2017.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALLE, Eurípedes Queiroz do. **Datas e dados da vida judiciária espírito-santense**: separada da Revista do Tribunal de Justiça do Estado. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1963.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução da António José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

VILLELA, Marcos Marreiro; FERRAZ, Marcela Lencine. **Dicionário de ciências biológicas e biomédicas**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu editora, 2015.

WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. 2ª ed. 1ª reimpr. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Prefácio. In: RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 11-17.

_____. Prefácio: algumas reflexões sobre a escravidão, o tráfico e outros males. In: PORTO, Ângela (org.). **Doenças e escravidão**: sistema de saúde e práticas terapêuticas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ [2007]. 1 CD-ROM. 9 p.